



**Universidade de Évora - Instituto de Investigação e Formação Avançada**

**Programa de Doutoramento em Sociologia**

Tese de Doutoramento

**Capital Social e desenvolvimento Comunitário em  
Timor-Leste: O caso em Suco Biqueli, Atauro, Dili,  
Timor-Leste**

Zacarias Florêncio da Costa

Orientador(es) | Carlos Alberto da Silva

Évora 2020

---

---

---

---





**Universidade de Évora - Instituto de Investigação e Formação Avançada**

Programa de Doutoramento em Sociologia

Tese de Doutoramento

**Capital Social e desenvolvimento Comunitário em  
Timor-Leste: O caso em Suco Biqueli, Atauro, Dili,  
Timor-Leste**

Zacarias Florêncio da Costa

Orientador(es) | Carlos Alberto da Silva

Évora 2020

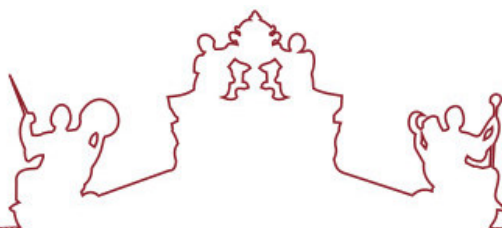
---

---

---

---





A tese de doutoramento foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor do Instituto de Investigação e Formação Avançada:

Presidente | José Manuel Vieira Soares de Resende (Universidade de Évora)

Vogais | Artémio Baigorri Agoiz (Universidad de Extremadura )  
Carlos Alberto da Silva (Universidade de Évora) (Orientador)  
Fernando Bessa Ribeiro (Universidade do Minho)  
Pedro Damião de Sousa Henriques (Universidade de Évora)  
Sandra Isabel Gonçalves da Saúde (Instituto Politécnico de Beja - Escola Superior de Educação de Beja)



## Dedicatória

*“Do something less than the Best”*

(USC-Satunama, citado por Costa, Z., 2010)

*There is no prosperous and happy society, if the majority of the population is in poverty and misery*

(Adam Smith, 1776 in Todaro & Smith, 2006).

Esta tese é dedicada à minha família. Aos meus pais, sobretudo à minha mãe *Hermenegilda da Silva* a quem dedico com muito carinho esta tese. Depois de o meu pai *Pedro José da Costa* ter partido cedo e de nos ter deixado na montanha, num momento difícil das nossas vidas em Timor-Leste, enfrentamos muitas dificuldades com a minha mãe e a avó. Se não fosse o espírito de sacrifício da minha Mãe que tudo fez para nos educar e alimentar com muito amor, não teríamos sobrevivido. Mãe paciente, poderosa e trabalhadora. Sou o que sou hoje, muito tenho a agradecer à minha querida mãe *Hermenegilda*.

Esta tese também é dedicada à minha querida esposa *Jacinta Quintão*, aos meus queridos filhos *Waiduo* (Pedro José da Costa), *Anoi* (Marcia Felia Auxiliadora da Costa), *Nawaduo* (Denencio Félix José da Costa), *Ina* (Veladenha Zemasia da Costa) e *Alati* (Lucia Melati da Costa) que muito sacrificaram e sempre oraram para que eu tivesse o maior sucesso no estudo, longe de casa e do vosso amor.

Também dedico esta tese aos meus irmãos mais novos que sempre me deram todo o apoio para que eu tenha forças para chegar a esta etapa da conclusão do estudo.

Um as palavras especiais desta dedicatória vão para os que já não estão cá conosco. Ao meu falecido pai *Pedro José da Costa*, embora não esteja presente para assistir o que consegui hoje, acredito que o seu espírito esteve, está e estará sempre comigo. Sempre senti a sua presença na longa caminhada que tive e em todas as lutas que travei, desde a infância até hoje. Pai ausente, mas sempre presente.

Merecem igualmente umas palavras de apreço nesta dedicatória, o meu falecido irmão mais velho *Félix José da Costa* e o meu falecido avô *Zeferino da Costa Belo* que, infelizmente, partiram antes do início da minha participação no curso de doutoramento em Sociologia da Universidade de Évora. Mesmo que já nos tenham deixado respetivamente há 12 e 6 anos, acredito que os vossos espíritos estejam e estarão sempre presentes na minha caminhada neste mundo.

A todos vós dedico com muita humildade a presente tese.



# Capital Social e Desenvolvimento Comunitário em Timor-Leste: o Caso em Suco Biqueli, Ataúro, Dili, Timor-Leste

## Resumo

O estudo realizado analisa as lógicas do capital social no contexto do desenvolvimento comunitário do Suco Biqueli, Ataúro, Dili, Timor-Leste, procurando conhecer o seu papel na mediação dos processos participativos e de *empowerment*, e as implicações nos factores críticos de sucesso do desenvolvimento.

A partir de uma abordagem *bottom up* do desenvolvimento sobre as dinâmicas da participação, *empowerment*, capital social e desenvolvimento comunitário, privilegiou-se uma investigação qualitativa através de um estudo de caso, tendo sido realizadas nove entrevistas semiestruturadas a informantes privilegiados, complementadas com a observação não participante em dois trabalhos de campo intensivos em Biqueli e a análise documental dos registos oficiais e planos de programas de desenvolvimento e relatórios de pesquisa. O tratamento e a análise dos dados basearam-se nos pressupostos da análise estrutural de conteúdo, complementada com o tratamento lexicométrico do *corpus* das entrevistas.

Os principais resultados do estudo sugerem que o capital social é percebido como um recurso pelos atores sociais, representando um elemento gerador de impactos positivos no desenvolvimento comunitário, porque reforça a coesão social e a ação coletiva, e capacita os atores sociais na luta contra a miséria e a pobreza. Verificámos ainda que muitas das intervenções de desenvolvimento em Biqueli só existem porque se encontram associadas ao poder das lideranças locais e dos grupos comunitários, à racionalidade decisional das suas escolhas e à previsibilidade dos resultados esperados. Estes resultados demonstram igualmente a presença de certos limites da racionalidade e previsibilidade das ações implementadas, mostrando, por exemplo, que a intuição, o voluntarismo, o sentimento de solidariedade, a confiança e a honestidade têm um papel mais decisivo do que a “razão” na formulação de objetivos estratégicos de intervenção no desenvolvimento comunitário, na participação direta e no *empowerment* comunitário.

Palavras-Chave: Capital Social, Participação, *Empowerment*, Desenvolvimento Comunitário, Timor-Leste



## Social Capital and Community Development in East Timor: the Case in Suco Biqueli, Atauro, Dili, East Timor

### ***Abstract***

The research analyzes the logic of social capital in the context of community development in Suco Biqueli, Atauro, Dili, East Timor, seeking to know its role in mediating participatory and empowerment processes, and the implications on critical success factors of development.

Through a bottom up approach of development about the dynamics of participation, empowerment, social capital and community development, a qualitative research through a case study was favored and 9 semi-structured interviews were conducted with key informants, complemented with non-participant observation in 2 intensive fieldwork in Biqueli and document analysis of research reports and governmental records about development programs and plans. Data treatment and analysis were based on structural content analysis assumptions, complemented by lexicometric treatment of the interview *corpus*.

The main results of the study suggest that social capital is perceived as a resource by social actors, representing an element that generates positive impacts on community development because it reinforces social cohesion and collective action, and empowers social actors to fight against misery and poverty. We have also found that many of the development interventions in Biqueli exist only because they are associated with the power of locals leaders and community groups, the rationality of their choices and the predictability of expected outcomes. These results demonstrate the presence of certain limits of rationality and predictability of the implemented actions, showing, for example, that intuition, voluntarism, feelings of solidarity, trust and honesty play a more decisive role than “reason” to formulate strategic objectives for intervention in community development, direct participation and community empowerment.

Key-words: Social Capital, Participation, Empowerment, Community Development, East Timor



## Agradecimentos

Não é fácil escrever esta página de agradecimentos porque não há palavras que cheguem para agradecer todas as ajudas e apoios que recebi para concluir o curso de doutoramento e esta tese. Mas, mais do que palavras de circunstâncias, uma coisa é certa, foram vários os pilares que sustentaram o edifício da construção desta tese e a conclusão do curso, que vão desde as preferências transcendentais e religiosas, passando pelas entidades de suporte financeiro, pelo enquadramento institucional, pelo apoio familiar e, sem dúvida, pela intermediação e incentivo de todos que me acompanharam e apoiaram incondicionalmente todas as etapas deste percurso académico de formação avançada.

Assim, em primeiro lugar, tenho de agradecer a *Deus* pela orientação, bênção e assistência, dando-me forças para concretizar a investigação e terminar os estudos de doutoramento, aconchegando-me nos mais diversos momentos de solidão e angústias, longe do calor e amor da minha família.

Estar a mais de 14 mil quilómetros de casa durante cinco anos, não foi apenas um sacrifício pessoal e familiar, mas comportou elevados encargos financeiros que só foram minimamente ultrapassados com os apoios do Estado e/ou Governo de Timor-Leste e da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e (UNTL), entidades que me concederam uma bolsa de estudos para concretizar o sonho de realizar o curso de doutoramento em Sociologia na Universidade de Évora.

Agradeço também à comunidade do Suco Biqueli, pela sua disponibilidade, acolhimento e franco apoio no trabalho de campo, pois sem o seu incondicional apoio e colaboração, era de todo impossível recolher os dados e identificar as suas necessidades quotidianas e trajetórias e expectativas de vida, elementos fundamentais para o estudo conducente à tese de doutoramento. Neste âmbito, merecem um agradecimento especial os membros da comunidade que me disponibilizaram informações, entre os quais os informantes-chave que colaboraram nas entrevistas, assim como as lideranças comunitárias do Suco Biqueli, das quais destaco, Manuel Barreto e Daniel Martins, respetivamente o chefe cessante e atual chefe do Suco, pelas suas disponibilidades e cooperação em todas as fases do trabalho de campo no Suco.

Uma palavra de agradecimento aos professores do curso de doutoramento em Sociologia, pelos ensinamentos transmitidos na sala de aula e nos encontros de investigadores e demais fóruns científicos, realizados pelo centro de investigação CICS.NOVA.UÉvora e outros, reforçando a minha aprendizagem, o saber-fazer, saber-estar e saber-ser na investigação avançada, tanto dentro como fora das paredes da Universidade de Évora.

Merece uma palavra de profundo reconhecimento e agradecimento ao meu amigo Eliseu Amaral, pela paciência para me acompanhar e apoiar a concretização do trabalho de campo, assim como à estudante finalista Francelino dos Santos Sera (Le Luarai), pela assistência concedida no apoio ao registo de dados e transcrição das entrevistas. A todos aqueles que me ajudaram direta e indiretamente na recolha de dados, um muito obrigado pela sincera cooperação.

Embora já tenha tecido na dedicatória desta tese as palavras de reconhecimento à minha família, este é o espaço adequado para expressar os meus agradecimentos muito especiais à minha mãe *Hermenegilda da Silva*, à minha querida esposa *Jacinta Quintão*, e aos meus queridos filhos *Waiduo*, *Anoi*, *Nawaduo*, *Ina* e *Alati*, pelas suas paciências, amores, orações e sacrifícios de terem tido o filho, esposo e pai tão longe de casa e durante tantos anos. Naturalmente que, no plano familiar, agradeço também aos meus irmãos mais novos pelo apoio incondicional expressado, desde a primeira hora, para a conclusão dos meus estudos. Sem os vossos estímulos e incentivos, era impossível levar avante e concluir a presente tese. Obrigado à minha santíssima e abençoada família.

Os últimos são sempre os primeiros. Por isso, quero agradecer ao Professor Doutor Carlos Alberto da Silva, não apenas por ter sido o meu orientador e professor, mas por ser quem é como pessoa que tem sido nestes últimos anos, dando-me clareza, firmeza, motivação e entusiasmo para levar a bom porto a conclusão da tese. Agradeço muito pelo tempo e amizade que me concedeu, e sobretudo pela simpatia e franqueza na orientação e crítica construtiva em todos os momentos das minhas dúvidas. Um exemplo de professor e amigo que nunca irei esquecer, pois é e será sempre o meu distinto mestre e eu o seu humilde aluno e amigo. Por isso, fica aqui o meu eterno reconhecimento.

Obrigado por tudo!

## Índice Geral

Dedicatória .....	1
Resumo .....	3
<i>Abstract</i> .....	5
Agradecimentos .....	7
Índice Geral .....	9
Relação de Tabelas e Figuras .....	12
Relação de Abreviaturas e Siglas .....	16
<b>Introdução</b> .....	19
<b>1. Construção da Arquitetura do Enquadramento Teórico</b> .....	45
<b>1.1. Revisita às Noções de Desenvolvimento e Desenvolvimento Comunitário</b> ...	45
1.1.1. Notas Breves sobre a Delimitação do Conceito de Desenvolvimento .....	46
1.1.2. Desenvolvimento Comunitário: Significado, Atributos e Controvérsias .....	63
1.1.3. Perspetiva e Prática de Desenvolvimento em Timor-Leste .....	71
<b>1.2. Principais Contributos Concetuais e Analíticos sobre o Capital Social</b> .....	77
1.2.1. Algumas Noções sobre o Capital Social .....	78
1.2.1.1. Tipologias e Níveis de Análise do Capital Social .....	88
1.2.2. Entre a Troca, Redes e a Escolha Racional: Síntese das Principais Teorias Sociológicas e o Capital Social .....	97
1.2.3. Para uma Clarificação dos Desafios e Dilemas do Capital Social: Um Olhar sobre as Fontes, Funções e Consequências do Capital Social .....	104
1.2.4. O Capital Social no Contexto Desenvolvimento Comunitário .....	111
<b>1.3. Participação e <i>Empowerment</i> na Encruzilhada do Desenvolvimento</b> .....	115
1.3.1. A Construção da Participação Comunitária .....	115
1.3.2. Dinâmicas do <i>Empowerment</i> , Capital Social e Ação Organizada no Contexto do Desenvolvimento Comunitário .....	127
<b>2. Opções Metodológicas do Estudo</b> .....	151
2.1 Breves Considerações sobre a Natureza do Estudo .....	151
2.2. Procedimentos para a Recolha, Tratamento e Análise da Informação Aplicados no Estudo .....	161

<b>3. Os Resultados do Estudo: Capital Social e Desenvolvimento Comunitário em Timor-Leste. Suco Biqueli em foco</b> .....	177
<b>3.1. Caracterização do Suco Biqueli</b> .....	177
3.1.1. A Condição Sócio-Económica da Comunidade do Suco Biqueli .....	189
3.1.2. Notas do diário de Campo .....	196
<b>3.2. Caracterização do Capital Social na Comunidade do Suco Biqueli: Um primeiro olhar</b> .....	213
3.2.1. O Capital Social e a sua Importância na Comunidade do Suco Biqueli.....	215
3.2.1.1. Transparência da comunidade: honestidade e confiança mútua .....	216
3.2.1.2. Apoio Mútuo na Comunidade .....	218
3.2.1.3. Disponibilidade para o Investimento Financeiro.....	219
3.2.1.4. Mudança e Melhoria das Condições de Vida.....	222
3.2.1.5. Estrutura dos Conteúdos do Capital Social.....	224
<b>3.3. Dinâmicas do Capital Social e as Interações na Comunidade de Biqueli...</b>	227
3.3.1. Pressupostos do Trabalho em Equipa e as Dinâmicas Subjacentes .....	227
3.3.2. Solidariedade e Participação Ativa como Eixos Estruturantes do Processo de Desenvolvimento Comunitário .....	232
3.3.3. Potencialidades e Constrangimentos das Relações de Ajuda e Confiança Mútua e a sua Importância nas Dinâmicas do Capital Social no Desenvolvimento Comunitário .....	235
3.3.4. Principais Relações Lexicais sobre o Capital Social em Biqueli.....	239
<b>3.4. As Formas de Participação e o Empowerment no Desenvolvimento Comunitário no Suco Biqueli</b> .....	247
3.4.1 Significados da Participação Ativa da Comunidade do Suco Biqueli no Desenvolvimento Comunitário .....	248
3.4.2. Razões do Enfoque Participativo no Combate aos Problemas da Pobreza e Exclusão .....	252
3.4.3. O <i>Empowerment</i> da Comunidade do Suco Biqueli: De quê estamos a falar? .....	255
3.4.3.1. Rumo à Mobilização e Motivação das Lideranças Locais.....	256
3.4.3.2. Capacitação da Comunidade no Trabalho em Equipa.....	262
3.4.4. Construindo a Participação Ativa e o <i>Empowerment</i> na Mudança e Melhoria das Condições da Vida: um (Re)Olhar na Estrutura dos Conteúdos .....	270
3.4.5. Principais Relações Lexicais sobre a Participação Ativa e o <i>Empowerment</i> no Suco Biqueli.....	276



<b>3.5. Os Fatores Críticos de Sucesso do Desenvolvimento Comunitário no Suco Biqueli</b> .....	283
3.5.1. (Re)Olhar o Processo de Desenvolvimento Comunitário em Biqueli.....	288
3.5.1.1. Exemplificando as Necessidades Imediatas .....	288
3.5.1.1.1. Acesso à Estrada Rural e aos Mercados na Comunidade do Suco Biqueli.....	288
3.5.1.1.2. Acesso à Energia da Elétrica na Comunidade do Suco Biqueli ...	292
3.5.1.1.3. Acesso à Água Potável na Comunidade do Suco Biqueli.....	296
3.5.1.2. Outras Dinâmicas do Processo de Desenvolvimento Comunitário em Biqueli .....	299
3.5.1.2.1. Dinâmicas dos Grupos Comunitários: Entre a Realidade e a Praxis da Cooperação, Participação, Envolvimento Ativo, Confiança Mútua e o Trabalho em Equipa .....	299
3.5.1.2.2. Dilemas e Desafios da Ação Coletiva e Organizada na Resolução dos Problemas da Comunidade: Liderança Participada e Dinâmicas da Capacitação e Formação no Local de Trabalho .....	307
3.5.2. Principais Relações Lexicais e de Conteúdo sobre o Desenvolvimento Comunitário em Biqueli.....	318
3.5.3. Tendências do Desenvolvimento Comunitário em Biqueli e Sugestões de Melhoria .....	333
3.5.4. Principais Relações Lexicais e de Conteúdo sobre os Fatores Críticos de Sucesso do Desenvolvimento Comunitário em Biqueli.....	342
<b>Considerações Finais</b> .....	353
<b>Bibliografia</b> .....	379
<b>Anexos e Apêndices</b> .....	399
Anexo 1: Trabalho de Campo no Suco Biqueli.....	399
Anexo 2: Guião de Entrevista aos Atores-Chave.....	405
Anexo 3: Grelha de Análise das Entrevistas .....	409
Anexo 4: Caracterização dos Entrevistados.....	413
Anexo 5: Exemplos de Transcrição das Entrevistas (em tétum).....	415
Anexo 6: Exemplos de <i>Outputs</i> do Iramuteq .....	437

## Relação de Tabelas e Figuras

### Tabelas

Tabela 1: Algumas principais perspetivas sobre o Desenvolvimento Comunitário	66
Tabela 2: Definições do Capital Social	89
Tabela 3: Características, Tipologias e Níveis de Análise do Capital Social	92
Tabela 4: Dimensões (formas), Tipologias e Elementos do Capital Social	94
Tabela 5: Tipologia de Participação “Pretty”	118
Tabela 6: O Sentido ou a Finalidade do <i>Empowerment</i>	136
Tabela 7: Indicadores de <i>Empowerment</i> Interno e Externo	137
Tabela 8: Indicadores de <i>Empowerment</i> de Grupo	141
Tabela 9: Total População do Posto Administrativo Ataúro, segundo Suco, Família e Sexo	179
Tabela 10: Total População do Suco Biqueli, segundo Aldeia, Família e Sexo	180
Tabela 11: Total População do Suco Biqueli segundo Grupos Etários e Sexo	181
Tabela 12: Estado da Educação da Comunidade no Posto Administrativo Ataúro, Dili	183
Tabela 13: Total da População do Suco Biqueli segundo Nível de Escolaridade e Sexo	184
Tabela 14: Sucos mais pobres em Timor-Leste em 2000/2001	187
Tabela 15: Padrões de Vida mais baixo ( <i>Lowest Living Standard</i> ) segundo Sucos em Timor-Leste	188
Tabela 16: População empregada e desempregada no Suco Biqueli	190
Tabela 17: Característica da População segundo a Ocupação e o Género no Suco Biqueli	191
Tabela 18: Tipos e total de gado ( <i>livestock</i> ) segundo chefe de família no Suco Biqueli	192
Tabela 19: Tipos de culturas alimentares segundo chefe de família no Suco Biqueli	193
Tabela 20: Tipos e total das Organizações Comunitários no Suco Biqueli	228
Tabela 21: Total de Estradas Rurais que necessitam de reabilitação em Timor-Leste	292
Tabela 22: Liderança Comunitária no Suco Biqueli e o seu período de Tempo de Mandato	312
Tabela 23: Pontos Fortes e Fracos, Oportunidades e Ameaças do Suco Biqueli, Ataúro, Dili, Timor-Leste	335

## Figuras

Figura 1: Relação entre os modelos de intervenções comunitárias no contexto de desenvolvimento comunitário .....	70
Figura 2: Modelo de relação entre as tipologias e dimensões de capital social numa comunidade .....	96
Figura 3: Principais Fontes do Capital Social.....	106
Figura 4: Participação do Cidadão, segundo Arnstein .....	119
Figura 5: Pirâmide Etária do Suco Biqueli .....	181
Figura 6: Escola Infantil e sua atividade de aprendizagem na Aldeia Ilicnamo, Suco Biqueli	185
Figura 7: Racio de <i>livestock</i> no Suco Biqueli .....	194
Figura 8: Viagem de barco do porto de Beloi a Suco Biqueli .....	199
Figura 9: Apresentação ao Chefe do Suco Biqueli .....	200
Figura 10: Encontro com o Conselho do Suco Biqueli .....	201
Figuras 11 & 12: O tipo da casa de abrigo da comunidade Suco Biqueli antes da intervenção .....	221
Figuras 13 & 14: Tipo da casa de abrigo da comunidade Suco Biqueli após a intervenção com ajuda.....	221
Figura 15: Tipologias dos papeis do Capital Social no Suco Biqueli .....	223
Figura 16: Estrutura (A1) – Papeis do Capital Social na Comunidade do Suco Biqueli.....	224
Figura 17: Capital Social e a sua relação com o Desenvolvimento Comunitário em Biqueli ..	226
Figura 18: Estrutura (A2) – “Dinâmicas do Capital Social na Comunidade do Suco Biqueli”	238
Figura 19: Dinâmicas do capital social da comunidade do Suco Biqueli.....	239
Figura 20: Nuvem de Palavras do <i>corpus</i> Capital Social na comunidade do Suco Biqueli .....	240
Figura 21: Similitude (coocorrências) do <i>corpus</i> Capital Social na comunidade do Suco Biqueli .....	242
Figura 22: Dendograma das Classes dos agrupamentos lexicais do <i>corpus</i> Capital Social na comunidade do Suco Biqueli.....	243
Figura 23: Projeção das classes dos agrupamentos lexicais do <i>corpus</i> Capital Social na comunidade do Suco Biqueli.....	244
Figuras 24 e 25: Produção, processamento e colheita das algas no Suco Biqueli .....	268
Figuras 26 e 27: Varal e secagem ( <i>habai no hamaran</i> ) da produção de algas no Suco Biqueli e o produto de algas da comunidade (cooperativas comunitárias) pronta para a exportação ..	268
Figura 28: Participação Ativa e o <i>Empowerment</i> , e a sua relação com o Desenvolvimento Comunitário do Suco Biqueli.....	272
Figura 29: Estrutura (B1) – Finalidades da Participação e do <i>Empowement</i> Comunitário no Suco Biqueli.....	273

Figura 30: Estrutura (B2) – Dinâmicas da Participação e do <i>Empowerment</i> Comunitário no Suco Biqueli.....	274
Figura 31: Relação entre a Participação & o <i>Empowerment</i> com o Desenvolvimento Comunitário no Suco Biqueli.....	275
Figura 32: Nuvem de Palavras do <i>corpus</i> Participação e <i>Empowerment</i> no Suco Biqueli.....	277
Figura 33: Similitude (coocorrências) do <i>corpus</i> Participação e <i>Empowerment</i> no Suco Biqueli .....	278
Figura 34: Dendograma das Classes dos agrupamentos lexicais do <i>corpus</i> Participação e <i>Empowerment</i> no Suco Biqueli .....	279
Figura 35: Projeção das Classes dos agrupamentos lexicais do <i>corpus</i> Participação e <i>Empowerment</i> no Suco Biqueli .....	281
Figuras 36 e 37: Construção da estrada rural na comunidade do Suco Biqueli no ano 2011 e na atualidade .....	291
Figura 38: A instalação a energia da eletricidade na comunidade do Suco Biqueli em 2011 depois de 11 anos de Restauração da Independência 20 de Maio de 2002 .....	294
Figura 39: Geleiras e a produção gelado (cubos de gelo) e Carmelo da comunidade depois de ter acesso a energia eletricidade na comunidade do Suco Biqueli.....	295
Figura 40: Poço de água e tranque de água potável na comunidade do Suco Biqueli .....	298
Figura 41: Três dos tipos de horticulturas que a comunidade do Suco Biqueli produz após o acesso à água potável canalizada.....	298
Figura 42: Dinâmicas de Cooperação e os Grupos Comunitários do Suco Biqueli no Desenvolvimento Comunitário.....	307
Figura 43: As Interações da Ação Coletiva e Organizada na Comunidade num Processo de Desenvolvimento Comunitário.....	317
Figura 44: Estrutura (C1) – Dimensões do Desenvolvimento Comunitário em Biqueli .....	320
Figura 45: Estrutura (C2) – Dinâmicas do Desenvolvimento Comunitário em Biqueli.....	322
Figura 46: Elementos Chave de Desenvolvimento Comunitário no Suco Biqueli .....	323
Figura 47: Nuvem de palavras do <i>corpus</i> Desenvolvimento Comunitário em Biqueli.....	325
Figura 48: Similitude (coocorrências) do <i>corpus</i> Desenvolvimento Comunitário em Biqueli. 327	
Figura 49: Dendograma das Classes dos agrupamentos lexicais do <i>corpus</i> Desenvolvimento Comunitário no Suco Biqueli.....	331
Figura 50: Projeção das classes de palavras-chave dos processos de Desenvolvimento Comunitário em Biqueli.....	332
Esquema 51: Tendências do Desenvolvimento Comunitário no Suco Biqueli.....	341
Figura 52: Estrutura (D1) – Participação e capacitação como Fatores de Sucesso no Desenvolvimento Comunitário em Biqueli.....	343
Figura 53: Estrutura (D2) – Dinâmicas da Ação dos Grupos e os Fatores de Sucesso no Desenvolvimento Comunitário no Suco Biqueli .....	344

Figura 54: Nuvem de Palavras do <i>corpus</i> Tendências e Sugestões para a melhoria do processo de Desenvolvimento Comunitário em Biqueli .....	345
Figura 55: Similitude (coocorrências) do <i>corpus</i> Tendências e Sugestões para a melhoria do processo de Desenvolvimento Comunitário em Biqueli.....	347
Figura 56: Dendograma das Classes dos agrupamentos lexicais do <i>corpus</i> Tendências e Sugestões para a melhoria do processo de Desenvolvimento Comunitário em Biqueli ...	348
Figura 57: Projeção das Classes dos agrupamentos lexicais do <i>corpus</i> Tendências e sugestões para a melhoria do processo de desenvolvimento comunitário em Biqueli .....	349
Figura 58: Interações entre as Tipologias e as Dinâmicas do Capital Social na Comunidade e a sua importância num processo de Desenvolvimento Comunitário em Biqueli.....	357
Figura 59: Interação entre a Participação Comunitária e o <i>Empowerment</i> Comunitário num processo de Desenvolvimento Comunitário em Biqueli.....	361
Figura 60: Os Fatores Críticos de Sucesso do Desenvolvimento Comunitário no Suco Biqueli .....	366
Figura 61: Interação das componentes-chave dos fatores críticos de sucesso do desenvolvimento comunitário no Suco Biqueli.....	367
Figura 62: Relação entre o capital social, a participação e o <i>empowerment</i> comunitário nas dinâmicas de cooperação num processo de Desenvolvimento Comunitário no Suco Biqueli .....	369
Figura 63: Relação entre o Capital Social, Participação & <i>Empowerment</i> Comunitário nas dinâmicas da cooperação dos atores sociais no Desenvolvimento Comunitário em Biqueli .....	371
Figura 64: Dilemas do capital social, da participação e do <i>empowerment</i> comunitário no processo de Desenvolvimento Comunitário no Suco Biqueli .....	373

## Relação de Abreviaturas e Siglas

ADB	<i>Asian Development Bank</i>
CBO	<i>Community Based Organizations</i>
CEP	<i>Community Empowerment Program</i>
CNIC	Centro Nacional de Investigação Científica
EUA	Estados Unidos América
GAD	<i>Gender and Development</i>
GMF (gmf)	Grupo de Gestão da Facilidade ( <i>Grupo Maneja Facilidade</i> )
GoTL	Governo de Timor-Leste
MAEOT	Ministério da Administração Estatal e Ordenamento Territorial
MDG	<i>Millennium Development Goals</i>
NCBA – CCT	<i>National Cooperative Business Association</i> – Cooperativa do Café de Timor-Leste
NSDP	<i>National Strategic Development Plan</i>
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAAS	Pessoal de Apoio da Administração do Suco
PDD	Pacote de Desenvolvimento Decentralizado
PDID	Plano de Desenvolvimento Integrado Distrital
PDL	Programa Desenvolvimento Local
PDN	Plano de Desenvolvimento Nacional
PEDN	Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional
PNDS	Plano Nacional de Desenvolvimento do Suco
RDTL	República Democrática de Timor-Leste
SDG	<i>Sustainable Development Goals</i>
SEPFOPE	Secretário de Estado da Política de Formação Profissional e Emprego
UNDP	<i>United Nations Development Programme</i>
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
UNTL	Universidade Nacional de Timor-Leste
US	<i>United States</i>
ZEESM	Zona Especial de Economia Social de Mercado

## **Introdução**





## Introdução

O presente estudo, intitulado “**Capital Social e Desenvolvimento Comunitário em Timor-Leste: o Caso em Suco Biqueli-Atauro, Dili, Timor-Leste**”, destina-se à obtenção do grau de Doutor em Sociologia na Universidade de Évora. As razões, que me levaram ao desenvolvimento do tema do trabalho de investigação, foram diversas e dizem respeito ao cumprimento dos requisitos do programa de doutoramento, passando pela especificidade conjuntural e estrutural das lógicas de desenvolvimento em Timor-Leste, e a constatação de poucos estudos sociológicos nos repositórios digitais consultados sobre o tema do desenvolvimento em Timor-Leste, e nenhum estudo sobre o tema do capital social e do desenvolvimento comunitário em Timor-Leste, e a sua incidência no Suco<sup>1</sup> Biqueli. Não nego que tive igualmente motivações de ordem pessoal na escolha do tema do estudo.

A República Democrática de Timor-Leste, adiante designada apenas por Timor-Leste ou RDTL, é uma jovem nação, cuja independência foi restaurada no dia 20 de maio de 2002. Historicamente, Timor-Leste foi uma colónia de Portugal durante quatro séculos e meio (450 anos), seguida de duas décadas e meia (25 anos) sob a ocupação do regime militar indonésio. Entre 1999-2002, Timor-Leste viveu um período de transição de 3 anos, sob a administração da Organização Nações Unidas (ONU) (Dolven et al., 2012).

Timor-Leste apresenta historicamente dois grandes objetivos que inspiraram a sua luta pela autodeterminação durante o tempo da ocupação regime militar indonésio. Em concreto, estes dois objetivos principais consistiam e consistem na libertação da pátria e na libertação do povo (Silva, A., 2011, p. 279). O primeiro objetivo já foi alcançado pela reconquista da independência no dia 20 de maio de 2002, processo antecedido pela consulta popular ou referendo realizada no dia 30 de agosto de 1999, sob a égide da Organi-

---

<sup>1</sup> Suco: terminologia em tétum (Timor-Leste) e sinónimo de vila na aceção da língua portuguesa. O território da República Democrática de Timor-Leste é constituído pela parte leste da ilha de Timor, acrescida do enclave de Oe-Cússe e dos ilhéus de Atauro e Jaco. Em termos de divisão administrativa, o território encontra-se organizado por 13 Distritos, 65 Subdistritos, 442 Sucos e 2.225 Aldeias (cfr. Diploma Ministerial do Ministério da Administração Estatal n.º 199/2009 da RDTL).

zação das Nações Unidas (ONU), seguida de três anos (2000-2002) de regime de transição sob a administração da ONU. O segundo objetivo consiste na libertação do povo da pobreza e da miséria, que à priori não parece fácil de alcançar.

A verdade é que interrogamos: Como e quando é que se pode “libertar” o povo da pobreza e da miséria? Quem é que vai “libertar” o povo? Para “conquistar” e atingir este objetivo, o Governo de Timor-Leste elaborou dois grandes planos de desenvolvimento nacional para duas décadas e meia. Foi primeiramente criado o Plano Nacional Desenvolvimento ou PND 2002, documento estruturante da visão *Timor-Leste 2020*, também conhecido com a “Nossa Nação o Nosso Futuro”. Perspetiva-se que, num período vinte anos, Timor-Leste tornar-se-ia numa sociedade democrática e próspera, com suficiente comida, abrigo e roupas para todas as pessoas e um ambiente sustentável (PND, 2002). Porém, com o processo ainda em curso do primeiro plano de desenvolvimento nacional, em 2010-11, o Governo procedeu ao seu ajustamento temporal, renovando esse plano desenvolvimento nacional para uma extensão de 20 anos, ou seja até 2030.

Com a alteração da visão *Timor-Leste 2020* para *Timor-Leste 2011-2030*, também conhecida como Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional ou PEDN 2011-2030, com visão e objetivo geral semelhantes aos do plano anterior, ou seja, o Governo da RDTL admite que, nos próximos vinte anos, Timor-Leste poder-se-á tornar numa sociedade democrática e próspera, com suficiente comida, abrigo e roupas para todas as pessoas, aliás um “**Timor-Leste sem pobreza**”. Subjaz nesta visão a ideia de que, na perspetiva da ação governativa, a comunidade de Timor-Leste viverá nos próximos vinte anos nas condições de autossuficiência, admitindo ainda que no final de vinte anos irá acontecer ou ocorrer a redução e a erradicação da pobreza. Para alcançar este desígnio de prosperidade do país, o governo de Timor Leste estabeleceu dois grandes objetivos de desenvolvimento; 1) Reduzir a pobreza em todos os sectores e regiões, 2) Melhorar o crescimento económico com equidade e desenvolvimento sustentável, melhorar a saúde, educação e bem-estar para todos em Timor Leste (PEDN, 2011-2030, p. 9).

Depois de uma década e meia (2002/2015) da restauração da independência, parece que, *a priori*, algumas “mudanças” e “progressos” do desenvolvimento ocorreram no país. No entanto, os dados oficiais e os relatórios técnicos dos organismos internacionais sugerem que não parece que tenha ocorrido qualquer mudança sobre a situação da

pobreza em Timor-Leste, e quiçá, é muito provável que, na atualidade, os números da pobreza sejam “piores” do que há uma década atrás. Os dados disponíveis e largamente divulgados nos *medias* revelam que, no início da década de 2010, em Timor-Leste<sup>2</sup>, 41% da população vivia abaixo da linha de pobreza das necessidades básicas, com estimativas que apontavam para 58% das comunidades a viver em condições habitacionais precárias e que a maioria não tinha acesso à água potável e ao saneamento. Cerca de 40% das pessoas viviam num estado de pobreza de rendimento, com menos de \$0,55 US dólares por pessoa por dia (PNUD, 2006).

De acordo com os dados divulgados pela UNDP no seu *Human Development Reports* 2018 sobre Timor-Leste, neste momento, 11,6 % de jovens entre os 15 e os 24 anos encontram-se desempregados, ou seja, cerca de 24 mil jovens<sup>3</sup>. Sabe-se ainda que a UNDP aponta para 30,3% da população a viver com 1,9 dólares por dia e que os dados oficiais do Governo da RDTL apresentam uma elevada a percentagem da população pobre a viver com um rendimento abaixo da linha da pobreza (cerca de \$ 0,55 US dólares per capita por dia), sendo 46 % nas áreas rurais e 26 % áreas urbanas<sup>4</sup>. Acrescenta ainda o recente relatório da UNDP que 45,8% da população vive num quadro multidimensional de pobreza, com elevados níveis de privações em termos de saúde, educação e os limiares dos padrões de vida condigna (habitação, água potável, emprego, etc.).

Não obstante os sucessivos Governos de Timor-Leste terem efetuado vários “progressos” ao nível do desenvolvimento humano após a restauração da independência, o país permanece ainda como um dos países mais pobres da Asia Oriental (PNUD, 2006, 2018). É caso para afirmar que, embora Timor-Leste seja politicamente um país livre, os dados descritos acima sugerem que a comunidade continua a estar acorrentada à pobreza.

É pela constatação destes indicadores “severos” de pobreza que não admirámos a presença nos *medias* sociais de “vozes” com um tom deveras crítico sobre o papel que os sucessivos Governos da RDTL têm tido no desenvolvimento nacional. Sem pretender

---

<sup>2</sup> <http://devpolicy.org/the-difficulties-of-development-in-timor-leste-20131127/> Acesso em 8/12/2015

<sup>3</sup> <http://timoragora.blogspot.pt/2015/10/dezempregu-tl-sae-ba-pursentu-11.html>, Acesso em 4/10/2015

<sup>4</sup> <http://hdr.undp.org/en> Acesso em 6/9/2019; [https://tet.wikipedia.org/wiki/Tim%C3%B3r\\_Lorosa'e](https://tet.wikipedia.org/wiki/Tim%C3%B3r_Lorosa'e), Acesso em 4 de outubro, 2015

considerar o papel dos *medias* sociais como a única “verdade”, não deixa de não ser relevante referir o conteúdo de um dos *blogs*<sup>5</sup> consultados que refere sumariamente que embora o Governo tenha “gasto muito dinheiro” ao longo dos últimos anos, a verdade é que o povo de Timor-Leste continua a enfrentar muitos problemas, incluindo a malnutrição, a fome e a falta de água potável e um saneamento deficiente, bem como a existência duma educação primária muito abaixo dos padrões considerados como razoáveis, fazendo “reavivar” os tempos da miséria e da pobreza da era da ocupação indonésia.

Em todo o caso, é de notar que durante o tempo de ocupação do regime militar indonésio, Timor-Leste teve três grandes frentes de ação na luta contra a situação: a) frente armada; b) frente clandestina; c) frente da diplomacia (Preâmbulo da Constituição da RDTL, 2002). Durante o período da ocupação, as “redes sociais” foram bastante “fortes” nas diferentes frentes de ação. Se é verdade que Timor-Leste reconquistou a sua independência através da “força” da ação coletiva e das frentes armada, clandestina e diplomática, não é menos verdade que se sabe que também a igreja católica<sup>6</sup> teve um contributo relevante. Será que existia naquela época uma estrutura de relacionamentos entre os timorenses e as suas “redes sociais”, que permitia assegurar uma certa “força” social ou capital social para superar o problema da ocupação indonésia?

Sem pretender entrar, por ora, em pormenor sobre a noção de capital de social, podemos dizer que, parafraseando Coleman, Putnam, Field (2003), entre outros, admitimos que Timor-Leste tenha conseguido a reconquista e atingiu a libertação da pátria através das “forças” do capital social que existia naquela época e que mobilizava a participação ativa das comunidades timorenses contra a ocupação indonésia e para a autodeterminação do território. Por outras palavras, nesse período de ocupação indonésia, o capital social não era apenas um recurso da rede de luta pela independência, mas era sobretudo uma característica que fazia parte da vida social dos timorenses, que potenciava as “redes sociais” e estimulava as normas e as crenças que, parafraseando Putnam (1993), encorajavam “os participantes para agirem em conjunto de forma mais eficaz para alcançar objetivos comuns” (Putnam 1993 citado por Field, 2003, p. 51), e que no caso em concreto,

---

<sup>5</sup><http://laohamutuk.blogspot.pt/2015/12/submission-on-proposed-2016-state-budget.html>, Acesso em 6/12/2015

<sup>6</sup>[http://www.sapo.pt/noticias/ex-comandante-das-falintil-reconhece-erros-do\\_55d4395f628542931cfae8f6](http://www.sapo.pt/noticias/ex-comandante-das-falintil-reconhece-erros-do_55d4395f628542931cfae8f6), Acesso, em 01/03/2016

era o grande objetivo da libertação do povo da opressão da ocupação indonésia e a luta pela independência do território.

Sendo eu natural de Timor-Leste, com uma vivência prolongada no território, pude verificar que, após a restauração da independência em 2002 e fruto da instauração em termos constitucionais de um sistema político do tipo multipartidário, as populações da RDTL “dividiram-se”, em termos gerais, entre alguns grupos dos partidos políticos (perceptíveis pela constatação de manifestações exteriores, desde bandeiras nas casas, às roupas identificadoras, etc.). Viviam-se nessa época um período de grande fragmentação da população por razões político-partidárias e ideológicas.

Perante os factos descritos acima, interrogo o seguinte. Será que a afetação de grupos de indivíduos como militantes e ou simpatizantes a distintos grupos partidários contribuiu para a diminuição do “espírito de coletividade” e a cooperação entre uns e outros, relegando as ações e a intervenção social e pública nas mãos das elites dos partidos? Sabendo que o Governo da RDTL tem desempenhado um papel fundamental no processo de desenvolvimento<sup>7</sup>, sobretudo no âmbito do combate à pobreza, porquê é que se mantém a situação ao fim de tantos projetos de intervenção? Será pela falta da participação da comunidade? Será que a população está a tornar-se paulatinamente cada vez mais “individualista”, fazendo emergir uma comunidade cada vez mais passiva e dependente, que só se mobiliza nos períodos eleitorais? Será que a comunidade está a afastar-se dos processos de desenvolvimento, nomeadamente do desenvolvimento comunitário no mundo rural, relegando para os agentes governamentais e as ONG a condução do processo? Será que, na atualidade, existe uma fragmentação social em Timor-Leste, onde se esvaziam de dia para dia, as redes de apoio social, a inoperatividade do capital social no território em geral, e no mundo rural em particular? Será que a sociedade timorense se encontra cada vez mais estratificada na era da pós-independência, de tal modo que existem clivagens extremos entre o mundo urbano e rural, estando os ricos no espaço urbano, confinando os pobres no meio rural? Se assim for, esfumaram-se os princípios de solida-

---

<sup>7</sup> <http://timor-leste.gov.tl/?cat=39&lang=tp>, Acesso em 06/12/2015

riedade, e enfraqueceram-se as conexões, os laços, os vínculos de confiança, e a participação ativa no trabalho em rede que outrora influenciou a coesão dos movimentos de resistência em prol da libertação e da autodeterminação da pátria timorense?

Poderia estar aqui a especular sobre um conjunto de interrogações, mas este não é certamente o espaço para o efeito. Contudo, perante as questões referidas acima, sobretudo pela constatação da severidade plural de um conjunto de indicadores sobre a pobreza que me oferece uma perspectiva de amplas e profundas desigualdades sociais multidimensionais em Timor-Leste, levou-me à inquietação sociológica para questionar não só a forma como a população rural tem procurado “sobreviver” no imenso mar de privações, mas sobretudo, o que é que os líderes comunitários ou as lideranças comunitárias<sup>8</sup>, os agentes governamentais, as organizações não governamentais (ONG) e demais instituições ou grupos sociais têm procurado fazer para minimizar tais efeitos perversos da pobreza nos espaços sociais rurais da RDTL.

Uma outra razão de ser do estudo situa-se na constatação de poucos estudos sociológicos nos repositórios digitais consultados<sup>9</sup> sobre o tema do desenvolvimento em Timor-Leste, e nenhum estudo sobre o tema do capital social e do desenvolvimento comunitário em Timor-Leste, e ou que analise a realidade social do Suco Biqueli, tal como referi anteriormente. Embora haja várias teses de mestrado, são ainda poucas as teses de doutoramento que versam sobre Timor-Leste. Apenas encontrei duas da área da Sociologia realizadas nas universidades portuguesas e que abordam a problemática do desenvolvimento em Timor-Leste, sendo uma relacionada com o desenvolvimento educacional e a outra com a participação comunitária e as desigualdades de género.

Um dos estudos sociológicos sobre o desenvolvimento em Timor-Leste foi realizado por José António Costa (2018), intitulado “*Desenvolvimento e educação: contributo para uma estratégia de intervenção de Timor-Leste*”. Trata-se de um estudo realizado no âmbito do Programa de Doutoramento em Sociologia da Universidade de Évora em que

---

<sup>8</sup> Entende-se por liderança comunitária em Timor-Leste, todo o indivíduo que tem o papel de líder na comunidade, quer em termos formais, quer informais. Para manter o sentido da palavra utilizada em Timor-Leste, usamos de forma indistinta liderança comunitária e líder comunitário.

<sup>9</sup> Consultei os repositórios das publicações científicas das universidades portuguesas (Universidade de Évora, Universidade dos Açores, Universidade do Algarve, Universidade da Beira Interior, Universidade Católica Portuguesa, Universidade de Coimbra, Universidade de Lisboa, Universidade da Madeira, Universidade Nova de Lisboa, Universidade do Porto, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro). Consultei alguns repositórios das universidades do Brasil, mas não encontrei qualquer trabalho sobre o tema de desenvolvimento em Timor-Leste.

o autor procurou analisar a “natureza das linhas das políticas públicas e ação governativa no processo de desenvolvimento educacional nos 15 anos de independência de Timor-Leste” (Costa, J., 2018, p. 5). Tomando uma perspectiva de análise mais próxima de uma leitura macrossociológica, privilegiando conceitos e perspectivas da sociologia do desenvolvimento e uma abordagem qualitativa, o autor discute e analisa as dinâmicas de desenvolvimento da área da educação em Timor-Leste, tendo concluído que existe um

“panorama dum puzzle de elementos que modelam o processo do desenvolvimento educacional em Timor-Leste. Por um lado, se assiste um quadro de constrangimentos e dilemas socioeconómicos e políticos próprios dum país recente em processo de construção, e por outro lado, a necessidade de tecer novas redes de ação nas políticas públicas conducentes à melhoria da situação da educação e formação, e o seu desenvolvimento em Timor-Leste. Tratam-se de desafios que marcam indubitavelmente as orientações políticas e as estratégias a adotar em prol dum desenvolvimento sustentável do capital humano timorense” (Costa, J., 2018, p. 345).

Destacam-se ainda nos resultados desta tese de José Costa (2018) que a

“qualidade do ensino é considerada fraca em todos os níveis de ensino, carecendo essencialmente de modelos, processos e indicadores que permitam avaliar a mesma qualidade nos diferentes processos educativos, [e que] apesar de estar implícita nas políticas educativas a ideia de educação para todos, o acesso ao ensino superior é ainda deficitário, por insuficiência de recursos e infraestruturas para acolher todos que o procuram” (Costa, J., 2018, p. 346).

Face aos resultados do estudo, o autor sugere uma nova lógica na

“dinamização das orientações políticas, é necessário dotar o sistema de um plano operacional, integrado e realístico, baseado nas potencialidades dos recursos, as necessidades da população, e os objetivos políticos de desenvolvimento sustentável traçados para o setor educacional” (Costa, J., 2018, p. 346).

No estudo de José Costa (2018), embora ao autor teça algumas considerações conceituais sobre o desenvolvimento comunitário e o capital social, estes conceitos não fizeram parte da exploração empírica, pelo que a tese analisada não apresenta qualquer análise, reflexão e discussão sobre os impactos do capital social no desenvolvimento em Timor-Leste.

Um segundo estudo sobre o desenvolvimento em Timor-Leste foi realizado por Therese Nguyen Thi Phuong Tam (2013) com o título de “*Rural Water Supply and Sanitation as Means for Development*”. Trata-se de um estudo realizado no âmbito do Programa de Doutoramento em Sociologia do Instituto das Ciências Sociais da Universidade do Minho, redigida em inglês, onde a autora procurou relevar a importância das

“questões da participação das comunidades e da desigualdade de género que se levantam em torno dos projetos de abastecimento de água e de saneamento básico em meios rurais, em si importantes no quadro de uma estratégia de redução da pobreza no subdistrito de Maubara e em Timor-Leste no seu todo. A pesquisa é feita através de uma abordagem metodológica qualitativa, recorrendo sobretudo a dois estudos de caso realizados em duas pequenas localidades” (Tam, 2013, resumo).

Sob o ponto de vista teórico, a autora convocou as teorias do desenvolvimento, analisando criticamente o significado do desenvolvimento económico, assim como, recorreu às perspectivas das teorias feministas para refletir sobre o feminismo e a modernização, o feminismo e o marxismo, convocando ainda as teses do feminismo pós-moderno para criticar as lógicas das desigualdades de género e os seus efeitos na participação das mulheres do mundo rural.

Em termos empíricos, a autora analisou a importância da participação comunitária, olhando as dinâmicas participativas de forma não “estática ou garantida”, discutindo sobretudo a participação ativa das mulheres num processo de desenvolvimento comunitário, com enfoque no problema do abastecimento de água potável e do saneamento básico e a sua relação com o desenvolvimento em duas comunidades do Posto Administra-



tivo de Maubara, Liquiça, Timor-Leste. Os resultados do estudo de Tam (2013), que analisaram comparativamente dois sucos; são colocados em evidência a relevância dum conjunto de fatores que afetam o processo participativo das duas comunidades, argumentando que

“as características geográficas, demográficas, económicas e sociais têm um grande impacto na sustentabilidade da distribuição da água às aldeias de Maubara, Liquiça. O clima ao longo das áreas costeiras é extremamente seco. Tendo estas áreas com fraca cobertura arbórea, não atua para a retenção da água que vem das montanhas aquando da época das chuvas pesada, desperdiçando-a toda no mar. Portanto, essas áreas são muito vulneráveis à escassez de água e aos desastres naturais (...). As duas aldeias têm suas próprias histórias míticas e orais, e partilham histórias semelhantes de como a comunidade e o local foram edificados com base na tradição do respeito pelas “propriedades culturais” que os ancestrais legaram. As histórias míticas têm vindo a ser recuperadas através de narrativas transmitidas de geração em geração, inculcando um sentimento de orgulho da sua própria origem. Em termos gerais, a atual condição económica, social e cultural da comunidade influenciou as bases e a forma da participação da comunidade nos projetos de água e do saneamento” (Tam, 2013, p. 178).

Para a autora, um processo participativo é sobretudo um esforço coletivo e não se concretiza sem um efetivo envolvimento dos grupos comunitários, afirmando ainda que

“a pesquisa revelou diferenças na compreensão e na definição do conceito de participação. Os membros da comunidade entendem a participação como um esforço coletivo para alcançar um bem comum. Eles enfatizaram o valor de ser inclusivo, requerendo o envolvimento de grupos marginalizados na comunidade. Por outro lado, a comunidade também admite que o envolvimento excessivo no trabalho comunitário também afeta as suas atividades diárias de criação do rendimento, principalmente ao nível das mulheres. (...). A abordagem da gestão participativa baseada na comunidade na manutenção da água é adequada para um pequeno pro-

jeto dum sistema de água por gravidade (...). Mas não tem influência numa estrutura externa maior que também afeta suas vidas (...), a resposta lenta das ONGs ou do governo, a monitoria ou o controle das agências responsáveis são insuficientes” (Tam, 2013, p. 178-179).

Em termos estritos, Tam (2013) conclui que a participação das comunidades assume uma característica do tipo paternalista, muito presente no quadro da mobilização das dinâmicas de ação para a satisfação das necessidades básicas, nomeadamente quando se referem às infraestruturas do sistema de fornecimento da água potável. Tal como a autora assume no resumo da tese, a

“desigualdade de género, especialmente quando enraizada em práticas culturais e sociais que pouco mudaram e estão profundamente firmadas nas instituições sociais, pode ser reduzida pela introdução de práticas mais igualitárias, quando e se os princípios de desenvolvimento comunitário estiverem totalmente implicados nos programas e nos projetos concretos” (Tam, 2013, resumo).

A autora conclui ainda que os

“fatores socioeconómicos, culturais, institucionais, naturais, bem como os tipos de liderança, até certo ponto, têm um impacto significativo sobre a participação da comunidade e, portanto, sobre a sustentabilidade da distribuição de água. No entanto, uma pequena diferença nos resultados revela que um alto nível de escolaridade não é um fator determinante que influencia diretamente a participação da comunidade, mas sim a experiência de filiação numa organização e num grupo social” (Tam, 2013, resumo).

Não obstante Tam (2013) ter analisado, através do estudo de caso comparativo de dois Sucos do Posto Administrativo de Maubara, Liquiçá, relevando a importância da participação da comunidade no processo do desenvolvimento comunitário, o seu estudo

não aborda nem discute ou reflete sobre as dinâmicas das redes sociais onde veiculam o capital social, cujas forças relacionais parecem ser as que permitem potenciar a mobilização da ação coletiva na construção da participação com vista à satisfação das necessidades de fornecimento da água potável em duas comunidades do mundo rural de Timor-Leste.

Os estudos de Tam (2013) e Costa, J. (2018) colocam em evidência que o processo de desenvolvimento em Timor-Leste não é linear, estando as políticas públicas e sociais longe de conseguirem satisfazer as necessidades da sustentabilidade da distribuição de água, bem como, a capacitação (qualificação) dos atores sociais para a construção dum processo participativo. Em todo o caso, somos a considerar que a capacitação e a participação são dois aspetos que ambos os autores relevam no domínio do desenvolvimento em geral, e comunitário em particular. Em termos estritos, os resultados destes dois estudos sociológicos representam igualmente um certo alerta para a “consciencialização pública” que existem recursos disponíveis ao nível da comunidade, e que podem e devem ser mobilizados para o desenvolvimento nacional e estratégico em Timor-Leste em geral, e a nível local em particular.

Tal como Bell argumenta, em

“qualquer investigação, seja ela qual for a sua dimensão, implica a leitura do que as outras pessoas já escreveram sobre a área do seu interesse, escolha de informações que fundamentem ou refutem os seus argumentos e redação das suas conclusões. Num projeto de pequena dimensão não lhe será exigido que produza um relato definitivo do estado em que se encontra a investigação na área que selecionou. Terá, porém, de demonstrar que fez determinadas leituras importantes e que se inteirou do estado do conhecimento do seu tema” (Bell, 1997, p. 51).

Assim sendo, à medida que fui fazendo a revisão bibliográfica, constatei que o desenvolvimento não é um mero fenómeno de transformação no sentido do progresso e do crescimento económico, moldado pela esfera política. Hoje, apela-se cada vez mais a um desenvolvimento alternativo (Friedmann, 1996), distante das perspetivas *top-down* que marcaram as lógicas de crescimento económico que, há várias décadas, moldaram as

ideologias políticas de desenvolvimento dos países, quer sejam do mundo ocidental, quer sejam dos países emergentes e as do terceiro mundo (Ribeiro, 2017).

É indubitável que o desenvolvimento é sobretudo um fenómeno social, económico, cultural e político que uma comunidade procura alcançar para ter uma vida melhor. É precisamente pela relevância do desenvolvimento comunitário como um “conjunto dos processos pelos quais uma população une os seus esforços aos dos poderes públicos com o fim de melhorar a sua situação económica, cultural e social e bem assim integrar-se na vida da nação e contribuir para o progresso nacional geral” (Silva, M., 1963, p. 543) que comporta um conjunto de redes de interação macro, meso e micro social, materializadas como “trabalho comunitário”, “organização comunitária”, “ação comunitária”, “prática comunitária” e “mudança na comunidade” (Ife & Tesoriero, 2008), ou “serviço social de comunidades”, e “intervenção comunitária” (Carmo, 1999), ou ainda “planeamento social e ação social” (Rothmann, 1987; Carmo, 2001) e que, em última instância, apela a uma abordagem cada vez mais centrada nas pessoas (*people centered development*) no processo de desenvolvimento que tem entusiasmado os agentes de desenvolvimento e os investigadores das ciências sociais sobre os impactos do modelo na mudança e na melhoria das condições de vida.

É precisamente pelo interesse em compreender como tais aspetos concetuais relevam a importância da participação ativa da comunidade na mudança e na melhoria das suas condições materiais e sociais de vida, e sabendo que ao fim de quase duas décadas os sinais de pobreza teimam em persistir nos espaços sociais rurais de Timor-Leste, que moveram a minha inquietação sociológica e a vontade em aprofundar o tema do capital social no contexto do desenvolvimento comunitário, tomando como campo empírico, o Suco Biqueli, um dos 5 sucos do Posto Administrativo de Ataúro, integrado no Município de Dili. De notar que Biqueli tem 4 aldeias (Ilicnamo, Ilidua Douro, Pala, Uaro-Ana), estando situado no extremo norte da pequena ilha de Atauro, ilha que foi uma “ilha prisão” na era colonial portuguesa, e que dista cerca de 52 km a norte de Dili, separado pelo estreito de Wetar. O Posto Administrativo de Atauro é formado por 5 sucos: Beloi, Biqueli, Macadade, Maquili, Vila Maumeta.

Escolhi o Suco de Biqueli como um lugar e objeto de estudo da sua comunidade, ao tomar conhecimento dos dados sobre os Sucos mais pobres em Timor-Leste, recolhidas em 2007 pela equipa de pesquisa e avaliação, designada *Participatory Poverty Assessment Team*, CNIC, UNTL, onde Biqueli surge como um dos territórios com o índice mais elevado de pobreza, dentro dos 30 sucos considerados mais pobres do país, ultrapassando os Sucos dos municípios Bobonaro (Maliana) e Suai (Covalima) que até data eram considerados os mais pobres.

De acordo com as fontes oficiais, a maioria da população de Biqueli é cristã protestante, situação inversa à maioria da população timorense que se manifesta como católica apostólica romana. Foram identificadas poucas vias de comunicação terrestre (estrada), ausência de acesso generalizado à energia elétrica e à água potável canalizada como os três principais indicadores da pobreza que obstaculizam o desenvolvimento da comunidade.

Embora, após uma década e meia (15 anos) da restauração da independência (2002-2016), se possa vislumbrar algumas mudanças dos padrões de vida (*living standard*) na comunidade Suco Biqueli, dados do relatório de *Asian Development Bank* (ADB) (2013) apontam a comunidade do Suco Biqueli como um dos sucos que já teve os padrões de vida mais baixo (*the Lowest Standard of Living*) em Timor-Leste. Segundo *Asian Development Bank* (ADB) (2013, p. v), os padrões de vida são avaliados através da posse de bens que a comunidade possui no suco. Os principais quatro padrões de vida dizem respeito à qualidade da habitação, à propriedade de bens duráveis domésticos, como carros, telemóveis (celulares) ou rádios, e à posse de propriedade do gado (*livestock*). Embora Biqueli já não esteja na “zona vermelha” dos sucos com padrões de vida mais baixos, o relatório do ADB (2013) aponta ainda para a necessidade de uma melhor intervenção e de um maior esforço para o desenvolvimento da comunidade de Biqueli, nomeadamente na melhoria dos padrões de vida relacionados com a habitação (a casa de abrigo) da comunidade, as infraestruturas básicas e o acesso aos serviços públicos básicos.

Como sabemos, a finalidade do desenvolvimento, ou melhor do desenvolvimento da comunidade, consiste na melhoria das condições de vida das comunidades (Ife & Tesoriero, 2008; Soetomo, 2011, 2012). Diferentes autores sugerem que os resultados e o

sucesso dum processo de desenvolvimento podem ser medidos e compreendidos através dos indicadores sociais referentes aos níveis de redução da pobreza e do desemprego num dado espaço social fragilizado. Não há dúvida que é importante a melhoria das condições de vida duma comunidade pobre, através dos processos de desenvolvimento, mas a que preço e com quais condições e estratégias políticas se implementam processos de sucesso?

Se atendermos aos estudos sobre a relação entre o capital social e o contexto de desenvolvimento (desenvolvimento da comunidade), tal como o realizado por Haque (2007), é de relevar a imprescindibilidade de um “forte” capital social para impulsionar as dinâmicas de desenvolvimento. De recordar que Haque (2007) conclui no seu estudo que há: 1) uma relação forte e positiva entre o capital social, o desempenho das organizações baseadas na comunidade (*Community Based Organizations* ou CBO) e o desenvolvimento rural; 2) as CBO mais fortes surgem nas áreas rurais (aldeias) dotadas de elevado nível de capital social; 3) as ações coletivas ocorrem com mais frequência nas áreas rurais (aldeias) como elevado nível de capital social e fortes CBO; 4) enfim, uma relação significativa foi encontrada entre o bem-estar e o *stock* de capital social (Haque, 2007, resumo).

Atende-se ainda a ideia de capital social de Paiva (2008) que argumenta a sua génese no domínio das potencialidades da ação social, pelo que o seu

“conceito de capital social pressupõe que toda a ação social repetida implica uma relação, sob a forma potencial, ativa ou memorial, de tipo físico ou mental, com algum tipo de resultado materialmente observável. A este resultado materialmente observável chamámos, em sentido lato, património. E dissemos que o resultado material das ações sociais cria vários tipos de património, nomeadamente património natural (aquilo que sendo natural tem intervenção da ação humana e está de alguma forma modelado ou transformado socialmente), construído, produtivo, cultural, linguístico, demográfico e social” (Paiva, 2008, p. 428).

Entende ainda a autora que qualquer comunidade resulta de

“um equilíbrio particular de um conjunto de modos de ligação dos atores sociais e de organização da ação social e suas consequências com forma patrimonial, ou seja, entendemos que a sociedade tem um valor específico que beneficia o seu possuidor em alguma medida. É suposto que as coisas se passam assim independentemente de termos, ou não, maneira de identificar e definir esse património. Assim, definimos o capital social como um tipo particular de património, partilhado por vários indivíduos, que resulta diretamente das relações, intencionais e ocasionais ou involuntárias, que estes estabelecem entre si, com vista à atualização das suas vidas” (Paiva, 2008, p. 428).

Para Vasconcelos (2011) o capital social resulta de um quadro de relações e sociabilidades específicas, sugerindo que o

“capital social designa assim, como vimos, um efeito de relações que produzem bens que beneficiam socialmente os seus detentores, apesar de o investimento que constituem não ter sido interessado e utilitário, mas sim, predominante e tendencialmente, um comprometimento desinteressado na sociabilidade, ainda que um comprometimento com resultados materialmente objetiváveis” (Vasconcelos, 2011, p. 269)<sup>10</sup>.

Acrescenta ainda o autor que

“Bourdieu pensa o capital social como recurso apropriável pelos agentes sociais (atores sociais tanto individuais ou coletivos), com impacto nos processos de diferenciação social. Todavia, Coleman e Putnam, pensam o capital social como características das comunidades, com impacto no seu bem-estar e desenvolvimento económico e político” (Vasconcelos, 2011, p. 9).

---

<sup>10</sup> Para Vasconcelos (2011), “Se as relações de sociabilidade são o contexto de que podem emergir os efeitos do capital social, então serão as relações de sociabilidade mais carregadas de gratuidade relacional, bem como de obrigatoriedade prescritiva (ainda que veiculada pelas semânticas da emocionalidade), aquelas em que mais frequentemente observaremos o capital social em ação eficiente e continuada – a família” (Vasconcelos, 2011, p. 269)

Conjugando os resultados das teses de Tam (2013) e de Costa, J. (2018) com os argumentos de Haque (2007), Paiva (2008), Vasconcelos (2011), González-Gómez (2014), Alder & Kwon (2014), Svendsen & Svendsen (2009), entre outros, e as perspectivas clássicas de capital social de Coleman (1990), Putnam (2003), Portes (2000), Field (2003), somos a considerar que falar sobre o desenvolvimento comunitário, estamos igualmente a falar do capital social e da participação ativa da comunidade na construção das atividades do desenvolvimento dentro da comunidade ou do seu espaço social.

Tal como referimos acima, a finalidade do desenvolvimento consiste nas mudanças dentro da comunidade e na melhoria das suas vidas, sobretudo para inverter os círculos viciosos de pobreza que teimam persistir em diferentes espaços sociais fragilizados. Criar as condições para que uma comunidade possa ser autossuficiente e viver de forma independente, é o desígnio de qualquer agente de desenvolvimento (Barbero & Cortès, 2005). Por isso, a participação e o envolvimento ativo da comunidade pobre em qualquer atividade dum processo do desenvolvimento é importante e essencial (Paul, 1987; Friedmann, 1996; Ife & Tesoriero, 2008; Soetomo, 2011; Khwaja, 2004; Tam, 2013). Contudo, é necessário ter em consideração, não só a participação ativa da comunidade e o uso dos recursos locais disponíveis, mas é igualmente fundamental, não minimizar o papel do capital social e as lógicas da cultura local existentes, assim como a necessidade de *empowerment comunitário* (Soetomo, 2011; Oakley & Clayton, 2003; Friedmann, 1996) nos processos de intervenção comunitária.

Sou natural de Timor-Leste. Vivi o período da ocupação da Indonésia, participei nas movimentações dos movimentos de libertação e assisti de perto a forma como vivia a comunidade rural nas montanhas com poucos recursos. Na pós-independência, como colaborador numa ONG e docente na UNTL, acompanhei e visitei muitas localidades rurais onde as carências e os sinais de pobreza do povo timorense eram demasiadas gritantes. Por conseguinte, sempre tive a vontade de estudar de forma aprofundada as problemáticas do desenvolvimento em Timor-Leste em geral, e os processos de desenvolvimento comunitário nos sucos rurais deste jovem país em particular (Costa, Z., & Silva, C., 2018).



Face ao exposto, procurei com o presente estudo conhecer e compreender a importância do capital social e a sua relação com a participação e o *empowerment* no desenvolvimento comunitário no Suco Biqueli, do Posto Administrativo de Atauro, integrado no Município de Dili, Timor-Leste. Para dar conta deste interesse de pesquisa, coloquei as seguintes questões de investigação: 1) Quais são as características do capital social no Suco Biqueli? 2) Como se processam a participação e o *empowerment* no desenvolvimento comunitário no Suco Biqueli?

Para dar resposta às questões da pesquisa mencionado acima, formulei como objetivo geral de estudo, analisar o capital social e as dinâmicas de participação e *empowerment* no desenvolvimento comunitário no Suco Biqueli.

Para alcançar o objetivo geral do estudo e responder melhor às questões de investigação, considerei ainda os seguintes objetivos específicos do estudo:

- Caracterizar o capital social e a sua relação com o desenvolvimento comunitário no Suco Biqueli;
- Analisar as formas de participação e de *empowerment* no desenvolvimento comunitário no Suco Biqueli;
- Conhecer os fatores críticos de sucesso do desenvolvimento comunitário no Suco Biqueli.

Estruturalmente, a parte textual do relatório da tese encontra-se dividida em algumas partes, segundo o modelo tradicional de organização dum relatório de pesquisa, contendo, em primeiro lugar, uma **introdução** (notas da introdução da tese), seguida do **desenvolvimento** (desenvolvimento do corpo da tese), e, em terceiro lugar e por último, as **notas finais do relatório da tese** (considerações finais). A parte pré-textual contém o resumo, *abstract* e índices geral, de tabelas e figuras, e a relação de abreviaturas e siglas. A parte pós-textual contém a bibliografia, os apêndices e os anexos. A parte do desenvolvimento da tese encontra-se organizado segundo três grandes tópicos a saber: Enquadramento Teórico, Metodologia e Resultados do Estudo.

Apresento no **enquadramento teórico**, designado de *Construção da Arquitetura do Enquadramento Teórico*, uma reflexão sobre os quatro principais conceitos que subjazem no tema da pesquisa e que são: Desenvolvimento Comunitário, Capital Social, Participação e *Empowerment*. Este capítulo inicia com uma *Revisita à Noção de Desenvolvimento Comunitário*, seguindo-se de um debate sobre os *Principais Contributos Conceptuais e Analíticos sobre o Capital Social*, e termina com uma reflexão crítica sobre a *Participação e Empowerment na Encruzilhada do Capital Social e do Desenvolvimento Comunitário*. Assim, no primeiro capítulo do enquadramento teórico da tese descrevi e refleti sumariamente sobre a noção de desenvolvimento e de desenvolvimento comunitário (desenvolvimento da comunidade) no contexto global e local, focando a abordagem no desenvolvimento comunitário no contexto de Timor-Leste em geral, e no local do estudo em particular. Analisei criticamente a prática de desenvolvimento comunitário, abrindo um debate e discussão sobre a abordagem de cima para baixo (*top-down approach*) e a abordagem de baixo para cima (*bottom-up approach*) que tradicionalmente modelam os processos de desenvolvimento. A seguir, no segundo capítulo da integração teórica deste relatório descrevi os principais contributos teóricos e conceitos analíticos do capital social procurando estabelecer uma ponte para contextualizar a reflexão no âmbito do desenvolvimento da comunidade. Em traços sumários, convoquei os principais contributos teóricos da sociologia sobre o capital social, entre os quais: a teoria da troca social (*social exchange theory*), a teoria da escolha racional (*rational choice theory*) e a teoria da rede social (*social network theory*). Apresento ainda neste capítulo, as perspetivas dos principais autores sobre o capital social, relevando as teses de Pierre Bourdieu, James Coleman e Robert Putnam. Analisei neste capítulo o capital social na comunidade, criticando a forma linear como ela é tradicionalmente perspetivada como um mero reflexo da capacidade das pessoas (comunidades) de trabalhar em conjunto (trabalho em equipa) baseada na confiança, tendo em vista a obtenção dum benefício mútuo para alcançar objetivos comuns. No terceiro capítulo do enquadramento teórico descrevi e desenvolvi uma reflexão sobre as diferentes perspetivas da participação e do *empowerment*. Coloco em evidência a defesa concetual de que a participação ativa e direta e o *empowerment* da comunidade são as palavras-chave do próprio desenvolvimento da comunidade. Ênfase na reflexão, escudado em quadros analíticos de que falar sobre o desenvolvimento comunitário, estamos igualmente a falar sobre um certo sistema de ação organizado dos atores

sociais que engendram jogos de poder e interesses nas dinâmicas da participação ativa e direta nas tomadas decisões e do *empowerment* da comunidade. Termino este capítulo, relevando que o desenvolvimento da comunidade sem participação ativa e *empowerment* da comunidade, será um (des)-envolvimento e (des)-*empowerment* da comunidade, pelo que, nestes termos, não existe desenvolvimento comunitário.

Dedico a segunda parte desta tese na apresentação das **Opções Metodológicas do Estudo**, organizando-as em três grandes tópicos: 1) Breves Considerações sobre a Natureza do Estudo; 2) Preferências dos Métodos e Técnicas Aplicadas no Estudo; 3) Procedimentos de Recolha, Tratamento e Análise de Dados. Início o capítulo com a apresentação e a justificação da pertinência do estudo situar-se ao nível dum abordagem qualitativa, privilegiando uma estratégia de desenvolvimento metodológico nos termos dum estudo de caso. Os dados e as informações relevantes relacionadas com a pesquisa foram recolhidas através da entrevista a 9 informantes chave, sendo estes identificados como lideranças (líderes) comunitárias, profissionais do Suco Biqueli (professores e sacerdotes da Igreja comunidade protestante) e membros da comunidade que possuem um papel de destaque no processo de desenvolvimento da comunidade no espaço social rural estudado. Além da entrevista semiestruturada, recolhi informações através da observação não participante com registo em diário de campo, tendo ainda dedicado algum tempo na pesquisa e análise documental, entre os quais os relatórios governamentais sobre Biqueli e as estatísticas oficiais. O *fieldwork* (trabalho de campo) decorreu de forma intensiva em duas fases, tendo o primeiro decorrido entre outubro a dezembro de 2016, e o segundo *fieldwork* entre setembro a dezembro de 2017. Para a análise dos dados recolhidos das entrevistas, apliquei a análise de conteúdo categorial e uma breve análise estrutural de conteúdo, seguindo de perto as perspetivas do estudo dos sistemas de sentido, segundo Hiernaux (1997) e Piret, Nizet & Bourgeois (1996). Para complementar a análise de conteúdo, submeti os dados das entrevistas à análise textual quantitativa e lexicométrica com o *software do Iramuteq*<sup>11</sup>, seguindo de perto as recomendações tutoriais de Silva, C. (2019), ou seja, aplicando as técnicas da nuvem de palavras do *corpus*, análise de similitude (coocorrências) do *corpus*, e o estudo da classificação hierárquica descendente para identificar as principais classes dos agrupamentos lexicais do *corpus*, cujos resultados

---

<sup>11</sup> Os traços gerais do *software* serão abordados mais adiante no capítulo 2.2. referente aos procedimentos para a recolha, tratamento e análise da informação.

permitiram-me desocultar um conjunto de núcleos lexicais explicativos das formas e tipologias predominantes do capital social na comunidade de Biqueli, as características dos principais traços do modelo de participação e de *empowerment* comunitário, assim como as principais características lexicais e de conteúdo que tipificam o desenvolvimento comunitário no espaço social rural da comunidade estudada.

A terceira parte do desenvolvimento da tese é dedicada à apresentação dos **Resultados do Estudo**, organizado segundo os seguintes cinco tópicos: 1) Caracterização do Suco Biqueli; 2) Caracterização do Capital Social na Comunidade de Suco Biqueli; 3) Dinâmicas do Capital Social e as Interações na Comunidade de Suco Biqueli; 4) As Formas de Participação e o *Empowerment* no Desenvolvimento Comunitário no Suco Biqueli; e, 5) Os Fatores Críticos de Sucesso no Desenvolvimento Comunitário no Suco Biqueli.

No 1º capítulo desta 3ª parte sobre os resultados, descrevo uma breve caracterização do Suco Biqueli. Em seguida, caracterizei o capital social na comunidade, segundo as tipologias e as dinâmicas do capital social da comunidade que pude identificar. Em seguida apresento ainda os dados sobre a importância e o papel do capital social da comunidade, nomeadamente os que permitem esclarecer a sua relação, por um lado com as lógicas de transparência da comunidade nas dinâmicas do trabalho em conjunto (trabalho em equipa), a solidariedade e a participação ativa da comunidade num processo de desenvolvimento comunitário, e por outro lado, os efeitos do capital social no contexto das relações de ajuda mútua da comunidade e da confiança mútua dos atores sociais nas dinâmicas de convergências de interesses coletivos. Dedico ainda o 3º capítulo dos resultados deste relatório na descrição das formas de participação e do *empowerment* no Suco Biqueli, destacando os materiais empíricos que permitiram esclarecer que as principais razões de participação ativa da comunidade de Biqueli estão relacionadas com o enfoque no combate aos problemas da pobreza e com os processos de mudança e melhoria das condições de vida da própria comunidade. Apresento igualmente neste ponto, os dados recolhidos sobre o *empowerment* procurando desta forma esclarecer as razões lógicas da importância da capacitação da comunidade no combate à pobreza e na luta pela melhoria das condições de vida, questionando ainda a importância da mobilização e a motivação das lideranças locais na construção de processos facilitadores para a sedimentação do

*empowerment* comunitário. Termino o capítulo dos resultados com a apresentação dos materiais empíricos sobre os fatores críticos de sucesso no processo de desenvolvimento comunitário em Suco Biqueli, tendo colocado em evidência dois grandes grupos de fatores críticos, sendo um relacionado com as dinâmicas de cooperação e os grupos comunitários no processo de desenvolvimento comunitário, e o outro relacionado com a concretização da satisfação das necessidades básicas da comunidade, nomeadamente no que concerne à realização de investimentos nas áreas das infraestruturas básicas (estrada, electricidade, água potável canalizada). Os resultados da análise dos fatores críticos parecem relevar a importância da participação e do envolvimento ativo da comunidade, a confiança mútua no trabalho em equipa, assim como a liderança participada (participativa), a capacitação e formação (*empowerment*) no contexto de trabalho. Estes resultados parecem sugerir um quadro “singular” da ação coletiva e organizada dos atores sociais em Biqueli na resolução dos problemas da comunidade.

A última parte no presente relatório da tese apresento as **Considerações Finais**, onde procuro sistematizar o que encontrei como relevante na pesquisa realizada, justificando o grau de cumprimento dos objetivos para um cabal esclarecimento das perguntas de investigação inicialmente colocadas. Termino esta parte textual com a apresentação de algumas recomendações e sugestões.

Para completar este capítulo da Introdução, relevo que não foi linear concluir a pesquisa realizada e conseqüentemente cumprir o Programa de Doutoramento em Sociologia. Para completar a investigação precisei de quatro anos e meio e ou quase cinco anos de trabalho, ultrapassando ligeiramente o que tinha inicialmente previsto. Iniciei os trabalhos preparatórios do estudo no primeiro ano do curso (2015/2016), tendo concluída a redação final da tese no ano letivo 2019/2020. Sei que levei mais dois anos do que era suposto ter concluído, mas dificuldades de ordem diversa, desde a questão da adaptação ao idioma de trabalho do Programa de Doutoramento (em português europeu), à densidade dos documentos encontrados na revisão bibliográfica (inglês, francês, espanhol, indonésio), passando pela distância entre Évora e Timor-Leste que não facilitou a recolha de dados, tendo tido a necessidade de organizar dois momentos de trabalho de campo, um

em 2016 e outro em 2017. Não foi linear traduzir as entrevistas realizadas em tétum<sup>12</sup> e em dialeto local (*dadu'a*) para português. Sublinho ainda que um trabalho conducente a uma tese, é um trabalho muito solitário. Confesso que tive muitos momentos de desânimo que só foram ultrapassados com a sempre disponível ajuda dos colegas do curso e da incansável ajuda e intervenção do meu orientador, através de encontros formais e informais, seja dentro ou fora da universidade.

À medida que fui produzindo os documentos para a tese, sob o estímulo do meu orientador e dos meus colegas do curso, tomei a coragem de apresentar umas sínteses dos conteúdos em fóruns científicos, tais como os encontros do CICS.NOVA.UÉvora, o IX *Congreso de la Asociación Andaluza de Sociología*, realizado em 23 e 24 de novembro de 2018, na Universidade de Huelva, Espanha, assim como no 2º CIREs - *Congresso Internacional de Redes Sociais*, realizado nos dias 7 e 8 de junho de 2018 na Universidade de Évora. Igualmente, submeti uma síntese dos dados preliminares do estudo na revista *Desenvolvimento e Sociedade - Revista Interdisciplinar em Ciências Sociais*. Todos os materiais elaborados por mim no percurso do desenvolvimento da tese e com a supervisão do meu orientador, encontram-se integrados e citados nos diferentes capítulos do presente relatório<sup>13</sup>. Assumo com sentido de responsabilidade que “repliquei” e “adaptei” na elaboração dos capítulos da tese, os textos das várias comunicações e ou publicações que apresentei nos fóruns científicos que participei no período do desenvolvimento da tese. Não se trata de qualquer tentativa de autoplágio, mas parece-me ser coerente e mais do que legítimo inseri-los, dando aos conteúdos que apresentei nos fóruns científicos, o lugar que eles merecem como parte do meu trabalho conducente à tese, sob a forma de textos integrais e ou extratos de textos. No fundo, são da minha autoria os textos produzidos e divulgados, mas no essencial, o que importa salientar, é que submeti à crítica pública

---

<sup>12</sup> É uma das línguas oficiais da RDTL, consagrada na constituição da República 2002, sendo a outra língua oficial o português.

<sup>13</sup> Por exemplo, uma síntese das perspetivas de *empowerment*, participação, desenvolvimento comunitário e capital social, descritas adiante em capítulo próprio desta tese, foi apresentada em comunicação oral em dois eventos: a) IX *Congreso de la Asociación Andaluza de Sociología*, 23 y 24.Nov.2018, Universidade de Huelva, Espanha, Grupo de Trabajo 4. Problemas sociales, políticas públicas e intervención social; b) 2º CIREs - *Congresso Internacional de Redes Sociais*, 7 e 8 de junho de 2018, Universidade de Évora. Igualmente estas sínteses foram integradas num texto sobre os resultados preliminares do estudo e publicado na revista *Desenvolvimento e Sociedade*, e nas atas dos congressos acima referidos. Na presente tese, os extratos já publicados encontram-se citados e a principal referência do documento é a seguinte: Costa, Z., & Silva, C. (2018). Lógicas do *Empowerment* Comunitário e Capital Social em Suco Biqueli, Atauro, Dili, Timor-Leste. *Desenvolvimento e Sociedade - Revista Interdisciplinar em Ciências Sociais*. 4, 131-152. Disponível em [http://www.revistas.uevora.pt/index.php/desenvolvimento\\_sociedade/article/view/294](http://www.revistas.uevora.pt/index.php/desenvolvimento_sociedade/article/view/294)

aquilo que fui fazendo no decurso do desenvolvimento da tese, tendo recolhido imensos contributos que vieram enriquecer e melhorar a construção da presente tese.

Fiz o melhor que pude e sei que tenho ainda muitas aprendizagens para realizar, mas se não fossem os apoios que recebi do meu orientador e dos meus colegas do curso, era impossível concluir esta tese.





# **1. Construção da Arquitetura do Enquadramento Teórico**



## 1. Construção da Arquitetura do Enquadramento Teórico

Apresento neste capítulo o enquadramento teórico do trabalho realizado. Sob o título de *Construção da Arquitetura do Enquadramento Teórico* irei apresentar uma reflexão sobre os quatro principais conceitos que subjazem no tema da pesquisa e que são: Desenvolvimento Comunitário, Capital Social, Participação e *Empowerment*. Este capítulo inicia com uma breve *revisita às noções de desenvolvimento e de desenvolvimento comunitário*, seguindo-se de um debate sobre os *principais contributos conceituais e analíticos sobre o capital social*, e termina com uma reflexão “crítica” sobre a *participação e empowerment na encruzilhada do capital social e do desenvolvimento comunitário*.

### 1.1. Revisita às Noções de Desenvolvimento e Desenvolvimento Comunitário

Há muita literatura disponível sobre o tema do desenvolvimento, desde amplos debates sobre o conceito aos paradigmas que o sustentam, bem como manuais de orientação das práticas de desenvolvimento. O desenvolvimento é um termo que *a priori* todos compreendem. Porém, a sua definição nem sempre é consensual porque cada um pode ter uma perspetiva distinta (Todaro & Smith, 2006), mesmo que estejamos a falar no plano do senso comum.

O termo desenvolvimento tem sido associado à noção de “progresso, resultado material e modernização tecnológica” (Martins, 2002). Porém, não é fácil falar de desenvolvimento porque encontramos ressonância da sua aplicação em vários contextos. Fala-se de desenvolvimento humano, temos o enfoque sobre o desenvolvimento económico, temos discursos em torno do desenvolvimento territorial, desenvolvimento regional, desenvolvimento local, desenvolvimento comunitário, desenvolvimento urbano, desenvolvimento rural, desenvolvimento dos recursos humanos, e encontramos ainda literatura sobre desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento empresarial, bem como desenvolvimento pessoal, desenvolvimento alternativo, desenvolvimento participativo, etc. Esgriram-se ainda argumentos contra os paradigmas funcionalistas, territorialistas, valorizando hoje as da sustentabilidade do desenvolvimento. Não obstante esta diversidade de terminologias, impossíveis de dar conta na presente investigação, delimitamos a reflexão

reconhecendo que o desenvolvimento é um conceito deveras polissémico, quiçá complexo, e muitas vezes conotado com certos aspetos da ação das políticas públicas económico-sociais.

Neste capítulo vamos iniciar com uma breve reflexão em torno dos conceitos de desenvolvimento e de desenvolvimento comunitário, contextualizando estes dois conceitos no âmbito de Timor-Leste.

### 1.1.1. Notas Breves sobre a Delimitação do Conceito de Desenvolvimento

Não há dúvida que, há várias décadas, o termo desenvolvimento tem veiculado como uma palavra da “moda”, sobretudo no âmbito dos discursos oficiais dos países ricos, quer a nível das instituições doadores dos países emergentes e do Terceiro Mundo, quer no seio das organizações internacionais que aspiram fazer do tema “desenvolvimento” o foco central da sua agenda de modernização, crescimento económico, na luta contra a pobreza, etc. Já na década de 1960, Paulo Freire (1975) advogava uma perspetiva de humanização do processo de desenvolvimento. Relembremos ainda que a agenda para o desenvolvimento do milénio, criada e implementada na última década (2000-2015) por um vasto conjunto de países signatários, preparou as bases da Agenda 2030, documento orientador das políticas públicas composto por 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) para vigorar durante quinze anos (2015-2030) (Talesco et al., 2016, p. 2). Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e o ODS serviram e servem como um guião para o desenvolvimento dos países, tanto dos países ricos como dos pobres, influenciando a formulação das linhas políticas de desenvolvimento nacional em cada país. Perspetiva-se assim num discurso otimista que, através da implementação dos desígnios dos objetivos de desenvolvimento (ODS) sejam criadas as condições para erradicar a pobreza e a fome, promover a prosperidade e o bem-estar, sem prejudicar e destruir o ambiente ou a natureza, e combater as alterações climáticas <sup>14,15</sup>.

---

<sup>14</sup> United Nations. (s/d). *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. Disponível em <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>

<sup>15</sup> Consultar o documento do Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental (2016). *Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em <https://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/cooperacao/cooperacao-portuguesa/mandato/ajuda-ao-desenvolvimento/agenda-2030>

Porém, a ideia duma vocação prática e transformadora das políticas públicas que subjazem nos objetivos de desenvolvimento das sociedades não é recente. Por exemplo, no seu livro *Introdução à Sociologia*, Norbert Elias (1970, pp. 159-160) afirma que, na segunda metade do século XX, o conceito de desenvolvimento é utilizado para se referir a problemas práticos claramente definidos ou de necessidades dum país, território, região ou local que carecem de resolução. Acrescenta ainda o autor que é “muito comum falar-se de países ‘em vias de desenvolvimento’, onde cada um dos respetivos governos luta com diferentes graus de energia (mas geralmente com a ajuda de sociedades mais ricas) no sentido de desenvolver, mudar e melhorar o seu próprio país” (Elias, 1970, pp. 159-160). Neste sentido, o termo “desenvolvimento” está e esteve sempre relacionado com uma atividade político-económica, algo que as pessoas com responsabilidades político-governativas fazem, tendo em vista o alcance de objetivos concretos, através de um certo grau de planeamento (Elias, 1970). Porém, em última instância, o que tem de essencial em falar de desenvolvimento, é o seu grande objetivo. Dito doutro modo, “o desenvolvimento planificado é bastante simples: melhorar e combater a pobreza relativa dessas sociedades” (Elias, 1970).

Parafraseando Elias (1970), o desenvolvimento dum país significa sobretudo a procura de vias e processos de aumento do rendimento da maioria e não apenas o aumento da riqueza de um grupo de pessoas privilegiadas. Enquadra-se assim numa lógica de ação pública de combate às desigualdades sociais. De facto, em quase todos os países pobres há sempre alguns indivíduos extraordinariamente ricos, e muitas vezes mais ricos do que certos países com uma melhor situação económica, e que apropriam para si os recursos do desenvolvimento. Não é de admirar que Elias (1970) argumente que a procura do desenvolvimento destas sociedades economicamente mais débeis, trata-se sobretudo de tentativas para “aliviar a pobreza de todo o povo e não só de alguns dos seus membros”. Para o autor, a sua concretização, são necessárias “fortes” políticas públicas e “medidas decisivas para regular a produtividade e o rendimento de todos os indivíduos politicamente integrados num Estado particular” (Elias, 1970, pp. 159-160). Por outras palavras, o “desenvolvimento surge como sendo essencialmente uma atividade levada a cabo por pessoas (com competências e capacidade para tal, sendo) sobretudo executada por aqueles que detêm cargos governamentais” (Elias, 1970, pp. 159-160) e pelos peritos, técnicos ou

agentes de desenvolvimento, na maioria das vezes oriundos de países ditos mais “avançados”. Na verdade, é especialmente aos olhos destes agentes de desenvolvimento que o desenvolvimento é entendido como sendo um tema relacionado com problemas essencialmente “económicos”. Por outras palavras, embora numa leitura redutora, avançar com um processo de desenvolvimento em países mais pobres, tal como advogam certos países doadores, significa sobretudo lutar pelo aumento do “potencial económico” dessas sociedades, ou melhor, dos Estados mais pobres (Elias, 1970).

Nesta linha de raciocínio, a noção de desenvolvimento não se dissocia da sua definição mais “simples” e talvez do seu uso mais “comum” relacionado com a mudança social, que pode igualmente ser considerado como um objetivo de se mudar para um estado ou situação social relativamente melhor ao que era anteriormente. Não é de admirar que se fala de “*Good Change*” ou (“mudança boa”) tal como refere Chambers (1997 referido por Thomas, 2000, p. 23). Se considerarmos que a mudança é um processo social, então ao adotarmos a definição de desenvolvimento, tendemos de enfatizar um processo em direção a um certo estado desejável na sociedade. Se este estado pode ser alcançado num curto, médio ou longo prazo, a mudança pode ter várias implicações, efeitos ou impactos para e na sociedade. Por conseguinte, a questão que se coloca aqui, não é afirmar o desenvolvimento como uma mudança, mas sim como se deve definir e avaliar uma “boa mudança” e a quem essa mudança dita de “boa” se dirige (Thomas, 2000). Assim sendo, se ao perspetivar uma ideia de “boa mudança”, estamos igualmente a relevar a importância da capacidade dos atores sociais de porem a funcionar algo diferente e melhor. Quando se refere a uma sociedade ou a um sistema socioeconómico, o “desenvolvimento” implica geralmente a ideia de melhoria, quer a nível da situação geral do sistema, quer nalguns dos seus elementos constitutivos (Bellù, 2001). Por outras palavras, ao adotarmos essa perspetiva, o desenvolvimento está igualmente relacionado com a lógica do “capacitar”, particularmente, no que concerne ao alargamento das escolhas que as pessoas podem ter e fazer numa sociedade para alcançarem as melhores condições de vida. A propósito desta questão, Bellù (2001, p. 2) sublinha igualmente que, em termos gerais, o “desenvolvimento” significa “um evento que constitui uma nova etapa numa dada situação de mudança”, ou melhor, um processo de mudança. Neste sentido, tal como referimos acima, ao qualificarmos algo de “desenvolvimento” estamos implicitamente a pretender algo positivo ou desejável.

Perspetivar o desenvolvimento centrado nas necessidades humanas (“*human-needs centred development*”), é um outro ângulo de visão. Assim sendo, entende-se o desenvolvimento como um processo que, de acordo com as suas próprias aspirações, os membros duma comunidade pretendem melhorar a capacidade dos indivíduos e das instituições na mobilização e gestão dos recursos para produzir melhores condições sustentáveis de qualidade e igualdade de vida (Corten, 1990). Esta perspetiva está em concordância simétrica com a posição da UNESCO (Alechina, 1982, p. 13) que, como sabemos, defende a ideia de que o desenvolvimento tem de estar centrado nas necessidades reais da sociedade, ser um processo total e multi-relacional, envolvendo todos os aspetos da vida duma comunidade, desde as suas relações com o mundo exterior à consciência de si de cada membro da comunidade. Assim sendo, segundo Dudley Seers (1969 referido por Thomas, 2000, p. 34) só podemos falar de desenvolvimento se tivermos em consideração o nível de satisfação das várias dimensões das necessidades humanas que possam e devem ser melhoradas. Para este autor, em termos estritos, as condições ou critérios para o desenvolvimento relacionam-se com os seguintes nove indicadores: a) baixos níveis de pobreza material; b) baixo nível de desemprego; c) igualdade relativa; d) democratização da vida política; e) independência nacional; f) boa alfabetização e níveis educacionais; g) *status* relativamente igual para as mulheres e a participação das mulheres; h) capacidade sustentável para atender às necessidades futuras; i) segurança da vida humana.

No entanto, se é verdade que há uma certa ideia otimista da prática de desenvolvimento à escala planetária, não é menos verdade que os processos de desenvolvimento nos países ditos subdesenvolvidos do Terceiro Mundo são cada vez mais orientados por uma certa ideologização e ocidentalização do processo, onde impera de forma dominante uma perspetiva de crescimento da economia, com elevados efeitos nefastos ao nível do ambiente e impactos nas vidas das comunidades.

De facto, subjaz nos processos de desenvolvimento uma outra visão pessimista, geradora de uma certa reação radical que põe a nu um conjunto de dilemas do desenvolvimento em certos países, tais como o do sudeste da Ásia, em África ou na América Central, e que muitos o designam de “antidesenvolvimento”. A propósito desta questão, Pieterse (2000, p. 178) adjectiva o desenvolvimento como a “Nova Religião do Ocidente”, argumentando ainda que, até à data, as propostas de desenvolvimento apresentadas não

trazem apenas impactos negativos no ambiente, mas comportam outras implicações, entre as quais a omnipresença de orientações das práticas moldadas por uma ocidentalização desmesurada e uma homogeneização dos modos de vida marcada pela ocidentalização forçada da(s) cultura(s) local(is). Era a lógica do “*one best way*” à americana (Amaro, 2017)

Num tom igualmente crítico, Fakihi (2004) subscreve esta tese e afirma que os processos de desenvolvimento ocorridos nas duas últimas décadas tornaram-se numa espécie de “nova religião” ou uma nova ideologia para as milhões de pessoas no Terceiro Mundo. Para o autor, a forma como o desenvolvimento tem vindo a ser “apresentado”, promete uma nova esperança para a mudança e melhoria das oportunidades de vida das populações. Porém, salienta o autor que a questão é “mais virtual do que real”, na medida em que, embora se tenham sido realizados projetos e investimentos em muitas regiões e localidades nos países “pobres”, continua a aumentar o número ou a percentagem de pessoas a viver numa situação de pobreza absoluta no Terceiro Mundo. Contudo, Fakihi (2004) argumenta que, em termos práticos, cada programa de desenvolvimento pode revelar um impacto diferente, dependendo do conceito e da lente utilizada para perspetivar os processos de desenvolvimento. Para o autor, em última instância, o conceito de desenvolvimento dominante que encontramos na atualidade, e que é aplicado na maioria dos países do terceiro mundo, reflete a mera ideologia de desenvolvimento baseado em modelos ocidentais. Neste conceito otimista de desenvolvimento, oferecido como uma inevitabilidade do processo em direção à “modernidade”, reflete apenas a dominação das formas ideológicas ocidentais do progresso tecnológico e económico (Martins, 2002) do mundo, tal como são conhecidas nas nações industriais, ditas avançadas. É assim que se entende que o desenvolvimento é quase sempre apresentado em estreita relação com “modernização” e “ocidentalização” de Norte para o Sul, onde o Norte se apresenta como “civilizadora” ou “modernizadora” do Sul (Ferreira & Raposo, 2017, p. 116), sendo este, o Sul, um mero espectador das “ofertas” generosas do Norte.

Importa relevar que a principal orientação ou *mainstream* desta ideologia ocidentalizada de desenvolvimento baseada no “crescimento económico” (Amaro, 2003; Ferreira & Raposo, 2017), é considerada como a primeira “geração do desenvolvimento *mainstream*” (Ferreira & Raposo, 2017, p. 117). Trata-se de uma visão “unidimensional”



(crescimento económico) (Ferreira & Raposo, 2017) ou *unilinear* que foi transferida pela teoria da modernização, e que durante um longo período de tempo dominou o pensamento sobre o desenvolvimento e o desenvolvimento da comunidade nos países em vias de desenvolvimento (Terceiro Mundo) (Soetomo, 2012).

De recordar que, após o final da Segunda Guerra Mundial, a expansão e o domínio dos Estados Unidos América (EUA) começaram a tornar-se globais, particularmente no contexto do período da guerra fria com a ex União Soviética (ex-URSS), fomentando uma nova teoria do desenvolvimento muito exacerbada nas ideias de modernização e tecnologia. Por exemplo, a teoria de Rostow, considerada como uma referência da política externa dos EUA desse período, ajudou a sedimentar uma espécie de ideologia do desenvolvimentismo baseada na tese da modernização que mais não foi senão uma arma ideológica de expansão da influência das políticas e visões dos EUA. Foi através desta ideologia do desenvolvimento e da democracia à “americana” que os EUA procuraram exercer as suas influências nos países em vias de desenvolvimento (Terceiro Mundo). Chamamos a atenção que diversas variantes desta teoria do desenvolvimento complementaram e fortaleceram uma perspetiva conservadora do desenvolvimento que dominou o período entre as décadas de 1960 e 1970 (Berbereglu citado por Soetomo, 2012, p. 51). Por outras palavras, o rumo do desenvolvimento das décadas 60 e 70 do século XX, imposto pelos EUA, afirmou-se definitivamente na arena internacional com a materialização do Plano Marshall (Truman, 1949, referido por Ferreira & Raposo, 2017), procurando desta forma influenciar os restantes países com a expansão da sua ideologia político-económica (Ferreira & Raposo, 2017, p. 117), sobretudo junto dos países em vias de desenvolvimento (Terceiro Mundo).

É de notar que, em termos geopolíticos, os países do mundo podem ser classificados em dois grandes grupos, ou seja, em países desenvolvidos e em países em vias de desenvolvimento. Os países em vias de desenvolvimento, também designados do Terceiro Mundo, consistem geralmente de ex-colónias dos países europeus que conquistaram a independência. Para compensar o “atraso” do processo de desenvolvimento nesses países do Terceiro Mundo, foram promovidas políticas para a mudança acelerada (geralmente chamado de processo de modernidade), nomeadamente através da transferência do conhecimento e da tecnologia dos países, ditos desenvolvidos. Como a transferência da

ciência e tecnologia oriunda dos países desenvolvidos, que são geralmente oriundos dos países ocidentais, trouxe aquilo que muitos designaram de ocidentalização, facto que causou muito debate pelo facto do processo de modernização poder ser meramente chamado de ocidentalização (Soetomo, 2012, p. 94-96).

Com base na classificação dos países do mundo em Norte-Sul, países desenvolvidos e países em vias desenvolvimento (Terceiro Mundo), centro-periferia, rico-pobre, emergiram as teorias da dependência e do sistema mundial. Segundo a teoria da dependência, as relações entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento (Terceiro Mundo) são descritas como uma relação entre o centro e a periferia. Perspetiva-se que o Estado central está sempre “explorando” ou dominando a periferia, de modo que quanto mais complexas forem as relações da periferia com o centro, mais intenso será o processo de “exploração”, e mais dependente estará a periferia do Estado central. Neste sentido, para sair da condição de subdesenvolvimento dos países do Terceiro Mundo, são propostas novas orientações políticas económico-sociais e de descentralização, onde a redução da dependência da periferia ao centro (Estado) (Soetomo, 2012, p. 55) marca um lugar privilegiado de passagem.

Para além da teoria da modernização e da teoria da dependência, importa ainda salientar a teoria do sistema mundial. Segundo Berberglu (1992) citado por Soetomo (2012, p. 55), a teoria do sistema mundial foi desenvolvida por Helerstein, argumentando este que todos os países do mundo estão inseridos num sistema capitalista mundial. De certa forma, essa visão da teoria do sistema mundial tem certas semelhanças com a teoria da dependência. As diferenças fundamentais são e residem na forma como a teoria da dependência perspetiva a divisão do Estado em centros e periferia, e na proposta da teoria do sistema mundial que a divide em centros, semiperiféricos e periféricos. Em contraste com a teoria da dependência, na visão do sistema mundial, é possível ocorrer para qualquer país a mobilidade vertical da sua posição (Soetomo, 2012).

Ainda no confronto entre a teoria da modernização e a teoria do sistema mundo, Alvin So (1990 referido por Caramelo, 2009) argumenta que “as duas perspetivas desenvolveram um quadro teórico polarizado, ainda que a Escola da Modernização tenda a enunciá-lo a partir da dicotomia tradição versus modernidade e a Escola da Dependência clássica a enuncie segundo a dicotomia centro versus periferia” (Caramelo, 2009, p. 77).

O sucesso destas teses sobre o desenvolvimento só foi possível com o surgimento da política do “mercado livre” que permitiu garantir e manter a continuidade e a dominação dos países ricos sobre os mais pobres. O aparecimento desta ideologia, entendida como a “segunda geração de políticas de afirmação da microeconomia e da ‘mão invisível’ do mercado, é orientada agora para a industrialização por exportações” (Ferreira e Raposo, 2017, p. 117). Para o seu desenvolvimento, e inspirada por North (1991 citado por Meier, 2001 cf. Ferreira & Raposo, 2017), surge “uma terceira geração de políticas, impulsionada por preocupações com as estruturas institucionais – formais e informais, nomeadamente ‘as regras do jogo’ – que se supunha terem um impacto mais direto na performance económica”, conforme preconizado pela Nova Economia Institucional” (Ferreira & Raposo, 2017, p. 118).

Embora tenham sido implementados muitos modelos de desenvolvimento, são soberamente conhecidos alguns estudos, por exemplos os de Amaro (2003, 2017), que colocam em evidência lacunas diversas nos processos de desenvolvimento<sup>16</sup>. Nasceram assim novos debates, propostas e a procura de novas perspectivas. A questão da preservação dos recursos e a defesa do ambiente fizeram surgir uma nova tendência do desenvolvimento no campo da sustentabilidade. Na esteira das teses de Amaro (2003, 2017), Caramelo (2009) afirma que “o conceito de desenvolvimento sustentável designa o processo de satisfação de necessidades atuais que não põe em causa a satisfação de necessidades das gerações futuras” (Amaro, 2003, p. 56 citado por Caramelo, 2009, p. 140)<sup>17</sup>. Para o autor, esta nova realidade coloca como condição *sine qua non* da sua concretização a ocorrência do seguinte:

“i) a solidariedade intergeracional; ii) a integração da gestão dos recursos naturais nas estratégias de desenvolvimento (é necessário considerar em simultâneo a finitude de certos recursos naturais e o ritmo possível de renovação daqueles que não são finitos); iii) a durabilidade dos processos de produção e consumo inerentes ao

---

<sup>16</sup> Na perspectiva de Roque Amaro, “as falhas dos processos de desenvolvimento, mormente nos países em vias de desenvolvimento e das suas comunidades, apontando como principal causa dos fracassos, as tendências de desenvolvimento operadas que mais não têm senão fomentado e perseguido a ideia da inevitabilidade do crescimento económico, ignorando a valoração de outras dimensões, entre as quais a dimensão social da sociedade (comunidade)” (Costa, Z. & Silva, C., 2018, p. 132).

<sup>17</sup> Esta ideia de responsabilidade retoma a tese de Jonas (1995) sobre as questões da ética e desenvolvimento. Apesar da sua pertinência, na presente tese não são tratadas estas questões éticas. Para um maior aprofundamento poderão consultar a sua obra: Jonas, H. (1995). *El Principio de Responsabilidad. Ensayo de una ética para la civilización tecnológica*. Barcelona: Editorial Herder

desenvolvimento o que implica pensar o desenvolvimento na interação entre o subsistema económico e o sistema ecológico (corresponde à metáfora de que o desenvolvimento é uma maratona e não uma prova de velocidade)” (Caramelo, 2009, p. 140).

No seguimento do exposto acima, é de assinalar uma crítica à perspectiva *unilinear* (unidimensional) do desenvolvimento na medida em que subjaz nesta teoria (unilinear ou unidimensional) uma posição demasiada etnocêntrica, promovendo em concreto um determinado padrão de sociedade como orientação para o desenvolvimento, que mais não são senão, a visão da Europa Ocidental (Amaro, 2017; Ferreira & Raposo, 2017). Trata-se de uma visão castradora do processo evolutivo duma sociedade que não admite que ela possa seguir um outro padrão ou caminho distinto da perspectiva unilinear (unidimensional), ou seja, que toda e qualquer sociedade possa ter seu próprio caminho (Soetomo, 2012, p. 49).

Decorrente das críticas à perspectiva *unilinear* (unidimensional) e “romântica” do desenvolvimento, emergiram novas perspectivas alternativas que olham para o desenvolvimento como um processo de mudança. Uma dessas novas perspectivas pressupõe que não há nem pode haver um padrão determinista no desenvolvimento, porque cada sociedade ou comunidade tem seu próprio padrão. Trata-se de uma nova perspectiva designada de perspectiva *multilinear* ou multidimensional que se baseia no pressuposto de que toda a sociedade e a sua comunidade constroem um desenvolvimento que se adapta ao ambiente, tanto ao nível “físico” como social (Soetomo, 2012, p. 50). Assim sendo, o novo olhar sobre o desenvolvimento coloca-o como um processo multidimensional (*multilinear*), em que a economia (crescimento económico) é apenas uma parte do processo, não sendo a única dimensão de desenvolvimento como tem vindo a ser apresentada pelos teóricos da modernização, da dependência e do sistema mundo.

Segundo Soetomo (2012, p. 53), a abordagem *multilinear* ou multidimensional do desenvolvimento surge para contrapor o seguinte. Em primeiro lugar, ao aplicar a teoria da modernização no desenvolvimento, apenas se usa uma abordagem *unilinear* (unidi-

mensional) que nem sempre é o mais apropriado para aplicar nos países em vias de desenvolvimento (Terceiro Mundo), porque a base cultural é diferente entre a sociedade ocidental e os países em vias desenvolvimento (Terceiro Mundo). Dito doutro modo, o que é apropriado para no olhar do *western society* não é necessariamente apropriado para as condições sociais dos países em vias de desenvolvimento (Terceiro Mundo). Em segundo lugar, no decurso do desenvolvimento da civilização humana, nem sempre a sociedade ocidental representou o centro do desenvolvimento da civilização. O berço da civilização não está no mundo ocidental e muito menos nos EUA. Em terceiro lugar, a abordagem *unilinear* (unidimensional) tem um fim ideológico que é politicamente utilizada pelos países ocidentais para instalar a sua lógica de dominação nos países em vias de desenvolvimento (Terceiro Mundo), expropriando-lhes os recursos. De facto, a independência que tem sido alcançada pelos países do Terceiro Mundo, nomeadamente os emergidos das ex-colónias nem sempre lhes garantiu a liberdade e a libertação das várias formas de dominação dos países colonizadores, nomeadamente nos “campos da política, da economia e da cultura” (Soetomo, 2012). Em síntese, somos a considerar que o modelo tradicional de desenvolvimento ocidental baseado na teoria da modernização está esgotado; os países em vias desenvolvimento (Terceiro Mundo) não precisam de ser modernizados para se tornarem como as sociedades ocidentais, na medida em que não há o único modelo de desenvolvimento.

De relevar que os modelos de desenvolvimento alternativos têm vindo a ser propostos pelas agências de desenvolvimento não-governamentais tais como a Oxfam que trabalham com uma perspectiva explícita de antagonismo à opressão e dominação mundial do ocidentalismo (Ife & Tesoriero, 2008, p. 208). De facto, segundo Ife & Tesoriero (2008, p. 68) um modelo desenvolvimento alternativo (a economia alternativa) está intimamente relacionada com a posição de “decrecimento”. Para os autores e promotores, esta perspectiva de mudança considera que o problema principal dos modelos ocidentais radica num sistema económico desenvolvido na lógica do capitalismo industrial, porque tais modelos ocidentalizados apenas incentivam o consumo excessivo, promovem o desperdício, o crescimento e a desvalorização do ambiente e do homem.

De salientar que na perspectiva de Latouche (2009 citado por Ribeiro, 2017, p. 131) o decrecimento pode ser entendido como “uma bandeira sob a qual se reúnem os que

procuram formular uma crítica radical do desenvolvimento e querem desenhar os contornos de um projeto alternativo para uma política do pós-desenvolvimento. A sua meta é uma sociedade em que se viverá melhor trabalhando e consumindo menos” (Ribeiro, 2017, p. 131). Longe de poder ser considerada como uma “proposta alternativa” (Ribeiro, 2017) de desenvolvimento, trata-se sobretudo de uma proposta crítica ao desenvolvimento baseado no crescimento. Em síntese, o decrescimento não representa *per si* uma proposta radical para uma transformação radical do desenvolvimento (crescimento), mas assume-se como uma proposta de rejeição ao crescimento económico do modelo capitalista do mundo ocidental. Por outras palavras, pode-se dizer que a defesa do decrescimento se assume como um discurso crítico para questionar a modernização e a ocidentalização da teoria e da ideologia do desenvolvimentismo (*developmentalism*) dos países ocidentais que teimam em aplicar aos países em vias desenvolvimento (Terceiro Mundo). Por conseguinte, é cada vez mais preciso uma nova epistemologia do Sul, como refere Santos (citado por Amaro, 2017), porque para implementar projetos de desenvolvimento no Sul, é preciso “aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul” (Amaro, 2017, p. 94).

Tendo em consideração as diferentes perspetivas de desenvolvimento, parece-nos que, parafraseando Ferreira & Raposo (2017), existem pelo menos três modelos de desenvolvimento a saber: a) modelo de desenvolvimento centrado no crescimento económico (*Economic Growth*); b) modelo de desenvolvimento das necessidades básicas (*basic needs model*); c) modelo de desenvolvimento centrado nas pessoas (*human development model*).

O modelo de desenvolvimento orientado ou centrado no crescimento económico (*Economic Growth*), ou geralmente conhecido com o paradigma de desenvolvimento centrado na economia (*Economic Center Development*), trata-se de um modelo de desenvolvimento centralizado que privilegia uma abordagem das linhas de ação “de cima para baixo” (*top-down approach*), concentrando o seu principal interesse nas questões relacionadas com a produção e o crescimento económico do que com os outros aspetos relevantes da sociedade e do território. Nesta perspetiva, o desenvolvimento do tipo *top-down approach* é de certo modo idêntico ao desenvolvimento económico, isto é, comporta uma lógica unilinear com grande enfoque na dimensão economia-quantitativa (Soetomo,

2012), ou num princípio de ação unidimensional na linha do crescimento económico (Ferreira & Raposo, 2017), decidido a nível central do Estado. Segundo esta perspetiva, é através do desenvolvimento da economia como um padrão ou base de ação que se orientam os outros aspetos de desenvolvimento, incluindo os aspetos sociais da comunidade.

Um segundo modelo de desenvolvimento é o das necessidades básicas (bem-estar), também conhecido com *basic needs model* (Ferreira & Raposo, 2017). Trata-se de uma perspetiva que privilegia a resolução dos problemas das pessoas ou das comunidades, sobretudo ao nível dos problemas da pobreza e da satisfação das necessidades básicas das pessoas, tais como, alimentos (comida), vestuário (roupa) e habitação (abrigo), aspetos que são considerados vitais e fundamentais para a vida humana. É um modelo que refuta a ideia do crescimento económico, considerando que a aposta no seu aumento não trouxe uma melhoria das condições de vida das populações, antes, porém, o que se tem verificado um pouco pelos países do Terceiro Mundo que persiste a fome e a pobreza. Em suma, segundo Ferreira & Raposo (2017), para os defensores desta perspetiva, a satisfação das necessidades básicas das pessoas (comunidades) representa o principal requisito de ação e que tem de ser sobreposto e priorizado face a outros aspetos de desenvolvimento da comunidade.

Em terceiro lugar, temos o modelo de desenvolvimento centrado ou orientado nas pessoas (*human development model*), também conhecido como *people centered development* (Ferreira & Raposo, 2017). De acordo com os autores que seguimos, os pressupostos da prática desta linha de desenvolvimento privilegiam uma abordagem de desenvolvimento “de baixo para cima” (*bottom-up approach*), cuja génese está relacionada com a crítica ao modelo ou abordagem de desenvolvimento “de cima para baixo” (*top-down approach*). Segundo esta perspetiva *bottom-up approach*, falar sobre o desenvolvimento, em particular de desenvolvimento da comunidade, não é apenas falar sobre a produção e o crescimento da economia, nem tão só da satisfação das necessidades básicas das pessoas (comunidades), mas é sobretudo um horizonte de ação que privilegia a importância do desenvolvimento social das pessoas (comunidades) através de um processo multidimensional.

Mais do que colocar em oposição os modelos de desenvolvimento *top-down vs. bottom-up perspective*, o que deve ser considerado relevante é que o desenvolvimento

não é uma ideologia de matriz económica (embora muitos o queiram como tal), mas sim, uma orientação de mudança social (Soetomo, 2012), em que os diferentes sistemas sociais, políticos, económicos, culturais se interagem entre si, de tal modo que a “interdependência não significa dependência” (Ife & Tesoriero, 2008).

De salientar ainda que nesta perspetiva de *bottom-up approach*, a participação ativa e o *empowerment* da comunidade representam os elementos centrais do processo de desenvolvimento comunitário<sup>18</sup>. Por outras palavras, esta abordagem privilegia a maximização do conhecimento e das potencialidades locais para o desenvolvimento da comunidade e a melhoria das suas condições de vida (qualidade da vida). Os autores desta perspetiva de desenvolvimento orientada ou centrada para o “desenvolvimento humano e desenvolvimento social (, em última instância, ) não colocam em causa o sistema capitalista, mas antes defendem um quadro normativo e político que garante determinados direitos sociais” (Ferreira & Raposo, 2017, p. 122). É neste sentido que se entende que falar sobre o sucesso ou a falha (os fracassos) do desenvolvimento, é falar não só dos processos de desenvolvimento, mas significa sobretudo elucidar que tais processos não dependem de um único fator (unidimensional), ou seja, as políticas e práticas de desenvolvimento dependem de vários fatores que configuram o desenvolvimento com características multidimensionais.

Independentemente das formulações otimistas e pessimistas, impõe-nos uma pergunta sobre o desenvolvimento. Como pode o desenvolvimento ser orientado para o bem-estar da comunidade? Ou melhor, quem é que pode e deve determinar a necessidade ou o objetivo de vida da comunidade? Relembremos que Gandhi, citado por Bryant & White (1987, p. 3), argumentou que o desenvolvimento é um conceito normativo, cuja realização depende do potencial da própria comunidade. No mesmo sentido, Johan Galtung, citado por Alechina (1982, p. 13) afirmou há quase duas décadas que o desenvolvimento é sobretudo o desenvolvimento das pessoas. Para Galtung, o desenvolvimento não deve ser concebido em termos de produção de bens e serviços e a sua distribuição passa igualmente pela criação de instituições, pela transformação estrutural, e sobretudo pelo desenvolvimento cultural equilibrado na comunidade. Todas esses tópicos podem ser e são

---

<sup>18</sup> Estes aspetos serão tratados mais adiante de forma mais aprofundada em capítulo próprio.



meios ou condições “sociais” e materiais indispensáveis à sobrevivência duma comunidade, pelo que falar de desenvolvimento, é falar do desenvolvimento do Homem, ou melhor, de todos dos membros da sociedade. Faz aqui sentido recordar Cernea (1985) quando refere que “*Putting People First*” é uma condição *imprescindível* em qualquer processo de desenvolvimento<sup>19</sup>.

De acordo com Todaro (1994, p. 16), o desenvolvimento é **um processo multidimensional** que envolve as **mudanças** importantes, quer **na estrutura social**, quer a nível das **atitudes e comportamentos** da comunidade e das **instituições nacionais**, podendo ainda com a sua implementação, **acelerar o crescimento da economia, reduzir a injustiça social**, e finalmente **combater e erradicar a pobreza**.

Se olharmos para a questão do interesse público, delimitando o nosso olhar na ação governativa em Timor-Leste, facilmente encontramos documentos públicos do jovem país da RDTL (2011) que formulam a ideia de que o desenvolvimento serve para alcançar a “prosperidade” da comunidade. Materializar o desenvolvimento em Timor-Leste é sobretudo uma vontade em alcançar uma sociedade livre de analfabetos, com as necessárias infraestruturas básicas, tais como a água potável canalizada, eletricidade e estradas, incluindo a rede das telecomunicações, equipamentos sociais e de saúde, bem como deter condições de acessibilidade à educação e ao emprego para todos os cidadãos, para que Timor-Leste seja efetivamente um país sem pobreza (NSDP, 2011). Nesta linha de pensamento político do governo RDTL (2011), o desenvolvimento é entendido como uma condição imprescindível da ação política ou um processo político-social para agir na sociedade timorense, cuja condição real de sobrevivência da comunidade não é “boa”. Em concreto, os governantes reconhecem a existência de fenómenos de pobreza, iliteracia, mortalidade infantil, baixos níveis de expectativa de vida, doenças e causas de morte diversas, fracos índices de produtividade dos setores da economia, ausência ou insuficiência de equipamentos de saúde e de educação.

Olhar o desenvolvimento de Timor-Leste com uma perspetiva instrumental e estratégica, é assumir a vontade política de reduzir as disparidades sociais e económicas para que a comunidade seja mais saudável, que permita reduzir a mortalidade infantil e

---

<sup>19</sup> Para maior aprofundamento, consultar a seguinte obra: Cernea, M. (Ed.). (1985). *Putting People First: Sociological Variables in Rural Development*. New York: Oxford University Press

aumentar a expectativa de vida, melhorar todos os setores da economia, aumentando a sua produtividade, proporcionar melhores cuidados de saúde e acesso ao medicamento, assim como melhores equipamentos e políticas de educação para todos, reduzindo assim o analfabetismo (Attfield, 2010) que marcam a pobreza e a exclusão.

É nesta linha de pensamento que Amartya Sen (referido por Thomas, 2000, p. 34) considera que o foco principal do desenvolvimento radica na necessidade de combate à pobreza, por ela ser na atualidade uma situação de inaceitabilidade das condições de vida, e sobretudo porque reduz a capacidade de escolha do cidadão e a sua participação plenamente na sociedade. Nesses termos, o desenvolvimento significa não apenas o combate à pobreza, mas também significa restaurar ou melhorar as capacidades e as liberdades humanas básicas. Valoriza-se assim o desenvolvimento centrada nas necessidades básicas das humanas («*human-needs centred development*»), mas que não exclui a ideia de um modelo centrado no homem (*human development model*) e na sua capacitação para agir, tal como já referimos anteriormente. Não é de admirar que os termos de participação e empoderamento sejam frequentemente utilizados nos discursos oficiais das organizações não-governamentais (ONG) que promovem o desenvolvimento participativo em nível local, nomeadamente em Timor-Leste.

Embora a noção de desenvolvimento possa ser compreendida como um estado de avanço económico, processo de crescimento e progresso, não é menos verdade que o desenvolvimento pode também ser entendido como um processo de transformação económica e social que valorize a preservação de complexos sistemas culturais, dos fatores ambientais e suas interações. Falamos da importância do desenvolvimento sustentável, eticamente responsável como refere Jones (1995), razão pela qual, cabe aos governantes e agentes de desenvolvimento propor medidas e ações de desenvolvimento que não ponham em causa as gerações futuras. Não há dúvida que o desenvolvimento é um processo multidimensional e eticamente responsável que, no mínimo, envolve a reorganização e a reorientação de todo o sistema económico, político e social dum território, através do envolvimento direto dos cidadãos (Jones, 1995; Friedmann, 1996).

Decorrente do exposto acima, sistematizamos um conjunto de reflexões sobre o desenvolvimento, colocando a nu a importância de um desenvolvimento alternativo, dito

pós-desenvolvimentista, como refere Amaro (2017), para o desenvolvimento dum território, com implicações de ordem diversa ao nível comunitário na felicidade, no florescimento humano e na coresponsabilidade do bem-estar coletivo (Amaro, 2017). Em termos estritos, subscrevemos a tese da importância e necessidade de um desenvolvimento alternativo<sup>20</sup>. Por outras palavras, criticamos o fechamento dum processo de desenvolvimento baseado no crescimento económico, mas não refutamos a articulação de perspetivas *top-down* com lógicas *bottom-up approach*, desde que tais articulações ou interdependências não venham a causar dependência e dominação exterior sobre a comunidade, esvaziando a capacidade e a voz da participação dos atores sociais.

Contudo, num mundo cada vez mais complexo,

“assiste-se a um processo de divisão, multiplicação e difusão das instâncias políticas que, transformando as regras de gestão autoritárias de outrora, tentam administrar a complexidade por meio de decisões, de escolhas, de políticas, capazes de reduzir a incerteza dos sistemas que mudam rapidamente, o que afeta de forma pouco controlável a vida dos cidadãos e a organização das sociedades” (Guerra, 2005, p. 14).

Face ao exposto, falar de desenvolvimento, significa falar dos protagonistas do processo. Daí que ao falarmos

“de dinâmicas de desenvolvimento temos necessariamente de falar dos seus protagonistas, uma vez que estas não são processos sem gente/atores sociais dentro, nem processos que decorrem em função de uma inércia primitiva não escrutinável à análise. O reconhecimento e a identificação de quem são estes protagonistas dependem desde logo da escala a partir da qual pensamos a ideia de desenvolvimento” (Caramelo, 2009, p. 160).

---

<sup>20</sup> Parece-nos relevante assinalar que, na perspetiva de Friedmann, “falar dum desenvolvimento alternativo, implica colocar em causa as formas de desenvolvimento tradicionalmente implementadas pelos poderes económico e políticos do Estado, para reequacionar novas lógicas de relacionamento entre o Estado e a sociedade civil” (Costa, Z. & Silva, C., 2018, p. 132).

Por falar em protagonistas, importa referir ainda de uma forma sumária que, desde a década de 1970, tem surgido debates sobre o desenvolvimento que relevam o papel das mulheres no desenvolvimento. Tal como referem Aguinaga et al (2013), todos os programas de desenvolvimento, marcadamente de natureza centralista no crescimento económico que surgiram após a 2ª guerra mundial, têm excluído o papel das mulheres no processo. Daí que, de acordo com a autora, após a consensualização da importância do lugar da mulher como parte do desenvolvimento que teve lugar na *World Conference on Women* realizada no México em 2 de julho de 1975, começaram a surgir programas e projetos dirigidos às mulheres (p.e. microcréditos específicos). Porém, ainda segundo Aguinaga et al (2013), infelizmente nessa época tais programas não eram senão programas marcados por “renovação” da ideologia neoliberal do paradigma da modernização e da teoria da dependência, na medida em que as mulheres do Terceiro Mundo participavam nas atividades dos programas como um mero complemento da sua vida familiar, gerando rendimentos subjugados à dominação masculina. De acordo com Aguinaga et al (2013), as reais mudanças estruturais resultantes do enfoque do papel da mulher no desenvolvimento só tiveram uma maior visibilidade quando se deu início à abordagem “*Gender and Development*” (GAD), perspectiva que trouxe um novo olhar crítico sobre as políticas sociais, dando lugar à génese dos compromissos para a igualdade e o fomento do *empowerment* das mulheres, e sua introdução nos programas de desenvolvimento. Esta ideia de GAD foi oficialmente adotada pelas Nações Unidas e pelo Banco Mundial, formalizando assim, a inclusão das mulheres no processo de desenvolvimento e no combate à lógica patriarcal enquanto sistema de dominação que estava vigente até à data nos programas de desenvolvimento.

Em síntese, nesta breve viagem junto de algumas aceções sobre o desenvolvimento, somos a considerar que a noção de desenvolvimento comporta sempre uma certa visão otimista e positiva, sendo sinónimo, quer, de melhoramento, quer, de mudança ou outras formas de agir e de pensar (Guerra, 2005, 2006), devendo estas mudanças ser orientadas eticamente e de forma responsável numa lógica de ação coletiva e organizada (Friedberg, 1995) para o fomento da igualdade do género na melhoria da qualidade de vida das pessoas, capacitando-as para uma maior participação cívica e política nas esferas sobre o seu espaço sociogeográfico.

### 1.1.2. Desenvolvimento Comunitário: Significado, Atributos e Controvérsias

Numa primeira aproximação, o desenvolvimento comunitário, também descrito na literatura consultada como o desenvolvimento da comunidade, é essencialmente um processo de mudança para uma vida melhor, dinamizado através do envolvimento dos membros da própria comunidade. Tal como refere Manuela Silva (1963) há mais de meio século, o desenvolvimento comunitário representa um “conjunto dos processos pelos quais uma população une os seus esforços aos dos poderes públicos com o fim de melhorar a sua situação económica, cultural e social” (Silva, M., 1963, p. 543)<sup>21</sup>.

Não há dúvida que o desenvolvimento comunitário é um fenómeno social que tem animado os debates e discussões entre o domínio duma visão de desenvolvimento meramente economicista, o progresso e a modernização tecnológica (Martins, 2002), e uma orientação mais subjetiva dos papéis estratégicos que os atores sociais reclamam para a construção de um desenvolvimento alternativo, baseado nos seus interesses (Ife & Tesoriero, 2008; Carmo, 1999). Subjaz nesta perspetiva que o processo do desenvolvimento comunitário interceta outras realidades meso e micro sociológicas, entre as quais as seguintes: “trabalho comunitário”, “organização comunitária”, “ação comunitária”, “prática comunitária” e “mudança na comunidade” (Ife & Tesoriero, 2008), ou “serviço social de comunidades”, e “intervenção comunitária” (Carmo, 1999), ou ainda “planeamento social e ação social” (Rothmann, 1987 citado por Carmo, 2001).

Já na época dos tempos idos de 1954, a ONU propunha como pressupostos da definição o desenvolvimento comunitário o seguinte (Sousa citado por Gómez, Freitas & Callejas, 2007):

*“O fim principal: o melhoramento da vida comunitária e a sua participação no conjunto mais vasto da nação; O conteúdo específico: a capacidade de integração (interna e externa) e de auto direção da comunidade; O processo: auto esforço coerentemente organizado; Os meios: organização do esforço de autodesenvolvimento através da autoajuda e trabalho cooperativo; Os atores: são os membros*

---

<sup>21</sup> Igualmente citado por Costa, Z. & Silva, C. (2018, p. 132)

das coletividades, verdadeiros agentes do seu desenvolvimento” (Caramelo, 2009, p. 166).

Acrescentam ainda os autores que o conceito de desenvolvimento comunitário comporta um conjunto de elementos operacionais a saber:

“*Participação* das populações na elaboração e na execução dos programas; Os *estudos prévios* para se conhecer a comunidade, as suas necessidades, os seus recursos e programar os meios e os fins; A *colaboração* entre os poderes públicos e a população, como condição indispensável” (Caramelo, 2009, p. 166).

Na esteira do sentido que ONU atribui ao desenvolvimento comunitário, Gómez, Freitas & Callejas (referido por Caramelo, 2009) consideram que existe uma íntima relação entre o processo de desenvolvimento da comunidade e a cooperação, cuja dinâmica promove a ação coletiva e a capacitação dos líderes locais<sup>22</sup>.

Não obstante a existência de diferenças terminológicas implícitas em cada um desses termos (Ife & Tesoriero, 2008, p. 2), é comumente aceite que o foco de desenvolvimento comunitário radica no desenvolvimento da comunidade no seu todo, na participação ativa e direta da comunidade nas escolhas dos rumos da construção do bem-estar ou na qualidade da vida em geral, e na mudança e melhoria das condições materiais e sociais de vida da própria comunidade em particular. Esta ideia de participação no desenvolvimento comunitário, remete-nos à consideração que o seu processo se inscreve numa visão de empoderamento<sup>23</sup> (*empowerment*)<sup>24</sup> da comunidade, em que esta está capacitada e tem poder para agir, e que, em primeira e última instância, releva a importância

---

<sup>22</sup> Para Gómez, Freitas & Callejas (2007), o desenvolvimento comunitário implica o seguinte: “i) a característica original primordial do Desenvolvimento Comunitário é a organização do auto-esforço e da cooperação; ii) o Desenvolvimento Comunitário é apresentado como processo educativo e de organização, realçando-se assim a sua natureza qualitativa, pois ‘promove a ação coletiva, orienta as instituições, e requer a aparição e capacitação de novos líderes locais’; iii) o Desenvolvimento Comunitário aplica-se tanto às zonas rurais como às zonas urbanas, quer dos países do Sul, quer do Norte; iv) o Desenvolvimento Comunitário e o desenvolvimento global são complementares” (Caramelo, 2009, p. 168-169).

<sup>23</sup> Tradução do português do Brasil de *empowerment*.

<sup>24</sup> Tal como referido na nota de rodapé nº 15, os temas da participação e do *empowerment* serão aprofundados mais adiante, em capítulo próprio.

do paradigma de desenvolvimento “de baixo para cima” (*bottom-up approach*) ou da abordagem centrada nas pessoas (*people centered development*) nas malhas da construção participativa do desenvolvimento do território, da comunidade e o do seu espaço social. Porém, para além desta perspetiva, existem outros autores que não excluem a definição de desenvolvimento comunitário como algo decorrente das iniciativas governamentais, embora apele ao envolvimento da comunidade, situação que traduz que há igualmente espaço para uma perspetiva *top-down* ou mesmo mista (*top-down-bottom-up*) na abordagem deste tipo de desenvolvimento (Tabela 1).

Os diferentes autores referidos na Tabela 1 (Ife, 1995; Ife & Tesoriero, 2008; Soetomo, 2008; Carmo, 1999; Gómez, Freitas & Callejas, 2007) salientam ainda que é essencial e fundamental para o desenvolvimento da comunidade que os processos reflitam a realidade social da comunidade, ou melhor a perspetiva das necessidades da comunidade.

Assim, os diferentes conceitos e ou perspetivas de desenvolvimento comunitário descritos na Tabela 1 remetem-nos à consideração que se uma dada perspetiva de desenvolvimento não corresponde à perspetiva e ou expectativa da comunidade local, trata-se meramente de uma perspetiva programada e determinada de fora (*top-down perspective*) (Soetomo, 2008). Importa igualmente salientar que, na prática, sem que haja uma boa vontade da comunidade (ou das pessoas) de participar e de apreender para ganhar poder para agir (participação ativa e *empowerment*), não se sedimentam os processos de (des)-envolvimento, sendo apenas gerados alguns caminhos de (des)-*empowerment* da comunidade.

Face ao exposto, um processo de desenvolvimento comunitário que não contemple a própria iniciativa da comunidade e da sua boa vontade em participar ativamente, não passa de uma mera “retórica” do modelo de desenvolvimento, na medida em que radica num processo gerador de um (des)-envolvimento<sup>25</sup> numa comunidade, ou melhor, de atores não capacitados e sem poder para agir sobre os seus destinos.

---

<sup>25</sup> Esta ideia de des-envolvimento é contrária à tese de Amaro (2003, 2017). Para o autor a ideia de “des-” significa “libertar-se das amarras anteriores” do desenvolvimento centralista. Para nós a ideia de “des-”, tem uma conotação negativa, na medida em que significa “perca”, “ação contrária” e ou “negação” (cf. <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/o-significado-de-des-/26490>).

Tabela 1: Principais perspectivas sobre o Desenvolvimento Comunitário

Autor	Definição de desenvolvimento comunitário
<b>Perspetiva <i>Top-down</i></b>	
Jim Ife (1995)	“O desenvolvimento comunitário pode ser caracterizado por cinco elementos: perspectiva de justiça social; abordagem do desenvolvimento utilizada que não sacrifica a comunidade; fomento do <i>empowerment</i> ; necessidade; e, por último, o direito. Além disso, o desenvolvimento comunitário é composto por seis dimensões, incluindo o desenvolvimento social, desenvolvimento económico, desenvolvimento político, desenvolvimento cultural, desenvolvimento do meio ambiente e desenvolvimento pessoal” (Ife, 1995).
ONU (1954 citado por Caramelo, 2009) ONU (1999 citado por Biggs, 1999 cf. J. Cavaye, 2006)	“O desenvolvimento comunitário é um processo em que as pessoas se juntam, apoiam e dinamizam as iniciativas das autoridades governamentais para melhorar as condições económicas, sociais e culturais das comunidades, fomentando a integração das comunidades na vida da nação, contribuindo assim de forma plena para o progresso nacional”.
Ife & Tesoriero (2008, p.3)	“O desenvolvimento comunitário representa um processo de formação ou restabelecimento das estruturas da sociedade humana e que permite novas formas de vincular e organizar a vida social e satisfazer as necessidades humanas”.
<b>Perspetiva <i>Bottom-up</i></b>	
Christenson & Robinson (1989 citado em Soetomo, 2008, p.81)	O desenvolvimento comunitário define-se como “um processo e um lugar onde a comunidade viva para desenvolver iniciativas de ação social (com ou sem intervenção) para alterar os ambientes cultural e da comunidade social, económico”. Segundo Soetomo (2008), esta de <i>finição</i> pode significar que a intervenção do desenvolvimento comunitário a partir do exterior não representa uma obrigação, sendo o mais importante, a iniciativa e a participação comunitária no processo em execução.
Christenson et. al. (1989) citado por Cavaye (2006) Soetomo (2008)	“O desenvolvimento comunitário é um grupo de pessoas duma comunidade que decide iniciar um processo de ação social para mudar a sua situação económica, social, cultural e ambiental”.
Gómez, Freitas & Callejas (2007)	“O desenvolvimento comunitário é um processo de mudanças que tem como finalidade alcançar ou colmatar as necessidades através dos recursos locais, incluindo a capacidade de ação da própria comunidade na construção do processo”.
<b>Perspetiva Conjunta (articulação <i>Top-down-Bottom-up</i>)</b>	
Ander-Egg (1980, p. 69) citado em H. Carmo (1999, p.77; 2001)	O desenvolvimento comunitário caracteriza-se como “uma técnica social de promoção do homem e de mobilização de recursos humanos e institucionais, mediante a participação ativa e democrática da população, no estudo, planeamento, e execução de programas ao nível das comunidades, destinados a melhorar o seu nível de vida” (Ander-Egg 1980, p. 69).
ONU (1955 citado por Silva, M. 1962; Ferreira & Raposo, 2017, p.122; Carmo, 1999, p. 77)	O desenvolvimento comunitário é “um processo tendente a criar condições de progresso económico e social para toda a comunidade, com a participação ativa da sua população e a partir da sua iniciativa” (ONU, 1955).
J. Cavaye (2006)	“O desenvolvimento comunitário é um processo que fomenta não apenas a criação de mais empregos, rendimentos e infraestruturas, mas também proporciona que as comunidades sejam mais capazes de gerir as mudanças. Os membros da comunidade podem mobilizar melhor as suas habilidades e competências, reformular o problema, trabalhar cooperativamente e utilizar os recursos da comunidade de forma inovadora”.

Fonte: Compilado pelo autor.

De relevar ainda que, de acordo com Ife & Tesoriero (2008, p. xxiv), a abordagem de baixo para cima parece ser baseada nos princípios ecologia, justiça social e direitos humanos. Se assim for, parecem ser *a priori* os pressupostos ideais para a dinamização do desenvolvimento comunitário. Contudo, parece-nos que não existem processos de desenvolvimento da comunidade que reflitam puramente a perspectiva de baixo para cima (*bottom-up perspective*), na medida em que os processos podem ser dinamizados de forma *top-down* através de iniciativas governamentais, onde se apela meramente à aceitação pela comunidade das iniciativas propostas externamente (Soetomo, 2008).



Longe de reduzir a leitura do desenvolvimento comunitário como uma mera expectativa para a comunidade local forjada pelas iniciativas governamentais, parece-nos relevante considerar que a operacionalização de tais processos comunitários carece de uma combinação cuidada da perspectiva “de cima para baixo” (*top-down perspective*) com a perspectiva “de baixo para cima” (*bottom-up perspective*). Em termos sumários, somos levados a considerar que não há desenvolvimento da economia da comunidade (p.e. medidas propostas por iniciativas governamentais) sem um adequado desenvolvimento social da comunidade que majore as iniciativas da própria comunidade e que tome em atenção o mosaico de fragmentação da multiplicidade dos interesses dos grupos e seus contextos, visto que uma comunidade não é ela toda homogénea (Caillouette, Roos & Aubin, 2013).

Em termos práticos do desenvolvimento comunitário no terreno, de acordo com Jack Rothman (1987 citado por Carmo, 2001, p. 7) existem três modelos de intervenção comunitária propriamente ditos: a) modelo de desenvolvimento local (perspetiva micro social e orientada para o processo); b) modelo de planeamento social (perspetiva meso e macro, e, orientação para o resultado); e, c) modelo de ação social (perspetiva integrada-micro-meso-macro). Estes três modelos de intervenção comunitária são oriundos de paradigmas de desenvolvimento de cima para baixo (*top-down perspective*), mas diferem entre si quanto às suas orientações e tipologias de intervenções. Nesta linha de ação, a palavra intervenção é perspetivada como uma proposta de ação vinda de fora (*top-down approach*), situação que remete ao papel da comunidade apenas um mero objeto de desenvolvimento. Porém,

“do ponto de vista pragmático, o Desenvolvimento Comunitário, nesta perspetiva, deve promover um desenvolvimento à escala humana, satisfazendo as necessidades humanas num determinado espaço e tempo históricos, através de uma atuação que gere relações sistémicas entre atores sociais diversos na sua posição institucional e estratégias de intervenção” (Caramelo, 2009, p. 185).

Ainda para o autor que seguimos e na esteira das teses de Gómez, Freitas & Callejas (2007) e das recomendações da PNUD, o que importa no desenvolvimento comunitário é ter sempre presente que as comunidades são os principais atores do desenvolvimento pelo que se “assiste às comunidades locais a possibilidade de tomarem decisões, serem protagonistas no seu próprio desenvolvimento e intervirem em todos os problemas que lhes são afetos” (Gómez, Freitas & Callejas, 2007, p. 113 citado por Caramelo, 2009, p. 174). Daí que é relevante, ter em atenção num processo de intervenção comunitária, os modos de ação e de intervenção num território na medida em que tais procedimentos podem aumentar ou restringir o potencial da ação coletiva e autonomia dos atores sociais (Caillouette, Roos & Aubin, 2013).

Na atualidade, para reconciliar as perspetivas e práticas de desenvolvimento comunitário, nomeadamente a interdependência dos três modelos de intervenções comunitárias referidos acima, importa considerar o seguinte. Em primeiro lugar, é de considerar a existência de novas formas de agir que relevam que

“as relações políticas tornaram-se cada vez mais importantes e os agentes públicos introduzem sistemas de intercambio de informações, de negociações, que, através do confronto e da mediação de interesses produzem decisões onde anteriormente funcionavam mecanismos autoritários de normas e de poder” (Guerra, 2005, p. 15).

Em segundo lugar, que um modelo de planeamento social na intervenção comunitária pode ser considerado como uma típica intervenção comunitária (planeado/programado) de origem externa (*top-down perspective*), cujo enfoque é a orientação para o resultado material, e não o processo (bem-estar e qualidade de vida das pessoas). Todavia, não obstante os outros dois modelos (modelo de desenvolvimento local e modelo de ação social) poderem igualmente ser considerados como intervenções comunitárias de origem externa, tais modelos podem conciliar as perspetivas da comunidade com as propostas externas. Por outras palavras, admite-se que esses dois modelos de intervenção comunitária (modelo de desenvolvimento local e modelo de ação social) podem constituir-se

como um processo construído através da participação ativa e *empowerment* da comunidade, que na linha como temos vindo a refletir, representam elementos vitais e fundamentais no processo de desenvolvimento da comunidade. Assim, podemos considerar que, embora sejam de origem externa, os modelos de intervenção do tipo de desenvolvimento local e ou de ação social podem acolher abordagens de desenvolvimento de “baixo para cima” (*bottom-up perspective*), para fomentar uma intervenção comunitária mais “musculada” da participação ativa da comunidade no processo de desenvolvimento, em particular nas questões sobre o bem-estar e a mudança e melhoria das suas condições de vida (Ife & Tesoriero, 2008; Soetomo, 2008).

É pela constatação da necessidade de uma certa interdependência entre os modelos de ação e intervenção que não podemos negar que nos países subdesenvolvidos, tais como o “jovem” país de Timor-Leste, tenham adotado inicialmente na pós-independência, um modelo mais próximo do planeamento social (*top-down approach*) nas intervenções comunitárias fomentadas pelas instituições governamentais, com apoio dos países doadores. Porém, tal como iremos voltar a abordar mais adiante esta questão a propósito do desenvolvimento comunitário em Timor-Leste, o planeamento social (*top-down perspective*) serviu como um “estímulo” para a sedimentação dos outros dois modelos de intervenção comunitária (desenvolvimento local e ação social), dinamizados através da abordagem *bottom-up approach* de desenvolvimento comunitário. Sintetizando as ideias, na nossa perspetiva, falar em desenvolvimento comunitário, estamos igualmente a falar de planeamento social (*top-down approach*), desenvolvimento local e ação social (*bottom-up approach*) no processo de desenvolvimento da comunidade, modelado inevitavelmente por três modelos de intervenção comunitária que reconciliem os interesses globais e locais, a relação entre a comunidade e os atores ou agentes de desenvolvimento, de modo que sejam implementadas ações que, com a inclusão de todos, conduzam de forma frutífera a satisfação das necessidades básicas, no máximo respeito pelas tradições locais, o ambiente e a sustentabilidade do espaço social, tal como o descrito no seguinte esquema da Figura 1.

Em síntese, se o desenvolvimento comunitário promove a ação coletiva, a participação e a mudança, tal como refere Caramelo (2009), somos a considerar uma certa perspetiva teórica do desenvolvimento comunitário

“que se prende com a sua inevitável dimensão ética que não pode desligar-se do sentido positivo que, enquanto prática social, o Desenvolvimento Comunitário atribui à mudança, bem como do sentido emancipatório que constrói para o sujeito que se produz através da sua praxis e para as relações sociais que este estabelece” (Caramelo, 2009, p. 185-186).

Figura 1: Relação entre os modelos de intervenções comunitárias no contexto de desenvolvimento comunitário



Fonte: adaptado de Rothman (citado por Carmo, 2001)

### 1.1.3. Perspetiva e Prática de Desenvolvimento em Timor-Leste

Timor-Leste é a nação mais “jovem” do mundo. Como sabemos, foi uma colónia portuguesa durante mais de 450 anos, ocupada ilegalmente pelo regime militar da Indonésia durante 25 anos (entre 1975 a 1999). Durante o longo período de colonização e ocupação, os timorenses não puderam participar nas decisões sobre o seu futuro. Os anos de domínio estrangeiro foram caracterizados por opressão, negligência, pobreza, exploração e degradação ambiental (Timor-Leste *Conference on Sustainable Development*, 2001, p. 4).

Foi em 2001 que Timor-Leste começou a implementar o seu processo de desenvolvimento nacional e territorial, propriamente dito, tendo iniciado logo a adoção dos pressupostos da sustentabilidade nas suas linhas programáticas de ação governativa. Salvo melhor opinião, os documentos consultados revelam que o processo teve início com uma conferência sobre o desenvolvimento e sustentabilidade, organizada pelas instituições governamentais para evitar os erros cometidos noutros países (Timor-Leste *Conference on Sustainable Development*, 2001).

De recordar que a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1987) produziu uma definição internacionalmente reconhecida de desenvolvimento sustentável, considerando que tal modelo consiste num “desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometendo a capacidade das gerações futuras de atender próprias necessidades”. Trata-se de uma perspetiva que retoma a tese da responsabilidade ética do desenvolvimento de Jones (1995). À semelhança dos demais países do mundo, tanto dos países avançados (centro) como dos países em vias de desenvolvimento (Terceiro Mundo), a RDTL assumiu o compromisso de integrar os pressupostos e os objetivos do desenvolvimento sustentável nas suas linhas programáticas da ação governativa. Por outras palavras, os princípios do desenvolvimento sustentável representaram um ponto de partida útil para o desenvolvimento (construção) da nação. Ou seja, o desenvolvimento sustentável foi considerado pela RDTL como o garante da integração equilibrada dos objetivos económicos, social e ambientais do povo timorense (Timor-Leste *Conference on Sustainable Development*, 2001).

Embora os objetivos de desenvolvimento do milénio (ODM) ou *Millennium Development Goals* (MDG) já tenham vindo a ser implementados noutros países em 2000 e seguintes, foi na fase de transição para a restauração da independência em 20 de Maio de 2002, aquando da preparação da sua Constituição da República e do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) com duração cinco anos (2002-2007) que Timor-Leste incluiu os objetivos de desenvolvimento milénio (ODM) no seu PDN 2002-2007. É de salientar que uma das principais metas do PDN 2002-2007 consistia na redução da pobreza.

À semelhança de muitos países das regiões adjacentes a Timor-Leste que estão atualmente trabalhando para implementar Estratégias Nacionais de Desenvolvimento Sustentável<sup>26</sup>, o governo da RDTL não negligenciou estes aspetos. As linhas da Agenda 21, que abordam a pobreza, a fome, a doença e as degradações ambientais como um conjunto de questões inter-relacionadas, são temas de elevada preocupação em Timor-Leste. A título ilustrativo, podemos dizer que o princípio 25 da Agenda é particularmente relevante para Timor-Leste, na medida em que “a paz, o desenvolvimento e proteção ambiental são interdependentes e indivisíveis” (Timor-Leste *Conference on Sustainable Development*, 2001, p. 4) nas políticas públicas e no quotidiano da ação governativa.

Igualmente as sugestões e propostas resultantes da conferência designada de Rio+20 em 2012 (Ribeiro, 2017), em particular os aspetos relacionados com a continuação da agenda de desenvolvimento pós 2015 (ODM), sob a égide dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (*Sustainable Development Goals* - SDG) a concretizar em 2015-2030, tais como a adoção dum desenvolvimento baseado nos direitos humanos para aumentar e desenvolver a dignidade da vida humana e a melhoria das condições de vida (qualidade da vida) das pessoas (comunidades), tratam-se de princípios que o governo de Timor-Leste subscreve e procura incorporar em todas as linhas da sua ação governativa, como pudemos constatar nos documentos oficiais consultados.

Sem entrar aqui em grandes pormenores, as opções de desenvolvimento de Timor-Leste encontram-se claramente descritas no PDN 2002-2007 e no PEDN - Plano Estratégico

---

<sup>26</sup> Em 1992, foi aprovada na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92, Cúpula da Terra, Cimeira do Verão, Conferência do Rio de Janeiro e Rio 92, uma importante estratégia de desenvolvimento sustentável – a Agenda 21. A Agenda 21 é um plano de ação que apela às nações para adotarem estratégias nacionais para o desenvolvimento sustentável.

gico de Desenvolvimento Nacional 2011-2030, documentos que salientam o lema de “**alcançar a prosperidade da comunidade**”. Em termos específicos, até 2030, a ação governativa pretende construir uma sociedade livre de analfabetos, dotada de infraestruturas básicas, tais como a água potável canalizada, a eletricidade, as estradas, incluindo rede das telecomunicações que sejam acessíveis para todos os cidadãos e finalmente alcançar um **Timor-Leste sem pobreza** (PEDN, 2011-2030).

No que concerne ao percurso de desenvolvimento em Timor-Leste, importa destacar que após uma década e meia, ou melhor 17 anos (2002-2019) da restauração da independência, o desenvolvimento económico de Timor-Leste encontra-se ainda muito dependente dos resultados da exploração de petróleo e gás. O setor do comércio internacional de Timor-Leste está dependente das culturas de café, sendo tal produção monopolizada pela gigantesca empresa NCBA dos EUA. Nestas duas últimas décadas, a agricultura encontra-se reduzida à mera produção para auto-consumo. De uma forma geral, as estatísticas oficiais apontam que os outros setores têm apresentado uma fraca contribuição para o desenvolvimento económico do país. Com este cenário, não é difícil compreender que a economia de Timor-Leste é débil, detendo um grande desequilíbrio na balança das transações, pelo que a maioria das necessidades básicas são importadas. Por outras palavras, Timor-Leste é dominado por bens importados e não por exportações.

De facto, em Timor-Leste, o sistema económico vigente é um sistema que parece combinar as lógicas dos dois “velhos” processos de desenvolvimento, movendo-se entre as lógicas dos regimes dos ex-países dos regimes socialistas e o regime capitalista. Se olharmos para a Constituição da RDTL de 2002, nomeadamente o artigo 138º, relativo à questão do modelo económico preconizado constitucionalmente, apercebemos que “o arranjo económico de Timor-Leste será baseado num sistema misto de formas económicas e sociais (pessoas) com economia livre e gestão económica e empresarial livre, e na existência igual do setor público, setor privado, cooperativo e social na propriedade de meios de renda”. Contudo, no artigo 139º Constituição da RDTL e relativa aos recursos naturais assume-se claramente que tais recursos são controlados pelo Estado. O teor desta formulação é a seguinte: “recursos encontrados em terras, camadas subterrâneas, águas territoriais, fundações continentais e zonas económicas exclusivas, que são partes centrais da economia, de propriedade do Estado e devem ser usadas de maneira justa e igualitária, de

acordo com os interesses do Estado”. Ora bem, subjaz no teor destes dois artigos da Constituição (138º e 139º) a ideia da adoção dum sistema de desenvolvimento de Timor-Leste baseado num sistema económico misto, que articula ou combina a economia capitalista e socialista nas práticas de desenvolvimento<sup>27</sup>.

De acordo com o teor do Artigo 138º da Constituição da RDTL 2002, privilegia-se o movimento cooperativo<sup>28</sup> como um dos setores relevantes do desenvolvimento económico da nação. O reconhecimento da sua importância no contexto do desenvolvimento da comunidade, sobretudo para o desenvolvimento económico da nação, levou o 4º governo constitucional da RDTL a produzir uma legislação específica para o setor. Trata-se do Decreto do Governo nº. 16/2004, 27 de Outubro de 2004 sobre as cooperativas. Para além disso e com vista ao fortalecimento das cooperativas em Timor-Leste, foi criada uma direção das cooperativas, designada de “direção nacional das cooperativas”, sob tutela do Ministério da Economia e Desenvolvimento da RDTL como medida institucional para fomentar o envolvimento da sociedade civil (comunidade) no movimento cooperativo do desenvolvimento económico do Estado e do País (Decreto do Governo nº. 16/2004; Direção Nacional das Cooperativas, 2008). Não há dúvida que o desenvolvimento das cooperativas representa um pilar importante no contexto do desenvolvimento nacional, pelo que não é de admirar que o oitavo governo constitucional da RDTL criou uma Secretaria do Estado para o desenvolvimento das cooperativas, com a missão de estimular o desenvolvimento da participação comunitária no processo de desenvolvimento.

De acordo com as fontes oficiais do Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente da RDTL (2014), na atualidade, existem várias classificações e tipos de cooperativas em Timor-Leste, representando no seu conjunto um total 156 de cooperativas, sendo 151 cooperativas propriamente ditas, 4 federações das cooperativas e uma federação nacional das cooperativas. Das 151 cooperativas, encontramos 81 cooperativas do tipo de cooperativa de créditos, 28 cooperativas multissetoriais, 19 cooperativas de pescas, 16 cooperativas de agriculturas, 5 cooperativas industriais e 2 cooperativas pecuárias. Seis dessas

---

<sup>27</sup> Uma ideia de um país com dois sistemas, provavelmente influenciado ideologicamente pelas correntes da China que exercem um certo peso na região.

<sup>28</sup> Iremos voltar a este tema no tópico sobre os grupos comunitários da parte empírica, aquando da análise dos factores críticos de sucesso num processo de desenvolvimento comunitário em Biqueli.



cooperativas desenvolvem a sua atividade no posto administrativo Atauro, Dili, Timor-Leste, situando uma delas no Suco Biqueli. Sabe-se que existem mais cooperativas a serem formadas, mas até à data ainda não se encontram registadas como tal.

Acresce-se ainda que um dos princípios mais relevantes para o povo de Timor-Leste é o respeito que a comunidade atribui à valorização do conhecimento e as práticas tradicionais (local) dos povos indígenas. A propósito do conhecimento local (tradicional) relacionado com a prática de proteção do meio ambiente em Timor-Leste destacamos o “*tara bando*”. O conhecimento local de “*tara bando*” pode ser entendido como “uma forma de educação da consciência ambiental transmitida pelos antepassados timorenses, sobre os cuidados a ter na exploração dos recursos naturais sustentáveis, valorizando assim a manutenção da sustentabilidade para a próxima geração” (Anónimo, 2004; Costa, Z., 2010, p. 24). Após a independência de Timor-Leste, o fenómeno de “*tara bando*” pode ser interpretado como uma reconstrução dos laços socioeconómicos locais e regionais que foram “suprimidos” durante 25 anos pelo governo da ocupação militar da Indonésia (Palmer & Amaral referido por Costa, Z., 2010, p. 28). No âmbito do desenvolvimento do país, a revitalização do conhecimento local do “*tara bando*” veio reforçar a importância das formas de envolvimento ativo ou participação ativa da comunidade<sup>29</sup>, tanto no desenvolvimento da comunidade no nível local e bem como no desenvolvimento a nível nacional (Costa, Z., 2010, p. 36). Segundo Ife & Tesoriero (2008, p. 347), respeitar o conhecimento e a sabedoria local, e a busca por um diálogo entre os membros duma comunidade para que possam aprender uns com os outros, trata-se de uma forma de mobilização dos atores sociais para alcançarem e concretizarem uma ação de interesse coletivo.

Sublinhamos ainda que o respeito pelo conhecimento local é um componente essencial de todo trabalho de desenvolvimento comunitário. Admitimos assim que é a comunidade quem melhor conhece os problemas, e reconhecemos que os membros da comunidade têm adequada experiência e conhecimento sobre as suas necessidades e problemas, e sobretudo sobre as suas forças e características específicas (Ife & Tesoriero,

---

<sup>29</sup> Da observação no trabalho de campo, sublinhamos ainda a participação ativa da comunidade que trouxe resultados positivos, quer em termos de construção e consolidação da confiança pessoal, quer em termos de controlo do ambiente, nomeadamente no que se refere à capacidade de influenciar as decisões que terão impacto na vida das pessoas (Ife & Tesoriero, 2008, p. 313), aspetos que iremos debruçar mais adiante na componente empírica.

2008, p. 243) para contornar os obstáculos e os constrangimentos locais (exógenos e endógenos) que teimam persistir nos sucros rurais, ao fim de quase duas décadas, após a independência de Timor-Leste. Face ao exposto, podemos sumariar que

“O Desenvolvimento Comunitário radica, assim, numa definição do que é justo – de um referencial ético – para o devir das comunidades e dos seus integrantes, o que inevitavelmente comporta a construção de um significado para a ideia de cidadania, mais ou menos propensa a integrar a diversidade de ‘gramáticas de formas de vida’ presentes numa dada comunidade e, como tal, mais ou menos sensível a modelos de justiça compósitos e à construção de uma realidade heterogénea em termos de valores” (Caramelo, 2009, p. 185).

Por isso, se o Desenvolvimento Comunitário é “um processo tendente a criar condições de progresso económico e social para toda a comunidade, com a participação ativa da sua população e a partir da sua iniciativa” (ONU citado por Ferreira & Raposo, 2017, p. 122; e por Carmo, 1999, p. 77), e que privilegia uma abordagem integrada macro-meso-micro, não temos dúvida de que não basta haver vontade política dos governantes, pois “supõe processos e práticas ancorados na criatividade e participação das comunidades sobre os processos económicos, culturais, políticos e sociais” (Caramelo, 2009, p. 186). Somos a considerar que há ainda um longo caminho a percorrer para que o desenvolvimento comunitário seja uma realidade repleta de casos de sucessos em Timor-Leste.

## **1.2. Principais Contributos Conceituais e Analíticos sobre o Capital Social**

De acordo com a literatura consultada, muito tem sido escrito sobre o capital social, nomeadamente pelos economistas, cientistas políticos, antropólogos e sociólogos, entre outros. São milhares as publicações que encontramos na internet sobre o capital social o que revela a popularidade deste conceito aplicado em diversas problemáticas. Se é verdade que o conceito de capital social tem vindo a ser aplicado no estudo de imensas realidades e contextos (Alder & Kwon, 2014), não encontramos nenhuma noção ou definição única de capital social. Aliás, tal conceito operativo tem sido apresentado “com significados divergentes e mesmo antagónicos” (Ventrone, 2003 citado por Vasconcelos, 2011, p. 8) que nos interesse evidenciar. De facto, no plano empírico, parafraseando Paiva (2008), verificamos que, apesar da multiplicidade de estudos existentes, os resultados obtidos “apenas captam aspetos diferentes do mesmo fenómeno sem encontrar uma verdadeira compreensão deste fenómeno social total” (Paiva, 2008, p. 167). Um outro aspeto que ressalta da revisão bibliográfica efetuada, é que são inúmeros os autores que argumentam de modo otimista que o capital social pode ser entendido como uma “força” que impulsiona a sociedade, formada através de uma variedade de interações sociais entre os atores sociais, individuais ou coletivos, sendo essencialmente interpretado numa visão tríplice da sociologia, economia e ciência política (Svendsen & Svendsen, 2009). Porém, sob o ponto de vista da análise sociológica, o que pudemos constatar é que o capital social comporta uma conceptualização complexa com características multidimensionais (Paiva, 2008; Vasconcelos, 2011; González-Gómez, 2014) e interdisciplinares (Svendsen & Svendsen, 2009), nem sempre fáceis de descodificar, aspetos que iremos procurar debruçar no presente capítulo, ainda que de forma sumária.

### 1.2.1. Algumas Noções sobre o Capital Social

Tendo em conta a multiplicidade de documentos disponíveis nos repositórios digitais e bases de dados das revistas da especialidade, seria um trabalho gigante proceder à revisão de toda a produção científica existente. Neste sentido, para traçar aqui uma perspectiva esclarecedora sobre a noção de capital social, delimitamos a revisão de documentos da última década, nomeadamente os disponíveis em língua portuguesa, espanhola e anglo-saxónica, nomeadamente as correntes norte americanas.

Dada a diversidade da documentação consultada, não foi fácil construir paráfrases para ilustrar o sentido explicativo dos autores. Assim, para não estarmos a inventar a roda, nem que nos critiquem de seguidismo cego e eventual “plagiarismo involuntário”, afirmamos desde já que, para além das obras originais possíveis de consultar, tomamos igual e essencialmente por empréstimo, algumas das sistematizações já realizadas por Vasconcelos (2011), González-Gómez (2014), Paiva (2008), Alder & Kwon (2014), entre outros autores.

Numa primeira aproximação, verificamos nos documentos consultados um claro reconhecimento da complexidade do termo “capital social” e que no seu estudo empírico, a maioria dos autores adotam essencialmente como referência concetual, as teses ou perspectivas de Pierre Bourdieu, James Coleman, Robert Putnam e Fukuyama, entre outros. Importa igualmente salientar que, sob o ponto de vista sociológico, são apresentados na maioria dos documentos consultados que o capital social não se trata de um novo conceito, podendo ser encontradas as suas bases concetuais nas obras dos autores clássicos da sociologia, tais como Marx, Durkheim, Simmel e Weber (Field, 2008; Vasconcelos, 2011, p. 9). Na verdade, autores como González-Gómez (2014), salientam que o debate sobre o conceito de capital social trata-se efetivamente de uma velha questão da própria sociologia, intimamente relacionada com as inquietações sociológicas existentes sobre a complexidade das formas ou dos processos sociais que subjazem nos relacionamentos entre os membros das comunidades (González-Gómez, 2014, p. 19).

Ninguém tem dúvida que a vida social é complexa. Na linha dos trabalhos realizados por Paiva (2008), Vasconcelos (2011), González-Gómez, (2014), que sistematizam as reflexões descritas por Bourdieu (1980; 2000), Coleman (1990), Putnam (2003), Portes

(2000), Field (2003), entre outros, somos a relevar que o conceito de capital social surge da ideia de que os membros da comunidade podem não ser capazes de abordar individualmente os vários problemas da vida social. Por conseguinte, a noção de capital social não se deve confundir, por um lado, com a mera apreciação individualista, e, por outro lado, com a visão redutora das relações sociais e económicas de produção, antes, porém, se deve reter a atenção nos problemas sociais que subjazem nas relações de cooperação e demais interações sociais que os membros duma comunidade engendram para resolver os problemas de forma conjunta ou coletivamente (Putnam, 2003).

Foi esse tipo de pensamento que, no início do século 20, inspirou Lyda Judson Hanifan, um educador nos EUA, a introduzir o conceito de capital social na abordagem dos problemas do mundo rural. No seu artigo intitulado “*The rural school community center*”, Hanifan (1916, p. 130 citado por Vasconcelos, 2011, p. 7) refere que o capital social não é um capital no sentido usual de riqueza ou dinheiro, mas comporta um sentido mais figurativo, constituindo um importante ativo ou capital na vida comunitária. Segundo Hanifan, fazem parte do capital social inúmeros elementos comportamentais, atitudinais e morais, incluindo a boa vontade, a simpatia nas relações sociais e a estreita cooperação entre os indivíduos e as famílias que formam um determinado grupo social (Woolcock & Narayan, 2000, p. 228). Por outras palavras, Hanifan valoriza de forma otimista ou positiva o papel do capital social enquanto recurso social, traduzido por exemplo pela boa vontade e pelo intercâmbio social na satisfação das necessidades e de desenvolvimento da comunidade. Assim sendo, para Hanifan, o capital social significa uma certa maneira “progressista” em que uma comunidade é construída, baseada na relevância do espírito de equipa e da cooperação entre os membros duma comunidade na realização de atividades conjuntas de interesse coletivo (Castiglione, Van Deth & Wolleb, citado por González-Gómez, 2014, p. 24).

Segundo Vasconcelos (2011), embora Hanifan tenha usado o termo do capital social há quase um século, tal noção só se tornou mais conhecido no mundo académico a partir do final dos anos 80 do século XX. Contudo, é de relevar que, na década de 1950, o termo do capital social foi usado pelo sociólogo canadiano John Seeley como uma tradução semântica dos lucros transferíveis duma associação a clubes e associações. Na década 60 do século XX, a urbanista Jane Jacobs aplicou o termo do capital social para

ênfatisar o valor das redes informais numa metrópole moderna. Nos anos setenta do século XX, Glen Loury apresentou uma análise mais sistemática do capital social, representando um contra-argumento às teorias económicas tradicionais, ditas ortodoxas e baseadas no capital humano individual para explicar a desigualdade e a exclusão racial (González-Gómez, 2014, p. 25). Em concreto Loury, na senda da escola americana sobre o capital social moldado por um paradigma individualista, sugeriu “que as condições de mobilidade social e melhoria de nível de vida estavam dependentes do ‘contexto social’, mas não [chegou] a desenvolver detalhadamente o conceito de capital social, antes usando-o como vaga metáfora para pensar a igualdade de oportunidades entre grupos étnicos norte-americanos, em função das respetivas ligações sociais” (Portes 2000, p. 136 citado por Vasconcelos, 2011, p. 17).

A consolidação da base analítica do capital social só ocorreu na década de oitenta no século XX, tendo contribuído para tal sistematização as perspetivas<sup>30</sup> de Pierre Bourdieu, James Coleman, Robert Putnam, entre outros. Vejamos um pouco melhor cada um destes autores.

### **Pierre Bourdieu**

Sumariamente e parafraseando Field (2003), podemos dizer que na tese bourdiana existem várias formas de capital não delimitadas à mera visão das perspetivas económicas. Para Bourdieu (1986), o capital económico não se confunde com a riqueza, porque a sua existência está relacionada com a posse de determinados meios que permitem aos indivíduos adquirirem, manterem e reproduzirem determinadas posições sociais. Em relação ao capital cultural, o autor considera que

“o capital cultural pode existir sob três formas: no *estado incorporado*, quer dizer, sob a forma de disposições duráveis do organismo; no *estado objetivado*, sob a forma de bens culturais, quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que são o vestígio ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemáticas, etc.; e enfim no *estado institucionalizado*, forma de objetivação que temos de por de parte porque, como se vê com o *título escolar*, confere ao capital

---

<sup>30</sup> Ver nota de rodapé nº. 12.

cultural que é suposto ela garantir propriedades completamente originais” (Bourdieu in Accardo & Corcuff, 1986, p. 91-92).

Por conseguinte, para o autor, a desigual distribuição do capital cultural entre as diferentes classes sociais é geradora clivagens no desempenho escolar, onde o sucesso está relacionado com as vantagens específicas que determinados alunos possam ter no mercado escolar, devido à posse de determinado volume de capital. Ainda para Bourdieu, quanto mais capital económico possuir uma família, mais tempo estará o volume desse capital à disposição do agente para que este se possa consagrar à acumulação de capital cultural. Assim sendo, para o autor, todos os indivíduos são condicionados por um sistema de disposições<sup>31</sup> e que

“são as atitudes, inclinações para pressentir, sentir, fazer e pensar, interiorizadas pelos indivíduos e decorrente das suas condições objetivas de existência, e que funcionam então como princípios inconscientes de ação, de perceção e de reflexão; a expressão sistema de disposições é sinónimo de *habitus*” (Bourdieu in Accardo & Corcuff, 1986, p. 229).

Quanto ao capital social, Bourdieu considera que

“é o conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento; ou, noutros termos, *à pertença de um grupo*, como conjunto de agentes que não são somente dotados de propriedades comuns (suscetíveis de ser percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles próprios), mas que estão também unidos por *ligações* permanentes e úteis” (Bourdieu in Accardo & Corcuff, 1986, p. 94).

---

<sup>31</sup> Nas perspetivas de Vasconcelos (2011) e (Field, 2003), “Bourdieu defende a existência de um desenvolvimento dinâmico das estruturas de valores e modos de pensar que compõem o que chamado de *habitus*, que faz a ponte entre a agência subjetiva e as posições objetivas, ou como uma categorização e diferenciação entre objetivismo e subjetivismo” (Vasconcelos, 2011, p. 10)

Assim sendo, o volume de capital social de um agente é tanto maior quanto maior for a amplitude da rede de relações por ele mobilizável e quanto maior for o volume de capital económico, cultural e até simbólico possuído pelos agentes aos quais ele está efetivamente ligado (Bourdieu & Wacquant, 1992).

Sumariamente, subjaz na linha do pensamento bourdian a ideia de que o volume de capital social de um determinado agente depende de dois factores, sendo um relacionado com o tamanho da rede de relações mobilizada pelo mesmo, e o outro com o volume de capital dos agentes que integram essa rede (Field, 2003; Adler & Kwon, 2002; Costa, Z. & Silva, C., 2018). Contudo, para Bourdieu, a reprodução do capital social depende sobretudo de outros factores, tais como:

“do trabalho de sociabilidade, série contínua de trocas onde se afirma e se reafirma incessantemente o reconhecimento e que supõe, para além de uma competência específica (conhecimento das relações genealógicas e de ligações reais e arte de as utilizar, etc.) e uma disposição, adquirida, a adquirir e a manter essa competência, uma despesa constante de tempo e de esforços (que têm o seu equivalente em capital económico) e também, frequentemente, de capital económico” (Bourdieu in Accardo & Corcuff, 1986, pp. 243-248).

Não obstante o descrito acima, o trabalho de Bourdieu sobre o capital social é quase ignorado por outros autores, entre os quais, Coleman e Putnam, que falaremos mais adiante. Por ora, importa salientar que Portes (2000 citado por Vasconcelos, 2011), argumenta que a forma como Bourdieu define o capital social faz relevar que o “conceito é de índole instrumental, centrando-se nos benefícios angariados pelos indivíduos em virtude da participação nos grupos e na construção deliberada de sociabilidades tendo em vista a criação de capital social” (Vasconcelos, 2011, p. 14). Face a exposto, parafraseando Vasconcelos (2011) sobre o pensamento bourdiano, o capital social é um **recurso** que pode ser considerado não só como um **investimento** para adquirir novos recursos, mas também



coloca em ênfase o potencial de certos grupos e os padrões de relações entre indivíduos, rede e valores partilhados pelos membros do grupo e se tornam normas de grupo<sup>32</sup>.

Em síntese, parece-nos que a noção de capital social de Bourdieu contempla um certo lado “negro” (haverá um *dark side?*), na medida em que a sua concretização e posse depende do

“acesso, particularmente o acesso realizado. Se o capital social é, em linha com a definição de Bourdieu, um princípio de efeitos sociais múltiplos decorrente da integração em redes de relações duradouras, então, mesmo existindo em potência com a integração dos agentes nessas redes, só existe em ato quando os efeitos dessa integração se realizam – o capital social só se torna real quando o acesso aos recursos da rede se realiza” (Vasconcelos, 2011, p. 15).

### **James Coleman**

Este autor é outra figura incontornável no debate e reflexão sobre o capital social no contexto do desenvolvimento comunitário. Em termos estritos, o capital social de Coleman representa recursos porque envolve uma certa expectativa de reciprocidade e que vai além de qualquer indivíduo integrado “numa rede mais ampla, cujos relacionamentos são governados por altos níveis de confiança e valores mútuos” (Field, 2003; Vasconcelos, 2011). De salientar que Coleman foi o principal motivador da teoria da escolha racional [ação racional], “procurando explicar os fenómenos sociais como resultado emergente das escolhas racionais feitas por indivíduos orientados por critérios utilitaristas” (Vasconcelos, 2011, p. 18), e que procurou colocar tal racionalidade das trocas na conceção de capital social (Field, 2003, p. 33). Sumariamente podemos dizer que, para Coleman, “o conceito de capital social não é mais do que um meio para explicar como as pessoas conseguem trabalhar juntas” (Field, 2003, p. 34).

---

<sup>32</sup> De acordo com Portes (citado por Finsveen & Van Oorschot 2008) existem dois elementos centrais nesta definição e que “são então, por um lado, a relação social que permite o acesso a bens e, por outro lado, esses bens e recursos [sua quantidade e qualidade]. Estes dois elementos permitiriam o acesso a bens ou serviços ou estatuto e posições, além de incorporações disposicionais [capital cultural incorporado pela socialização]. A caracterização em torno destes dois elementos, com certeza centrais, faz com que muitas vezes o capital seja reduzido às redes e aos recursos potenciais” nelas disponíveis, ao passo que a essência do capital social reside no efetivo ou potencial acesso dos agentes às suas redes e seus recursos e não tanto nas redes e recursos em si” (Vasconcelos, 2011, p. 14-15).

Coleman (citado por González-Gómez, 2014), influenciado, por um lado, pelas perspectivas economicistas dos trabalhos de Bem-Porath, Williamson e Douglas North, e por outro lado, pelos sociólogos Baker e Granovetter, desenvolveu um outro olhar analítico do conceito do capital social. Tomando como pano de fundo a teoria da escolha racional em sociologia, a noção de capital social de Coleman distancia-se da ideia individualista do capital humano (González-Gómez, 2014, p. 27). Por outras palavras, “obrigações, poder e valores, ou seja, o conjunto dos recursos sociais, constituem para Coleman o capital social, que pode não só beneficiar atores individuais, como é usado na constituição de atores coletivos [organizações]” (Vasconcelos, 2011, p. 18).

De relevar que “o interesse de Coleman pelo capital social nasceu da tentativa de explicar a relação entre a desigualdade social e o desempenho académico na escola” (Field, 2003, p. 36). Coleman define o capital social como:

“um conjunto de recursos inerentes às relações familiares e em organizações sociais comunitárias e que são úteis para o desenvolvimento cognitivo ou social de crianças ou jovens. Esses recursos são diferentes para pessoas diferentes e podem trazer benefícios importantes para crianças e adolescentes no desenvolvimento de seu capital humano” (Field, 2003, p. 38).

Por outro lado, o mesmo autor define o capital social em relação ao desenvolvimento infantil como “normas, redes e relações entre adultos e crianças que são altamente valiosas para o crescimento e desenvolvimento das crianças. [O capital social existe dentro da] família, mas também fora dela, a família, dentro da comunidade” (Field, 2003, p. 38). Segundo Coleman, a família é um lugar para crescer e desenvolver o capital social. Assim, não é de admirar que Coleman define o capital social como a estrutura de relacionamentos entre indivíduos que os capacita para criar novos valores ou quadros de referência normativa de controlo social. Ainda, argumenta Coleman que o capital social é enfraquecido por processos que prejudicam o parentesco, como o divórcio e a separação, ou a migração. Quando as famílias deixam as suas redes de parentesco, amigos e outros contactos, o valor de seu capital social “cairá” ou “perderá” (Field, 2003, p. 180) (cf. Vasconcelos, 2011).

É interessante salientar que entre Bourdieu e Coleman, ambos os autores partilham um interesse comum na questão do capital social, admitindo-o como uma fonte de realização educacional. Ambos veem a interação social como uma forma de troca, embora para Coleman, isso leve à visão instrumental da escolha racional de todos os atores sociais, enquanto Bourdieu é a base para o materialismo cultural e uma fonte de reprodução das elites (Vasconcelos, 2011).

### **Robert Putnam**

Nos estudos sobre o capital social e o desenvolvimento comunitário encontramos ainda os trabalhos de Robert Putnam, embora mais relacionados com a área da ciência política. Segundo Adler & Kwon (2002), as perspetivas de Putnam são derivadas das de Coleman. Todavia outros autores relevam que os estudos de Putnam tomam em consideração os trabalhos doutros autores sobre o capital social, entre outros, as perspetivas clássicas de Hanifan, Sleely, Jacobs, Ekkehardt, Loury, Bourdieu, sistematizando a noção de capital social em diferentes sociedades, em diferentes áreas, que relacionam o capital social com o desempenho económico e democrático (González-Gómez, 2014, p. 26). A título ilustrativo, é de salientar ainda que, na sua obra *Making Democracy Work*, Putnam associa o impacto positivo da “participação cívica” no desempenho do governo em diferentes regiões da Itália. Na sua obra, *Bowling Alone*, Putnam coloca o dedo na ferida do declínio capital social na sociedade americana, apontando como uma das principais razões para esse problema é o surgimento da televisão. O autor argumenta em concreto que há na sociedade americana uma relação entre a vida associativa em declínio, simbolizada metaforicamente pelos clubes de *bowling* e o ideal democrático (González-Gómez, 2014, p. 31). Por outras palavras, os clubes de *bowling* são uma “metáfora para a variedade de atividades associativas que, com regularidade e frequência, unem pessoas que são relativamente estranhas, ajudando-as a construir e manter uma rede mais ampla de valores apoiadas na reciprocidade e na confiança em geral” (Field, 2003, p. 51). Ou seja, Putnam verificou uma redução em todas as formas de relacionamento, ligação ou interação social na sociedade americana, e que tal “estaria a minar a participação cívica ativa que uma forte democracia exigiria dos seus cidadãos” (Vasconcelos, 2011, p. 23).

Em síntese, Putnam utiliza o conceito de capital social para explicar essencialmente as diferenças existentes na participação cívica dos cidadãos. “Neste caso, o capital social refere-se a partes de organizações sociais, como confiança, normas e redes, que podem melhorar a eficiência das pessoas, facilitando ações coordenadas” (Field, 2003, p. 49), que em última instância trazem benefícios que podem ser sentidos mutuamente (benefício mútuo), na forma como uma dada estrutura comunitária (associações) desempenha o seu papel no apoio ao progresso económico e social.

Face ao exposto acima, o capital social é concebido de maneira diferente por Bourdieu, Coleman, Putnam. De relevar que Bourdieu colocou a abordagem numa dada direção, vendo o capital social como um ativo (*asset*) utilizado pela elite, especialmente por aqueles que possuem capital económico-financeiro e ou cultural (Field, 2003, p. 44). Para Coleman, o capital social pode ser um recurso para aqueles que são relativamente desfavorecidos, mas ele e Bourdieu enfatizam os ativos (*assets*) como algo que pertence a certos indivíduos e ou famílias (Field, 2003). Por outro lado, Putnam aprofunda esse conceito, vendo-o como um recurso que funciona ao nível social. Para alguns autores, essa característica torna a explicação de Putnam bastante vulnerável a alegações de proximidade ao funcionalismo, embora possa explicar de certo modo a ênfase contínua que é dada pelo autor ao lado positivo do capital social (Field, 2003, p. 52). Em síntese, pedindo por empréstimo os argumentos de Vasconcelos (2011), subscrevemos a ideia de que

“Bourdieu pensa o capital social como recurso apropriável pelos agentes sociais (atores sociais tanto individuais ou coletivos), com impacto nos processos de diferenciação social. Todavia, Coleman e Putnam, pensam o capital social como características das comunidades, com impacto no seu bem-estar e desenvolvimento económico e político” (Vasconcelos, 2011, p. 9).

De salientar que ainda no período entre os últimos anos oitenta e noventa do século XX, surgiu o estudo do Nan Lin (1999, 2001) que retoma uma articulação das teses de Bourdieu, Coleman, Putnam, bem como as críticas de Erickson e Portes, onde procurou dar uma outra orientação explicativa sobre a formação do conceito e a evolução do

estudo do capital social, mais focada no refinamento do conceito e da sua operacionalização através da *Network Theory* (González-Gómez, 2014). Por outras palavras, parafraseando González-Gómez (2014), Lin explorou a natureza do capital e as várias teorias do capital, valorando a ideia do capital social como ativo das redes sociais, tendo procurado, a partir desta perspetiva, identificar os fatores que levam à desigualdade de capital social, assim como, procurou criticar certas controvérsias que subjazem nos retornos dos investimentos em capital social.

Destaca-se ainda nos trabalhos de valoração da relação das redes sociais com o capital social, a perspetiva de Alejandro Portes (2000) e Portes & Vickstrom (2011), que coloca em evidência a importância dos laços densos e laços abertos, tomando como referência respetivamente os contributos teóricos de Bourdieu, Loury e Coleman para o caso dos laços densos, e as perspetivas de Burt, Baker & Shiff sobre os laços abertos (González-Gómez, 2014, p. 26). Em concreto, Portes (2000) argumenta que existem consequências positivas para o indivíduo e para a comunidade, quando estes se envolvem e participam em grupos, relevando assim a importância das forças relacionais nas redes sociais (Vasconcelos, 2011, p. 9).

Em termos mais contemporâneos, salientamos igualmente as perspetivas de Woolcock (1998) que nos oferecem uma visão da importância da informação e da confiança nas redes sociais, que em última instância ilustra a tese de Fukuyama (1995, 1997, 2000) que o capital social se refere a um conjunto de “normas informais que promovem a cooperação entre indivíduos e capacidades decorrentes da prevalência da confiança em uma sociedade ou em certas partes da sociedade” (Fukuyama, 2000, p. 22). Para este autor, o capital social pode facilitar a expansão económica em maior grau quando apoiado pela expansão da confiança.

Nas últimas duas décadas, não encontramos novas conceitualizações sobre o capital social, salvo os trabalhos de Foley & Edwards (1997, 1999), que, com base nos pressupostos de análise de redes, adicionam a lógica da dependência de contexto e das agências institucionais no a recursos em redes sociais, atribuindo assim uma outra caracterização do estado de capital social que, em última instância, enfatiza a ideia de um capital social estrutural.

Sistematizando, as teses de Lin, Portes, Portes & Vickstrom, Foley & Edwards representam um novo olhar sobre capital social, considerando-o como um conjunto de “recursos incorporados em redes sociais”. (González-Gómez, 2014, p. 26). Coloca-se assim em evidência que ao construir um dado relacionamento entre uns e outros e mantê-lo em ação, os indivíduos são capazes de trabalhar em conjunto para realizar coisas que não podem efetuar sozinhos, e se o podem realizar, terão de efetuá-lo com dispêndio de um grande esforço. Por outro lado, parafraseando González-Gómez (2014), as pessoas relacionam-se através de uma série de redes e tendem a atribuir como recurso de capital os relacionamentos com outros membros da rede social. Dito de outro modo, o capital social é um ativo das redes sociais.

Podemos verificar que o conceito de capital social releva a importância de um relacionamento social e serve para manter a ordem social. A natureza do capital social é a relação social que existe no quotidiano dos cidadãos, e que reflete as redes existentes, os padrões de cooperação, a troca social, a confiança mútua, incluindo os valores e normas subjacentes a tais relações sociais. Não é por acaso que face à riqueza do conceito de capital social que ele se tornou num “tesouro” de debates e que atraiu o interesse dos especialistas em desenvolvimento e desenvolvimento social, especialmente no início dos anos noventa do século XX e inícios do século XXI.

#### 1.2.1.1. Tipologias e Níveis de Análise do Capital Social

Tem presente as definições do capital social descritas anteriormente, sobretudo dos principais autores do capital social, tal como Pierre Bourdieu (1985, 1986), James Coleman (1990), e, Robert Putnam (1995), incluindo outros autores relevantes, damos a conhecer que, decorrente da revisão da literatura, Adler & Kwon (2002, p. 20) apresentam uma classificação e simplificação das diferentes definições do capital social em três grandes grupos de definições ou tipologias e níveis de análise do capital social (Tabela 2) (cfr. Costa, Z. & Silva, C., 2018, p. 139). Um primeiro grupo, sob o ponto de vista das fontes, os autores concentram principalmente na definição do capital social como um dos recursos que é inerente à rede social que “amarra” um ator junto doutros atores.

Tabela 2: Principais definições do Capital Social

<b>Autor</b>	<b>Definições de Capital Social</b>
	<b>Perspetiva Externa</b>
Baker (1990, p.619)	“Um recurso que deriva duma estrutura social específica e que os atores utilizam para perseguir o seu interesse; ele é ‘criado’ tendo em conta as mudanças nas relações entre os atores”.
Belliveau, O'Reilly & Wade (1996, p.1572)	“Uma rede individual, pessoal e filiações institucionais duma elite”.
Bourdieu (1985, p.243-248)	“um conjunto de recursos atuais ou potenciais relacionados com a posse de uma rede durável de ligações, mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-relacionamento (...) composta por obrigações sociais (conexões) convertíveis, em determinadas condições, em capital económico que pode ser institucionalizado sob a forma de um atributo social” (Bourdieu, 1985, p.243-248).
Bourdieu & Wacquant (1992, p.119)	“A soma dos recursos, reais ou virtuais, que revertem para um indivíduo ou um grupo, em virtude de possuir de uma rede durável, mais ou menos institucionalizada, de relações de conhecimento mútuo e reconhecimento” (Bourdieu & Wacquant (1992, p.119)
Boxman, De Graaf & Flap (1991, p.52)	“O número de pessoas que pode ser esperado para prestar apoio e os recursos que essas pessoas têm à sua disposição”.
Burt (1992, p.9 & 1997b, p.355)	“Amigos, colegas e os contactos mais gerais pelos quais recebem oportunidades para usar o seu capital financeiro e humano” & “as oportunidades que surgem numa rede”.
Knoke (1999, p.18)	“Processo pelo qual os atores sociais criam e mobilizam as suas conexões de rede dentro e entre as organizações, para ter acesso a outros recursos e relações com atores sociais”.
Portes (1998, p.6)	“A capacidade dos intervenientes para assegurar os benefícios decorrentes da participação em redes sociais ou outras estruturas sociais”.
	<b>Perspetiva Interna</b>
Brehm & Rahn (1997, p.999)	“A teia de relações de cooperação entre os cidadãos que facilita a resolução dos problemas da ação coletiva”.
Coleman (1990, p.302)	“O capital social é definido pela sua função. Ele não é uma entidade única, mas uma variedade de diferentes entidades que têm duas características em comum. Todos eles encontram-se numa dada estrutura social e facilitam certas ações dos indivíduos que estão dentro da estrutura”.
Fukuyama (1995, p.10 & 1997, 2000)	“A capacidade das pessoas para trabalhar em conjunto para fins comuns em grupos e em organizações, (...) o capital social pode ser simplesmente definido como a existência de um certo conjunto de valores ou normas informais partilhadas entre os membros de um grupo que permitem a cooperação entre eles” (Fukuyama, 1995, p.10 & 1997, 2000)
Inglehart (1997, p.188)	“Uma cultura de confiança e tolerância que emergem das extensas redes de associações de voluntários”.
Portes & Sensenbrenner (1993, p.1323)	“As expectativas para a ação dentro de uma coletividade que afetam os objetivos económicos e as expectativas de comportamento dos seus membros, mesmo se essas expectativas não sejam orientadas para a esfera económica”.
Putnam (1995, p.67)	“Características de uma organização social, tais como as redes, normas e confiança social que facilitam a coordenação e a cooperação em prol dum benefício mútuo”.
Thomas (1996, 11)	“Meios e processos voluntários são desenvolvidos no âmbito da sociedade civil que promovem o desenvolvimento para o todo coletivo”.
	<b>Perspetiva Conjunta (articulação interna-externa)</b>
Loury (1992, p.100)	“Que decorre naturalmente das relações sociais entre as pessoas, promovendo ou auxiliando a aquisição de habilidades e características valorizadas no mercado... Um ativo que pode ser tão significativo e relevante como os ‘legados financeiros da contabilidade’, com vista à manutenção da desigualdade na nossa sociedade”.
Nahapiet & Ghoshal (1998, p.243)	“A soma de recursos reais e potenciais do contexto social, disponíveis através de derivados da rede de relacionamentos numa unidade individual ou social. O capital social compreende, assim, tanto a rede e os ativos que podem ser mobilizados pela rede”.
Pennar (1997, p.154)	“A teia de relações sociais que influencia o comportamento individual e, portanto, afeta o crescimento económico”.
Schiff (1992, p.160)	“O conjunto de elementos da estrutura social que afeta as relações entre as pessoas que emerge em função da utilidade”.
Woolcock (1998, p.153)	“A informação, confiança e normas de reciprocidade inerente às redes sociais”.

Fonte: adaptado de Adler & Kwon (2002), igualmente descrito em Costa, Z. & Silva, C. (2018, p. 139)<sup>33</sup>.

<sup>33</sup> Vários autores quer em revistas quer trabalhos de mestrado e doutoramento fazem adaptações da revisão de Adler & Kwon (2002), entre as quais a tese de Celestini, J. (2014). Igualmente fiz a necessária adaptação para o presente trabalho, assim como numa publicação disponível em <http://hdl.handle.net/10174/24523>

Num segundo grupo, o capital social é apresentado como “um recurso localizado nas ligações externas de um ator”, vistas como uma ligação que concentra os atores coletivos com as suas características internas. Numa terceira definição, o capital social é apresentado de modo neutro na dimensão interna/externa referidas anteriormente (Adler & Kwon, pp. 19-21).

Em síntese, a Tabela 2 sistematiza essas definições do capital social, mostrando que não existem grandes diferenças nas definições de capital social entre uns e outros autores. O que nos parece relevante referir é que os diferentes autores salientam a importância dos laços sociais nas relações sociais dos atores.

De acordo com Paugam (2009 referido por Rosa, 2012, p. 3-4), são os laços sociais que asseguram ou garantem o suporte social à vida dos indivíduos, consideração que releva a importância da noção durkheimiana de solidariedade mais orgânica do que mecânica. Porém, na perspectiva de Balsa (2006), subjaz na problemática dos laços sociais a questão da confiança que “só começa a estabelecer-se à medida que vai sendo necessário dar conta dos sentimentos de suspeição ou de desconfiança que se insinuem na construção dos laços e das relações sociais” (Balsa, 2006, p. 10). Para o autor,

“a desconfiança assume, assim, o seu sentido no interior de um processo marcado, antes de mais, por situações em que a confiança se impnha, ou em que a questão da confiança não se colocada, não por estar ausente, mas simplesmente por ser um dado adquirido. Significa ainda que, no primeiro caso, os indivíduos se encontravam na circunstância de ter de geir as consequências de situações em que a confiança havia sido traída, enquanto que, depois, são muito mais confrontados com a necessidade de gerir as próprias implicações das relações de confiança” (Balsa, 2006, p. 6).

Importa destacar ainda que González-Gómez (2014), ao subscrever as perspectivas de Kleinmans, Priemius e Engbersen, sugere duas tipologias do capital social, sendo uma com características **interna** e a outra **externa** ao campo social, propostas estas que se assemelham às de Adler & Kwon (2002), anteriormente referidas. Tratam-se de perspectivas tributárias das teses de Coleman e Putnam que procuraram explicar



“não só com a existência ou não de capital social (numa sociedade em geral ou em comunidades específicas), mas também com a questão de saber qual o tipo de organização social que mais favoreceria a sua existência (ou seja, a participação cívica). Para tal introduz a distinção entre capital social ‘*bonding*’ e ‘*bridging*’ (Fischer 2005, p. 160). O primeiro refere-se a redes sociais fechadas e homogêneas (mais coesas), enquanto o segundo se refere a redes sociais abertas e socialmente heterogêneas (menos coesas). Ambos os tipos de capital social reforçar-se-iam mutuamente e ambos seriam necessários para a eficiência e democraticidade das sociedades” (Vasconcelos, 2011, p. 23).

Posteriormente, tal como refere Vasconcelos, “Woolcock, alias, desenvolveria a distinção putnamiana entre capital social ‘*bonding*’ e ‘*bridging*’, aos quais acrescenta o ‘*linking*’ (referente a ligações, distantes e fracas, entre estranhos por via das suas participações em redes; Field 2008, p. 46)” (Vasconcelos, 2011, p. 29).

Em síntese, de acordo com Vasconcelos (2011), González-Gómez (2014) e outros autores, da leitura das características interna e externa, é possível identificar uma terceira dimensão designada de *linking* que diz respeito ao nível de integração numa rede social. Por outras palavras, tendo em conta a terminologia anglo-saxónica, é possível admitir que existem teoricamente três grandes das características do capital social numa sociedade, em geral, e numa comunidade, em particular: *bonding* (laços/coesão social), *bridging* (vinculação social) e *linking* do capital social (integração social) (Tabela 3).

Assim sendo, somos levados a considerar que, em primeiro lugar, o nível de análise do capital social caracterizado de *bonding* (laços) é micro devido às suas características internas (*internally*). Para o capital social do tipo *bridging*, o seu nível de análise é meso devido às suas características externas (*externally*). Por último, o capital social do tipo *linking* tem o seu nível de análise macro devido às características conjuntas (combinação interna e externa). Vejamos melhor cada uma delas.

O capital social baseado nos laços (*bonding social capital*) tende a reforçar a coesão e os vínculos entre os indivíduos de um mesmo grupo, enfatizando a manutenção dos recursos incorporados. Essa coesão pode gerar um efeito colateral direto, excluindo

aqueles que estão de fora, o que pode ser considerado como um efeito negativo desse tipo de capital social, embora se possa admitir dentro de certos limites a inclusão de estranhos baseada na troca de informações e recursos entre diferentes grupos sociais heterogêneos. Este tipo de capital social vinculante (*bonding social capital*), dito em sentido metafórico, é como se fosse uma massa grudante que alcança a coesão através da oferta de apoio, tanto material como emocional dentro do grupo, promovendo a confiança e troca de recursos entre os membros do grupo (Svendsen & Svendsen, 2009; González-Gómez, 2014).

Tabela 3: Características, Tipologias e Níveis de Análise do Capital Social

Características	Tipologia	Nível de Análise	Autor
Interna	<i>Bonding</i>	Micro	Bourdieu & Coleman
Externa	<i>Bridging</i>	Meso	Baker, Burt, Bourdieu, e outros.
Conjunto/combinção (Interna & Externa)	<i>Linking</i>	Macro	Putnam, Fukuyama, Woolcock & Portes

Fonte: Adatado de Adler & Kwon (2002, p. 20) e González-Gómez (2014, p. 57)<sup>34</sup>.

Pelo contrário, o capital social de transição (*bridging social capital*) tende a reforçar a abertura a outros grupos sociais, sendo por isso uma fonte de conhecimento e acesso a novos recursos ou oportunidades. Este tipo de capital social pode favorecer a inclusão de estranhos com base na troca de informações e recursos entre diferentes grupos sociais heterogêneos. O *bridging* capital social simboliza a ponte entre grupos distantes. O investimento ou o acesso a recursos no capital social tipo *bridging* representa um processo essencialmente voltado para o exterior (Svendsen & Svendsen, 2009). Todavia, o capital social de ligação (*linking social capital*), é um tipo de capital social habitualmente situado no plano macro porque envolvem as instituições relevantes da comunidade, tais como os setores privado e público (instituições governamentais). A força das conexões ou rede de acesso (*linking*) deste tipo de capital social, pode ser eficaz para a construção

<sup>34</sup> Ver artigo Costa, Z. & Silva, C. (2018)

de relacionamentos e rede entre grupos de diferentes estratos sociais, tais como entre pessoas e governo (instituições governamentais), trabalhadores e empregadores, clientes e empresas (González-Gómez, 2014, p. 56-57).

De acordo com Schneider, o vínculo (*bonding*) que caracteriza o capital social é também interpretável como um capital social fechado (*closed social capital*). Este tipo capital social refere-se a redes que incluem pessoas ou instituições que são “semelhantes” entre si e que participam e partilham relacionamentos exclusivos. Este tipo de capital social fechado envolve laços fortes dentro das comunidades, situação que advém das redes sociais dentro das próprias comunidades. O sentimento de partilha da comunidade pode vir dos interesses, cultura e valores de vizinhança, etnia ou outros fatores. Argumenta ainda o autor que para construir uma ponte (*bridging*) que objetive o capital social é preciso envolver relações de confiança de longo prazo, cruzando fronteiras de classe, etnia, religião ou até tipo de instituição de pertença dos atores sociais (Schneider, 2004, p. 13). Para Schneider, o capital social “fechado” ou (*bonding* capital social) predomina nas organizações e redes informais continua sendo essencial para as famílias em cada sociedade ou comunidade, nomeadamente as do mesmo grupo étnico (Schneider, 2004, p. 14).

Para além das tipologias referidas na Tabela 3, é ainda de assinalar segundo Bullen & Onyx (referido por González-Gómez, 2014), duas formas do capital social, sendo uma designada de estrutural-relacional e a outra de cultural-cognitivo (Costa, Z. & Silva, C., 2018, pp. 138-139). De acordo com a síntese de González-Gómez, (2014) o tipo **estrutural-relacional** baseia “nos fundamentos da participação/conexões entre os atores sociais a nível micro e meso (*bonding, bridging, linking*), e onde predominam as seguintes linhas de ação: participação, filiações familiares e conexões de trabalho, pró-atividade” (Costa, Z. & Silva, C., 2018, pp. 138-139). Quanto ao tipo **cultural-cognitivo**, González-Gómez, (2014) argumenta que se trata de uma perspectiva relacionada com a “ideia de uma permanente construção dum capital social, através das orientações simbólico-valorativos macrossociais, entre os quais o seguinte: confiança, tolerância e valores da vida” (Costa, Z. & Silva, C., 2018, pp. 138-139) (Tabela 4).

Sistematizando as ideias que temos vindo a descrever, podemos dizer que, numa perspectiva mais otimista, existem duas grandes dimensões do capital social, caracterizadas

por três tipologias do capital social que podem ser decodificadas por três níveis de análise do capital social. Essas dimensões (formas), tipologias e níveis de análise do capital social são: capital social cognitivo (“blocos” de construção do capital social) e capital social estrutural (participação ou conexões). O capital social cognitivo é representado por certos elementos chave do capital social, tais como: sentimento de confiança e segurança; tolerância da diversidade; e, valores da vida. Quanto ao capital social estrutural (participação/conexões), os elementos chave deste capital social são os seguintes: participação comunidade local, conexões na comunidade local, conexões de trabalho, e, pró-atividade em um contexto social. A primeira dimensão do capital social (cultural-cognitivo) parece-nos que se aproxima do tipo *bonding* capital social, sendo micro o seu nível de análise. Em relação à segunda dimensão do capital social (relacional-estrutural) o seu nível de análise é meso-macro, na medida em que se constitui com base na tipologia *bridging* (meso) e *linking* (macro) do capital social (González-Gómez, 2014).

Tabela 4: Dimensões (formas), Tipologias e Elementos do Capital Social<sup>35</sup>

<b>Dimensões do Capital Social</b>	<b>Tipologia do Capital Social</b>	<b>Elementos do Capital Social</b>
<b>Estrutural-Relacional</b> (Participação/Conexões sociais)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Bridging</i> Capital Social (análise nível meso)</li> <li>• <i>Linking</i> Capital Social (análise nível “macro” da rede social)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Participação na comunidade local</li> <li>▪ Laços e conexões familiares e amigos</li> <li>▪ Laços e conexões de trabalho</li> <li>▪ Pró-atividade num contexto social</li> </ul>
<b>Cultural-Cognitivo</b> (Construção do Capital Social)	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <i>Bonding</i> Capital Social (análise nível micro)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Sentimento de confiança e segurança</li> <li>▪ Tolerância da diversidade</li> <li>▪ Valores da vida</li> </ul>

Fonte: Adaptado de Bullen & Onyx (citado por González-Gómez, 2014, p.70 e referido por Costa, Z. & Silva, C., 2018, pp. 138-139)

<sup>35</sup> Este quadro já o apresentámos nas atas de uma conferência e no artigo Costa, Z. & Silva, C., (2018, pp. 140). Ver nota de rodapé 12.

O poder do *bonding* (vínculo) assume um papel mais efetivo na comunidade onde haja uma elevada homogeneidade a nível da etnia, religião, população indígena, comunidade imigrante, indígena ou outros aspetos internos da comunidade. Habitualmente, este tipo de capital social pode ser caracterizado como um capital social exclusivo. Ou seja, “a redes sociais fechadas e homogéneas (mais coesas)” (Vasconcelos, 2011, p. 23). Todavia, a força do *bridging* (conexões/ponte) apresenta maior eficácia no envolvendo de diferentes níveis de estratificação social da comunidade (por exemplo, pobres e ricos) ou na conexão externa dum grupo (Svendsen & Svendsen, 2009). Por outras palavras, *bridging*, é um tipo do capital social que procura a inclusão, estando particularmente presente nas “redes sociais abertas e socialmente heterogéneas (menos coesas)” (Vasconcelos, 2011). Quanto ao *linking* (rede/acesso), tal como já referimos acima, está mais presente num relacionamento entre atores sociais (indivíduos ou coletivos) ou entre as pessoas e governo (Estado, instituições governamentais) e/ou entre os grupos de diferentes estratos sociais, como por exemplo entre trabalhadores e empregadores numa sociedade (González-Gómez, 2014).

Parafraseando González-Gómez, o capital social *bonding* (vínculo) e o *bridging* (ligação/ponte) referem-se a metáforas horizontais das relações entre os indivíduos ou comunidade, sendo o *linking* (conexões/acesso ou rede) referente à dimensão vertical das relações que permite os indivíduos ou comunidade ter acesso a instituições do setor público ou privado (González-Gómez, 2014, p. 57). Assim sendo, ainda somos a relevar que, na perspetiva dos trabalhos de Woolcock para o Banco Mundial, “o *linking* capital social pode facilitar o acesso a recursos, ideias e informações de instituições formais além da comunidade” (González-Gómez, 2014, p. 57), e que para Woolcock “sem os dois últimos tipos de capital social, as sociedades não avançam” (Vasconcelos, 2011, p. 29).

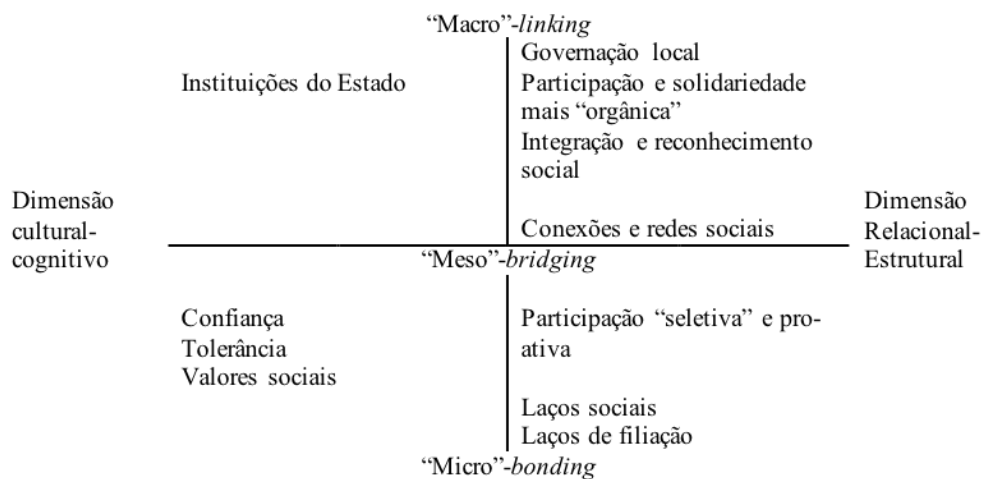
Parece-nos que é ainda de ressaltar que as dimensões do capital social estrutural-relacional (macro) e cultural-cognitivo (micro) não são mutuamente exclusivas. A dimensão estrutural refere-se a redes mais ou menos institucionalizadas, enquanto o capital social cultural-cognitivo, diz respeito à reciprocidade e à disposição para cooperar (Oorschot, Arts & Gelissen citado por Gómez 2014, p. 50). De assinalar que Paxton (1999) sublinha que estas duas dimensões do capital social podem igualmente ser interpretadas como as associações objetivas entre o indivíduo e o tipo subjetivo de vínculos

relacionados com a confiança, a reciprocidade ou uma emoção positiva em evolução (González-Gómez, 2014).

De acordo com Gotto et al. (2010), o capital social é construído por certas dimensões chave, tais como: sociedade e individual (*scope*), e cognitivo e estrutural (*form*). De salientar que as estruturas sociais e as relações que constituem o capital social podem ser governadas por instituições do Estado, normas sociais e ou culturais e valores (Grootaert & van Bastelaer, 2001; Gotto, et al., 2010). Segundo Narayan & Cassidy (referido por Gotto, et al., 2010, p. 7), é ainda de acrescentar que, idealmente, todas as dimensões do capital social devem ser caracterizadas pela comunicação e o *empowerment* entre todos os atores sociais. Segundo estes autores, a nível individual ou microcomunitário, o capital social é geralmente menos formalizado e é influenciado pelas normas e valores dentro das redes familiares e de amizade que são caracterizadas pela confiança. A posse de adequado capital social nos vários níveis sociais, por exemplo a nível das organizações local, nacional ou Estado, permite o acesso privilegiado de relações institucionalizadas com o Estado e conseqüentemente obter contratos (Gotto, et al., 2010, p. 8).

As relações entre as tipologias e as dimensões do capital social podem ser sintetizadas e ilustradas no esquema seguinte.

Figura 2: Modelo de relação entre as tipologias e dimensões de capital social numa comunidade



Fonte: Adaptado de Svendsen & Svendsen (2009), González-Gómez (2014) e Adler & Kwon (2002), e descrito em Costa, Z. & Silva, C., 2018, pp. 140).

No entanto, é ainda de assinalar que o capital social é de difícil acesso em certos relacionamentos de nível macro, se as filosofias de governança forem muito divergentes. Por exemplo, entre o Estado e a nação (Estado - as pessoas) é difícil gerar formas de ligação (*linking* capital social), quando as partes envolvidas não concordarem com as questões críticas, tais como os direitos humanos, a liberdade de expressão ou a política económica. Mesmo assim, entre os vários tipos de capital social (*bonding*, *bridging* e *linking*), cruzam-se relações de diferentes níveis. Alguns atores sociais (individuais ou coletivos) do nível microcomunitário podem usar as redes ou as estruturas sociais específicas para obterem benefícios dentro dos limites estabelecidos pelas regras de lei, normas e valores (Portes, 2000; Portes & Vickstrom, 2011, Gotto et al., 2010).

### 1.2.2. Entre a Troca, Redes e a Escolha Racional: Síntese das Principais Teorias Sociológicas e o Capital Social

Nesta seção vamos apresentar uma breve síntese dos principais contributos teóricos sobre o capital social. É certo que já muitos escreverem sobre este assunto para clarificar o capital social como fenómeno social “relativo ao funcionamento de redes de relações fortemente normalizadas e onde a confiança social é uma espécie de suporte para as operações de interação entre os indivíduos” (Paiva, 2008, p. 87). Como se sabe, as teorias sociológicas são muitas, cujas opções dependem do objeto social e das escolhas e preferências de cada um. Não pretendemos reescrever e criticar qualquer teoria, pois todas elas podem ter a sua pertinência, por conseguinte, confinamos num propósito mais limitado traçar só uma breve síntese dos possíveis contributos, tomando por empréstimo os trabalhos existentes, nomeadamente o da Paiva (2008) e que subscrevemos. Assim sendo, tomamos como ponto de partida a relevância já identificada por Paiva (2008), sobre os contributos da teoria das trocas, da teoria das redes sociais e da teoria das escolha racional para ilustrar a sua importância e contributo, não só para clarificar o capital social “como um bem que resulta do investimento em redes sociais” (Paiva, 2008, p. 87), mas também para dar uma resposta concetual à questão clássica e ou a razão básica da ocorrência de certas interações ou relações sociais entre os indivíduos, na sociedade em geral e numa comunidade em particular.

Como vimos anteriormente, o capital social é concebido ou definido de maneira diferente por Bourdieu, Coleman, Putnam, entre outros, mas representa sempre um ativo (*asset*) que pode ser utilizado pelos indivíduos. Subjaz assim a ideia que ter capital social, é ter recursos para algo, ou melhor para engendrar trocas sociais específicas, num espaço social onde veiculam um vasto conjunto de relações de força, laços e vínculos formais e informais. Iniciemos então com a teoria das trocas de Homans (referido por Paiva, 2008).

O pensamento básico da **teoria das trocas** do Homans estrutura-se em torno de duas ideias centrais: recompensa e custo. São estes dois elementos que conduzem as pessoas a fazer o que fazem (Ritzer, 1988), argumento que Homans sustentou através de cinco proposições importantes: a) proposição de sucesso; b) proposição de estímulo; c) proposição de valor; d) proposição de privação-saciedade; e) proposição de agregação-aprovação. O núcleo dessas cinco proposições radica na ideia de que as pessoas só vão a fazer algo se vier a receber algo favorável, quer por motivo de uma recompensa, quer derivado a determinado estímulo (recompensada), quer ainda como resultado de sua ação (Ritzer, 1988, p. 385-386; Paiva, 2008).

Segundo Ritzer (1988, 2015), a recompensa e o custo estão intimamente associados ao comportamento social, comportamento esse que envolve normalmente dois ou mais agentes/atores sociais, assim como uma variedade de trocas tangíveis e intangíveis. Assim, subjaz na tese de Homans, não apenas dois elementos básicos da teoria das trocas, mas sim três: comportamento, recompensa e custos (Ritzer, 2015; Paiva, 2008).

Importa relevar que são geralmente os bens (económicas) que podem ser trocados, mas a teoria das trocas revelou que a troca também pode acontecer no mundo social. Segundo Emerson (referido por Ritzer, 1988, 2015), a troca na área económica concentra-se em “transações isoladas e independentes” entre as pessoas (Paiva, 2008). Todavia, no campo social as trocas concentram-se nas “transações entre atores independentes” na relação social e ou interdependentes entre uns e outros (Paiva, 2008). Se é certo que a teoria das trocas de Homans privilegia o nível de análise micro (individual), outros autores, como Peter Blau tentou combinar os tipos de estrutura social, tal como, a estrutura social micro e macro como base de análise das trocas (Ritzer, 1988, 2015). Segundo Blau, “dinheiro, aceitação social, estima ou respeito e aprovação social” (Paiva, 2008, p. 89) representam recursos do poder e os elementos chave das trocas no mundo social.



Importa ainda acrescentar que a teoria da troca coloca em evidência as fontes de poder nas relações sociais e redes de trocas, sendo elas traduzidas pelas desigualdades no acesso a recursos e serviços. Como justamente nota Paiva (2008),

“as redes de relação criam, permanentemente, oportunidades de troca e relações sociais que se ligam através de uma estrutura a que ele chama ‘rede de trocas’. Uma rede de trocas é assim, segundo o próprio autor, uma estrutura social que resulta de duas ou mais relações de troca entre atores sociais, que se afetam mutuamente de forma positiva ou negativa. Este resultado é positivo quando a troca estabelecida amplia a capacidade de troca futura do ator social, e é negativa quando reduz a sua capacidade de troca, isto é, quando reduz a sua capacidade de produzir benefícios para terceiros em troca de outros benefícios que estes lhe proporcionam no seio da rede. É esta desigualdade na troca que gera a desigualdade de poder e a dependência de uns em relação a outros. O poder é, portanto, um fenómeno estrutural que resulta das relações de troca em rede e que condiciona essas mesmas relações” (Paiva, 2008, p. 90-91).

Subjaz aqui a ideia de que

“a teoria das trocas sublinha o aspeto behaviorista do estímulo-resposta. Considera que as relações interindividuais se organizam em torno de sistemas de recompensa que condicionam os comportamentos individuais e que estão orientados para os benefícios da sua interação social (...), [pelo que não é de admirar que] quem dispõe para troca de recursos mais úteis e mais procurados, encontra-se em situação de vantagem social” (Paiva, 2008, p. 88-89).

Em síntese, a teoria da troca coloca em evidência que cada um ator social tem os seus próprios interesses, e que a maior parte dos atores sociais quer aumentar ou maximizar os resultados positivas das trocas sociais, e obviamente pelo contrário, pretende diminuir os negativos no processo das mesmas trocas sociais (Paiva, 2008).

De acordo com a literatura consultada, um outro contributo teórico relevante para o capital social é a **teoria das redes**. Basicamente esta teoria baseia-se na tese de que uma relação social é vinculada pela confiança e a confiança é preservada e mantida pelas normas existentes e que os atores sociais, tanto individuais ou coletivos, através do nível de “força” dos seus laços e vínculos, têm acesso diferenciado aos recursos (riqueza, poder, informação) (Paiva, 2008, p. 90). De relevar que Ritzer (2015) afirma que as redes são “nós interconectados”, envolvendo duas ou mais as pessoas (indivíduos), grupos, organizações e também sociedade em geral e pode até haver redes globais (Paiva, 2008).

De acordo com Paiva (2008),

“A teoria das redes ultrapassa a perspectiva psicologista através de um enfoque culturalista centrado no estudo do processo de socialização, durante o qual normas, valores e representações são interiorizados pelos atores sociais. Transfere-se a análise do nível motivacional dos indivíduos para a correspondência a aprendizagens e expectativas sociais, para o cumprimento das normas e para a adesão a padrões sociais que definem limites simbólicos, bem como para a observação das regularidades na atualização desses fenómenos” (Paiva, 2008, p. 91).

Acrescenta ainda a autora que

“a teoria das redes, desenvolvida por investigadores tais como Harrison White, Ronald Burt, Mark Granovetter, Barry Wellman, inter alia, pretende fazer uma leitura objetiva dos padrões regulares de ligações entre as pessoas e as coletividades, mais que das regularidades das crenças acerca do que elas deveriam ser. Assim, a análise de redes tenta evitar explicações normativas do comportamento social” (Wellman, 1983, citado por Ritzer, 1992, p. 286)” (citado por Paiva, 2008, p. 92).

A perspectiva fundamental desta teoria é essencialmente estrutural e não é individual (Paiva, 2008), ou seja, releva a estrutura «macro e não micro» (Ritzer, 1988), onde

“os atores sociais são vistos como constrangidos pelas estruturas e, portanto, de certo modo, a sua importância encontra-se profundamente diminuída, o que é uma desvantagem ou um limite significativo. Por outro lado, a teoria das redes opera com os agrupamentos sociais, do mesmo modo que com os indivíduos, considerando-os unidades ligadas em rede. Com isto, os teóricos das redes pretendem conseguir que a sua teoria seja aplicável a todos os níveis, desde o micro ao macro, evitando a cisão da análise do real em função desse critério” (Paiva, 2008, p. 92).

Na perspectiva de Barabási (referido por Paiva, 2008),

“a teoria das redes baseia-se na observação de que as redes sociais obedecem a um modelo sem-escala ou ‘*power-law model*’, que corresponde a uma estrutura matemática constituída por nós (*nodes*, em inglês), que são elementos constituintes ligados a outros elementos, e por glomos (*clusters*, em inglês), que são nós que aglomeram um grande número de contactos com outros nós, e que são determinantes para a sobrevivência e para o crescimento de um sistema em rede” (Paiva, 2008, p. 94).

Embora, a teoria da rede releve um certo distanciamento ao psicologismo da teoria da troca, transformando o domínio do nível individual (micro) para um domínio mais coletivo (macro), a teoria da rede mantém ainda uma perspectiva de análise em função das redes de trocas de recursos. Em todo o caso,

“não restam dúvidas de que a teoria das redes constitui um desafio para a sociologia; no entanto, convém ter presente que esta teoria também é estruturalista e dedica-se especialmente a conhecer propriedades objetivas das redes, sem se preocupar em conhecer os sentidos subjetivos da ação social, sem os quais, segundo Weber, nunca compreenderemos os fenómenos sociais, pois estes explicam-se, preferencialmente, por interpretação dessa subjetividade” (Paiva, 2008, p. 105).

Um outro contributo teórico sobre o capital social está relacionado com a **teoria da escolha racional**, perspectiva que tem a sua origem na economia. Esta teoria também chamada teoria da ação racional, reflete uma certa perspectiva interdisciplinar das ciências sociais (Paiva, 2008) cujo enfoque não é a troca, nem as recompensas e os custos, mas sim as pessoas consideradas como racionais e a sua aplicação orientada para compreender os modelos de comportamento coletivo e não individual (Ritzer, 1988, 2015). De acordo com Paiva (2008), a teoria da escolha racional privilegia o seguinte:

“1) Os atores sociais agem com intencionalidade, mas as suas ações têm consequências não intencionais, 2) os atores agem racionalmente em função dos seus interesses, 3) Os atores correm sempre riscos e agem em situação de incerteza porque dispõem de informação incompleta e, 4) os atores agem de acordo com estratégias e as suas ações são interdependentes” (Paiva, 2008, p. 106).

De relevar ainda que a teoria da escolha racional

“pressupõe que os acontecimentos de nível macro se produzem pela conjugação de efeitos dos acontecimentos de nível micro (e que) os atores tentam controlar os recursos, cujo controlo também interessa aos outros, de acordo como seus interesses. Porque desejam o controlo dos recursos controlados por outros, os atores têm de envolver-se em relações sociais. Estas organizam-se em sistemas de ação, pelo que são estruturais. É esta estrutura e a prossecução individual de fins e interesses que criam a interdependência ou o carácter sistémico da ação social” (Paiva, 2008, p. 107).

Em síntese, a teoria da escolha racional releva a importância dos atores e dos recursos, ou melhor a forma como os atores sociais procuram controlar os recursos, envolvendo-se em relações sociais numa base racional e fundada no cálculo dos benefícios e custos de qualquer ação, antes de tomar uma ação concreta. Resta dizer que esta teoria é um pouco redutora, na medida em que não considera a complexidade dos sistemas sociais,

nem “dá grande importância aos aspetos culturais do social” (Paiva, 2008, p. 109), parecendo que os autores consideram que as “preferências dos indivíduos não variam entre as culturas e que, portanto, são estáveis” (Paiva, 2008, p. 109).

Como nota final, importa salientar que ao privilegiarmos a síntese de três teorias (troca, rede, escolha racional) não significa que negligenciamos a importância de outras perspectivas teóricas, tais como a teoria da estruturação de Giddens, mas, parafraseando Paiva (2008), esta não a considerámos como “fundamental” para o nosso estudo e que remetemos para debate e reflexão num próximo trabalho.

### 1.2.3. Para uma Clarificação dos Desafios e Dilemas do Capital Social: Um Olhar sobre as Fontes, Funções e Consequências do Capital Social

De acordo com o que temos vindo a descrever nos capítulos anteriores, as relações sociais representam a principal fonte, ou melhor, a fonte mais importante para a criação e a construção do capital social na sociedade ou numa comunidade. Recordemos ainda que relevamos a ideia duma natureza estrutural e multidimensional do capital social (*bonding, bridging e linking*) que permitem explicar a diversidade de recursos e a importância da confiança nas possíveis ações coletivas que os atores sociais podem engendrar na comunidade (Woolcock, 2001; Field 2008; Svendsen & Svendsen, 2009; Vasconcelos, 2011; González-Gómez, 2014).

De facto, encontramos em Adler & Kwon (2002, p. 18) uma síntese destas ideias que não refuta as teses de Coleman e Putnam. Os autores consideram o capital social como um bem e um recurso multidimensional disponível para os atores em função da sua localização na estrutura das suas relações sociais. Na perspetiva dos autores, podemos encontrar três tipos de relações: (1) relações de mercado, em que os produtos e os serviços são trocados por dinheiro; (2) relações hierárquicas, em que a obediência à autoridade é mediada pela troca por bens materiais e a segurança “espiritual”; (3) relações sociais, em que os “favores” e “presentes” são trocados como recompensas (Adler & Kwon, 2002).

De acordo com Adler & Kwon (2014, p. 413) as características e as especificações das relações sociais que dão origem ao capital social consistem no seguinte: a) as oportunidades proporcionadas pela estrutura de rede das relações; b) as normas e valores que constituem o conteúdo dessas relações de redes sociais e que lhes dão força motivacional; c) a capacidade de qualquer indivíduo desta rede que pode ser mobilizada se for tal a sua vontade. Por outras palavras, a oportunidade e a rede de atores dos laços social criam oportunidades para transações do capital social, sendo os vínculos externos com os outros os elementos que proporcionam aos atores a oportunidade de aproveitar os recursos de contatos. Acresce-se ainda que, para os atores coletivos, os laços internos e a confiança implícita criam a oportunidade de agir em conjunto (Adler & Kwon, 2002, p. 24).

Tendo em conta a questão da oportunidade, Adler & Kwon (2014, pp. 413-415) afirmam que é possível definir três dimensões ou fontes do capital social e que são as

seguintes: a) a rede cognitiva; b) potencial e laços mobilizados; c) efeito de proximidade. Parafraseando Schachter et al., (1950), Adler & Kwon (2014, p. 415) afirmam que a solidariedade e a cooperação são muitas vezes intensificadas pela interação face a face, pelo que os atores que estão mais próximos no espaço físico são mais propensos a interagir e a formar laços.

Para argumentar a importância da motivação como fonte do capital social, Adler & Kwon (2014) criticam as perspectivas da escolha racional e a teoria da rede, afirmando que: i) são contra a ideia de ator meramente racional, na medida em que todos os atores podem ser motivados pelo próprio interesse; e, ii) são contra a ideia da existência de uma “força” formal da rede social, argumentando que a motivação pode gerar um efeito positivo ou negativo na estrutura da rede. Segundo estes autores, se é verdade que as normas e os valores associados à comunidade podem ser entendidos como uma possível fonte chave do capital social, a verdade é que a habilidade é igualmente uma outra fonte do capital social (Adler & Kwon, 2014, 415).

Para os autores, essa habilidade trata-se da capacidade, materializada pelas competências e recursos nos nós da rede, e que ocupa um lugar privilegiado na construção da teoria do capital social (Adler & Kwon, 2002, p. 26). Tem em consideração a tese de Burt (1997), Adler & Kwon (2002) afirmam que “o capital humano refere à capacidade ou habilidade individual, e o capital social diz respeito à oportunidade”, explicitando assim que as principais “motivações” para a génese de uma relação social e do capital social são a oportunidade e a própria motivação da comunidade para participar em ações coletivas. Estas perspectivas de Adler & Kwon (2002), que privilegiam um certo psicologismo, podem ser consideradas com as fontes do capital social e sistematizáveis no esquema da Figura 3.

No seu estudo sobre “*Associativismo, Capital Social e Mobilidade: contributo para o estudo para participação associativa de descendentes de imigrantes africanos lusófonos em Portugal*”, Rosana Albuquerque (2013, p. 262) concluiu que uma das fontes do capital social é o associativismo. A autora argumenta que o associativismo é apresentado como um instrumento privilegiado de “aquisição de capital social”, na medida em que permite o “acesso a redes sociais que lhe são intrínsecas”, sendo igualmente relevante os “efeitos que exerce nas trajetórias de mobilidade individuais” (Albuquerque, 2013, p.

15). Segundo a autora, “a convergência de redes associativas, das relações sociais de proximidade e das redes familiares, numa combinação de laços fracos e de laços forte, teve o efeito de potenciar a apropriação deste capital” (Albuquerque, 2013, p. 264).

Figura 3: Principais Fontes do Capital Social



Fonte: Adaptado do modelo conceptual do Capital Social de Adler & Kwon (2002, p.23).

Relembremos que Bourdieu e Coleman (1980) consideram que os capitais social e cultural contribuem e interagem diretamente com o capital económico para fortalecer uma dada relação social. Porém, a ideia de associativismo descrita acima vem ainda revelar que a própria relação social é indutora da formação do capital social, independente do tipo de origem da relação (relação familiar, relação entre amigos, clube e outros grupos relevantes), situação que coloca em evidência que uma relação estreita e forte poderá facilitar a criação de redes mais fortes, baseadas na confiança mútua. Não é de admirar que Woolcock & Narayan (2000) sugerem que o capital social “*não é o que você sabe, mas sim quem você conhece*” (Adler & Kwon, 2014).

Portes (2000) sugere que existem três funções básicas do capital social: “como fonte de controlo social; como fonte de apoio familiar; como fonte de benefícios através de redes extrafamiliares” (Portes, 2000, p. 141). Parafrazeando o autor, somos levados a considerar que “o capital social criado pelas redes comunitárias é útil aos pais, aos professores e às autoridades policiais que procurarem manter a disciplina e promover a conformidade às regras entre aqueles que estão sob sua alçada” (Portes, 2000, p. 141).

Também Passy (citado por Adler & Kwon, 2014) identificou três funções-chave do capital social que desempenham nos movimentos sociais e que ajudam a superar a



pressão de certos fatores psicológicos e estruturais: “socializar os indivíduos, cultivar os seus quadros interpretativos e facilitar a identificação; mobilizar os indivíduos e os grupos na ausência de vínculos, embora aqui a mobilização seja consideravelmente mais difícil; moldar decisões individuais sobre se deve participar na atividade de um dado movimento” (Adler & Kwon, 2014, p. 418).

De acordo com Adler & Kwon (2002) há pelo menos três benefícios do capital social, tais como:

“o primeiro benefício do capital social é informação, razão pelo qual o acesso à fonte da informação e a melhoria da qualidade de informação são relevantes e devem ser incluídos nos cronogramas dos projetos dos atores locais; influência, controlo e poder representam o segundo grande de benefício do capital social; o terceiro benefício do capital social é solidariedade” (Adler & Kwon, 2002, p. 29).

Albuquerque (2013, p. 265) afirma que associativismo pode criar as condições para a construção de laços de confiança interpessoal que, por sua vez, podem despoletar atos de ajuda ou solidariedade para com terceiros que o necessitam. Tal como Putnam (referido por Albuquerque, 2013) sublinha, a confiança ganha-se a partir de cada oportunidade de interação com os outros. Não será em demasia afirmar que “a construção de capital social mediante a inserção em redes não é linear e que a vida associativa não é pautada apenas por consensos e partilha de afinidades, havendo espaço para o conflito e para a divergência” (Albuquerque, 2013, p. 268).

Uma outra função de capital social é o estabelecimento de pontes, promovendo a coesão. Basicamente, subjaz nessa ideia de pontes que sendo a intervenção associativa um meio de satisfação de objetivos partilhados coletivamente, então o associativismo pode “ênfatizar a dimensão pública do capital social, situação que traduz um claro benefício coletivo” (Albuquerque, 2013, p. 271). Contudo, a autora afirma que para construir capital social não é suficiente aceder a redes, mas também é necessário que estas “proporcionem oportunidades para os indivíduos adquirirem capacidades que lhes permitam mobilizar ou potenciar os seus efeitos, em benefício próprio ou coletivo” (Albuquerque, 2013, p. 271).

No entanto, o capital social não apresenta apenas resultados positivos, na medida em que pode igualmente ter consequências ou impactos negativos. Na perspectiva do capital social micro ou *bonding/closed* (micro-capital social), Portes (citado por González-Gómez, 2014) sugere que os estudos recentes permitem identificar “pelo menos quatro consequências negativas do capital social: exclusão dos não membros; exigências excessivas a membros do grupo; restrições à liberdade individual; normas de nivelação descendente” (González-Gómez, 2014, p. 59). Para o autor, as ideias básicas do capital social fundadas e baseadas nas relações entre os membros da mesma família e amigos, facilmente resvalam para a génese do nepotismo e da corrupção. A nível institucional, muitos países e organizações possuem leis contra o nepotismo, reconhecendo explicitamente de que as relações demasiado pessoais geram ligações nefastas que podem ser utilizadas para discriminar injustamente, distorcer a realidade e fomentar a corrupção (Woolcock & Narayan, 2000).

Para Field (2003), apesar das ações cooperativas (trabalhar em conjunto) poderem beneficiar os participantes (os membros do grupo), não é menos verdade que podem ter consequências indesejáveis (negativas) para a sociedade em geral. Parafraseando a linguagem económica, tais situações podem criar externalidades negativas (Field, 2003, p. 117). Por exemplo, parafraseando Putnam (2000), ao olharmos para os “grupos ou gangues dentro da cidade que representam uma certa forma de capital social, verificamos que existem benefícios da solidariedade entre os membros dos grupos, mas tais fenómenos de solidariedade são perversos porque prejudicam outros” (Field, 2003, p. 118). Igualmente Fukuyama (2001) subscreve este ponto de vista, argumentando que “a solidariedade de grupo na comunidade humana é frequentemente comprada com ódio contra outros membros do grupo” (Field, 2003, p. 119).

Num estudo da autoria de Jordan (2015, p.16), os resultados sugerem que os grupos comunitários fortemente vinculados entre si podem gerar impactos negativos na coesão social e na ação comunitária. Para o autor, o capital social que vincula poderosamente os grupos homogêneos entre si, excluindo outros, tende a reforçar as desigualdades e a estrutura social hierárquica existente. As exclusões dentro de uma comunidade ocorrem geralmente em torno de determinados limites mediadas pela classe, etnia, religião, nacionalidade e crenças sociais. As consequências negativas podem levar a situações de

sectarismo, etnocentrismo e corrupção, onde a influencia e as relações são usadas para interesses próprios, na maioria das vezes opostos ao interesse publico. Ao consolidar o capital social em torno de círculos fechados de relações, assistem-se impactos ou resultados negativos da comunidade, situações que podem ser encontradas em grupos relacionados com o crime organizado, tais como a máfia, gangues de rua, cartéis de drogas, etc. (Nannestad, Svendsen & Svendsen, 2008; Portes, 2000; Portes & Vickstrom, 2011; Putnam, 2000; Sabatini, 2008, 2009; citados por Jordan, 2015, p. 16).

Segundo González-Gómez (2014), um capital social *bonding* (vínculo) “obscuro” pode ser exercido sob a forma de controlo social excessivo dentro de certos grupos que sejam aparentemente coesos. A iniciativa dos indivíduos pode ser oprimida através de normas muito restritivas e estreitas relações de obrigações. Ao mesmo tempo, para aqueles que não pertencem a tais grupos coesos, o capital social é uma forma de exclusão social. Tal como argumenta Farrell (citado por González-Gómez, 2014), se o capital social tem um efeito positivo para “nós”, isso não quer dizer que não tenha um efeito negativo para “eles”. Por outras palavras, o lado negativo (*dark side*) do capital social é, em grande parte, considerado como consequências indesejáveis ao nível micro dos grupos, constituindo como uma clara opressão individual ou exclusão externa (González-Gómez, 2014).

Para além da perspectiva capital social micro ou *bonding/closed* (micro-capital social), referido acima, há também um capital social de transição que, embora não tenha recebido muita atenção, mas também pode gerar impactos negativos. Por exemplo, quando o acesso a certos recursos é restrito para aqueles que estão fora de certas redes abertas, ou quando certas redes são mobilizadas para negligenciar a troca de fluxos de informação ou para evitar certas conquistas (González-Gómez, 2014).

Em conclusão, podemos dizer que cada sociedade, em geral, ou comunidade, em particular, tem a sua própria tipologia de capital social estrutural e cognitiva. Se é possível reconhecer três tipologias do capital social (*bonding*, *bridging* e *linking* capital social), o seu desenvolvimento depende das características da sociedade ou comunidade. Assim sendo, o capital social pode ser entendido como um “poder” ou “força social” numa sociedade ou comunidade que pode ter uma função utilitarista, nomeadamente uma utilidade estratégica para solucionar os problemas sociais que os atores sociais necessitam de

enfrentar coletivamente. São, por exemplo, em relação à redução da pobreza e da miséria numa comunidade. Enfim, devemos reconhecer a importância das consequências (positivos e negativos) do capital social numa sociedade ou comunidade, representando elas duas faces da mesma moeda.

#### 1.2.4. O Capital Social no Contexto Desenvolvimento Comunitário

Não obstante as consequências e impactos negativos do capital social que mencionámos anteriormente, é comumente aceite que existem vários “papéis” do capital social que são cruciais e importantes para o desenvolvimento comunitário. Vejamos melhor este ponto de vista.

Putnam (referido por Jordan, 2015, p. 14) argumenta que o capital social permite que uma sociedade civil se torne mais produtiva e eficiente, através de medidas de apoio mútuo, cooperação e confiança. Se as pessoas confiarem uns nos outros, torna-se mais fácil para a sociedade atender às necessidades públicas e resolver problemas comuns. Esta é a lógica que subjaz nas propostas do Banco Mundial sobre o desenvolvimento dos países do terceiro mundo, tal como sugerem Dudwick, Kauhast e Jones, Narayan, Woolcock & Narayan (citados por Jordan, 2015). Para esta instituição mundial, os esforços que permitam promover os efeitos positivos do capital social, são essenciais para os esforços de desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza.

Grannovetter, Grootaert & Bastelaer e Sabatini sublinham que nos países em desenvolvimento, o capital social é visto como um fator importante na manutenção social, coesão social, e melhoria das oportunidades económicas dos indivíduos (Jordan, 2015). Segundo Bowen as pessoas com conexões sociais fortes tendem a ter uma melhor saúde, encontrar empregos mais fáceis e residir em melhores habitações (Jordan, 2015, p. 14). Além disso, outros autores reforçam a ideia de que o capital social contribui também para o bem-estar das pessoas sob a forma de satisfação da vida, estabilidade económica e saúde física (Uyen & Porcuinca citados por Jordan, 2015). O capital social tem sido igualmente descrito como um fator determinante da realização educacional (Coleman, Leana & Pil citados por Jordan, 2015). Outros autores sugerem que o capital social promove também práticas colaborativas nas pequenas empresas, contribuindo para serem mais produtivas em certos setores, adotando por exemplo a autogestão coletiva de recursos escassos, tais como, a criação de grupos de pescas para a melhoria dos resultados económicos, em geral (Adger, Holland et al., Macke & Dilly citados por Jordan, 2015, pp.14-15).

Com respeito à relação do capital social com o desenvolvimento comunitário, Adger, Flora, Larsen et al., Leonard, Croson & Oliveria, Sharp et al., entre outros (citados

por Jordan, 2015), afirmam que os estudos sobre o desenvolvimento rural indicam que as medidas mais elevadas de capital social estão associadas a níveis mais elevados de ação coletiva e de desenvolvimento comunitário.

Hamdan et al., (2014) concluíram que o capital social é importante para o desenvolvimento da comunidade (desenvolvimento comunitário) na medida em que contribui para a melhoria do desempenho da rede social e da confiança mútua entre os indivíduos dentro numa comunidade. Para os autores, a ação coletiva e a cooperação que une as pessoas e reforça a coesão social e inclusão, podem aumentar os valores positivos nas redes de vizinhança nas comunidades do terceiro mundo. Todos estes elementos revelam não só uma implicação positiva do capital social, mas desempenham sobretudo um papel importante no combate à pobreza e na melhoria das condições da vida (qualidade da vida) das pessoas ou (da própria comunidade) onde que vivem.

De acordo com Warren et al. (2001) o papel estratégico do capital social na erradicação da pobreza pode ser visto de duas formas. Em primeiro lugar, o capital social pode ajudar identificar os investimentos estratégicos, representando como uma espécie de contribuição social no âmbito das políticas públicas, tais como a nível da saúde pública, segurança, habitação, desenvolvimento econômico e educação. Em segundo lugar, a um certo nível de intervenção, as comunidades pobres podem agir coletivamente, formando alianças com atores externos, captando assim os recursos necessários para erradicar a pobreza. Acrescentam ainda Warren et al. (2001) que o capital social não é uma nova forma de desenvolvimento, mas serve os interesses e os fins do mesmo, tais como a possibilidade de usar o capital social para influenciar a organização e as normas de cooperação social, estimulando uma comunidade a aceitar ações conjuntas sobre o seu desenvolvimento com as instituições externas. Em termos estritos, os autores sugerem que o capital social pode desempenhar um papel não só ajudar as famílias a sobreviver, mas também o desenvolvimento de políticas públicas na busca de uma solução sobre a melhor forma de combate à pobreza (González-Gómez, 2014).

Tal como vimos anteriormente, o capital social numa sociedade ou comunidade pode ser operada em vários níveis ou dimensões (*bonding*-micro, *bridging*-meso e *linking*-macro), materializando um capital social do tipo cultural-cognitivo ou relacional-estrutural (González-Gómez, 2014). Autores que estudaram os efeitos do *bonding*-micro

capital social argumentam que os seus efeitos a nível micro (famílias e amigos), não é suficiente para potenciar o desenvolvimento comunitário. Por exemplo, Jordan (2015) considera que é necessária uma articulação na intervenção entre os capitais a nível meso e macro. Dito de outro modo, o autor sugere uma relação mais “vertical” dos efeitos do capital social, considerando que o *bridging*-meso capital social referente às instituições e organizações e o *linking*-macro capital social reportado ao Estado ou às instituições governamentais, desempenham maiores efeitos e mudanças para o desenvolvimento económico da comunidade. Em termos estritos, os resultados dos estudos de Flora (citado por Jordan, 2015) revelam que apesar da presença de um forte capital do tipo de ligação horizontal, bem como incontornáveis oportunidades, tal capital social não se correlacionou com o aumento dos níveis de desenvolvimento económico. Por outro lado, os resultados dos estudos revelaram ainda níveis baixos de ação comunitária em trono de questões do desenvolvimento económico, quando a comunidade apercebe da presença de ameaças para a sua estrutura de poder social.

No entanto, Jordan (2015, p. 16) afirma ainda que, diferentemente de outras formas de capital, o capital social funciona nos dois sentidos, desempenhado um papel duplo no desenvolvimento comunitário e no bem-estar na sociedade em geral e na própria comunidade em particular. Para o autor, o capital social gera impactos positivos numa variedade de fatores de desenvolvimento, incluindo a coesão social, o alívio e/ou redução da pobreza, a ação coletiva, a melhoria da saúde, educação e estabilidade económica. Apesar disso, remata o autor que sem uma articulação entre o capital social cognitivo (micro) com o capital social estrutural ou *linking* (macro) e *bridging* (meso) capital social, não se dinamizam resultados positivos de desenvolvimento comunitário. Isto porque para Jordan (2015), vincular o capital social permite não só ajudar os indivíduos a lidar com os problemas, mas também ajuda a encorajá-los, promovendo a confiança e a solidariedade. Acrescenta ainda o autor que a ponte e a ligação do capital social ajudam as pessoas a avançar na mobilidade social. No entanto, Jordan chama a atenção de que devemos reconhecer sempre a existência de um lado menos positivo do capital social, as desvantagens que possam ter lugar nos esforços do uso do capital social para induzir o desenvolvimento comunitário (Jordan, 2015, p. 17).

Face ao exposto, podemos dizer que o capital social numa sociedade ou comunidade sobretudo no contexto de desenvolvimento comunitário não depende apenas de um tipo do capital social, mas também da interdependência e complementaridade entre três tipologias do capital social (*bonding*, *bridging* e *linking*), articuladas com duas dimensões de ação: dimensão cultural-cognitivo (micro); dimensão relacional-estrutural (macro). Assim sendo, transformar uma sociedade ou comunidade para uma vida melhor (qualidade da vida) não só depende do *bonding*-micro e *bridging*-meso do capital social, mas também do *linking*-macro do capital social que em conjunto desempenham um papel importante e decisivo para garantir uma transformação social sustentável e compreensiva numa sociedade ou comunidade, sobretudo em relação à melhoria das condições da vida (qualidade da vida) da própria comunidade onde que vivem.

Em síntese, o capital social é um conceito polissémico e com diversas contradições analíticas, mas que, na ótica de muitos autores, comporta uma multidimensionalidade que “dificulta” a sua mensuração e ou objetivação “racional”. Apesar das possíveis controvérsias concetuais e críticas, o capital social se assume no plano empírico, pelo menos nas teses colemaniana, putnamiana e fukuyamiana, como um elemento potenciador para gerar “novos” espaços democráticos de discussão e difusão de informação, que reforçam as redes formais e informais de apoio social, com benefícios mútuos numa comunidade, desempenhando assim um papel fulcral no apoio ao progresso económico e social da comunidade de qualquer espaço sócio geográfico.



### 1.3. Participação e *Empowerment* na Encruzilhada do Desenvolvimento

Neste capítulo vamos apresentar uma breve reflexão em torno dos conceitos de participação e *empowerment* que encontramos muito presente nos documentos referentes ao desenvolvimento comunitário.

#### 1.3.1. A Construção da Participação Comunitária

Historicamente, podemos situar nos anos 1960 e 1970 o embrião da valorização e promoção da democracia participativa. Um pouco por todo o mundo, diversos movimentos sociais, entre os quais os movimentos de direitos humanos, os movimentos de mulheres, os movimentos ambientais e outros, vieram impulsionar a dinâmica da abordagem democracia participativa nos sistemas sociais e políticos (Ife & Tesoriero, 2008, p. 302).

De que falamos de participação? Vejamos. De acordo com Dicionário da Língua Portuguesa (2014), a participação é o ato ou efeito de participar, também entendido como envolvimento em determinada atividade, ou seja, alguém que participa ativamente em algo. Da mesma forma Merriam Webster refere em *Oxford English Dictionary* que a participação é o ato de juntar com os outros em fazer algo concreto. Assim sendo, a participação pode ser “entendida como uma ação realizada no sentido de alcançar resultados desejados” (Zimmerman citado por Pinto, C., 2013). Subjaz nesta primeira apreciação que ao falar de participação no desenvolvimento comunitário, implica considerar, por um lado, que uma “comunidade/cliente tem capacidade de decisão, acesso a informação e recursos relevantes, e tem possibilidade de escolher entre uma série de opções significativas para si, [e por outro lado, que o controlo representa] a capacidade real ou percebida de influenciar decisões” (Pinto, C., 2013, p. 53). Por outras palavras, participar é “fazer parte de”. Não é de admirar que, segundo Pinto, C. (2013), uma das formas de participação que mais esperada no desenvolvimento comunitário seja uma participação com autonomia, efetiva e ativa enquanto ato de liberdade.

De facto, importa sublinhar o seguinte:

“nas sociedades do mundo ocidental, a participação é um valor social e um modelo ideal para a tomada de decisão democrática sobre todos os aspetos da vida coletiva, razão pela qual se considera que todas as organizações sociais, económicas e políticas, incluindo a família, a escola, os locais de trabalho e as instituições políticas, devem adotar na prática a democracia participativa para gestão de todas as suas atividades” (Silva, C., 2004, p. 20).

Embora, em termos estritos, a maioria dos autores, tais como Dominique Martin (1994), Hickey & Mohan (2005), Mohan & Stokke (2000), e outros, definem a participação como um processo de “organização” da autonomia individual dentro de um grupo e ou sistema socio-organizacional, na verdade, não existe uma definição consensual ou única de participação (Silva, C., 2004). Nos últimos tempos, este conceito tem vindo a estar associado a outros conceitos e práticas organizacionais, tais como o de *empowerment* ou de trabalho em grupo ou equipa (Silva, C., 2004, p. 18).

De acordo com Hickey & Mohan (2005), Dachler & Wilpert (1978), Martin (1994), Hardy & Leiba (1994), Geary & Sisson (1994), entre outros, a problemática da participação focaliza questões micro e macrosociais, salientando os seguintes enfoques: a) motivação individual; b) capacidade de liderança; c) dinâmica de grupos; d) diferentes fatores organizacionais; e) as estruturas sociopolíticas que se desenvolvem inter e intra socialmente. Assim, para os autores, “é importante interrogarmo-nos sobre o seu significado e de que forma é que essa participação tem sido implementada e por que motivos ou razões fundamentais se deve privilegiar a participação dos membros e o seu envolvimento mais direto e ou ativo ao nível dos processos” (Silva, C., 2004, p. 19), quer a nível organizacional, quer no plano social.

Ainda de acordo com Silva, C. (2004), embora delimitada numa abordagem do campo organizacional, a participação pode ser definida como um processo de influência na partilha das decisões, como um sinónimo de codecisão ou apenas como a tradução de um determinado grau de envolvimento do trabalhador nas decisões (Silva, C., 2004, p. 21). Escudado nas teses de Martin (1994), Chisholm & Vansina (1993), Dachler & Wilpert (1978), Geary & Sisson (1994) e outros, o autor argumenta ainda que a participação

“não é apenas o produto de um processo histórico (ou seja, uma consequência de mudanças a nível societal, político e económico), mas também, em si mesma, um processo (existente em cada local de trabalho) e cuja forma e conteúdo apresentam formulações e reformulações contínuas” (Silva, C., 2004, p. 42).

Parafrazeando Martin (1994), Chisholm & Vansina (1993), Dachler & Wilpert (1978), a participação é

“uma filosofia de gestão organizacional cujo objetivo radica no envolvimento dos trabalhadores nas decisões, sendo a tomada de decisão participativa perspectivada como uma resultante de estruturas e processos de organização da autonomia individual no contexto da responsabilidade coletiva, em relação estreita com a influência no sistema organizacional, enquanto um todo” (Silva, C., 2004, p. 21).

Entende-se, assim, na linha de Martin (1994), Chisholm & Vansina (1993), Dachler & Wilpert (1978), Geary & Sisson (1994), entre outros, que existe uma “forma ideal e fundamental de participação que consiste no envolvimento imediato e pessoal dos membros de uma organização na tomada de decisão” (Silva, C., 2004, p. 20), que pode ser traduzida como uma participação direta. Assim sendo, parafrazeando Chisholm & Vansina (1993), Dachler & Wilpert (1978) e outros, equaciona-se em oposição uma participação dita indireta, que pode ser considerada como “o envolvimento mediato dos membros da organização na tomada de decisão, através de alguma forma de representação, que pode ser considerada como a materialização de um compromisso entre a democracia e os acordos sociais” (Silva, C., 2004, p. 20).

Todavia, quando olharmos para outros domínios, tais como as perspetivas próximas da área da ciência política e do desenvolvimento comunitário, podemos encontrar autores que sugerem outros tipos ou formas de participação. Referimos por exemplo os tipos ou formas de participação sugerido por Pretty (1995), citados por Cornwall (referido por Jones & Kardan, 2013) e Arnstein (1969). A perspetiva desenvolvida por Pretty, os tipos ou as formas de participação assumem o seu nome, sendo conhecidos como *Pretty's Typology of Participation* ou (“Tipologia de Participação do Pretty”), e que são os se-

guintes: 1) Participação Manipulada; 2) Participação Passiva; 3) Participação por Consulta; 4) Participação com incentivo material; 5) Participação Funcional; 6) Participação Interativa; 7) Auto Mobilização.

Tabela 5: Tipologia de Participação “Pretty”

<b>Tipo de Participação</b>	<b>Caraterísticas</b>
Participação Manipulada (1)	Pertença com representação nomeada, mas que não tem legitimidade ou poder
Participação Passiva (2)	Anúncios unilaterais sem ouvir as respostas das pessoas
Participação por Consulta (3)	Agentes externos que definem os problemas e a recolha de informações, processos, assim como a análise de controlo
Participação com incentivo material (4)	As pessoas participam contribuindo com recursos (trabalho) tendo em vista os incentivos materiais
Participação Funcional (5)	As agências externas encorajam a participação para encontrar os objetivos predeterminados
Participação Interativa (6)	As pessoas participam (como um direito) na análise conjunta, no desenvolvimento de planos de ação e de formação ou fortalecimento das instituições locais
Auto Mobilização (7)	As pessoas tomam iniciativas independentemente das instituições externas para mudar os sistemas

Fonte: Adaptado de Cornwall (citado por Jones e Kardan (2013)).

Os tipos ou formas de participação e suas características, descritas na tabela 5 acima, oferecem-nos uma visão sobre a pluralidade das definições de participação. Em termos estritos, esta tipologia de participação pode ser classificada em três grandes grupos de tipos de participação. Em primeiro lugar, identificamos uma participação manipulada e passiva, que é uma forma de participação que ocorre quando não há participação efetiva. Trata-se de uma situação em que as pessoas ou as comunidades são apenas consideradas como um objeto do desenvolvimento. Em segundo lugar, podemos identificar na tipologia Pretty (1995) uma participação consultiva que se aproxima à forma de participação conhecida como uma participação indireta. Nesta forma de participação, as pessoas são envolvidas no processo de tomada de decisão, mas possuem apenas um papel consultivo, pelo que as pessoas ainda não têm poderes para determinar o rumo dos assuntos em deliberação. Em terceiro lugar e por último, podemos assinalar no modelo de Pretty (1995) as formas de participação direta ou participação interativa e auto mobilização. Neste nível de participação, as pessoas ou os membros da organização ou membros das comunidades

participam ativamente e tomam iniciativas e decisões sobre as atividades relevantes que afetam as suas vidas (Cornwall citado por Jones & Kardan, 2013).

Outras formas ou tipos de participação foram igualmente descritas por Arnstein (1969), também conhecidas como *Arnstein's ladder of citizen participation* ou “participação do cidadão de Arnstein”, que embora seja temporalmente distante, mas dada à riqueza do seu conteúdo apresentamos aqui uma síntese, conforme o esquema descrito na Figura 4. Salientamos que Arnstein (1969) classifica também as formas de participação segundo três grupos. Em primeiro lugar, o autor assinala a forma de não participação (*non-participation*), onde inclui a participação pela consulta, informado, terapia e manipulação. Embora o autor considere como não participação quando não há participação efetiva, não exclui a designação de participação indireta ou democracia representativa.

Figura 4: Participação do Cidadão, segundo Arnstein

Grupos	Formas	
Democracia Participativa	Controle do Cidadão	} Graus de Poder Cidadão
Deliberativa	Delegação de Poder	
	Parceria	} Graus de <i>Tokenismo</i>
	Colaboração	
Democracia Representativa	Consulta	} Não Participação
	Informado	
Exploração	“Terapia”	
	Manipulação	

Fonte: Adaptado do modelo do Arnstein citado por Jones & Kardan (2013) e por Ife & Tesoriero (2008, 299).

Para Arnstein (1969), a participação manipulada pode ser considerada como uma exploração, admitindo que nestas situações as pessoas sejam vítima do poder dominante. Na verdade, a forma de participação dita como democracia representativa é próxima da perspectiva de Pretty que referimos anteriormente como participação passiva. Assim, num processo de desenvolvimento, as pessoas desta forma de participação são apenas consideradas como um objeto passivo do próprio processo de desenvolvimento. Um segundo grupo do modelo de Arnstein (1969) diz respeito às formas de participação chamadas de

parceria e colaboração, cuja operacionalização depende dos graus de *tokenismo*, ou seja, os graus de simbolismo da inclusão dos participantes. Por outras palavras, as pessoas desta forma de participação podem participar ativa ou diretamente nos processos de tomadas de decisão nos assuntos que os afetam, mas são membros que não são determinantes na tomada efetiva de decisão, sendo apenas complementares no desenvolvimento e na implementação. Em terceiro lugar, Arnstein (1969) sugere as formas de participação segundo o controlo de cidadão e por delegação de poder ou participação por delegação. Para este autor, a forma de participação por delegação confere determinados graus de poder de decisão no cidadão. Este nível de participação é a mais esperada e desejada pela maior parte dos membros duma comunidade quando ocorrem atividades relacionadas com o desenvolvimento comunitário. Dito doutro modo, nesta forma de participação as pessoas que pertencem a uma organização ou os membros das comunidades têm poderes e responsabilidades para a tomada de decisão conjunta para iniciar um processo de desenvolvimento nos moldes como desejam efetivamente concretizar. Em síntese, as tipologias de participação de Arnstein (1969) podem variar da manipulação por parte das autoridades, até à ocorrência do envolvimento dos cidadãos na tomada do controlo sobre as decisões que afetam suas vidas (Ife & Tesoriero, 2008, p. 299).

Não obstante as várias formas de participação que os autores propõem, verificamos que a maioria dos autores concordam com a existência de duas tipologias e que são a participação consultiva (*consultive participation*) e a participação por delegação (*delegative participation*), e que fazem parte das formas de participação direta. Segundo Geary & Sisson (1994), é necessário estabelecer uma distinção entre estas principais formas de participação direta. Para os autores, através da participação consultiva, os membros das organizações e/ou os membros das comunidades “são encorajados e até mesmo autorizados, quer enquanto indivíduos, quer enquanto membro de um grupo, a dar a conhecer os seus pontos de vistas” (Silva, C., 2004, pp. 42-43). Por exemplo, os membros das organizações e/ou os membros das comunidades, podem ser

“reunidos em pequenos grupos para encontros regulares, no sentido de discutir soluções para os problemas diagnosticados a nível do seu trabalho e ou das tarefas que lhes são inerentes [ou pertencem. Este tipo de participação considerado] não é um caso de *empowerment* direcionado para a ação, uma vez que não é concedido

aos membros o poder para implementar as soluções a que chegam” (Silva, C., 2004, pp. 42-43),

mas apenas lhes são permitidas oportunidades de dar recomendações ou sugestões relevantes.

Quanto à participação por delegação, Geary & Sisson (1994) sugerem que nesta forma de participação, a responsabilidade para implementar soluções é colocada nas mãos dos membros, detendo estes o controlo da organização. Por outras palavras, podemos dizer que esta modalidade de participação é definida e desenhada no interior do contexto organizacional. É o que ocorre, por exemplo, ao nível dos grupos de trabalho semiautónomos e no trabalho em equipa. Trata-se de uma forma mais desenvolvida de participação e no sentido mais puro do termo, na medida em que, os membros possuem a necessária autonomia quer no controlo e na gestão organizacional, quer na autogestão do seu trabalho (Silva, C., 2004). Trata-se de uma forma de participação que se aproxima ao processo de *empowerment* para a ação e o tipo de participação que é mais esperada num processo de desenvolvimento comunitário.

A participação direta pode ser entendida também, como uma perspetiva que instrumentaliza o membro da organização ou o membro da comunidade para se aproveitar do seu saber-fazer, mas aquilo que observamos na realidade dos processos participativos, o que se apela é sobretudo a ideia de cooperação em vez de participação. Isto porque, segundo Teixeira (citado por Silva, C., 2004) “a participação tem de ser efetuada e vista com uma congruência organizacional, o que quer dizer que a participação não pode ser implementada numa lógica coerciva, nem alienada, mas sim deve significar sobretudo, que o trabalhador ‘é parte de’, ou seja, ‘está dentro’ da organização” (Silva, C., 2004, p. 58). Para o autor, a lógica da cooperação fundamenta-se no “fazer” e na “construção”, ou seja, no “fazer obra com”. Assim, quando falamos a participação direta, o mesmo é falar em cooperação com autonomia na decisão e na definição dos objetivos organizacionais (Silva, C., 2004).

No entanto, para alguns dos críticos mais radicais sobre a participação, tais como Martin (1994), quer os trabalhadores numa organização, quer as pessoas ou os membros

das comunidades, não têm na prática voz ativa sobre as decisões. Diferentes autores argumentam que a maioria parte das autoridades utilizam a participação apenas como uma retórica, não para motivar de forma de interessada o trabalhador numa organização e/ou os membros das comunidades, mas sim para se apropriar do seu saber-fazer, dos seus conhecimentos, sem lhe conceder muito (Silva, C., 2004, p. 53).

Tal como referimos anteriormente sobre o desenvolvimento comunitário, mesmo que os processos sejam promovidos pelas instituições governamentais (abordagem *top-down*), deve ser adotada uma perspectiva de baixo para cima (*bottom-up perspective*) para a sua concretização, onde se exige a participação efetiva da comunidade (Ife & Tesoriero, 2008). Porém,

“a participação dos atores económicos e sociais nas políticas de desenvolvimento advém também do reconhecimento de que cada projeto de mudança social exige recursos e energias positivas para a mudança, que são detidos pelos vários atores envolvidos. São formas de apelo a parceiros que ambicionam instalar na administração novas categorias de pensar e de agir que derivam do reconhecimento da complexidade crescente e da incerteza das dinâmicas económicas, sociais e territoriais” (Guerra, 2010, p. 123).

Por conseguinte, se a participação direta da comunidade no processo desenvolvimento comunitário é um componente essencial e importante em todos os aspetos e etapas de desenvolvimento, a verdade é que cruzam muitos interesses e jogos dos atores, pelo que não se trata de um processo de fácil concretização.

Paul (1987) afirma que a participação no contexto desenvolvimento, ou melhor a participação da comunidade trata-se de “um processo ativo, no qual os beneficiários influenciam a direção na execução de projeto de desenvolvimento, em vez de simplesmente receber dos benefícios do projeto” (Paul, 1987, p. 2). Por outras palavras, a participação comunitária deve ser compreendida como um processo de envolvimento direta ou ativa dos membros das comunidades no contexto de desenvolvimento comunitário, isto é, entende o autor que só é por este meio que todas as pessoas se sentem pertencentes a um



processo comunitário para poderem assumir as responsabilidades e tomarem as decisões relevantes sobre o processo de desenvolvimento comunitário (Paul, 1987).

Hickey & Mohan (2005), Mohan & Stokke (2000) e Claridge (2004) subscrevem esta perspetiva, afirmando que a participação significa o envolvimento de beneficiários no planeamento, *design*, implementação e posterior manutenção e monitorização da intervenção do desenvolvimento. Por outras palavras, para os autores, as pessoas estão mobilizadas para gerirem os recursos e tomarem decisões efetivas sobre assuntos que afetam suas vidas.

De acordo com Paul (1987), existem quatro implicações decorrentes da participação da comunidade no contexto do desenvolvimento: a) o contexto de participação é o projeto ou o programa de desenvolvimento, que decorre essencialmente a partir do nível macro, ou seja, resulta da participação política emergida das eleições, ações do *lobby* político etc.; b), o contexto participação é dos beneficiários, onde as pessoas são apenas objeto de desenvolvimento, sendo o processo de desenvolvimento conduzido pelos técnicos das instituições governamentais ou pela equipa do país doador; c) a participação é por essência colaborativa ou conjunta com os beneficiários em grupos, valorando assim o papel da comunidade no processo; d) a participação da comunidade refere-se a um processo, pelo que não deve ser entendido como um produto no sentido de partilha dos benefícios do projeto.

De salientar que Mikkelsen (citado por Soetomo, 2008, p. 438) afirma que apesar da pluralidade de definições sobre a participação comunitária, é possível sistematizar em seis perspetivas: a) a participação pode resultar apenas das contribuições voluntárias da comunidade ao projeto, o que significa que a não participação na tomada de decisões; b) a participação é uma tentativa de tornar as pessoas mais sensíveis aos aumentos de reatividades e capacidade de resposta a projetos de desenvolvimento; c) a participação é um processo ativo que tem em vista motivar as pessoas ou grupos ligados a tomar iniciativas e usar a sua liberdade para as concretizar; d) a participação é reforçar o diálogo entre as comunidades e os funcionários locais (agentes do governo e ONG) na preparação, execução e acompanhamento do projeto, a fim de obter informações sobre o contexto local e impactos sociais; e) a participação é o envolvimento voluntário por parte do público tendo em vista a autodeterminação da mudança; f) a participação é o autoenvolvimento

da comunidade no desenvolvimento, envolvendo todos os aspetos da vida e do meio ambiente.

Quando à operacionalização do processo participativo da comunidade no contexto do planeamento do desenvolvimento, Conyers (citado por Soetomo, 2008, pp. 438-439) sugere que cinco aspetos a ter em atenção na condução do processo e que são as seguintes: i) pesquisa e consulta local para obter os dados e informações necessários; ii) utilização cuidada do trabalho de campo, recolhendo *ex-ante* as informações necessárias para o diagnóstico e planeamento; iii) recurso ao planeamento descentralizado, a fim de melhor a fim de estimular a participação ativa da comunidade; iv) privilegiar igualmente o envolvimento do governo local para obter apoio político ao processo de planeamento; v) por último, utilizar estratégias que permitam a concretização efetiva do desenvolvimento comunitário, numa abordagem *bottom-up perspective*. Embora estas recomendações sejam relevantes, Soetomo (2008) alerta que no essencial o que importa é que o envolvimento direto da comunidade na formulação das linhas, medidas e ações, sem o qual o planeamento nunca será um processo participado da comunidade.

Não será em demasia salientar que, num passado recente os doadores dos programas e projetos de desenvolvimento, tais como o Banco Mundial, têm vindo a reconhecer os falhanços da abordagem do desenvolvimento ficada apenas na perspetiva “*top down*”, referindo em concreto que a razão principal dessa falha, é a falta de participação da comunidade local. É pelas razões expostas que, desde 1980, assistimos novas propostas de desenvolvimento que enfatizam a participação comunitária, designando-a de “*participatory or community-led development*” (Khwaja, 2004, p. 427) para melhor estruturar as ações participativas de baixo para cima (*bottom-up approach*). Tal como já referimos anteriormente, trata-se de uma alternativa de desenvolvimento mais “centrado nas pessoas” do que “centrado no processo” (Hickey & Mahon, 2004, p. 4), assumindo uma perspetiva de base local (Fragoso, 2005), onde todas as pessoas podem desenvolver as suas potencialidades e/ou capacidades através do *empowerment* dos indivíduos e dos grupos na formulação das escolhas no âmbito do desenvolvimento (Thomas, 2000, p. 29).

Mansuri & Rao (citado por Jones & Kardan, 2013, p. 5) subscrevem igualmente a importância do foco de participação da comunidade no desenvolvimento, considerando

que a abordagem “*bottom-up*” como a aproximação operativa para concretizar um processo de desenvolvimento, na medida em que por esta via se releva o papel do capital social das comunidades no desempenho de um papel central nas decisões. Sugerem esta forma de participação é do tipo “orgânica”, na medida em que reflete a ação coletiva e organizada pelas próprias comunidades, contrapondo as decisões externas, por exemplo as derivadas das determinações do estado central e/ou os interesses dos doadores em propor programas e projetos governamentais, através da falácia da descentralização e do desenvolvimento, mas que em última instância, nada tem a ver com as necessidades da comunidade.

Para assegurar o sucesso da participação da comunidade no contexto desenvolvimento comunitário, importa ainda reter as condições de concretização do movimento participativo (Soetomo, 2008; Ife & Tesoriero, 2008). Parafraseando Hardy & Leiba (1998), Dachler & Wilpert (1978), Chisholm & Vansina (1993), bem como as propostas de Geary & Sisson (1994) sintetizadas por Silva, C. (2004), somos a considerar que o sucesso do desenvolvimento da participação direta da comunidade passa pelo seguinte: a) assegurar que a gestão do processo de desenvolvimento contemple um processo de mudança sustentável ao longo do tempo; b) as estruturas e os processos devem ser desenvolvidos no sentido de um incremento da participação direta da comunidade, conferindo-lhes o poder legítimo ao nível das tomadas de decisão; c) promover o acompanhamento do processo de mudança para garantir que os membros das comunidades terão não só um *empowerment*, mas também um lugar de destaque, mas sobretudo a objetivação da sua influência no desenvolvimento do sistema de participação (Silva, C., 2004, p. 47).

Face ao exposto, a noção de participação comunitária não é fácil de concretizar. Autores como Oakley et al. e Nelson & Wright (citados por Cleaver, 1999, p. 598) afirmam que a participação é prisioneira da eficiência e do *empowerment*. Para os autores, a pressão para o sucesso do desenvolvimento comunitário passa quer pela perspectiva da eficiência, onde a participação emerge como uma ferramenta para alcançar melhores resultados do projeto, quer pela perspectiva *empowerment*, onde a participação pode ser visto como um processo que analisa a capacidade dos indivíduos para melhorar as suas próprias vidas, facilitando assim uma mudanças social efetiva em benefício dos grupos desfavorecidos, marginalizados ou excluídos.

A este propósito, Soetomo (2008, pp. 439-440) afirma ainda que a participação comunitária depende igualmente do grau de consciencialização do significativo de tal envolvimento dos membros da comunidade nas tomadas de decisão. Por conseguinte, um processo participativo não radica na mera mobilização. É pelas razões expostas que Montgomery (citado por Oakley & Clayton, 2003) sugere que os indicadores qualitativos de participação estão relacionados com três grandes áreas: a) Crescimento organizacional; b) Comportamento do grupo e autoconfiança; c) *Empowerment* ou («Empoderamento») (Oakley & Clayton, 2003). Assim sendo, falar de desenvolvimento comunitário significa sobretudo priorizar o lugar da participação direta, sem a qual, estamos apenas a assistir a mera mobilização por ajustamento da comunidade num processo de desenvolvimento, que será antes de tudo, um processo de erosão da autonomia da comunidade, ou melhor, de “des-envolvimento”.

Em síntese, podemos dizer que o desenvolvimento comunitário é um processo que mobiliza recursos e constrói a capacidade das comunidades locais para trabalhar em conjunto no sentido da melhoria das condições sociais e económicas das pessoas e famílias, cuja concretização passa pela participação direta dos membros da comunidade. Parafraseando Ife & Tesoriero (2008), Mohan & Stokke (2000), Fragoso (2005), Hickey & Mahon (2004, 2005), Silva, C. (2014), Soetomo (2008) e outros, podemos concluir que promover o desenvolvimento comunitário é fomentar o desenvolvimento participativo e o desenvolvimento local, é estimular o *empowerment* da comunidade.

### 1.3.2. Dinâmicas do *Empowerment*, Capital Social e Ação Organizada no Contexto do Desenvolvimento Comunitário

De acordo com as perspetivas de desenvolvimento e participação apresentadas anteriormente, demos a conhecer a importância do *empowerment* da comunidade nas políticas e práticas de desenvolvimento comunitário. De facto, numa primeira aproximação, somos levados a considerar que o uso do *empowerment* no desenvolvimento comunitário pode ser visto como parte de um processo de capacitação da comunidade para dinamizar a sua participação na tomada de decisões, nomeadamente dos grupos mais vulneráveis, entre as quais as mulheres, (Oakley & Clayton, 2003, p.13). Por outras palavras, o *empowerment* pode ser perspetivado como uma abordagem orientada para o desenvolvimento centrado nas pessoas, sobretudo ao nível das comunidades mais “pobres” (Soetomo, 2011, p. 65).

Mas o que entendemos de *empowerment*? De uma forma sumária, Carla Pinto (2013, p. 51) argumenta que se seguirmos o seu sentido à letra, «*empowerment*» significa mais poder. Esta autora afirma ainda que quando usamos este conceito de *empowerment* não estamos a referir ao poder como uma relação de força de A sobre B, pelo que o seu uso deve distanciar-se da noção de poder autoritário e de dominação (Pinto, 2013).

Podemos encontrar o uso do conceito em vários campos. Por exemplo, segundo Cuning, Hyman & Baldry (1996) e Casaca (citado por Silva, C., 2004, pp. 46-77), entre outros, “o conceito *empowerment* na área das organizações refere-se ao processo mediante o qual a responsabilidade pelos níveis de qualidade e de produtividade e pelas condições de trabalho desce até ao ponto de produção (descentralização de poder). Parafraseando a autora, embora o termo *empowerment* seja utilizado por alguns autores como empoderamento, ele não é de fácil tradução em português, porque reúne dois conceitos fulcrais: poder e responsabilidade. Neste sentido, argumenta ainda a autora que quando se afirma que os trabalhadores duma organização se encontram *empowered*, significa sobretudo que se admite que eles estejam a assumir responsabilidades que não detinham e que correspondiam a funções de chefia, tais como o controlo da qualidade, a manutenção do equipamento e a resolução de problemas relativos ao seu trabalho no nível da organização” (Silva, C., 2004, pp. 46-77).

Ao fazermos uma analogia do descrito acima para os membros das comunidades, remete-nos no reconhecimento que os mesmos podem possuir capacidades para agir e, assim, assumir responsabilidades e poderes para decidem sobre assuntos que afetam as suas vidas num dado espaço social, movendo as mudanças contra a “tirania” instalada (Kesby, 2005; Hickey & Mohan, 2004, 2005). Por outras palavras, na linha do pensamento de Cuning, Hyman & Baldry (1996), “a discussão do *empowerment* remete-nos para a abordagem do poder, sendo, todavia, um termo ambíguo já que o poder não é simétrico e/ou as responsabilidades e as margens de autocontrolo são sempre limitadas” (Silva, C., 2004, pp. 46-77).

De relevar que foi na década de 1970 que surgiram os primeiros trabalhos analíticos que influenciaram a ênfase do conceito do “poder” na discussão e reflexão sobre os processos de desenvolvimento. Foi um período marcado por amplos debates entre os teóricos e as escolas de análise tais como as da “modernização” e as da “dependência”, e que vieram colocar a nu a relação assimétrica entre “poder” e “pobreza” como as causas do subdesenvolvimento de certos países (Long referido por Oakley & Clayton, 2003).

A partir de 1980, surgiram os trabalhos que colocaram em ênfase o conceito de *empowerment* (Pearce & Stifel, Galjart, Bashin, Rahmen, referidos por Oakley & Clayton, 2003), sendo tais trabalhos elaborados por autores que privilegiavam as perspetivas da escola do “desenvolvimento alternativo”, contrastando assim com uma nova visão face às perspetivas da escola de modernização que imperavam até à data. De relevar ainda que, ao mesmo tempo, o conceito de participação passou igualmente a assumir uma clara influência ao nível do pensamento e das práticas de desenvolvimento (Oakley & Clayton, 2003, p. 7).

Podemos encontrar imensa literatura que descreve e esgrimam argumentos sobre o conceito do *empowerment* num contexto de desenvolvimento comunitário, nomeadamente, os elaborados a partir de 1990, entre os quais, os trabalhos de Friedmann (1996), Van Eyken, Criag & Mayo, Rowlands, entre outros tal como salienta Oakley & Clayton (2003, p. 9-10). Tratam-se de autores que procuraram analisar e clarificar o conceito, mas a maioria colocou em ênfase do debate a noção de “poder”, considerando-o como um conceito fulcral para a compreensão da mudança social decorrente dum processo no âmbito do desenvolvimento comunitário.

Para estes autores, a ideia de poder que subjaz no *empowerment* dum processo de desenvolvimento comunitário pode assumir dois sentidos importantes e que são: a) o poder, entendida como uma transformação radical e a confrontação entre os que têm e os que não têm poder, cujos defensores privilegiam os efeitos nos padrões de mudança existentes, considerando que a aplicação do *empowerment* será possível induzir uma mudança significativa; b) um segundo sentido de poder é o utilizado por Paulo Freire (1971, 1975), e que diz respeito ao aumento da consciencialização e o desenvolvimento de uma “capacidade crítica no seio dos marginalizados e oprimidos. Trata-se na ênfase do poder de ‘fazer’ e de ‘ser capaz’ para pensar e agir, e no controle das situações” (Freire, 1971, 1975). Por outras palavras, este segundo sentido à moda de Paulo Freire, se refere “ao reconhecimento das capacidades de tais grupos ‘desfavoráveis’ para agir e desempenhar um papel ativo nas iniciativas de desenvolvimento” (Oakley & Clayton, 2003, p. 10), que, em última instância, traduz-se numa clara aceitação destes grupos como atores legítimos no processo de desenvolvimento (Oakley & Clayton, 2003, p. 10). Esses dois pontos de vista, oferecem interpretações distintas sobre o significado do “poder” e as tentativas de clarificação do *empowerment* no contexto do desenvolvimento, remete-nos à consideração de que o “poder” é, em essência, a *base da riqueza*, enquanto o des-empoderamento é a *base da pobreza*.

Assim sendo, parafraseando Long (citado por Oakley & Clayton, 2003), a reflexão sobre o *empowerment* comunitário ancora no debate entre os que têm poder e os que não têm para decidir sobre as mais diversas questões de sobrevivência. Assim sendo, tanto os “empoderados” como os “desempoderados” são indubitavelmente as principais categorias de atores a ter em atenção para a compreensão da dinâmica de qualquer processo de desenvolvimento (Oakley & Clayton, 2003).

Um outro autor que subscreve as linhas descritas acima é Thomas (2000, p. 35). Para o autor, o *empowerment* é um processo desejado pelos agentes de desenvolvimento porque toma em consideração a promoção da capacitação de todos indivíduos, incluindo os “pobres”, sugerindo em concreto que estes devem tomar o controlo direto do rumo das suas vidas. Ainda segundo o autor, uma vez habilitada a fazê-lo, as pessoas pobres, podem tornar em agentes do seu próprio desenvolvimento. Por outras palavras, para Thomas

(2000), o *empowerment* permite o melhoramento das capacidades dos pobres para assumirem a responsabilidade máxima dos seus próprios problemas, razão pela qual todas as pessoas devem ser habilitadas (ou capacitadas) para melhor atender as suas próprias necessidades.

Face ao exposto, somos levados a considerar que o interesse pelo *empowerment* reside na tentativa ou esforço concetual para compreender as condições de mudança numa dada realidade social, admitindo que veicula na realidade social injustiças de ordem diversa, desde a dominação de um grupo sobre outro, à dominação exacerbada da economia e da política na vida social. É pela constatação dos efeitos nefastos da forma como a concentração de determinados grupos económicos exercem no mundo, gerando enormes bolsa de pobreza e exclusão que Friedmann (1996) justifica a necessidade do *empowerment* para melhorar as práticas sociais e redesenhar os espaços de vida e os espaços económicos, quer da economia global quer da economia domestica, para combater a pobreza. Para o autor, a presença da pobreza coloca em evidência o (des)*empowerment* social e político, minando o acesso dos pobres do exercício do poder social (Friedmann, 1996, p. 8).

Neste sentido, quando referirmos ao *empowerment* num contexto de desenvolvimento, assumimos que o *empowerment* está relacionado com o processo de democratização ao nível da comunidade. Tal como notam Oakley & Clayton (2003, p.22) o *empowerment* só pode estar relacionado com a democratização da sociedade, cujo processo deve ser entendido como a base da conceção das estruturas e das práticas sociais. Acrescenta ainda Korten (citado por Oakley & Clayton (2003) que o amplo apoio a processos de *empowerment* representa a aceitação da democratização como meio para a construção do “poder do povo”, razão pela qual as estratégias de desenvolvimento e das suas agências devem ser dirigidas ao fortalecimento da sociedade civil e das organizações de base comunitárias (Oakley & Clayton, 2003).

Nesta linha de valorização dos efeitos do *empowerment* num processo de desenvolvimento, Soetomo (2011, p. 67) afirma igualmente que ela é relevante e que existe para contrapor os *deficits* ou falhas do desenvolvimento fundados na perspectiva do crescimento, as abordagens “de cima para baixo”. Para este autor, o *empowerment* é uma



abordagem transformadora “de baixo para cima”, que privilegia a forma mais descentralizada das ações, estando essencialmente orientada para capacitar os atores para a aprendizagem e a autossuficiência na gestão social (Soetomo, 2011, p. 72). Por conseguinte, não é de admirar que este conceito central no discurso e na prática do desenvolvimento tenha atraído as ONG nacionais e internacionais, que a partir da década de 90 do século XX tenha passado a incorporar o *empowerment* como um objeto operacional das políticas e programas, bem como em data recente, passou a ter uma crescente presença nos discursos oficiais das agências governamentais de desenvolvimento (Oakley & Clayton, 2003, p. 9).

Importa ainda salientar que Thomas (2000) argumenta criticamente que um processo de *empowerment* só será bem-sucedido se tiver em linha de conta o envolvimento de mudanças nas estruturas de poder, quer a níveis locais quer nos mais amplos, a níveis nacionais e internacionais. Para ilustrar esta situação, Korten (citado por Thomas, 2000) apresenta o seguinte: “algumas ONG propuseram o desenvolvimento centrado nas pessoas com as intervenções participativas nos Sucos. Tais intervenções são importantes, mas em si mesmo são inconsequentes. O desenvolvimento centrado nas pessoas não exclui fenómenos de concentração e abuso de poder e o uso inapropriado dos recursos, especialmente recursos ecológicos. Ele exige uma transformação das instituições e a promoção de valores da igualdade no seio da comunidade, para que seja possível redistribuir o poder e realocar a riqueza natural do planeta para um uso que contribua efetivamente para as melhorias sustentáveis no bem-estar humano” (Thomas, 2000, p. 35).

Numa linha igualmente similar, Pinto, C. (2013, p. 51) sugere que o *empowerment* trata-se de

“um processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidade, em si mesmos e no meio envolvente, que se traduz num acréscimo de poder, psicológico, sociocultural, político e económico, que permite a estes sujeitos aumentar a eficácia do exercício da sua cidadania” (Pinto, C., 2013, p. 51)<sup>36</sup>.

---

<sup>36</sup> Igualmente referido por Carmo cf. Costa, Z. & Silva, C. (2018, p. 136).

Para a autora, um processo de *empowerment* é um processo de transformação através da ação, onde cada sujeito se torna verdadeiramente um participante do seu destino individual e da comunidade de que faz parte, o que implica um trabalho, quer sobre si mesmo quer com os outros (Pinto, C., 2013).

Tomando por empréstimo as teses de Sahley e as perspetivas do PNUD (referidas por Oakley & Clayton, 2003, p. 22) afirmam que o *empowerment* é uma boa maneira ou aproximação para a melhoria das condições económicas, sobretudo das condições económicas dos pobres. Para os autores, uma maior ou menor de participação, democratização e desenvolvimento da capacidade dos pobres depende da maior ou menor inclusão e controle dos pobres sobre as oportunidades do campo económico. Não é de admirar que, ao subscreverem este ponto de vista, os autores sugerem que é imprescindível dar o máximo de apoio (“financeiro”) aos pobres para que eles possam obter ou aceder a recursos económicos tangíveis, tais como o desenvolvimento de microempresas, aspeto que deve ser considerado como central das estratégias para a diminuição da pobreza. É por valorizarem esta perspetiva que, nos últimos anos, assistimos a um aumento dos recursos disponibilizados pelos países doadores para ajudar os pobres na montagem de pequenas empresas, concedendo-lhes o microcrédito e demais condições para a criação de habilidades empresariais (PNUD citado por Oakley & Clayton, 2003).

Não será em demasia salientar aqui que as questões da importância do apoio financeiro aos países em desenvolvimento fazem igualmente parte do “*core business*” do discurso e ação do Banco Mundial (*The World Bank*). De acordo com esta instituição mundial, conforme descrito no seu relatório de 2002, o *empowerment* define-se como “uma forma para potenciar a expansão dos ativos e as capacidades das pessoas pobres para participar, negociar, influenciar, controlar e responsabilizar as instituições que afetam as suas vidas” (BM, 2002, p.12). Ainda segundo o mesmo documento, os autores do relatório do Banco Mundial afirmaram que a pobreza tem um caráter multidimensional, razão pela qual as pessoas pobres precisam de uma série de apoios ao nível individual, tais como em saúde, educação e habitação, e ao nível coletivo, tais como a capacidade de organizar e mobilizar para empreender ações coletivas para resolverem seus problemas. O relatório em causa do Banco Mundial sugere ainda que capacitar os pobres requer a re-

moção de certas barreiras, quer a nível das institucionais formais e informais que impedem os indivíduos de tomarem medidas para melhorar o seu bem-estar, quer no plano individual ou coletivo que limitam as suas escolhas. De referir que as instituições incluem o Estado, os mercados, a sociedade civil e as agências internacionais, sendo as instituições informais as que incluem as normas de exclusão e controlo social, as relações de exploração e a corrupção (Prem, The World Bank, 2002, p. vi).

Merece igualmente referência a perspetiva de Van de Eiken (citado por Oakley & Clayton, 2003) que nos elucida que

“o *empowerment* é um processo dinâmico em desenvolvimento, centrado na comunidade local e que envolve a dignidade recíproca, a reflexão crítica, a participação e o cuidado do grupo, através do qual aqueles que carecem da possibilidade de partilhar os recursos existentes ganham um maior acesso e controle sobre tais recursos, designadamente através do exercício de ampliação do equilíbrio de poderes” (Oakley & Clayton, 2003, p. 12).

Segundo Oakley & Clayton (2003), o *empowerment* pode manifestar-se em três grandes áreas:

“a) O poder como uma maior confiança na capacidade pessoal para levar adiante certas formas de ação; b) O poder como o aumento das relações efetivas que as pessoas desprovidas de poder podem estabelecer com outras organizações; e, c) O poder como resultado da ampliação do acesso aos recursos económicos, tais como o crédito e os rendimentos” (Oakley & Clayton, 2003, p. 12).

Os autores sublinham ainda que “o desenvolvimento social através do *empowerment* não perspetiva os indivíduos pobres como carentes de apoio externo” (Oakley & Clayton, 2003, p. 12), mas olha-os de uma maneira mais positiva que se traduz num alinhamento dessa perspetiva de desenvolvimento como desenvolvimento alternativo e partilhado que reconhece as habilidades e valoriza as pessoas.

Sobre esta questão do poder no quadro das questões do desenvolvimento, Friedmann (1996) sugere-nos que na luta pela vida ou melhor pela melhoria das condições de vida, as unidades domésticas dispõem de três tipos de poder: social, político e psicológico. Para o autor, é através das diferentes formas de poder que se disputam o alcance da informação, o controlo do conhecimento e das técnicas na produção, pois sem tais poderes não se maximiza a participação nas organizações sociais, nem se controla os recursos financeiros (Friedmann, 1996, pp. 8-34).

Segundo Friedmann (1996), o *empowerment* pode ser sumariamente entendido como “todo o acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite com que os indivíduos ou unidades familiares aumentem o seu exercício de cidadania” (Friedmann, 1996, pp. 8-34)<sup>37</sup>. Entende-se assim que, quando uma economia doméstica incrementa os acessos a estas bases, a sua capacidade de estabelecer e alcançar objetivos é igualmente aumentada. Um aumento de poder social pode, portanto, ser também compreendido como um aumento no acesso das unidades domésticas às bases da sua riqueza produtiva (Friedmann, 1996, pp. 34-35).

Acrescenta-nos ainda o autor que o poder político diz respeito ao acesso dos membros individuais de unidades domésticas ao processo pelo qual são tomadas decisões particularmente as que afetam o seu futuro como indivíduos. O poder político não significa apenas o poder de votar, é também o poder da voz e da ação coletivas. Embora os indivíduos possam participar na política com uma base pessoal, a sua voz levante-se não só nas assembleias locais em que participa, mas também, e talvez de forma mais eficazmente, quando se mistura a sua intervenção nas associações políticas de maiores dimensões, tais como um partido, um movimento social ou um grupo de interesses, tais como um sindicato de trabalhadores ou agricultores (Friedmann, 1996, pp. 34-35).

Quanto ao poder psicológico, o autor, pretende colocar em evidência a força da percepção individual, manifestada essencialmente através dum comportamento de autoconfiança. Podemos ainda acrescentar que o *empowerment* psicológico é, muitas vezes, entendido como um resultado da ação nos domínios social ou político, embora se possa também resultar de um quadro intersubjetivo. Um sentimento aumentado de força pessoal

---

<sup>37</sup> Igualmente referido em Costa, Z. & Silva, C. (2018, p. 135).

poderá proporcionar efeitos recursivos positivos na luta pelo aumento dos seus poderes social e político (Friedmann, 1996, pp. 34-35).

Em síntese, na esteira de Friedmann, os proponentes do desenvolvimento alternativo e ou a abordagem do *empowerment* valorizam a capacitação das famílias e dos seus membros através das três forças atrás referidas, razão pela qual se justifica o apoio à capacitação social dos pobres, incentivando a capacitação política para que eles possam participar nas ações de política e socialmente relevantes.

Tendo presente as noções e a plasticidade dos debates sobre o *empowerment* que descremos acima, qual é a real importância prática do *empowerment* para o desenvolvimento comunitário? Para responder a essa questão da importância do *empowerment*, Dudley Seers (citado por Friedmann, 1996) coloca um novo conjunto de questões sobre o problema do desenvolvimento, tais como: “O que é que está a acontecer à pobreza? O que é que a acontecer ao desemprego? O que é que está a acontecer à desigualdade? Se um ou dois destes problemas centrais estivessem a piorar, especialmente se estivessem os três a piorar, seria estranho chamar ao resultado ‘desenvolvimento’?” (Friedmann, 1996, p.1).

Em todo o caso, parece-nos ainda que questionar a importância do *empowerment*, remete-nos à indagação do sentido e ou finalidade do próprio *empowerment*, bem como a sua prática num processo de desenvolvimento comunitário. Efetivamente, de acordo com Merriam Webster descrito no *Oxford English Dictionary*, *empowerment* possui dois sentidos a saber, sendo um relacionado com a autoridade e poder, e o outro relacionado com habilitar para promover a auto atualização (competências). Assim sendo, colocamos ainda as seguintes questões: Quem é que vai ser o objeto ou o alvo do *empowerment*? Quais são as condições necessária para dinamizar o *empowerment*? Para responder a estas questões, sistematizamos alguns autores sobre o *empowerment* conforme o descrito na Tabela 6.

A Tabela 6 revela-nos que não há único sentido de *empowerment*, sendo de considerar que todos os sentidos de *empowerment* podem ser entendidos como um processo de mudança ao nível dos indivíduos e dos grupos numa comunidade. Por exemplo, uma comunidade que antes de um processo de *empowerment* apresente uma fraca participação

e acesso aos serviços públicos, deve revelar que, após a implementação dum processo de *empowerment*, apresente sinais de mudança ou transformação das atitudes e comportamentos dos indivíduos numa comunidade.

Tabela 6: O Sentido ou a Finalidade do *Empowerment*

<b>Autor</b>	<b>Sentido/Finalidade do <i>Empowerment</i></b>
Shetty (1994)	“Autogestão, habilidade para resolução de problema, democratização, autoconfiança, como fenómeno de <i>empowerment</i> ”
Howes & Sattar (1992)	Consideram “o <i>empowerment</i> como fonte do crescimento organizacional”
Franco et al., (1992)	Consideram “o <i>empowerment</i> como o desenvolvimento da consciência e acessibilidade aos serviços”
Priester et al., (1995)	Afirmam “o <i>empowerment</i> como o fortalecimento das organizações parceiras e o estímulo à cooperação”
Richards (1985)	Afirmam “o <i>empowerment</i> como uma transformação de atitude (atitudinal)”
Uphoff (1989)	Considera “o <i>empowerment</i> com sentido autonomia, sentido de inclusão, base de conhecimentos e ampliação da mesma”
CARE (1994)	Afirma que “o <i>empowerment</i> relaciona-se com o acesso, participação e mobilidade das mulheres, matrimónio, tomada de decisões, autoestima e desenvolvimento de grupos”

Fonte: Oakley & Clayton (2003, pp. 37-38).

Para complementar a reflexão em torno do sentido de *empowerment* como um processo de mudança, Sketty (citado por Oakley & Clayton, 2003, pp. 41-42) chamam a atenção sobre a necessidade de uma clara distinção dos objetivos de *empowerment* e a compreensão dos modos construção dos vínculos. Para o autor, os objetivos clarificam-nos a natureza interna do *empowerment* (“*empowerment* interno”) e a tipologia de vínculos está relacionada as relações externas do processo (“*empowerment* externo”) (Tabela 7).

Não obstante os indicadores serem distintos entre o *empowerment* interno e o *empowerment* externo, o que importa reter é que a finalidade do *empowerment* está intimamente relacionada com o processo facilitador da máxima participação da comunidade num processo de desenvolvimento comunitário, tal como já referimos anteriormente.

Os indicadores do *empowerment* descritos na Tabela 7 revelam-nos ainda que para garantir a sustentabilidade de um desenvolvimento comunitário e a capacitação dos mais pobres, o *empowerment* interno surge como uma melhor opção do que o outro tipo de *empowerment* (“*empowerment* externo”), na medida em que tem como objetivos concretos o fomento da autogestão, a capacitação para a resolução de problemas, a democratização dos processos, a sustentabilidade e a autoconfiança dos pobres (Sketty citado por Oakley & Clayton, 2003).

Tabela 7: Indicadores de *empowerment* Interno e Externo

<b>Indicadores de <i>empowerment</i> Interno</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Indicadores</b>
Auto gerenciamento	Aumento de membros e tendências - Procedimentos e regras claras - Frequência geral a reuniões - Contabilidade registada de maneira apropriada
Resolução de problemas	Identificação de problemas Habilidade para analisar
Democratização	Livre e justa seleção de líderes Lista dos membros mais frágeis na tomada de decisões Transparência no fluxo de informação
Sustentabilidade e autoconfiança	Resolução de conflitos Ações iniciadas pelo grupo Estado legal Sistema de apoio intra-grupo.
<b>Indicadores de <i>empowerment</i> Externo</b>	
<b>Construção de vínculos</b>	<b>Indicadores</b>
Com a agência que implementa o projeto	Influências das diferentes etapas do projeto, representação na administração do projeto, grau de autonomia financeira
Com agências do estado	Influências dos fundos de desenvolvimento estatais, influencia em outras iniciativas de desenvolvimento estatal na área
Com os grupos políticos e sociais	Representação nestes grupos, antessala com os principais partidos do local, influência local, colégios, centros de saúde
Com outros grupos e movimentos sociais	Formação de federações, trabalho em rede
Com as elites locais com os não-membros	Nível de dependência das elites locais, grau de conflito, habilidade para incrementar o poder

Fonte: Sketty (citado por Oakley & Clayton, 2003 pp. 41-42).

Embora os indicadores de *empowerment* interno poderem ser considerados como uma chave de sucesso num projeto de desenvolvimento comunitário, tal facto não significa que se exclui o *empowerment* externo, na medida em que ele permite potenciar, por exemplo, o acesso às condições de fontes de financiamento, bem como o apoio político e das elites locais a projetos de inversão das situações de pobreza. Em suma, parafraseando Oakley & Clayton (2003), podemos dizer que o *empowerment* da comunidade sem um indicador de *empowerment* interno, é meramente uma retórica do *empowerment* comunitário.

A ideia de um *empowerment* com preocupações ambientais emergentes, assim como a formulação da expectativa de que o *empowerment* venha a ter um contributo direto na melhoria das condições de vida dos pobres, especialmente os rurais, são aspetos que estão em linha com a tese de Friedmann (1996). Para o autor tal ideia de *empowerment* está em concordância com o objetivo de um desenvolvimento alternativo que é humanizar um sistema marcado de exclusão e pobreza, admitindo que possam existir poderes criativos internos mobilizáveis para a mudança”. Salienta ainda o autor que um processo de desenvolvimento deste tipo só se alcança através de formas de resistência diária e luta política, em defesa dos direitos da população como seres humanos, cidadãos e pessoas.

Esta linha de pensamento de Friedmann, remete-nos à consideração que o objetivo central do *empowerment* reside na inclusão dos pobres num sistema reestruturável e “reestruturado e que não os torne redundantes” (Friedmann, 1996, p.13). Uma das maneiras para concretizar inclusão social na implementação de projeto de desenvolvimento, sobretudo os pobres num processo de desenvolvimento comunitário, é desenvolvimento da capacidade da própria comunidade. É precisamente pela relevância deste ponto de vista, Kapland, Eade e James (referidos por Oakley & Clayton, 2003, pp. 21-22) afirmam que a importância do *empowerment* radica no seu contributo para o desenvolvimento das capacidades dos pobres. Segundo destes autores durante a década passada, o desenvolvimento das capacidades transformou-se em objetivo estratégico de muitos projetos de desenvolvimento comunitário, colocando como enfoque o *empowerment* dos grupos e das organizações locais. Embora os autores assinalam que o desenvolvimento das capacidades seja polémico e nem todos o concordem, a verdade é que todos admitem que os processos de “capacitação”, sublinham a importância da “aprendizagem”, a importância da



reflexão crítica e, fundamentalmente, a noção de “inclusão” e a “autonomia” na ação (Oakley & Clayton, 2003), tal como já referimos anteriormente.

Face ao exposto, somos ainda levados a concordar com Cuning, Hyman e Baldry (1996), Hardy & Leiba (1998) e Silva, C. (2004) de que o *empowerment* apresenta relevâncias específicas, interpretáveis segundo duas perspetivas. Em primeiro lugar, podemos verificar a presença de uma “perspetiva relacional do *empowerment* que tem por finalidade reduzir as dependências que dificultam a consecução das tarefas através da delegação do poder e da autoridade” (Silva, C., 2004, pp. 47-49). Em segundo lugar, o *empowerment* pretende proporcionar

“a quem participa e ou aos participantes um estado de espírito otimista, envolvido, comprometido, capaz de lutar contra a adversidade e com desejo de desempenhar o seu trabalho de forma independente responsável. [Por outras palavras, estamos perante a corrente motivacional do *empowerment* que] pretende, em traços gerais, melhorar a autoeficácia, a crença individual de que o individuo consegue realizar um trabalho que lhe é atribuído” (Silva, C., 2004, pp. 47-49).

No mesmo sentido que descrevemos acima, Soleh (2014, pp. 18-19) afirma igualmente que o paradigma relacional do *empowerment* tem por finalidade: i) evitar a dependência das pessoas a um governo; ii) adotar uma orientação do *empowerment* não é apenas ao nível do resultado, mas olhá-lo como um processo que enfatiza a participação do povo, consciente de sua própria capacidade na resolução dos problemas que enfrentam; iii) admitir que o *empowerment* seja uma estratégia de capacitação com um propósito amplo na ação e duração (até alcançar verdadeiramente uma comunidade com autonomia na subsistência). Portanto, o *empowerment* está relacionado com um horizonte de transformação social otimista ou positiva nas comunidades, e também nos indivíduos. Assim sendo, alcançar estas condições não é fácil de concretizar, na medida em que requer um tempo considerável, ou seja, um programa de *empowerment* deve ser considerado como um programa de longo prazo (Rowlands referido por Oakley & Clayton, 2003, pp. 12-13).

A propósito deste ponto de vista, Marc Zimmerman (citado por Pinto, C., 2013) acrescenta-nos ainda que o *empowerment* pode ser entendido segundo várias situações distintas:

“Em primeiro lugar, temos de considerar que é uma variável contínua e não dicotômica (trata-se menos de uma questão de *empowerment*: sim ou não, mas sobretudo de estar mais ou menos *empowered*, num determinado contexto de espaço-tempo). Em segundo lugar, o facto do *empowerment* poder variar no tempo, não se pode dizer que esteja alguma vez acabado, pois é na essência um processo contínuo de crescimento e mudança. Em terceiro lugar, o *empowerment* só pode ser definido reportando-se a um contexto específico e uma população específica (não existe um padrão que sirva para se entender o *empowerment* em todas as situações e em todas as populações). Por último, é de considerar que o *empowerment* tem características multidimensionais, englobando diferentes níveis de análise (desde o individual ao grupal, do organizacional ao comunitário) e, sobretudo, apresenta diferentes campos de ação” (Pinto, C., 2013, p. 52).

Ainda segundo o autor,

“o *empowerment* individual visa as variáveis interpessoais e comportamentais dos sujeitos, [enquanto] o *empowerment* no nível organizacional debruça-se sobre a mobilização e criação de oportunidades de participação dos sujeitos; e o *empowerment* comunitário visa as estruturas sociopolíticas e a mudança social” (Pinto, C., 2013, p. 52).

Pinto, C. (2013) alerta-nos ainda que na prática de *empowerment* o relacionamento com o cliente e ou a relação comunidade/profissional deve sempre ser sinérgico, à semelhança das relações cliente/meio. Uma aproximação empoderada deve seguir o lema de “trabalha-se com e não para”, razão pela qual o processo e a prática de *empowerment* deve ser clara na promoção de uma colaboração efetiva, baseada numa relação horizontal,

em termos de processo democrático, dialógico e não bancário (Freire, 1975; Pinto, C., 2013). Só assim que a autora entende que

“a prática de *empowerment* pode estabelecer com os clientes e/ou comunidade, enquanto sujeitos da sua historia, um relacionamento efetivamente colaborativo entre parceiros, num processo de mudança que se baseia nas forças e nos poderes do cliente e/ou comunidade e na sua resiliência” (Pinto, C., 2013, p. 51).

Este conjunto de considerações não esvazia a ideia de que a grande finalidade e importância do *empowerment* num processo de desenvolvimento comunitário se situe no objetivo da mudança positiva ao nível da comunidade, sobretudo ao nível dos grupos vulneráveis, onde as mudanças através dos meros planos individuais sem uma adequada coerência da ação coletiva não representam enfoques dos projetos de *empowerment*. Acrescentam ainda Oakley & Clayton (2003, p. 38) que a finalidade do *empowerment* de grupo remete-nos ainda à consideração de momentos “antes de processo” e “depois de processo” para ilustrar as mudanças, traduzíveis por um conjunto de indicadores, onde sobressaem a importância da coesão interna e sentido de solidariedade entre os membros dos grupos, a habilidade para discutir e analisar criticamente, um estrutura interna com elementos de autogestão, um preferência pela atividade coletiva, e a habilidade para relacionar-se com os outros, conforme o descrito na tabela seguinte:

Tabela 8: Indicadores de *Empowerment* de Grupo

<b>Antes de Processo</b>	<b>Depois de Processo</b>
Individualismo, falta de ação coletiva	Coesão interna e sentido de solidariedade
Falta de análise crítica	Habilidade para discutir e analisar criticamente
Dependência económica, social e política	Estrutura interna e elementos de autogestão
Falta de confiança	Atividade coletiva
Isolamento e desconfiança	Habilidade para relacionar-se com os outros

Fonte: Oakley & Clayton (2003, p. 38).

Tendo presente os indicadores de *empowerment*, quer o interno e externo, quer os indicadores de *empowerment* de grupo, podemos dizer que a importância do *empowerment* num processo de desenvolvimento comunitário radica no desenvolvimento dum participação direta e ativa da comunidade. Aliás, Oakley & Clayton (2003, p. 21) subcrevem esta tese, afirmando que, embora o *empowerment* não se deva confundir com a “participação”, não há dúvidas que existe um vínculo específico entre a participação e *empowerment*. Igualmente nos relatórios do Banco Mundial são plasmadas as ideias do *empowerment* como uma etapa fundamental dos projetos de desenvolvimento. É pela constatação da relevância dum desenvolvimento participativo, fundada na promoção do *empowerment* que verificamos o crescente uso de técnicas de Diagnostico Participativo Rural (PRA) nos países em desenvolvimento, para sedimentar o *empowerment* com base na comunidade (Oakley & Clayton, 2003).

Para além dos aspetos descritos acima, nomeadamente em relação às lógicas de *empowerment* interno e externo remete-nos a considerar que os processos de *empowerment* não são alheios às dinâmicas de capital social e das interações resultantes das tipologias *bonding*, *bridging* e *linking*. Aliás, Szreter salienta que o capital social de grupos, comunidade ou organizações permite dinamizar “o estoque (*stock*) de capital social possuído pelas comunidades e os consequentes efeitos estruturais ao nível do desenvolvimento” (Szreter citado por Gotto et al., 2010, p. 11). Para além dos estímulos internos entre os indivíduos (*bonding*), os grupos dinamizam o capital social entre os seus membros, através do reforço das ligações (*bridging*) com outras organizações sociais, podendo ainda vincular (*linking*) as suas relações com as agências governamentais ou corporações ou outras entidades externas (Gotto et al., 2010), valorando assim o *empowerment* e a participação para a materialização das oportunidades de apropriação de projetos e financiamentos necessários à concretização do desenvolvimento comunitário.

Recordemos o que já referimos nos capítulos anteriores sobre o capital social, em que tal conceito pode ser entendido como uma rede, interação e conexão das pessoas ou (os membros das comunidades) que pode proporcionar a melhoria das condições da vida (qualidade da vida) da própria comunidade (Hamdan et al., 2014). Por outras palavras, para os autores que seguimos, os membros das comunidades podem criar e usar a rede social, a interação e a conexão para acederem a informações, ideias, influências e recursos

que estão fora do seu grupo comunitário. Hamdan et al. (2014, p. 171) e outros autores, que temos vindo a seguir, argumentam ainda que o bem-estar em geral, e a qualidade da vida da própria comunidade, em particular, estão ainda relacionados com a capacidade e *empowerment* dos membros das comunidades e com as suas práticas de participação em todos os aspetos da vida comunitária, desde as atividades domésticas e económicas diárias, passando pela defesa da sustentabilidade do ambiente e da natureza. Assim sendo, o *empowerment* é

“uma abordagem que coloca as pessoas e o poder para agir no centro dos processos de desenvolvimento. Portanto, o *empowerment* não é uma dádiva qualquer, nem é neutro. Ele é construído e conquistado como um poder para a ação, onde a participação é direta e não se reduz na mera participação no fazer, mas também na tomada de decisão” (Costa, Z. & Silva, C., 2018, p. 136).

Não obstante o exposto acima, quando falamos desenvolvimento alternativo, desenvolvimento comunitário e ou desenvolvimento local participado e empoderado, o foco da atenção é participação ativa da comunidade e ao mesmo tempo a capacitação dos grupos marginalizados sobretudo os pobres. Esta ideia de desenvolvimento focado no local não quer dizer que esteja totalmente livre da intervenção do Estado. É pelas razões expostas que Friedmann (1996) argumenta que um desenvolvimento alternativo deve começar localmente, mas não pode terminar aí, porque quer se queria quer não, o Estado continua a ser o parceiro principal. Por outras palavras, sem a colaboração e o interesse do Estado nestas questões sociais, não é possível promover a melhoria significativa das condições de vida da comunidade. Em síntese, a ação de *empowerment* local necessita igualmente de um Estado social forte (Friedmann, 1996, p.7), assim como uma certa “consciência política da comunidade”, situação que implica um coerente processo de educação para a capacitação da comunidade no pensar e agir criticamente, na análise e interpretação do mundo que o rodeia. Não é de admirar que Freire (1975) considera que

“a opção por uma educação libertadora ou emancipadora das classes sociais, maioritárias, populares ou trabalhadoras, oprimidas e exploradas pelas classes dominantes, supõe precisamente um trabalho educativo que desincruste o arbitrário

ideológico, que não deixa de ser uma forma de consciência política, que legitima as relações de dominação como relações naturais e permita ao sujeito reconstruir-se como sujeito de si e da sua história, do seu ser no mundo, portanto, que lhe permita construir uma consciência política emancipatória, isto é, e literalmente é esse o sentido de emancipação, que lhe permita libertar-se da mão que o subjuga” (Caramelo, 2009, p. 390).

Porém, as questões supra chamam-nos a atenção da problemática da importância do ator social no centro do sistema de ação, que nos remete à consideração da ação coletiva e do processo participativo, dito no sentido de Guerra (2005). Para a autora, existe um vasto conjunto de perspectivas que podem ajudar a compreender esta problemática, entre as quais as seguintes: a) estudo do comportamento coletivo (Blumer, Parsons); b) a teoria da mobilização dos recursos (Olson, Crozier, Friedberg); c) teoria dos novos movimentos sociais (Touraine, Offe, Melucci); d) *frame theory* (Tilly, Snow, Goffman); e) teorias da participação e democracia participativa (Boaventura Sousa Santos, Friedmann). Naturalmente, não nos é possível analisar aqui com exaustividade estas teorias. Tendo presente o descrito anteriormente sobre o desenvolvimento, capital social, a participação e o *empowerment*, entendemos a ação coletiva na linha da teoria da mobilização dos recursos, isto é, a “ação coletiva é um processo natural e racional de mobilização dos recursos sendo uma construção social que decorre da necessidade de regulação das sociedades complexas” (Guerra, 2005, p. 17) e que na perspectiva teorias da participação e democracia participativa, a

“participação tende a enfatizar duas das dimensões mais importantes: a transformação das formas de associação por via do aumento de complexidade e fragmentação social e os limites da democracia representativa que exigem novas formas de participação sociopolítica” (Guerra, 2005, p. 17).

Assim, as dinâmicas de desenvolvimento comunitário, fundadas na participação e *empowerment* parecem poder decorrer de “construções sociais” que se vão atualizando através das relações que os atores sociais mantêm entre si, embora dotados de uma dada

racionalidade limitada. Esta ideia de ação remete-nos à consideração da tese de ação organizada de Friedberg (1995), tributária dos trabalhos de análise estratégica de Crozier & Friedberg (1977), que considera que os atores são sempre capazes de mobilizar os seus recursos para ter o poder de preservar e ou aumentar a sua autonomia e a sua capacidade de ação no espaço social. Para os autores, o poder de um ator resulta da capacidade de controle de uma ou mais “zonas de incerteza”, ou seja, de um recurso necessário para a ação de outros e de que ele procura sempre controlar, nem que seja parcialmente. É este domínio dos recursos que permite ao ator engendrar, até certo ponto, os “esquemas de troca” no relacionamento com os outros e tornar o seu comportamento mais ou menos imprevisível. Admite-se assim que nas relações de interação existem sempre estruturas de poder enquanto configurações sociais relativamente estáveis, que possam ser identificadas como “sistemas de ação concretos” (Friedberg, 1995), onde os atores sociais constroem e negociem as suas alianças, negociações e regulamentação política dos jogos e interesses no espaço social. Neste sentido, um “sistema de ação concreto” é sobretudo decorrente de uma certa forma de “ação organizada” dos atores sociais (Friedberg, 1995), baseada numa dada “estrutura de cooperação” que um determinado grupo aceita integrar, mas que não refuta a margem de manobra dos seus interesses (Guerra, 2006b).

Tal como já referimos noutro contexto, pedindo por empréstimo as ideias de Friedmann (1996), *empoderar* uma comunidade, compreende um processo complexo de participação, informação e comunicação para romper as barreiras do *status quo* (Taylor citado por Oakley & Clayton, 2003, p. 22).

Assim, quando falamos a participação, consideramos igualmente a relevância de um processo de *empowerment* para aqueles que necessitam, mas não têm poderes. Por outras palavras, o *empowerment* deve ser concetualizado como um produto do capacitação para agir, intimamente relacionado com a participação e do desenvolvimento comunitário, tendo como finalidade o aumento da capacidade dos atores na autodeterminação e na procura constante de justiça e de mudança social (Bartlett, 2008; Freire, 1971, 1975; Hickey e Mohan, 2005; Kesby, 2005; Mason, 2016; Mohan & Stokke, 2000).

Perante estas questões, somos a considerar que as relações entre o *empowerment* e a participação nos parecem óbvias. Podemos considerar que, de acordo com os diferentes autores que apresentamos anteriormente, o *empowerment* pode ser definido como uma

estratégia alternativa para a dinâmica dum desenvolvimento comunitário mais responsável, tendo em vista quer a redução das desigualdades, quer a melhoria da qualidade de vida da comunidade e da sua economia, quer ainda a sensibilização da comunidade, sobretudo dos pobres, para participarem ativamente num processo de desenvolvimento social, político, económico e cultural. As diferentes aceções de *empowerment* esclarecem-nos que se trata de um conceito diferente da participação, mas que não podem ser separados um com o outro nas dinâmicas do desenvolvimento comunitário.

Neste sentido, podemos concluir que promover o desenvolvimento comunitário não é apenas o mero fomento do desenvolvimento participativo, mas sim o estímulo das dinâmicas do capital social, da regulação do *empowerment* e da participação direta e ativa da comunidade para agir com consciência, razão pela qual

“os programas de desenvolvimento comunitário elegem agora como alvo privilegiado os sectores marginalizados da sociedade uma vez que a sua existência é considerada um sintoma de subdesenvolvimento e, como tal, é necessário proceder à sua integração na sociedade e ao seu envolvimento participativo nesta e, posteriormente, é a transformação do próprio sistema social, e em particular das estruturas políticas que o regem, que se tornam alvos dos processos de intervenção uma vez que é a estes que é assacada a responsabilidade pela marginalização de determinados sectores da população” (Caramelo, 2009, pp. 170-171).

Em síntese, podemos dizer que a presença e a génese do conceito de *empowerment*, não se trata de uma substituição do conceito de participação. Dito de outro modo, o *empowerment* não veio criar uma dicotomia participação-*empowerment*. São conceitos complementares e interdependentes das relações de força do capital social. O *empowerment* mobilizado pelo capital social pode ser visto como uma abordagem que permite a operacionalização da perspectiva ou do paradigma de desenvolvimento participado centrado nas pessoas, onde a capacitação para pensar e agir com consciencialização política, marca um lugar privilegiado de passagem.

Foram e são estes os eixos de referência que nos iluminaram o trabalho de campo, mas que fomos atualizando à medida em que fomos construindo a recolha de dados e



interpretando as entrevistas, os documentos consultados e as notas do diário de campo. Nos capítulos seguintes, iremos apresentar os procedimentos metodológicos adotados e os resultados alcançados.



## **2. Opções Metodológicas do Estudo**



## 2. Opções Metodológicas do Estudo

Apresento neste capítulo as linhas orientadoras das *opções metodológicas* adotadas para o estudo realizado, dividido em dois grandes tópicos: 1) *Breves Considerações sobre a Natureza do Estudo*; 2) *Procedimentos para a Recolha, Tratamento e Análise da Informação*. Assim sendo, início o capítulo com a apresentação da razão de ser da pesquisa qualitativa e da estratégia metodológica nos termos dum estudo de caso. Descrevo em seguida as técnicas privilegiadas para a recolha da informação, assim como os procedimentos utilizados para o tratamento dos materiais empíricos recolhidos.

### 2.1 Breves Considerações sobre a Natureza do Estudo

Em qualquer manual de iniciação à investigação científica, podemos encontrar as recomendações para a condução dum estudo. Nas ciências sociais, uma investigação surge sempre com uma interrogação que é colocada ao investigador sobre um determinado problema, assim começa-se a questionar tal problema inserido num determinado espaço social e tempo, isto é, numa determinada realidade social. Sampieri, Collado & Lucio (2006) sugerem ainda que um investigador das ciências sociais deve saber “determinar” a abordagem de estudo, em função do objeto de estudo, para melhor orientar a coerência epistemológica do processo de pesquisa, nomeadamente a escolha dos métodos e das técnicas. Acrescentam ainda os autores que é sempre preciso ter em conta é o interesse e o desejo ou a motivação que o investigador utiliza para construir e realizar a sua investigação, e este é um aspeto nuclear que condiciona a “forma” como se desenvolve todo o processo de pesquisa.

Tendo em consideração as especificidades do desenvolvimento em Timor-Leste e os sinais severos de pobreza que se verificam, em pelo menos 30 sucos, e sendo a comunidade do Suco Biqueli uma das comunidades rurais mais isoladas do país, tendo sido outrora um dos sucos mais pobres do país, como referi na nota introdutória, assumi desde a primeira hora do estudo uma postura de descoberta no projeto de investigação (Sautu et al., 2005) para indagar o que tem vindo a ocorrer nessa comunidade nos últimos 15 anos

de desenvolvimento comunitário. Este interesse despertou-me a atenção, e parti para o trabalho da pesquisa com uma análise exploratória sobre o tema e o problema. Simultaneamente, fui elaborando uma linha orientadora de pesquisa, aprofundando a construção teórica e os conceitos, admitindo que esta nunca é completa, nem absoluta, pois a realidade timorense (capital social e desenvolvimento comunitário em Suco Biqueli) que pretendi estudar é demasiadamente complexa e imensamente vasta, influenciada por diversos fatores sociais, culturais, económicos e políticos, que por vezes pode chegar a confundir o “senso comum” com a teoria que serve como pano de fundo do discurso científico.

Numa tentativa de compreender os conceitos e a sua aplicação na realidade do capital social e do desenvolvimento comunitário em Suco Biqueli, mergulhei-me em determinadas leituras (teorias sociológicas, metodologias de investigação e relatórios governamentais), interiorizando e sistematizando perspectivas de forma a dar origem a reflexões referentes à realidade em estudo. Assim sendo, aventurei-me num vasto campo de descoberta e tomei como horizonte preferencial da investigação um olhar a partir duma abordagem qualitativa que, dito no sentido lato, permitiu utilizar e produzir “dados descritivos a partir das palavras das pessoas, verbalizadas ou escritas, e dos comportamentos observáveis” (Taylor & Bogdan, 1987, p. 20). Por outras palavras, mais do que à procura de uma explicação racionalista e causal da verificação *a priori*, pretendi desenvolver um estudo que valorasse os pressupostos metodológicos da procura dos significados da informação recolhida a partir dos resultados do estudo (Sautu et al., 2005) para melhor compreender se a ação coletiva e demais formas de intervenção da comunidade podem ou não transcender os processos políticos, culturais e sociais do desenvolvimento comunitário em Biqueli. Ao privilegiar um horizonte mais indutivo, não quer dizer que refuto a importância de outros pressupostos ontológicos, epistemológicos e axiológicos que modelam os paradigmas da investigação.

Embora ao enveredar-me pela abordagem qualitativa tenho em mim que as regularidades empíricas recolhidas no terreno podem ser interpretadas à luz das proposições teóricas conhecidas no domínio do desenvolvimento comunitário, do capital social, da participação e do *empowerment* comunitário, mas o que é mais relevante assinalar nessa preferência minha por uma investigação qualitativa, é a vontade de conhecer com alguma

“profundidade” a realidade social de Biqueli, sobretudo os sinais de pobreza e o isolamento na ilha de Atauro que sempre me inquietaram como timorense.

Na verdade, as investigações qualitativas apresentam particularidades indutivas, onde as “hipóteses” de trabalho e as próprias questões da investigação, pelo menos parcialmente, colocam em ênfase o trabalho de campo. De facto, “este trabalho indutivo, o vaivém constante entre as hipóteses de partida, a recolha e o tratamento dos dados são particularmente importantes quando se encara a análise qualitativa numa lógica exploratória, como um meio de descoberta e de construção de um esquema teórico de inteligibilidade, e não tanto numa óptica de verificação ou de teste de uma teoria ou de hipóteses preexistentes” (Albarello et al., 1997, p. 117). Por outras palavras, ao privilegiar a abordagem qualitativa na investigação realizada justifico não só pela possibilita de alcançar um conhecimento mais aprofundado do fenómeno do processo social do desenvolvimento comunitário, mas fundamentalmente porque me permite enfatizar o conhecimento e o significado das experiências relacionais dos atores de Biqueli no próprio processo de desenvolvimento.

No seu livro intitulado “*Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*”, Creswell (2007, pp. 14-15) afirma que “a investigação qualitativa emprega diferentes alegações do saber e conhecimento, assim como diversas estratégias de investigação e métodos de recolha e análise de dados” (Creswell, 2007, p. 185). Acrescenta ainda o autor que existem pelo menos cinco tradições da pesquisa qualitativa (Etnografia, Estudo de Caso, *Grounded Theory*, Fenomenologia e a Narrativa) e que “embora existem diversas estratégias ou abordagens do estudo qualitativo, uma das abordagens ou estratégias de estudo que é mais utilizada na pesquisa qualitativa, sobretudo nos estudos sociais e culturais numa sociedade, é a pesquisa sob a forma de um estudo de caso” (Creswell, 2007, p. 185).

Na imensa literatura disponível sobre os estudos de caso, a maioria dos autores refere o estudo de caso como um método, uma estratégia ou uma abordagem, que nem sempre se apresenta de forma consistente (Simons, 2009, p. 3). Na literatura consultada, muitos investigadores apropriam o estudo de caso como um estudo do singular, do particular, ou melhor uma espécie de descrição do “original” numa situação. De acordo com

Creswell (2007), “o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que incluiu investigadores que pesquisam cuidadosamente um programa, um evento, uma atividade, ou um processo ou um grupo de indivíduos” (Creswell, 2007, p. 15). Para o autor, qualquer caso é um caso limitado pelo tempo, e os investigadores recolhem informações abrangentes, mas que não exclui elementos com maior profundidade, utilizando vários procedimentos de recolha, dentro dum período de tempo determinado. Por outras palavras, Creswell (2007) argumenta que um estudo de caso concentra intensamente o foco da pesquisa num único objeto, sendo este considerado como um caso. Para o autor, este tipo de estratégia de pesquisa ou estudo de caso permite investigar e entender um evento ou um problema que ocorreu numa dada realidade social, a partir da recolha de vários tipos de informações que após o seu tratamento permite colocar em evidência uma “solução” para os problemas identificados, ou melhor, para dar uma resposta cabal à questão de pesquisa ou ao problema do estudo (Creswell, 2007).

Na mesma linha das ideias de Creswell, um outro autor, Yin (2003), afirma que “o estudo de caso permite uma investigação preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real, tais como os ciclos de vida individuais, os processos organizacionais e administrativos, as mudanças ocorridas em regiões urbanas” (Yin, 2003, p. 21). Para o autor,

“os estudos de caso representam uma estratégia onde se colocam questões do tipo ‘como’ e ‘porquê’, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenómenos contemporâneos inseridos num contexto da vida real; (ou seja), um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo com algum contexto real, especialmente quando as barreiras entre o fenómeno e o contexto não são claramente evidentes” (Yin, 2003, p. 19).

Acrescentam ainda Nisbet & Watt (citado por Bell, 1997) que se pode definir um estudo de caso como sendo um “termo global para uma família de métodos de investigação que têm em comum o facto de se concentrarem deliberadamente sobre o estudo de um determinado caso” (Bell, 1997, p. 23) e que não se deve confundir com uma mera



monografia, tão em voga nos estudos clássicos sobre as comunidades na tradição dos estudos francófonos da sociologia e da antropologia social da “*Le Play School*” (Zona-bend, 1992, p. 49)

Embora haja muitas críticas sobre a adoção do estudo de caso como uma estratégia de investigação, tal como alguns autores argumentam, por falta de capacidade operatória para alcançar resultados generalizáveis, mas o que é certo, é que existem vários “mal-entendidos” sobre este tipo de estudo. Flybjerg (2001) assinalam cinco “mal entendidos”:

- a) De uma forma geral, o conhecimento teórico é mais importante que o conhecimento prático;
- b) Impossibilidade de generalizar a partir de um único caso;
- c) O estudo de caso é apenas vantajoso para criar hipóteses;
- d) O estudo de caso orienta-se segundo uma tendência para a verificação;
- e) Não é fácil resumir estudos de caso específicos. Para contrapor tais ideias pessimistas, o autor argumenta que qualquer disciplina científica “carece de um grande número de estudos de casos cuidadosamente desenvolvidos” (Flybjerg, 2001, p.33) para se poder afirmar.

Face ao exposto, o que está em causa num estudo de caso, é sobretudo a natureza do “caso” propriamente dito, cujos usos e significados diferenciam entre a abordagem qualitativa e quantitativa. Para Ragin & Becker (1992), os investigadores das correntes qualitativas olham com profundidade (olhar intensivo) só para um “caso” ou para um pequeno número de casos, situação que contrapõe as orientações dos investigadores das correntes quantitativas que colocam o seu foco ou interesse numa perspetiva mais extensiva. Para os autores o que importa é assumir a ideia duma natureza holística dum caso. Dito de outro modo, subjaz na ideia de caso, a necessidade de delimitar as fronteiras do fenómeno, quer em termos teóricos como empíricos, de tal modo que seja perceptível a configuração do “caso”, na medida em que casos “virtuais” não são investigáveis (Ragin & Becker, 1992).

É pela consideração do critério de validação dum “caso” que Ragin & Becker (1992) consideram que os casos podem ser definidos como unidades empíricas (*empirical units*) e ou como constructos teóricos (*theoretical construct*), considerando, por um lado, um caso como uma dada realidade empírica (*cases are found*) correspondente a certos objetos sociais (*cases are objects*), e por outro lado, um caso resultante de certas referências teóricas que lhe conferem sentido (*cases are made*). Por outras palavras, para

os autores que seguimos, um “caso” num estudo de caso é sobretudo uma “unidade empírica”, ou um “constructo teórico” ou ainda uma articulação entre unidades empíricas e teóricas, pelo que compreender um “caso” é compreender a sua singularidade. Parafraseando Hamel (1992), um “caso” é uma forma social que pode ser apresentada e analisada

“de acordo com os três modos de descrição, compreensão e explicação. A singularidade é, portanto, definida em termos que não deixam nenhuma dúvida em relação à sua validade e relevância como uma ferramenta de explicação, que é o objetivo de todos os estudos sociológicos” (Hamel, 1992, p. 117).

Sendo “um estudo de caso um estudo típico da abordagem qualitativa” (Ragin & Becker, 1992, p. 1), em última instância, trata-se sobretudo de uma análise que incide sobre um fenómeno social específico com características singulares (o “caso”), cuja análise impõe como ponto partida a formulação de perguntas específicas. Neste sentido, a discussão da representatividade estatística ou validade ou não dum estudo de caso não parece ser o fulcro da questão. O que importa é definir com clareza a natureza do estudo e, quiçá, do próprio caso. De facto, Yin (2003) diferencia três tipos de estudos de caso: explicativo, exploratório e descritivo. Segundo o autor, os estudos de caso são, por natureza, desenvolvidos tendo em conta um desenho específico caracterizado por um objetivo de estudo muito “específico”, que procura descrever um caso, explorar um caso ou comparar casos. É numa linha similar que Stake (2012) argumenta que existem três tipos de estudos de caso: a) *Estudo de caso intrínseco* (estudo de um caso particular desconhecido); b) *Estudo de caso instrumental* (compreensão de algo concreto); c) *Estudos de caso coletivos* (seleção de mais do que um caso).

Para Yin (2003), o estudo de caso é sobretudo uma estratégia focalizada em torno de uma das quatro perguntas articuladas com o determinado nível de análise: *O quê?* (exploratório), *Como?* (descritivo), *Porquê?* (explicativo), *Quem?* (descritivo). Na linha das orientações de Yin (2003), são estas perguntas que definem a estratégia analítica sobre um fenómeno social, sugerindo ainda o autor que o desenvolvimento de um estudo de caso se processa segundo uma tipologia “simples” ou “múltipla”, isto é, segundo um dos dois níveis de análise: a) estudo de caso simples, com um (Tipo 1) e ou vários níveis de

análise (Tipo 2); b) estudo de caso múltiplo com um (Tipo 3) e ou vários níveis de análise (Tipo 4). De salientar que Coutinho (2016) subscreve a existência de estudos de caso único e múltiplo, mas para a autora, independentemente da tipologia, o fundamental é que o caso seja analisado de forma holística. Neste aspeto, também estamos de acordo. Porém, olhar o singular e explorar o holístico não é fácil (Ragin & Becker, 1992).

De acordo com Hamel (1992), um estudo de caso incorpora características teóricas e metodológicas.

“É certamente uma abordagem onde a especificidade epistemológica é garantida pelas condições ideais, por causa da profundidade que caracteriza este método. A profundidade e o cuidado que são dados à descrição permite ao investigador compreender no ato, a mudança de uma forma epistemológica para a outra implicada na explicação sociológica. Neste sentido, o método do caso pode, portanto, ser considerado como a pedra fundamental das novas estratégias teóricas e metodológicas para a sociologia” (Hamel, 1992, p. 14).

Parafraseando a linguagem de Ragin & Becker (1992), o caso que identifiquei para o estudo realizado é um caso empírico, ou seja, tomei Suco Biqueli como uma unidade de análise. Apesar de não existirem regras que definam o tamanho dos elementos de um caso, a seleção dos locais de observação e dos entrevistados não seguiu as orientações probabilísticas da amostragem das abordagens quantitativas. A escolha de Biqueli ou melhor das suas comunidades das aldeias de Ilicnamo, Ilidua Douro, Pala e Uaro-Ana foi uma opção intencional pelas razões já apresentadas anteriormente. De recordar o que referi anteriormente que a comunidade do Suco Biqueli é uma das comunidades rurais mais isoladas de Timor-Leste, tendo sido outrora um dos 30 sucos mais pobres do país. O seu isolamento sócio-geográfico já *per si* lhe configura um certo sentido de “caso” singular e como unidade de análise de interesse investigativo para indagar o que tem vindo a ocorrer nessa comunidade nos últimos 15 anos de desenvolvimento comunitário. Por outras palavras, ao assumir uma natureza exploratória e descritiva e tendo em conta os objetivos do estudo que delimitam ou restringem o modo de estudo com profundidade ao nível do

Suco Biqueli, salvo melhor opinião, a estratégia da pesquisa realizada situa-se ao nível de um "*single-case*", dito no sentido de Yin (2003).

Tendo em conta o meu desejo e curiosidade de conhecer a realidade social do processo de desenvolvimento comunitário, aceitei o desafio de estudar de forma holística o problema desenvolvimento comunitário, as lógicas do capital social, e a sua inserção no espaço social em Biqueli. Acrescento ainda que, num estudo de caso, os elementos de um caso têm “de ser deliberadamente pequenos para evidenciar a riqueza da experiência individual” (Ragin & Becker, 1992, p. 135). Em termos estritos, o estudo realizado sobre Biqueli trata-se de um estudo de caso exploratório e descritivo, cujo objeto é a comunidade e o seu processo de desenvolvimento comunitário, limitado pelo tempo (pós-independência da RDTL) e o espaço social do suco com as suas aldeias Ilicnamo, Ilidua Douro, Pala e Uaro-Ana, onde veiculam implicitamente o poder do capital social na mediação das dinâmicas da participação e do *empowerment* no desenvolvimento comunitário.

Por conseguinte, não está em causa no estudo a questão da generalização, nem uma visão míope da representatividade e da objetividade, mas que procurei indagar as lógicas das linhas do desenvolvimento comunitário com “novos” termos mais frutíferos do olhar indutivo para melhor compreender e interpretar a natureza e o significado das diversas situações ou acontecimentos passados ou atuais das experiências relacionais entre os atores de Biqueli no próprio processo de desenvolvimento, tal como referi anteriormente. Parafrazeando Zonabend, “deixem-nos lembrar que a austera objetividade advém necessariamente do caminho da mais intrépida subjetividade” (Zonabend, 1992, p. 49).

Apesar de existirem imensos estudos sobre o tema do desenvolvimento e do capital social, até à data são escassos os estudos realizados no domínio da sociologia sobre o tema do desenvolvimento comunitário, e não se conhece verdadeiramente, tal como referi na introdução, as atividades que ocupam os atores sociais do Suco Biqueli na construção dos seus projetos de melhoria das condições de vida futura. Devido a esse desconhecimento e a natureza do “caso” coloquei as seguintes questões que serviram de fio condutor para a investigação do estudo realizado:

- *Quais são as características do capital social em Suco Biqueli?*
- *Como se processam a participação e o empowerment no desenvolvimento comunitário em Suco Biqueli?*

Ao colocar estas questões, pretendi realizar um estudo num espaço social específico em que pouco se sabe sobre a sua realidade social no domínio do desenvolvimento comunitário, sobretudo sobre as regras e os constrangimentos que governam a existência social em Biqueli onde as relações sociais enquanto meio e produto configuram uma singularidade sociológica (Hamel, 1992, p. 99) que interessa desocultar através de várias fontes de evidências. Tomei assim como muito interesse a abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, tendo em vista a desocultação das informações, ditas como necessárias, para a descrição dos fatores que caracterizam as dinâmicas da ação coletiva no processo de desenvolvimento comunitário em Biqueli, delimitado no seguinte objetivo geral: *analisar o capital social e as dinâmicas de participação e empowerment no desenvolvimento comunitário no Suco Biqueli*. Para alcançar o objetivo geral do estudo e responder melhor às questões de investigação, considerei ainda os seguintes objetivos específicos do estudo:

- Caracterizar o capital social e a sua relação com o desenvolvimento comunitário no Suco Biqueli;
- Analisar as formas de participação e de *empowerment* no desenvolvimento comunitário no Suco Biqueli;
- Conhecer os fatores críticos de sucesso do desenvolvimento comunitário no Suco Biqueli.

Em síntese, parafraseando Sautu et al. (2005, pp. 46-47), tomei como ponto de partida que a realidade social de Biqueli é subjetiva e intersubjetiva, não tanto pela especificidade dos atores sociais individuais ou coletivos intervenientes na vida social do suco, mas admiti que, em última instância, eles contribuem para produzir e reproduzir o

contexto da interação mobilizado pelo capital social de Biqueli no contexto da ação coletiva e organizada do desenvolvimento comunitário em Biqueli, aspetos que me interessaram conhecer e analisar.

## **2.2. Procedimentos para a Recolha, Tratamento e Análise da Informação Aplicados no Estudo**

Para responder às questões da pesquisa, para clarificar o problema do estudo e atingir os objetivos de estudo como acima descritos, são determinantes os métodos e as técnicas de recolha e análise de dados. Recordemos que a metodologia é uma forma como se pensa sobre o estudo dos fenómenos sociais (Corbin & Strauss, 2008, p. 1; Silva & Pinto, 2014). Se o método se define como um “meio” técnico para conduzir um processo de investigação, o próprio estudo pode ser interpretado como um “esforço” do campo da ciência que é executado para obter os factos de forma cuidada e sistemática, tendo em vista o alcance da “verdade” (Mardalis, 2004). Os métodos e as técnicas de pesquisa, tais como os procedimentos para entrevistar e observar, não são mais do que estratégias dum processo de investigação, através dos quais ganhamos o acesso à realidade social para analisar e interpretar um dado caso (Simons, 2009, p.3). Porém, como sabemos os procedimentos metodológicos são imensos. Aliás, tal como refere Albarello (1997),

“qualquer pessoa familiarizada com investigações qualitativas concordará com a seguinte informação: cada investigador tende frequentemente a desenvolver o seu próprio método em função do seu objeto de investigação, dos seus objetivos, dos seus pressupostos teóricos ou de outros fatores contingentes. Consequentemente, os métodos e procedimentos afiguram-se múltiplos” (Albarello, 1997, p. 117).

Tal como referimos anteriormente, de acordo com Creswell (2007), a investigação qualitativa consiste numa abordagem holística, envolvendo a descoberta. A pesquisa qualitativa é também descrita como um modelo de estudo em permanente desenvolvimento que ocorre num dado ambiente natural, e que permite aos investigadores desenvolverem uma recolha detalhada da informação a partir do seu elevado envolvimento na experiência real. De recordar Yin (2003) que afirma que o estudo de caso é uma espécie de inquérito empírico que “investiga um fenómeno contemporâneo dentro do contexto da vida real, quando as fronteiras entre o fenómeno e o contexto não são claramente evidentes, e onde múltiplas fontes de evidência são usadas” (Yin, 2003, p. 19). Admite-se que num estudo

de caso se possam utilizar diversas técnicas (questionários, entrevistas, observações, testes, documentação, etc.), dependendo do problema a ser estudado, e naturalmente das preferências do investigador. Não há dúvida que a técnica de recolha de dados é um dos passos mais importantes no processo de pesquisa, pois o objetivo principal da pesquisa é obter dados adequadas, válidos e confiáveis, pelo que procedi à optei pela “utilização de múltiplas fontes de dados na construção de um estudo caso” (Coutinho, 2016, p. 341). No presente estudo, privilegiei o recurso à análise documental, à entrevista semiestruturada, à observação não participante e o recurso ao diário de campo.

Comecei o presente estudo com uma análise documental, até porque “não existe nenhuma investigação sem documentação” (Albarello, 1997, p. 15). Aliás, a análise documental “pode revelar-se uma fonte de dados extremamente importantes” (Jonhson citado por Bell, 1993, p. 90). Tive o cuidado de orientar a análise de documentos no contexto dos objetivos da pesquisa (Bell, 1993). Assim sendo, iniciei o estudo efetuando uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, recenseando as pesquisas existentes e documentos oficiais e da comunicação social sobre o desenvolvimento em Timor-Leste, bem como as referências teóricas e concetuais sobre o desenvolvimento comunitário, capital social, *empowerment* e participação, ilustrada nos capítulos anteriores, assim como consultei as bases de dados das revistas de sociologia, antropologia, economia e ciência política. Por outras palavras, um dos instrumentos de recolha de dados incidiu sobre os documentos relevantes para o estudo realizado, incluindo relatórios disponíveis sobre o perfil de Suco, jornais, livros, artigos e outros documentos científicos e governamentais da RDTL e ou não governamentais das ONG locais.

Ao mesmo tempo que fui desenhando a pesquisa bibliográfica, iniciei a preparação do acesso ao trabalho de campo, assim como a construção do guião de entrevista.

Na investigação qualitativa, especialmente no estudo de caso, a entrevista representa como um dos principais instrumentos da pesquisa (Yin, 2003). De acordo com Punch (1998, pp.174-175) entrevista é uma boa maneira para o acesso a perceções das pessoas sobre o significado e as definições de situações, e abastecer de informações que permitam reconstruir a realidade social. Para Moser & Kalton, a entrevista representa “uma conversa entre entrevistador e um entrevistado que tem o objetivo de extrair determinada informação do entrevistado” (Bell, 1997, p. 118). De salientar que a entrevista é



uma ferramenta de recolha de dados e grande flexibilidade, que pode ser adaptado para atender a uma ampla variedade de situação de pesquisa. Metodologicamente, a entrevista pode ser entendida como “uma forma específica de interação social que tem como objetivo recolher dados para uma investigação” (Vilelas, 2009, p. 279). Tratando-se de uma técnica que procura obter informações aprofundadas, a questão fulcral consiste na elaboração de guião com perguntas robustas, mas não rígidas, e na seleção cuidada dos entrevistados, de acordo com critérios adequados ao caso (Coutinho, 2016).

No âmbito da investigação realizada, e com base na reflexão sobre o tipo de informação que pretendia recolher, desenhei um guião de entrevista semiestruturada, tenho em atenção que “o guião da entrevista enuncia os temas a abordar, com o objetivo de intervir de maneira pertinente para levar o entrevistado a aprofundar o seu pensamento ou a explorar uma questão nova de que não fala espontaneamente” (Albarello et al., 1997, p. 245). Assim sendo, o guião de entrevista elaborado contém perguntas “básicas” e “específicas”, construído de acordo com os objetivos e com o objeto da investigação, já acima referidos, tendo ainda em conta as leituras e as reflexões sobre a pesquisa bibliográfica, assim como, a consistência e a flexibilidade na condução da entrevista, aquando da sua aplicação (Bell, 1997).

Em termos específicos, o guião de entrevista segue de perto as orientações metodológicas propostas por Albarello et al. (1997), contendo uma característica semiestruturada, organizada segundo três blocos de um total de 15 perguntas (processos de desenvolvimento comunitário; capital social na comunidade; participação e *empowerment* da comunidade), estando naturalmente cada um deles relacionados com os objetivos específicos da investigação (ver anexo). A entrevista foi aplicada junto de nove (9) informantes-chaves, atores sociais que reuniam os seguintes critérios de inclusão: residentes no Suco Biqueli, preferencialmente naturais da comunidade; conhecimento da realidade social das aldeias Ilicnamo, Ilidua Douro, Pala e Uaro-Ana; conhecimento das atividades do processo de desenvolvimento comunitário que decorreram na comunidade Suco Biqueli, Atauro, Dili, Timor-Leste, nos últimos 15 anos. A composição da amostra intencional dos entrevistados seguiu a lógica de bola de neve, tendo sido possível incluir líderes da comunidade e profissionais locais, tais como pastores ou sacerdotes da igreja protestante,

professores, pescadores e alguns membros das comunidades, nomeadamente os que participam nos grupos comunitários e ou desenvolvem atividades nas cooperativas locais.

Naturalmente que no decurso da condução das entrevistas realizadas com os 9 entrevistados interagi com os entrevistados, e em certos momentos fui “submetido” a possíveis influências. Mesmo tendo estas limitações, a escolha da entrevista semidirecta foi a mais adequada no sentido em que permitiu-me uma relação mais ou menos aberta na interação face a face com o entrevistado, ou seja, permitiu-me seguir “a linha de pensamento do seu interlocutor, ao mesmo tempo que zela pela pertinência das afirmações relativamente ao objetivo da pesquisa, pela instauração de um clima de confiança e pelo controle do impacte das condições sociais da interação sobre a entrevista” (Albarello, 1997, p. 95). Tendo em consideração que as entrevistas são de certo modo subjetivas, e o facto de se ter realizado poucas entrevistas<sup>38</sup>, *a priori* pode haver o perigo da parcialidade, mas sou da opinião que a informação recolhida em profundidade em Biqueli foi rica, ou seja, pude “obter material precioso a partir de uma entrevista e muitas vezes consolidar as respostas” (Bell, 1997, p. 118), porque foram completadas com a observação e com os registos do diário de campo.

As entrevistas foram aplicadas em dois momentos do trabalho de campo, sendo um realizado entre outubro a dezembro de 2016, e um segundo *fieldwork* entre setembro a dezembro de 2017. De salientar que para a aplicação do guião de entrevista, foi necessário traduzir o guião elaborado em português para tétum e para o dialeto local *Dadu’a*, representando este como uma espécie de “língua materna” da comunidade do Suco Biqueli. Para a entrada no campo tive a ajuda de um facilitador ou mediador que, sendo um membro da comunidade, ajudou imenso a minha integração no meio, assim como a identificação dos atores-chave.

Para complementar a análise documental e os dados recolhidos a partir das entrevistas, a observação foi igualmente uma técnica de recolha de dados que não pude evitar. Sumariamente podemos definir a observação como a recolha de dados relevantes durante ao tempo de pesquisa ou ao longo de todo o processo de pesquisa a partir do momento

---

<sup>38</sup> Não realizei mais do que nove entrevistas, porque segui o critério de saturação, isto é, segui os princípios dos “efeitos da redundância”, admitindo que novas entrevistas não vinham acrescentar mais informação do que já recolhi (Silva & Pinto, 2014, p. 142).

que se entra no campo até sair (Simons, 2009, p. 55). De acordo com Fortin (1999 citado por Vilelas, 2009) a observação é “um processo que consiste em selecionar, provocar, registar e codificar um conjunto de comportamentos e de ambientes que estão ligados ao objeto que se pretende estudar” (Vilelas, 2009, p. 268). Assim, metodologicamente, a observação é uma das “ferramentas” de recolha de informação complementar dos dados dos entrevistados e da pesquisa documental, seja na modalidade de observação participante, bem como na de observação não participante. Por outras palavras, através desta técnica,

“o investigador estuda então os seus modos de vida, de dentro e pormenorizada-mente, esforçando-se por os perturbar o menos possível. A validade do seu trabalho assenta, nomeadamente na precisão e no rigor das observações, bem como no contínuo confronto entre as observações e as hipóteses interpretativas” (Quivy & Campenhoudt, 1995, p. 198).

Tomei como procedimento de observação o tipo de observação não participante nos dois momentos do trabalho de campo referidos anteriormente, observando e registando a realidade social de Biqueli do “lado de fora”, isto é, agindo como um “ator externo” que vê, ouve e regista as características específicas das interações entre os atores sociais individuais ou coletivos intervenientes na vida social do suco, de acordo com os objetivos do estudo, que possam elucidar a forma como elas funcionam, como afetam o funcionamento dos “sistemas” da ação coletiva e organizada do processo de desenvolvimento comunitário em Biqueli, e o que oferece às pessoas para a melhoria das suas condições de vida. Por outras palavras, a intenção da observação não participante realizada foi tomada tendo em conta o contacto mais direto com o local, com as pessoas, com as práticas locais sobre o desenvolvimento comunitário, procurando através desta técnica captar certas vantagens, tais como,

“a apreensão dos comportamentos e dos acontecimentos no próprio momento em que se produzem. A recolha de um material de análise não suscitado pelo investi-

gador e, portanto, relativamente espontâneo. A autenticidade relativa dos acontecimentos em comparação com as palavras e com os escritos. É mais fácil mentir com a boca do que com o corpo” (Quivy & Campenhoudt, 1995, p. 199).

Embora a permanência no suco Biqueli não tenha sido prolongada no tempo, por manifesta ausência de condições para o efeito, estive

“atento à reprodução ou não dos fenómenos observados, bem como à convergência entre as diferentes informações obtidas, que devem ser sistematicamente delimitadas. É a partir de procedimentos deste tipo que as lógicas sociais e culturais dos grupos estudados poderão ser reveladas o mais claramente possível e que as hipóteses poderão ser testadas e afinadas (...) No entanto, aplicam regularmente métodos de observação comparáveis, quase sempre de modo bastante flexível e como complemento de outros métodos formalizados” (Quivy & Campenhoudt, 1995, p. 198).

Para assegurar o registo e a reflexão sobre as evidências observadas na observação participante, elaborei desde a primeira hora um diário de campo. Tratou-se de uma técnica fundamental que me ajudou não só rever os passos dados no campo, mas, como referem Burgess, Zimmerman & Wieder (referido por Bell, 1997), o diário veio complementar a qualidade da entrevista e da observação não participante como um “processo de fornecimento de questões” (Bell, 1997) para validar as evidências registadas.

Face ao exposto, parafraseando Nisbet & Watt (citado por Wilardjo, 1994) sobre o princípio básico na recolha de dados para um estudo de caso que passa por “verificar os nossos dados com vários métodos e várias fontes” (Wilardjo, 1994, p. 22), procurei aplicar várias técnicas de recolha de dados, multiplicando assim as fontes de evidências, isto é, cruzei os testemunhos e os dados factuais, neste caso as entrevistas, o diário de campo e a observação não participante, visando “obter informações factuais sobre uma realidade, e não apenas representações construídas de um ou de outro ator. A solução

ideal é obter indicadores independentes de uma mesma realidade, recolhidos em fontes diferentes por métodos diferentes” (Bell, 1997, p. 151).

De salientar que Tashakkori & Teddlie (1998) e Brewer & Hunter (1989) citados por Duarte (2009, p. 3) referem que, em ciências sociais, são comumente aceites a combinação das técnicas de recolhas de dados disponíveis, entre as quais a “triangulação”, os “métodos mistos”, os “modelos mistos” ou “modelos múltiplos”. Acrescentam ainda Denzin & Lincoln (2010) que são essencialmente quatro tipos de triangulação, a saber: a) triangulação de dados (dados recolhidos por várias técnicas); b) triangulação de investigadores (vários investigadores no estudo do mesmo fenómeno); c) triangulação de teorias (recurso a várias perspetivas para interpretar os resultados); e, d) triangulação metodológica (recurso de diferentes métodos e técnicas para o estudo de um problema). Assim, para dar conta desta pluralidade de procedimentos de recolha, adaptei a triangulação de dados através das várias fontes de evidências (entrevista, análise documental, observação não participante e diário de campo), apropriando ainda uma certa aproximação à triangulação de teorias e perspetivas para interpretar os resultados como serão descritos mais adiante.

Em síntese, procurei através de várias fontes de evidências conhecer a vida das pessoas neste espaço social, tentando compreender o porquê de serem tal como são e de existirem determinados acontecimentos, embora o objetivo do estudo não seja uma análise etnográfica, os registos de observação não participante, do diário de campo e das entrevistas realizados foram importantes não só para perceber como é que funciona a mobilização do capital social e o desenvolvimento comunitário em Biqueli, o que oferecem às pessoas, enfim como funcionam e influenciam a vida de todas essas pessoas deste espaço social, mas também tais registos permitiram elucidar e confirmar ou desmentir as informações das entrevistas realizadas, representando assim uma forma de validar tais entrevistas, e também uma forma de assegurar a não parcialidade da recolha de dados, na medida em que estas entrevistas foram transcritas para comprovação do observado.

Em relação ao conjunto da informação recolhida, para lhes conferir um adequado sentido no âmbito dos objetivos de estudo, adotei como procedimentos de tratamento e análise de dados no presente estudo uma visão interativa e interdependente das diferentes etapas. Segundo Miles & Huberman (citado por Punch, 1998, p. 203), a análise de dados

consiste em quatro principais etapas de análise, a saber: recolha de dados, apresentação de dados, redução de dados e conclusão (verificação). Para os autores, na análise de dados qualitativa há uma estreita ligação entre a apresentação de dados, a redução de dados e a conclusão (verificação), sendo a redução dos dados entendida como “processos de seleção, de focagem, de simplificação, de abstração, de transformação do material recolhido” (Maroy, 1995, p. 123). Não há dúvida que a redução de dados é uma etapa de tratamento essencial e fundamental, na medida em que orienta a decisão sobre os dados que devem ser conservados ou excluídos e ou resumidos em certo número de excertos de entrevistas ou de notas de campo (Maroy, 1995).

Parafraseando Miles & Huberman, é necessário um esforço de síntese dos dados brutos para que sejam “reduzidos e também apresentados sob uma forma que permita extrair deles interpretações” (Maroy, 1995, p. 123). Naturalmente que a redução e a apresentação dos dados sistematizados, só ganham sentido após a sua interpretação ou validação. É por isso que Miles & Huberman sugerem que ao longo da análise qualitativa, um investigador deve esforça-se por atribuir um sentido aos seus dados, anotando “as regularidades, os modelos, as explicações as configurações possíveis, os encadeamentos causais e as propostas de interpretação” (Miles & Huberman referido por Maroy, 1995, p. 123-124). Assim sendo, de acordo com Miles & Huberman (citado por Punch, 1998), é necessário ter presente no tratamento e na análise de dados um modelo de análise interativo, com etapas mutuamente interdependentes e ou complementares entre si.

Em síntese, a análise de dados é um processo de simplificação da informação recolhida que tem em vista a redução da informação para que seja facilmente entendido e interpretado (Purwanto & Sulistyastuti, 2007; Sampieri, Collado & Lucio, 2010). Aliás a análise dos dados é

“o processo de organizar a ordem dos dados, organizá-los segundo um padrão, categoria e descrição da unidade básica. Ela distingue a interpretação, que oferece um significado importante para a análise, explica a descrição do padrão, e permite encontrar a relação entre as dimensões da descrição” (Patton, 1980, p. 286).

Acrescenta Yin que a análise de dados consiste em “examinar, categorizar, classificar em tabelas” (Yin, 2003, p. 131) após os dados serem recolhidos. Portanto, no presente relatório, os dados foram analisados por categorização e classificação em tabelas, organizadas segundo as dimensões analíticas de estudo.

Com respeito ao tratamento dos conteúdos das entrevistas propriamente dito, procedi a análise de conteúdo na forma categorial e a análise estrutural de conteúdo, complementada com o tratamento do *corpus* das entrevistas com a classificação automática dos léxicos e dos segmentos de textos através do *software* livre do *Iramuteq*.

Segundo Quivy & Campenhoudt (1995), a análise categorial é “frequentemente aplicada com utilidade como complemento de outros métodos mais subtis” (Quivy & Campenhoudt, 1995, p. 231). Para estes autores, análise categorial representa “um campo de aplicação muito reduzido (sendo) uma análise mais antiga e a mais corrente (para) calcular e comparar as frequências de certas características (na maior parte das vezes, os temas evocados) previamente agrupadas em categorias significativas” (Quivy & Campenhoudt, 1995, p. 228). Trata-se duma lógica da análise de conteúdo clássica, amplamente utilizada e defendida pelos seguidores de Bardin (1979).

Quanto à estrutural de conteúdo, segui de perto a perspectiva de análise de Hiernaux (1997) e de Piret, Nizet & Bourgeois (1996). Sumariamente, trata-se de um processo de estruturação do sentido da informação recolhida a partir dos dados mais ou menos importantes que procura sistematizar a informação numa estrutura de sentido passível de interpretação e conclusão. Foi um procedimento bastante moroso e não foi fácil de realizar no presente estudo.

De relevar que os “conteúdos” são materiais de observação que traduzem “os sistemas de sentidos e ou os sistemas de perceção” (Hiernaux, 1997, p. 158), ou seja, podem ser entendidos como o “sentido” dos dados obtidos junto dos entrevistados. Em síntese, a análise estrutural de conteúdos é um processo que permite sistematizar os pensamentos (ideias) baseado nos conteúdos obtidos dos entrevistados, e desocultar os sentidos (estrutural dos temas relevantes) dum *corpus* das entrevistas, facilitando assim a classificação dos aspetos mais e menos importâncias dos dados.

Em termos operativos, os resultados da análise estrutural de conteúdo são apresentados sob a forma de três tipos de esquemas, a saber: 1) análise estrutural de conteúdo “paralela”; 2) análise estrutural de conteúdo “*en abanico*” (em leque ou árvore); e, 3) análise estrutural de conteúdo “cruzada” (Rodrigues, 2008, p. 261). Na primeira, a estrutura de conteúdo propõe que cada unidade mínima de sentido (significado) e a sua oposição formem uma totalidade de sentido ( $A + B = T$ ). A segunda estrutura só pode ser aplicada quando há mais de dois elementos que pertencem à mesma família e que não podem ser opostos. A terceira estrutura, também chamada de cruzada (análise estrutural de conteúdo cruzada), é aplicada a matérias com objetos que possuem o mesmo atributo (Piret, Nizet & Bourgeois, 1996). Segundo Rodrigues (2008), o esquema cruzado “demonstra as tensões entre códigos de qualificação onde nenhum exerce o domínio sobre o outro, formando assim uma estrela com quatro opções antagônicas entre si” (Rodrigues, 2008, p. 261-262).

Tendo presente estes modelos ou esquemas estruturais, adaptei e apliquei no presente estudo o tratamento do *corpus* das entrevistas segundo a análise estrutural de conteúdo “paralela” e a análise estrutural de conteúdo “cruzada”, cujos resultados permitiram, por um lado, uma certa inteligibilidade da caracterização do capital social na comunidade Suco Biqueli nas dinâmicas da participação e do *empowerment* da comunidade num processo de desenvolvimento comunitário e, por outro lado, facilitou-nos uma melhor sistematização dos fatores críticos de sucesso no processo de desenvolvimento da comunidade e a construção de demais esquemas estruturais relevantes ou esquemas acionais, de acordo com as dimensões analíticas do estudo realizado.

Em síntese, as etapas e o processo da organização e tratamentos de dados do *corpus* das entrevistas segundo a análise de conteúdo e a análise estrutural de conteúdos podem ser resumidas da seguinte forma:

- Etapa I: Dimensões Analíticas e Questões do Estado/Informante
- Etapa II: Dimensões Analíticas e Questões do Estudo/Informante Chave:
  - Os Pontos Principais/informante
  - Os Pontos Secundários/informante
- Etapa III: Análise Estrutural de Conteúdos por Dimensões Analíticas



- Positivo (+)
- Menos positivo (-)
- Etapa IV: Análise Estrutural de Conteúdo Cruzada
- Etapa V: Recapitulação de Análise Conteúdo Estrutural (a construção dos esquemas relevantes)

Para complementar a análise de conteúdo e a análise estrutural de conteúdo acima descritas, utilizei ainda o *software* livre do *Iramuteq*<sup>39</sup> para a organização e tratamentos do *corpus* dos entrevistados segundo os procedimentos da classificação hierárquica descendente sugeridos por Reinert (1987 e 1990), Ratinaud & Dejean (2009), Camargo & Justo (2013) e Silva (2019). Para a preparação do *corpus* a utilizar no *software*, transcrevi os extratos das entrevistas num processador de texto simples (*Notepad* do sistema operativo do *Windows 10* da *Microsoft*: \*.txt), organizado segundo temas e categorias identificados na análise de conteúdo categorial e na estrutural de conteúdos. Em termos de técnicas propriamente dito, apliquei a extração da nuvem de palavras, da similitude (coocorrência) das palavras e o agrupamento (*cluster*) dos segmentos de texto sob a forma de *classes* e a sua projeção dos planos fatoriais (Silva, 2019).

Em termos específicos e seguindo de perto Silva (2019) no tratamento do *corpus* dos entrevistados com o *software Iramuteq*, efetuei quatro níveis diferentes de organiza-

---

<sup>39</sup> O uso desta aplicação informática *Iramuteq* resultou da minha participação nas linhas de trabalho do meu orientador sobre a classificação automática dos textos. Seguiram esta mesma linha de trabalho (*Análise Estratégica das Organizações, Classificação Automática de Dados Não Numéricos da Ação Organizada e Cooperação Transfronteiriça*), outros orientandos do meu orientador Professor Doutor Carlos da Silva, entre as quais destaco as seguintes teses concluídas e aprovadas, e que consultei o capítulo da metodologia para um melhor enquadramento da orientação do protocolo de análise de dados textuais: Mestre, T. (2020). *Risco de violência sobre idosos institucionalizados. O enfoque sociológico do agir profissional nas ERPI do Distrito de Évora*; Viegas, M. (2020). *O outro lado das questões do desenvolvimento nos territórios transfronteiriços. O caso da Escola Oficial de Idiomas da Extremadura, Espanha*; Zacarias, M. (2019). *Diagnóstico sociológico do Processo de Bolonha na Universidade de Évora. Uma análise das perspetivas e tendências*; Ribeiro, A. (2018). *Enfoque multidimensional de la seguridad del paciente en las instituciones de salud del sector público en la Región del Algarve – Portugal*; Plancha, M. (2017). *Diagnóstico sociológico dos sentidos e valores da qualidade na Autoridade Tributária e Aduaneira na Região Alentejo*; Soares, P. (2017). *Dinâmicas de ação dos Fisioterapeutas Portugueses na recontextualização das suas práticas profissionais. Tendências, problemas e perspetivas*; Morais, P. (2016). *A autoridade de segurança alimentar e económica e os seus inspetores: Uma análise sociológica dos dilemas identitários do grupo profissional*. A aplicação *Iramuteq* (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*) é um *software* de livre acesso (open source) da autoria de Pierre Ratinaud do *Laboratoire d'Études et de Recherches Appliquées en Sciences Sociales*, Toulouse-França. O download da aplicação para instalação e o tutorial em português encontram-se disponíveis na internet em <http://www.iramuteq.org/>

ção: a) análises lexicais iniciais (formas ativas e suplementares); b) identificação das unidades de texto significativas (**Texto**)<sup>40</sup>; c) caracterização dos Segmentos de Texto (**ST**)<sup>41</sup>; d) criação de Reagrupamento de Segmentos de Texto (**RST**).

Seguindo ainda de perto o tutorial de Silva (2019) para uso do *software Iramuteq*, bem como as recomendações de Camargo e Justo (2013, p. 2) para análise textual e os procedimentos adotados pela equipa do grupo de trabalho da classificação automática de textos, coordenado pelo meu orientador, realizei as seguintes análises sobre o *corpus* das entrevistas: a) Estatísticas Textuais Clássicas (com cálculo de frequências) b) descrição da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e análise do peso (% e frequências) de cada *cluster* (classe de palavras); c) Análise de similitude das palavras (seleccionando as palavras mais relevantes e com maior peso em cada *cluster* e no global do *corpus*); d) Nuvem de palavras parciais e totais (classe de palavras e no global do *corpus*); e) Descrição dos agrupamentos (classes) e extração do valor de qui-quadrado (*chi*<sup>2</sup> ou  $\chi^2$ ); f) Pesquisa de especificidades a partir de segmentação dos textos (análise factorial por correspondência múltipla e análise factorial confirmatória).

Sumariando, para o tratamento de dados recorri à análise de conteúdo “clássica”, complementando com a análise interpretativa da estrutura dos conteúdos e com análise quantitativa dos textos. O procedimento de CATA<sup>42</sup> ou CADAS<sup>43</sup>, segundo *Iramuteq*, teve em vista “superar” a mera descrição de extratos e ou a contabilização das frequências das categorias, explorando as regularidades do vocabulário específico dos entrevistados (Reinert, 1990; Álvarez-Gálvez, 2012; Silva, 2019) que veicula no *corpus* das entrevistas. Em todo o caso, é de relevar que o uso do *Iramuteq* foi apenas um meio e não o fim ou o resultado da análise de conteúdo (Silva, 2019), pois esta careceu de interpretação e contextualização, sem a qual não era possível alcançar a clarificação do “campo contextual” ou o espaço semântico específico das verbalizações dos entrevistados.

Para concluir este capítulo das opções metodológicas e procedimentos de recolha, tratamento e análise dos resultados, importa relevar ainda que os dados ou informações tratadas e analisadas no presente estudo foram primeiramente recolhidos na língua Tétum

<sup>40</sup> Unidades de Contexto Iniciais (UCI).

<sup>41</sup> ou Unidades de Contexto Elementar (UCE).

<sup>42</sup> CATA: Computer Aided Text Analysis

<sup>43</sup> CADAS: Computer -Aided Qualitative Data Analysis

e traduzidos posteriormente na língua portuguesa. Confesso que a língua portuguesa foi um grande obstáculo neste estudo, seja para o investigador (entrevistador), assim como para o entrevistado, na medida que este só domina o dialeto (a língua local) *Dadu'a*, que é a língua materna da maioria (96%) da população Suco Biqueli (*Sensus Fo Fila Fali* Suco Biqueli 2010), tal como referi anteriormente. Assim, para contornar o obstáculo não só da língua portuguesa, mas também do *tétum* e do dialeto local (*Dadu'a*), solicitei a ajuda ou intervenção de um amigo e membro da comunidade de Biqueli que dominava a língua *tétum* e o dialeto local (*Dadu'a*), assumindo o papel de assistência de pesquisa. Para além deste obstáculo da língua, assinalo ainda outros constrangimentos no decurso do trabalho de campo e que foram os seguintes: a) não me foi possível identificar nenhuma mulher para ser entrevistada como informante chave e ou principal fonte da informação deste estudo, não obstante que tenha sido possível no decurso da observação não participante, identificar e conhecer o tipo de participação e estilo de vida das mulheres em Biqueli; b) por limitação tempo dos entrevistados (a maioria informantes chave só tinham tempo na parte da tarde, porque trabalham todo o dia no campo), foi necessário realizar as entrevistas em várias fases, razão pela qual o trabalho de campo (*fieldwork*) teve que ser realizado em dois momentos. Para a transcrição das entrevistas, tive a ajuda de uma transcritora que dominava igualmente a língua *tétum* e o dialeto local (*Dadu'a*).

Tendo presente os constrangimentos na recolha da informação, nomeadamente pelo facto das entrevistas serem realizadas na língua *tétum* e no dialeto local, (*Dadu'a*) todo o processo de tratamento foi organizado segundo um conjunto de etapas a saber: a) em primeiro lugar, procedi à transcrição os dados entrevistados e depois, com ajuda dos colegas do curso e amigos portugueses, traduzi todas as informações (dados) em português; b) em segundo lugar, os dados entrevistados foram classificados por dimensões de pesquisa segundo os atores sociais (informantes chave) e categorizados segundo categorias principais e secundárias; c) em terceiro lugar, elaborei a análise estrutural de conteúdo e a construção das estruturas cruzadas; d) por último, reconstruí o *corpus* e submeti ao tratamento automático com *Iramuteq*.



### **3. Os Resultados do Estudo: Capital Social e Desenvolvimento Comunitário em Timor-Leste. Suco Biqueli em foco**



### 3. Os Resultados do Estudo: Capital Social e Desenvolvimento Comunitário em Timor-Leste. Suco Biqueli em foco

#### 3.1. Caracterização do Suco Biqueli

A investigação realizada tem como foco a comunidade de Suco Biqueli, que pertence ao Posto Administrativo de Atauro, do Município de Dili, de acordo com a organização administrativa de Timor-Leste.

Historicamente, a origem da toponímia de Biqueli vem da palavra Queli<sup>44</sup> que significa melancia (*pateka*), a qual se acrescentou a palavra Bi<sup>45</sup> que significa “apontar o lugar” (*hatudu fatin*). O termo Queli teve origem num problema do imposto do tempo colonial português. Naquela época, a governação portuguesa exigia às pessoas que atinxissem a idade para pagarem o imposto, a obrigatoriedade do pagamento do imposto ao Estado. Como naquela época, a maioria da população tinha muita dificuldade em obter dinheiro, mesmo sendo agricultor e ou produtor de melancia (*pateka*), e dado que a principal produção agrícola da comunidade Suco Biqueli era a melancia, a comunidade foi obrigada a pagar o imposto correspondente a 5 peças de fruta de melancia por indivíduo com idade de ser tributado, o que correspondia ao pagamento de 25 Patacas, ou seja, 170 Escudo por pessoa. Devido a esta situação, a comunidade Suco Biqueli investiu na produção melancia, aumentando quer a quantidade produzida quer o número de produtores de melancia, atingindo um número tão elevado, que a própria comunidade passou a designar o seu território de Suco Biqueli<sup>46</sup> (Perfil Suco Biqueli, 2014, p. 3).

De acordo com o Censo<sup>47</sup> da População de Timor-Leste (2015), os postos administrativos no município Dili são: Vera Cruz, Cristo Rei, Dom Aleixo, Nain Feto, Metinaro e Atauro. Existem em Atauro 5 Sucos e 18 Aldeias: Suco Beloi com 3 Aldeias (Adara, Maquer & Usubemaco); Biqueli com 4 Aldeias (Ilicnamo, Pala, Ilidua & Uaro-

---

<sup>44</sup> É o nome da “melancia” (*pateka*) na língua materna “*Dadu’a*” da comunidade Suco Biqueli

<sup>45</sup> Significa “apontar o lugar” (*hatudu fatin*) da língua materna “*Dadu’a*” da comunidade Suco Biqueli

<sup>46</sup> Recolha efetuada no trabalho de campo.

<sup>47</sup> RDTL – República Democrática de Timor-Leste. Direcção Geral de Estatística. Statistics de Timor-Leste. Census: Sensus Fo Fila Fali 2015 (Recenseamento Geral da População e Habitação 2015). Disponível em <http://www.statistics.gov.tl/pt/category/census-2/>

Ana); Macadade com 4 Aldeias (Anartuto, Berau, Bite & Ili-Timur); Maquili com 4 Aldeias (Fatulela, Macelihu, Maulaku & Mau-Meta); e, Maumeta com 3 Aldeias (Eclae, Ilinamu & Iitecaraquia).

Situado no extremo norte da pequena ilha de Atauro com 4 aldeias (Ilicnamo, Ilidua Douro, Pala, Uaro-Ana) e alguns alojamentos dispersos, não são fáceis os acessos terrestres aos aglomerados populacionais de Biqueli. Geograficamente, a parte Norte e Leste do Suco de Biqueli é delimitada pelo mar Lirang/Wetar, Indonésia, a parte Sul do Suco faz fronteira com o Suco de Beloi, e a parte Oeste tem uma linha de fronteira com Alor, Indonésia (Perfil Suco Biqueli, 2014, p. 5). Embora fazendo parte de um município cuja capital é Dili e que é simultaneamente a capital da RDTL, o acesso ao suco Biqueli depende das ligações de *ferry-boat* de Dili a Atauro (via estreito de Wetar), seguindo-se depois por via terrestre através da única estrada asfaltada de Beloi a Pala. A partir desta aldeia acede-se às aldeias e demais aglomerados populacionais por caminhos de “terra batida”. Existe uma pista antiga de aviação em Maumeta, que salvo melhor opinião, encontra-se desativada. A distância entre Suco Biqueli e posto administrativo Atauro é de 14 km e a distância à capital da RDTL e município Díli é de 52 km.

Ocupando cerca de 1/4 da área da ilha de Atauro, Biqueli apresenta semelhanças geológicas, hidrográficas e de flora com os restantes sucos da ilha de Atauro. De notar que a ilha de Atauro tem apenas 117 km<sup>2</sup>. Apesar de Biqueli ter cerca 36 km<sup>2</sup>, possui uma vasta zona costeira com várias áreas de corais e praias, assim como vales e terrenos íngremes, maioritariamente de origem calcária, sendo frequentes a ocorrência de deslizamentos de terra. O território possui poucas fontes de água potável, estando ocupado por uma densa floresta de eucaliptos. Em termos de clima, Biqueli apresenta características subtropicais com duas estações, sendo uma de chuva e outra de seca.

Não sendo possível confirmar a fidelidade dos dados da população entre o Censo de 2015 e a Monografia do Perfil do Suco de Biqueli (2014), mantivemos as duas fontes no presente estudo e que passamos a descrever em seguida.



Classificado no Censo de 2015 da RDTL como uma área rural, a população residente nas diferentes aldeias do suco é semelhante às restantes aldeias da ilha de Atauro<sup>48</sup>, com muitos jovens e poucos idosos. De acordo com os dados do Censo 2015 da RDTL, a população da comunidade de Biqueli é de 2.076 habitantes, sendo 1.052 homens (50,67%) e 1.024 mulheres (49,33%), repartidos por 418 agregados familiares (Tabela 9).

Tabela 9: Total População do Posto Administrativo Atauro, segundo Suco, Família e Sexo

Suco	Família (n e %)	Masculino	Feminino	Total	%
Beloi	325 (19%)	829	849	1.678	18%
Biqueli	418 (23%)	1.052	1.024	2.076	22%
Macadade	343 (20%)	803	829	1.632	17%
Maquili	361 (21%)	1.028	1.034	2.062	22%
Maumeta	301 (17%)	957	869	1.826	21%
<b>Total</b>	<b>1.748 (100%)</b>	<b>4.669</b>	<b>4.605</b>	<b>9.274</b>	<b>100%</b>

Fonte: Compilado pelo autor, baseado no Censo (2015)

Todavia, segundo a Monografia do Suco de Biqueli (2016) verificamos uma certa disparidade nos dados sobre este território face ao Censo 2015. De acordo com a monografia local, em 2014, Biqueli possuía uma população de 2.453 habitantes, sendo 1.244 homens e 1.209 mulheres. Em termos de agregados familiares, residiam no Suco Biqueli um total de 589 famílias, repartidas em 4 aldeias: Pala, Ilicnamo, Uaruana e Ilidua. Eram 245 (42%) as unidades familiares que residiam na Aldeia Pala, localidade como o maior número de famílias, e sendo a localidade da Aldeia Ilidua a que tinha o menor número de unidades familiares (14%). Nas restantes aldeias, residiam em cada uma delas 21% das unidades familiares (Tabela 10).

Os referidos dados do Censo 2015 revelam uma média de 5 elementos por agregado familiar nas 4 aldeias do suco. É de salientar que os Sucos Biqueli (22%) e Maquili (22%) os territórios com o maior número da população do Posto Administrativo de Atauro. De notar que a população do município de Dili é de 277.279 habitantes e que a população global de Timor-Leste é pouco mais de um milhão de habitantes (1.183.643 hab),

<sup>48</sup> Não existem dados concretos sobre a densidade populacional por suco e aldeias, embora se possa estimar que os valores estimados sejam em média de 79,26 habitantes/ km<sup>2</sup>.

pelo que a população de Biqueli representa, em termos globais, cerca de 0,75% da população do município e um valor de cerca de 0,18% da RDTL. É ainda de referir que, em termos de agregados familiares, residem no Posto Administrativo Ataúro um total de 1.748 famílias, repartidas em 5 Sucos (Beloi, Biqueli, Macadade, Maquili e Maumeta), sendo 414 (23%) o maior número de familiares residentes num suco e todos pertencentes ao Suco de Biqueli.

Tabela 10: Total População do Suco Biqueli, segundo Aldeia, Família e Sexo

Aldeia	Família (n e %)	Masculino	Feminino	Total	%
Ilicnamo	123 (21%)	263	269	532	22%
Pala	245 (42%)	527	487	1.014	41%
Ilidua	97 (16%)	173	182	355	14%
Uaro-Ana	124 (21%)	281	271	552	23%
<b>Total</b>	<b>589 (100%)</b>	<b>1.244</b>	<b>1.209</b>	<b>2.453</b>	<b>100%</b>

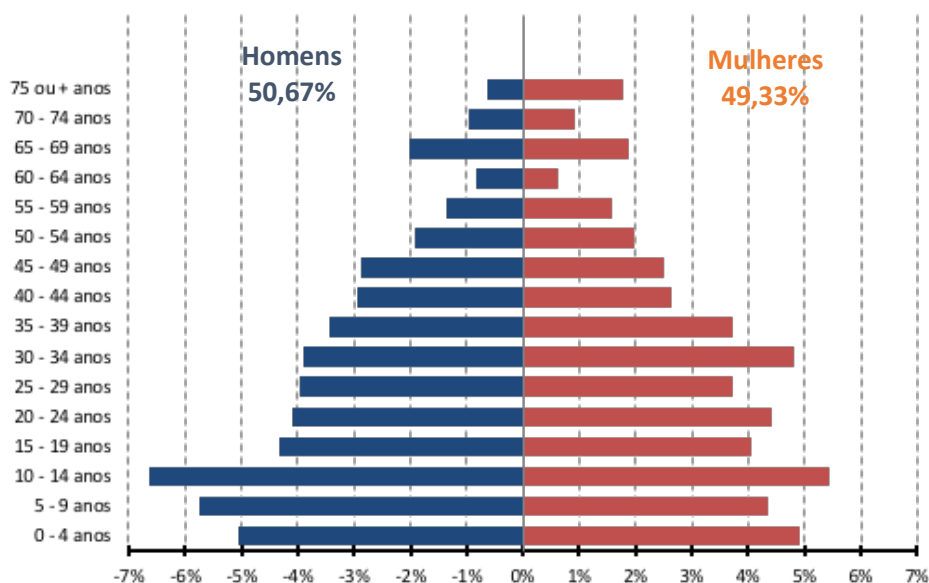
Fonte: Compilado pelo autor, baseado no Perfil Suco Biqueli, 2014

De acordo com o relatório *Perspektiva Komunitade kona ba Dezenvolimentu Komunitariu iha Suco Biqueli*, realizado em 2012 por um grupo de investigadores da UNTL, a maioria da comunidade afirma que é “cristãos protestantes” (99%). Os dados deste relatório indicam ainda um elevado número de pastores (*Maromak Atan*) ou sacerdotes da igreja Cristão Protestante que trabalha no posto administrativo de Ataúro em geral e na comunidade Suco Biqueli em particular. Dos 52 pastores (sacerdotes) ou *Maromak Atan* que trabalham no posto administrativo Ataúro, 25 encontram-se a trabalhar em Suco Biqueli.

De uma forma geral, à semelhança de outros territórios rurais, a pirâmide etária do suco Biquele apresenta um grande peso populacional na base, predominando crianças, adolescentes e jovens. De relevar que a população masculina é mais expressiva nos grupos etários 0 a 4 anos, 5 a 9 anos, 10 a 14 anos, 15 a 19 anos, 25 a 29 anos, 40 a 44 anos, 45 a 49 anos, 60 a 64 anos, 65 a 69 anos, 70 a 74 anos. Por conseguinte, existe uma maior feminização nos grupos etários 20 a 24 anos, 30 a 34 anos, 35 a 39 anos, 50 a 54 anos, 55 a 59 anos e 75 ou mais anos (Figura 5).

Por conseguinte, a composição da comunidade Suco Biqueli segundo a idade é formada por um grupo em idade ativa (produtiva) com um total 1.361 pessoas (57,68%), seguindo os jovens e crianças com 799 pessoas (33,85%), sendo 200 as pessoas idosas (8,47%) (Tabela 11).

Figura 5: Pirâmide Etária do Suco Biqueli



Fonte: elaboração própria; Censos 2015, RDTL.

Tabela 11: Total População do Suco Biqueli segundo Grupos Etários e Sexo

Grupos Etários	Masculino	Feminino	Total	%
0-16	425	374	799	33,85%
17-59	748	613	1361	57,68%
60+	103	97	200	8,47%
<b>Total</b>	<b>1.276</b>	<b>1.084</b>	<b>2.360</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Compilado pelo autor, baseado na Monografia Suco Biqueli, 2014

De acordo com o Censo de 2015, o índice de dependência dos idosos em Biqueli situa-se na ordem dos 13,72. Quanto ao valor do índice de dependência de jovens, verifica-se um valor na ordem dos 53,83. Em relação ao índice do envelhecimento, encontramos um valor na ordem dos 25,49. O valor do índice de juventude de Biqueli é de 392,35. Por conseguinte, tendo em consideração estes índices e outros dados censitários de Timor-Leste, somos a considerar que Biqueli apresenta uma pirâmide etária do tipo crescente, onde se verifica uma grande proporção de jovens certamente decorrente de uma elevada taxa de natalidade e poucos idosos, situação que revela não só uma pequena esperança média de vida numa população tipicamente jovem e em crescimento, mas sim uma estrutura etária característica dos países em vias de desenvolvimento. Esta situação está em linha com a realidade de Timor-Leste cuja pirâmide etária é semelhante.

É de relevar que a população timorense apresenta um índice de desenvolvimento humano (IDH)<sup>49</sup> entre 2016 e 2017 é de 0,625, situando-se assim no 132.º lugar, ou seja, um dos países mais pobres do mundo.

De acordo com o IDH de 2018 do PNUD, Timor-Leste apresenta uma esperança média de vida de 69,2 anos, sendo 71,1 anos nas mulheres e 67,4 anos nos homens. É de assinalar uma taxa de mortalidade feminina na ordem dos 122 por mil habitantes, sendo a masculina de 172 por mil habitantes. A taxa de mortalidade infantil é de 42,4 por mil nados vivos. A percentagem de crianças com menos de 5 anos em estado de subnutrição atinge 50,2%. Ainda segundo PNUD, Timor-Leste apresenta uma incidência da tuberculose de 498 por cem mil habitantes, sendo o risco da incidência da malária na ordem dos 0,9 por mil habitantes. Neste território, o saneamento básico não está ainda acessível para a maioria da população, estando apenas disponível para 44%. O mesmo no que diz respeito à eletricidade, em 2016 apenas 49,2% da população de áreas rurais tem acesso a eletricidade nas suas habitações. Não obstante este facto, os dados do PNUD revelam que 70,2% da população tem acesso à água potável e tratada.

No plano da educação, de uma forma geral subsiste em Timor-Leste uma elevada presença do analfabetismo no seio da população, particularmente no mundo rural. De

---

<sup>49</sup> Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD): índice de desenvolvimento humano (IDH) de Timor-Leste. Disponível em <http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/TLS>

acordo com os dados do PNUD, a taxa de literacia dos adultos é apenas 58,3%, apresentando uma média de anos de escolaridade de 4,5 anos, sendo 3,6 anos nas mulheres e 5,3 anos nos homens. No caso concreto de Biqueli, o Censo de 2015 revela que 88,8% dos adultos (mais de 5 anos) encontram-se em processos de alfabetização, sendo 94,6% nos jovens de 15 a 24 anos. De notar que 82,4% das crianças e adolescentes do suco, dos 6 aos 14 anos, encontram-se matriculados no ensino básico.

Em termos de situação perante a educação, os dados do Censo 2015 revelam que em Timor-Leste cerca de 316.351 (29,0%) habitantes deixarem a frequência escolar, 315.418 (28,9%) habitantes nunca frequentarem as escolas e 114 704 (35,7%) habitantes deixarem as suas escolas. Os mesmos dados revelam ainda que 315 418 (28,9%) habitantes nunca frequentarem as suas escolas nas áreas urbanas, 201 647 (26,2%) habitantes deixarem as escolas rurais e 266.043 (34,6%) habitantes nunca frequentaram as escolas nas áreas rurais (Tabela 12).

Tabela 12: Estado da Educação da Comunidade no Posto Administrativo Atauro, Dili

Município, Posto Administrativo e Sexo	Total	Situação perante a atividade da educação da comunidade		
		Na Escola (%)	Deixou a Escola (%)	Nunca Frequentou a Escola (%)
<b>Timor-Leste</b>	<b>1 089 672</b>	<b>442 290 (40,6%)</b>	<b>316 351 (29,0%)</b>	<b>315 418 (28,9%)</b>
<b>Urbano</b>	<b>321 213</b>	<b>153 240 (47,7%)</b>	<b>114 704 (35,7%)</b>	<b>315 418 (28,9%)</b>
<i>Homens</i>	164 986	79 308(48,1%)	60.700 (36,8%)	23 023 (14,0%)
<i>Mulheres</i>	156 231	73 932(47,3%)	54.004 (34,6%)	26 352 (16,9%)
<b>(Rural)</b>	<b>768 459</b>	<b>289 050 (37,6%)</b>	<b>201 647 (26,2%)</b>	<b>266 043 (34,6%)</b>
<i>Homens</i>	387 271	151 160 (39,0%)	109 236 (28,2%)	121 048 (31,3%)
<i>Mulheres</i>	381 188	137 890 (36,2%)	92 411 (24,2%)	144 995 (38,0%).
<b>Dili</b>	<b>254 876</b>	<b>120 903 (47,4%)</b>	<b>92 909 (36,5%)</b>	<b>37 942 (14,9%)</b>
<i>Homens</i>	131 984	63 128 (47,8%)	49 396 (37,4%),	17 869 (13,5%)
<i>Mulheres</i>	122 892	57 775 (47,0%)	43 513 (35,4%)	20 073 (16,3%)
<b>Atauro</b>	<b>8 647</b>	<b>3 686 (42,6%)</b>	<b>2 888 (33,4%)</b>	<b>1 995 (23,1%)</b>
<i>Homens</i>	4 348	2 009 (46,2%)	1 548 (35,6%)	744 (17,1%)
<i>Mulheres</i>	4 299	1 677 (39,0%)	1 340 (31,2%)	1 251 (29,1%)

Fonte: Censo da População de Timor-Leste, 2015

Em termos do Município Dili, os dados revelam que 92.909 (36,5%) e 37.942 (14,9%) habitantes deixaram e nunca frequentaram escolas. Quanto ao Posto Administrativo de Ataúro existem cerca de 2.888 (33,4%) e 1.995 (23,1%) dos 8.647 habitantes de Ataúro que deixaram e nunca frequentarem as suas escolas (Tabela 12).

Dados disponíveis pela Monografia do Perfil do Suco Biqueli (2014) indicam que a maioria (73,39 %) da população não possui qualquer nível de escolaridade. Apenas 14% da população terminaram os seus estudos no nível do ensino primário, sendo de 6,14% o pré-secundário, 5,17% o nível secundário e apenas 0,38% possui o bacharelato (Tabela 13). Esses números revelam que a educação é um problema crucial no Suco e que certamente interfere com para o desenvolvimento da comunidade, pelo que, salvo melhor opinião, deve ser considerado como uma das necessidades imediatas a incluir no processo de desenvolvimento comunitário.

Tabela 13: Total da População do Suco Biqueli segundo Nível de Escolaridade e Sexo

<b>Nível de Escolaridade</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Sem Escolar	910	822	1.732	73,39%
Ensino Primário	177	175	352	14,92%
Pré-Secundário	73	72	145	6,14%
Ensino Secundário	59	63	122	5,17%
Bacharelato	8	1	9	0,38%
<b>Total</b>	<b>1.227</b>	<b>1.133</b>	<b>2.360</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Compilado pelo autor, baseada na Monografia e Perfil Suco Biqueli, 2014

Para o desenvolvimento educação da comunidade em geral e a educação para os jovens do Suco em particular, existe além do programa escolar do ensino recorrente para os adultos analfabetos, 4 escolas infantis (uma escola infantil em cada aldeia), uma escola do ensino básico e duas escolas filiais (Perfil Suco Biqueli, 2014, p. 7).

Figura 6: Escola Infantil e sua atividade de aprendizagem na Aldeia Ilicnamo, Suco Biqueli



Fonte: Fotografias de Eliseu Amaral

No que concerne à saúde comunitária (serviços de saúde pública da comunidade) na comunidade Suco Biqueli, existe um posto de saúde com um médico, uma parteira, um técnico da doença da malária e 6 voluntárias que desempenham a função de pessoal de saúde familiar (PSF) (Perfil Suco Biqueli, 2014, p. 6). Segundo perfil do Suco Biqueli 2014, nos últimos 4 anos, verificou-se um total 140 mulheres grávidas ou parturientes, em que 17 (12 %) bebês nasceram (parto com nado vivo) no posto (clínico) de saúde da comunidade Suco Biqueli, e os restantes 123 (88%) mulheres grávidas tiveram o parto nas suas casas (Perfil Suco Biqueli, 2014, p. 6). Este elevado número de partos em casa pode ser justificado pelo facto da “consciência” da comunidade para utilizar o posto de saúde e assistência da profissional de saúde estar ainda longe da expectativa do uso dos serviços públicos, estimada em 60% em 2015 (Sensus Fo Fila Fali Suco Biqueli, 2010, p. 19), ou por razões de dificuldade de acesso (estrada) da residência das parturientes ao posto de saúde.

No domínio dos indicadores da pobreza, os indicadores do PNUD revelam que Timor-Leste apresenta 23,1% dos trabalhadores com um rendimento de 3,1 dólares ou menos por dia. A população que vive abaixo da linha da pobreza, ou seja, de 1,9 dólares por dia é de 30,3%, atingindo fortemente a população do mundo rural. No caso concreto de Biqueli, o Censo de 2015 revela que 81,1% da população encontram na linha da pobreza ou abaixo dela, nos termos dos indicadores internacionais (1,9 dólares por dia). Os

dados oficiais do Governo da RDTL apresentam uma elevada a percentagem da população pobre a viver com um rendimento abaixo da linha da pobreza (cerca de \$ 0,55 US dólares per capita por dia), sendo 46 % nas áreas rurais e 26 % áreas urbanas<sup>50</sup>. Acrescenta ainda o recente relatório da UNDP que 45,8% da população vive num quadro multidimensional de pobreza, com elevados níveis de privações em termos de saúde, educação e os limiares dos padrões de vida condigna (habitação, água potável, emprego, etc.).

Segundo o relatório *Participatory Poverty Assessment Team*, realizado em 2007 por um grupo de investigadores da UNTL, mais de 30 Sucos foram identificados como os mais pobres em Timor-Leste. Embora os dados se reportem a 2000/2001 e a 2001/2002, a informação disponível oferece uma ideia de que, no período em causa, Biqueli era um dos municípios com elevados índices de pobreza. No mesmo relatório, os autores apontam uma relação estreita entre os três principais indicadores da pobreza das comunidades dos sucos e a falta de estrada, de eletricidade e de água potável canalizada. De acordo com o mesmo relatório a maioria da comunidade afirmam que são “cristãos protestantes”.

De acordo com *Asian Development Bank* (ADB), os sucos com padrões de vida mais elevados encontram-se principalmente nas áreas urbanas e estão concentrados em Díli, contrapondo com a situação dos Sucos com os padrões mais baixo que são normalmente encontrados nas áreas mais remotas e menos povoadas (ADB, 2013). De salientar que ADB (2013, p. v) no seu relatório *District Maps of Living Standards by Suco, the Timor-Leste National Statistics Directorate* (2010), considera que os padrões de vida são avaliados através da posse de determinados bens, admitindo com os principais padrões de vida o seguinte: qualidade da habitação, posse de propriedade de bens duráveis domésticos, tais como carros, telemóveis ou rádios, e a posse de propriedade de gado (*livestock*). Considera ainda esta entidade que os padrões de vida são mais altos onde existe uma melhor moradia e uma maior posse de bens duráveis domésticos. Ainda de acordo com a ADB (2013), existe uma forte relação entre os padrões de vida e a prestação serviços públicos básicos. Admite a ADB que os Sucos com os padrões de vida mais elevados têm maiores facilidades de acesso aos serviços públicos básicos, tais como o serviço de

---

<sup>50</sup> <http://hdr.undp.org/en> Acesso em 6/9/2019; [https://tet.wikipedia.org/wiki/Tim%C3%B3r\\_Lorosa'e](https://tet.wikipedia.org/wiki/Tim%C3%B3r_Lorosa'e), Acesso em 4 de outubro, 2015



saúde, a educação e outros serviços públicos essenciais, contrapondo os Sucos onde os padrões de vida mais baixos que têm um menor acesso ao ensino secundário, aos principais serviços de saúde, à eletricidade, água canalizada e o saneamento básico. É pela verificação destes contrastes que a ADB (2013) afirma que para a consecução de um desenvolvimento justo e inclusivo se exige uma atenção extra aos sucos com padrões de vida mais baixos para que seja possível reduzir a brecha que tais comunidades enfrentam no acesso à educação, saúde e serviços de infraestrutura.

Tabela 14: Sucos mais pobres em Timor-Leste em 2000/2001

<b>Municípios</b>	<b>Sucos</b>	<b>Total</b>
Dili-Atauro	Maumeta, Maquili e <b>Biqueli</b>	3
Aileu	Fahiria, Saburia e Sloimalere	3
Liquiça	Maumeta, Metagou, Motaulun	3
Baucau	Waitame, Guruça e Macalaco	3
Lautem	Luro e Cotamutu	2
Ermera	Hatugau, Batumau, Lacao, Mertuto	4
Oe-Cusse	Bene-Ufe, Lela-Ufe, Usitaco	3
Ainaro-Maubisse	Manelobas, Fatubesi	2
Manufahi	Aitemoa, Orana	2
Viqueque	Irabin Huoli, Irabin Letarea, Irabin Matahoi, Bibileo	4
Bobonaro	Atudara	1
Covalima	?	
<b>Total</b>		<b>30</b>

Fonte: Documento do *Team of Participatory Poverty Assessment*, CNIC, UNTL, 2007.

De acordo com ADB (2013), 11 dos 13 municípios de Timor-Leste há Sucos apresentam sinais de padrões de vida mais baixo. São nos municípios de Baucau (24) e de Viqueque (17) onde se encontram os sucos com padrões de vida mais baixo. Ainda segundo ADB, apenas os municípios de Díli e Liquiça se encontram “livres” da zona vermelha dos padrões de vida mais baixo em Timor-Leste, sendo, por conseguinte, considerados com os únicos dois municípios com padrões de vida mais elevados em termos de habitação, infraestrutura básica (estrada, eletricidade e água potável) e acesso aos serviços públicos essenciais (saúde e educação) (Tabela 15).

Tabela 15: Padrões de Vida mais baixo (*Lowest Living Standard*) segundo Sucos em Timor-Leste

Municípios	Sucos	Total
Dili	-	-
Aileu	Liurai, Faturilau	2
Baucau	Samalari, Saelari, Libagua, Sagadati, Atelari, Lavateri, Defa-Uassi, Uacala, Alaua Leten, Abafala, Haeconi, Afaloicai, Macalaco, Bualale, Laisorolai de Baixo, Laisorolai de Cima, Ossoala, Uaigae, Uaiolo	24
Lautem	Cacavem, Wairoce, Cotamutu, Baricafa, Lacawa, Fuat, Cainliu, Tirilolo, Iliomar II	9
Ermera	Leimea Sorinbalu, Leimea Craic, Leimea Leten	3
Oe-Cusse	Suni-Ufe, Usi-Taco, Lela-Ufe, Bene-Ufe, Taiboco, Usi-Tacae, Usi-Taqueno, Malelat, Abani	9
Ainaro	Maulau	1
Manufahi	Fatucalo, Bubususo, Fahinehan, Aituha	4
Viqueque	Afaloicai, Bahatata, Loi Ulu, Irabin de Cima, Afaloicai, Nahareca, Uabubo, Liaruca, Builale, Bibileo, Uaimori, Luca, Maluro, Laline, Dilor, Ahic, Uma Tolu	17
Covalima	Dato Rua, Dato Tolu, Nanu, Foholulic	4
Bobonaro	Dau Udo, Gueni Lai, Saburai, Lour, Leolima	5
Manatuto	Cairui, Sananaín, Funar, Fatumaquerec, Manelima, Fatumaquerec, Hohorai, Uma Naruc	8
Liquiça	-	-
<b>Total</b>		<b>86</b>

Fonte: ADB (2013, pp. 16-28).

Tendo em atenção os indicadores do PNUD, os dados dos Censos 2015 e outros relatórios oficiais descritos acima, a comunidade Suco Biqueli vive no limiar da pobreza e exclusão, afetando de forma “significativa” as condições de vida dos núcleos familiares e certos grupos desfavorecidos (crianças órfãs, viúvas e mulheres). “Estes grupos dependem particularmente da cooperação de outros. A identificação de grupos desfavorecidos é o primeiro passo a dar para o desenvolvimento de estratégias de apoio” (CEsA, 2003, p. 96)<sup>51</sup>.

É precisamente pela necessidade de delinear novas estratégias para prevenir e combater a pobreza, a marginalização, a desigualdade e a desintegração social, situações já verificadas em diversos estudos sobre a realidade timorense após a independência que importa refletirmos sobre as lógicas das necessidades de desenvolvimento comunitário.

<sup>51</sup> Ver relatório do Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento (CEsA): Timor-Leste. A Pobreza numa nova Nação: análise para acção. Maio de 2003. Disponível em <https://cesa.rc.iseg.ulisboa.pt/analise%20pobreza.pdf>

Assim sendo, para entender o desenvolvimento comunitário e o capital social na comunidade Suco Biqueli, importa olharmos agora com um pouco mais de pormenor a condição social e económica das comunidades das 4 aldeias de Biqueli para melhor compreender as razões ou opções dos atores sociais (comunidades, lideranças comunitárias e instituições relevantes) no que diz respeito às suas necessidades, e as lógicas da ação coletiva que engendram para dinamizar as diferentes intervenções para a melhoria das suas condições de vida no processo de desenvolvimento comunitário do suco.

### 3.1.1. A Condição Sócio-Económica da Comunidade Suco Biqueli

Fazendo parte de uma ilha essencialmente rural, sem indústrias nem serviços relevantes, o número de empregos remunerados em Biqueli é reduzido. De acordo com o censo da população 2015 da RDTL, a maioria dos empregos no mundo rural está relacionada com os organismos estatais, empresas privadas de comércio e serviços, pequenas e microempresas familiares agrícolas, organizações não governamentais ou sem fins lucrativos, outras microempresas em nome individual (trabalhadores por conta própria: agricultores e outros).

No caso concreto de Biqueli, os registos oficiais indicam que existem 1.660 indivíduos em idade ativa<sup>52</sup>, dos quais 65,84% encontram-se empregados e 0,24% na situação de desempregado, sendo 33,92% os indivíduos economicamente inativos. Os censos 2015 revelam ainda que 74,4% dos homens encontram-se empregados contra 57,33% de mulheres empregadas, não existindo homens na situação de desemprego. A taxa de desemprego nas mulheres é apenas de 0,48%. Com respeito aos indivíduos economicamente inativos, predominam nesta categoria as mulheres com 42,19%, sendo apenas de 25,60% nos homens (Tabela 16).

---

<sup>52</sup> São apresentados nos censos 2015 da RDTL uma população ativa com 15 a 64 anos, existindo franjas de registos com 10 ou mais anos.

Tabela 16: População empregada e desempregada no Suco Biqueli

<i>Município, Posto Administrativo, Suco e Sexo</i>	Total	Situação perante a atividade económica		
		<b>Empregado</b>	<b>Desempregado</b>	<b>Economicamente Inactivo</b>
<b><i>Timor-Leste</i></b>	<b>873 562</b>	<b>44,52</b>	<b>2,34</b>	<b>53,14</b>
<i>Homens</i>	440 803	51,81	2,95	45,24
<i>Mulheres</i>	432 759	37,10	1,71	61,19
<b><i>Dili</i></b>	<b>211 574</b>	<b>35,01</b>	<b>4,16</b>	<b>60,82</b>
<i>Homens</i>	109 509	42,74	5,03	52,23
<i>Mulheres</i>	102 065	26,72	3,24	70,04
<b><i>Atauro</i></b>	<b>6 994</b>	<b>53,67</b>	<b>0,76</b>	<b>45,57</b>
<i>Homens</i>	3 484	59,13	0,60	40,27
<i>Mulheres</i>	3 510	48,26	0,91	50,83
<b><i>Biqueli</i></b>	<b>1 660</b>	<b>65,84</b>	<b>0,24</b>	<b>33,92</b>
<i>Homens</i>	828	74,40	-	25,60
<i>Mulheres</i>	832	57,33	0,48	42,19

Fonte: Censo da População 2015 RDTL

Os dados disponíveis das fontes oficiais de 2014 revelam que as principais ocupações profissionais da população de Biqueli são os pescadores e os agricultores, sendo a maioria do sexo masculino, representando no seu conjunto a maioria das atividades económicas e profissionais da comunidade. De relevar que, embora sendo uma comunidade tipicamente rural e piscatória, existem muitos jovens em idade escolar, pelo que não é de admirar o registo dum elevado número de indivíduos assinalados como estudantes (598) na ocupação e que representam 28,8% da população do suco (Tabela 17)<sup>53</sup>.

Olhando com um pouco mais de pormenor os dados ocupacionais da Tabela 17, assinalamos que 593 pessoas (28,0%) afirmam ter a ocupação de pescador, seguindo a dos estudantes, com 598 pessoas (28,8%), a de agricultor com total de 460 pessoas (22,2%), a de pecuária com 248 pessoas (14%), e por último, 145 pessoas com outras ocupações que não ultrapassam os 7%. Embora 50,2% da comunidade seja composta por

<sup>53</sup> Uma síntese da análise da tabela de ocupações foi apresentada em comunicação oral em dois eventos referidos na nota de rodapé 12.

pescadores (28,6%) e agricultores (22,2%), é de notar que a atividade de pescador é essencialmente masculina (40,2%). As oportunidades ocupacionais das mulheres são escasas, desempenhando a maioria a sua atividade na agricultura (34,9%).

Tabela 17: Característica da População segundo a Ocupação e o Género no Suco Biqueli

Tipos de ocupação	Género				Total	
	Masculino		Feminino		Nº.	%
	Nº.	%	Nº.	%		
<i>Funcionário Público</i>	26	1,8	4	0,6	30	1,4
<i>Funcionário Contratado</i>	10	0,7	11	1,7	21	1,0
<i>PNTL/F-FDTL</i>	8	0,6	4	0,6	12	0,6
<i>Voluntario Governo/ONG</i>	5	0,3	3	0,5	8	0,4
<b><i>Pescador</i></b>	<b>580</b>	<b>40,2</b>	<b>13</b>	<b>2,1</b>	<b>593</b>	<b>28,6</b>
<b><i>Agricultor</i></b>	<b>240</b>	<b>16,6</b>	<b>220</b>	<b>34,9</b>	<b>460</b>	<b>22,2</b>
<i>Veterinária</i>	230	15,9	18	2,9	248	12,0
<b><i>Estudantes</i></b>	<b>301</b>	<b>20,8</b>	<b>297</b>	<b>47,1</b>	<b>598</b>	<b>28,8</b>
<i>Negociantes e outros</i>	44	3,0	60	9,5	104	5,0
<b>Total</b>	<b>1.444</b>	<b>100,0</b>	<b>630</b>	<b>100,0</b>	<b>2.074</b>	<b>100,0</b>

Nota: Veterinária=Pecuária; Fonte: Perfil Suco Biqueli (2014 cfr. Costa, Z & Silva, C, 2018, p. 133)

Os dados descritos acima remete-nos à consideração que a agricultura e a pesca predominam como as principais atividades económicas do suco Biqueli. Essas principais fontes de rendimento da comunidade Suco Biqueli encontram descritas na Tabelas 18 e 19.

No que concerne à agricultura, as duas principais fontes de rendimento da comunidade de Biqueli são a pecuária e a produção de alimentos, tanto sazonais (milho, mandioca, abóbora, legumes, tubérculos, outros produtos hortícolas) como perenes (coco, amêndoa, laranjas, goiaba, etc), cultivadas ou produzidas pelas famílias. De notar que a maioria da comunidade Suco Biqueli possui propriedade agrícola, embora possam exercer outras atividades profissionais. Para os que exercem apenas a atividade agrícola, os seus modos de vida e rendimentos dependem naturalmente do que extraem ou produzem nas terras agrícolas.

De acordo com os censos 2015, a atividade pecuária (*livestock*) da comunidade Suco Biqueli apresenta um total de 5.382 efetivos, sendo os de maior número o frango,

porco e cabra. A vaca, ovelha e o búfalo são bastantes reduzidos. É ainda de salientar que 412 (39%) chefes de família dedicam à criação do frango, representando um stock pecuário de 1.584 (30%). De notar que cada chefe de família tem em média 4 *livestock* de frango. Um segundo produto pecuário da comunidade de Biqueli é o porco. Os registos oficiais revelam que 397 (38%) chefes de família dedicam à criação do porco, o que representam 1.641 porcos, ou melhor 30% do total de efetivos pecuários do suco. Em termos médios, cada chefe de família possui um *livestock* de 4 porcos. Quanto à cabra, sabe-se que apenas 229 (23%) chefes de família têm a cabra nos seus efetivos pecuários e que traduzem num total de 2.036 (38%), com uma média de 9 cabras por família (Tabela 18).

Tabela 18: Tipos e Total de gado (*livestock*) segundo Chefe de Família em Suco Biqueli

Total de Gado ( <i>livestock</i> )	Chefe da Família	Percentagem (%)	Total de pecuária ( <i>livestock</i> )	Percentagem (%)	Ratio propriedade pecuária ( <i>livestock</i> )
Frango	412	39,00	1.584	30,00	4
Porco	397	38,00	1.641	30,00	4
Ovelhas	1	0	5	0	5
Cabras	229	23,00	2.036	38,00	9
Vacas	1	0	2	0	2
Búfalos	8	2,0	114	2,0	14
<b>Total</b>	<b>1.048</b>	<b>(100%)</b>	<b>5.382</b>	<b>(100%)</b>	

Fonte: Direção Estatística Nacional (DNE) & UNFPA, 2015. Censo População de Timor-Leste, 2015

Além dos recursos pecuários da comunidade, a outra fonte de rendimento da comunidade Suco Biqueli diz respeito aos tipos de culturas alimentares produzidas pelos agricultores locais como os principais meios de subsistência. As maiores produções alimentares da comunidade Suco Biqueli são: milho, mandioca e frutas (banana e melancia, coco, laranja, etc.). A produção do milho e da mandioca, representando cada um 15% da atividade produtiva, é respetivamente assegurada por 409 chefe de família e 393 chefe de família (Tabela 19). Ainda de acordo com o descrito na Tabela 19, as frutas “temporárias” como a banana e a melancia representam igualmente 15% da produção, envolvendo 400 chefes de família. Com igual percentagem, encontramos respetivamente a produção do coco e das frutas permanentes como fruta pão e laranja. No caso do coco, temos 403

produtores e nas frutas permanentes, temos 407 chefes de família que dedicam à sua produção.

Sistematizando, os registos oficiais dos censos 2015 revelam que 45% dos agricultores produzem frutas e 25% de chefe da família que têm ou (produzirem) outros tipos de alimentares e frutas (Tabela 19) para a sobrevivência da comunidade no local do estudo (comunidade Suco Biqueli).

Tabela 19: Tipos de Culturas Alimentares segundo Chefe de Família em Suco Biqueli

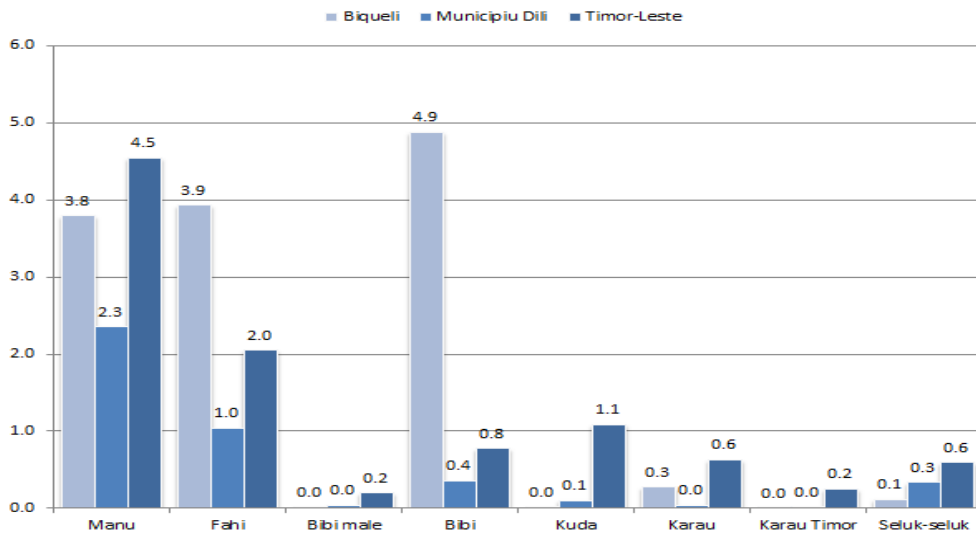
Tipos de Culturas	Chefe da Família	Percentagem (%)
Arroz	11	(0)
Milho	409	(15,00)
Mandioca	393	(15,00)
Legumes	20	(0,01)
Batata-doce	185	(0,2)
Frutas temporária (banana, melancia)	400	(15,00)
Café	21	(0,01)
Coco	403	(15,00)
Frutas permanente (fruta pão, laranja, etc.,)	407	(15,00)
Árvores de Madeira	86	(0,03)
Outras	74	(0,03)
<b>Total</b>	<b>2.701</b>	<b>(100%)</b>

Fonte: Direção Estatística Nacional (DNE) & UNFPA, 2015. Censo População de Timor-Leste, 2015

Tendo em consideração o descrito acima, a posse de propriedade ou de um certo número de *livestock* e ou a posse de terreno agrícola para produção dos tipos de culturas alimentares da comunidade são determinantes para definir a condição económica da comunidade. Por outras palavras, podemos dizer que tal situação pode ser “medido” pela capacidade na criação de gado (nº. de *livestock*) e na produção (tipos de culturas alimentares) da comunidade, aspetos que são determinantes para medir o seu padrão de vida. De facto, segundo ADB, um dos indicadores do padrão de vida das pessoas (comunidades) no nível dum Suco é determinado pelo número total de gado (*livestock*) da própria comunidade (ADB, 2013). Se a maioria da população ou comunidade rural possui capacidade para criar um elevado número de *livestock* (gado), então a comunidade possui um elevado de padrão de vida. Ao analisar comparativamente a posse do número de *livestock* pela comunidade Suco Biqueli com as restantes comunidades do município de Dili e a situação

em Timor-Leste, não podemos dizer que comunidade Biqueli tenha um alto de padrão de vida na medida em que o rácio do número de cabeças de gado por produtor não é tão elevado como se pode verificar no gráfico seguinte.

Figura 7: Racio de *livestock* no Suco Biqueli



Fonte: Censo População de Timor-Leste, 2015

Por aquilo que nos foi dado a conhecer no trabalho de campo, as condições sócio-económicas da comunidade de Suco Biqueli apresentam características dum mundo rural dum país em vias de desenvolvimento. No posto administrativo Ataúro, em geral, e do Suco Biqueli, em particular, existem duas principais fontes de rendimento para a comunidade, intimamente relacionadas com os setores agrícola e da pesca. Contudo, importa relevar que ser agricultor e ou pescador em Biqueli resulta quase sempre de uma tradição geracional dentro dos núcleos familiares, onde são evidentes diversas práticas de trabalho em conjunto ou trabalho em equipa e de cooperação mútua. Do que nos é ainda dado a observar, ser agricultor e ou pescador em Biqueli possui uma certa posição ou *status* social e de prestígio, isto porque quem tem “propriedades” é quem pode mediar as trocas simbólicas a nível local (liderança e poder).

Importa ainda salientar que, tal situação da praxis agrícola e piscatória não se resume a uma mera questão de “herança familiar” de posse de bens e propriedades, tal como nos transmitiram os entrevistados. A título ilustrativo podemos dizer que o desempenho



da atividade não requer de muitos requisitos, mas sim da posse de meios artesanais (ferramentas de trabalho “improvisadas”), tais como, por exemplo, facões, pés-de-cabra e enxadas para agricultores, e anzóis, redes, arrastões e pequenas canoas para os pescadores. Naturalmente que tais atividades produtivas dependem muito dos “ciclos” da natureza, ou melhor, das estações do ano. Por exemplo, a produção agrícola, quer das plantas perenes (coco, amêndoa, laranjas, goiaba, etc.), quer das plantas sazonais (milho, mandioca, abóbora, legumes e tubérculos), dependem igualmente da existência de boas condições meteorológicas para o crescimento dos produtos e “aguardam” pelos resultados para procederem a colheita. Para os pescadores, a situação é similar. A quantidade de peixe capturado depende das ferramentas, do conhecimento das zonas de pesca e das habilidades relativas à tecnologia “artesanal” de pesca, mas a quantidade de pescado é também fortemente influenciada pela estação do ano, e da capacidade de captura com os métodos artesanais. Não obstante esta realidade, não se encontram evidências de excedentes produtivos agrícolas e da pesca, em larga escala, para o mercado, pelo que aquilo que é produzido e ou pescado em Biqueli resumem-se ao consumo interno e para sobrevivência, à semelhança das comunidades tradicionais dum meio rural dum país em desenvolvimento.

Em síntese, sendo as principais ocupações da comunidade, agricultores e pescadores em modelos familiares, os seus modos de trabalho são sem sombra de dúvidas do tipo tradicional e de subsistência, tal como referimos acima. Por outras palavras, sendo a agricultura e a atividade piscatória desenvolvidas essencialmente para consumo próprio dos 418 agregados familiares, o que nos foi dado a observar no trabalho de campo que à semelhança do que se verificam noutras comunidade rurais de Timor-Leste, o *status* ou a posição social da comunidade rural de Suco Biqueli é muito influenciado pela ocupação profissional, associada pela posse de bens materiais (terra e ferramentas para a produção agrícola, número de *livestock*, instrumentos para a pesca e canoas), não só porque tal ocupação e posse de propriedade confere aos atores sociais certos ganhos materiais, mas sobretudo porque lhes conferem um determinado prestígio e reconhecimento social no espaço social.

### 3.1.2. Notas do diário de campo

Construir e dar a conhecer as narrativas daquilo que fiz no trabalho de campo para a presente tese, é mais do que apresentar uma mera reprodução descritiva daquilo que observei e registei em diário. Não nego que, quando iniciei o doutoramento, já tinha um conhecimento parcial sobre a comunidade do Suco Biqueli. Conheci a aldeia de Aldeia Uaro-Ana, ainda que superficialmente, quando era membro da equipa da UNTL no estudo "*Perspetiva Komunidade kona ba Desenvolvimento Komunitariu*". Mas nada se compara com o trabalho de campo que realizei para esta tese, em termos de tema, profundidade analítica e duração da pesquisa. Como se diz em senso comum, “Era outro filme!”.

Importa ainda referir que a inclusão dum tópico da tese sobre as notas do meu diário de campo, antes da apresentação e discussão dos resultados das análises das entrevistas e outros documentos, significa sobretudo a minha vontade em apresentar uma revisita, ainda que sumária, a alguns dos momentos ou recortes vivenciados no espaço social rural do Suco Biqueli (a entrada no campo, as condições de observação, a relação com os grupos, etc.). Alias, no presente estudo, no decurso do trabalho de campo como observador participante, mas não participado, fui observando o que foi possível observar em termos de domínio público, as diferentes atividades do quotidiano de vida na comunidade do Suco Biqueli, bem como as dinâmicas de grupo em contexto, como as protagonizadas pelos grupos comunitários GMF.

Assim, o que se segue neste tópico é tão só um relato das experiências, factos e aprendizagens, tendo em conta o presente e a reflexão sobre o passado, não focado apenas na minha mera vivência no terreno, mas incorporei, dentro dos limites do possível, o olhar dos atores chaves da comunidade. Foi um grande desafio que assumi ao traçar simultaneamente no diário a história que experienciei em Biqueli e o ato da escrita, mas não estou arrependido de ter adotado o diário de campo.

Como illustrei anteriormente, a localização geográfica do Suco Biqueli situado no extremo norte da pequena ilha de Ataúro parece representar *a priori* um elemento constrangedor para o acesso ao campo do estudo. De facto, como assinelei nos registos do meu diário, a aproximação física ao campo não foi linear. O acesso à ilha de Ataúro processa-se apenas de barco, via *ferryboat* de Dili a Ataúro. A deslocação a Biqueli poderá

ser de transporte numa camioneta ou *truck*, ou a pé ou de barco, contornando a costa sul-norte da ilha Atauro. Utilizámos esta última via com a ajuda de conhecidos locais. Se não tivesse o amigo Eliseu Amaral como *middleman* na intermediação dos contatos locais e a entrada no campo, a recolha das informações locais não teria sido fácil. Também foi ele quem me ajudou na intermediação dos contatos com os chefes dos sucos e demais informantes-chave para as entrevistas, assim como procedeu como um verdadeiro guia para uma primeira apresentação dos diferentes locais de observação para o estudo. Vejamos nas seguintes notas de registo do diário de campo sobre o trajeto que tomei, as diligências para a entrada no campo e as vivências na estadia e no trabalho de campo.

*Sábado 12 de Novembro de 2016*

O dia estava ótimo, com uma ligeira brisa marítima matinal que sempre alivia um pouco o calor característico deste pedaço de terra tropical. Estava uma manhã de bom tempo, um dia convidativo para viajar. Para Atauro só se vai de barco, e só vai quem tem de fazer alguma coisa lá. Turistas? Não encontramos nesse dia. Iam mais algumas pessoas no barco, mas não sabemos o que iam fazer a Atauro. Em boa companhia com Eliseu Amaral, um amigo e “assistente” da pesquisa, saímos de porto Dili às 9h, encetando uma viagem no *ferryboat* Berlin Nakroma. Pagámos 8 dólares por cada bilhete. Num país onde o salário mínimo é de cerca de 115 dólares, como é que as pessoas podem deslocar com custos de transportes deste valor? Não admiro que a comunidade rural de Biqueli e a dos demais sucos rurais de Atauro não desloquem com regularidade a Dili.

O mar estava tranquilo, sem ondulações. Aliás o estreito de *Wetar* é um local calmo, sem grandes agitações marítimas. Fui observando o barco a rasgar a corrente, gerando mini ondas a bater no casco do barco. Este movimento pendular de vai vem foi embalando os meus pensamentos sobre o doutoramento. O amigo Eliseu estava com um olhar distante, mas calado, como é o seu hábito. Estávamos em silêncio. Pensei em tanta coisa, mas no essencial fui colocando questões a mim, interrogando-me por exemplo se conseguiria recolher dados suficientes para elaborar o trabalho, e se não for possível o que teria de fazer para não abandonar

a tese. O tempo foi passando rapidamente e chegámos no porto de Beloi de Ataúro por volta 11h30. Não tive tempo para pensar mais sobre os meus “botões” e as ansiedades em torno dos trabalhos da tese. O Sol já ia alto e sentia-se o calor abrasador.

Sáimos do barco, atravessámos o cais de embarque do *ferryboat* e fomos ao mercado de Beloi que fica mesmo em frente ao cais. Era o dia do bazar de Beloi. Neste mercado fervilhava movimento, com muitas bancas de produtos locais (peixe seco, alga, bebida “fresca” e comida) e de artesanato à venda, desde as famosas bonecas de Ataúro (bonecas de pano) às bijoia de Ataúro (joalheria do artesanato local). Muitos homens, mulheres e crianças circulavam pelo mercado.

Chegámos e fomos recebidos por um grupo de 5 familiares do meu amigo Eliseu. Feitas as apresentações, descansámos um pouco e almoçámos juntos no mercado de Beloi antes continuar a nossa viagem para o Suco Biqueli. Havia muita diversidade de comida à escolha, mas tínhamos pouco tempo para apreciar tantas iguarias locais. Vimos uma banca com *katupa* e decidimos. É mesmo isso, pois quem é timorense gosta de *katupa* que é uma comida típica local, feita à base de arroz com leite de coco, açafrão, alho roxo e alho branco, tudo embrulhado e cozido em folhas de coqueiro. Comprei várias embalagens de *katupa*, peixe fresco assado na brasa, dois jerricans (*jerigen*) de 5 litros de vinho local (*tua mutin*) e uns cigarros. No almoço, conversámos um pouco de tudo e fomos inteirando do modo de vida local e dos problemas de desenvolvimento após a independência de Timor-Leste.

Saciados com uma refeição rápida baseada no *katupa*, peixe assado e vinho local (eu não bebi o vinho), ficámos contentes e prontos para prosseguir a viagem. Estava ansioso com a chegada. Porém, confrontámos com um primeiro dilema nesta entrada no terreno porque só tínhamos três opções para viajar até ao Suco Biqueli. A pé, de carro ou num barco de um pescador. Bem, a opção pelo barco do pescador não era muito convidativa, porque tenho medo de viajar de barco. Ir a pé poderia ser, mas a distância do mercado e do porto de Beloi ao Suco de Biqueli é de cerca de 6 a 7 km e em estrada de atalhos, trilhos de montanha ou pela marginal da praia. Não era uma grande opção. Mas colocar como primeira opção o carro ou melhor um *truck* de mercadorias não era também viável porque iríamos chegar muito

tarde a Biqueli, na medida em que tínhamos que ficar à espera dos comerciantes de Biqueli terminarem o dia do bazar e a saída do *ferry-boat* Berlin Nakroma (viagem de regresso a Dili).

Perante este dilema, o meu amigo Eliseu contactou um dos seus familiares que tem um barco de pesca e “negociámos” a viagem a Suco Biqueli. Mesmo não gostando eu de viajar de barco, era a melhor solução. Saímos do porto de Beloi para o Suco Biqueli por volta 14h00 num pequeno barco de pescador. Foi uma viagem gratuita porque o barco era do grupo de pescadores do pai do amigo Eliseu. Ao longo do trajeto, fui observando a paisagem. De facto, vista do lado do mar, a ilha de Ataúro é linda, um verdadeiro tesouro paisagístico, com imensa biodiversidade e conservada em perfeito estado selvagem.

Figura 8: Viagem de barco do porto de Beloi a Suco Biqueli



Fonte: Foto de Eliseu Amaral.

Chegámos à aldeia Ilicnamo do Suco Biqueli por volta das 15h. Fomos acolhidos pelo tio do meu amigo Eliseu que nos ofereceu a sua casa para nos instalarmos nos dias do trabalho de campo. Deixamos as nossas bagagens, coisa pouca com o

essencial para a estadia (muda de roupa e produtos de higiene), a máquina fotográfica, o portátil, mais uns blocos de notas, duas esferográficas e pouco mais, e fomos descansar um pouco. Antes do descanso, ainda acertei com o amigo Eliseu os primeiros contatos a fazer, se possível ainda hoje no final da tarde.

Por volta das 17h da tarde, fomos à casa do chefe do Suco Biqueli, Sr. Manuel Barreto, para apresentar os nossos cumprimentos e comunicar as razões da nossa presença naquele Suco. Faz parte da tradição da comunidade que um forasteiro se anuncie a sua presença. Fomos recebidos numa casa “moderna”, coisa rara no mundo rural em Timor-Leste.

Figura 9: Apresentação ao Chefe do Suco Biqueli



Fonte: Foto de Eliseu Amaral

Foi um primeiro contato formal, onde explicámos o nosso objetivo de estudo e entregámos a carta de autorização da UNTL para desenvolver a minha pesquisa naquela localidade. Em tom muito cordial, o chefe do Suco Biqueli agradeceu a nossa visita e manifestou abertamente o seu agrado pelo estudo que iríamos de-

envolver. A seguir, pedimos o agendamento para o entrevistar. Ficou logo agendada a entrevista para o dia 14 de novembro de 2016, uma 2ª feira, pois não se faz nada no domingo que é um dia sagrado para a família.

No mesmo dia, para aproveitarmos o bom momento, contactámos ainda o conselho do suco e as lideranças comunitárias. Assim, encontrámos com o Sr. Daniel Martins, membro do pessoal de apoio da administração do suco (PAAS), e/ou o secretário do Suco e outros membros do conselho.

Figura 10: Encontro com o Conselho do Suco Biqueli



Fonte: Foto de Eliseu Amaral.

Pedimos também a sua disponibilidade para os entrevistar e que aceitaram amavelmente, tendo ficado agendadas as entrevistas para os dias seguintes. Portanto, no primeiro dia de chegada, fizemos a apresentação e o agendamento das datas das primeiras entrevistas e, por isso, sentimos bastante satisfeitos pelo alcance obtido nesta primeira fase de entrada no campo.

Voltámos para a casa por volta 19h30. Foi um primeiro dia muito produtivo, mas estávamos bastante cansados. Depois do jantar, fiz um balanço dos contatos e iniciei os registos no diário de campo e comecei a rever os guiões de entrevistas.

*Domingo, 13 de novembro de 2016*

A maioria da população Suco Biqueli afirma que é cristão protestante. Pelo menos é o que diz o documento “perfil do Suco” que consultámos. Provavelmente é por este facto que não encontramos nenhum edifício da igreja católica neste Suco. Pelo que pude observar, há uma igreja católica, mas no posto administrativo de Ataúro (Suco Maumeta Vila). Como cristão praticante (cristão católico), mesmo não havendo um edifício ou igreja como local de culto em Biqueli, não podia faltar à presença numa igreja para a manifestação de fé. Fui educado com estes princípios de participação na atividade litúrgica e os valores cristãos da igreja católica estão presentes na minha vida. Por conseguinte, decidi participar na missa da igreja protestante que ficava perto do local onde fiquei instalado. Assisti ao serviço religioso entre as 8h às 9h30. Depois da missa, conversámos um pouco com algumas participantes e depois voltámos para a casa. Foram conversas de circunstância, mas deu para perceber que estamos a ser bem acolhidos no campo de trabalho. Não sentir hostilidade da comunidade é um bom sinal, e assim esperamos que continue até ao final do primeiro *fieldwork*. Na parte da tarde, resolvi ir conhecer um pouco a paisagem local e fui passear na praia da Aldeia Ilicnamo, Suco Biqueli. Uma beleza de local. Um fenómeno paisagístico.

*14 de novembro de 2016 (2ª feira)*

É o primeiro dia das grandes entrevistas. Como as entrevistas agendadas com chefe do Suco (Sr. Manuel Barreto) e com o pessoal de apoio da administração do suco (PAAS), Sr. Daniel Martins, estavam marcadas para a tarde, ficámos em casa até à hora do almoço. Fomos a sede do Suco por volta 14h para encontrarmos e



cumpriremos o nosso agendamento. Com surpresa nossa, não conseguimos encontrar ninguém na sede do suco Biqueli. Aproveitámos para tirar umas fotografias do local e umas notas de uma monografia sobre o suco de Biqueli que estava disponível num quadro na sede Suco. Enquanto estávamos à espera da chegada dos entrevistados, encontramos uma mulher que se identificou como a esposa do chefe do suco de Biqueli. Encetámos uma conversa e num impulso nosso, pedimos para a entrevistar na qualidade de esposa do “primeiro homem” (líder do suco) do suco de Biqueli. Infelizmente não aceitou. Pensei que a esposa do “primeiro homem” poder-nos-ia facultar o seu ponto de vista ou informações relevantes sobre o processo de desenvolvimento comunitário, mas não tinha disponibilidade para ser entrevistada. Provavelmente, não aceitou porque o seu esposo não tinha ainda sido entrevistado ou porque não o queria fazer, sem a autorização do esposo. Fica a dúvida.

Finalmente, por volta às 15h30 chegou o Sr. Daniel Martins, que fazia e faz parte do pessoal de apoio administração suco. Soubemos que passou a ser o próximo chefe Suco eleito para o período de mandato seguinte. Iniciamos a nossa conversa e a entrevista com a nova liderança do Suco. A entrevista com esta nova liderança do suco durou cerca uma e meia hora (15h30-17h) e decorreu num ambiente cordial. Foi mais uma conversa franca e aberta do que outra coisa. Este informante disponibilizou-se para nos facultar os dados na monografia suco disponíveis no seu computador, sem que tenhamos pedido. Foi um gesto de abertura que agradecemos porque são elementos fundamentais para completar os dados das entrevistas.

A seguir, chegou o Sr. Manuel Barreto. Veio mesmo em boa hora. Realizámos a entrevista do chefe do suco Biqueli atual em frente da sua casa, em vez de ser no interior das instalações da sede do suco. Feitas as justificações da entrevista, apresentei o consentimento para a gravação integral da entrevista. Seguindo os grandes tópicos do guião de entrevista, com perguntas flexíveis, dei início à recolha. A entrevista durou cerca de 2 horas (17h-19h) e no final da entrevista o chefe suco, solicitámos a devida autorização para copiar os documentos relevantes sobretudo o perfil do suco disponível na sede suco e com conhecimento do pessoal de apoio

da administração do suco (PAAS). Não levantou qualquer objeção e que agradecemos.

Finda as entrevistas, voltamos a casa com a sensação de termos a missão cumprida. Depois do jantar, fiz um *brainstorming* com o Eliseu e concluímos que era fundamental contarmos uma figura da igreja local. Chegámos à conclusão que teríamos de encontrar e entrevistar o pastor Cristóvão no dia seguinte de manhã. Mais do que um *middleman*, o meu amigo Eliseu é um perfeito assistente de pesquisa.

*15 de novembro de 2016 (3ª feira)*

Acordei cedo com o entusiasmo de ir procurar mais um líder da comunidade. Infelizmente, tentamos encontrar o pastor Cristóvão numa série de locais, mas não o conseguimos encontrar. De acordo com a nossa observação, o pastor Cristóvão é muito solicitado, pelo que movimenta por todo o território, não sendo fácil encontrá-lo sem termos uma ideia por onde se desloca e aonde pernoita em Biqueli. Segundo a informação que nos transmitiram, o pastor Cristóvão foi eleito para a presidência da comissão organizadora do congresso da igreja protestante no Suco Biqueli. Soubemos que serão 3 dias de congresso, a realizar nos dias 16 a 18 de novembro de 2016 na Aldeia Pala, Suco Biqueli. Sem dúvida que irá ser um grande momento de festa religiosa. Soubemos ainda que, durante uma semana, todos os pescadores não irão trabalhar no mar, e irão apenas pescar para obter o peixe como contributo para o sucesso dos 3 dias de congresso da igreja protestante no Suco de Biqueli. Portanto, para não perder tempo, decidimos entrevistar o Sr. Isaias Amaral, na qualidade de membro da comunidade e como um dos membros do grupo de pescadores na Aldeia Ilicnamo. Soubemos que se encontrava em casa. Contactámos o Sr. Isaias que se mostrou disponível para ser entrevistado.

Hoje, só realizámos uma entrevista o Sr. Isaias, mas conseguimos recolher mais informações sobre o papel da igreja em Biqueli. Para além do seu papel de conforto espiritual, não se pode esquecer o papel fundamental da Igreja na luta contra a ocupação da indonésia. Hoje a igreja assume igualmente um papel de relevo na

educação, contribuindo para o combate à iliteracia local. Destaca-se ainda o seu papel nas diversas atividades culturais, facto que revela que a igreja tem uma forte consciência que, em Biqueli, se joga um vasto conjunto de representações sociais da igreja na dinâmica social e cultural da comunidade.

Ficamos o resto da manhã em casa, pois fazia muito calor na rua. Na parte da tarde fizemos um passeio pela praia e observamos diretamente a produção de algas da comunidade na praia da Aldeia Ilicnamo do Suco Biqueli. No final da tarde, aproveitámos o tempo para recapitular e organizar as atividades dos próximos dias. Ouvi uma pequena passagem áudio das entrevistas já realizadas e revimos as notas registadas durante as entrevistas e as observações da comunidade realizadas.

Sempre tive curiosidade em conhecer mais de perto as atividades culturais locais e algumas atividades dos grupos comunitários. Com a intermediação do Eliseu na assistência à pesquisa, foi possível programar uma visita para observação de uma cerimónia numa localidade entre Biqueli e Beloi.

*16 de novembro de 2016 (4ª feira)*

Hoje levantei-me cedo. Aguardei que o Eliseu chegasse para mais uma ronda pela aldeia, mas passadas algumas horas e não ter aparecido, tomei a iniciativa de fazer pessoalmente alguns contatos para mais algumas entrevistas. Pensei igualmente que seria um ótimo dia para ir sozinho conhecer melhor a comunidade. Contatei o Sr. Isaias e solicitei a sua ajuda e acompanhamento para encontrar o Sr. Filipe Pereira, responsável duma cooperativa de algas na Aldeia Ilicnamo. Trata-se de uma pessoa que introduziu a produção de algas na comunidade do Suco Biqueli.

Entrevistei o Sr. Filipe Pereira na sua casa, por volta das 9h, e a entrevista durou cerca de uma e meia hora. Amavelmente, o Sr. Filipe facultou-me uma pequena visita ao seu armazém de algas. Tive oportunidade de conhecer a alga já tratada e ensacada, pronta para a exportação. Porém, parece-me que o mais relevante desta visita foi tomar conhecimento *in loco* sobre uma cooperativa, tendo recolhido informações sobre a importância do trabalho conjunto no processo produtivo em

Biqueli. Finda a visita sobre o processo produtivo da alga, voltei para a casa para descansar até à hora do almoço.

Hoje senti que a temperatura local estava mais elevada. Por ter sentido muito calor, decidimos ir à praia depois do almoço, pelo menos para refrescar. No mesmo dia, por volta 15h fomos à casa do Sr. Nicolau Tavares, chefe da Aldeia eleito da Aldeia Ilicnamo e membro de um grupo GMF. A entrevista com o Sr. Nicolau Tavares durou cerca de 2 horas (15h às 17h). Foi uma conversa agradável, através da qual pude constatar outras realidades e necessidades de desenvolvimento comunitário, bem como os problemas da falta de acessos a nível de estrada, água potável e eletricidade, e a forma como os líderes locais têm procurado captar os interesses dos agentes do governo para ajudar ou investir na aldeia. Não menos importante, tivemos hoje a oportunidade de contactar ao vivo o significado do trabalho de um grupo GMF.

*17 de novembro de 2016 (5ª feira)*

Da listagem de contactos e entrevistas, recai hoje a oportunidade para realizar a entrevista ao Sr. Otniel Mamea, professor e responsável do grupo Alfaiate-AmoBel (*Ami mos Bele*), assim como o Sr. Ruben. Como a escola funciona na parte da manhã, fizemos a entrevista por volta das 14h e terminámos às 15h20. Através do Sr. Otniel Mamea, responsável do grupo de AmoBel (*Ami mos Bele*) "Nós Podemos" tomámos conhecimento da sua intervenção como principal formador de uma ação dirigida às mulheres, sobre o tópico do Alfaiate (Costura). Uma atividade bastante relevante que permite às mulheres ganharem novas competências para gerarem rendimentos complementares à atividade agrícola e ou piscatória das duas famílias. Queríamos ficar mais um pouco para falar com o Sr. Otniel Mamea, mas outros compromissos tínhamos em carteira para o resto da tarde. Depois descansámos um pouco e fomos depois à casa Sr. Ruben Joaquim. Realizámos a entrevista entre as 16h30 e as 18h.

Os ideais das práticas de solidariedade, entre ajuda e trabalho conjunto não se limitam na organização de cooperativas. Hoje tive oportunidade de constatar o

significado dos grupos de ajuda (GMF) e a abrangência dos seus campos de intervenção comunitária. Por exemplo, graças à intervenção do informante-chave, Sr. Ruben Joaquim, observámos o papel do grupo de *arisan* na organização da construção a casa da comunidade em grupo.

Recolhemos mais informações sobre os problemas das famílias, as ajudas locais e verificámos alguns sinais de pobreza na aldeia. Foi um dia de aprendizagem sobre as solidariedades que se manifestam nas ajudas para quem necessita. Ajudas alimentares, empréstimos de dinheiro. Enfim, estranhas formas de ajudas para uns, mas é uma realidade que funciona, baseado no princípio da confiança e da honestidade nas relações sociais. Foi mais um dia de calor. Voltamos a casa para tomar um banho refrescante e descansar.

*18 de novembro de 2016 (6ª feira)*

Embora tenhamos um elevado interesse em entrevistar o pastor Cristóvão, mas o facto de não o conseguirmos, por estar sempre ocupado e em parte incerta, decidimos entrevistar um outro líder da comunidade. Para aproveitar o dia, resolvemos contactar mais um professor. Indicaram-nos o professor Natalino Duarte e fomos à sua procura. Encontrámos o professor na sua casa por volta às 8h, e como não tinha disponibilidade nessa hora, acordámos encontrar depois do almoço para realizar a entrevista. Por volta das 14h, ao sairmos de casa para ir entrevistar o professor Duarte, fomos surpreendidos com a sua presença frente à nossa morada. Hoje, entrevistamos apenas o professor Duarte. Ficámos a conhecer um pouco mais sobre os grupos comunitários e a realidade local. Depois de arrumar as nossas notas das entrevistas, ficámos em casa.

*Sábado, 19 de novembro de 2016*

Hoje fomos a Díli. Saímos de casa por volta às 8h, seguindo a pé pela praia até ao mercado de Beloi, onde chegámos por volta das 9h30. Aproveitamos para comprar peixe seco e alga fresca para levar a casa. Chegada a hora de almoço, almoçamos juntos no mercado de Beloi. Como não podia deixar de ser, comemos *katupa* e peixe assado. Findo este almoço suculento e saboroso, esperamos pelo *ferry-boat Berlin Nakroma* para nos levar a Díli. Saímos de porto de Beloi, Ataúro por volta 14h e chegamos a Díli às 17h da tarde. Fomos tratar de assuntos inadiáveis.

*Domingo, 20 a 28 de novembro de 2016*

Hoje é um dia de feriado muito especial. Foi a 28 de Novembro de 1975 que Timor-Leste proclamou a sua independência.

Por causa do clima e da temperatura em Ataúro em geral e Biqueli em particular, senti-me enfraquecido e adoeci-me entre 20 a 27 de novembro 2016. Fiquei em casa para me recuperar. A partir de 28 de novembro de 2016, contactei o pastor Gregório Amaral pela primeira vez, líder que já o conhecia bem. Encontramo-nos no Suco Biqueli para a entrevista no local do estudo, mas não o conseguimos concretizar por o pastor Gregório estar sempre ocupado com os preparativos das atividades de 3 dias de congresso da igreja protestante naquele Suco. Acordamos o encontro em Díli, mas, por razões diversas, não conseguimos acertar a agenda do encontro no final de mês de novembro. Concordamos realizar a entrevista no dia 15 de dezembro de 2016 na sua casa.

Antes de chegar a data agendada para essa importante entrevista, procurei desenvolver outras atividades, entre as quais, a procura de ajuda para transcrição integral das entrevistas realizadas. Lá consegui que Le Luarai me dessa ajuda, e de dois em dois dias encontrei-me com ele como transcritor para ir acompanhando o progresso da transcrição dos dados das entrevistas gravadas. Fui efetuando as primeiras interpretações das entrevistas já transcritas e procurei elaborar algumas

sínteses interpretativas, para analisar com o meu orientador, assim que regressar a Évora.

*15 de dezembro de 2016 (4<sup>a</sup> feira)*

Hoje entrevistei-me com o pastor Gregório Amaral. Fui à sua casa em Bedois-Becora Dili. A entrevista teve a duração de cerca de 2 horas de tempo. Iniciámos às 10h00 e acabámos às 11h45. Não foi muito tempo, mas deu para recolher informações relevantes e confirmar que o pastor conhecia e sabia bem os diferentes problemas e necessidade de desenvolvimento comunitário em Suco Biqueli. Finda a entrevista, fui à universidade e almocei com os colegas. Depois de tomar conhecimento de algumas novidades que circulam nos corredores, atualizei-me. Depois, voltamos a casa.

*16 a 26 de dezembro de 2016*

Até ao feriado de Natal procurei fazer mais leituras nos intervalos da preparação das sínteses das entrevistas, entretanto realizadas. Sendo um período da quadra natalícia, também dediquei umas horas de qualidade para estar com a família, sobretudo para dar a atenção à minha querida esposa e aos meus queridos filhos. A família merece a minha atenção e respeito, pois tem sido ela que me tem dado forças para continuar o doutoramento em Évora.

*27 de dezembro de 2016 a 3 de janeiro de 2017*

Encontrei-me com o transcritor da gravação para acompanhar o progresso de transcrição integral das entrevistas. Concordamos a data limite da finalização da transcrição no dia 5 de janeiro de 2017. Hoje fui ainda à biblioteca da UNTL para consultar os documentos relevantes, sobretudo os relacionados com o tema do estudo. Nos restantes dias do mês de dezembro de 2016 até ao dia 3 de janeiro de 2017 fiquei em casa para leituras, mas mantive o contacto com o transcritor para

garantir a finalização da transcrição das entrevistas gravadas e sobretudo para não ultrapassar a data limite que foi anteriormente acordada. Aproxima-se a data do regresso a Évora.

#### *5 a 13 de janeiro de 2017*

Encontrei-me hoje (5 de janeiro) com o transcritor das entrevistas na nossa faculdade, por volta das 10h na FCS-UNTL. Entre os dias 6 a 9 de janeiro fiquei em casa a trabalhar afincadamente. Tinha que acelerar a elaboração dum relatório preliminar daquilo que fiz no 1º *fieldwork*. Foram muitas as aprendizagens que tive e as experiências retiradas do trabalho campo para compor a tese são imensas.

Dia 10 de janeiro de 2017, lá tive que despedir-me mais uma vez da família para regressar a Évora. Saí de Timor-Leste para Denpasar-Bali e apanhei a ligação aérea para Lisboa. Cheguei no dia 12 de janeiro de 2017. No dia seguinte, 13 de janeiro de 2017, encontrei-me com o meu orientador. Foi um primeiro encontro e fizemos um primeiro balanço do trabalho de campo. O professor orientador deu-me mais algum tempo para finalizar e reorganizar os dados das entrevistas, sugerindo como data limite o dia 31 de janeiro de 2017. Ao mesmo tempo tentei preparar o índice provisório da tese para apresentar no seguinte encontro com o professor orientador. Concordamos em realizar um encontro em cada duas em duas semanas e também encontrarmos mensalmente para fazer o ponto da situação da evolução dos trabalhos da tese, e das leituras necessárias para reforço do quadro teórico. Este intenso acompanhamento do meu progresso de trabalho foi bastante importante, pois mantive-me com muita disciplina no desenvolvimento dos trabalhos da tese.

#### *Setembro a dezembro de 2017*

Em setembro regressei a Timor-Leste para um segundo trabalho de campo (2º *field work*) para complementar as informações do 1º trabalho de campo. Segundo o meu orientador era necessário reforçar a informação já recolhida, com novas



entrevistas que reforcem e assegurem a saturação da informação. Neste sentido, voltei a tentar contactar o pastor Cristóvão, pois é um dos pastores que mais tem contribuído para o desenvolvimento dos grupos comunitários em Suco Biqueli.

Fui mais uma vez a Biqueli para encontrar e entrevistar o pastor Cristóvão. No dia 23 de Setembro de 2017 fui lá com o amigo Eliseu para a segunda recolha de dados relevantes. Neste segundo *fieldwork* de características ligeiramente diferentes do 1º trabalho de campo, onde encontramos essencialmente com os atores ou informantes chave. Passei mais algum tempo no porto e mercado de Beloi. Fui a mais localidades para observar os grupos comunitários, assistir a encontros de aldeia e entrevistar informantes-chave da Aldeia Pala. Nesse dia, conseguimos encontrar e conversamos um pouco com o pastor Cristóvão, mas não se concretizou de forma efetiva a entrevista.

Entre o mês de outubro a dezembro de 2017 realizei ainda uma pesquisa da bibliografia na biblioteca da FCS-UNTL. Passei depois algum tempo no trabalho em casa, pois a informação era muita. Nesse período, com a ajuda do amigo Eliseu, foram ainda recolhidas mais algumas fotografias relevantes de Biqueli para melhor complementar visualmente a observação realizada, e enfim procurar desta forma completar a objetividade dos dados das entrevistas e dos documentos.

Os extratos supra do meu diário de campo revelam que a principal estratégia para a entrada no campo do estudo foi utilizar um mediador e facilitador, membro da comunidade do suco. Sem esse *middleman* (amigo Eliseu Amaral) era impossível ser aceite pelos chefes de aldeia, nem permanecer nas aldeias para contactar os informantes chave ou privilegiados dos grupos comunitários. Mesmo assim, tivemos algumas recusas das entrevistas, mas tais factos não invalidaram que as realizadas tenham sido muito ricas e com informação suficiente para, em conjunto, com a observação realizada, alcançar a desejada compreensão da realidade social de Biqueli. Uma outra nota que merece destaque, é que recolhemos evidências referentes às práticas dos grupos comunitários.

Não pretendo assumir aqui que adotei a escrita etnográfica ou qualquer escala de escrita reflexiva neste relato dos registos do diário de campo, mas não nego que ao optar

por esta via (elaboração do diário de campo) consegui ganhar uma nova visão e aprendizagem sobre cada dia que passei no terreno. Saliento que a decisão de construir uma observação participante e não participada esteve relacionada com a minha vontade em estar *in loco* para observar e registrar as situações, querendo por isso, ir mais além da mera entrevista aos atores-chave. Estar e conhecer o indivíduo e o seu grupo, o ator social de Biqueli, é tê-lo no centro das minhas inquietações sobre a pobreza e o desenvolvimento comunitário em Biqueli.

Em síntese, este mini relato é uma narrativa “reflexiva” das indagações e uma síntese dos descritores da realidade social do Suco Biqueli que considerei fulcrais para dar a conhecer a matriz de referências da observação realizada em Biqueli e refletir sobre o que se encontra arraigada no seu espaço social, para melhor situar os enfoques que moldam os desafios, dilemas e constrangimentos da vida na comunidade do Suco e do seu desenvolvimento comunitário que serão apresentados mais adiante.

### **3.2. Caracterização do Capital Social na Comunidade do Suco Biqueli: Um primeiro olhar**

Se olharmos um pouco nos documentos oficiais, verificamos que, em Timor-Leste, o capital social é um dos termos que tem vindo a ganhar relevância nos discursos oficiais da ação governativa e dos partidos políticos, de tal modo que o encontramos descrito como um dos principais eixos da estratégia de desenvolvimento do país para o período 2011-2030. Tal como vem mencionado no segundo capítulo do Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional (PEDN), o capital social representa a “força do seu povo” (PEDN, 2011-2030, p. 14), sendo um conceito apresentado como interligado com a “educação e formação, saúde, inclusão social, ambiente, e, cultura e património” (PEDN, 2011-2030). Subjaz ainda no discurso político, por um lado, a ênfase da ideia do povo como uma força para o desenvolvimento economia do país, e por outro lado, o apelo à participação do povo em todo o processo de desenvolvimento nacional. Por outras palavras, até nos documentos oficiais da estratégia de desenvolvimento encontramos um elevado interesse político sobre o papel e o lugar do capital social e da participação ativa (envolvimento ativo) de todos os cidadãos, cuja cooperação é apresentada como imprescindível para o sucesso do processo de desenvolvimento nacional, em geral, e do desenvolvimento da comunidade, em particular.

Sendo o Suco Biqueli um espaço social rural com debilidades socioeconómicas de ordem diversa, vivendo a sua comunidade da agricultura e pesca, verificámos no decurso do trabalho de campo que as comunidades das diferentes aldeias de Biqueli (Ilicnamo, Ilidua Douro, Pala, Uaro-Ana) mantêm “socialmente” uma certa “cultura” de trabalho em conjunto (trabalho em equipa) e de cooperação mútua (entreaajuda), não delimitadas nas atividades agrícolas e ou piscatórias. Por exemplo, quando ocorre a morte de um membro de uma família, os restantes membros da família ajudam voluntariamente, por tradição, várias atividades relacionadas com as cerimónias fúnebres, desde a construção de tendas para acolher os participantes do velório até aos procedimentos do enterro. A colaboração (trabalho em equipa) entre os membros da comunidade local é também evidente quando as famílias constroem casas, especialmente as chamadas casas de abrigo, e ou ajudam a igreja na construção do salão de encontro, onde todos contribuem com a mão-de-obra ou com a oferta de materiais de construção.

Segundo os resultados do trabalho de campo e das entrevistas realizadas, verificamos que a capacidade de trabalhar em conjunto (trabalho em equipa com ajuda mútua) da comunidade é muito “forte” no local do estudo, sendo tal facto traduzida pela existência de várias cooperativas e os grupos comunitários no suco<sup>54</sup>.

“Sentarem juntos e recolherem alguma coisa que precisarem e dar apoio aos que **necessitam** (...) sobre este caso, há um grupo **chamado gmf** que é um grupo de **gestão das facilidades** ou grupo que **maneja as facilidades** (...) quando enfrentamos esta questão das **responsabilidades**, é necessário providenciar a **contribuição** mensal por família, por exemplo, para a **manutenção** da **facilidade** de acesso a **água potável**” (E3).

Naturalmente que esta realidade não é exclusiva de Biqueli. Nos últimos quinze anos, após a restauração da independência da RDTL 2002, as cooperativas e os grupos comunitários das comunidades surgiram um pouco por todo o país. Sabe-se que na atualidade, existem em Biqueli pelo menos 6 cooperativas e cerca 100 grupos comunitários. Voltaremos a falar desta questão mais adiante.

De facto, a razão da existência destas realidades em Suco Biqueli não se resume a uma mera ação de sobrevivência dos atores sociais, mas resultam de aspetos profundas da organização da vida social em Ilicnamo, Ilidua Douro, Pala, Uaro-Ana, entre as quais salientamos o seguinte: i) capacidade para desenvolver a solidariedade social e a participação ativa da comunidade; ii) importância da criação da união e da confiança da comunidade; iii) capacitação e apoio mútuo da comunidade; iv) vontade da mudança e da melhoria das condições de vida (qualidade da vida) da própria comunidade. Aprofundaremos estas questões mais adiante.

Estes e outros aspetos relacionados com as dinâmicas de cooperação entre os atores sociais, releva a presença de um conjunto de laços e vínculos na rede social dos atores

---

<sup>54</sup> Iremos voltar a este tema no tópico sobre os grupos comunitários, aquando da análise dos factores críticos de sucesso num processo de desenvolvimento comunitário em Biqueli.

sociais e suas famílias, aspetos que nos remetem à consideração da importância do capital social no desenvolvimento comunitário em Biqueli. Tal como já referimos anteriormente, parafraseando Paiva (2008), somos a considerar que todas as sociedades têm o seu “valor”, o seu capital social, e que “sem capital social não poderia haver sociedade”, pelo que, em última instância, o capital social como “património social dos grupos sociais ou das relações sociais em acto” (Paiva, 2008, p. 167).

Para melhor compreensão da caracterização e importância do capital social na comunidade de Biqueli, iremos apresentar neste capítulo os dados empíricos recolhidos no trabalho de campo, analisando com mais pormenor, quer as tipologias do capital social identificadas, quer as dinâmicas do capital social que a comunidade Suco Biqueli engendra num processo de desenvolvimento comunitário.

### 3.2.1. O Capital Social e a sua Importância na Comunidade do Suco Biqueli

De acordo com o resultado de análise dos dados entrevistados e a observação no local onde o estudo foi realizado, seria linear dizer que o capital social de Biqueli se resume a um mero recurso utilizado pelas comunidades de Ilicnamo, Ilidua Douro, Pala, e Uaro-Ana para dinamizarem ações conjuntas de melhoria das condições de vida. Se em termos teóricos podemos afirmar que o capital social numa comunidade é moldado por relações macro, meso e micro, e atravessado por dimensões cultural-cognitivo e relacional-estrutural (González-Gómez, 2014), mas em termos estritos o que é o capital social nos microcosmos das comunidades de Biqueli? Como é que o capital social interfere com o processo de desenvolvimento comunitário?

Tratando da comunidade de Biqueli, uma comunidade de níveis de pobreza que carecem de atenção, não temos dúvidas que o capital social assume um papel fulcral no combate à pobreza, contribuindo não só para potenciar o agir coletivo, fortalecendo certas alianças com atores externos, mas também, poderá ser um recurso utilizado para influenciar o reforço das normas de cooperação social, nomeadamente na ajuda às famílias mais pobres. Mas como se operacionaliza e objetiva esta realidade?

De acordo com os dados recolhidos nas entrevistas e por tudo que nos foi possível observar no terreno, os principais tipos de papéis do capital social da comunidade de Suco Biqueli relacionados com o seu processo de desenvolvimento comunitário são essencialmente os seguintes: a) transparência (honestidade e confiança mútua); b) apoio mútuo das comunidades; c) investimento financeiro da comunidade nas dinâmicas do trabalho em conjunto (trabalho em equipa); d) último tipo do capital social da comunidade Suco Biqueli é a mudança e melhoria das condições da vida (qualidade da vida) da própria comunidade no local onde que vivem. Vejamos em seguida com mais algum pormenor os dados empíricos relacionados com cada uma destas realidades.

### 3.2.1.1. Transparência da comunidade: honestidade e confiança mútua

Agir com transparência é tudo o que a comunidade de Biqueli valoriza nas relações sociais. Entendem os atores sociais que as relações sociais devem ser baseadas na honestidade e na confiança mútua, sendo estes um dos principais elementos do capital social da comunidade de Suco Biqueli. Dito de outro modo, a honestidade e a confiança mútua da comunidade representam o quadro de referência do apoio mútuo da comunidade, e que, por exemplo, sustentam as razões de interajuda ou do investimento financeiro da comunidade. Tratam-se de interajudas que vão desde empréstimos de dinheiro (por exemplo entre os membros das cooperativas), a acordos para realizarem atividades coletivas, tais como a construção dum “centro comunitário” e outras ações de ajuda às famílias mais pobres. Ou melhor, sem honestidade nem confiança mútua na comunidade (transparência nas relações sociais na comunidade) não é possível ocorrer o apoio mútuo e o investimento financeiro entre os atores sociais (indivíduos ou coletivos) ou os membros das comunidades num processo de desenvolvimento comunitário. Porém, é de salientar que os atores sociais a quem a comunidade deposita maior confiança e adere às suas propostas de ação conjunta, são essencialmente os “pastores” e as “autoridades do suco”.

“As comunidades deste **suco valorizam a confiança** mútua em **termos** de **empréstimos** ou nalgum **crédito** (...) confia-se no **cumprimento** dos **contratos** e na data

limite para **devolver o dinheiro emprestado** entre as duas partes, (...) há muita confiança no trabalho em conjunto” (E4).

“A maioria das **populações** deste **suco** **confiam** uns com os outros, (...) um **exemplo** concreto disso é quando fazem um **empréstimo**, **cumprem** sempre o **contrato** que tenha sido decidido em conjunto, (...) o que é preciso é um pensamento para a ajuda mútua” (E1).

“É por existir uma **confiança** mútua que se garante que não se **perde o dinheiro** dos **empréstimos** por exemplo através dum membro do grupo numa cooperativa, (...) **a confiança** mútua deve ser e é um modelo da comunidade do Suco, (...) um exemplo de trabalho em conjunto entre eles, o Estado e a Igreja, (...) só com **confiança** mútua e unidos” (E2).

“Na nossa comunidade houve sempre **empréstimos** mútuos para as **atividades de** pequeno **negócio** e no apoio mútuo para a melhoria das condições da vida da família, (...) o principal critério é cumprir o **contrato**, (...) na nossa comunidade pensamos em conseguir com apoio mútuo construir um centro comunitário voluntariamente e implementar as nossas próprias iniciativas de melhoria da vida na comunidade” (E7).

“Neste **Suco** podemos **a confiar** nos pastores e nas autoridades do **suco**, (...) **é** confiável porque **inspiraram** as pessoas no trabalho em conjunto e na ajuda mútua” (E3).

É por valorarem a transparência (honestidade e confiança mútua) da comunidade como um requisito fundamental, que podemos compreender a ocorrência dos empréstimos reais (créditos) de dinheiro sistemáticos na comunidade, por exemplo para realizarem “pequenos negócios” ou para adquirirem materiais e instrumentos para a agricultura e pesca, assim como para estabelecerem acordos para a realização dos trabalhos conjuntos e demais cooperações ou atividades coletivas na comunidade. Dada à majoração valorativa da honestidade e confiança mútua, relevamos aqui a ideia da presença de um capital

social mais de natureza cultural-cognitivo (González-Gómez, 2014) que medeia o quadro da transparência nas relações sociais.

### 3.2.1.2. Apoio Mútuo na Comunidade

À primeira vista, faz parte das relações sociais na comunidade de Biqueli a capacidade de apoio mútuo, baseada na confiança e honestidade. Mas o que é em concreto o apoio mútuo? Resume-se a empréstimos e interajudas?

Por aquilo que nos foi possível observar e registar nas entrevistas, o apoio inscreve-se na linha da ajuda, e significa com clareza ajudar amigos ou pessoas (membros da comunidade) que estejam a enfrentar dificuldades (problemas). Em termos estritos, o apoio mútuo é um princípio valorativo que orienta a relação entre os indivíduos que se apoiam uns aos outros através das suas aptidões e diferenças para garantir a sobrevivência, fortalecendo a solidariedade entre os membros da comunidade e a ação social existente nas lutas contra a opressão e a exploração, buscando em última instâncias “fortes” relações fraternas.

“O apoio mútuo ou ajuda mútua das pessoas (membros da comunidade) significa ajudar uns aos outros ou trabalhar com pessoas ou membros da comunidade que precisam de ser ajudadas”.

“O apoio mútuo da comunidade é um trabalho em equipa (trabalho conjunto) da comunidade na ocasião melhoria das condições de vida da própria comunidade no local onde que vivem”.

“O apoio mútuo da comunidade que entendido aqui, é o apoio mútuo da comunidade na comunidade Suco Biqueli num processo de desenvolvimento comunitário que afetam suas vidas, sobretudo na melhoria das condições de vida (qualidade da vida) da própria comunidade na mesma comunidade”.



“O apoio mútuo na comunidade Suco Biqueli pode ser visto através da realização de empréstimos mútuos, da partilha dos conhecimentos sobre a costura, dos conhecimentos sobre a pesca e a produção de algas dentro do Suco”.

Tendo presente os extratos das entrevistas e por aquilo que tivemos oportunidade de observar, existem pelos menos três principais aspetos de apoio mútuo da comunidade Suco Biqueli, que merecem ser referidos aqui: a) confiança mútua em termos empréstimo entre as pessoas; b) partilha voluntária do conhecimento sobre a costura (alfaiate); c) aprendizagem da partilha mútua entre os membros da comunidade sobre a experiência com a pesca no mar e as formas de produção de algas, enquanto alternativas da atividade produtiva da comunidade de Biqueli.

Em síntese, o apoio mútuo traduzido sob a forma de trabalho conjunto, a partilha voluntária de conhecimentos e informações, e os empréstimos de dinheiro, só se verifica porque existe confiança mútua entre os atores sociais. Relevamos mais uma vez que sem uma adequada transparência (honestidade e confiança mútua) nas relações sociais da comunidade não é possível desenvolver qualquer projeto de melhoria das condições de vida da comunidade do Suco Biqueli, facto que nos remete a considerar que o apoio mútuo faz parte dum capital social do tipo cultural-cognitivo.

### 3.2.1.3. Disponibilidade para o Investimento Financeiro

Numa primeira aproximação, falar em investimento financeiro remeteríamos na abordagem do capital económico. Porém, em Suco Biqueli os investimentos financeiros realizados pelos membros da comunidade, nomeadamente através dos empréstimos (créditos), fazem parte das relações de ajuda que subjazem do capital social. Em termos estritos são investimentos orientados para a melhoria das condições materiais de sobrevivências da própria comunidade.

A par de investimentos oriundos das políticas do município e que fazem parte das políticas nacionais de desenvolvimento, tais como a criação e melhoria das infraestruturas básicas (estrada, eletricidade e água potável), existem outros mais relacionados com o

quotidiano da vida da comunidade. Podemos verificar que a maioria do investimento local se dirige às ajudas financeiras para um vasto conjunto de situações ou problemas “urgentes” que certos grupos ou membros da comunidade enfrentam e que não são nem estão necessariamente relacionados com a realização de negócios (microcrédito empresarial) e infraestruturas. A título ilustrativo, podemos assinalar o seguinte: a) necessidades básicas da família (bens de consumo, alimentação); b) melhoria ou a construção da casa de abrigo da própria comunidade; c) apoio financeiro aos estudos dos filhos; d) ajuda mútua no barlaque (casamento tradicional) incluindo o casamento.

“O investimento financeiro da comunidade como um dos fatores de sucesso num processo de desenvolvimento comunitário em geral, na melhoria das condições da vida no local onde que vivem”.

“A existência dos grupos comunitários (o grupo de *arisan*) ou grupo de apoio mútuo da comunidade, em termos de trabalho em conjunto (trabalho em equipa) na melhoria das condições da vida, sobretudo através investimento financeiro na construção e reabilitação a casa de abrigo da comunidade e que é baseado na confiança mútua da comunidade”.

Por conseguinte, o investimento financeiro da comunidade desempenha um papel importante num processo de desenvolvimento comunitário, contribuindo a mudança e a melhoria das condições da vida da própria comunidade, especialmente nas situações de necessidade de melhoria das habitações (reconstrução da casa de abrigo), substituindo os modelos antigos de tipo casa de abrigo (com telhados de palha) para novos modelos de casa de abrigo mais resistentes (a casa com paredes de tijolos e telhado de zinco) ou “*uma fatuk*”. Por outras palavras, uma das tipologias de investimento financeiro da comunidade em Suco Biqueli é investir na construção e/ou reabilitar as antigas casas de abrigo (Figuras 11 & 12), melhorando as condições de habitabilidade com casas de construção mais robustas e modernas ou “*uma fatuk*” (Figuras 13 & 14), tais como as que tem vindo a ser realizadas sob a forma de trabalho em equipa através grupo de *arisan* da comunidade (grupo de apoio mútuo).

Figuras 11 & 12: O tipo da casa de abrigo da comunidade Suco Biqueli antes da intervenção



Figura 11



Figura 12

Fonte: Autor, Zacarias F. da Costa & foto de Eliseu Amaral.

Figuras 13 & 14: Tipo da casa de abrigo da comunidade Suco Biqueli após a intervenção com ajuda



Figura 13



Figura 14

Fonte: Autor, Zacarias F. da Costa

De revelar que as casas de abrigo típicas da comunidade de Suco Biqueli são semelhantes às da maioria existente em Timor-Leste, em geral, e na comunidade Atauro, em particular. Antes de restauração da independência da RDTL 20 de Maio de 2002, em particular, durante na ocupação Indonésia, a maioria da comunidade vivia nas casas de abrigo apresentadas nas Figuras 11 & 12. Após a independência, o número de indivíduos ou famílias da comunidade que ainda vivem nestas tipologias de casa de abrigo tem vindo a diminuir, muito graças à forma como os grupos comunitários do Suco têm vindo a intervir na melhoria das condições de habitabilidade, contribuindo para a modernização do parque habitacional do suco com casas modernas ou “*uma fatuk*” (Figuras 13 & 14).

Para a comunidade de Biqueli, que vive num microcosmo marcadamente rural e com elevados níveis de pobreza, as dinâmicas da rede social e do seu capital social baseado na transparência relacional (honestidade e confiança mútua) e solidariedade são determinantes para a melhoria das casas de abrigo da própria comunidade. Esta melhoria da situação habitacional pode ser entendida como “um dos indicadores da melhoria das condições da vida da comunidade”, tal como nos referem os líderes das comunidades entrevistadas. Em síntese, o investimento financeiro da comunidade orientado para a solução de problemas representa como um tipo do papel fulcral do capital social da comunidade.

#### 3.2.1.4. Mudança e Melhoria das Condições de Vida

Tal como temos vindo a apresentar nos pontos anteriores, o capital social da comunidade do Suco de Biqueli, Ataúro, Dili, Timor-Leste desempenha um conjunto de papéis bastante relevantes na vida das famílias e indivíduos, contribuindo claramente para a mudança e a melhoria das suas condições de vida.

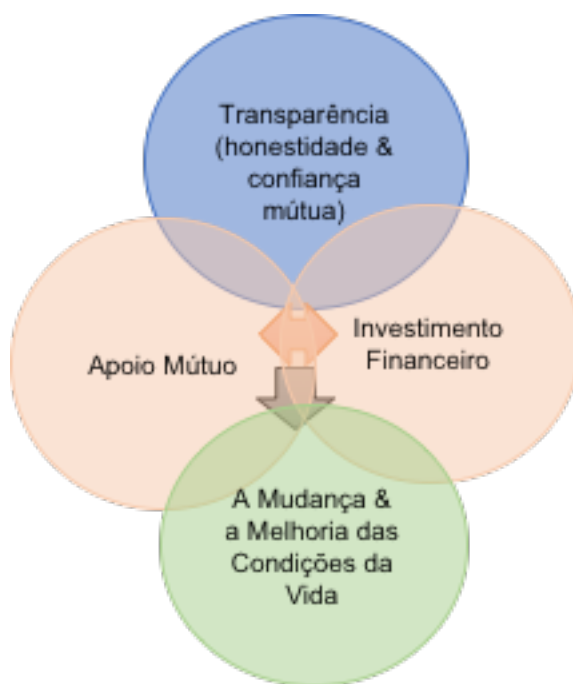
De acordo com os resultados das observações e entrevistas podemos assinalar duas grandes mudanças ocorridas ao do nível Suco e da comunidade Suco Biqueli após a independência de Timor-Leste, e que são as seguintes: a) criação de infraestrutura básicas (estrada, eletricidade e água potável) com investimento “externo” (políticas nacionais e municipais), embora não tenha ainda atingido uma cobertura de 100% da população, mas comparando com o período da ocupação Indonésia ocorrido há cerca de 20 anos atrás, verifica-se claramente uma melhoria dos acessos às infraestruturas básicas (estrada, eletricidade e água potável); b) o parque habitacional (casas de abrigo) da comunidade foi mudando e melhorando, passando de modelos de casa de abrigo temporário (*uma tali ou nú tahan*) (Figuras 11 & 12) para a casa de abrigo mais permanente (*uma fatuk*) ou a casa de “parede” (Figuras 13 & 14), construídas com contributos de ajuda mútua quer no investimento financeiro quer de trabalho comunitário através dum grupo de apoio mútuo da comunidade (*arisan*), tal como referimos anteriormente.

A constatação destes factos sugere-nos que a importância do papel do capital social do tipo cultural-cognitivo no processo de desenvolvimento comunitário em Biqueli, situação que não exclui a articulação entre as forças das relações internas (lideranças,

grupos comunitários, laços familiares e vínculos de amizade) e externas da comunidade (agentes de desenvolvimento e governamentais), ou seja, da presença de um certo *linking social capital*.

Em síntese, por aquilo que nos foi dado a observar, a transparência (honestidade e confiança) da comunidade pode estimular (incentivar) o apoio mútuo e o investimento financeiro da comunidade na melhoria das condições de vida (qualidade da vida) da própria comunidade. Assim sendo, somos ainda a considerar que nenhuma mudança e melhoria das condições de vida ao nível da comunidade podem ser concretizadas, sem o apoio mútuo e o investimento financeiro da própria comunidade (Figura 15).

Figura 15: Tipologias dos papéis do Capital Social no Suco Biqueli



Fonte: Autor

### 3.2.1.5. Estrutura dos Conteúdos do Capital Social

Decorrente do descrito anteriormente sobre os tipos e papeis do capital social no desenvolvimento comunitário em Biqueli, somos a considerar que os investimentos orientados para a melhoria das condições de vida da comunidade e a concretização dos projetos de melhoria, tais como a criação de infraestrutura básicas (estrada, eletricidade e canalização água potável) não se dissociam do objetivo da satisfação das necessidades básicas das comunidades de Ilicnamo, Ilidua Douro, Pala, e Uaro-Ana.

Subjaz no *corpus* das entrevistas realizadas, uma certa estrutura de sentido dos tipos e papeis do capital social da comunidade de Suco Biqueli e que podem ser resumidos na perspetiva duma análise estrutural de conteúdo (sentido) conforme o descrito na Figura 16. Esta estrutura de sentido (A1), designada de “Papeis do Capital Social”, coloca em ênfase as seguintes distinções: “Transparência (Honestidade & Confiável)” vs. “Não Honesto & Confiável” (ou “não transparência”), “Apoio Mútuo” vs. “Sem Apoios”, “Investimento Financeiro” (“empréstimo-crédito”) vs. “Não Empréstimo” (“Sem Investimento Financeiro”), “Condições Materiais de Sobrevivência” (Construção a Casa) vs. “Sem Condições Materiais de Sobrevivência”, e, “Melhoria das Condições de Vida” vs. “Não Melhoria das Condições de Vida”.

Figura 16: Estrutura (A1) – Papeis do Capital Social na Comunidade do Suco Biqueli



Fonte: *Corpus* das Entrevistas

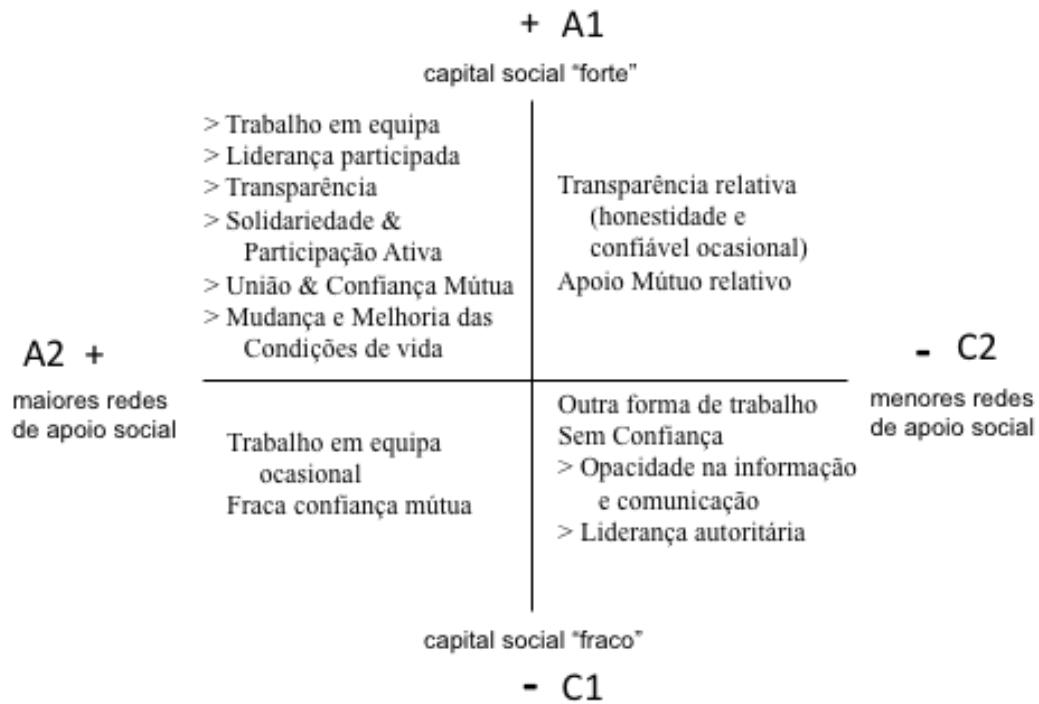
A estrutura de sentido descrita acima que o capital social apresenta ainda uma estreita relação com o desenvolvimento comunitário em Biqueli, intimamente relacionada com três objetivos de desenvolvimento: a) criação de infraestrutura básicas; b) satisfação das necessidades básicas; c) melhoria das condições de vida (qualidade da vida) da própria comunidade.

Sim, a **pobreza** é um dos problemas principais pelo que é necessário obrigar todas as pessoas em **mudarem** as suas vidas (...) **ajudando-as**” (E9).

Esta estreita relação entre capital social e desenvolvimento comunitário enfatiza ainda a relevância de certas dimensões do capital social da comunidade Biqueli, tais como o trabalho em equipa, solidariedade e participação ativa, unidos e confiança mútua, mudança e melhoria das condições de vida, transparência (honestidade e confiável) e apoio mútuo da comunidade, que em última instância representam igualmente os elementos chave do próprio desenvolvimento comunitário em prol da mudança nas comunidades de Ilicnamo, Ilidua Douro, Pala, e Uaro-Ana (Figura 17), aspetos que não se dissociam das lutas e combates à pobreza que teimam persistir nas comunidades do suco.

De relevar que os investimentos locais dependem de certas características dos laços e vínculos entre os atores, e das especificações das relações sociais entre os líderes e a comunidade, assim como das oportunidades proporcionadas pela rede das relações. Não menos verdade, as normas e valores que veiculam em Biqueli, nomeadamente as relacionadas com os princípios de solidariedade, ajuda mútua, a honestidade e confiança constituem as forças motrizes e mobilizadoras para as dinâmicas da ação coletiva, a par dos laços internos entre famílias, amigos e vizinhos que criam as oportunidades para agir em conjunto em prol da melhoria das condições de vida da comunidade de Biqueli.

Figura 17: Capital Social e a sua relação com o Desenvolvimento Comunitário em Biqueli



Fonte: *Corpus* das Entrevistas

Em síntese, os papéis e das consequências do capital social descritas acima nas comunidades de Ilicnamo, Ilidua Douro, Pala, e Uaro-Ana, estão igualmente em linha com as perspetivas de Coleman, Putnam, entre outros autores, pelo que podemos concluir que o capital social no contexto do desenvolvimento comunitário em Biqueli é tudo o que faz com que a comunidade se junta para atingir objetivos comuns com base no espírito de cooperação e confiança, em que há valores, normas que podem e devem ser seguidas e cumpridas na rede social. Por outra palavra, podemos dizer que, em termos pragmáticos, o capital social em Biqueli representa a capacidade e sobretudo a eficiência dos engajamentos dos atores sociais (individuais ou coletivos) para o trabalho em conjunto nos diferentes espaços sociais rurais, tendo em vista o alcance de objetivos de interesse comum e as “ações coordenadas” (Field, 2003, p. 49), em prol da harmonização social, do combate à pobreza e exclusão e da melhoria das condições de vida dos indivíduos e suas famílias.



### 3.3. Dinâmicas do Capital Social e as Interações na Comunidade de Biqueli

Tendo presente as características e os papéis do capital social em Biqueli, descritas anteriormente, seria deveras linear dizer que o capital social é um mero “recurso” que só tem em vista o investimento para adquirir novos “recursos”.

Falar sobre as dinâmicas do capital social do Suco Biqueli, significa igualmente ter em atenção as dimensões relevantes que decorrem da materialização ou operacionalização do capital social no contexto do agir coletivo no campo social ou na rede social (Paiva, 2008; Portes, 2000), sendo as mais relevantes identificadas no trabalho de campo do presente estudo as seguintes: a) trabalho em equipa; b) solidariedade e participação ativa; c) união e confiança mútua; d) capacitação e ajuda mútua da comunidade. Veremos com um pouco mais de pormenor estas dimensões objetivas da operacionalização do capital social como um “ativo” das redes sociais.

#### 3.3.1. Pressupostos do Trabalho em Equipa e as Dinâmicas Subjacentes

O que entendemos por trabalho em equipa nas comunidades de Ilicnamo, Ilidua Douro, Pala e Uaro-Ana do Suco Biqueli? Em termos gerais, uma equipa de trabalho poderá ser descrita como um conjunto (ou grupo) de pessoas (ou membros da comunidade) que se dedicam à realização de uma determinada atividade de interesse coletivo. Do que nos foi dado a observar, existem várias organizações ou grupo comunitários que optam pela forma de trabalhar em conjunto ou em equipa na comunidade Suco Biqueli, alegando que este modelo de trabalho tem como objetivo a melhoria das condições de vida (qualidade da vida) da comunidade.

“Decidimos em conjunto e coletivamente através de uma equipa chamada GMF, (...) sim **queremos** um bom futuro do Suco pelo que todas as pessoas devem **participar** (...)” (E9).

O extrato de entrevista supra sugere-nos que a ação coletiva ou a forma de trabalhar em conjunto (trabalho em equipa) não representa qualquer retórica, mas uma realidade na prática organizada de desenvolvimento comunitário (desenvolvimento da comunidade) em Biqueli.

Na atualidade existem em Biqueli cerca de 297 organizações comunitárias (cooperativas, grupos comunitários, etc.) e seis (6) partidos políticos (Tabela 20). Estes dados oficiais sobre o Suco Biqueli (2014) revelam que os membros da comunidade têm por hábito participarem em várias organizações sociais, cooperativas ou grupos comunitários, assim como nas organizações políticas locais (seções dos partidos políticos com representação nacional) para resolverem os seus problemas.

Tabela 20: Tipos e Total das Organizações Comunitários em Suco Biqueli

<b>Tipos das Organizações</b>	<b>Total</b>
ONG Local	2
Cooperativas	4
Federação de Pesca	1
Companhia Local	10
<b>Grupo de Crédito Moris Rasik</b>	<b>19</b>
<b>Grupo de Crédito Tuba Rai Metin</b>	<b>10</b>
Grupo de Pescadores	141
Grupo de Desporto Biqueli Cup	19
<b>Grupo de Mulher de Pequeno Negócio de Peixe Seco</b>	<b>14</b>
<b>Grupo de Pequeno Negócio (KIOS)</b>	<b>40</b>
GMF (Grupo de Gestão da Facilidade)	37
Partidos Políticos	6
<b>Total</b>	<b>303</b>

Fonte: Perfil Suco Biqueli (2014)

Tal como descrito na Tabela 20, verificámos ainda um elevado interesse das mulheres do Suco Biqueli no processo de desenvolvimento comunitário. Encontramos uma elevada participação ativa das mulheres em vários tipos de organizações sociais ou grupos comunitários, com envolvimento ativo nas várias atividades económicas (agricultores, pescadores, veterinárias, etc.) para apoiar as necessidades básicas e a melhoria das condições de vida da própria comunidade. Verificámos que existem 83 grupos comunitários das mulheres, distribuídos da seguinte forma: 40 grupos de pequenos negócios (KIOS),

14 grupos de pequenos negócios de peixe seco, 10 grupos de créditos *Tuba Rai Metin*, 19 grupos de créditos *Moris Rasik*. Além do envolvimento ativo nos grupos comunitários da comunidade, as mulheres da comunidade Suco Biqueli dão também apoio à atividade de pesca dos seus esposos e ou colaboram como produtoras ativas das algas (p.e. reparar a rede das pescas e “bando” de algas) (cfr. Anexo 1, fotografias do trabalho de campo 1 & 2).

De acordo com os entrevistados, a comunidade de Biqueli vive numa situação de miséria e pobreza porque os recursos são escassos e as alternativas de fontes de rendimento não abundam. A forma para contornar esta situação passou pela organização em cooperativas comunitárias e os grupos comunitários diversos para resolverem coletivamente os problemas locais que vão desde o acesso à água potável e outros meios de subsistência como a alimentação, situações de apoio ao desemprego e a problemas de saúde.

“Sim, vários grupos de ajuda mútua, (...) grupo cooperativo e muitos grupos de *arisan* entre a comunidade, (...) os grupos comunitários deste Suco são quase mais de 100 grupos comunitários, mas são grupos informais, (...) não registo formal destes grupos de ajuda mútua no **Suco**” (E2).

“Os membros dos grupos podem ter acesso ao **crédito** ou **empréstimo**, (...) um bom recurso do grupo sobretudo no **aspecto** da ajuda à atividade na cooperativa, (...) por exemplo no grupo de *arisan*, os membros fazem regularmente reuniões sociais onde os membros contribuem com algum **dinheiro para as necessidades**, (...) ajuda mútua sem qualquer obrigação, (...) qualquer um pode participar num grupo existente ou criar um novo grupo em torno de uma **atividade** da **economia social**” (E1).

“Foram os grupos de pequeno negócio das mulheres que deram mais vida ao suco melhorando as condições de vida. Há muita participação e trabalho em equipa (...) se não fosse assim, não teríamos um desenvolvimento comunitário, sobretudo trabalho conjunto para a libertação do povo da miséria” (E1).

“Decidimos em conjunto e coletivamente através de uma equipa chamada GMF, (...) sim **queremos** um bom futuro do Suco pelo que todas as pessoas devem **participar** (...). Sim, a **pobreza** é um dos problemas principais pelo que é necessário obrigar todas as pessoas em **mudarem** as suas vidas” (E9).

“Sentarem juntos e recolherem alguma coisa que precisarem e dar apoio aos que **necessitam**, (...) sobre este caso, há um grupo **chamado gmf** que é um grupo de **gestão** das **facilidades** ou grupo que **maneja** as **facilidades**, (...) quando enfrentamos esta questão das **responsabilidades**, é necessário providenciar a **contribuição** mensal por família, por exemplo, para a comida e a **manutenção** da **facilidade** de acesso a **água** potável” (E3).

“Sobre o **problema** da **água** potável há um grupo **chamado** GMF que é um grupo que **maneja** a **facilidade** ou grupo de **gestão** da **facilidade** que tem a **responsabilidade** de procura de soluções para esta questão, **incluindo** algumas **ong locais** que trabalham na área da **água** potável” (E2).

“Há sempre encontros para pedirem **contributos**, **seja** algum dinheiro ou algum trabalho físico, por exemplo **contribuírem** para a resolução do **problema água** potável, (...) as ajudas são sempre canalizadas através do grupo comunitário **chamado gmf** ou grupo de **gestão** da **facilidade** que existe em cada Aldeia” (E4).

“No âmbito da **responsabilidade** do **gmf** (grupo de **gestão** de **facilidade**) o trabalho é voluntário, e utilizamos o dinheiro no cofre do **gmf** para fazermos a intervenção direta... Sim, a **participação** de todos tem sido e é sempre importante” (E7).

“Temos um regulamento relevante sobre a **contribuição** mensal da **água** potável por cada família (...). Entre os **membros** dos **gmf**, há 5 pessoas que **contribuem** para a comunidade, por exemplo para dar a **manutenção** à **facilidade** da **água** potável” (E2).

As contribuições voluntárias, desde o trabalho efetivo até aos meios financeiros, não se restringem à aplicação nos problemas imediatos ou emergentes, nem resulta da mera participação daqueles que tenham capacidade financeira para tal. Por exemplo, toda

a comunidade contribui para a gestão administrativa do Posto Administrativo do Suco Biqueli. Subjaz no lema do Suco que o importante é que haja “envolvimento de todas as pessoas” na resolução dos problemas e na gestão do quotidiano do Suco, embora muitas destas iniciativas tenham sido protagonizadas pelos líderes locais, tais como os pastores das congregações religiosas.

“Deste dinheiro, 60% vai para o posto administrativo e 40% para a manutenção da **facilidade** da **água** potável, (...) dentro do Suco o envolvimento de todas as pessoas é importante e todas as pessoas **participam** sem discriminação de qualquer parte” (E1).

“Ajuda sobretudo às **viúvas** desempregadas e que muitas vivem na miséria (...). Na atualidade pastor Cristóvão, este pastor partilha com as comunidades com a sua boa experiência (...) para combater e libertar a comunidade da **pobreza** resolvemos através trabalho em conjunto (trabalho em equipa) e pagamos mensalmente a cada chefe da família” (E6).

Se é verdade que é possível encontrar nos meios rurais como nas comunidades Ilicnamo, Ilidua Douro, Pala e Uaro-Ana do Suco Biqueli um certo espírito de coletividade e a união da comunidade na resolução dos seus problemas, esta forma de trabalho conjunto não se delimita às práticas ou rituais tradicionais da sociedade Timor-Leste, por exemplo, na celebração das cerimónias fúnebres, nem a festas de casamento ou outro evento semelhante. Da interpretação da forma de trabalho em equipa, traduzida como uma ação coletiva para o combate à miséria e pobreza, permite-nos afirmar que o trabalho em equipa é uma das dimensões ou um dos elementos-chave do capital social da comunidade de Suco Biqueli. Dito de outro modo, somos a considerar que o capital social em Biqueli baseia-se igualmente na relevância do espírito de equipa e da cooperação entre os membros duma comunidade na realização de atividades conjuntas de interesse coletivo (Castiglione, Van Deth & Wolleb citado por González-Gómez, 2014, p. 24).

### 3.3.2. Solidariedade e Participação Ativa como Eixos Estruturantes do Processo de Desenvolvimento Comunitário

Esboçamos anteriormente que subjaz nas relações quotidianas do processo de desenvolvimento em Biqueli, a importância do trabalho em equipa, o espírito de cooperação e ajuda mútua, e uma grande disponibilidade das comunidades de Ilicnamo, Ilidua Douro, Pala e Uaro-Ana na dinamização da participação ativa nas organizações sociais e grupos comunitários locais.

Se uma das evidências do trabalho conjunto é a existência de mais de uma centena de casos de grupos comunitários e cooperativas comunitárias (Tabela 20), tais realidades não resultam apenas da vontade dos líderes locais, mas passa igualmente pela veiculação no seio da comunidade de um certo espírito de solidariedade na ajuda mútua e de participação comunitária na resolução dos problemas.

“Trabalhamos em conjunto, baseado no princípio de solidariedade e participação da comunidade, (...) queremos ajuda mútua e toda a comunidade participam na melhoria das condições de vida (...). A ajuda mútua surge quando algum membro do grupo enfrenta problemas” (E3).

“Sim, trabalho em conjunto baseada no princípio de solidariedade, participação e ajuda mútua, por exemplo, quando alguns membros da comunidade enfrentam o problema de falta alimentos e ou sofrem de doença, (...) resolve-se através de um grupo chamado GMF, ou seja, grupo de gestão das facilidades, através do qual a comunidade contribui mensalmente na ajuda às famílias carenciadas” (E5).

“Como demora o pagamento da produção de alga é mais um momento da necessidade de compartilharmos a ajuda mútua procurando informação relevante para alguma ação social sobretudo identificar os membros da comunidade que estejam a enfrentar problemas de alimentação e doença” (E8).

“Ajuda-se o suficiente para a necessidade básica da família do Suco Biqueli, (...) sempre com o trabalho em grupo, baseado no princípio solidariedade e participação” (E7).

“Ajudamos no arroz e outras necessidades relevantes da comunidade, (...) é necessário manter a ajuda sobretudo na atualidade, que devido à mudança climática tem havido falta a chuva, e crise na produção da **alimentação** nas famílias” (E9).

No seu livro intitulado “*Dicionário de Sociologia de A a Z*”, Frédéric Lebaron, afirma que a solidariedade designa “a forma de interdependência existente entre os atores sociais e os grupos de uma sociedade (comunidade) em particular” (Lebaron, 2010, p. 125).

O conceito de solidariedade social foi um dos conceitos centrais das perspectivas sociológicas de Emile Durkheim (1858-1917). Segundo Durkheim (citado em Ritzer, 2011, p. 85) a solidariedade consiste em dois tipos, entre outros: a solidariedade mecânica e a solidariedade orgânica. Na perspectiva durkheimiana, a solidariedade enfatiza o estado das relações entre indivíduos e grupos e está subjacente ao apego compartilhado na vida com o apoio de valores morais e crenças que vivem na sociedade (comunidade). A manifestação concreta das relações mútuas dará origem a experiências emocionais, fortalecendo assim suas relações. Por outras palavras, a solidariedade social pode igualmente ser interpretada como uma manifestação de consciência entre grupos ou indivíduos, resultante de um estado de relacionamento entre indivíduos ou (grupos) com base na mesma moral, coletiva e crença compartilhada e reforçada pela experiência emocional. Assim sendo, a solidariedade social pode ocorrer, por um lado, devido a várias semelhanças raciais, etnias e sentimentos similares que impulsionam a sedimentação nos membros de uma comunidade de um forte desejo de melhorar a sua condição de vida, e por outro lado, ser influenciada pela interação social que ocorre por causa do vínculo cultural, que basicamente desencadeia o surgimento do sentimento de comunidade (Ritzer, 2011).

Sumariamente e parafraseando a tese durkheimiana, podemos dizer que na solidariedade orgânica, as condições da sociedade (comunidade) tendem a ser muito complexas, onde cada pessoa tem um grande número de especialidade de trabalho (capital humano), contribuindo de forma distinta e diferenciada no processo de desenvolvimento. O capital social surge não para promover a igualdade no emprego ou subsistência, mas sim por outros fins, como a luta para obter uma educação adequada. Todavia, na solidariedade

mecânica, o trabalho comunitário tende a ser um mero cumprimento da ajuda por ser tradição, e o capital social surge devido aos objetivos relacionados com o seu trabalho, por exemplo, na resolução de problemas no âmbito das comunidades agrícolas ou piscatórias.

Hermano Carmo afirma no seu livro intitulado “*a Educação para a Cidadania no Século XXI, Trilhos de Intervenção*” que a solidariedade resulta da articulação das seguintes terminologias: “laço ou ligação mútua, compromisso, sentimento, prática, mutualidade, etimologia e doutrinas sociais e políticas, com fundamentos religiosos ou profanos” (Carmo, 2014, p. 74). Se atendermos aos termos “ligação mútua” “prática” e “mutualidade”, verificamos uma relação direta ou indireta da ideia de solidariedade com o capital social. Na verdade, segundo o autor, a solidariedade é uma “prática de cooperação ou assistência moral que se traduz numa identidade de sentimentos, ideias e de doutrinas” (Carmo, 2014, p. 74). Por outras palavras, a solidariedade pode igualmente ser entendido como “uma mutualidade de interesses e deveres que se traduz numa identidade de sentimentos, ideias e doutrinas. Por exemplo, sentimento partidário, sentimento de classe” (Carmo, 2014, p.74).

Subentende-se assim a importância da solidariedade social como valor orientador da razão lógica do trabalho em equipa entre os atores sociais (indivíduos ou coletivos) num processo de desenvolvimento comunitário. Neste sentido e tendo em atenção os extratos de entrevistas referidos anteriormente, a cooperação mútua é uma forma de ajuda mútua que prevalece na área rural de Biqueli. A cooperação mútua, como uma forma de trabalho (colaboração) entre atores sociais (indivíduos ou coletivos), resulta igualmente do estado (*status*) de normas de confiança mútua para cooperar na resolução de questões de interesse (benefício) mútuo em Ilicnamo, Ilidua Douro, Pala e Uaro-Ana. Admitimos assim uma relação estreita entre a cooperação e a solidariedade social em Biqueli, onde a participação voluntária e ativa da comunidade para o desenvolvimento comunitário decorre de vínculos e laços culturais específicos.

Em síntese, podemos dizer que a solidariedade e a participação comunitária são dois elementos inseparáveis intimamente relacionados com o capital social da comunidade. Por outras palavras, a solidariedade social e a participação ativa da comunidade, materializadas como processo de cooperação mútua entre os atores sociais, representam



igualmente um dos elementos centrais do capital social da comunidade num processo de desenvolvimento comunitário em Biqueli, na medida em que o capital social pode ser entendida como a capacidade de trabalhar em conjunto (trabalho em equipa) dos atores sociais, tanto individuais como coletivos, para alcançarem objetivos comuns (González-Gómez, 2014) no combate à pobreza (Jordan, 2015).

### 3.3.3. Potencialidades e Constrangimentos das Relações de Ajuda e Confiança Mútua e a sua Importância nas Dinâmicas do Capital Social no Desenvolvimento Comunitário

Para além da solidariedade e a participação comunitária, onde a união e a cooperação marcam um lugar privilegiado na ação coletiva, a confiança mútua entre os membros das comunidades de Ilicnamo, Ilidua Douro, Pala e Uaro-Ana desempenha igualmente um papel relevante no processo de desenvolvimento comunitário de Biqueli. Verificámos nas entrevistas que os entrevistados afirmam que confiam nos líderes e que a população valoriza a confiança mútua e a honestidade nas relações sociais. É por este facto que encontramos afirmações categóricas de que os empréstimos de dinheiro entre os membros da comunidade para fins diversos baseiam-se na confiança e no cumprimento dos acordos, sustentando assim a ideia de que sem o necessário espírito de união e confiança mútua entre os membros da comunidade, a solidariedade e a participação ativa da própria comunidade caem num certo vazio, inviabilizando o sentido do próprio processo de desenvolvimento comunitário, em geral, e a luta contra a miséria e a pobreza.

“Neste Suco podemos a confiar nos pastores e nas autoridades do Suco, (...) é confiável porque inspiraram as pessoas no trabalho em conjunto e na ajuda mútua” (E3).

“Esforçamos para dar uma saída à pobreza, (...) uma comunidade livre de ser pobre só com ajuda, (...) a maioria da população é honesta e confiável. Por exemplo, em termos empréstimo do dinheiro não temos os requisitos de banco, mas até ao momento não há nenhum caso de perda ou de não devolução, (...) há muita confiança mútua entre si mesmo” (E8).

“Sim, podemos a **confiar** (...), a maioria **populações** deste **suco é** confiável (...), a **confiança** mútua entre a comunidade **por exemplo** na liderança comunitária para dar atendimentos relevantes e públicos com disciplina, transparência e espírito de igualdade, (...) atendimento igual para todos, **por exemplo em termos de empréstimos e fazerem cumprir** os **contratos** que estabeleceram em conjunto” (E2).

“O sucesso das nossas relações na comunidade é a confiança e o respeito mútuo (...), é sobretudo a capacidade de respeitar e cumprir as promessas e devolver o dinheiro emprestado, (...) é assim a nossa vida” (E5).

“É por existir uma **confiança** mútua que se garante que não se **perde** o **dinheiro** dos **empréstimos** por exemplo através dum membro do grupo numa cooperativa, (...) a **confiança** mútua deve ser e é um modelo da comunidade do Suco, (...) um exemplo de trabalho em conjunto entre eles, o estado e a igreja, (...) só com **confiança** mútua e unidos” (E2).

“As comunidades deste **suco valorizam a confiança** mútua em **termos de empréstimos** ou nalgum **crédito**, (...) confia-se no **cumprimento** dos **contratos** e na data limite para **devolver** o **dinheiro emprestado** entre as duas partes, (...) há muita confiança no trabalho em conjunto” (E4).

“O empréstimo mútuo é apenas baseado na confiança mútua entre si” (E9).

É indubitável que a confiança ou *trust* representa um dos principais aspetos que sustenta a cooperação mútua e o trabalho em rede (*network*) entre os grupos comunitários e demais organizações sociais. Se não houvesse uma certa confiança mútua (*mutual-trust*) entre os atores sociais de Biqueli, seria igualmente impossível verificar os fenómenos relacionados com a solidariedade social, nem haveria condições para impulsionar a participação ativa entre os diferentes grupos comunitários.

“Realizamos ajuda a 10 pessoas no **grupo** de *arisan* e conseguimos **construir** 10 **casas** sem problema. Foi um **trabalho** conjunto em **grupo, através do qual** pudemos **melhorar** a **vida das famílias, apoiar** o **estudo** dos **filhos** e **construir** a **casa de abrigo**” (E7).

“O empréstimo mútuo é apenas baseado na confiança mútua entre si” (E9).

“O grupo de pesca e o grupo de *arisan* ajudaram sempre mutuamente para o desenvolvimento dos grupos de apoio à comunidade, sobretudo para a melhoria das condições da vida das famílias dos membros dos seus grupos” (E6).

“Ser membro do grupo tem facilmente acesso ao trabalho conjunto; utilizar o dinheiro do grupo para emprestar a quem necessita. Por exemplo, apoiar o estudo dos filhos e atender às necessidades duma família ou ajudar na melhoria da casa de abrigo” (E4).

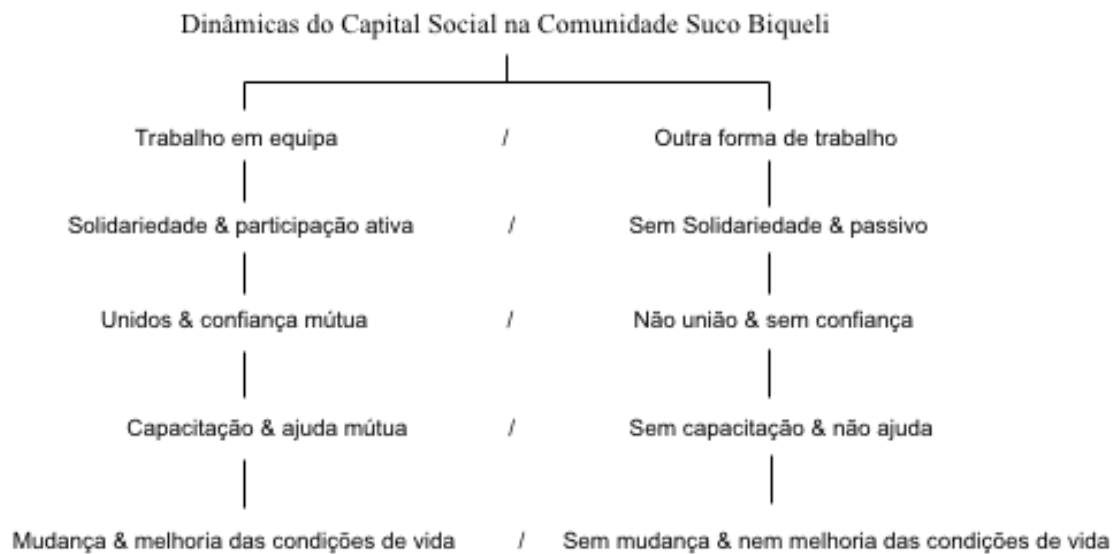
“Recolher o material de construção duma casa e ajuda mútua no barlaque (...) casamento tradicional” (E1).

Analisando com um pouco mais de pormenor os extratos das entrevistas através da análise estrutural de conteúdo, verificamos um isotopia singular das dinâmicas do capital social da comunidade de Suco Biqueli, conforme ilustrada na Figura 18. A estrutura de sentido das “dinâmicas do capital social na comunidade” (A2), coloca em evidência as distinções e associações percetivas entre os diferentes elementos cruciais do capital social: “Trabalho em Equipa” vs. “Outra Forma de Trabalho”, “Solidariedade & Participação Ativa” vs. “Não Solidariedade & Passiva”, “Unidos & Confiança Mútua” vs. “Não Unidos & Confiança Mútua”, “Capacitação & Ajuda Mútua” vs. “Sem Capacitação & Ajuda Mútua”, “Mudança & Melhoria das Condições de Vida” vs. “Sem Mudança & Melhoria das Condições de Vida”.

Salvo melhor opinião, os dados analisados sugerem com clareza que o capital social das comunidades de Biqueli deve ser perspetivado como elemento gerador de impactos positivos no desenvolvimento, reforçando a coesão social, o alívio e/ou a redução da pobreza, assim como, dinamiza a ação coletiva, a melhoria da saúde, educação e estabilidade económica duma comunidade (Coleman, 1990, Putnam, 1995, Field, 2003; González-Gómez, 2014; Alder & Kwon, 2014; Jordan, 2015). Por conseguinte, as dimensões de capital social são bastante amplas e complexas, sendo diferente e distinto de capital humano. Falar de capital social, não se refere à dimensão individual, mormente o poder

e as competências dum indivíduo, antes porém é ter em conta as “forças relacionais nas redes sociais” (Vasconcelos, 2011, p. 9) que potenciam as relações de solidariedade, participação ativa e ajuda mútua, bem como a confiança que subjazem como “valores ou normas partilhadas entre os membros de um grupo que permitem a cooperação entre eles” (Fukuyama, 1995, p. 10).

Figura 18: Estrutura (A2) – “Dinâmicas do Capital Social na Comunidade do Suco Biqueli”



Fonte: *Corpus* das Entrevistas

Este conjunto de observações estão em linha com a ideia de que existe uma natureza cultural-cognitiva do capital social (González-Gómez, 2014) que molda a solidariedade social, valorando a participação ativa no trabalho em equipa, a ajuda mútua na resolução dos problemas e o reforço do *empowerment* nas redes sociais. Por outras palavras, tal como referimos anteriormente, o capital social representa efetivamente um elemento gerador de impactos positivos no desenvolvimento, porque reforça a coesão social, dinamiza a ação coletiva e capacita os atores sociais na luta contra a miséria e a pobreza.

As dinâmicas do capital social da comunidade Suco Biqueli podem ser sintetizadas no seguinte esquema, conforme descrito na Figura 19.

Figura 19: Dinâmicas do capital social da comunidade do Suco Biqueli



Fonte: Autor

#### 3.3.4. Principais Relações Lexicais sobre o Capital Social em Biqueli

Para complementar a análise estrutural de conteúdo como descrita anteriormente, apresentamos neste tópico os resultados do tratamento do *corpus* das entrevistas referente ao capital social<sup>55</sup>, extraídas através do *software Iramuteq*. Em termos formais, o *corpus* das entrevistas recolhidas é composto pelo seguinte (Fonte: *output Iramuteq*):

- N° textos: 9
- N° segmentos de textos: 153
- N° formas: 939
- N° *hapax* (palavras únicas): 310
- N° ocorrências: 5460
- N° lemas: 698
- N° formas ativas: 480
- N° formas suplementares: 198
- N° formas ativas com a frequência  $\geq 3$ : 182
- Média das formas por segmento: 35.686275
- N° classes (agrupamentos de palavras): 4

---

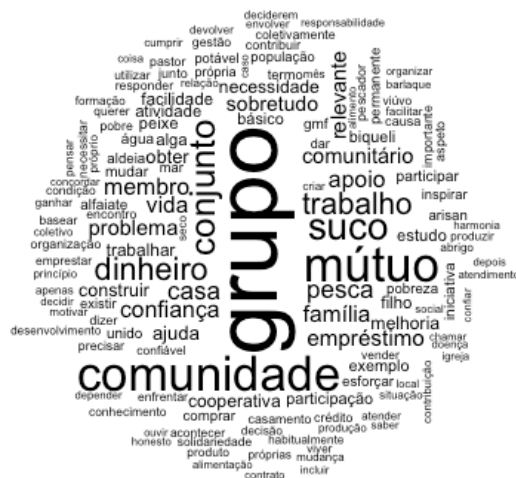
<sup>55</sup> Ver nota de rodapé 12

- 86 segmentos classificados em 153: (56.21%)

Procedemos ao tratamento do *corpus* com as seguintes técnicas disponíveis no *Iramuteq*: nuvens de palavras, análise da similitude das ocorrências e classificação hierárquica descendente.

Os resultados da extração decorrente da aplicação da técnica de nuvens de palavras permitiram-nos conhecer que predominam no *corpus*, por ordem decrescente de grandeza, um conjunto de ocorrências das palavras com frequências superior a cinco (Figura 20), representando as frequências das formas ativas do *corpus* Capital Social na comunidade do Suco Biqueli, entre as quais, as seguintes: grupo (176), mútuo (88), comunidade (87), suco (65), conjunto (59), dinheiro (51), trabalho (48), pesca (36), casa (36), membro (32), confiança (32).

Figura 20: Nuvem de Palavras do *corpus* Capital Social na comunidade do Suco Biqueli



Fonte: *Output* do *Iramuteq*

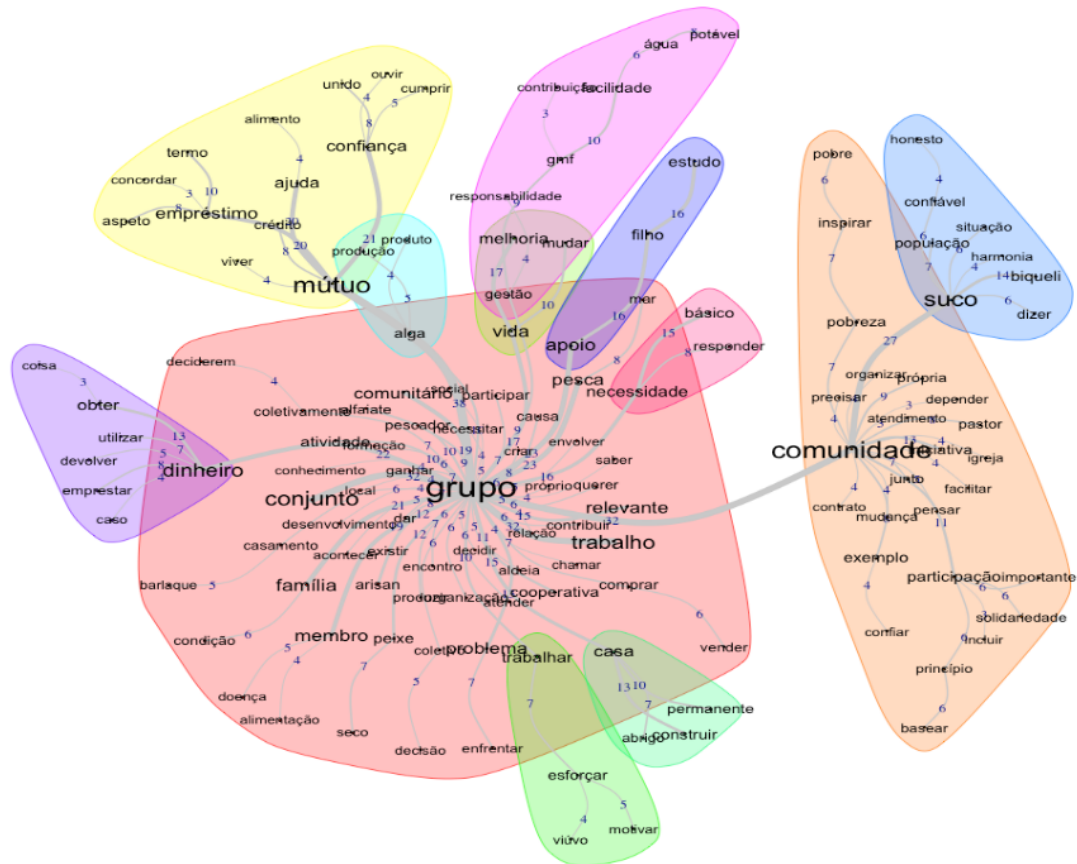
Este conjunto de palavras-chave anunciam a presença dum certo “poder” do capital social na comunidade Suco Biqueli no contexto do processo de desenvolvimento comunitário que interfere com a existência dos grupos comunitários naquela localidade. Sem a presença ativa dos grupos comunitários, não é possível perceber as dinâmicas do capital social da comunidade de Biqueli.

Através da extração das coocorrências das palavras-chave com o *Iramuteq*, verificámos um conjunto de associações relevantes, organizadas em torno de seis grandes agrupamentos de coocorrências, onde se salientam as palavras-chave: “grupo”, “conjunto” “mútuo”, “trabalho” “comunidade” “suco”. Conforme o gráfico da análise de similitude (Figura 21), evidenciam-se como palavras-chave: “grupo-conjunto”, “grupo-trabalho”, “grupo-mútuo”, “mútuo-empréstimo”, “mútuo-confiança”, “comunidade-suco”, “trabalho-comunidade”.

Ao interpretarmos os resultados dos tratamentos dos dados das entrevistas extraídos através do *Iramuteq*, nomeadamente a nuvem das palavras (Figura 20), a similitude (coocorrências) do *corpus* (Figura 21), e o dendograma das classes dos agrupamentos lexicais sobre o desenvolvimento comunitário (Figura 22), apercebemos da importância da cooperação e do trabalho conjunto ou trabalho em equipa dos atores dos diferentes grupos comunitários num processo de desenvolvimento comunitário do suco (Figuras 20 & 21). Uma outra evidência das dinâmicas de cooperação e do trabalho conjunto da comunidade é a existência de um conjunto de léxicos relacionados com a dinâmica de ajuda mútua dos grupos comunitários e entre os mesmos grupos da comunidade, valorando a importância da confiança, nomeadamente nos casos dos empréstimos (Figura 20 & 21).

Os resultados obtidos permitem-nos ainda caracterizar as palavras relevantes sobre o capital social, nomeadamente no que se referem à natureza das dinâmicas do capital social relacionadas com a participação ativa, a cooperação e o *empowerment* da comunidade num processo de desenvolvimento da comunidade de Biqueli (Classes 4 e 1), a confiança mútua entre os atores da comunidade (Classe 3) e a melhoria das condições de vida (qualidade da vida) da comunidade (Classe 2) (Figura 22).

Figura 21: Similitude (coocorrências) do *corpus* Capital Social na comunidade do Suco Biqueli

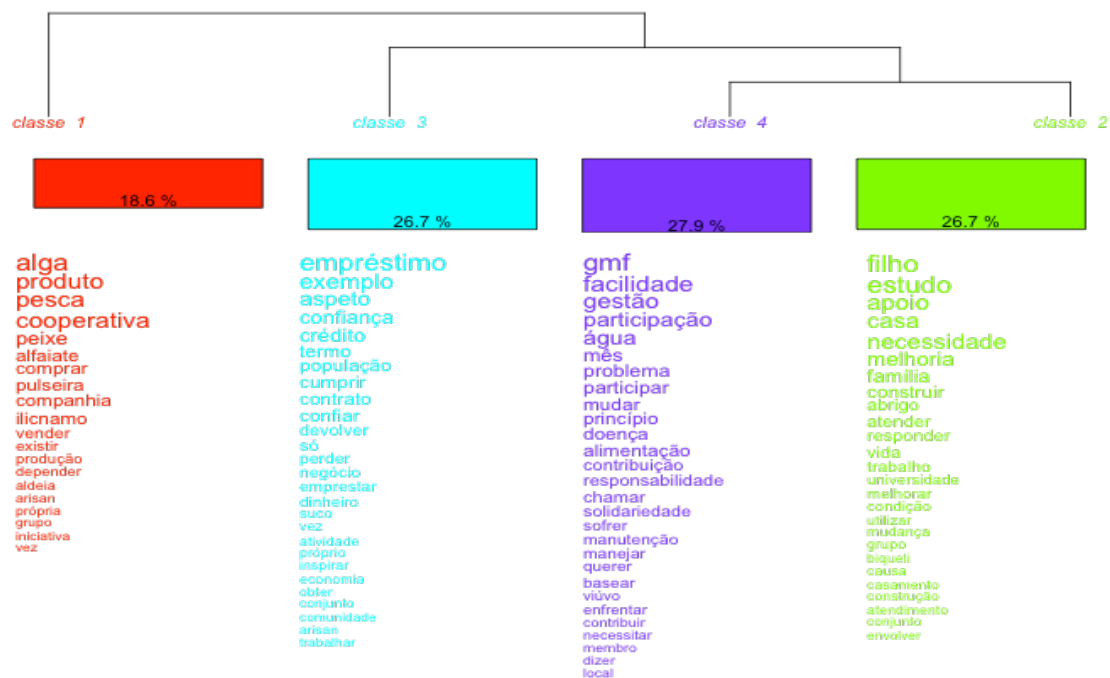


Fonte: Output do Iramuteq

Salvo melhor opinião, todas as classes lexicais apresentam-se com um peso percentual muito próximos (classe 2 e 3), sendo a maior a classe 4 (27,9%), seguida da classe 2 (26,7%), depois a classe 3 (26,7%), e por último a classe 1 (18,6%). A classe 4 (cor roxo) resultou a agregação das 24 das 86 UCE, o que corresponde a 27,9% do *corpus*. A classe 2 (cor verde) resultante de 23 das 86 UCE detem 26,7% da massa lexical no *corpus*, quanto a classe 3 (cor azul turquesa), resultante da agregação de 23 palavras das 86 UCE, apresenta na ordem dos 26,7%, Por último, temos a classe 1 (cor vermelha) contém 16 palavras das 86 UCE, o que representa 18,6% do *corpus* (Figura 22).



Figura 22: Dendograma das Classes dos agrupamentos lexicais do *corpus* Capital Social na comunidade do Suco Biqueli



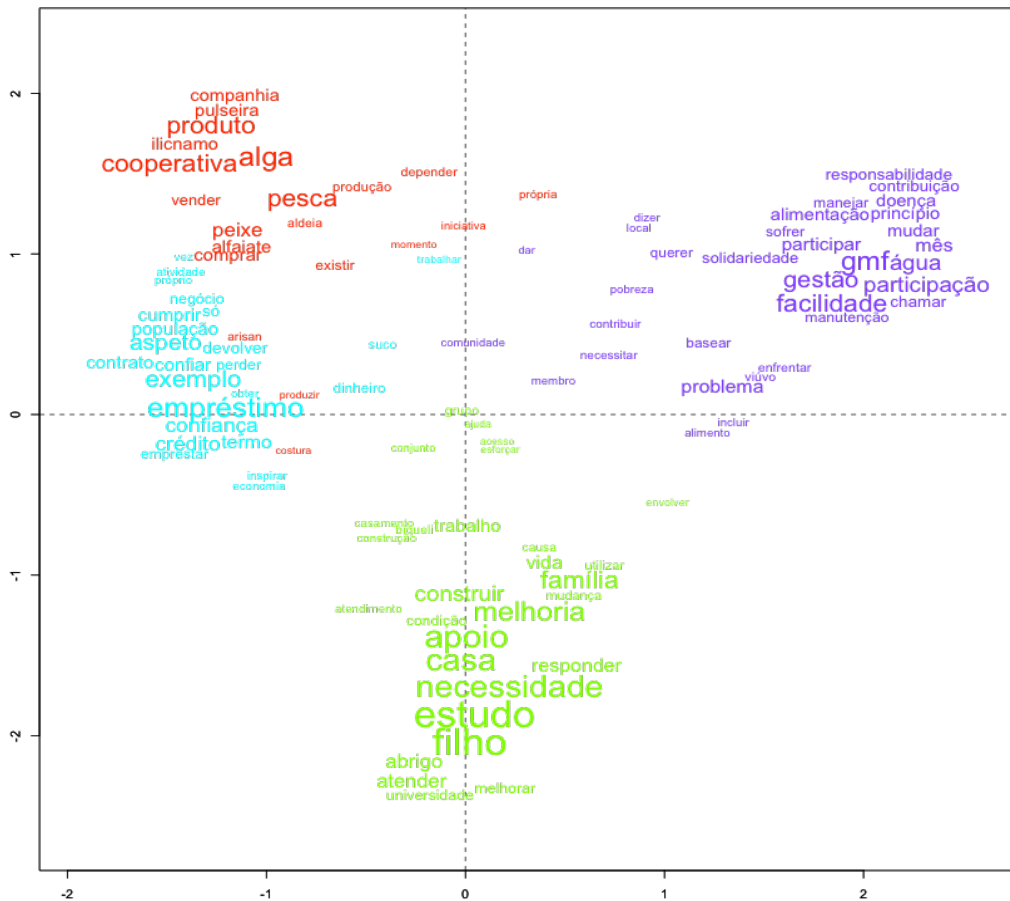
Fonte: *ouput* do Iramuteq

Através da observação do gráfico dos planos fatoriais 1 (37,7%) e 2 (34,6%), verificamos uma clara distinção das classes 4 e 2. No 1º quadrante encontra-se projetada a classe 4, encontrando-se as classes 2 e 3 entre o 3º e 4º quadrantes e no 2º quadrante vislumbra-se a projeção da classe 1 (Figura 22). De referir que os factores 1 e 2 explicam 72,3% da massa de informação do *corpus*.

Em função dos resultados da CHD ou classificação hierárquica e atendendo s palavras de cada agrupamento lexical, nomeadamente as da classe 4 e 2, somos a considerar que o capital social na comunidade Suco Biqueli é fundado na confiança (classe 3), encontrando-se em estreita relação com a valoração dos princípios de solidariedade e com as dinâmicas da participação ativa e *empowerment* da comunidade para a mudança (classe 4). Subjaz ainda nos resultados a ideia do capital social como um recurso que pode ser mobilizado através da cooperação entre os grupos na organização social e nas atividades produtivas das comunidades (classe 1), e na ajuda mútua para a melhoria das condições

de vida da própria comunidade de Biqueli, em geral, e das famílias carentiadas, em particular (classe 2) (Figuras 22 & 23).

Figura 23: Projeção das classes dos agrupamentos lexicais do *corpus* Capital Social na comunidade do Suco Biqueli



Os resultados da análise lexical vêm confirmar o que afirmámos anteriormente sobre o capital social. De uma forma geral, verificámos nas comunidades de Ilicnamo, Ilidua Douro, Pala e Uaro-Ana do Suco Biqueli a presença das tipologias de capital social *bonding*, *bridging* e *linking*, onde os vínculos internos (*bonding*) dos grupos comunitários potenciam as dinâmicas das ajudas mútuas entre os seus membros e suas famílias.

Não menos verdade, os resultados colocam ainda em evidência, por um lado, a importância das conexões externas (*bridging*) entre os grupos que lhes permitem valorar a participação ativa e a dinamização de ações de capacitação (*empowerment*) daqueles

que necessitam de ajudas, e por outro lado, a presença de redes de interação entre os atores sociais (individuais e coletivos) e os agentes governamentais e ONG, nomeadamente para a resolução de problemas específicos sobre a água potável, os acessos das estradas, e outras necessidades e melhorias das infraestruturas dos equipamentos sociais.

Não obstante a perceção das três tipologias de capital social, o que nos parece relevante evidenciar é que os resultados sugerem igualmente a presença de duas dimensões específicas de capital social em Biqueli, dito no sentido de Bullen & Onyx (citado por González-Gómez, 2014): estrutural-relacional; cultural-cognitivo. O capital social do tipo estrutural-relacional releva a importância da participação ativa, do trabalho em equipa e demais conexões entre os níveis micro e meso (*bonding, bridging, linking*) da rede de interação dos atores sociais do suco Biqueli. Quanto ao capital social cultural-cognitivo, verificamos que se baseia na importância da confiança mútua e os princípios de solidariedade social, representando assim uma dimensão normativa e valorativa que orienta as condutas sociais dos membros da comunidade de Biqueli.

Não verificamos consequências negativas do capital social, que *a priori* poderia acontecer, tal como sugerem Portes (citado por González-Gómez, 2014, p. 59), Putnam (2000) e Field (2003) devido ao “fechamento” dos grupos. Constatámos uma relação saudável entre os grupos comunitários e demais organizações sociais, aspeto que nos sugere que o capital social em Biqueli não só favorece o estabelecimento de pontes entre os atores (individuais e coletivos), assim como promove a coesão no seio da comunidade e a satisfação de objetivos partilhados. Justifica-se a razão de ser da existência dum elevado número de grupos comunitários e organizações sociais em Biqueli, revelando que a cooperação mútua, o trabalho conjunto, ou melhor, o associativismo e o cooperativismo representam a “dimensão pública do capital social, situação que traduz um claro benefício coletivo” (Albuquerque, 2013, p. 271).

Sistematizando, podemos considerar que não é de fácil descodificação o perfil do capital social numa comunidade. Porém os resultados sugerem a presença duma natureza estrutural-relacional e cultural-cognitivo, que potenciam o *bonding, bridging e linking*, contribuindo para a potenciação dos laços e vínculos unem as pessoas, reforçando assim a coesão social e a inclusão, traduzidas em aumento dos valores positivos da ação coletiva, da cooperação e ajuda mútua nas redes de vizinhança nas comunidades de Biqueli.

Face ao exposto, consideramos que

“é possível existir uma variação das intensidades dos laços e vínculos que subjazem no capital social, bem como dos fluxos das orientações simbólico-valorativos que interferem nas diversas conexões das redes sociais, aspetos que nos permitem compreender a operatividade a diferentes níveis que o próprio capital social possa emergir, seja de ordem cultural-cognitivo ou relacional-estrutural, atravessada pelas lógicas dos laços sociais e de filiação familiar (*bonding*-‘micro’), das conexões sociais favoráveis à participação e solidariedade (*bridging*-‘meso’) e das redes sociais (*linking*-‘macro’) que veiculam no seio comunidade” (Costa, Z. & Silva, C., 2018, p. 140).

Em síntese, é pela conjugação destas duas dimensões do capital social (estrutural-relacional e cultural-cognitivo) que entendemos que o capital social em Biqueli exacerba a relevância do espírito de equipa e da cooperação mútua entre os membros duma comunidade, tendo em vista a realização de atividades conjuntas de interesse coletivo em Ilicnamo, Ilicdua Douro, Pala e Uaro-Ana.

### **3.4. As Formas de Participação e o Empowerment no Desenvolvimento Comunitário no Suco Biqueli**

A participação e o *empowerment*, enquadrados nas lógicas do envolvimento ativo e da capacitação dos atores sociais, são conceitos muito presentes nos documentos oficiais de Timor-Leste, nomeadamente no seu Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030. A própria Constituição da RDTL enfatiza a importância do envolvimento ativo da comunidade, quer nas questões nacionais, afirmando claramente na alínea c) do seu art. 6º que são objetivos fundamentais do Estado “Defender e garantir a democracia política e a participação popular na resolução dos problemas nacionais”, quer a nível local, como se encontra plasmada na alínea 1) do artigo 72º a propósito do poder local (“O poder local é constituído por pessoas coletivas de território dotadas de órgãos representativos, com o objetivo de organizar a participação do cidadão na solução dos problemas próprios da sua comunidade e promover o desenvolvimento local, sem prejuízo da participação do Estado”), quer ainda no domínio da participação política dos cidadãos, nos termos da alínea 1) do artigo 63º (“A participação direta e ativa de mulheres e homens na vida política constitui condição e instrumento fundamental do sistema democrático”).

A propósito da participação e da sua relação com a independência de Timor-Leste, Silva, A.B. (2011) afirma que subjaz na independência de Timor-Leste dois grandes objetivos e que dizem respeito ao seguinte: “a libertação da pátria e a libertação do povo” (Silva, A.B, 2011, p. 279). Para o autor, o movimento de libertação envolve a participação ativa das pessoas, sem a qual não é possível alcançar e conquistar a libertação do povo das condições de miséria e da pobreza. Acrescenta ainda o autor, na mesma linha de Sotomoto (2008) e Ife & Tesoriero (2008), que a participação da comunidade no contexto desenvolvimento comunitário implica o envolvimento de todos membros da comunidade nas tomadas decisões sobre quaisquer atividades que afetam suas vidas.

É precisamente pela relevância destas questões, bem como a relação entre a participação direta, o *empowerment* e o capital social que já esboçamos anteriormente, que importa analisar em seguida com mais algum pormenor, a participação ativa e o *empowerment* no desenvolvimento comunitário em Biqueli, nomeadamente nos aspetos referentes ao seguinte: i) o enfoque participativo no combate aos problemas da pobreza; ii) a participação na mudança e melhoria das condições da vida (qualidade da vida) da própria

comunidade; iii) o *empowerment* no contexto da mobilização e motivação das lideranças locais; iv) a capacitação comunidade no trabalho em equipa (trabalho em conjunto).

### 3.4.1 Significados da Participação Ativa da Comunidade do Suco Biqueli no Desenvolvimento Comunitário

Em termos gerais, encontrámos em Biqueli um elevado interesse participativo da comunidade, traduzido em termos de envolvimento direto e ativo nos vários aspetos do quotidiano da vida local, assim como na tomada de decisões relevantes sobre o processo de desenvolvimento comunitário. São frequentes os encontros dos grupos nas aldeias para exporem os seus problemas e para encontrarem soluções para as mesmas, sendo algumas destas iniciativas são dinamizadas pelas lideranças da comunidade. Estes encontros estão previstos nos normativos da autoridade comunitária e que voltaremos a falar mais adiante de forma mais específica.

“As pessoas contribuem com **ideias** relevantes nos **encontros** da **Aldeia**” (E5)

Embora as formas de participação possam ter influência de agentes externos ou das autoridades religiosas, os entrevistados rejeitam que as formas de participação sejam impostas pelos agentes governamentais (“não são ordens do estado” E8), considerando que as iniciativas partem do interesse local, com “**mobilização** da **liderança** comunitária e **participação** ativa da própria comunidade” (E8).

“Há muitas formas de participação (...) tanto organizada pelo governo e também da **Igreja**, (...) há a festa popular e outras **formas** de **participação** no **suco** que não são ordens do estado” (E8).

Encontrámos vários exemplos de participação e envolvimento direto da comunidade, valorando não só o trabalho conjunto, mas também o espírito de solidariedade na ajuda mútua, em prol de toda a comunidade. São por exemplo as seguintes situações: a) participação nos encontros ao nível Aldeia e Suco, contribuindo com ideias relevantes e sua discussão e reflexão sobre o desenvolvimento comunitário no Suco; b) contributo com apoios financeiros e alimentação aos carenciados; c) participação direta na manutenção da higiene e limpeza dos espaços comunitários, por exemplo, aderindo à iniciativa de limpeza geral conhecida como “sexta limpa” no nível Suco e bairros; d) participação direta nas iniciativas e na organização das festividades das aldeias; e) contributo voluntário das suas plantações e terra para a construção da estrada e para a instalação de equipamentos de fornecimento de eletricidade sem qualquer compensação financeira (cedência voluntária de propriedade para o bem comum); f) contributo financeiro para pagar a água potável e a eletricidade para que toda a comunidade possa usufruir destes recursos de forma ininterrupta ao longo do dia (24h).

“A comunidade participa ativamente no **projeto** PNDS e decidem sobre as prioridades, (...) a implementação do **projeto** foi da própria comunidade e representantes das comunidades foram convidadas para discutirem e acordarem em conjunto quais as prioridades, antes de realização do **projeto**” (E1).

“Mesmo com suas limitações, a comunidade uniu esforços na melhoria da educação, (...) participou voluntariamente com ajuda mútua na criação duma infraestrutura da escola, (...) aumentou a facilidade da **pesca**, aumentou o crédito para a casa da comunidade, (...) no **ano** 2006, transformaram o salão de encontros e foi com o envolvimento da comunidade nas decisões que foram **construídos** os acessos da **estrada**, eletricidade e água potável” (E9).

“O programa do **Suco** e da **Igreja**, para além de incluir o esforço próprio na participação ativa, envolve ativamente a comunidade, por exemplo na **participação** na **limpeza** geral do **Suco** num projeto chamado **Biqueli limpo**” (E8).

“Premiamos a participação, (...) um prémio que **consideramos** como um **reconhecimento** do estado à comunidade do **Suco Biqueli**” (E4).

“Mensalmente, as comunidades **contribuem** com 25 cêntimos a \$ 1,00 por família, dependendo da força da comunidade (...). Mas a comunidade tem a sua própria iniciativa para solucionar os **problemas** das necessidades básicas, mas outras como o funcionamento da eletricidade durante 24h ainda não é possível de ser respondido a nível local” (E4).

“Por exemplo, a **limpeza** geral à sexta com **participação** ativa da comunidade de **Suco Biqueli**, ou **encontros** na **Aldeia** e **Suco** onde a comunidade trabalho em conjunto promovem a plantação conjunta de árvores, (...) **encontro** regular do **Suco** e **encontro** semanal na **Aldeia** liderados pelo chefe da **Aldeia**” (E6).

“Todas as comunidades contribuem na limpeza do bairro e assim contribuem para um ambiente saudável através da **participação** ativa da comunidade (...). Até hoje, não tem havido protestos (...), mas às vezes acontece como recentemente, um protesto do antigo chefe do **Suco** de **Biqueli** sobre as formas de condução da **participação** (...), **mas é apenas uma intervenção política por ter deixado de ser chefe** (...), **perdeu a confiança da comunidade**” (E8).

“Habitualmente contribuem de forma voluntária (...), a comunidade contribui com comida, tais como a mandioca e o peixe para quem precisa” (E2).

Para estimular a motivação e a mobilização da comunidade de Biqueli, são atribuídos prémios para algumas das iniciativas participativas nas aldeias do suco, tal como ilustra o seguinte extrato de entrevista:

“As pessoas contribuem com **ideias** relevantes nos **encontros** da **Aldeia** (...), a comunidade do **Suco** tem estado ativamente a **participar** na **limpeza** geral, (...) desta **limpa** até atribuímos um **prémio** que uma espécie de **reconhecimento** do estado da **participação** ativa da comunidade e também é para premiar quer a **mobilização** e a **motivação** da **liderança** comunitária quer o trabalho em conjunto entre as comunidades e as **lideranças** locais” (E5).



Pelo que nos foi dado a observar, a participação comunitária em Biqueli não pode ser entendido como uma mera “delegação de poder e controle do cidadão” (Jones & Kardan, 2013; Ife & Tesoriero, 2008). Igualmente, não nos parece que seja de caracterizar a participação ativa (direta) da comunidade como uma perspectiva que instrumentaliza os membros da comunidade, onde as lideranças apenas estimulam os membros da comunidade para “aproveitar do seu saber-fazer” (Teixeira citado em Silva, 2004, p. 58). O sentido da participação comunitária comporta contornos de inclusão, interessa a todos, em que o envolvimento ativo da comunidade, quer seja fisicamente, quer pelo contributo de ideias, material e meios financeiros, decorre igualmente de um forte capital social que mobiliza sentimentos de pertença, solidariedades e identificação dos atores sociais com o processo e os resultados de desenvolvimento comunitário em Biqueli.

Subjaz na perspectiva de participação comunitária que identificamos em Biqueli uma dinâmica de envolvimento voluntário e ativo da comunidade na tomada de decisões sobre diversos aspetos do quotidiano da comunidade, bem como em relação aos programas de desenvolvimento comunitário propostos pelo Governo ou pelas ONG. Relevamos assim que a participação direta está intimamente relacionada com a perspectiva de desenvolvimento “de baixo para cima” (*bottom-up development perspective*), pelo que a natureza participativa identificada encontra ressonância numa lógica de desenvolvimento em Biqueli onde se valoriza a centralidade das pessoas (*people centered development*). Admitimos, assim, que cada membro da comunidade é visto como um ator ativo da rede social, pelo que somos a considerar que a participação direta contribui positivamente para a génese de um desenvolvimento verdadeiramente baseada na comunidade (*community based development*) (Hickey & Mahon, 2004).

Em síntese, os resultados do estudo revelam que, dentro das formas conhecidas de participação (Paul, 1987; Arnstein, 1969; Cornwall, 2008; Martin, 1994; Geary & Sisson, 1994), a tipologia de participação comunitária na comunidade Suco Biqueli assume característica de participação direta no quadro de democracia participativa (Arnstein, 1969), pelo que a participação direta em Biqueli pode ser entendida também, como uma perspectiva que apela sobretudo a ideia de cooperação mútua, que não se confunde com

lógicas coercivas e alienadas, mas que releva o reconhecimento dos membros da comunidade como ‘parte’ interessada com adequada autonomia na decisão e na definição dos objetivos de interesse coletivo do suco.

Em síntese, falar de participação ativa da comunidade, estamos a falar de todos os aspetos do processo de desenvolvimento comunitário, em geral, e das necessidades de cooperação conjunta e de empoderamento de todos os membros da comunidade para alcançar a concretização dos objetivos de interesse mútuo ou coletivo, tais como, o combate aos problemas da pobreza, e as necessárias mudanças e melhorias das condições de vida, aspetos que vamos aprofundar e exemplificar um pouco mais no tópico seguinte.

#### 3.4.2. Razões do Enfoque Participativo no Combate aos Problemas da Pobreza e Exclusão

Em termos gerais, a pobreza pode ser entendida como uma condição real em que as pessoas ou os membros das comunidades não possuem capacidade para responderem cabalmente aos *défices* de necessidades básicas que enfrentam. É sobejamente conhecido e escrito que o problema da pobreza existe em todo o lado do mundo, sobretudo nos países subdesenvolvidos, incluindo Timor-Leste. Mesmo assim, os tipos ou formas e as escalas da pobreza diferem entre os países, assim como, diferem os processos de intervenções aplicados à redução das condições de miséria e da pobreza nos diferentes países.

É precisamente pela magnitude do problema da pobreza que entendemos a razão lógica de um dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) para o período de 2015-2030 incidir na erradicação da extrema pobreza para todas as pessoas em todos os lugares (*eradicate extreme poverty for all people everywhere*), sobretudo para pessoas que vivem com menos de \$ 1,25 dólares US por dia (UNDP SDG Booklet, 2015, p. 4).

Este objetivo do combate ou erradicação da extrema pobreza e a fome (UNDP Timor-Leste, 2009), não é alheio ao Governo da RDTL pelo que encontramos igualmente descrito nas linhas do Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional (PEDN) 2011-2030, cuja visão nos esclarece que é desejo da ação governativa que Timor-Leste possa tornar-se “numa sociedade democrática e próspera, com suficiente comida, abrigo e roupas para todas as pessoas”, ou seja, “Timor-Leste sem pobreza”. Para concretizar esta

visão e meta do desenvolvimento sustentável, verificamos nos documentos oficiais um forte apelo à intervenção comunitária baseada na participação ativa de todas as pessoas, sobretudo dos pobres nas tomadas decisões sobre qualquer atividade de desenvolvimento comunitário. Por conseguinte, falar em desenvolvimento sustentável, não se delimita na discussão da preservação do ambiente, nem no combate às alterações climáticas, mas envolve igualmente o interesse na implementação de medidas concretas para erradicar a pobreza.

Tendo em atenção o que registámos no trabalho de campo em Biqueli, verificamos que os pobres *per si* não conseguem tomar a iniciativa de participarem ou envolverem nas atividades de desenvolvimento, sem a intervenção externa de outros atores particularmente ao nível do estímulo, inspiração e motivação para a mudança. Para a mudança, é preciso ganhar a confiança dos mesmos, mas sobretudo que os pobres estejam conscientes que é preciso mudar.

“Há muita pobreza no Suco (...), por isso, é preciso **inspirar** e motivar a comunidade deste Suco para se **esforçarem** na **mudança** das condições de **vida, trabalhando em conjunto** (...) em **grupo** sim, podemos **libertar-nos** da **pobreza**” (E4).

“**Inspirar** e motivar as **comunidades** deste Suco para se **esforçarem** e **trabalharem** em **conjunto**, em **grupo** para libertar as suas **vidas** da própria **pobreza**, (...) **pessoas** mais ativas **apresentam** um **espírito** de **coletividade** mais forte” (E3).

“A **pobreza** é sofrimento, (...) é preciso o esforço conjunto para nos libertar disso, (...) é preciso dar meios para a comunidade” (E8).

“Ambientalmente limpo só através da participação ativa da comunidade e do seu trabalho em **conjunto** (...), unidos garantimos um ambiente limpo, a sustentabilidade do desenvolvimento comunitário e um melhor combate à pobreza” (E7).

“Ajuda sobretudo às **viúvas** desempregadas e que muitas vivem na miséria (...). Na atualidade este pastor (pastor Cristóvão) compartilha com as comunidades com a sua boa experiência (...) para combater e libertar a comunidade da **pobreza**” (E6).

“Esforçamos para dar uma saída à pobreza (...), uma comunidade livre de ser pobre só com ajuda... a maioria da **população** é honesta e confiável. Por **exemplo**, em **termos empréstimo do dinheiro não temos os** requisitos de banco, mas até ao momento não há nenhum caso de perda ou de não devolução, (...) há muita **confiança** mútua entre si mesmo” (E8).

“Neste **Suco** podemos a **confiar** nos pastores e nas autoridades do **suco** (...), é confiável porque **inspiraram** as pessoas no trabalho em conjunto e na ajuda mútua” (E3).

Não obstante as intervenções a nível do combate à pobreza necessitarem de “orientação” ou “planeamento” de “fora” (Soetomo, 2008), nomeadamente com apoio e ajuda dos líderes locais e dos agentes de desenvolvimento, é de considerar que, por um lado, o sucesso de tais ações só poderão resultar se houver adesão ou pro-atividade dos próprios pobres, e por outro lado, veicula no espaço social de Biqueli uma rede social de apoio atravessada por um capital social que mobiliza os atores sociais para desenvolver a solidariedade social e a participação ativa da comunidade, gerando práticas de apoio mútuo aos membros mais carenciados da comunidade, baseado na confiança mútua e a vontade da mudança e a melhoria das condições de vida.

Assim sendo, se os pobres devem ser “objeto” de desenvolvimento comunitário (Soetomo, 2008), então, é necessário torná-los “atores ativos” (Zadeh e Ahmad, 2010) ou sujeitos dos programas de desenvolvimento da comunidade. Por outras palavras, sem uma efetiva participação ativa dos pobres nas diferentes dinâmicas de desenvolvimento da comunidade, é impossível que eles saiam da condição de miséria e da pobreza.

“Apesar da comunidade deste Suco estar motivada e ter a capacidade para criar vários **grupos** comunitários de ajuda mútua, mas é ainda preciso mais formação relevante para aumentar os níveis de conhecimentos que necessitam quer para **motivar** melhor a participação ativa da comunidade quer para a melhoria das condições de vida e a luta contra a pobreza” (E1).

Em síntese, para falarmos do combate e da erradicação da pobreza no desenvolvimento comunitário em Biqueli, implica termos em consideração a participação ativa de todos, incluindo dos pobres porque tornar os pobres invisíveis no processo é o mesmo que considerar um desenvolvimento esvaziado do sentido comunitário, isto é, “sem comunidade”: “*nothing about poor community, without poor community*”. Por outras palavras, a redução ou erradicação das condições de miséria e da pobreza em Biqueli implica que toda a comunidade (incluindo os pobres) deva ser considerada como ator ativo ou sujeito do próprio processo de desenvolvimento comunitário do suco.

### 3.4.3. O *Empowerment* da Comunidade do Suco Biqueli: De quê estamos a falar?

Nos pontos anteriores, temos procurado colocar em evidência a importância do capital social, da participação direta e do *empowerment* nas políticas e práticas de desenvolvimento comunitário em Biqueli. Procurámos esgrimir argumentos e apresentar evidências de que a participação e o *empowerment* são duas realidades complementares e interdependentes das relações de força do capital social em Biqueli. Igualmente temos vindo a defender que a existência dos grupos comunitários e das cooperativas comunitárias em Biqueli é uma das principais evidências do *empowerment* comunitário, na medida em que as suas intervenções majoram o lema de “trabalha-se com e não para”, colocando, assim, as pessoas em primeiro lugar no processo de desenvolvimento. Neste sentido, interrogamos o seguinte:

- a) Tratando as comunidades de Biqueli de pequenas comunidades rurais, onde as lideranças locais e os grupos comunitários possuem um papel ativo no quotidiano da vida, estarão os líderes capacitados e suficientemente motivados e capacitados para dinamizarem as diferentes atividades de desenvolvimento comunitário?;
- b) Como é que os membros das comunidades, particularmente os mais vulneráveis, podem ser empoderados?

Para dar resposta a estas questões e para melhor compreender os tipos ou formas de *empowerment* da comunidade ou *empowerment* comunitário, iremos analisar neste tópico o seguinte:

- a) mobilização e motivação das lideranças locais no processo de desenvolvimento comunitário;
- b) capacitação da comunidade no trabalho em equipa, tendo em vista a mudança positiva e as melhorias de condições de vida dos mais pobres.

#### 3.4.3.1. Rumo à Mobilização e Motivação das Lideranças Locais

A liderança é a arte de liderar e influenciar pessoas, atraindo seguidores (subordinados) e influenciando de forma positiva as mentalidades e os comportamentos das pessoas. Segundo Soekanto (2002), a liderança é “a capacidade de uma pessoa (isto é o líder) influenciar os outros (ou seja, aqueles que são liderados ou seguidores), para que outras pessoas (seguidores) se comportem como desejado pelo líder” (Soekanto, 2002, p. 288). Na mesma perspetiva, Ibrahim (2002) argumenta que a liderança é um processo de influência de outras pessoas ou grupos de pessoas para atingir metas em determinadas situações. Segundo o autor, as pessoas afetadas não se limitam apenas os subordinados, mas também os superiores, pares ou parentes (Ibrahim, 2002, p. 152).

Slamet (citado por Ibrahim, 2002) sublinha que a liderança é uma atividade que influencia o comportamento de muitas pessoas para trabalhar em conjunto e atingir determinados objetivos. A definição liderança do Slamet, segundo Ibrahim (2002), sugere a ideia de liderança em grupos ou organizações. “Um líder tenta orientar, influenciar os sentimentos e comportamento dos outros e levar os outros a atingirem os objetivos desejados” (Ibrahim, 2002, p. 152-153). Para este autor, liderança é uma qualidade que deve pertencer a um líder e um líder é alguém com capacidade para orientar e dirigir um grupo de pessoa (Ibrahim, 2002, p. 153).

A liderança participada ou participativa é também designada de liderança democrática. Segundo Aritonang et al. (2001), a liderança democrática coloca as decisões organizacionais nas mãos dos membros da massa trabalhadora, em vez de as manter nas

mãos dos administradores ou elites organizacionais. Todos os planos, as atividades e as decisões são determinados coletivamente, e não apenas pelo líder. Os líderes organizacionais democráticos são aceites, porque cresceram internamente, e não foram simplesmente nomeados por “alguém” de fora (Aritonang et al., 2001, p. 51).

Sutarto (1998) sublinha que a liderança participada (democrática) é a capacidade de influenciar os outros para estarem dispostos a trabalhar em conjunto para alcançar os objetivos declarados, ou seja, realizando atividades conjuntamente entre os líderes e os subordinados (Sutarto, 1998, p. 75). Para melhor entender o estilo da liderança participada, Sutarto (1998) argumenta ainda que existem quinze características de liderança democrática nas tomadas decisões numa organização e ou sociedade e que são as seguintes: i) a autoridade da liderança não é absoluta; ii) líder disposto a delegar alguma autoridade aos subordinados; iii) as decisões são tomadas conjuntamente entre o chefe e o subordinado; iv) a sabedoria é feita conjuntamente entre chefe e o subordinado; v) comunicação recíproca, entre a liderança e subordinados ou entre subordinados; vi) supervisão moderada das atitudes, comportamentos, atividades dos empreendimentos; vii) as iniciativas podem vir de líderes e subordinados, ou só dos subordinados; viii) muitas oportunidades para os subordinados apresentarem sugestões, considerações ou opiniões; ix) as atribuições aos subordinados são fornecidas com mais demanda do que instruções; x) louvor e crítica equilibrada; xi) os líderes encorajam as realizações subordinadas dentro dos limites de suas respectivas habilidades e competências; xii) a liderança exige justamente a lealdade dos subordinados; xiii) os líderes prestam atenção aos sentimentos de comportamento e atuação; xiv) existe uma atmosfera de confiança mútua, respeito mútuo; xv) a responsabilidade do sucesso organizacional é partilhada com a liderança e os subordinados (Sutarto, 1998, pp. 75-76).

Tendo presente estas noções, entendemos a liderança dos líderes locais (lideranças comunitárias) de Biqueli como um processo para influenciar e orientar os membros das comunidades para participarem democraticamente nas atividades dum processo de desenvolvimento comunitário.

Desde a restauração da independência da RDTL em 2002, a mobilização e a motivação das lideranças locais foram sempre vistas como uma boa maneira de capacitação (*empowerment*) da comunidade no Suco Biqueli. Trata-se de um processo de interação

que é entendido como facilitador da participação ativa da comunidade num processo de desenvolvimento comunitário. Entendem os entrevistados que se não houvesse essa força mobilizadora dos líderes locais, conjugada com uma elevada motivação dos mesmos, em prol da mudança e melhoria das condições de vida na comunidade, não seria fácil levar a bom porto o envolvimento dos membros da comunidade nas diferentes iniciativas de desenvolvimento local.

“Com a independência e o envolvimento da comunidade estão agendadas mudanças pelo governo, mas faltam ainda muitas coisas, (...) mobilização da liderança comunitário e **participação** ativa da própria **comunidade**” (E8).

“(...) as **lideranças** comunitárias têm um papel ativo num processo de desenvolvimento comunitário no **Suco**. **Sem eles torna-se difícil** a mobilização e a motivação das comunidades na **participação** ativa” (E2).

Por conseguinte, a mobilização e a motivação das lideranças locais fazem parte do processo do envolvimento da comunidade na identificação dos problemas, prioridades, recursos, necessidades e resoluções dos problemas que enfrentam conjunta e coletivamente com a comunidade de Biqueli. Entendem os entrevistados que uma das vantagens dessa abordagem na prática de desenvolvimento é que esta forma de aproximação permite não só inspirar as necessárias mudanças junto da comunidade, mas também, fortalecer e manter os canais de comunicação entre a comunidade e as instituições relevantes que apoiam o processo de desenvolvimento, tais como, o setor público (setor governamental), o setor empresarial e outras agências relevantes de desenvolvimento comunitário.

“**Inspirar** e motivar as **comunidades** deste Suco para se **esforçarem** e **trabalharem** em **conjunto**, em **grupo** para libertar as suas **vidas** da própria **pobreza** (...), **pessoas** mais ativas **apresentam** um **espírito** de **coletividade** mais forte” (E3).



“Muitas mudanças que aconteceram neste Suco foram por causa a **comunidade participar nas decisões e na ajuda mútua** (...), **ter uma boa liderança comunitária**” (E4).

É precisamente por reconhecer a existência de uma certa capacidade mobilizadas dos líderes locais para a melhoria das condições de vida, que entendemos a razão da comunidade Suco de Biqueli ter recebido, em 2014, um prémio da nutrição promovido pelo Presidente da República da RDTL para o período 2012-2017. É certo que o reconhecimento se deveu ao preenchimento dos requisitos de mérito do prémio, mas para os entrevistados tal facto foi também fruto ou resultado da motivação e mobilização da liderança comunitária de Biqueli junto da comunidade, estimulando as famílias para a melhoria das práticas de nutrição e alimentação.

Por conseguinte, a ação das lideranças locais, nomeadamente daqueles que possuem responsabilidades partidárias e governativas, não resumem o seu papel na aldeia ou no suco na mera execução dos programas governamentais de melhoria das infraestruturas e demais aspetos do processo de desenvolvimento comunitário.

“A **liderança** da comunidade é ativa junto da comunidade e sabe o que é que boa e ou má influência (...), o pessoal da **Igreja** e do estado exerce grande inspiração junto da comunidade, por exemplo para esforçar no trabalho em **conjunto** e para mudar as condições e as formas de vida (...), há **confiança** mútua e sabem ouvir” (E6).

“Primeiro tenho de cumprir o meu compromisso eleitoral nomeadamente na parte referente à melhoria das condições das **estradas**, a **eletricidade** e o acesso à **água** potável para todas as pessoas (...). As pessoas podem ter o **acesso** ao centro comunitário na **aldeia** quando quiserem, mas é um meio para facilitar o encontro semanal e a participação da comunidade” (E5).

Para que as lideranças possam conhecer as necessidades da comunidade são realizadas reuniões periódicas no suco. Estas reuniões estão previstas no normativo sobre a autoridade comunitária. Vejamos! Segundo o Decreto da Lei N.º. 5/2004 sobre autoridade comunitária em Timor-Leste, nomeadamente o ponto 1 do artigo 7º sobre funcionamento concelho do Suco, encontra-se previsto que “os concelhos de Suco se reunirão normalmente uma vez por mês e poderão se reunir de forma incomum (inabitual) quando solicitado pelo chefe do Suco ou solicitação por um quarto dos membros do concelho do Suco”. Se é verdade que se encontra regulado a obrigatoriedade mensal das reuniões entre os membros do concelho do Suco, verificamos que nos Sucos em Ataúro, em geral, e no Suco Biqueli, em particular, as lideranças locais não se satisfazem apenas com os encontros mensais, tendo adotado por sua iniciativa a realização de encontros semanais para reforçar a promoção e o desenvolvimento da participação ativa de todos os cidadãos (sobretudo os pobres dos pobres) nos apresentação, análise e discussão sobre os mais diversos problemas da comunidade Suco Biqueli.

“(...) encontro regular do Suco e encontro semanal na Aldeia liderados pelo chefe da Aldeia” (E6).

“há encontros semanais e anuais sobre as festividades culturais e religiosas, com forte mobilização da liderança comunitária e participação ativa da própria comunidade” (E8).

De acordo com a nossa observação, os registos do nosso diário de campo e a consulta dos documentos/relatórios<sup>56</sup> existentes sobre a atividade das autoridades comunitárias, verificamos que existem três tipos de encontros semanais organizados segundo uma certa lógica piramidal e hierárquica das autoridades locais (chefe da aldeia, chefe do suco, administrador do posto administrativo):

---

<sup>56</sup> Relatório do Estudo sobre «Perspektiva Komunitade kona ba Dezenvolvimentu Komunitariu iha Suco Biqueli, Documento de Departamento Desenvolvimento Comunitário da UNTL.

- 1) encontro ao **nível da Aldeia** (encontro da comunidade) que se realiza habitualmente numa quinta-feira de cada semana, reunião essa que é liderada pelo chefe da Aldeia. O resultado desse encontro da comunidade ou da Aldeia é apresentado no encontro ao nível Suco. Os encontros da Aldeia são também considerados como privilegiados para a partilha de informações relevantes entre o chefe da Aldeia e a comunidade, assim como, para o chefe possa receber contributos da comunidade sobre assuntos a apresentar nos encontros do Suco;
- 2) encontro ao **nível do Suco** (encontro entre as lideranças comunitárias do Suco) ou encontro semanal das lideranças comunitárias, que se realiza habitualmente numa terça-feira em cada semana. Esta reunião tem lugar na sede do Suco e é liderado pelo próprio chefe do Suco. É nesta reunião que o chefe do Suco partilha as informações relevantes com os membros concelhos do Suco, por exemplo sobre o resultado do encontro da Administração do Posto, e ao mesmo tempo recebe os relatórios de cada chefe da Aldeia sobre os resultados dos encontros da comunidade (encontro no nível da Aldeia);
- 3) encontro ao **nível do Posto Administrativo** que decorre semanalmente à segunda-feira. Participam neste encontro semanal, os chefes de suco dos Sucos que existem no Posto Administrativo de Atauro, onde partilham as informações sobre o desenvolvimento da comunidade (entre as lideranças locais) ou entre administrador Posto Administrativo e as lideranças comunitárias (os chefes dos Sucos).

De salientar que são nos encontros anuais (sobretudo nas celebrações dos dias nacionais) que decorrem ao nível do Suco, que as lideranças locais (lideranças comunitárias) aproveitam para apresentar o relatório anual do ano de mandato, e ao mesmo tempo dar algumas motivações relevantes às comunidades sobre estado do percurso dos diferentes aspetos do processo de desenvolvimento da comunidade. Podemos considerar esta situação como uma prática de liderança participada (democrática), em que as lideranças locais priorizam a participação ativa da comunidade num processo de desenvolvimento

comunitário. Além disso, esta prática de liderança é também como uma forma de combinação ou sincronização da capacidade de gestão do plano de desenvolvimento “de cima para baixo” (*top down planning*) com o plano de desenvolvimento “de baixo para cima” (*bottom up planning*).

Ser líder em Biqueli, não é apenas ocupar um cargo porque os membros da comunidade os reconhecem como os “eleitos” para os destinos da comunidade. Cabe-lhes igualmente saber liderar as iniciativas que permitam fomentar a coesão social, a participação ativa, assim como, auscultar a comunidade e estimulá-los para o trabalho conjunto. Por outras palavras, é também ser um ator com adequada capacidade para gerir as necessidades e atividades do quotidiano da vida comunitária, pelo que devem saber demonstrar segurança, confiança e honestidade, assim como saber ouvir e conduzir a gestão da aldeia ou do suco de forma democrática. Assim sendo, subscrevemos a linha do pensamento de Soetomo (2011), Friedmann (1996), Oakley & Clayton (2003), entre outros, de que cabe aos líderes comunitários dinamizarem ações que permitam potenciar um *empowerment* comunitário em Biqueli, claramente focado na descentralização das ações e orientado para capacitar a comunidade para a aprendizagem e a autossuficiência, fortalecendo as comunidades das aldeias, em geral, e os grupos, as famílias e as organizações de base comunitárias na tomada de decisão sobre os destinos das suas vidas.

#### 3.4.3.2. Capacitação da Comunidade no Trabalho em Equipa

Esboçamos anteriormente que o trabalho em equipa nas comunidades de Ilicnamo, Ilidua Douro, Pala e Uaro-Ana do Suco Biqueli, é uma prática privilegiada pelas organizações ou grupo comunitários, assim como pelos líderes das aldeias e do suco, alegando os líderes que este modelo de trabalho conjunto tem como objetivo a melhoria das condições de vida (qualidade da vida) da comunidade, na medida em que capacita os membros da comunidade para a intervenção e partilha dos recursos locais.

Podemos entender a capacitação (*empowerment*) e o apoio mútuo da comunidade de Biqueli, como um tipo de *empowerment* da comunidade que vem “de”, “pela” e “para” comunidade no local onde que vivem. Assim sendo a capacitação (*empowerment*) e o apoio mútuo da comunidade dinamizado com um espírito de trabalho conjunto surgem

também como uma oportunidade de formação (capacitação) baseada na comunidade (*community based empowerment*) ou a formação (capacitação) no local de trabalho, processo esse que é baseada na vontade de apreender e participar de cada um no processo de desenvolvimento da comunidade.

“No grupo *arisan*<sup>57</sup> há muito trabalho em conjunto com outro Suco no aspeto dos empréstimos e na formação relevante que é necessário e que necessitam as famílias, (...) partilham entre si o conhecimento mútuo que necessitam na costura e na produção de alga” (E3).

“Em termos empréstimo e apoio mútuo, um bom exemplo foi o do pastor Cristóvão que usou o seu próprio dinheiro para ajudar a comunidade na compra e venda do peixe seco (...), depois dividiram os lucros que obtiverem em conjunto” (E6).

“Na nossa comunidade houve sempre empréstimos mútuos para as atividades de pequeno negócio e no apoio mútuo para a melhoria das condições de vida da família (...), o principal critério é cumprir o contrato (...), na nossa comunidade pensamos em conseguir com apoio mútuo construir um centro comunitário voluntariamente e implementar as nossas próprias iniciativas de melhoria da vida na comunidade” (E7).

“Trabalho em conjunto para apoio mútuo sobretudo na parte crédito (...), utilizamos o dinheiro dos grupos sobretudo em termos empréstimos às famílias para atender às suas necessidades económicas e condições de vida” (E5).

“Realizamos ajuda a 10 pessoas no grupo de *arisan* e conseguimos construir 10 casas sem problema. Foi um trabalho conjunto em grupo, através do qual pudemos melhorar a vida das famílias, apoiar o estudo dos filhos e construir a casa de abrigo” (E7).

---

<sup>57</sup> Um grupo de apoio mútuo da comunidade em relação com melhoria das condições de vida (qualidade da vida da comunidade)

“Trabalho em conjunto para apoio mútuo sobretudo na parte crédito (...), utilizamos o dinheiro dos grupos sobretudo em termos empréstimos às famílias para atender às suas necessidades económicas e condições de vida” (E5).

“Sendo a comunidade pobre no aspeto económico é necessário inspirar e motivar a comunidade para trabalho em conjunto (...), a maioria das populações deste suco confiam uns com os outros (...), um exemplo concreto disso é quando fazem um empréstimo, cumprem sempre o contrato que tenha sido decidido em conjunto (...), o que é preciso é um pensamento para a ajuda mútua” (E1).

A forma de trabalho em equipa, fundada no espírito de solidariedade e participação ativa e confiança mútua, permite igualmente incentivar e estimular a capacitação e ajuda mútua entre os próprios membros da comunidade. Portanto, o trabalho em equipa, a solidariedade, a participação ativa, a união e a confiança mútua entre os membros da comunidade proporcionam oportunidades de *empowerment* para a melhoria das condições de vida.

“Aprender a costura no grupo alfaiate daqui Suco de Biqueli (...), sozinho não se consegue melhorar a vida, só com o trabalho em conjunto é que podemos, sobretudo para responder às necessidades básicas. Só com o trabalho em conjunto e coletivamente é que podemos motivar a mudança. A ajuda mútua é uma condição das relações entre as famílias” (E8).

Ao aprofundarmos os contactos no terreno, fica cada vez mais evidente que, na comunidade de Biqueli, são essencialmente três os principais atores mais ativos e que mais contribuem para o processo de capacitação no trabalho em equipa ou melhor o *empowerment* comunitário: a) lideranças locais (lideranças comunitárias); b) Igreja (através pastores) da Igreja; c) a própria comunidade (através da participação ativa ou envolvimento ativo).

Nos diferentes espaços sociais rurais de Biqueli, as entidades religiosas têm desempenhado um papel importante num processo de desenvolvimento comunitário, sobretudo na formação (capacitação) da comunidade no trabalho em equipa. Já era assim no tempo da ocupação da Indonésia, voltando a ser nos períodos conturbados da pós-independência. Em data recente, a relevância do papel da igreja protestante em Biqueli pode ser deduzida pelo número de pastores presentes em Atauro. Na atualidade, 25 pastores (metade) de total 52 pastores<sup>58</sup> que se encontram no Posto Administrativa de Atauro, encontram-se a trabalhar no Suco Biqueli, contribuindo não só no apoio à dimensão espiritual da comunidade, mas também desempenham os seus papéis na capacitação da comunidade porque a comunidade confia nos pastores.

“(...) o pessoal da Igreja e do estado exerce grande inspiração junto da comunidade, por exemplo para esforçar no trabalho em conjunto e para mudar as condições e as formas de vida, (...) há confiança mútua e sabem ouvir” (E6).

Tem sido furto da intervenção empoderada das lideranças comunitárias, da igreja e dos grupos comunitários sobre a relevância do “trabalho em conjunto para apoio mútuo (E5)”, que foi possível estimular e inspirar a comunidade para adotarem uma atitude de pró-ativo de mudança, ajudando os grupos marginalizados (p.e. as viúvas) a melhorar a vida e saírem das condições de miséria e da pobreza. Sem esta dinâmica de *empowerment* interno e externo articulada pela vontade de mudar dos membros da comunidade, não era possível verificar as diferentes transformações que tem vindo a ocorrer nos últimos anos. São exemplos destas transformações a existência de uma maior participação dos membros da comunidade nas reuniões semanais das aldeias, a presença de uma voz mais ativa da comunidade na apresentação de propostas reivindicativas para a melhoria das acessibilidades (p.e. estrada, eletricidade e água potável), assim como das infraestruturas de ensino e saúde.

---

<sup>58</sup> Relatório do Estudo sobre «Perspektiva Komunitade kona ba Dezenvolvimentu Komunitariu iha Suco Biqueli, Documento de Departamento Desenvolvimento Comunitário da UNTL.

“Mesmo com suas limitações, a comunidade uniu esforços na melhoria da educação, (...) participou voluntariamente com ajuda mútua na criação duma infraestrutura da escola, (...) aumentou a facilidade da **pescas**, aumentou o crédito para a casa da comunidade, (...) no **ano** 2006, transformaram o salão de encontros e foi com o envolvimento da comunidade nas decisões que foram **construídos** os acessos da **estrada**, eletricidade e água potável” (E9).

“A comunidade exigiu ao **governo** para **abrir** uma **estrada** para **acesso** da comunidade, (...) em conjunto as comunidades exigiram para **abrir** esta **estrada**, (...) naquela área a comunidade exigiu ao chefe Suco para elaborar uma proposta mais cedo possível no âmbito do **projeto estrada** naquela área” (E2).

“Foi com entusiasmo que a comunidade contribuiu voluntariamente para **abrir** uma **estrada** à Aldeia que ainda não tinha **acessos**, (...) agora a **estrada permite acesso** com motorizada” (E3).

“Recentemente **abriu-se** a **estrada** à Aldeia **Ilidua** com o **projeto** que permitiu não só o acesso à comunidade, mas também passou a facilitar o **governo** e outros no transporte de necessidade comuns” (E1).

“As comunidades para transportarem os seus produtos locais ao mercado necessitam duma boa estrada (...), sem uma estrada também não facilita a ida dos estudantes à escola (...), para estas **questões** o **governo respondeu** e atendeu no **ano** 2013 e **abriu** uma **estrada** com 6 km para a aldeia **Ilidua**” (E2).

“Muitas infraestruturas eram do tempo da ocupação da Indonésia (...), mas nesse tempo não havia **estradas**, nem **eletricidade** (...), hoje, com a independência e o envolvimento da comunidade estão agendadas mudanças pelo **governo**, mas faltam ainda muitas coisas, embora hajam algumas melhorias como a **estrada**” (E8).

“Um processo de obras públicas demora meses (...), é preciso que **respondam** urgentemente com equipamentos e **estradas** naquela área para não voltar a repetir os acidentes como o da esposa do chefe Aldeia que estava com problemas na hora do parto e que não conseguiu salvar, (...) morreu por causa não haver uma **estrada**



para transportá-la à sede do Suco (...), precisamos de mais formação para a comunidade” (E2).

O *empowerment* comunitário não trouxe apenas uma maior voz ativa aos membros da comunidade de Biqueli, mas também reforçou o espírito de solidariedade social no apoio mútuo, quer para apoiar as iniciativas empreendedoras de pequenos negócios, tal como ilustra o seguinte extrato de entrevista a propósito do apoio à aquisição de um motor para um barco de pesca que redundou num benefício mútuo.

“Um outro problema é o apoio à pesca (...), um pescador sozinho não consegue um motor para o barco de pesca (...), com a participação mútua da comunidade arranjou-se a máquina para a pesca, mas o equipamento ficou nas mãos da comunidade e não num só pescador (...), assim beneficiam todos” (E4).

Um outro exemplo o impacto do *empowerment* da comunidade, é o caso da produção de algas<sup>59</sup> (Figuras 24 a 27) que surgiu como uma alternativa às atividades da pesca e agricultura. A história da produção de algas (*budu tasi*) em Timor-Leste, nomeadamente em Atauro e em Suco Biqueli, merece uma pequena nota aqui. Sabe-se que foi um dos membros da comunidade de Suco Biqueli que aprendeu em Surabaya-Indonésia o processo cultivo/ produção de algas e trouxe um ramo de algas a Timor / Suco Biqueli.

A sua expansão resultou da partilha dos conhecimentos com os outros membros das comunidades sobre a forma de cultivar as algas, apoiado num espírito de capacitação do *empowerment* comunitário (formação no local de trabalho) sobre a produção de algas, tornando-se na atualidade uma das atividades de maior sucesso na comunidade Suco Biqueli, cuja produção já atingiu as cem (100) toneladas de algas por ano. Neste momento, através da aprendizagem em conjunto, todas as pessoas (os membros das comunidades)

---

<sup>59</sup> Iremos voltar a este tema no tópico sobre os grupos comunitários, aquando da análise dos factores críticos de sucesso num processo de desenvolvimento comunitário em Biqueli.

de Suco Biqueli sabem como efetuar a produção de algas, que é o segundo em número de produção da comunidade, depois da pesca e da agricultura.

Figuras 24 e 25: Produção, processamento e colheita das algas no Suco Biqueli



Figura 24



Figura 25

Fonte: Autor, Zacarias F. da Costa

Figuras 26 e 27: Varal e secagem (*habai no hamaran*) da produção de algas no Suco Biqueli e o produto de algas da comunidade (cooperativas comunitárias) pronta para a exportação



Figura 26



Figura 27

Fonte: Autor, Zacarias F. da Costa

“A produção de algas (*Budu-Tasi*) em Timor-Leste é quase mais de 100 toneladas. Primeira vez, uma canadiana trouxe este produto de Canadá e punha numa caixa, uma quantidade limitada (só dois pequenos exemplares de algas) para partilhar com o formando, por causa do pouco número de algas que trouxe. Então decidiu entregar só a uma pessoa. No final da formação entregou a uma família de idosos para desenvolver (cuidar). Posteriormente, esta família transformou a produção numa grande fabrica em duas províncias da Indonésia, Surabaya e Ujung Pandang. A produção de algas foi e é um produto económico de elevado valor na Indonésia.

Os formandos obtiveram uma formação relevante sobre a alga pela formadora Canadiana que referi há pouco (...). Como é que a alga existe em Timor-Leste? Eu próprio trouxe este produto a Timor. Naquele tempo, tive uma oportunidade para ir ao estrangeiro para participar na formação sobre a produção de algas e os benefícios deste produto. Eu próprio encontrei-me com aqueles idosos (produtores e fabricantes de algas na Indonésia) para conhecer bem este produto de algas. No final, trouxe alguns ramos de algas a Timor e eu próprio decidi entregar à comunidade para plantar e desenvolver na praia de Atauro, sobretudo no Suco de Biqueli. Em três anos, a quantidade de algas produzida foi de 800 toneladas. A produção de algas (*budu tasi*) é uma alternativa para a comunidade de Atauro, particularmente para Biqueli, (...) a maioria das populações está talvez dependendo do jardim (plantação), porque atividade no mar ainda não emprega muitas pessoas, e também não há certeza de todas as pessoas poderem fazer a vida com a pesca” (E 4).

Os extratos de entrevistas revelam-nos e reforçam as evidências de que as dimensões e as dinâmicas de participação ativa e o *empowerment* comunitário em Suco Biqueli contribuem para a mobilização e a motivação da liderança local (liderança comunitária), e, mudança e melhoria das condições de vida (qualidade da vida) da comunidade, capacitando a comunidade no trabalho conjunto ou em equipa para se libertar da pobreza e miséria. Valoriza-se a dimensão simbólico-ideológica da convergência de interesses coletivos. Embora existam muitas evidências sobre a participação ativa da comunidade, por exemplo nos encontros das aldeias e dos sucos, diversas formações no local de trabalho, e várias iniciativas dos grupos e organizações sociais para apresentarem propostas de melhoria das condições de vida ao governo, há ainda muito para fazer para a resolução dos problemas, a preservação das tradições e o reforço da identidade local de Biqueli.

Da interpretação da forma como o trabalho em equipa é valorizado, traduzida como uma ação coletiva para o combate à miséria e pobreza, permite-nos afirmar que o trabalho em equipa só resulta num contexto de *empowerment* comunitário, sendo uma das dimensões ou um dos elementos-chave do capital social da comunidade de Suco Biqueli.

Dito de outro modo, somos a considerar que o capital social em Biqueli baseia-se igualmente na relevância do espírito de equipa, da participação ativa, do *empowerment*, materializada na cooperação entre os membros duma comunidade na realização de atividades conjuntas de interesse coletivo (Castiglione, Van Deth & Wolleb citado por González-Gómez, 2014, p. 24), orientadas para o desenvolvimento comunitário.

#### 3.4.4. Construindo a Participação Ativa e o *Empowerment* na Mudança e Melhoria das Condições da Vida: um (Re)Olhar na Estrutura dos Conteúdos

De acordo com a análise que fomos traçando nos pontos anteriores, sem uma real mudança e melhoria das condições de vida da comunidade, o processo (des)envolvimento comunitário fica excluído de sentido, sendo a comunidade sacrificada e, quiçá, vítima do próprio desenvolvimento comunitário. É precisamente pela importância de não sacrificar nem excluir ninguém da comunidade no desenvolvimento comunitário que se privilegiam no seu processo ações que promovem e valorizam a solidariedade, a participação ativa da comunidade, união e confiança (confiança mútua) da comunidade, a capacitação e o apoio mútuo da comunidade. Quando se ignoram esses aspetos, hipoteca-se o capital social da comunidade, o que acaba por tornar impossível o desenvolvimento sustentável da comunidade. Assim sendo, uma das grandes finalidades do desenvolvimento comunitários é a mudança e a melhoria das condições de vida da comunidade, melhorando as condições de miséria e da pobreza dos grupos mais desfavorecidos.

No caso concreto de Biqueli e tendo presente as análise já apresentadas anteriormente, os objetivos imediatos do desenvolvimento comunitário centram-se sobre quatro principais aspetos de melhoria das condições de vida da comunidade e que são os seguintes: a) satisfazer as necessidades básicas das famílias; b) apoiar o estudo dos filhos; c) reabilitar (construir) a casa de abrigo mais permanente (*uma fatuk*) ou «casa de parede»; d) apoio mútuo no *barlaque* (casamento tradicional) da comunidade.

“O grupo de pesca e o grupo de *arisan* ajudaram sempre mutuamente para o desenvolvimento dos grupos de apoio à comunidade, sobretudo para a melhoria das condições da vida das famílias dos membros dos seus grupos” (E6).

“Aprender a costura no grupo alfaiate daqui Suco de Biqueli (...), sozinho não se consegue melhorar a vida, só com o trabalho em conjunto é que podemos, sobretudo para responder às necessidades básicas. Só com o trabalho em conjunto e coletivamente é que podemos motivar a mudança. A ajuda mútua é uma condição das relações entre as famílias” (E8).

“Apoiar o estudo dos filhos numa universidade, sobretudo numa universidade privada que é muita cara e precisa de grande ajuda financeira” (E9).

“Apoiar o estudo dos filhos; podemos atender às necessidades básicas da família; ajudar a construir a casa de abrigo com tipo permanente; intervir na ajuda à melhoria das condições de vida porque o trabalho em grupo procura responder às necessidades básica da família” (E3).

“Atendimentos às necessidades básicas da família do Suco Biqueli; construir a casa da comunidade” (E6).

“Ser membro do grupo tem facilmente acesso ao trabalho conjunto; utilizar o dinheiro do grupo para emprestar a quem necessita. Por exemplo, apoiar o estudo dos filhos e atender às necessidades numa família ou ajudar na melhoria da casa de abrigo” (E4).

“Recolher o material de construção numa casa e ajuda mútua no barlaque (...) casamento tradicional” (E1).

Tal como referimos no ponto anterior, não há mudança e melhoria das condições de vida da comunidade sem solidariedade e participação ativa dos membros da comunidade, união e confiança mútua da comunidade, capacitação e apoio mútuo da comunidade. Porém, na perspetiva dos entrevistados, para atingir (conquistar) a mudança e a melhoria das condições de vida no nível da comunidade, importa combater a pobreza que veicula na comunidade. Para os mesmos, é impossível haver mudança e melhoria das

condições de vida (qualidade da vida), se a comunidade continuar a viver nas condições de miséria e da pobreza. Por outras palavras, a redução ou erradicação da pobreza na comunidade representa um requisito fundamental para seja possível sedimentar a melhoria das condições de vida (qualidade da vida) da comunidade. É pelas razões expostas que a libertação do povo das condições de miséria e da pobreza, e, a mudança e a melhoria das condições de vida (qualidade da vida) representam as duas grandes razões lógicas do fomento da participação ativa e do *empowerment* no desenvolvimento comunitário. Admitimos que, falar sobre o desenvolvimento da comunidade, estamos simultaneamente a falar da redução ou erradicação da pobreza, assim como, da mudança e a melhoria das condições de vida da comunidade. Estas estreitas relações num processo de desenvolvimento comunitário podem ser sistematizadas no seguinte esquema.

Figura 28: Participação Ativa e o *Empowerment*, e a sua relação com o Desenvolvimento Comunitário do Suco Biqueli.

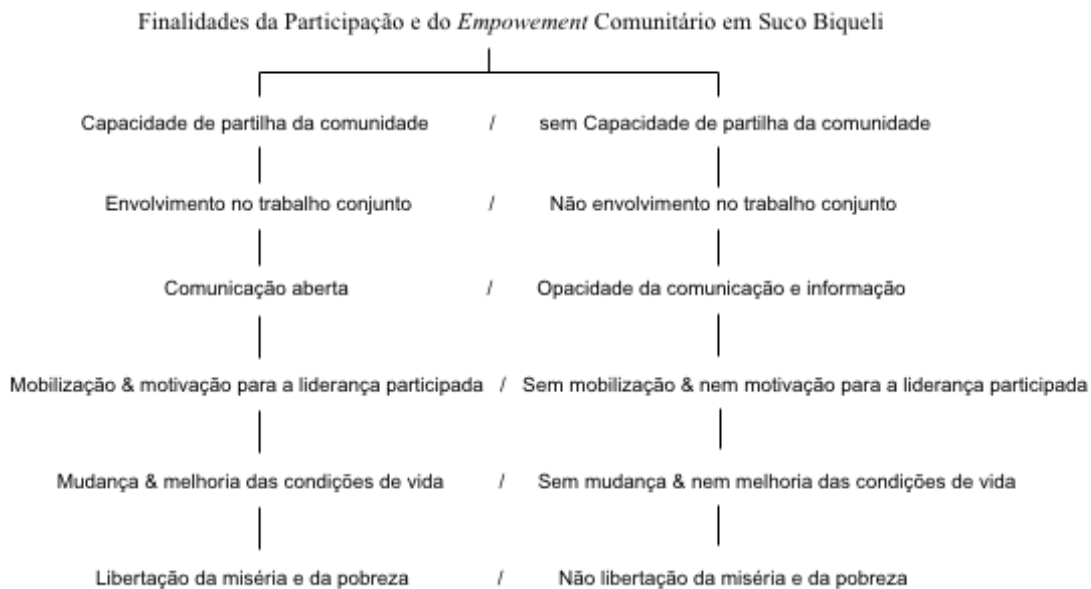


Fonte: Autor.

Através da análise estrutural de conteúdo do *corpus* das entrevistas, sistematizámos as estruturas de sentidos dos segmentos de textos, situação que nos permitiu evidenciar um conjunto de associações e disjunções da natureza e finalidades da participação e *empowerment* no processo de desenvolvimento comunitário no Suco Biqueli. Esta estrutura de sentido (B1) revela as seguintes distinções: “Libertação de Pobreza” vs. “Não

Libertação de Pobreza”, “Capacidade da comunidade na Forma de Trabalho em Equipa” vs. “Não há Capacidade na Forma de Trabalho em Equipa”, “Mobilização & Motivação da Liderança” vs. “Não há Mobilização & Motivação da Liderança”, “Mudança & Melhoria das Condições de Vida” vs. “Sem Mudança & Melhoria das Condições de Vida”. Em termos estritos, a estrutura (B1) coloca em ênfase que a libertação de pobreza e a melhoria das condições de vida da comunidade são elementos centrais da razão de ser da participação e do *empowerment* no contexto do desenvolvimento comunitário em Biqueli (Figura 29).

Figura 29: Estrutura (B1) – Finalidades da Participação e do *Empowerment* Comunitário no Suco Biqueli

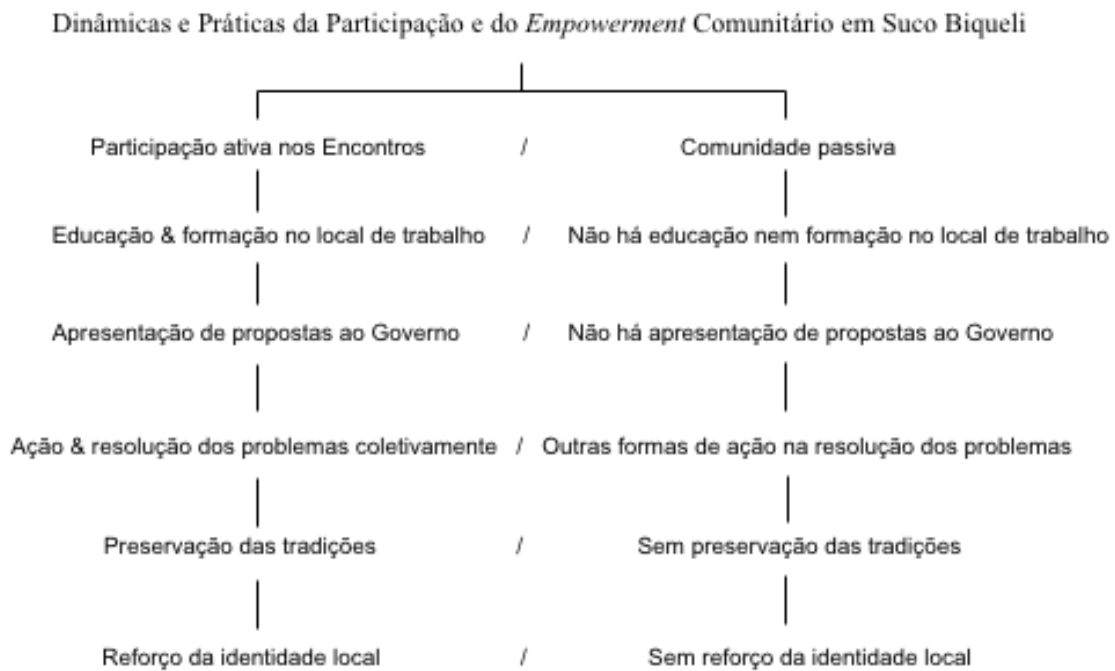


Fonte: *Corpus* das Entrevistas

Em termos estritos, o *corpus* das entrevistas revela que a prática da participação e do *empowerment* apresentam especificações ou formas específicas em Biqueli. Analisando as relações de associação e distinções entre as estruturas de sentido, identificámos uma estrutura (B2), designada de “dinâmicas da participação e do *empowerment* da comunidade em Suco Biqueli”. Esta estrutura de sentido (conteúdo) evidencia as seguintes distinções de elevada relevância dos processos participativos e da capacitação dos atores

sociais no combate à pobreza: “Participação no Encontro” vs. “Comunidade Passiva”, “Educação & Formação no Local de Trabalho” vs. “Não há Educação & Formação no Local de Trabalho”, “Apresentação de Propostas ao Governo” vs. “Não há Apresentação de Propostas ao Governo”, “Ação & Resolução dos Problemas Coletivamente” vs. “Outra Forma de Ação & Resolução do Problema”, “Preservação das Tradições & Reforço da Identidade Local” vs. “Sem Preservação das Tradições & Reforço da Identidade Local”. Subjaz ainda nesta estrutura de sentido, a relevância do contributo da capacitação ou do *empowerment* da comunidade no local de trabalho (educação & formação no local de trabalho), assim como a participação ativa nas ações e demais propostas para a resolução dos problemas que afetam a vida da própria comunidade de Biqueli (Figura 30).

Figura 30: Estrutura (B2) – Dinâmicas da Participação e do *Empowerment* Comunitário no Suco Biqueli



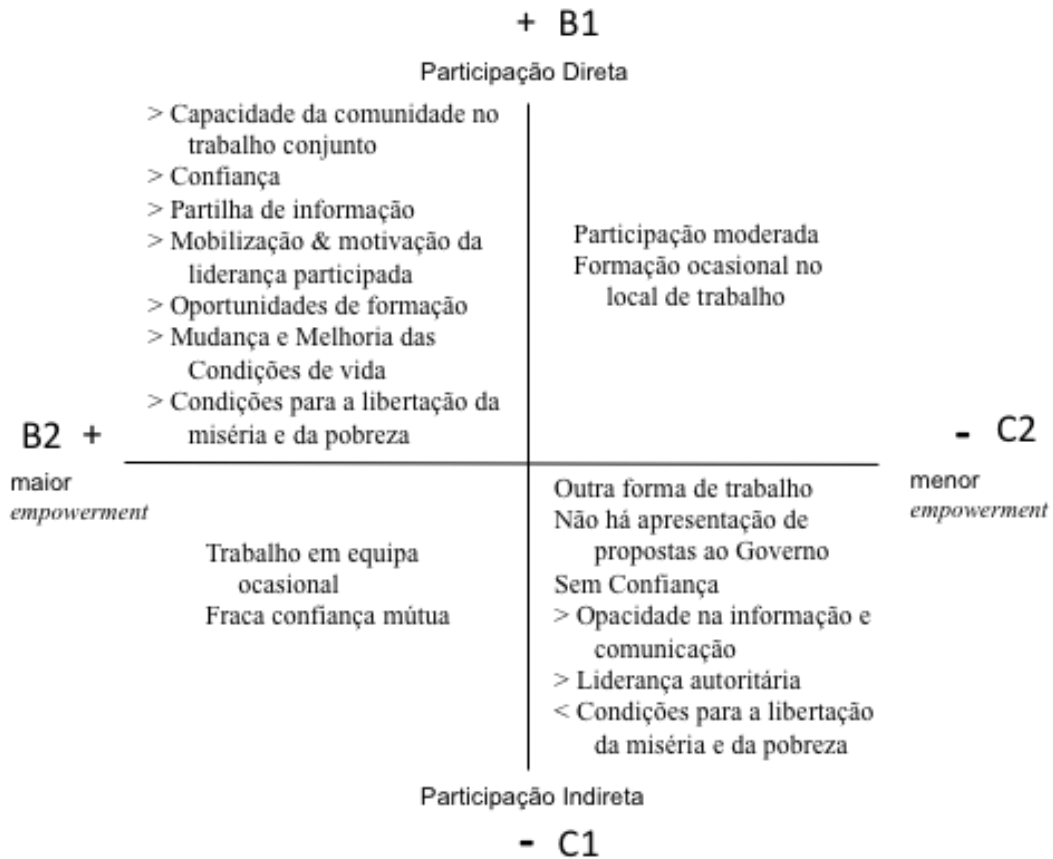
Fonte: *Corpus* das Entrevistas

Da conjugação interpretativa das duas estruturas de conteúdo do *corpus* das entrevistas (estrutura B1: finalidades da participação e do *empowerment* da comunidade; estrutura B2: dinâmicas da participação e do *empowerment* da comunidade) acima descritos, somos a considerar uma outra estrutura de sentido cruzada que traduz a objetivação



da relação entre a participação e o *empowerment* com o processo de desenvolvimento comunitário (Figura 31).

Figura 31: Relação entre a Participação & o *Empowerment* com o Desenvolvimento Comunitário no Suco Biqueli



Fonte: *Corpus* das Entrevistas

Esta estrutura cruzada remete-nos ainda à consideração de que a solidariedade social, que subjaz na participação e no *empowerment* da comunidade, é muito importante para o desenvolvimento comunitário em Biqueli porque potencia a confiança na cooperação mútua (Carmo, 2014; Field, 2003; González-Gómez, 2014) sem o qual o trabalho conjunto não se torne numa realidade com impactos positivos em Biqueli. É indubitável que há um conjunto de “recursos incorporados nas redes sociais” (González-Gómez,

2014, p. 26) de Biqueli que capacitam os indivíduos para trabalhar em conjunto, sobretudo para realizar coisas que não podem efetuar sozinhos, e se o podem realizar, terão de efetuá-lo com dispêndio de um grande esforço, como referimos anteriormente.

Em síntese, para os entrevistados, existe na comunidade um forte espírito de coletividade e de união entre os membros na resolução dos seus problemas de forma participada e empoderada, razão pela qual a solidariedade e a confiança moldadas pela “força” do capital social vigente, em conjunto com os horizontes da capacitação e do apoio mútuo da comunidade estimulados pelas lideranças locais surgem como requisitos fundamentais, e quiçá, um recurso fulcral para inspirar e motivar a comunidade para a mudança e a melhoria das condições de vida no suco, Biqueli, e nas aldeias Ilicnamo, Ilidua Douro, Pala e Uaro-Ana, em particular.

#### 3.4.5. Principais Relações Lexicais sobre a Participação Ativa e o *Empowerment* no Suco Biqueli

Para complementar e reforçar as evidências sobre a participação e o *empowerment* na comunidade Suco Biqueli descrita anteriormente, procedemos ao tratamento do *corpus* das entrevistas com o *software Iramuteq* (nuvens de palavras, análise da similitude das ocorrências, classificação hierárquica descendente), cujo *output* inicial revela-nos o seguinte (Fonte: *output Iramuteq*):

- N° textos: 9
- N° segmentos de textos: 78
- N° formas: 621
- N° *hapax* (palavras únicas): 219
- N° ocorrências: 2751
- N° lemas: 476
- N° formas ativas: 324
- N° formas suplementares: 134
- N° formas ativas com a frequência  $\geq 3$ : 107
- Média das formas por segmento: 35.269231

- N° classes (agrupamentos de palavras): 6
- 60 segmentos classificados em 78: (76.92%)

Os resultados da extração com a técnica de nuvens de palavras do *software Iramuteq* permitiram-nos verificar que o *corpus* apresenta, por ordem decrescente, um conjunto de ocorrências das palavras com maior frequência (Figura 32), onde destacam como principais frequências formas ativas do *corpus* participação e *empowerment* na comunidade do Suco Biqueli o seguinte: comunidade (89), suco (50), grupo (34), estrada (30), aldeia (30), participar (29), comunitário (26), conjunto (23), encontro (22), contribuir (22).

Figura 32: Nuvem de Palavras do *corpus* Participação e *Empowerment* no Suco Biqueli



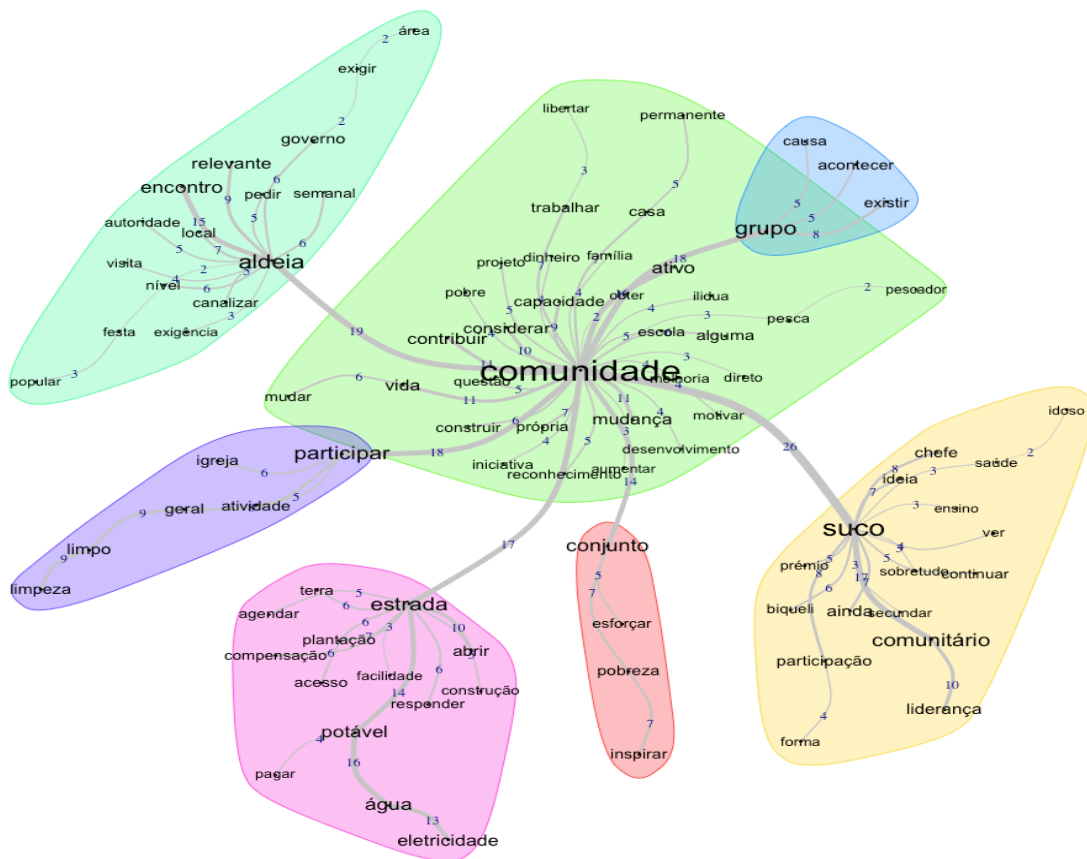
Fonte: Ouput do *Iramuteq*

Este conjunto de palavras anunciam desde já a presença da especificidade das dinâmicas da participação e do *empowerment* comunitário no contexto do desenvolvimento comunitário em Biqueli, valorando aquilo que temos referido repetidamente, e que se trata do impacto positivo da *praxis* participativa, do trabalho conjunto e da voz do cidadão na melhoria das condições de vida (qualidade da vida) das comunidades das aldeias do suco. Por outras palavras, a comunidade é o sujeito e/ou ator central num processo de desenvolvimento da comunidade do suco, admitindo que, sem envolvimento ativo da comunidade, em geral, e dos grupos comunitários, em particular, na tomada de decisão,

nomeadamente nos “encontros” semanais da “aldeia”, apenas se promove um *des-empowerment* da comunidade.

Através da extração das coocorrências das palavras-chave com o *software Iramuteq*, verificámos várias associações relevantes entre as palavras, organizadas em torno de grandes agrupamentos de coocorrências, onde se salientam as palavras-chave: “comunidade”, “suco”, “participar”, “conjunto”, “grupo”, “aldeia” e “estrada”, revelando especificidades relacionais em torno do seguinte: “comunidade-conjunto”, “comunidade-suco”, “comunidade-participar”, “comunidade-aldeia”, “comunidade-grupo”, “comunidade-estrada”, e “suco-comunitário” (Figura 33).

Figura 33: Similitude (coocorrências) do *corpus* Participação e Empowerment no Suco Biqueli



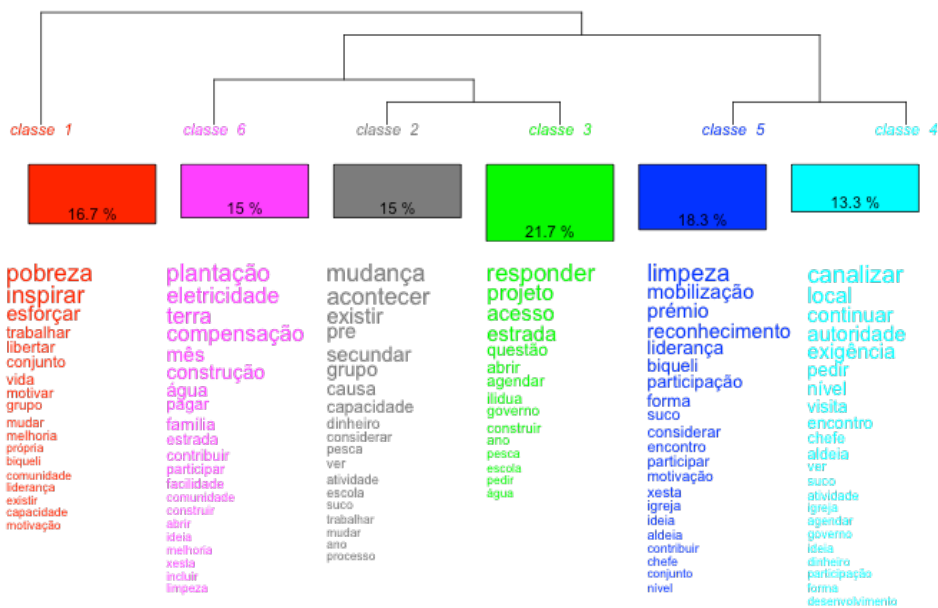
Fonte: *Ouput do Iramuteq*

Olhando com um pouco mais de pormenor, os resultados dos tratamentos do *corpus* das entrevistas da nuvem das palavras (Figura 32), da similitude ou coocorrências do

*corpus* (Figura 33) e do dendograma das classes do agrupamentos lexicais (Figura 34), permitiram-nos caracterizar que o *corpus* é composto por 6 classes ou contextos temáticos das formas discursivas relevantes sobre a participação comunitária (participação ativa) e o *empowerment* da comunidade num processo de desenvolvimento da comunidade em Biqueli.

Em termos escritos, todas as classes de agrupamentos lexicais apresentam de certo modo um peso muito próximo, destacando-se a proximidade de três classes (Classes 3, 2 e 6), depois uma maior relação entre duas classes (Classes 5 e 4), estando isolada a Classe 1. A classe com maior peso é a classe 3 (21,7%), seguida da classe 5 (18,3%), e por último a classe 1 (16,7%) (Figura 34).

Figura 34: Dendograma das Classes dos agrupamentos lexicais do *corpus* Participação e *Empowerment* no Suco Biqueli



Fonte: *Ouput do Iramuteq*

A classe 3 (cor verde) é formada por 13 das 60 UCE, correspondente a um peso de 21,67% do *corpus*. A classe 5 (cor azul) é formada por 11 das 60 UCE, detendo um peso no *corpus* na ordem dos 18,33%. A classe 1 (cor de rosa) é formada por 10 das 60 UCE, correspondente a 16,67%. As classes 2 e 6 apresentam um peso semelhante (15%), sendo a classe 2 (cor cinzenta) formada por 9 das 60 UCE e a classe 6 (cor de rosa)

igualmente formada por 9 das 60 UCE. A classe 4 (azul turquesa) é formada por 8 das 60 UCE.

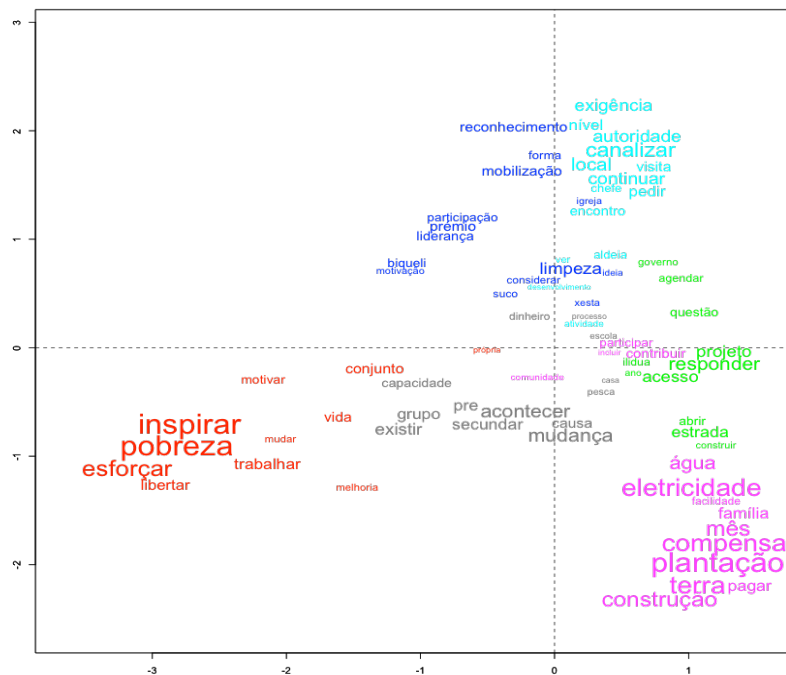
Interpretando os 6 agrupamentos lexicais, somos a considerar que predomina no discurso dos entrevistados a ideia de que a participação ativa e o *empowerment* comunitário são fundamentais no processo do desenvolvimento da comunidade em Biqueli, nomeadamente em relação à melhoria das infraestruturas básicas, tais como o acesso à água potável e a estrada para melhorar a mobilidade da comunidade e da circulação da produção agrícola (hortícolas e frutícolas) e das capturas da pesca aos mercados das aldeias (Classe 3). Valorizam-se ainda no discurso dos entrevistados, o papel da liderança comunitária, sobretudo a modalidade de liderança participada (Classe 5) na condução dos destinos do desenvolvimento comunitário. Não menos verdade, verificamos ainda um conjunto de léxicos que no seu conjunto coloca em ênfase a importância da capacitação da liderança comunitária em inspirar e motivar a comunidade para desenvolver o “esforço” do trabalho conjunto para libertar das condições de miséria e da pobreza da própria comunidade (Classe 1). Subjaz ainda nos agrupamentos lexicais uma centralidade do discurso em torno do apelo a um melhor acesso à eletricidade, quer para a melhoria da atividade agrícola, quer para melhorar as condições de habitabilidade das famílias (Classe 6). Para os entrevistados, o estímulo à mudança é fundamental, nomeadamente através das dinâmicas dos grupos comunitários, como revelam as formas lexicais da Classe 2. Ressalta ainda no quadro lexical dos entrevistados, a ideia da importância da capacitação dos membros da comunidade para apresentarem as suas reivindicações junto das autoridades locais, manifestando com clareza a importância da sua voz na tomada de decisões nos encontros das aldeias, influenciando assim, a gestão e a liderança dos chefes das aldeias e dos sucos.

O gráfico das projeções dos planos fatoriais 1 (29,1%) e 2 (23,04%) revela que a classe 3 encontra-se no 4º quadrante, a classe 5 encontra-se projetada entre 1º e 2º quadrante e a classe 1 situa-se no 3º quadrante (Figura 35). De notar que os factores 1 e 2 explicam 52,2% da massa de informação.

Os resultados de CHD ou classificação hierárquica sugerem que o discurso sobre a participação e *empowerment* na comunidade Suco Biqueli é fundamentalmente caracterizado pelo seguinte: Classe 3 (cor verde): participar e empoderar a comunidade para

melhorar as infraestruturas básicas; Classe 5 (cor azul): capacitar as lideranças comunitárias na liderança participada; e, Classe 1 (cor vermelha): esforço das lideranças e dos grupos comunitários na inspiração e motivação na mudança e melhorias das condições de combate à pobreza.

Figura 35: Projeção das Classes dos agrupamentos lexicais do *corpus* Participação e *Empowerment* no Suco Biqueli



Fonte: *Ouput do Iramuteq*

Face ao exposto, reafirmamos que a participação e o *empowerment* são duas realidades interconectadas em Biqueli. A finalidade da participação ativa e do *empowerment* comunitário está relacionada com o combate aos problemas da pobreza nas aldeias de Ilicnamo, Ilidua Douro, Pala e Uaro-Ana. Entende-se assim que o desenvolvimento comunitário é o desenvolvimento da comunidade no seu todo e centrado nas pessoas (*people centered development*), como já referimos anteriormente. A percebemos que em Biqueli veiculam os lemas “nada sobre nós, sem nós” (*nothing about us, without us*) ou “nada sobre comunidade, sem comunidade” (*nothing about community, without community*), ou seja, “nada sobre comunidade pobre, sem comunidade pobre” (*nothing about poor community, without poor community*).

Os resultados sugerem-nos que, para que seja possível dinamizar a participação ativa e o *empowerment* da comunidade, é também necessário um certo *empowerment externo* (Oakley & Clayton, 2003) para que os líderes da comunidade estejam *empowered*, quer para melhor assumir as suas responsabilidades de mobilização e de gestão democrática, quer para promover os valores da igualdade e de ajuda mútua no seio da comunidade através do envolvimento de todos os cidadãos (sobretudo os pobres). Valoriza-se a voz dos membros da comunidade nas dinâmicas locais do desenvolvimento, tal como acontece nos encontros semanais da comunidade (encontro nível da Aldeia), admitindo, contudo, a necessidade da capacitação da comunidade para melhor decidir em conjunto, os diferentes assuntos relacionados com o desenvolvimento comunitário que afetam as suas vidas.

Somos ainda a considerar que, quando os membros duma comunidade participam direta e ativamente na tomada de decisão sobre assuntos que os afetam, admite-se que tenham suficiente *empowerment* em si mesmo, assim como uma forte mobilização do capital social. Por outras palavras, podemos dizer que não há participação ativa e direta sem *empowerment e capital social*, nem há *empowerment* sem participação ativa e direta das pessoas, e sem capital social que modelam qualquer atividade de desenvolvimento comunitário. Assim sendo, reconfirmamos o que temos vindo a dizer que as estratégias de desenvolvimento comunitário são atravessadas por processos de participação direta e de *empowerment* interno e externo, processos esses que não são alheios às dinâmicas de capital social e das interações *bonding, bridging e linking*.

Em síntese, somos a relevar que um processo de *empowerment* comunitário é sempre um processo de transformação construído e reconstruído através da ação participada e ativa num desenvolvimento alternativo (Friedmann, 1996) que permite dar poder social e político aos atores sociais, em particular dar voz aos cidadãos, mobilizando assim a comunidade de que faz parte, estimulando sobretudo os mais “pobres” (Soetomo, 2011) para mudar. Só assim se entende um desenvolvimento centrado nas pessoas.



### **3.5. Os Factores Críticos de Sucesso do Desenvolvimento Comunitário no Suco Biqueli**

Nesta parte iremos descrever os principais fatores críticos que, sob o nosso ponto de vista, tem influenciado o processo de desenvolvimento comunitário do Suco Biqueli, Atauro do município de Dili de Timor-Leste, em geral, e nas comunidades das aldeias de Ilicnamo, Ilidua Douro, Pala e Uaro-Ana, em particular.

O termo “fatores críticos de sucesso” é tradicionalmente utilizado na área da gestão. Sem pretendermos entrar numa discussão sobre a linguagem da gestão dos projetos, tomamos apenas por empréstimo as perspetivas de Pinto & Prescott (1988) e Müller & Jugdev (2012) para salientar que os fatores críticos de sucesso podem ser definidos como os elementos necessários para garantir que uma organização ou um projeto cumpra a sua missão. Segundo os autores, podemos considerar como fatores críticos os aspetos relacionados com a missão do projeto, o apoio da gestão do topo, o cronograma do projeto, a auscultação do cliente, o suporte tecnológico do projeto, monitorização das atividades e o *feedback*, os canais de comunicação, a experiência na solução de problemas. Na perspetiva de Müller & Jugdev (2012), os critérios de sucesso dum projeto dependem do grau de satisfação dos clientes ou beneficiários do projeto, o nível de satisfação da equipa do projeto e dos *stakeholders*, o grau de desempenho do projeto em termos de tempo de execução, custo e qualidade, entre outros aspetos.

Parafraseando os autores, o sucesso ou a falha do desenvolvimento comunitário não é apenas determinado por um fator ou um elemento, pois existem vários elementos relevantes que podemos considerar como os fatores críticos que podem influenciar o sucesso ou o insucesso dos programas, dos projetos ou das atividades no âmbito do desenvolvimento comunitário. Por exemplo, poderão representar como fatores críticos o orçamento dos projetos, o cronograma das atividades, o desempenho do projeto e da equipa, a satisfação da comunidade, o sucesso ou não das aprendizagens resultantes das atividades do projeto, entre outros fatores que permitam impulsionar as mudanças ao nível da comunidade.

Em 2004, o 1º governo constitucional da RDTL (2002-2006), através do Ministério de Administração Estatal e Ordenamento Territorial (MAEOT) lançou uma primeira

iniciativa ou programa de desenvolvimento, designada de “Programa Desenvolvimento Local” (PDL), procurando através do programa criar um teste piloto dum modelo de descentralização governativa (Cummins & Maia, 2012, p. 4). Através da implementação deste programa, foi criado um conselho representativo para administrar um pequeno projeto de desenvolvimento, através da consulta comunitária, envolvendo cada Suco de todo o território nacional para identificar as necessidades e prioridades de desenvolvimento, dando origem ao que se chamou de Plano de Desenvolvimento Suco (PDS) (Cummins & Maia, 2012, p. 5).

Pretendeu-se igualmente com a implementação do programa de PDL promover o aumento da capacidade das autoridades locais e/ou lideranças comunitárias dos municípios na gestão do seu território. Em termos de atividades concretas, este programa tinha como objetivo a criação de iniciativas para a redução da pobreza e a construção de infraestruturas básicas, em pequena escala, disponibilizando assim *serviços públicos* mais próximos da comunidade (Tim Penelitan Luta Hamutuk, 2009, p. 11). A realização do PDL teve como lema “*Foti Liman hodi Deside no Dezenvolve*”<sup>60</sup>, afirmando assim um “*Programa Dezenvolvimento Lokal hodi hetan lisaun pratikas ba prosesu desentralizasaun, katak futuru Governu Lokal bele Forte, Transparente no Besik ba Povu*”<sup>61</sup> (Tim Penelitan Luta Hamutuk, 2009, p. 12). Subjaz neste lema do PDL a ideia de que para desenvolver um processo de desenvolvimento comunitário, é necessário promover a participação ativa da comunidade, valorando assim os membros da comunidade como sujeitos e ou principais atores do próprio desenvolvimento comunitário.

No período de 2008-2010, foi traçado um novo rumo ao PDL. O governo de então, através do Secretário de Estado da Política de Formação Profissional e Emprego (SEPFOPE) e parceiro dos programas de desenvolvimento introduz um novo programa designado de “*TIM Works*”<sup>62</sup>, e fundado na ideia dum “*Labour Based Work Methods*”. Era um programa que propunha que o trabalho decorresse da energia dos homens (comu-

---

<sup>60</sup> Tradução livre: “Levante a Mão para Decidir e Construir”

<sup>61</sup> Programa de Desenvolvimento Local como uma Lição Prática do processo de Decentralização, o Futuro do Governo Local é Forte, Transparente e perto ao Povo

<sup>62</sup> *Investment Budget Execution Support for Rural Infrastructure Development and Employment Generation*, como uma troca do programa anterior chamado de “Cash for Work”. Este programa foi implementado através da cooperação entre Governo de Timor-Leste (GoTL) e ILO, com fundos internacionais de Irish Aid, Governo da Noruega e da União Europeia.

nidade), tendo como objetivo principal a ajuda na redução dos problemas sociais, sobretudo do problema do desemprego dos jovens nas áreas rurais (Tim Penelitan Luta Hamutuk, 2009, p. 18). Com a implementação deste projeto, foi possível não só reabilitar e manter e/ou abrir uma nova estrada rural num suco, mas, também, permitiu a criação de um novo projeto colateral dirigida à “Limpeza Geral” ao nível suco. Porém, este projeto teve um lado perverso. Para motivar a participação ativa da comunidade nas iniciativas do programa *Tim Works* era atribuído a cada participante, uma compensação financeira de 3 dólares. O projeto passou a ser conhecido como o “Projeto de \$3”, que, embora tenha gerado alguns benefícios diretos infraestruturais, trouxe a inculcação de uma certa mentalidade de dependência das comunidades aos projetos. Veiculou durante algum tempo a ideia de que onde “há \$ 3, há limpeza geral”, o que significa que as pessoas só participavam ativamente se houvesse um projeto de 3 dólares.

Em 2010, foi lançado, através o gabinete do primeiro-ministro da RDTL, um novo programa designado de Pacote de Desenvolvimento Decentralizado (PDD). O programa tinha por objetivo motivar e incentivar os empresários locais para a participação ativa nas diversas atividades de desenvolvimento das infraestruturas do meio rural. A lógica da implementação do PDD era ainda considerada do tipo centralizado, à semelhança do que existia no PDL (Cummins & Maia, 2012, p. 5). Numa tentativa de reduzir os efeitos do centralismo da ação governativa, o governo de então propôs um novo programa para a integração estes dois (PDL e PDD), introduzindo assim um novo programa designado de PDID (Plano de Desenvolvimento Integrado Distrital), cuja operacionalização decorria através duma comissão de trabalho ao nível município, posto administrativo, concelho do Suco, acompanhado por um representante do Ministério no município (Cummins & Maia, 2012). Era uma proposta que procurava dar uma outra perspetiva ao PDS.

Não obstante a existência de vários programas de desenvolvimento, procurando todos nas suas linhas e objetivos promover e desenvolver a participação comunitária nas áreas rurais, na verdade os resultados não permitem aferir o acréscimo da capacidade participativa da comunidade. Cummins & Maia (2012, p. 6) estudaram esta questão, tendo identificado no seu estudo sobre a implementação do PDL que a participação da comunidade ao nível Aldeia foi fraca, porque houve “apenas uma consulta do grupo da comunidade” durante todo o período de vigência do PDS. Referem ainda os autores que o PDS

não reflete as necessidades de desenvolvimento dum suco, na medida em que a maioria dos concelhos do Suco não conhecem as prioridades formuladas no PDS, e que a integração de algumas ações dadas como prioridades não eram as identificadas ao nível Suco, mas sim adaptações das prioridades de desenvolvimento do posto administrativo do município, ou até meros reflexos das orientações nacionais (Cummins & Maia, 2012).

Em 2013, o Governo de então procurou corrigir o rumo do desenvolvimento das zonas rurais, tendo para o efeito criado um programa de desenvolvimento mais perto da comunidade, baseado na perspetiva de “*community-driven Development*”, e designado de Programa Nacional de Desenvolvimento Suco (PNDS) (Cummins & Maia, 2012, p. 42). O PNDS foi lançado com uma fase piloto de pré-projeto, incidindo a implementação em 30 Sucos dos 13 Postos Administrativos dos 5 Municípios. Na atualidade, o PNDS já se encontra implementada em todos os 442 Sucos que existem em Timor-Leste (Neate & Herawati, 2015, p. 1). Para os autores, este programa nacional foi considerado o primeiro verdadeiro programa do Governo de Timor-Leste (GoTL) objetivado ao desenvolvimento e à promoção da participação ativa da comunidade em todo o território nacional. Porém, se olharmos com atenção que, apesar da realização e utilização dos fundos do programa de PNDS ser totalmente da responsabilidade das autoridades locais do Suco, a responsabilidade máxima da gestão dos fundos estava nas “mãos” do Ministério da RDTL que tutelava o programa. Uma outra nota de registo que importa salientar é que embora a realização e a implementação deste programa dependessem da adaptação do programa às situações das reais necessidades de cada suco referido, o que verificamos nos documentos consultados é que, na prática e na maioria dos sucos, a implementação do programa de PNDS era apenas decidida pelas autoridades comunitárias (lideranças locais) (Cummins & Maia, 2012), sem um verdadeiro envolvimento ativo da comunidade, pelo que, salvo raras exceções, a participação ativa da comunidade que se apregoava com o PNDS era mais virtual do que real.

Uma das exceções, constatámos na comunidade Suco Biqueli, cujas lideranças locais procuraram implementar o PNDS baseado na auscultação, participação e decisões coletivas junto dos membros das comunidades nos encontros na Aldeia e Suco. Por conseguinte, por aquilo que nos foi dado a observar a face aos documentos consultados, a

implementação das iniciativas de desenvolvimento na comunidade no Suco Biqueli, re-flete um sentido de participação ativa, ou melhor, de participação direta da comunidade, distanciando-se da mera “*consultive participation*” (Silva, 2004) ou uma participação “planeado e orientado” de fora (Soetomo, 2008) como se verificava e verifica na maioria doutros sucos da RDTL.

Podemos constatar nos documentos consultados que, desde a independência da RDTL, foram muitas as iniciativas de implementação de projetos de desenvolvimento local promovidas pelas instâncias governamentais. Porém, tal como descrevemos anteriormente, as fontes da mudança na comunidade podem vir das dinâmicas internas e externas (Soetomo, 2008, p. 136), pelo que podemos considerar a existência de fatores externos e internos que interferem com o processo de desenvolvimento comunitário. Apesar de podermos reconhecer que uma excessiva “dominação” das intervenções externas possam criar a dependência da comunidade no contexto de desenvolvimento comunitário, gerando a manutenção de círculos viciosos e virtuosos de pobreza, a verdade é que sendo a comunidade de Biqueli deveras pobre, naturalmente as dinâmicas da mudança e melhoria dependem da apropriação dos recursos externos, muitas vezes deliberadamente programados a partir do exterior. Não obstante esta realidade, também se verificam efeitos de mudança operados por certos fatores internos mobilizados pelas lideranças e grupos comunitários, tais como as formas e estilos de motivação, orientação e introdução de novas ideias (Soetomo, 2008, p. 137), estas muitas vezes advêm da influência externa (p.e. ONG, agentes governamentais), tal como assinalámos a quando da análise do *corpus* das entrevistas sobre o capital social, a participação e o *empowerment*.

Tendo presente o descrito anteriormente, para falar de fatores críticos que contribuíram e que contribuem para o sucesso do processo de desenvolvimento comunitário em Suco Biqueli, não se delimita a referência às disponibilidades de investimento externo. Implica sobretudo ter em consideração pelo menos duas dimensões factoriais de natureza interna. Uma primeira relacionada com as dinâmicas dos grupos comunitários da comunidade materializadas sob a forma de i) participação ativa da comunidade, ii) envolvimento ativo e confiança mútua; e, iii) comunidade e trabalho em equipa. Uma segunda relacionada com as interações entre as instituições na comunidade Suco Biqueli e a ação coletiva e organizada na resolução dos problemas da comunidade, operacionalizada por

dois critérios de sucesso, relacionados com a) liderança participada (participativa), e b) formação no local de trabalho.

Para compreendermos melhor cada um desses fatores críticos de sucesso no processo de desenvolvimento comunitário em Biqueli, (re)olhemos o estado atual do processo de desenvolvimento comunitário em Suco Biqueli, cuja sistematização vamos apresentar em seguida.

### 3.5.1. (Re)Olhar o Processo de Desenvolvimento Comunitário em Biqueli

Passados quase duas décadas da independência da RDTL, enferma ainda em Biqueli, à semelhança de muitos sucos da área rural, uma elevada carência de infraestruturas básicas que afetam as condições de vida da comunidade. São por exemplo a necessidade da criação de infraestruturas básicas, tais como a estrada, a eletricidade e a canalização de água potável, incluindo as infraestruturas das telecomunicações. Estes elementos não são apenas fulcrais para o quotidiano da vida em Biqueli, mas representam igualmente elementos relevantes para o desenvolvimento socioeconómico. É pela relevância deste facto que encontramos bem plasmado no plano estratégico de desenvolvimento nacional de Timor-Leste 2011-2030, medidas orientadas para o desenvolvimento das infraestruturas, sobretudo “as infraestruturas básicas necessárias para apoiar uma nação moderna e produtiva em que os cidadãos estão ligados entre si e com o mundo” (PEDN de Timor-Leste 2011-2030, p. 72).

#### 3.5.1.1. Exemplificando as Necessidades Imediatas

##### 3.5.1.1.1. Acesso à Estrada Rural e aos Mercados na Comunidade do Suco Biqueli

Em qualquer sociedade, a estrada é de fundamental para o contacto entre as comunidades. As vias de comunicação terrestre são fundamentais para o combate ao isolamento, favorecendo a mobilidade das populações rurais, quer para o transporte das pessoas, quer para o escoamento das mercadorias. Portanto ter acesso à estrada pode ser entendido como um direito fundamental e uma necessidade básica da sociedade.

Em Timor-Leste, “possui um sistema extensivo de estradas nacionais, regionais e rurais, que oferecem acesso às áreas rurais onde vive a maioria da população. Há cerca de 1.426 km estradas nacionais, 869 km distritais (municípios) e 3.025 km de estradas rurais” (PEDN de Timor-Leste 2011-2030, p. 74). No entanto, segundo ADB (2005), “a rede de transportes de Timor-Leste consiste em cerca de 6.000 km de estradas em mau estado geral. As estradas secundárias e menores para os postos (subdistritos) e sucos (aldeias) encontram-se em péssimas condições, tornando inacessíveis muitas dessas áreas, especialmente durante a estação chuvosa” (ADB, 2005, p. 8). Além disso, muitas das estradas que ligam os Sucos (aldeias) aos mercados locais mais próximos, são meras faixas, não adequadas para uso de veículos motorizados” (Ministério do Planeamento e Finanças, 2004a; ADB, 2005, p. 8).

De acordo com os Censos 2015 da RDTL, a maioria da população (cerca de 70%) de Timor-Leste vive nas áreas rurais. Nas comunidades rurais são habitualmente as mulheres que procuram o “acesso os mercados locais para vender seus produtos, e o acesso rodoviário adequado aos mercados tem sido citado como essencial para melhorar a renda das mulheres e as oportunidades de subsistência” (Ministério do Planeamento e Finanças, 2004a; ADB, 2005, p. 8).

É por reconhecer a importância do combate do isolamento das comunidades rurais e promover o seu desenvolvimento que encontramos como numa das linhas do PEDN a ênfase da necessidade urgente em “melhorar e permitir a ligação e movimentos das pessoas, incentivar o desenvolvimento dos recursos agrícolas e naturais, aumentar o rendimento rural e permitir a oferta efetiva de serviços do governo, incluindo na saúde, na educação e na segurança, então, a estrada e a rede rodoviária rural é fundamental” e vital para o desenvolvimento da comunidade (PEDN de Timor-Leste 2011-2030, p. 78). Podemos ainda encontrar no discurso político o reconhecimento de que “a rede de estradas de qualidade e bem conservadas, é essencial para ligar as nossas comunidades, promover o desenvolvimento rural, a indústria e turismo, e providenciar acesso aos mercados. As estradas são o principal modo de transporte e permitem o desenvolvimento e a circulação de recursos, tanto para as áreas rurais como urbanos. Estas são críticas para a maioria dos outros setores e apoiam a prestação de serviços à comunidade, cuidados de saúde e educação” (PEDN de Timor-Leste 2011-2030, p. 74).

Ainda sobre o estado das estradas rurais, o Administrador Fohorem afirmou em 2010 que “as estradas necessitam de ser reparadas de forma a termos acesso aos mercados” (Administrador posto administrativo Fohorem-Covalima, Consulta Nacional, 2 de Agosto de 2010, citado em PEDN de Timor-Leste 2011-2030, p. 74), pelo que a criação de infraestruturas básicas, sobretudo das estradas rurais são “essenciais para que Timor-Leste seja capaz de se desenvolver económica e socialmente” (PEDN de Timor-Leste 2011-2030, p. 74).

O estado das estradas rurais em Ataúro, em geral, e no Suco Biqueli, em particular, não é a melhor. Durante a ocupação da Indonésia, a comunidade do Suco Biqueli não tinha acesso à estrada, pelo que o transporte dos produtos locais da comunidade ao mercado e demais deslocações da comunidade eram efetuadas em caminhos e atalhos de terra batida, onde não circulavam veículos motorizados, ou então, iam através da zona costeira de barco a outras localidades. Por outras palavras, quando não havia a atual estrada rural, a maioria da comunidade do Suco Biqueli deslocavam ao mercado de Beloi a pé e só algumas pessoas é que utilizavam um pequeno barco dos pescadores. Após a independência, melhoraram um pouco as vias de comunicação. Embora a comunidade do Suco Biqueli passou a poder transportar os seus produtos locais em transporte público local (*truck*), mas a grande maioria das deslocações do Suco de Biqueli a outras localidades, ainda se resume pela via pedestre, sendo nalguns casos através do pequeno barco dos pescadores ou de carro e/ou motorizada.

Em Biqueli há uma camioneta (*truck*) que efetua as ligações para outras localidades, sendo considerado como um único transporte público local, sendo bastante utilizado pela comunidade nos dias do bazar de Beloi (quinta-feira e sábado), nas deslocações dos doentes ao centro da saúde no Suco Maumeta-vila posto administrativo Ataúro. De acordo com os dados oficiais, o número de transportes privados (motorizada individual) tem vindo a aumentar, passando de 48 motorizadas em 2014 (perfil do Suco Biqueli, 2014) a 73 motorizadas em 2017. No final 2018, os números provisórios indicam um aumento para 112 motorizadas. Em síntese, com a construção da estrada para veículos motorizados em Biqueli, embora seja ainda de terra batida (sem alcatrão) (Figuras 36 e 37), aumentou o número de transportes privados, fenómeno esse que ser interpretado com uma melhoria das condições de vida da comunidade Suco Biqueli.



Figuras 36 e 37: Construção da estrada rural na comunidade do Suco Biqueli no ano 2011 e na atualidade



Figura 36: Antes



Figura 37: Depois

Fonte: Autor, Zacarias F. da Costa

De acordo com o Sensus Fo Fila Fali Suco Biqueli 2010, uma das prioridades da Ilha de Ataúro é a reabilitação da estrada rural do Suco Beloi ao Suco Maumeta (Ataúro Vila) e a estrada de Suco Beloi ao Suco Biqueli (Sensus Fo Fila Fali Suco Biqueli, 2010, p. 2). Estas duas estradas rurais de total 20 estradas rurais são consideradas prioridades na reabilitação e melhoria no âmbito do desenvolvimento comunitário (PEDN de Timor-Leste 2011-2030, p. 79). Assim sendo, de acordo com as estatísticas oficiais e conforme uma escala de prioridades definido pelo Governo (Tabela 21), as estradas rurais do Suco Biqueli necessitam de reabilitação urgente.

Embora já haja uma estrada rural não alcatroada na comunidade Suco Biqueli, com ligação ao Suco Beloi e ao Suco Maumeta Ataúro Vila, a sua construção permitiu à melhoria das deslocações da comunidade e a circulação das mercadorias e os transportados produtos locais, quer através do transporte publico quer por via do transporte privado (individual). Porém, como podemos ver nas figuras 36 e 37, para que seja possível elevar o nível do desenvolvimento da comunidade em Biqueli, as estradas carecem ainda de melhorias, p.e., que fiquem alcatroadas.

Tabela 21: Total Estradas Rurais que necessitam de reabilitação em Timor-Leste

Município/ Posto Administrativo	Estradas Rurais	Total
Dili-Ataúro	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Suco Beloi - Suco Maumeta (Ataúro Vila)</li> <li>▪ Suco Beloi-Suco Biqueli</li> </ul>	2
Oecusse	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Baqui-Passabe</li> </ul>	1
Lautem	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cruzamento Builhamau-Luro</li> <li>▪ Lospalos – Lore – Iliomar</li> <li>▪ Com – Trisula</li> </ul>	3
Covalima	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Suai – Maucatar – Lelas</li> <li>▪ Tilomar – Fohorem</li> </ul>	2
Ainaro	Cruzamento Maubisse – Hatubuiliku	1
Manufahi	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cruzamento Same – Alas</li> <li>▪ Alas – Turiscai</li> <li>▪ Welaluhu – Fatuberliu</li> <li>▪ Dotic – Fatuberliu</li> <li>▪ Waudeberec – Alas</li> </ul>	5
Bobonaro	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Maliana – Atabae</li> </ul>	1
Viqueque-Baucau	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Uatolari – Lausorolai</li> </ul>	1
Manatuto	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cruzamento Laclubar – Soibada</li> </ul>	1
Manatuto-Manufahi	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Turiscai – Soibada – Salau – Vila de Manatuto</li> </ul>	1
Manatuto-Viqueque	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Salau – Natarbora – Viqueque</li> </ul>	1
Manatuto-Aileu	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cruzamento Manatuto – Lacro – Remexio</li> <li>▪ Cruzamento Aileu</li> </ul>	1
<b>Total</b>		<b>20</b>

Fonte: PEDN de Timor-Leste 2011-2030, p. 79.

### 3.5.1.1.2. Acesso à Energia da Elétrica na Comunidade do Suco Biqueli

Além da estrada rural (local), uma outra infraestrutura básica fundamental e vital para o desenvolvimento da comunidade é a infraestrutura básica de fornecimento da eletricidade à comunidade, na medida em que “o acesso ao fornecimento regular de eletricidade é vital para melhorar a qualidade de vida em Timor-Leste e apoiar o crescimento e desenvolvimento de empregos em zonas urbanas e rurais” (PEDN de Timor-Leste 2011-2030, p. 89). Ainda segundo o PEDN de Timor-Leste 2011-2030, “o acesso à energia elétrica (eletricidade) é um direito básico e o alicerce para o futuro económico” do país (PEDN de Timor-Leste 2011-2030, p. 89). Acresce ainda o descrito no PEDN que a produção e o fornecimento energia da eletricidade “são fontes de criação de muitos empregos diretos e indiretos, oportunidades de negócios e crescimento económico” (PEDN de Timor-Leste 2011-2030, p. 90).

Embora o Estado (o Governo) de Timor-Leste tenha procurado desenvolver um programa sustentado de eletrificação para o país e os relatórios do programa de investimento sectorial enfatizam a estreita ligação entre a eletrificação e o crescimento económico rural (ADB, 2005, p. 7), mas de acordo com os resultados do inquérito de Avaliação da Pobreza de 2001 (*the 2001 Poverty Assessment Survey*), no início do século XXI, só cerca 28% da população (cerca de 237.000 pessoas) tinham acesso à eletricidade (Ministério dos Transportes, Comunicação e Obras Públicas, 2004a; ADB, 2005, p. 6). Segundo o relatório do Banco Mundial (2003), estima-se que o fornecimento de eletricidade a todos os agregados familiares no país reduziria a incidência da pobreza em 26% e aumentaria o consumo entre as famílias afetadas em mais de 20% (Ministério dos Transportes, Comunicação e Obras Públicas 2004a; ADB, 2005, p. 7).

Durante os 25 anos da ocupação Indonésia, a comunidade do Suco Biqueli não tinha acesso a energia da eletricidade. Depois da uma década da restauração da independência 20 de Maio de 2002, foi no ano 2011 em que foi construída uma instalação de energia elétrica no Suco Biqueli, cujo o funcionamento era apenas de 12h por dia (18h00 a tarde às 06h00 da manhã) (Figura 35). Só no final do ano 2018 é que a comunidade do Suco passou a dispor de eletricidade 24h por dia, detendo, contudo, algumas interrupções de fornecimento ocasionais e não abrange todas as aldeias do suco. De facto, duas das Aldeias de Suco Biqueli, categorizadas como áreas muito remotas das zonas rurais, não possuem ainda acesso à energia elétrica, estando previsto como uma alternativa um possível investimento para a instalação de energia solar.

O fornecimento da eletricidade a toda a comunidade da RDTL representa um compromisso política do Estado da RDTL para o desenvolvimento comunitário. Para o Governo, estima-se que “em 2030 todas as famílias em Timor-Leste terão acesso a eletricidade pela expansão do sistema convencional de energia elétrica ou através da utilização de energia renovável” (PEDN de Timor-Leste 2011-2030, p. 96). Ainda segundo PEDN de Timor-Leste 2011-2030, “a energia solar usa o calor do sol para gerar eletricidade usando uma variedade de tecnologias. A energia solar é uma das energias renováveis de outros três tipos de energias renováveis que existem (energia hidroelétrica, energia eólica e a energia de biomassa é produzida por ou a partir de plantas ou resíduos de animais) (PEDN de Timor-Leste 2022-2030, p. 96). As instalações domésticas e autónomas, serão

usadas para fornecer energia elétrica, nas áreas muito remotas de Timor-Leste, com um terreno difícil, onde não será possível aceder ao sistema de distribuição elétrica” (PEDN de Timor-Leste 2011-2030, p. 93). É por razões da natureza geográfica do município Oecusse Ambeno e da Ilha de Ataúro, “a produção de energia estará sujeita a um projeto independente e vai ser uma prioridade para projeto de energia renovável” (PEDN de Timor-Leste 2011-2030, p. 90). Porém, a sua implementação não foi baseada num projeto de energia renovável.

Figura 38: A instalação a energia da eletricidade na comunidade do Suco Biqueli em 2011 depois de 11 anos de Restauração da Independência 20 de Maio de 2002



Fonte: Autor, Zacarias F. da Costa

Acrescentemos ainda que o funcionamento da energia da eletricidade é igualmente fulcral para a melhoria da vida doméstica das famílias, na medida em que permite “cozinhar, iluminação, refrigeração, televisores, computadores, rádios, telefones e frigoríficos e outros eletrodomésticos. Os benefícios são enormes, por exemplo, o acesso a uma boa iluminação permite que as crianças possam ler ou estudar até mais tarde e um frigorífico permite um armazenamento mais higiénico dos alimentos” (PEDN de Timor-Leste 2011-2030, p. 89). É pela importância da eletricidade para o desenvolvimento da comunidade, que numa consulta nacional para a formulação de PEDN de Timor-Leste 2011-2030, um dos líderes da comunidade afirmou que “as mulheres da nossa aldeia querem painéis solares para que os seus filhos possam estudar à noite” (Líder da comunidade,

Consulta Nacional em 20 de Setembro de 2010, citado em PEDN de Timor-Leste 2011-2030, p. 89).

Dado ao isolamento da comunidade de Suco Biqueli o acesso à energia da eletricidade permite à comunidade acompanhar a informação nacional, regional e internacional através da televisão e do rádio, ficando assim a par com dos assuntos de entretenimento, da ação governativa, notícias do quotidiano e demais assuntos do processo de desenvolvimento nacional, regional e local de todo território nacional. Para além das vantagens da eletricidade na ajuda e apoio aos estudantes para o estudo durante da noite e de dia, ou na melhoria da vida doméstica, naturalmente que a energia elétrica é fundamental para a vida económica e para os pequenos negócios cuja maquinaria depende dessa energia. Por exemplo, em Biqueli, a eletricidade é fundamental para a atividade de um empresário de carpintaria ou oficina de reparação de pneus de carro, motorizada e ou bicicleta, ou dum pequeno comércio de gelados (Figura 39).

Figura 39: Geleiras e a produção gelado (cubos de gelo) e Carmelo da comunidade depois de ter acesso a energia eletricidade na comunidade do Suco Biqueli.



Fonte: Foto de Eliseu Amaral

Em síntese, os benefícios da utilização da eletricidade na comunidade Suco Biqueli concorrem para a melhoria das condições de vida doméstica e empresarial da comunidade. Porém, para que todo as aldeias de Biqueli possam ter pleno acesso à energia elétrica, são ainda necessários mais investimentos, por exemplo para a instalação de centrais de energias renováveis (p.e. painéis solares) nas aldeias mais remotas do mundo rural do suco.

### 3.5.1.1.3. Acesso à Água Potável na Comunidade do Suco Biqueli

Além da infraestrutura básica da estrada e da eletricidade, o acesso à água potável canalizada desempenha igualmente um papel importante para o desenvolvimento da comunidade.

A importância da água potável encontra-se bem plasmado no PEDN de Timor-Leste 2011-2030, onde se encontra descrito como “um elemento de vital importância no desenvolvimento económico e social de Timor-Leste, e, na saúde e bem-estar de nosso povo é o acesso à água potável e saneamento” (PEDN de Timor-Leste 2011-2030, p. 81). Pela sua importância para o desenvolvimento da comunidade, aquando da consulta nacional para a formulação do PEDN de Timor-Leste 2011-2030, o Administrador Turiscai-Manufahi afirmou que “se não tivermos água potável, como é que podemos melhorar a vida do nosso povo?” (Administrador do Posto de Turiscai-Manufahi, Consulta Nacional, 14 de Maio de 2010, citado em PEDN de Timor-Leste 2011-2030, p. 81).

Segundo o relatório do ADB (2005), menos da metade da população do país tem acesso à água potável e apenas um quarto tem acesso a saneamento melhorado. “Os níveis de acesso são baixos nas áreas rurais e, embora mais altos nas áreas urbanas, ainda são baixos para os padrões internacionais: em 2003, cerca de 55% da população não tinha acesso a água potável e apenas 27% tinham acesso a água potável”. (Ministério do Planeamento e Finanças 2004a; ADB 2005, p. 7). De acordo com os Censos de 2010, apenas “57% da população rural de Timor-Leste tem acesso a água potável e apenas 20% têm acesso a condições de saneamento básico”.

Além disso, há duas causas mais significativas das mortalidades infantis a saber: infeção respiratória e diarreia que estão diretamente relacionadas com “a falta de abastecimento de água potável, saneamento e higiene”. Além disso, acresce-se ainda “as doenças, morbidez e fraco desenvolvimento (crescimento) infantil, decorrentes da falta de água potável e saneamento” (PEDN de Timor-Leste 2011-2030, p. 81). Em Timor-Leste, as principais fontes de água potável são: água de poço, água de nascentes e água de ca-

nalizadas. Sabe-se que só 42% da população das áreas urbanas possuem águas canalizadas, e nas áreas rurais, apenas 25% possuem acesso à água e que advém dos poços ou nascentes” (PEDN de Timor-Leste 2011-2030, p. 81).

Acrescenta ainda no PEDN de Timor-Leste de 2011-2030, que o acesso à água potável e o saneamento são fundamentais para o futuro de Timor-Leste, na medida em que permite: “1) melhorar a saúde pública; 2) criar novos empregos e incentivar o desenvolvimento rural; 3) tornar mais fácil manter e sustentar os nossos valiosos de água; e, 4) disseminar uniformemente os nossos limitados recursos hídricos” (PEDN de Timor-Leste 2011-2030, p. 82).

O acesso a água potável e saneamento adequado à comunidade é um dos objetivos de Timor-Leste 2020, sendo de assinalar que “os nossos objetivos para 2020, com base nos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio são: 1) 75% da população de Timor-Leste terá acesso a água potável; 2) 40% das comunidades rurais terão melhorias significativas nas instalações de saneamento” (PEDN de Timor-Leste 2011-2030, p. 83). Acrescenta ainda no PEDN que o acesso à água potável para todos os cidadãos de Timor-Leste é um dos compromissos do Estado da RDTL para o seu povo no horizonte 2030, donde, “o nosso objetivo é de, 2030, todos os cidadãos do país terem acesso a água potável e saneamento melhorado” (PEDN de Timor-Leste 2011-2030, p. 82). Portanto, o abastecimento de água potável à comunidade, além da “melhoria a saúde da comunidade (população)”, contribui para reduzir “o tempo para caminhar longas distâncias para recolher água”.

Durante 25 anos da ocupação regime militar Indonésio e 11 anos de restauração da independência em Timor-Leste, o acesso da água na comunidade Suco Biqueli dependia das disponibilidades da água de poço. A utilização do tanque e da torneira para a canalização da água potável em Suco Biqueli é de data recente, tendo sido dinamizado pelo governo através o projeto de PNDS (Programa do Plano Nacional de Desenvolvimento do Suco) para o desenvolvimento da comunidade do suco, tendo em vista não só a melhoria das condições de vida da comunidade, mas também que permitisse a melhoria da qualidade dos produtos hortícolas no âmbito do autoconsumo (Figura 40).

Figura 40: Poço de água e tranque de água potável na comunidade do Suco Biqueli



Fonte: Autor, Zacarias F. da Costa

O uso da água potável canalizada na comunidade Suco Biqueli permite não só satisfazer as necessidades básicas da atividade doméstica, tais como cozinhar, beber e lavar roupas, mas também contribuir para a produção de alguns tipos de horticultura nos quintais e hortas anexas às habitações, tais como a mostarda, tomate, e outros tipos horticultura relevantes (Figura 41).

Figura 41: Três dos tipos de horticulturas que a comunidade do Suco Biqueli produz após o acesso à água potável canalizada



Fonte: Foto de Eliseu Amaral

No entanto, é de salientar que nem todas as comunidades possuem o acesso à água potável para a produção de legumes ou outros produtos de horticultura relevante. As comunidades das aldeias de Ilicnamo e Pala não possuem este tipo de acessibilidade. De



acordo com os registos obtidos através do trabalho de campo (observação direta não participante) pudemos verificar que num total de 549 chefes de famílias, apenas 20 utilizam a água potável canalizada para a produção de horticulturas (legumes) perto das suas casas, quer para o autoconsumo, quer como uma das atividades económicas das comunidades no Suco.

Além da produção de horticulturas (legumes), após o acesso à energia da eletricidade, a água potável canalizada tem vindo a ser utilizada nos pequenos negócios como a produção do gelado (cubos de gelo) e caramelo (Figura 36),

Não obstante a melhoria das condições de acesso à água potável na comunidade Suco Biqueli, subsiste a questão da garantia da salubridade da água potável e uma melhor distribuição ou canalização para as habitações do Suco, na medida em que estão ainda longe de estarem asseguradas.

### 3.5.1.2. Outras Dinâmicas do Processo de Desenvolvimento Comunitário em Biqueli

#### 3.5.1.2.1. Dinâmicas dos Grupos Comunitários: Entre a Realidade e a Praxis da Cooperação, Participação, Envolvimento Ativo, Confiança Mútua e o Trabalho em Equipa

Nos vários pontos precedentes, referimos que se encontram Biqueli vários grupos comunitários que têm contribuído para a melhoria da vida social em Ilicnamo, Ilidua Douro, Pala, Uaro-Ana, fortalecendo as suas comunidades, em particular, as famílias mais pobres no seguinte: i) capacidade para desenvolver a solidariedade social e a participação ativa da comunidade; ii) importância da criação da união e da confiança da comunidade; iii) capacitação e apoio mútuo da comunidade; iv) vontade da mudança e da melhoria das condições de vida da própria comunidade.

Tendo estes aspetos em consideração, iremos analisar em seguida as dinâmicas dos grupos comunitários e as lógicas de cooperação na comunidade do Suco Biqueli para melhor compreender como é que as dinâmicas dos grupos comunitários representam um dos fatores críticos de sucesso no processo de desenvolvimento comunitário, ao colocar o enfoque da sua ação na participação ativa da comunidade, envolvimento ativo e confiança mútua, e, comunidade e trabalho em equipa.

Vejamos em primeiro lugar a questão da cooperação, na sua dimensão formal, ou seja, ao nível das cooperativas. O setor da cooperativa não é algo novo em Timor-Leste, mas representa um dos pilares do desenvolvimento económico do país, sendo as cooperativas protegidas e regulamentadas em termos constitucionais e legislativos (Artigo 138º da Constituição da RDTL 2002; Decreto do Governo nº. 16/2004, 27 de Outubro de 2004). Embora a regulamentação do setor tenha surgido mais tarde, o aparecimento das cooperativas das produções remonta a Maio de 1975. Basicamente o setor da cooperativa dinamiza o lema “ajuda a tua própria vida e depois trabalhar para ajuda os outros, como uma filosofia que aceitado e compreendido. Melhorar a vida dos membros da cooperativa como uma maneira para ajudar o desenvolvimento económico do país” (Introdução do Decreto do Governo nº. 16/2004, p. 1). Em termos estritos, as cooperativas tendem a promover e desenvolver a participação ativa dos atores sociais, articulando esforços conjuntos num território de recursos escassos, na melhoria das condições de vida das próprias comunidades.

De acordo com as fontes oficiais do Ministério Comercio Indústria e Ambiente da RDTL (2014), existem 156 cooperativas no território nacional. Tratam-se de cooperativas de créditos, de pescas, agrícolas, industriais, pecuárias e ou multissetoriais. De acordo com os registos oficiais, 6 encontram-se a operar no posto administrativa Ataúro, Dili, Timor-Leste, sendo uma, a cooperativa Beata a única que se encontra registado na Direção Nacional das Cooperativas do Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente da RDTL. Porém, de acordo com os dados do trabalho de campo, verificamos que existem mais 5 cooperativas não registadas no Suco Biqueli, o que releva para dez, o número das cooperativas que existem no Posto Administrativo Ataúro. Em termos de distribuição das cooperativas pelas aldeias de Biqueli, verificamos que duas cooperativas situam na Aldeia Pala, duas outras na Aldeia Ilicnamo, encontrando-se uma cooperativa em cada uma das Aldeias de Ilidua e Uaruana (E 1)<sup>63</sup>.

De facto, o movimento cooperativo existente em Timor-Leste pode ser considerado e interpretado como uma das estratégias de desenvolvimento, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento económico da comunidade. Tendo em consideração que as entidades económicas das cooperativas são formadas por pessoas (os cooperantes) que

---

<sup>63</sup> Resultado Entrevista PAAS (Pessoal de Apoio da Administração do Suco), 14 de Novembro de 2016

as compõem, baseada nos membros da comunidade do local onde opera a cooperativa, é caso para afirmar e considerar que *a priori* o movimento cooperativo se desenvolveu sob uma abordagem do tipo *bottom-up approach*. Porém, se para o desenvolvimento de Timor-Leste parece assentar na ideia da consolidação do movimento cooperativo como uma das estratégias de desenvolvimento comunitário baseado na cooperação, sobretudo para responder aos problemas socioeconómicos da própria comunidade, na verdade, o que se assiste é apenas uma presença mais “formal” das cooperativas do que resultante da união de “forças” entre os cooperantes. Sabe-se que até à data, a produção agrícola confina-se num modo de produção do tipo autoconsumo.

Embora não dispomos de dados mais exatos, verificamos no trabalho de campo que muitos agricultores preferem não aumentar a produção, por exemplo do arroz, e adquire-los no mercado, pois na perspectiva dos entrevistados “dá menos trabalho comprar um produto final para consumir do que o produzir para consumir” e colocar o excedente no mercado. Tal situação tem originado não só o incremento do consumo, mas sobretudo a génese duma certa mentalidade de dependência que, em última instância, favorece a manutenção dum certo círculo vicioso do *status quo* da pobreza, inviabilizando os próprios agricultores na procura de outras soluções para a melhoria dos rendimentos e das suas condições de vida. Parece-nos que esta situação só revela que as cooperativas que existem hoje são em grande parte incapazes de implementar atividades de cooperação segundo os princípios e o espírito do movimento cooperativo, na medida em que apresentam um certo *deficit* na articulação do capital social local para potenciar as práticas de cooperação e uma dinamização mais profícua das cooperativas.

Parece-nos que estimular os agricultores para aumentar a produção agrícola, passa necessariamente pela revitalização das cooperativas de produção com novas mentalidades no processo produtivo, e desenvolver o movimento cooperativo nas áreas remotas com vista à melhoria das condições socioeconómicas das comunidades isoladas.

Para além das cooperativas existentes em Biqueli que representam uma certa forma de agrupamento de interesses coletivos, existem mais de cem (+100) grupos comunitários (E 2)<sup>64</sup> resultantes da agregação de atores sociais com interesses comuns, tais

---

<sup>64</sup> Resultado Entrevista Chefe do Suco Biqueli, 14 de Novembro de 2016.

como os seguintes: grupo de pescas, grupo de produção de algas (*budu tasi*), grupo de *arisan* da comunidade (como o tipo de grupo de apoio mútuo), grupo de barlaque, grupo de pequeno negócio, grupo de pulseira/bracelete (*kelu*), grupo de manter cabra (*haki'ak bibi*), grupo de peixe seco (*ikan maran*), grupo de alfaiate (costura) e outros grupos comunitários relevantes. Tal como já tivemos oportunidade de descrever nos pontos anteriores, tratam-se de grupos que privilegiam a forma de trabalho em conjunto (trabalho em equipa), a confiança e o espírito de solidariedade na ajuda mútua, por exemplo ao nível dos empréstimos para a satisfação das necessidades básicas das famílias carenciadas, assim como para a realização micro apoios de investimentos em pequenos negócios, valorizando o potencial do capital social da rede social das comunidades de Biqueli (Ilicnamo, Ilihua Douro, Pala, Uaro-Ana), como comprovam os extratos de entrevista que apresentamos em seguida<sup>65</sup>.

“Sim vários grupos de ajuda mútua (...), grupo cooperativo e muitos grupos de *arisan* entre a comunidade (...), os grupos comunitários deste Suco são quase mais de 100 grupos comunitários, mas são grupos informais (...), não registo formal destes grupos de ajuda mútua no **Suco**” (E2).

“Há muitos grupos comunitários, como o grupo de pesca, (...) estes grupos foram criadas pelas próprias iniciativas das comunidades (...). Decisão coletiva e junto sempre, (...) obtivemos muito peixe e ganhamos muito dinheiro. Utilizámos o dinheiro dos grupos sobretudo em termos empréstimos, para podermos a atender às necessidades da família, no apoio ao estudo dos filhos e para melhorar a casa” (E5).

“Os membros dos grupos podem ter acesso ao **crédito** ou **empréstimo** (...), um bom recurso do grupo sobretudo no **aspecto** da ajuda à atividade na cooperativa, (...) por exemplo no grupo de *arisan*, os membros fazem regularmente reuniões sociais onde os membros contribuem com algum **dinheiro para as necessidades**, (...) ajuda mútua sem qualquer obrigação (...), qualquer um pode participar num

---

<sup>65</sup> Alguns dos extratos de entrevista já foram apresentados nos tópicos anteriores. Porém, a riqueza do seu conteúdo relacionado com as dinâmicas dos grupos comunitários, justifica a sua recolção neste ponto.

grupo existente ou criar um novo grupo em torno de uma **atividade** da **economia social**” (E1).

“Realizamos ajuda a 10 pessoas no **grupo** de *arisan* e conseguimos **construir** 10 **casas** sem problema. Foi um **trabalho** conjunto em **grupo, através do qual** pudemos **melhorar** a **vida das famílias, apoiar** o **estudo** dos **filhos** e **construir** a **casa** de abrigo” (E7).

“O empréstimo mútuo é apenas baseado na confiança mútua entre si” (E9).

“O **grupo** de pesca e o **grupo** de *arisan* ajudaram sempre mutuamente para o desenvolvimento dos **grupos de apoio à comunidade**, sobretudo para a **melhoria** das **condições** da **vida** das **famílias** dos membros dos seus **grupos**” (E6).

“Aprender a costura no **grupo** alfaiate daqui Suco de **Biqueli**, (...) sozinho não se consegue melhorar a vida, só com o **trabalho** em conjunto é que podemos, sobretudo para **responder** às **necessidades** básicas. Só com o **trabalho** em conjunto e coletivamente é que podemos motivar a mudança. A ajuda mútua é uma **condição das relações entre as famílias**” (E8).

“Ser membro do **grupo** tem facilmente acesso ao **trabalho** conjunto; **utilizar** o dinheiro do **grupo** para emprestar a quem necessita. Por exemplo, apoiar o **estudo** dos **filhos** e **atender** às **necessidades** numa **família** ou ajudar na **melhoria** da **casa** de **abrigo**” (E4).

“**Trabalho** em conjunto para **apoio** mútuo sobretudo na parte crédito, (...) **utilizamos** o dinheiro dos **grupos** sobretudo em termos empréstimos às famílias para **atender** às suas **necessidades económicas e condições de vida**” (E5).

“No grupo *arisan* há muito trabalho em conjunto com outro **Suco** no **aspeto** dos **empréstimos** e na formação relevante que é necessário e que necessitam as famílias, (...) partilham entre si o conhecimento mútuo que necessitam na costura e na produção de alga” (E3).

“Na nossa comunidade houve sempre empréstimos mútuos para as atividades de pequeno negócio e no apoio mútuo para a melhoria das condições de vida da família (...), o principal critério é cumprir o contrato (...), na nossa comunidade pensamos em conseguir com apoio mútuo construir um centro comunitário voluntariamente e implementar as nossas próprias iniciativas de melhoria da vida na comunidade” (E7).

A presença destas dinâmicas dos grupos comunitários na comunidade Suco Biqueli parece ilustrar-nos uma forma concreta da participação comunitária (participação ativa da comunidade) num processo de desenvolvimento comunitário, que tem como foco um certo minimizar da intervenção externa, por exemplo do governo ou das agências de desenvolvimento. De certo modo, somos ainda levados a considerar que, por um lado e indiretamente, a ação dos grupos comunitários contribui não só para uma poupança de gastos do governo, mas fundamentalmente permite “evitar” a dependência excessiva da comunidade aos interesses da ação governativa no Suco Biqueli, e por outro lado, a forma de trabalho coletivo entre os membros das comunidades organizados em grupos comunitários, trata-se igualmente dum “desejo” local na procura de autossuficiência do seu próprio rumo de desenvolvimento, em geral, e na solução de problemas locais de melhoria das condições de vida, em particular.

Tal como referimos anteriormente, a comunidade do Suco Biqueli demonstra um elevado interesse participativo, quer em termos de envolvimento direto e ativo nos vários aspetos do quotidiano da vida local, assim como na tomada de decisões relevantes sobre o processo de desenvolvimento comunitário e no PNDS. A comunidade e os grupos comunitário participam com regularidade nos encontros dos grupos nas aldeias para apresentarem os seus problemas e para encontrarem conjuntamente soluções para as mesmas, demonstrando, assim, forte vontade de defesa da sua autonomia na decisão e na condução dos destinos do suco. Não obstante esta situação, algumas das iniciativas locais são mobilizadas pelas lideranças locais.

São imensos os exemplos de participação e envolvimento ativo em situações concretas na vida da comunidade, valorando o trabalho conjunto e a ajuda mútua, baseados

na confiança e solidariedade, tal como referimos anteriormente. Perspetivamos assim que veicula no espaço social um capital social que potencia as relações sociais baseadas na transparência e honestidade, valores que são fundamentais na estruturação das práticas de desenvolvimento comunitário.

“As pessoas contribuem com **ideias** relevantes nos **encontros** da **Aldeia**, (...) a comunidade do **Suco** tem estado ativamente a **participar** na **limpeza** geral (...), **desta** limpa até atribuímos um **prémio** que uma espécie de **reconhecimento** do estado da **participação** ativa da comunidade e também é para premiar quer a **mobilização** e a **motivação** da **liderança** comunitária quer o trabalho em conjunto entre as comunidades e as **lideranças** locais” (E5).

“Há muitas formas de participação, (...) tanto organizada pelo governo e também da **Igreja**, (...) há a festa popular e outras **formas** de **participação** no **Suco** que não são ordens do Estado, (...) há **encontros** semanais e anuais sobre as festividades culturais e religiosas, com forte **mobilização** da **liderança** comunitário e **participação** ativa da própria comunidade” (E8).

“Premiamos a participação, (...) um prémio que **consideramos** como um **reconhecimento** do Estado à comunidade do **Suco Biqueli**” (E4).

“O programa do **Suco** e da **Igreja**, para além de incluir o esforço próprio na participação ativa, envolve ativamente a comunidade, por exemplo na **participação** na **limpeza** geral do **Suco** num projeto chamado **Biqueli limpo**” (E8).

“Por exemplo, a **limpeza** geral à sexta com **participação** ativa da comunidade de **Suco Biqueli**, ou **encontros** na **Aldeia** e **Suco** onde a comunidade trabalho em conjunto promovem a plantação conjunta de árvores, (...) **encontro** regular do **Suco** e **encontro** semanal na **Aldeia** liderados pelo chefe da **Aldeia**” (E6).

“Ambientalmente limpo só através da participação ativa da comunidade e do seu trabalho em **conjunto**, (...) unidos garantimos um ambiente limpo, a sustentabilidade do desenvolvimento comunitário e um melhor combate à pobreza” (E7).

“Com o ambiente do Suco limpo, conseguimos dar maior sentimento de segurança a todos até ao Presidente da República que já visitou o Suco Biqueli afirma que o Suco é mais seguro do que outros sucos visitados pelo Presidente” (E6).

“Apesar da comunidade deste Suco estar motivada e ter a capacidade para criar vários grupos comunitários de ajuda mútua, mas é ainda preciso mais formação relevante para aumentar os níveis de conhecimentos que necessitam quer para motivar melhor a participação ativa da comunidade quer para a melhoria das condições de vida e a luta contra a pobreza” (E1).

“A comunidade participa ativamente no projeto PNDS e decidem sobre as prioridades, (...) a implementação do projeto foi da própria comunidade e representantes das comunidades foram convidadas para discutirem e acordarem em conjunto quais as prioridades, antes de realização do projeto” (E1).

“Mesmo com suas limitações, a comunidade uniu esforços na melhoria da educação, (...) participou voluntariamente com ajuda mútua na criação duma infraestrutura da escola, (...) aumentou a facilidade da pesca, aumentou o crédito para a casa da comunidade, (...) no ano 2006, transformaram o salão de encontros e foi com o envolvimento da comunidade nas decisões que foram construídos os acessos da estrada, eletricidade e água potável” (E9).

Os extratos de entrevista supra são evidências que nos remetem à consideração de que veiculam no espaço social de Biqueli um conjunto de laços e vínculos na rede social dos atores sociais, relevando o papel do capital social no desenvolvimento comunitário do suco. A cooperação entre os atores sociais para o desenvolvimento da comunidade em Biqueli é essencial e fundamental, nomeadamente para a libertação das pessoas carenciadas das condições de miséria e da pobreza. Subjaz nessa apreciação de que um dos principais elementos das dinâmicas de cooperação e dos grupos comunitários no desenvolvimento comunitário é a participação ativa da comunidade na solução dos problemas locais. Neste sentido, reforçamos a ideia referida anteriormente de que um desenvolvimento comunitário sem uma participação ativa da comunidade, será um projeto (des)-envolvimento da comunidade. Assim sendo, pela importância da cooperação e o papel dos grupos



comunitários no desenvolvimento comunitário em geral, na melhoria das condições de vida (qualidade da vida) da comunidade em particular, somos levados a considerar e a confirmar que a participação e o envolvimento ativo, o trabalho em equipa baseado na confiança entre os membros da comunidade em Biquei constituem os elementos chave e determinantes, quiçá, os factores críticos do desenvolvimento das comunidades de Ilicnamo, Ilidua Douro, Pala e Uaro-Ana (Figura 42).

Figura 42: Dinâmicas de Cooperação e os Grupos Comunitários do Suco Biqueli no Desenvolvimento Comunitário



Fonte: Autor

### 3.5.1.2.2. Dilemas e Desafios da Ação Coletiva e Organizada na Resolução dos Problemas da Comunidade: Liderança Participada e Dinâmicas da Capacitação e Formação no Local de Trabalho

Sendo Biqueli um território marcado por várias debilidades, entre as quais, o isolamento de algumas aldeias e famílias com fracos recursos económicos que roçam a pobreza material significativa, não é de admirar que os grupos comunitários das várias aldeias engendram esquemas de ação coletiva para superarem as necessidades básicas e contornarem as dificuldades da vida quotidiana dos mais pobres.

Será a ação coletiva e organizada na resolução dos problemas da comunidade, um dos fatores críticos do desenvolvimento comunitário? Vejamos. Tal como já referimos

anteriormente, a comunidade do Suco Biqueli realiza com regularidade intervenções coletivas que não se delimitam na mera participação nos encontros de Aldeia. Algumas das iniciativas resultam de interações entre as instituições na comunidade do Suco Biqueli, por exemplo entre a Igreja, o Estado e as organizações sociais ou agências de desenvolvimento comunitário como as ONG que trabalham em conjunto no âmbito de desenvolvimento da comunidade. Não obstante este facto, assistimos uma certa capacidade mobilizadora dos líderes locais para a melhoria das condições de vida das famílias mais pobres, que em conjunto com os grupos comunitários fomentam o estímulo ao envolvimento ativo e a capacitação (*empowerment*) dos membros da comunidade nas diferentes iniciativas de desenvolvimento local.

Através, do trabalho em equipa, baseadas nos princípios da confiança e da participação ativa, moldados por um espírito de solidariedade, vão ocorrendo iniciativas de cooperação e ajuda mútua. A título ilustrativo, podemos dizer que existem problemas imediatos, tais como o problema do acesso à água potável, cuja resolução, ainda que pontual, tem merecido a intervenção da ação organizada do grupo comunitário *GMF (Grupo Maneja Facilidade)* ou “Grupo Gestão de Facilidade”. Um outro exemplo, da ação coletiva e organizada na resolução dos problemas da comunidade deste Suco é o caso da procura coletiva de solução para os problemas de assistência social, entre os quais, as necessidades de alimentação das famílias carenciadas e as de apoio às pessoas com necessidades de cuidados de saúde. Igualmente a comunidade engendra ações coletivas no domínio do apoio espiritual. Constatamos ainda uma certa relevância da ação coletiva e organizada na construção a salão da Igreja, representando sob o nosso ponto de vista, um exemplo concreto da mobilização da participação voluntária nas questões da fé. Os seguintes extratos são esclarecedores da dinâmica da ação coletiva e organizada em Biqueli.

“Sim, baseada no princípio de solidariedade, participação e ajuda mútua, por exemplo, quando alguns membros da comunidade enfrentam o problema de falta alimentos e ou sofrem de doença, (...) resolve-se através de um grupo chamado GMF, ou seja, grupo de gestão das facilidades, através do qual a comunidade contribui mensalmente na ajuda às famílias carenciadas” (E5).

“Sentarem juntos e recolherem alguma coisa que precisarem e dar apoio aos que **necessitam**, (...) sobre este caso, há um grupo **chamado** GMF que é um grupo de **gestão** das **facilidades** ou grupo que **maneja** as **facilidades**, (...) quando enfrentamos esta questão das **responsabilidades**, é necessário providenciar a **contribuição** mensal por família, por exemplo, para a **manutenção** da **facilidade** de acesso a **água** potável” (E3).

“Sobre o **problema** da **água** potável há um grupo **chamado** GMF que é um grupo que **maneja** a **facilidade** ou grupo de **gestão** da **facilidade** que tem a **responsabilidade** de procura de soluções para esta questão, **incluindo** algumas ONG **locais** que trabalham na área da **água** potável” (E2).

“Há sempre encontros para pedirem **contributos**, seja algum dinheiro ou algum trabalho físico, por exemplo **contribuírem** para a resolução do **problema água** potável, (...) as ajudas são sempre canalizadas através do grupo comunitário **chamado** GMF ou grupo de **gestão** da **facilidade** que existe em cada Aldeia” (E4).

“No âmbito da **responsabilidade** do GMF (grupo de **gestão** da **facilidade**) o trabalho é voluntário, e utilizamos o dinheiro no cofre do GMF para fazermos a intervenção direta (...). Sim, a **participação** de todos tem sido e é sempre importante” (E7).

“Como demora o pagamento da produção de alga é mais um momento da necessidade de compartilharmos a ajuda mútua procurando informação relevante para alguma ação social sobretudo identificar os **membros** da comunidade que estejam a **enfrentar problemas de alimentação e doença**” (E8).

“Ajuda-se o suficiente para a necessidade básica da família do Suco Biqueli, (...) sempre com o trabalho em grupo, **baseado no princípio solidariedade e participação**” (E7).

“Ajudamos no arroz e outras necessidades relevantes da comunidade (...), é necessário manter a ajuda sobretudo na atualidade, que devido à mudança climática tem havido falta a chuva, e crise na produção da **alimentação** nas famílias” (E9).

“Professores voluntários fazem o que podem (...), o atendimento em saúde comunitária não está ainda no seu máximo porque ainda depende do centro de saúde vila Maumeta” (E9).

O GMF da comunidade Suco Biqueli é composto por 37 grupos de gestão da facilidade. Embora exista o mesmo tipo de grupo noutros sucos, mas o GMF da comunidade Suco Biqueli só intervém na sua área de influência no território. Pudemos verificar no trabalho de campo que a ação coletiva e organizada na gestão da facilidade do acesso à água potável na comunidade Suco Biqueli é dinamizada pelos grupos de gestão da facilidade (GMF) da comunidade do mesmo Suco, que têm o papel e a responsabilidade, entre outras questões, a recolha das informações sobre as necessidades de acesso à água e procedem a vigilância do sistema de canalização. Estes grupos procuram solucionar o problema coletivamente, ou seja, consultam a comunidade antes da implementarem de qualquer iniciativa no suco (Cummins & Maia, 2012, p. 45). São estes mesmos grupos que perante os problemas de avaria do sistema de canalização da água potável, procuram contributos financeiros para a reparação do sistema, assim como, soluções temporárias de distribuição para que ninguém fique com falta de água potável em casa ou nos seus pequenos negócios.

Não obstante a existência destes grupos comunitários, é do entendimento dos entrevistados que a identificação dos problemas, prioridades, recursos, necessidades e soluções para os problemas que enfrentam a comunidade de Biqueli passam inevitavelmente pela capacidade de mobilização e de motivação das lideranças comunitárias (internas e externas, tais como os pastores da igreja, os agentes governamentais e das ONG), tal como referimos anteriormente a propósito da questão do *empowerment*. Vejamos novamente alguns extratos de entrevistas.

“(...) as **lideranças** comunitárias têm um papel ativo num processo de desenvolvimento comunitário no **Suco**. **Sem eles torna-se difícil** a mobilização e a motivação das comunidades na **participação** ativa” (E2).

“A liderança da comunidade é ativa junto da comunidade e sabe o que é que boa e ou má influência, (...) o pessoal da Igreja e do estado exerce grande inspiração junto da comunidade, por exemplo para esforçar no trabalho em conjunto e para mudar as condições e as formas de vida, (...) há confiança mútua e sabem ouvir” (E6).

Assim sendo, à semelhança da importância da dinâmica dos grupos comunitários como factor crítico de sucesso do desenvolvimento comunitários, será igualmente a considerar que a forma de liderança dos líderes comunitários, como os chefes do suco, representa igualmente um dos factores críticos? Vejamos o seguinte.

Ao longo da história do Suco Biqueli, surgiram muitos líderes na comunidade (chefes do suco). Segundo os registos consultados sobre o perfil do Suco Biqueli, a liderança do Suco Biqueli foi marcada por 17 períodos de mandatos, podendo ser dividida em três grandes períodos: a liderança no período na governação portuguesa; a liderança no período na ocupação Indonésia e a liderança comunitária no período na restauração da independência de Timor-Leste (Perfil Suco Biqueli, 2014, p. 3). A tabela seguinte ilustra a relação dos líderes e os seus períodos de mandato de liderança, onde podemos verificar que Manuel Barreto foi o chefe do Suco (liderança comunitária) que exerceu três mandatos na condução dos destinos de Biqueli, sendo um no período da ocupação da Indonésia e outros dois, nos períodos da era da restauração da independência de Timor-Leste.

Foram nos períodos da liderança de Manuel Barreto, após a restauração da independência de Timor-Leste, que foram criadas as três grandes de infraestruturas básicas em Biqueli, a estrada, a eletricidade e a água potável, embora tenham várias debilidades. Com tais infraestruturas, melhorou o uso da estrada para o transporte dos produtos agrícolas ao mercado, embora a estrada não seja alcatroada; a comunidade passou a ter acesso à eletricidade, embora com fornecimento de 12 horas de tempo por dia; a comunidade passou também a ter acesso à água potável canalizada (perto das suas casas), em vez do recurso ao poço de água.

Como vimos anteriormente, a comunidade de Biqueli privilegia uma liderança participada, valorizando a prática dum líder que privilegie a participação ativa de todos

nas decisões coletivas. De acordo com os entrevistados, a liderança participada representa um benefício mútuo para a comunidade e o próprio líder, não sendo a liderança participada um sinal de fraqueza, mas antes uma força respeitada pela equipa. Sendo esta a verdade, e considerando as várias iniciativas de desenvolvimento que foram sendo implementadas nos últimos anos, com amplo envolvimento das comunidades de Biqueli, então é de considerar que foram nos mandatos de Manuel Barreto que foram dados os primeiros passos para o fomento da liderança participada em Biqueli.

Tabela 22: “Liderança Comunitária” no Suco Biqueli e o seu período de Tempo de Mandato

<b>Número</b>	<b>Nome</b>	<b>Período</b>
1	<b>Mangahu</b>	1911-1919
2	Hako	1919-1927
3	Materi	1927-1934
4	Malara	1934-1942
5	José	1942-1950
6	Sálale	1950-1958
7	Mawaku	1958-1966
8	Benjamin de Araújo	1966-1974
9	Ruben da Cruz	1974-1983
10	Alcino de Araújo	1983-1992
11	Manuel Barreto	1992-2000
12	Salomão Cabral	Jan. 2000-Agt. 2000
13	Lourenço da Costa	2000-2003
14	José Viegas	2003-2005
15	Manuel Barreto	2005-2009
16	Manuel Barreto	2009-2016
17	Daniel Martins	2016-(até à data)

Fonte: Perfil Suco Biqueli, 2014

Parafrazeando as características de uma liderança participada de Sutarto (1998) e de Aritonang et al. (2001), o longo mandato de Manuel Barreto só foi possível porque a comunidade reconheceu-lhe capacidade para gerir as necessidades e as atividades do quotidiano da vida comunitária, tendo demonstrado ao longo dos anos segurança, confiança e honestidade, assim como, um certo saber ouvir, saber envolver e saber conduzir a gestão da aldeia ou do suco de forma democrática.

Uma outra característica da liderança democrática de Manuel Barreto é a sua capacidade em contornar as medidas legislativas em prol dum maior envolvimento das comunidades. Para envolver a comunidade ativamente num processo de desenvolvimento comunitário, cabe igualmente às lideranças locais (lideranças comunitárias) de Suco Biqueli tomarem iniciativas para transformar (alterar ou adaptar) as leis sobre autoridades locais (lideranças comunitárias). De facto, verificámos que, em Biqueli, os encontros ao nível do Suco que se encontram legislados para ocorrerem uma vez por mês passaram a ser realizados semanalmente, situação que se estendeu a todos os sucos de Atauro, ou seja, a comunidade passou a ter a quatro oportunidades de encontros por mês para exporem os seus problemas e necessidades, e para discutirem as soluções.

Se considerarmos que os líderes comunitários (chefes dos sucos e representantes dos grupos comunitários) devem saber dinamizar ações que permitam potenciar um *empowerment* comunitário (Soetomo, 2011; Friedmann, 1992; Oakley & Clayton (2003) em Biqueli, capacitando assim as comunidades das aldeias em geral, e os grupos, as famílias e as organizações de base comunitárias na tomada de decisão e na gestão das condições materiais de sobrevivência, então, num processo de liderança participada, é expetável que as lideranças comunitárias sejam os principais protagonistas para o fomento do estímulo e da inspiração da comunidade para adotarem uma atitude de pró-ativo de mudança e aprendizagem, melhorando assim as vidas dos mais pobres para saírem das condições de miséria e da pobreza. Assim sendo, os resultados do estudo sugerem-nos ainda que, para que o *empowerment* da comunidade se concretize se exige não só a mobilização do capital social em Biqueli, mas que os líderes da comunidade estejam igualmente *empowered*, quer para melhor assumir as suas responsabilidades de mobilização e de gestão democrática, quer para promover os valores da igualdade e de ajuda mútua no seio da comunidade, sobretudo aos pobres.

De acordo com Herbert G. Hicks & Ray C. Gullett (citado por Sutarto, 1998, p. 76), a liderança do estilo democrático ou a liderança participada pode não ser tão alta como o estilo autoritário, mas proporciona uma melhor qualidade da ação e gera menos problemas ou conflitos entre os líderes e os subordinados na tomada de decisões. Sharma (1982) sugere uma visão semelhante dos estilos democráticos (liderança participada), ar-

gumentando que esta forma de atuação proporciona uma melhor orientação sobre problemas que surgem, e envolvendo um maior sentimento de pertença dos subordinados para alcançarem os objetivos organizacionais e objetivos individuais (Sutarto, 1998). Parafraseando estas perspectivas de Sutarto (1998) e outros, a aplicação da liderança de estilos democráticos ou liderança participada como a adotada pelos chefes dos sucos pode trazer benefícios, tornando não só as decisões e as ações mais objetivas, mas proporciona um crescente do sentimento de pertença e inclusão dos membros da comunidade. Assim sendo, é pela constatação da importância da liderança participada (democrática), que entendemos que este estilo de liderança, a par da participação ativa da comunidade na forma de trabalho em equipa e da ação coletiva dos grupos comunitários, seja igualmente um dos factores críticos de sucesso num processo de desenvolvimento comunitário.

Face ao exposto, a falha ou o sucesso de desenvolvimento comunitário numa sociedade (comunidade), não é apenas uma responsabilidade da liderança comunitária, mas sim, uma responsabilidade conjunta entre liderança comunitária e os membros das comunidades. Por outras palavras, sem uma dinâmica articulada do capital social, da participação ativa e sobretudo dum estímulo ao *empowerment* interno e externo que mobilizem a vontade de mudar dos membros da comunidade, não nos parece possível verificar uma maior participação e presença de uma voz mais ativa da comunidade na apresentação de propostas reivindicativas para a melhoria das acessibilidades (p.e. estrada, eletricidade e água potável), assim como das infraestruturas de ensino e saúde, e demais assuntos concorrentes à melhoria das condições de vida no suco. Assim sendo, a liderança participada é igualmente um dos factores decisivos e determinantes na capacitação e formação empoderada dos membros da comunidade (*community based empowerment*), situação que nos remete igualmente à consideração que o *empowerment* da comunidade pode representar um dos factores críticos das interações sociais ou cooperações entre as instituições e a comunidade Suco Biqueli no seu processo de desenvolvimento comunitário.

Sendo a capacitação ou o empoderamento para a mudança fundamental no processo de desenvolvimento comunitário em Biqueli, naturalmente a mudança não se processa por mero ajustamento participativo em reuniões ou sessões informativas. A mudança incide igualmente no plano da melhoria das condições de vida, situação que nos remete à consideração da formação que seja necessária para que a comunidade mais pobre



possa convertê-la em retorno de investimento para alcançar mais e melhores rendimentos para fazer face às despesas ou os custos de uma vida com um mínimo de dignidade. Neste sentido, importa vermos agora o que é que tem sido dinamizado na comunidade para fortalecer este aspeto do *empowerment comunitário*.

“Por causa do fraco conhecimento da comunidade e a falta de recursos humanos (...), mas graças de Deus as comunidades obtiverem sempre formação relevante através da implementação deste projeto e por causa desta situação melhoraram os conhecimentos” (E2).

Para além das formações ou iniciativas formativas promovidas pelas ONG e agentes do governo no campo da saúde, em particular na área da nutrição, verificamos que tem ocorrido por iniciativa conjunta dos grupos comunitários, líder do suco e empresários, a captação de fontes de financiamento para operar processos formativos em contexto de trabalho. Tratam-se de iniciativas baseadas na ideia do fomento do *empowerment* dentro da comunidade, numa lógica de *in the workplace training* aliada ao uso ou aplicação dos recursos locais.

Tomámos conhecimento duma iniciativa piloto designada de *Community Empowerment Program* (CEP), implementada em Timor-Leste, no período de 1999/2002, com o patrocínio do Banco Mundial. Este Programa de *Empowerment* da Comunidade (CEP) surgiu como uma proposta para o reforço do investimento a nível local, tendo em vista o incentivo do desenvolvimento participativo e a construção dum capital social mais fortalecido após a ocupação Indonésia (Cummins & Maia, 2012, p. 8). Era uma ação experimental que procurava catalisar iniciativas locais e a responsabilidade comunitária pelo desenvolvimento nas áreas rurais, com um programa em aberto, ou seja, sem um guia detalhado. Em concreto, o que se redundou nesta iniciativa é o fomento de pequenos grupos tradicionais de autoajuda<sup>66</sup> que prestam assistência aos membros mais necessitados da comunidade. No entanto, segundo os autores que apreciaram os impactos de tipo de

---

<sup>66</sup> O CEP foi originariamente ensaiado nas áreas rurais da Etiópia, onde se verificou a possibilidade de criar grupos de autoajuda para eventos sociais importantes, tais como casamentos ou funerais (Oakley & Clayton, 2003, p. 51-2)

projeto, os resultados não foram muito animadores porque a forma de implementação foi desigual, não tendo sido identificado uma apropriação significativa dos elementos participativos, resultando assim a impossibilidade de garantir a sustentabilidade desse programa (Cummins & Maia, 2012).

Constatámos igualmente outras tipologias de formação do tipo “*on job training*”, ou seja, de natureza essencialmente prática, e promovidas em parceria pelas ONG, as lideranças comunitárias e os empresários. Foram, por exemplo, as formações para a atividade da costura (alfaiate), tendo em vista a melhoria dos rendimentos das viúvas, as formações para o apoio ao desenvolvimento da atividade da produção de algas (*budu tasi*) na comunidade, da atividade do grupo da produção de peixe seco, do grupo de criar cabras (*haki'ak bibi*), entre outras atividades relevantes. De acordo com a apreciação local, bem como da perceção dos entrevistados, as formações mais relevantes para a capacitação da comunidade foram as relacionadas com a atividade da costura (alfaiate) e da produção de algas (*budu tasi*), porque trouxeram um retorno financeiro imediato para a comunidade. A comunidade envolvida passou a ter uma alternativa face aos fracos rendimentos que se optem da pesca e da agricultura, melhorando assim as fontes de rendimento e consequentemente as condições de vida.

De salientar que esta ideia de *community based empowerment* gerou igualmente o fomento de uma maior intensidade na ajuda mútua, fortalecendo o espírito de solidariedade e partilha das aprendizagens, que no caso da produção de algas (*budu tasi*) extravasou os horizontes do Suco Biqueli, passando igualmente a ser uma das principais fontes da melhoria da capacitação das comunidades do resto da ilha de Ataúro. Este efeito desmultiplicador de partilha não é alheio ao papel da liderança participada dos chefes dos sucos e dos grupos comunitários no estímulo ao envolvimento ativo e a confiança mútua da comunidade, em acreditar que é possível mudar e melhorar através do trabalho em equipa em novas áreas de atividades, não limitadas a apoios a eventos sociais (festas) ou a casos pontuais de ajuda monetária, mas incidem em questões que possam trazer à comunidade melhores fontes de rendimento, combatendo desta forma a pobreza que teima persistir nas zonas rurais.

Em síntese, admitimos que a liderança participada representa um dos elementos centrais de ação coletiva e organizada na resolução dos problemas da comunidade e na

dinamização da formação no local de trabalho (*in the workplace training*) ou da capacitação baseada na comunidade (*community based empowerment*). Por outras palavras, podemos igualmente afirmar que o processo de capacitação pela via dum *community based empowerment*, baseada na formação prática e em contexto de trabalho, reflete a importância da liderança participada na dinamização e gestão da ação coletiva e organizada da comunidade na resolução dos seus problemas, processo esse que não é linear, pois comporta dilemas e desafios, mas que, em última instância, constitui um dos factores críticos de sucesso do desenvolvimento comunitário em Biqueli (Figura 43).

Figura 43: As Interações da Ação Coletiva e Organizada na Comunidade num Processo de Desenvolvimento Comunitário



Fonte: Autor

### 3.5.2. Principais Relações Lexicais e de Conteúdo sobre o Desenvolvimento Comunitário em Biqueli

Tendo presente os dois grandes fatores críticos de sucesso identificados no processo de desenvolvimento da comunidade de Biqueli, nomeadamente os referentes às dinâmicas de cooperação dos grupos comunitários, e, os dilemas e desafios da ação coletiva e organizada protagonizada pelas lideranças comunitárias na resolução dos problema da comunidade de Biqueli, apercebemos de um conjunto de ideias, palavras-chave e conteúdos referente às interações entre os atores sociais no processo de desenvolvimento, assim como os horizontes das prioridades de investimento local que os entrevistados relevam e que nos importa analisar com mais algum pormenor.

De acordo com o descrito anteriormente e pelo que nos foi dado a observar no trabalho de campo, a melhoria das infraestruturas básicas representa um requisito fulcral para a satisfação das necessidades básicas e a melhoria das condições de vida (qualidade da vida) das comunidades das aldeias de Ilicnamo, Ilidua Douro, Pala e Uaro-Ana, pois as lacunas são ainda enormes, ou porque não existem, ou porque as existentes necessitam de ser reabilitadas, na medida em que muito do que existe se reporta ao período da ocupação da Indonésia e encontra-se severamente degradada. Os seguintes extratos das entrevistas confirmam o que acabámos de referir.

“muitas infraestruturas eram do tempo da ocupação da Indonésia (...), mas nesse tempo não havia **estradas**, nem **eletricidade** (...) hoje, com a independência e o envolvimento da comunidade estão agendadas mudanças pelo governo, mas faltam ainda muitas coisas, embora hajam algumas melhorias como a **estrada**” (E8)

“a **eletricidade** funciona 12h. À noite e muitas vezes durante o dia não funciona o que **prejudica** algum trabalho que podemos a fazer durante o dia. A **estrada**, a **água** potável e a **eletricidade** que ainda não **atingiram a cobertura total do suco** porque duas outras **aldeias** ainda não têm **acesso** e são as **aldeias Ilidua e Uaro-Ana**” (E6)

“duas **aldeias** como **Ilidua e Uaro-Ana** não têm ainda **acesso** a **estrada**, **água** potável e **eletricidade**” (E4)

“há aldeias que não têm ainda **acesso** à **estrada** **eletricidade** e **água** potável” (E3)

“A construção o tanque da água de chuva, a construção centro comunitário (...). Estrada, fornecimento a energia da **eletricidade** e canalização da **água** potável à comunidade, mesmo ainda não está acessível a todas as comunidades, nomeadamente, Aldeia Ilidua e Uaro-Ana (...). A **estrada** é essencial ao desenvolvimento da comunidade, a construção (desenvolvimento) física vem de fora (do governo) e foram a **estrada**, **eletricidade** e **água** potável (...). A mudança (desenvolvimento) atividade da cooperativa e grupos comunitários foram iniciativas e criatividade das próprias comunidades” (E1)

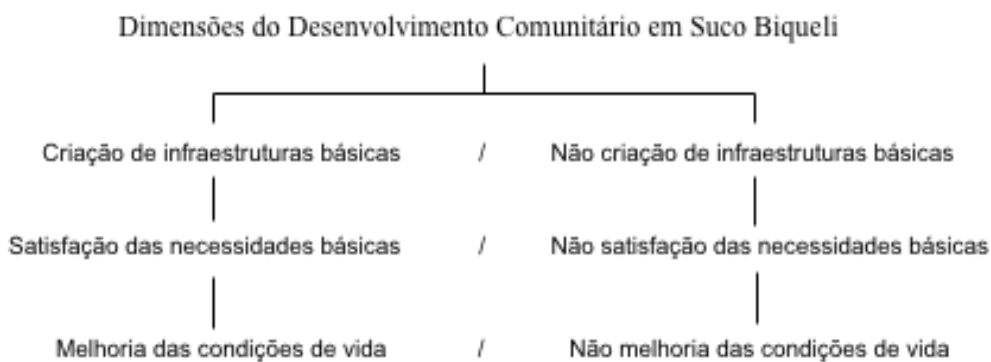
“A **estrada**, a **eletricidade** e a **água** potável como três componentes fundamentais e essenciais no processo de desenvolvimento comunitário, é como se fosse a porta do desenvolvimento (desenvolvimento da comunidade)” (E2)

Olhando com um pouco mais de pormenor o *corpus* das entrevistas, nomeadamente através da análise estrutural de conteúdo encontramos uma condensação descritiva que majoram as relações de associação e distinção entre os elementos chave do desenvolvimento comunitário na comunidade Suco Biqueli, e que são as seguintes: “criação de infraestrutura básicas”, “satisfação das necessidades básicas”, mudança e melhoria das condições de vida”. Essas três estruturas de sentido do conteúdo do desenvolvimento comunitário, como sistematizado na seguinte Figura 44 (Estrutura C1), permite-nos compreender um conjunto de distinções de conceção das lógicas de desenvolvimento que ocorrem em Biqueli, que podem ser traduzidas da seguinte forma: “Criação de Infraestrutura Básica” vs. “Não Criação de Infraestrutura Básica”, “Satisfação das Necessidades Básicas” vs. “Insatisfação das Necessidades Básicas”, “Melhoria das Condições de Vida” vs. “Não Melhoria das Condições de Vida”.

Se as dimensões do desenvolvimento comunitário acima descritas representam prioridades inquestionáveis, os resultados de análise estrutural de conteúdo do *corpus* das entrevistas revelam também um conjunto de dinâmicas de desenvolvimento comunitário, relacionadas com as atitudes e comportamentos dos atores sociais no quotidiano da vida

em Biqueli, e que dizem respeito ao seguinte: trabalho em equipa, confiança mútua, transferência informação e comunicação, liderança participada, e, cooperação entre as instituições e demais atores sociais (grupos comunitários). Por outras palavras, para além das infraestruturas básicas, não é menos importante no desenvolvimento comunitário a forma como a comunidade se envolve no processo.

Figura 44: Estrutura (C1) – Dimensões do Desenvolvimento Comunitário em Biqueli



Fonte: *Corpus* das Entrevistas

A forma de trabalhar em conjunto (trabalho em equipa), baseada na confiança mútua, é indubitavelmente uma objetivação da ação coletiva dos membros das comunidades, nomeadamente dos pobres nas relações com setores público e privado. Admitimos que trabalho em equipa permite aumentar e melhorar a posição de negociação (*bargaining position*) (Soetomo, 2012, p. 90) daquilo que é fundamental para o desenvolvimento da comunidade.

“as comunidades deste **suco valorizam a confiança** mútua (...), há muita confiança no trabalho em conjunto” (E4)

“decidimos em conjunto e coletivamente através de uma equipa chamada **gmf** (...), sim **queremos** um bom futuro do suco pelo que todas as pessoas devem **participar**” (E9)

“há muitas formas de participação... tanto organizada pelo governo e também da igreja (...), há **encontros** semanais e anuais (...), com forte **mobilização** da **liderança** comunitário e **participação** ativa da própria comunidade” (E8)

“(...) **encontro** regular do **suco** e **encontro** semanal na **aldeia** liderados pelo chefe da **aldeia** (...). A própria comunidade utiliza os seus próprios dinheiros para construir um salão de encontro. Alguns grupos da comunidade fizeram formação como costura da roupa e no final puderam ganhar o dinheiro para melhoria suas vidas (...). Podemos dar apoio ao estudo dos filhos, podemos comprar as facilidades que necessitamos, melhorar as condições económicas das famílias, sobretudo podemos construir a casa de abrigo, (...) um exemplo concreto foi a maioria as casas da comunidade ter sido construída como do tipo permanente, isto foi uma verdadeira mudança” (E6).

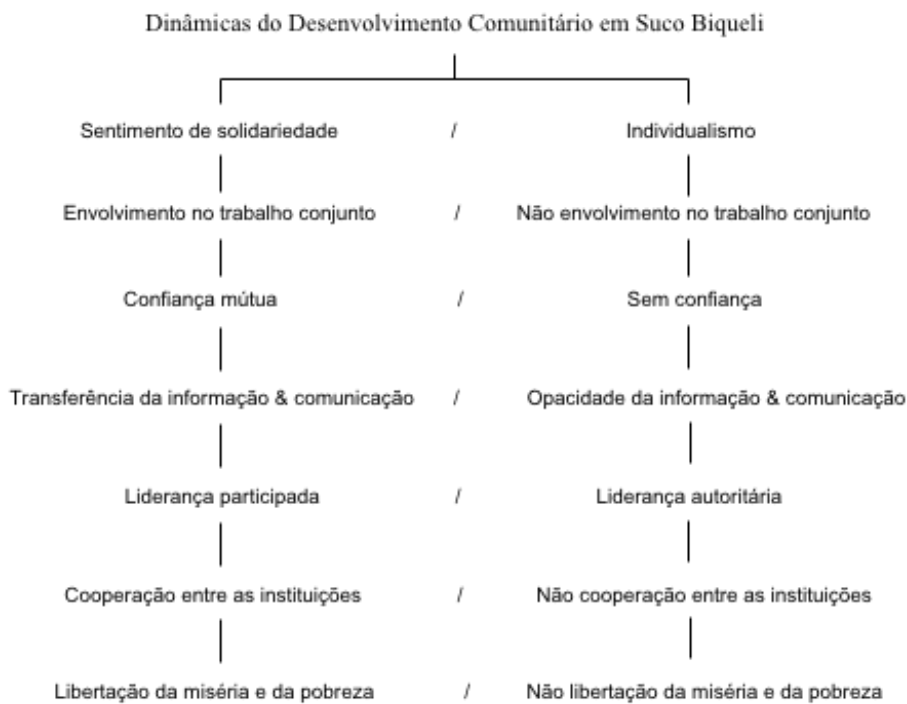
“As cooperativas e grupos de *arisan* (grupo de apoio mútuo da comunidade) (...), a existência desses grupos comunitários foi iniciativa das comunidades (...), a liderança comunitária só dá apoio moral e alguma intervenção quando necessário” (E2).

“Apoio ao estudo dos filhos, construir a casa, é suficiente para a necessidade básica da família, (...) em Biqueli a maioria das casas da comunidade com tipo permanente só existem por causa trabalho conjunto em grupo” (E5).

“As organizações e os grupos comunitários foram criadas pelas próprias iniciativas e criatividade das comunidades (...), o grupo de *arisan* (o grupo de apoio mútuo da comunidade) (...), as pessoas (comunidades) mais conscientes solucionam os problemas que enfrentam coletivamente e pensam de forma positiva para vida harmonia, (...) não há problema em relação com segurança (...). O trabalho em conjunto (equipa) pode melhorar a vida, completar as necessidades básicas da família (alimentos ou comida, vestuário ou roupa e habitação ou a casa de abrigo, apoio ao estudo dos filhos, melhorar ou construir a casa de parede (*uma fatuk*) e ajuda mútua no barlaque” (E1).

Podemos sistematizar como condensação descritiva das estruturas de sentido (Estrutura C2) das dinâmicas de desenvolvimento comunitário na comunidade Suco Biqueli, as seguintes associações e distinções: “Trabalho em Equipa” vs. “Outra Forma de Trabalho”, “Confiança Mútua” vs. “Sem Confiança”, “Transferência Informação & Comunicação” vs. “Opacidade da informação”, “Liderança participada” vs. “Liderança Autoritária”, e, “Cooperação entre as Instituições” vs. Sem Cooperação” (Figura 45).

Figura 45: Estrutura (C2) – Dinâmicas do Desenvolvimento Comunitário em Biqueli



Fonte: *Corpus* das Entrevistas

Para o desenvolvimento da comunidade, nomeadamente para satisfazer das necessidades básicas e melhoria das condições de vida (qualidade da vida) da comunidade não depende apenas da criação de infraestruturas básicas, mas também da maneira como a comunidade dinamiza o trabalho em conjunto (trabalho em equipa) e a confiança mútua no processo de desenvolvimento da comunidade. Tal como sugere Cavaye (2006, p. 18) o desenvolvimento comunitário não é apenas uma mudança das infraestruturas físicas,



mas é sobretudo a capacidade que a comunidade demonstra para gerir a sua própria mudança.

Em termos estritos, as duas estruturas de sentido C1 e C2 sugerem-nos que a comunidade do Suco Biqueli mobiliza o seu capital social para priorizar a materialização dum desenvolvimento comunitário que possa concretizar uma mudança real das condições de vida, proporcionado, por um lado, a satisfação imediata das suas necessidades básicas, nomeadamente as de natureza infraestrutural, e por outro lado, um processo participação ativa e de *empowerment* com trabalho em conjunto ou trabalho em equipa, onde a transparência, a honestidade, a confiança mútua e a solidariedade entre os atores sociais (indivíduos ou coletivos) e/ou cooperação entre comunidades, lideranças comunitárias e instituições relevantes, marcam um lugar privilegiado de passagem no processo do desenvolvimento comunitário em todas as aldeias do suco (Ilicnamo, Ilidua Douro, Pala e Uaro-Ana) (Figura 46).

Figura 46: Elementos Chave de Desenvolvimento Comunitário no Suco Biqueli



Fonte: Autor

Em síntese, salvo melhor opinião, o capital social de Biqueli apresenta uma relação estreita com o desenvolvimento comunitário, apresentando-se como um elemento gerador de impactos positivos no processo de desenvolvimento, na medida em que permite reforçar a coesão social, o combate ou a redução da pobreza, assim como, dinamiza a

ação coletiva e organizada para engendrar soluções para a melhoria da saúde, educação e estabilidade económica (Jordan, 2015), em prol da dignidade das condições de vida que a comunidade merece ter como direito humano.

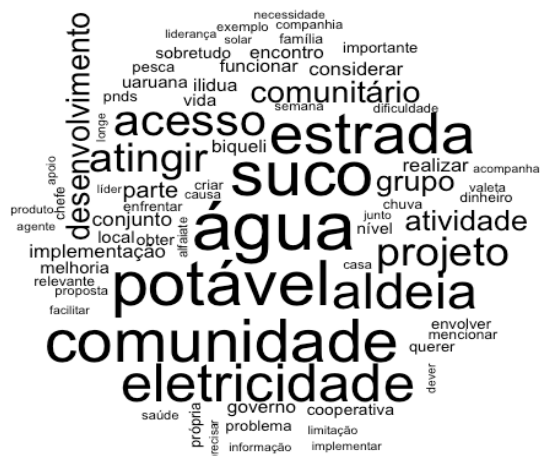
Para complementar a análise estrutural de conteúdo como a descrita acima sobre os elementos-chave das dimensões e as dinâmicas de desenvolvimento comunitário em Suco Biqueli, importa olharmos também para os resultados do tratamento os dados dos entrevistados obtidos através do *software Iramuteq*, para melhor observarmos a estrutura dos dados que obtivemos no local do estudo. Decorrente dos tratamentos com a técnica de nuvens de palavras, análise da similitude das ocorrências, e classificação hierárquica descendente obtivemos o seguinte. O *output* inicial revela que o *corpus* é composto por 9 textos ou unidades de contexto inicial (UCI), tendo sido retidas (RST reagrupadas) 65 unidades de contexto elementar (UCE) em 94 segmentos de textos (ST), o que significa que foi admitindo para o tratamento lexical 69,15% do *corpus* reformatado (Fonte: *output Iramuteq*).

- N° textos: 9
- N° segmentos de textos: 94
- N° formas: 715
- N° *hapax* (palavras únicas): 267
- N° ocorrências: 3398
- N° lemas: 567
- N° formas ativas: 391
- N° formas suplementares: 161
- N° formas ativas com a frequência  $\geq 3$ : 129
- Média das formas por segmento: 36.148936
- N° classes (agrupamentos de palavras): 5
- 65 segmentos classificados em 94: (69.15%)

Os resultados da extração do *Iramuteq* com a técnica de nuvens de palavras revelam que predominam no *corpus*, por ordem decrescente, as seguintes ocorrências das palavras com maior frequência (Figura 47): água (62), suco (57), potável (57), comunidade

(54), estrada (51), eletricidade (47), aldeia (44), acesso (38), projeto (34), atingir (34). Este conjunto de palavras parece evidenciar algumas problemáticas no desenvolvimento comunitário do Suco Biqueli, relacionadas com as necessidades “urgentes” de investimentos infraestruturais no território, assim como com as condições materiais de sobrevivência da comunidade. Assim sendo, para os entrevistados, as prioridades para a melhoria das condições de vida em Biqueli passam essencialmente pela criação de melhores infraestruturas básicas, pelo que a melhoria da estrada, da distribuição da eletricidade e o acesso à água potável canalizada desempenham um papel importante e decisivo no desenvolvimento comunitário.

Figura 47: Nuvem de palavras do *corpus* Desenvolvimento Comunitário em Biqueli



Fonte: Output do *Iramuteq*

Por outras palavras, subjaz no *corpus* a noção de que, na atualidade, o desenvolvimento físico ou melhor a criação de infraestruturas básicas representa uma prioridade e um requisito fundamental na satisfação das necessidades básicas e na melhoria das condições de vida da comunidade em Biqueli porque ainda subsistem déficits estruturais de ordem diversa nas aldeias.

“A eletricidade funciona 12h, à noite e muitas vezes durante o dia não funciona o que prejudica algum trabalho que podemos a fazer durante o dia. A estrada, a água potável e a eletricidade que ainda não atingiram a cobertura total do Suco

porque duas outras aldeias ainda não têm acesso e são as aldeias Ilidua e Uaruana” (E6).

“Duas aldeias como Ilidua e Uaruana não têm ainda acesso a estrada, água potável e eletricidade” (E4)

“Há aldeias que não têm ainda acesso à estrada, eletricidade e água potável” (E3)

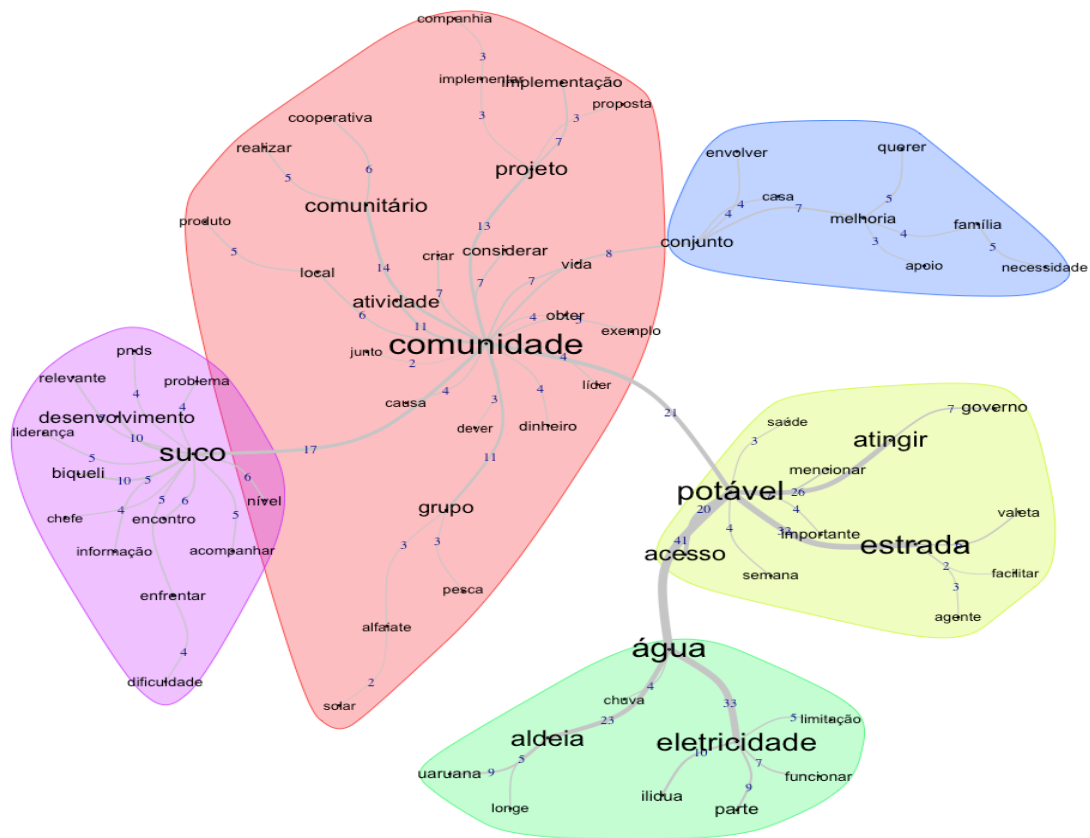
“Em relação à eletricidade, estrada e água potável consideramos os projetos que já atingiram cerca de 40%” (E2).

“No tempo dos militares da Indonésia, multavam ou arranjavam dinheiro, por agressão física, para o governo fazerem as obras da estrada, eletricidade e água potável, mesmo assim, nunca se fez nada nas aldeias Ilidua e Uaruana” (E8).

“Não ter acesso a água potável prejudica a saúde da comunidade que enfrenta doenças por causa do uso da água de poço (E6).

Através da extração das coocorrências das palavras-chave com o *Iramuteq*, verificámos um conjunto de associações de palavras relevantes, organizadas em torno de grandes agrupamentos de coocorrências, onde se salientam as palavras-chave: “comunidade”, “suco”, “água potável”, “estrada” “eletricidade”, conforme o descrito no gráfico da análise de similitude (Figura 48). Numa apreciação mais pormenorizada da análise das coocorrências, verificamos uma clara evidência entre pares de associações de palavras-chave, entre as quais destacamos as seguintes: “comunidade-suco”, “comunidade-água potável”, “comunidade-eletricidade”, “comunidade-estrada”, “comunidade-projeto”, “comunidade-grupo”, “comunidade-atividade”, “acesso-água”, “potável-atingir”, “acesso-eletricidade”, “água-aldeia”, “suco-desenvolvimento”, “projeto-comunitário” (Figura 48).

Figura 48: Similitude (coocorrências) do *corpus* Desenvolvimento Comunitário em Biqueli



Fonte: Output do *Iramuteq*

Como revelam os resultados dos tratamentos dos dados dos entrevistados extraídos do *Iramuteq* através da nuvem das palavras (Figura 47), análise da similitude (coocorrências) do *corpus* (Figura 48), e o dendograma das classes dos agrupamentos lexicais de desenvolvimento comunitário (Figura 49), reconfirmamos a evidência de que, na perspectiva dos entrevistados, o foco das prioridades de desenvolvimento comunitário é perspectivado ao nível da criação de infraestruturas básicas (estrada, eletricidade e água potável), tendo em vista a satisfação das necessidades básicas e a melhoria das condições de vida da comunidade.

“Estrada, eletricidade e água potável é essencial para a melhoria das condições de vida nas aldeias (E5).

“Uma das atividades do PNDS para o ano 2014 foi a construção do tanque da água de chuva e os centros comunitários nas aldeias Ilicnamo e Uaruana” (E1).

Uma outra evidência que subjaz no *corpus* dos entrevistados, é o facto de que, embora não tenha ainda sido atingido os 100% da criação de infraestruturas básicas para o desenvolvimento comunitário em Biqueli, pudemos identificar um conjunto de agrupamentos lexicais que relevam a importância do desempenho da intervenção das lideranças comunitárias nos projetos comunitários (Classe 1 da Figura 49).

Subjaz assim no *corpus* dos entrevistados que a liderança comunitária é fundamental para prática do desenvolvimento da comunidade, mas é ao mesmo tempo um desafio do próprio desenvolvimento da comunidade, pois depende da capacidade mobilização de sinergias dos líderes na articulação dos interesses instalados, nomeadamente para articular as prioridades de investimento local com os horizontes das propostas vindas do PNDS. Os seguintes extratos das entrevistas subscrevem a nossa apreciação:

“Ficamos contentes se há resposta positiva, mas quando não (...) ficamos preocupados, e fazemos de outra maneira para canalizar a proposta diretamente aos ministérios relevantes que possam dar alguma resposta adequada aquilo que necessitamos (...) talvez na sua implementação embora muitas vezes não seja direta (...) ou implementamos nós ou talvez através de uma companhia confiável pelo governo (...). Como chefe do Suco envolvi-me diretamente na criação, implementação e monitorização do projeto de desenvolvimento comunitário. Qualquer atividade, tanto dum projeto que seja implementando por uma ONG, governo e/ou companhia (empresa), eu como chefe do Suco tenho de a acompanhar (...). Os responsáveis dos projetos acompanham sempre, assim como fazem o relatório. Ajudaram a produzir proposta durante 2 ou 3 anos do PNDS deste Suco, projetos implementados pela própria comunidade com atividades consideradas relevantes durante o meu mandato (...). Por exemplo, temos agora um projeto PNDS implementado pela comunidade com um sistema que usamos que é o mesmo sistema da companhia. Fazemos o relatório do progresso de projeto a 50%, 75% ou 80%

e até ao final do projeto (100%) (...). Como chefe do Suco ou liderança comunitária faço a proposta ao governo para dar o apoio (...) pedimos a proposta através do PDD-projeto desenvolvimento distrital que era antigamente chamado de PDL-projeto desenvolvimento local (...). O cálculo do orçamento não inclui o custo da viagem...as estradas não estão ainda acessíveis a todas as comunidades no Suco Biqueli...os membros da equipa do PNDS não obtiverem ainda dinheiro para o referido projeto (...). PDID-projeto desenvolvimento integrado distrital, este processo precisa de muito tempo para aprovar projetos no município, e no final e cada vez mais não encontramos resposta adequada (...) temos estratégia, mas será quando a proposta passa no PDD e/ou no PDID e então temos uma resposta positiva (E2).

“Alguns programas ou projetos não possuem financiamento para a sua implementação e outros há financiamento para garantir a implementação do projeto. Como ambos não apresentam impedimento no local, acabam por criar alguma confusão dentro da comunidade (...). Na minha observação sobre a implementação do desenvolvimento neste Suco foi a construção de infraestruturas físicas, através do PNDS-plano nacional de desenvolvimento do Suco e o PDID-plano de desenvolvimento integrado distrital (...) Para garantir a implementação dum projeto desde início tem que haver uma boa coordenação entre todas as partes.... é muito importante e decisivo garantir que todas as partes estejam informadas sobre as linhas de implementação do projeto (...). Na realidade já atingiu 100% no ano 2015, mas por causa da remodelação do governo impediu-se a sua finalização (...) outra é a companhia ou empresa local pode comprar o produto local da comunidade, tal como a produção de algas e continuarem a vender a empresas nacionais e internacionais (...). Em relação ao PNDS, a transferência o dinheiro do governo demora sempre, para chegar à conta bancaria da equipa gestão do Suco (...) temos um grande problema no transporte (mobilidade) porque nalguns locais não têm ainda acesso do transporte (...). Entre esses três projetos a estrada mais grave (ainda não tem valeta e dificulta a comunidade no tempo outono que é chuvoso) porque a estrada é essencial ao desenvolvimento” (E1).

“Porque pensei que a agência que tem a responsabilidade de trocar ou transformar as atividades previstas (...), outras dificuldades foram os projetos implementados em pacote como o projeto da estrada. Aquando da sua implementação teve de completar com uma valeta ou esgoto, se não tudo pode ser destruído no tempo de chuva” (E4).

Tendo presente as palavras-chave referentes ao desenvolvimento da comunidade tais como a criação da infraestrutura básica, satisfação das necessidades básicas, melhoria das condições de vida da comunidade, trabalho em equipa e da confiança mútua dos atores sociais da comunidade, procedemos à classificação hierárquica descendente dos léxicos. Os resultados obtidos permitiram-nos identificar 5 classes de agrupamentos lexicais sobre os desafios e os dilemas do processo de desenvolvimento da comunidade, nomeadamente no que se referem à natureza e importância do desenvolvimento físico (criação de infraestrutura básicas) (Classe 4 e 2). Além disso, é claramente evidente a importância da forma de trabalhar em conjunto (trabalho em equipa) e a confiança mútua entre os atores sociais e/ou cooperação (cooperativa) (Classe 3 e 5) para o desenvolvimento da comunidade. Em síntese, subjaz no *corpus* a importância liderança participada na criação de infraestrutura básica, no estímulo ao trabalho conjunto (trabalho em equipa) e a confiança mútua entre os atores sociais na comunidade Suco Biqueli (Classe 1), factos que nos permitem reconfirmar o que já dissemos anteriormente, de que a liderança participada é fulcral para as dinâmicas da participação ativa e do *empowerment* comunitário no processo de desenvolvimento da comunidade (Figura 49).

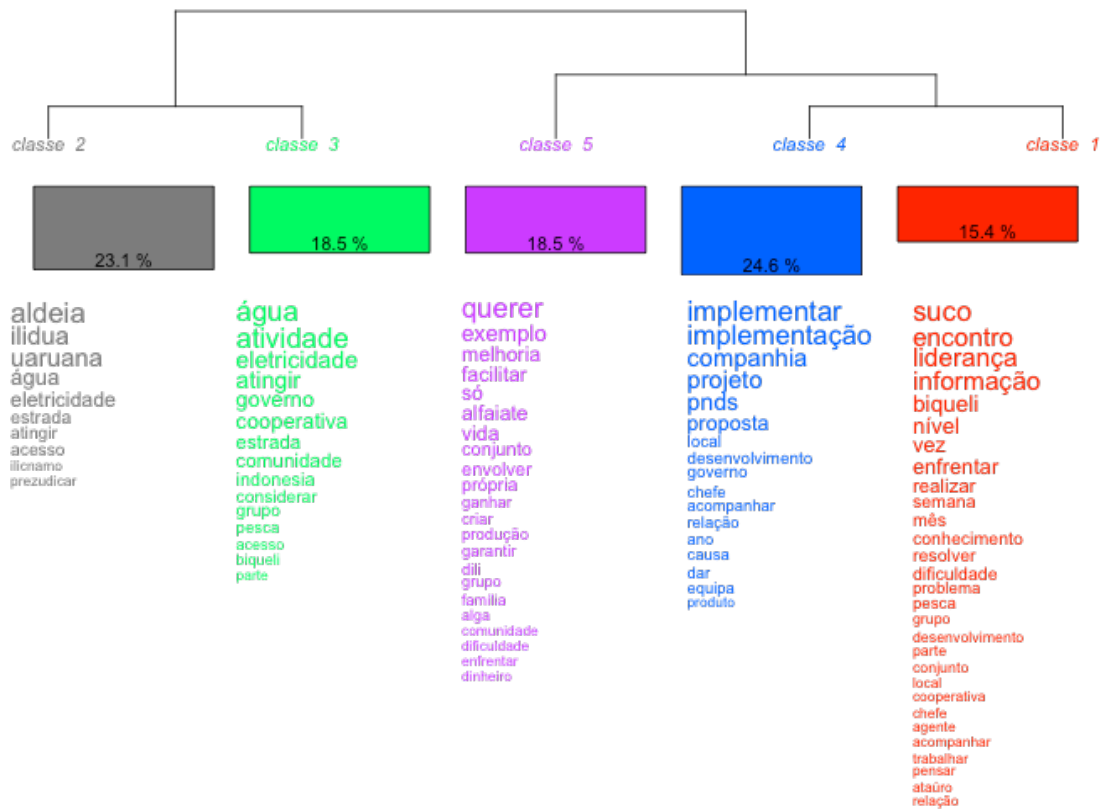
Tendo em atenção o número de palavras de cada agrupamento, verificamos a seguinte em termos de ordem decrescente de grandeza: classe 4 (24,6%), classe 2 (23,1%), classe 3 (18,5%), classe 5 (18,5%) e classe 1 (15,4%) (Figura 36). A classe 4 (cor azul) resultou do agrupamento de 16 das 65 UCE, detendo um peso de 24,6% do *corpus*. A classe 2 (cor cinzenta), composta por 15 das 65 UCE, apresenta um peso na ordem dos 23,1%. Quanto à classe 3 (cor verde claro) composta por 12 das 65 UCE, apresenta um peso na ordem dos 18,5% do *corpus*. Em relação à classe 5 (cor roxa), contendo um peso de 18,5% do *corpus*, resultou da formação de 12 das 65 UCE. Por último, a classe 1 (cor



vermelha) resultante da agregação de 10 das 65 UCE, apresenta um peso percentual na ordem dos 15,4% do *corpus* (Figura 49).

O gráfico dos planos fatoriais 1 (39,2%) e 2 (27,2%) ilustra que a classe 4 e a classe 1 encontram-se situados no 1º quadrante, a classe 5 encontra-se no 4º quadrante, a classe 2 no 3º quadrante, e a classe 3 encontram-se projetados de forma dispersa no 2º e 3º quadrantes (Figura 50).

Figura 49: Dendograma das Classes dos agrupamentos lexicais do *corpus* Desenvolvimento Comunitário no Suco Biqueli

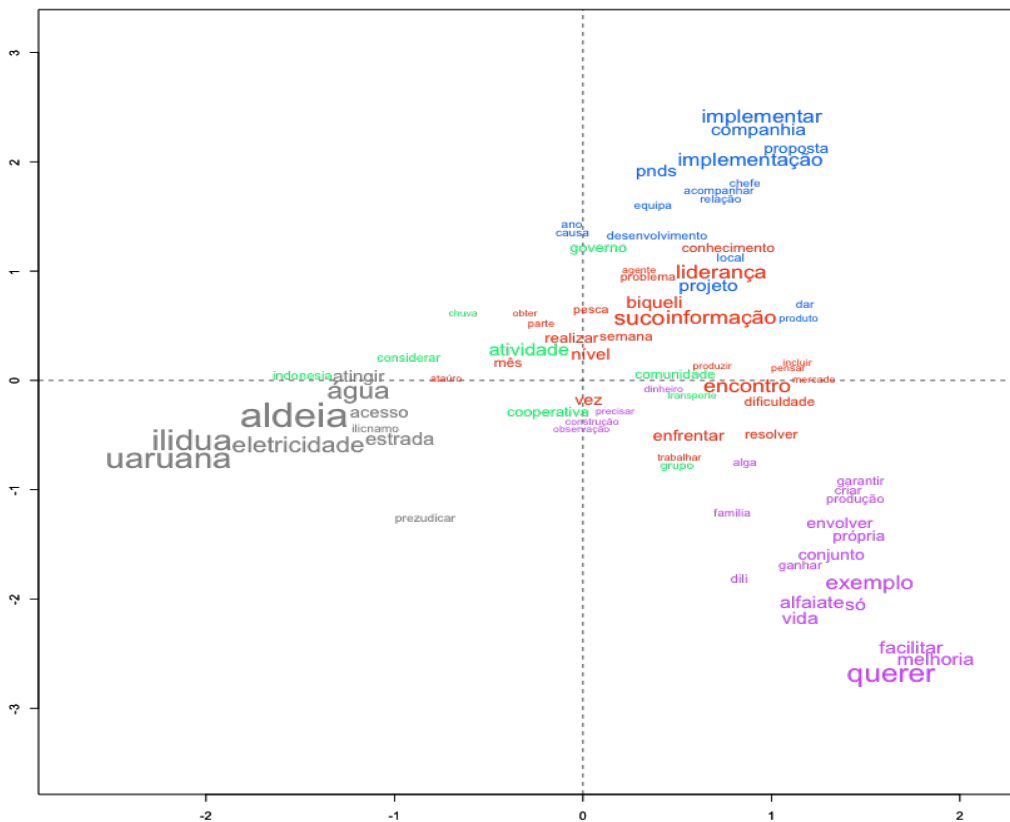


Fonte: Output do *Iramuteq*

Os resultados da CHD ou classificação hierárquica relevam agrupamentos lexicais que traduzem uma percepção muito singular do desenvolvimento comunitário na comunidade Suco Biqueli, essencialmente baseada nas lógicas do desenvolvimento físico, onde a criação de infraestrutura básicas tais como a estrada, a eletricidade e a água potável

representam as prioridades imediatas na atualidade. Não obstante a criação de infraestrutura básicas poder ser um projeto dentro de programa de desenvolvimento da comunidade programado ou planeado de fora (*top-down*), o *corpus* das entrevistas sugere-nos que as formas discursivas presentes nos agrupamentos lexicais, valorizam a importância das lideranças comunitárias (classe 1) para a concretização dos projetos de melhoria na comunidade.

Figura 50: Projeção das classes de palavras-chave dos processos de Desenvolvimento Comunitário em Biqueli



Fonte: Output do Iramuteq

No entanto, o *corpus* das entrevistas revela igualmente que a forma de trabalhar em conjunto (trabalho em equipa) e a confiança mútua dos atores sociais da comunidade Suco Biqueli representam um dos pontos fortes no processo de desenvolvimento comunitário. Por outras palavras, podemos dizer que as dinâmicas de cooperação (trabalho em

conjunto, grupos e cooperativas) (classe 3 e 5) também desempenham um papel importante e decisivo para a concretização dos desígnios do desenvolvimento da comunidade, valorizando de uma forma muito concreta a importância da participação ativa e direta nas tomadas decisões, nomeadamente sobre situações concretas de luta contra a pobreza e exclusão social.

Face ao exposto, parece-nos que o discurso sobre desenvolvimento comunitário na comunidade Suco Biqueli pode ser interpretado da seguinte forma: a) Classe 4 e 2 (cor azul e cinzenta): desenvolvimento físico (infraestruturas); b) Classe 3 e 5 (cor verde claro e roxa): participação ativa e *empowerment* da comunidade na tomada de decisão; e, c) Classe 1 (cor vermelho): liderança participada.

Em síntese, o desenvolvimento físico de natureza infraestrutura, a participação ativa e o *empowerment* da comunidade, articulada com a liderança participada representam os três principais fatores críticos de sucesso do desenvolvimento comunitário, em geral, e do desenvolvimento da comunidade em Suco Biqueli.

Analisados estes fatores críticos, importa conhecer as tendências de desenvolvimento que os entrevistados propõem para o Suco Biqueli, aspectos que iremos apresentar no tópico seguinte.

### 3.5.3. Tendências do Desenvolvimento Comunitário em Biqueli e Sugestões de Melhoria

Os resultados do estudo analisados nos tópicos anteriores, além de revelar a importância da liderança participada, das dinâmicas de cooperação e ajuda mútua protagonizada pelos grupos e lideranças comunitários, através da participação e envolvimento ativo no trabalho em equipa baseada na confiança e no espírito de solidariedade entre os atores sociais, apontando-as como principais fatores críticos de sucesso para o desenvolvimento da comunidade, mas também sugerem a presença de outros pontos fortes, oportunidades e alguns pontos fracos e ameaças para o desenvolvimento da comunidade de Biqueli.

De acordo com a análise das entrevistas, a observação do local e a documentação consultada, podemos considerar como vantagens para o desenvolvimento comunitário de Biqueli, os itens dos pontos fortes e oportunidades, e desvantagens ou constrangimentos internos e externos, os pontos fracos e ameaças.

Constituem como **pontos fortes** a existência de uma comunidade ativa, que privilegia um espírito de confiança mútua e uma liderança participada, capaz de protagonizar dinâmicas diversas da ação coletiva e organizada na cooperação e o trabalho em equipa para a melhoria das condições de vida no suco. Os entrevistados reconhecem que a Igreja tem desempenhado um papel relevante no Suco, reconhecendo os padres como líderes comunitários relevantes e a quem depositam muita confiança (Tabela 23).

“Um dos pontos fortes deste suco é a existência de uma comunidade muito ativa e unida. Há muita **confiança** mútua na **cooperação** entre o suco e a **Igreja** (...), é muito forte e importante o trabalho em **conjunto** entre as agências de desenvolvimento e a ONG, (...) e existe uma boa **liderança** comunitária” (E2)

“A **liderança** da comunidade é ativa junto da comunidade e sabe o que é que boa e ou má influência (...), o pessoal da **Igreja** e do estado exerce grande inspiração junto da comunidade, por exemplo para esforçar no trabalho em **conjunto** e para mudar as condições e as formas de vida (...), há **confiança** mútua e sabem ouvir” (E6)

“Um dos pontos forte é a comunidade ser unida e a **confiança** mútua (...), há boa **cooperação** entre a **Igreja** e o Suco, e é muito forte no suco Biqueli, local que pode ser um lugar de destino turístico se investir no **turismo** comunitário porque tem uma linda e bonita paisagem e ambiente” (E3)

Tabela 23: Pontos Fortes e Fracos, Oportunidades e Ameaças do Suco Biqueli

Pontos Fortes	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Comunidade Ativa</li> <li>▪ Prática da Confiança Mútua</li> <li>▪ Prática da Liderança participada</li> <li>▪ Prática generalizada de Trabalho em Conjunto (Trabalho em Equipa)</li> <li>▪ Prática da Cooperação dos atores sociais</li> <li>▪ Existência de Empresa/Companhia Local</li> </ul>
Pontos Fracos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Pesca como meio de subsistência</li> <li>▪ Duas aldeias não têm ainda acesso à estrada</li> <li>▪ Insuficiente acesso à energia elétrica</li> <li>▪ Insuficiente acesso à água potável canalizada</li> <li>▪ Custo da deslocação a Dili</li> <li>▪ Baixos níveis de escolaridade</li> <li>▪ Menos recursos humanos (Quali-quant)</li> <li>▪ Fracos ou nulos conhecimentos de idioma estrangeiro (p.e. inglês)</li> <li>▪ Habitação com poucos sinais de conforto</li> <li>▪ Pesca tradicional</li> <li>▪ Fraca atenção ao setor do turismo</li> <li>▪ Produção agrícola e pecuária, mais orientada para o autoconsumo.</li> </ul>
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ ZEESM (Zona Especial Economia Social de Mercado)</li> <li>▪ Turismo Comunitário / Ecoturismo</li> <li>▪ Cooperação com outro país (Indonésia).</li> <li>▪ PNDS</li> </ul>
Ameaças	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Indefinição da fronteira do mar (Indonésia)</li> <li>▪ Fronteira do Suco</li> <li>▪ Implementação o programa ZEESM pode ameaçar a cultura da comunidade, por exemplo, aumentando a criminalidade e a droga.</li> <li>▪ Mudança climática</li> <li>▪ Menor número de <i>stock</i> de peixe para a captura</li> <li>▪ Longos períodos de seca (Menos chuva)</li> <li>▪ Pesca ilegal.</li> </ul>

Fonte: Compilado pelo autor, baseado das entrevistas e da caracterização do Suco Biqueli

No que concerne às **oportunidades**, a concretização do território numa ZEESM (Zona Especial de Economia Social de Mercado), a possibilidade de aproveitamento dos

recursos locais para potencializar o turismo comunitário e ecoturismo, bem como as sinergias que possam resultar da cooperação com os países vizinhos, nomeadamente com a Indonésia. É igualmente valorado como oportunidade o incremento do número de pessoas “externas” de Dili ou de outros sucos mais “urbanos”, que detendo um espírito de preservação e sustentabilidade, valorizam os produtos locais e os recursos paisagísticos locais, e que possam estar interessados no mercado ou no turismo em Biqueli (Tabela 23).

“Há novas oportunidades para cooperar com outros países como a **Indonésia** quando for implementada o ZEESM (...), mas temos o problema do fraco **conhecimento** da comunidade sobre as **mudanças** climáticas, pois temos menos chuva e é uma **questão** que **baliza** o desenvolvimento do **Suco**” (E5)

“Uma das **oportunidades** é o mercado que pode **atrair** as pessoas de fora, devendo por isso ser operado no Sábado” (E8)

Se a implementação do mega projeto da ZEESM por ser visto como uma oportunidade para o desenvolvimento da comunidade, não é menos verdade que os entrevistados consideram que a criação da ZEESM possa constituir uma **ameaça** ao estilo de vida local, porque irá trazer um aumento da criminalidade e da droga, assim como poderá vir a causar uma erosão nos valores da cooperação, solidariedade e confiança mútua entre os atores sociais da comunidade do Suco Biqueli. São igualmente assinaladas como ameaças ao suco Biqueli, os efeitos das alterações climáticas que provocam o baixo nível de pluviosidade (menos chuva), afetando a disponibilidade de água dos lençóis freáticos (águas subterrâneas) que abastecem os poços de água para o uso doméstico, a horticultura e demais produção agrícola e pecuária para autoconsumo. Sobre a pesca, é também assinalada como ameaça, a pesca ilegal praticada por países estrangeiros com barcos de grande porte que colocam em risco não só o *stock* das diferentes categorias de espécies de peixe, mas também, afetam os pequenos pescadores de Biqueli que procuram a sobrevivência com a captura mais artesanal dos peixes. Segundo os entrevistados, a ocorrência da pesca ilegal também se deve à falta de fiscalização da zona costeira e pela indefinição da fronteira do

mar e do suco, acabando os recursos do território serem “saqueados”, sem que haja penalização para quem pratica, nem o interesse dos agentes governamentais na preservação dos pesqueiros limítrofes de Biqueli (Tabela 23).

“Menos controlo marítimo é uma **ameaça** porque a pesca sem regras faz diminuir o **número** dos **peixes** (...), para não ter efeitos negativos da pesca, os **recursos** do mar têm de ser protegidos” (E7)

“Quando não há a máxima **atenção** para a **questão baliza** dos problemas, pode acontecer coisas que não desejamos no futuro (...), por exemplo no ZEESM pode criar uma situação insegurança ao permitir a entrada da droga na comunidade em **Ataúro**, em geral, e no **Suco Biqueli**, em particular” (E2).

“**A demora das respostas da autoridade local aos pedidos, é uma fraqueza**” (E5).

“Ainda existem ameaças físicas quando fazem a pesca na **área da Indonésia** (...), uma outra ameaça é a natureza da **mudança** climática e **baliza** o **Suco** (...), no futuro quando for implementado o programa ZEESM em **Ataúro** prevê-se uma ameaça à cultura da comunidade, (...) poderá surgir novos problemas como por exemplo a droga” (E8).

Constituem **pontos fracos** do território do Suco Biqueli, o estado da cobertura territorial das infraestruturas básicas, tais como a estrada, a energia elétrica e a água potável canalizada, bem como o deficit de qualificações e competências dos recursos humanos relacionado com os baixos níveis de escolaridade, o uso dos recursos da pesca como meio de subsistência, bem como a prática da pesca por meios tradicionais e ou artesanais, situação que não permite tornar os pescadores mais competitivos, confinando-os à pesca para autoconsumo. De assinalar que duas aldeias ainda não têm acesso à estrada e muitas habitações apresentam poucos sinais de conforto. A fraca atenção que tem sido dada à valorização da paisagem e dos recursos ecológicos, acrescida dum certo desinteresse no investimento no setor do turismo, torna esta situação como mais um ponto fraco a registar e a juntar às demais debilidades e constrangimentos internos do Suco Biqueli (Tabela 23).

“As autoridades locais não têm ainda um bom plano para o recurso turístico e a produção e venda de alga da comunidade” (E6)

“A comunidade não tem ainda um bom plano de gestão do porco (...), temos o problema do porco sem gaiola, (...) falta ainda a água potável e há pouca atenção ao espaço turístico pelo governo assim como a baliza do Suco, (...) a baliza marítima com Lirang Indonésia” (E7)

“Os conhecimentos das comunidades deste Suco ainda muito poucos sobre a mudança climática e as questões da delimitação da fronteira, (...) a liderança precisa de tomar atenção sobre a própria comunidade e conhecerem bem as balizas da área administrativa do Suco” (E4)

“Temos o problema das crianças não terem vontade para estudar, mesmo que os seus pais esforcem na gestão da família e preocuparem com um futuro melhor para os seus filhos (...), mas há famílias que não sabem gerir a economia, por exemplo se ganham 100, gastam tudo numa semana no Suco e isto é um problema” (E9)

“Temos falta de recursos humanos qualificados e há uma grande desigualdade social sobretudo nas acessibilidades da comunidade na área da estrada sobretudo em duas aldeias que não têm ainda acesso dificultando assim a vida dos produtores e a circulação dos produtos locais nos diferentes mercados” (E1)

“Temos falta de recursos humanos e são fracos os conhecimentos da comunidade neste suco em todas as áreas” (E3)

“Se não há proibição ou restrições, então em qualquer dia diminui o número dos peixes e acaba-se a atividade da pesca tradicional” (E6)

“A comunidade não sabe inglês para facilitar o estrangeiro que visita o Suco de Biqueli (E8).



É pela constatação deste conjunto de vantagens, debilidades e constrangimentos que entendemos a razão de ser das tendências do processo de desenvolvimento na comunidade de Suco Biqueli, onde o problema das infraestruturas é relevado como uma prioridade de investimento, tema que faz tradicionalmente parte do compromisso eleitoral e da “propaganda” política dos líderes comunitários nos períodos das campanhas eleitorais.

“Primeiro tenho de cumprir o meu compromisso eleitoral nomeadamente na parte referente à melhoria das condições das **estradas**, a **eletricidade** e o acesso à **água** potável para todas as pessoas (...). As pessoas podem ter o **acesso** ao centro comunitário na **aldeia** quando quiserem, mas é um meio para facilitar o encontro semanal e a participação da comunidade” (E5)

Sublinhamos que os entrevistados manifestam um grande interesse em ações que permitam reforçar as potencialidades (pontos fortes e oportunidades) do espaço social rural da comunidade de Biqueli, e que contribuam simultaneamente para a diminuição ou a eliminação dos pontos fracos e ameaças (desvantagens) existentes e que constroem a vida no Suco. São apresentadas como medidas estratégicas, o investimento no setor do turismo, o reforço da assistência nos cuidados de saúde, um repensar das formas de dinamização da ZEESM, para além da necessidade de reforço do investimento nacional para garantir a total cobertura do suco com estradas, energia elétrica e água potável canalizada. Dentro das sugestões apresentadas pelos entrevistados, encontramos igualmente vozes que apelam à manutenção quer dos valores tradicionais que veiculam na comunidade, nomeadamente os valores da confiança mútua, solidariedade e cooperação entre os membros da comunidade, quer a liderança participada e participação ativa em todas situações que carecem da tomada de decisão, denotando assim no discurso dos entrevistados um elevado interesse na preservação das tradições e da identidade da comunidade do Suco Biqueli.

“A liderança do Suco e o governo podem identificar as lacunas que enfrentamos e investir no setor do **turismo**, (...) é ainda preciso a mudança das facilidades de pesca” (E9)

“Sugiro a melhoria das infraestruturas do suco, sobretudo a melhoria da **estrada**, **eletricidade** e **água** potável para todas comunidades, (...) ter **acesso a isso** é fundamental para um **desenvolvimento** igual às outras áreas como é que o se passa com o **desenvolvimento** noutro Suco” (E7)

“**Acesso à água** potável, (...) deve ser tomada a máxima **atenção** pelas lideranças comunitárias das duas **aldeias** que não têm ainda o **acesso**, (...) estes e outros aspetos de **desenvolvimento** que mencionamos, são problemas que têm de ser resolvidas para sair da pobreza” (E6)

“Para atingir um **desenvolvimento** mais equilibrado e justo, o governo deve dar a máxima **atenção** aos problemas que as comunidades enfrentam, ouvindo-as sobre os seus interesses e necessidades de **desenvolvimento** comunitário (...), mas para o desenvolvimento é necessário fazer um estudo viabilidade para melhor identificar os problemas” (E1)

“Abrir mais o ensino básico neste Suco e aumentar o **número** das parteiras do suco para termos boas assistências de saúde à comunidade, (...) queremos que a eletricidade funcione 24h para apoio ao estudo dos estudantes e ao trabalho da comunidade” (E6)

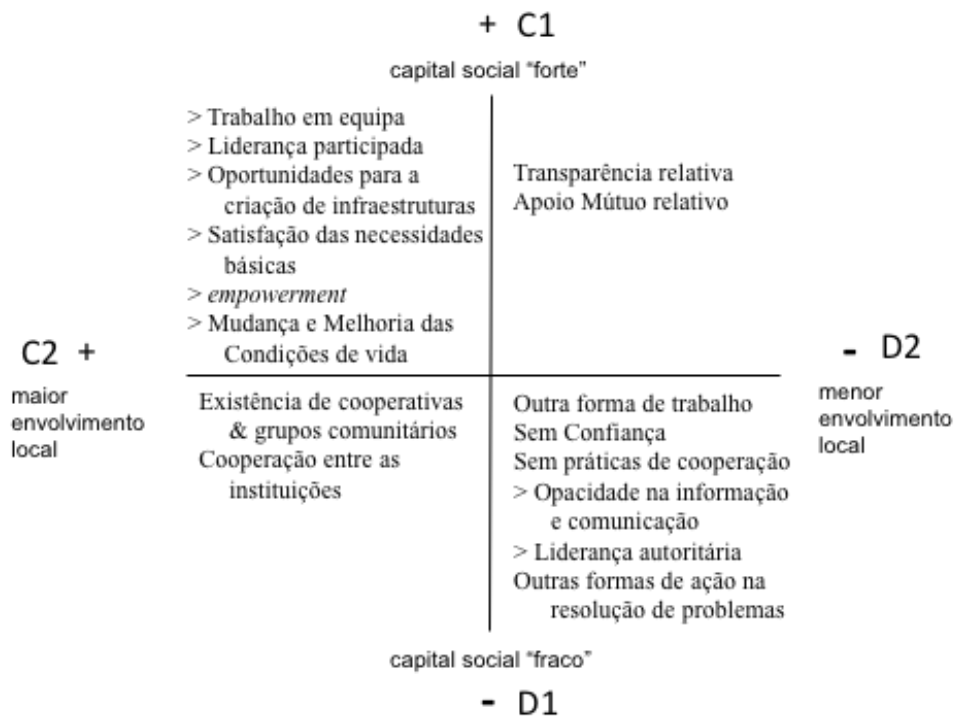
“É preciso mais trabalho em **conjunto** entre a Igreja, o governo e a **comunidade** (...), mais trabalho em **conjunto** como uma **oportunidade** para **atrair** os visitantes para visitar Suco de Biqueli e aplicar o seu dinheiro na **compra** dos **produtos locais**” (E7)

“Desenvolver o turismo com a participação ativa da **comunidade** e a pesca no megaprojeto da ZEESM” (E1)

Interpretando estas sugestões para o desenvolvimento comunitário em Biqueli, em conjunto com o reolhar sobre as estruturas de sentido C1 e C2 referentes respetivamente às dimensões e às dinâmicas de desenvolvimento comunitário (Figuras 44 e 45), identificamos uma estrutura de conteúdo cruzada (Figura 51), que desoculta a lógica das tendên-

cias do desenvolvimento comunitário no Suco Biqueli. Somos a considerar que o desenvolvimento da comunidade não depende apenas do interesse no desenvolvimento e criação de infraestruturas básicas, mas é fulcral a potenciação das dinâmicas de cooperação dos grupos comunitários e da confiança mútua entre os atores sociais na comunidade, a par da capacidade de mobilização e motivação das lideranças comunitárias para engendrar ações coletivas de consenso pela via da participação ativa e o *empowerment* com vista à satisfação das necessidades básicas e melhoria das condições de vida das comunidades, sobretudo dos mais pobres que persistem nas aldeias de Ilicnamo, Ilidua Douro, Pala e Uaro-Ana.

Esquema 51: Tendências do Desenvolvimento Comunitário no Suco Biqueli



Fonte: *Corpus* das Entrevistas

### 3.5.4. Principais Relações Lexicais e de Conteúdo sobre os Fatores Críticos de Sucesso do Desenvolvimento Comunitário em Biqueli

Tendo presente as linhas de referência do desenvolvimento comunitário e as suas tendências em Biqueli, somos a considerar que a prática de desenvolvimento comunitário nesta comunidade é moldada por orientações que articulam a abordagem de desenvolvimento “de cima para baixo” (*top-down approach*) e a abordagem de desenvolvimento “de baixo para cima” (*bottom-up approach*) para satisfazer das necessidades básicas e melhoria das condições de vida da comunidade.

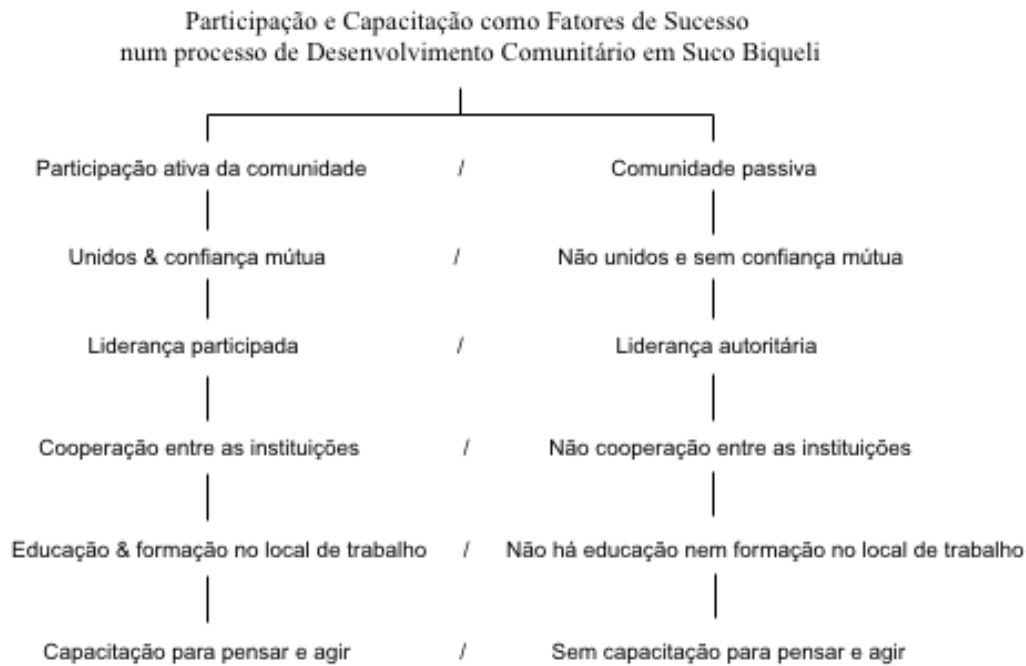
Em termos estritos, subjaz no *corpus* dos entrevistados, uma estrutura de conteúdos que valoram as associações entre 5 tipos de fatores de sucesso do desenvolvimento comunitário no Suco Biqueli, e que são: participação ativa da comunidade; espírito de união e confiança mútua dos atores sociais; liderança participada; cooperação entre os grupos comunitários; e, a capacitação dos atores sociais através da educação e formação no contexto de trabalho. As relações de associação e distinção podem ser traduzidas numa condensação descritiva da seguinte forma: “Participação Ativa da Comunidade” vs. “Comunidade Passiva”, “Unidos e Confiança Mútua” vs. “Não Unidos e Confiança Mútua”, “Liderança Participada” vs. “Liderança Autoritária”, “Cooperação entre as Instituições” vs. “Sem Cooperação”, e, “Educação e Formação no Local de Trabalho” vs. “Sem Educação e Formação no Local de Trabalho” (Figura 52).

Em termos estritos, estas relações de associação e distinções da estrutura D1 (Figura 52) relevam a importância da participação ativa e a capacitação (*empowerment* comunitário) com elementos imprescindíveis para levar a bom porto um processo de desenvolvimento comunitário.

Além dos tipos de fatores de sucesso como acima referidos, análise estrutural de conteúdo do *corpus* das entrevistas também permitiu colocar em evidência mais 4 fatores que interferem com o sucesso no desenvolvimento comunitário, e que são as seguintes: existências cooperativas e grupos comunitários; cooperação entre instituições e as lideranças comunitárias; comunidade diligente e trabalho em equipa; e, ação coletiva e organizada na resolução dos problemas. Assim sendo, desocultamos mais uma estrutura de

sentido designada de “Dinâmicas da Ação dos Grupos” que modelam os fatores críticos de sucesso no desenvolvimento comunitário em Biqueli (Figura 53).

Figura 52: Estrutura (D1) – Participação e capacitação como Fatores de Sucesso no Desenvolvimento Comunitário em Biqueli



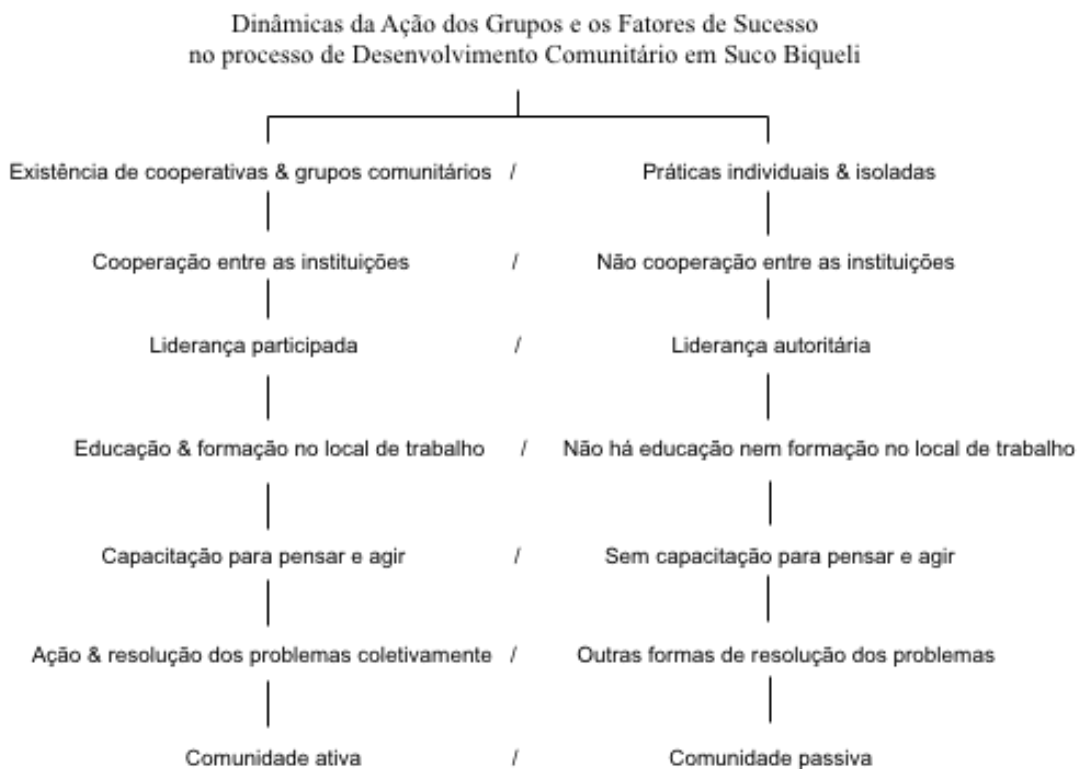
Fonte: *Corpus* das Entrevistas

A estrutura de sentido (D2) sintetiza as associações e distinções de conteúdo relacionadas com as dinâmicas da ação coletiva e organizada dos grupos, traduzidas da seguinte forma: “Existências Cooperativas & Grupos Comunitários” vs. “Não Existe Cooperativas & Grupos Comunitários”, “Cooperação entre Instituições” vs. “Sem Cooperação”, “Comunidade Diligente & Trabalho em Equipa”, vs. “Preguiçoso & Outra Forma de Trabalho”, e, “Ação & Resolução dos problemas Coletivamente” vs. “Outra forma de Ação & Resolução de Problema” (Figura 53).

Subjaz na condensação descritiva da estrutura D2 (Figura 53), a ideia de que a existência grupos comunitários e a possibilidade de organizar a vida comunitária através de cooperativas podem ser consideradas como uma das evidências da motivação da co-

comunidade em juntar esforços para a resolução de problemas. Reforçam esta ideia a motivação e interesse da comunidade em preservar o espírito de participação ativa e o modelo de trabalho conjunto, como as principais formas orientadoras para valorizar a voz do cidadão e para potenciar a abordagem de desenvolvimento “de baixo para cima” (*bottom-up approach*) no desenvolvimento comunitário em Biqueli.

Figura 53: Estrutura (D2) – Dinâmicas da Ação dos Grupos e os Fatores de Sucesso no Desenvolvimento Comunitário no Suco Biqueli



Fonte: *Corpus* das Entrevistas

Para complementar a análise estrutural de conteúdo referente às tendências e sugestões para a melhoria do processo de desenvolvimento comunitário em Biqueli, procedemos ao tratamento do *corpus* das entrevistas com o *software Iramuteq*, cujo output inicial revela o seguinte (Fonte: *output Iramuteq*):

- N° textos: 18
- N° segmentos de textos: 41

- N° formas: 454
- N° *hapax* (palavras únicas): 199
- N° ocorrências: 1404
- N° lemas: 371
- N° formas ativas: 252
- N° formas suplementares: 106
- N° formas ativas com a frequência  $\geq 3$ : 54
- Média das formas por segmento: 34.243902
- N° classes (agrupamentos de palavras): 7
- 34 segmentos classificados em 41: (82.93%)

Verificámos nos resultados iniciais extraídos através da técnica de nuvens de palavras que predominam no *corpus* das tendências e sugestões para a melhoria do processo de desenvolvimento comunitário em Biqueli, as seguintes palavras com maior frequência (as principais e por ordem decrescente): comunidade (39), suco (35), igreja (13), baliza (13), local (10), indonésia (9), desenvolvimento (9), conjunto (9), água (8), unido (8), pesca (8), estrada (8), comunitário (8), ativo (8), potável (7), liderança (7). (Figura 54)

Figura 54: Nuvem de Palavras do *corpus* Tendências e Sugestões para a melhoria do processo de Desenvolvimento Comunitário em Biqueli



Fonte: *Ouput do Iramuteq*

Este conjunto de palavras anunciam desde já a presença de alguns pontos fortes e fracos e incluindo as oportunidades e as ameaças do processo de desenvolvimento da comunidade em Suco Biqueli. Somos levados a considerar que as ideias de comunidade ativo e unidos, a cooperação entre o Suco e a Igreja representam alguns dos pontos fortes do desenvolvimento da comunidade, e por exemplo a fronteira (baliza) do Suco, sobretudo a fronteira (baliza) marítima com Lirang-Indonésia seja perspetivada como uma oportunidade e ao mesmo tempo como um desafio do desenvolvimento da comunidade de Biqueli.

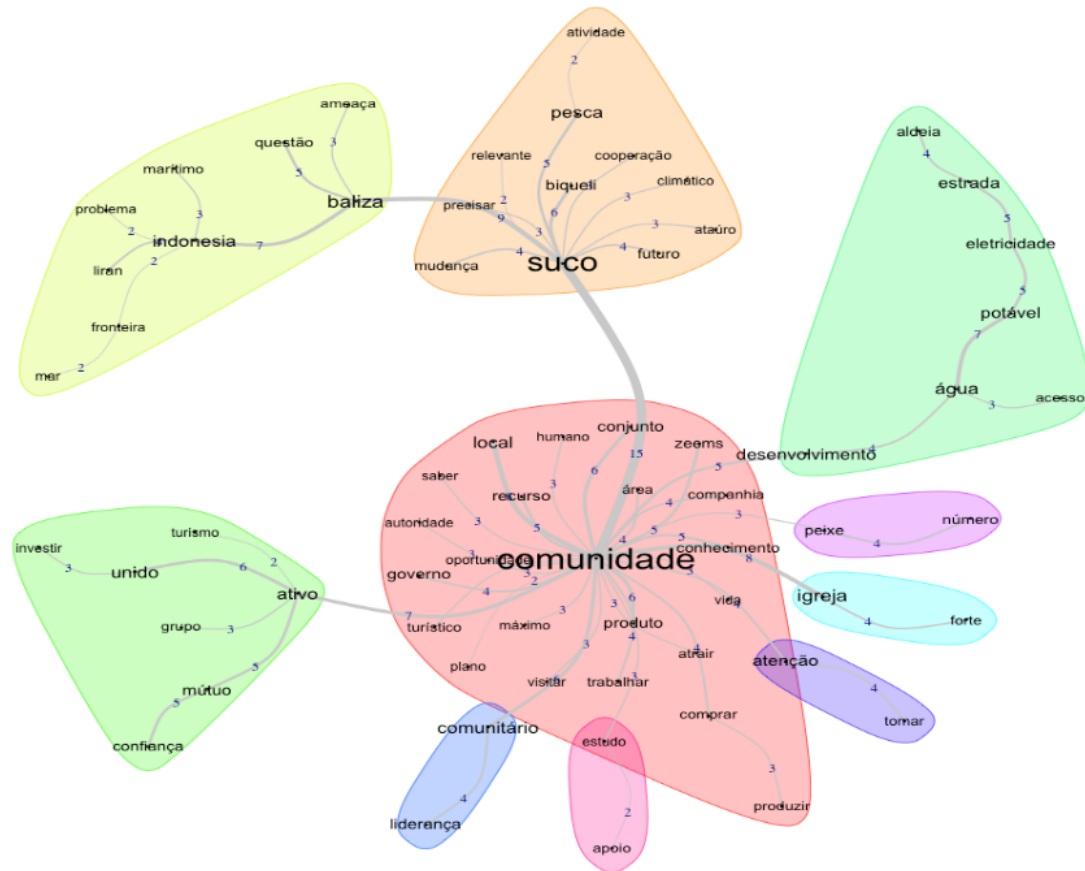
Através do *Iramuteq*, procedemos ainda a extração das coocorrências das palavras-chave, cujos resultados colocam em evidência um conjunto de associações de palavras relevantes, organizadas em torno de vários grandes agrupamentos de coocorrências, onde se salientam as seguintes palavras-chave: “comunidade”, “suco”, “igreja”, “baliza”. Conforme o gráfico da análise de similitude, evidenciam-se como associações de palavras-chave mais relevantes as seguintes: “comunidade-ativo”, “comunidade-suco”, “igreja-suco”, “suco-baliza”, e “comunidade-igreja” (Figura 55).

Os resultados dos tratamentos do *Iramuteq* através da nuvem das palavras (Figura 54), similitude (coocorrências) do *corpus* (Figura 55), e a classificação hierárquica descendente (Figura 56) dos agrupamentos lexicais das tendências e sugestões para a melhoria do processo de desenvolvimento comunitário, colocam em evidência um conjunto de fatores críticos de sucesso do processo em causa no Suco Biqueli, Ataúro, Dili, Timor-Leste, onde se destaca a participação ativa e o espírito de união da própria comunidade na resolução dos problemas de desenvolvimento comunitário.

Para melhor perceber as tendências e sugestões para a melhoria do processo de desenvolvimento da comunidade no Suco Biqueli, analisemos em seguida as 7 classes das formas discursivas relevantes extraídas pela técnica de classificação hierárquica descendente que, em termos gerais, confirmam o que já referimos anteriormente no âmbito da análise estrutural de conteúdos. Os resultados sugerem que uma das maiores das tendências de desenvolvimento da comunidade Suco Biqueli diz respeito ao megaprojeto ZEESM. Segundo os entrevistados, a ZEESM pode ser considerada, por um lado, como uma oportunidade do processo de desenvolvimento comunitário, e por outro lado como um desafio (ameaça) de desenvolvimento da comunidade (Classe 1).



Figura 55: Similitude (coocorrências) do *corpus* Tendências e Sugestões para a melhoria do processo de Desenvolvimento Comunitário em Biqueli



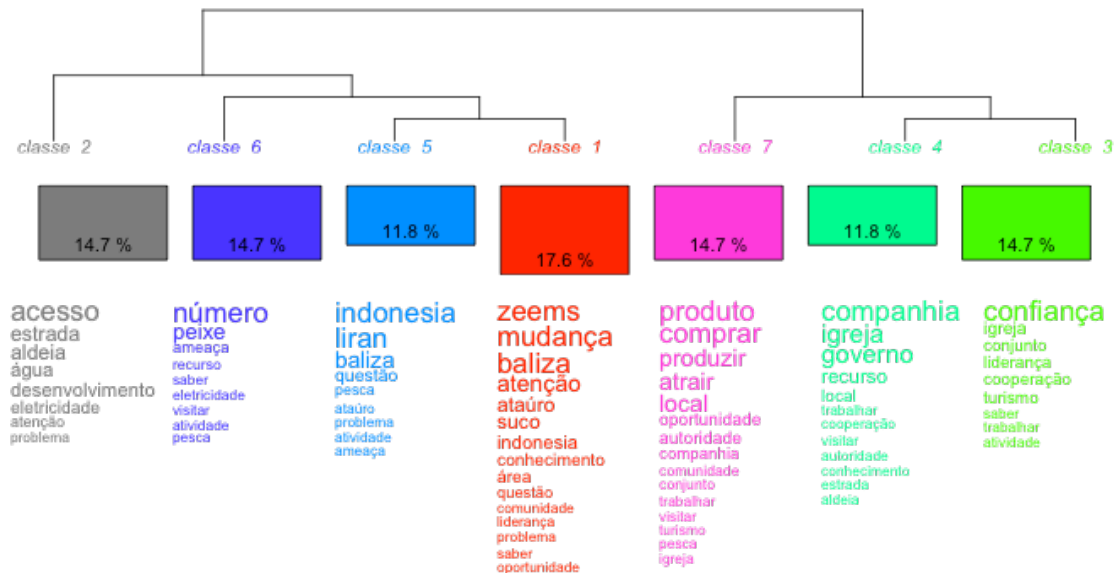
Fonte: Ouput do Iramuteq

Um outro desafio de desenvolvimento comunitário reside na criação de infraestruturas básicas (desenvolvimento físico) como uma necessidade imediata da comunidade Suco Biqueli (Classe 2). Ainda segundo os entrevistados, a cooperação e a confiança mútua dos atores (liderança comunitária e comunidade) apresentam-se como uma vantagem do processo de desenvolvimento comunitário (Classe 3). Uma outra oportunidade de desenvolvimento comunitário do Suco Biqueli é a existência da empresa (companhia) local (Classe 7). Destacam-se como duas das principais ameaças ao desenvolvimento da comunidade do Suco Biqueli os problemas da redução dos números de peixe e as alterações (mudança) climáticas (Classe 6) (Figura 56).

Em termos estritos, verificamos uma certa semelhança em termos de peso percentual entre as classes lexicais, que se apresentam de forma decrescente no modo seguinte:

classe 1 (17,6%), classe 2 (14,7%), classe 3 (14,7%), classe 6 (14,7%), classe 7 (14,7%), e as classes 4 e 5, cada uma com 11,8%. A classe 1 (cor vermelha) é composta por 6 palavras das 34 UCE, contendo um peso de 17,6% do *corpus*. A classe 2 (cor cinzento) resultou da agregação de 5 palavras das 34 UCE, o que corresponde a 14,7% do *corpus*. A classe 3 (cor verde), a classe 6 (cor roxa) e a classe 7 (cor rosa) apresentam igualmente cada uma delas 5 palavras das 34 UCE. é formada por 5 das 34 UCE. A classe 4 (cor verde claro) e a classe 5 (cor azul) resultaram cada uma delas da agregação de 4 palavras das 34 UCE.

Figura 56: Dendograma das Classes dos agrupamentos lexicais do *corpus* Tendências e Sugestões para a melhoria do processo de Desenvolvimento Comunitário em Biqueli



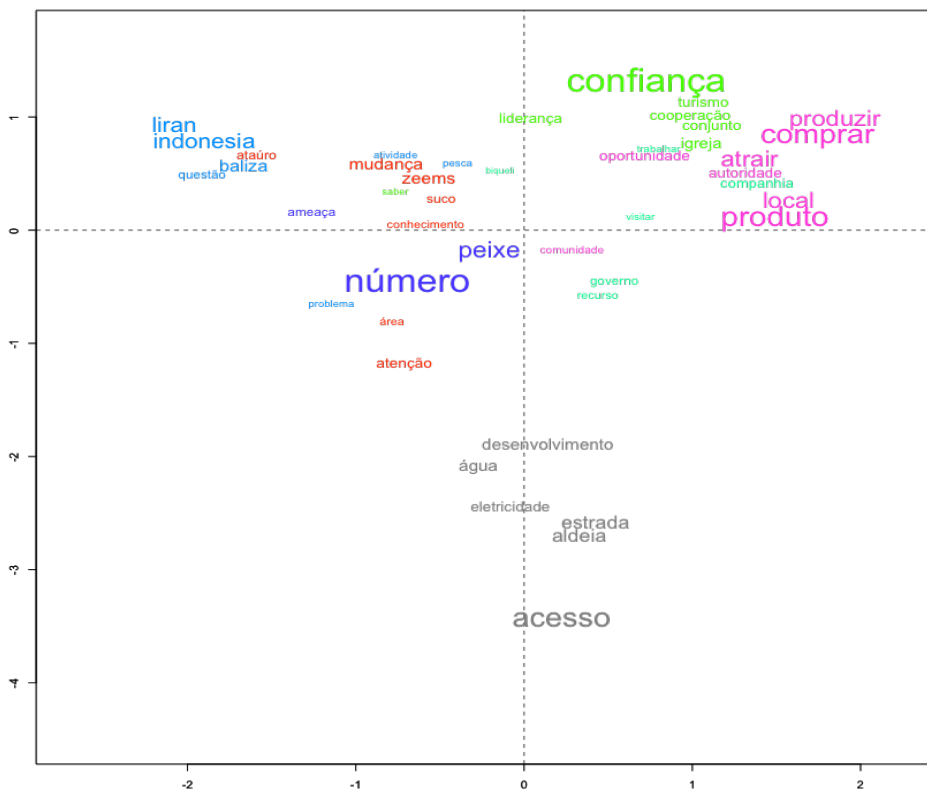
Fonte: *Ouput do Iramuteq*

Através da leitura dos planos fatoriais 1 (27,6%) e 2 (22,9%) verificamos que as classes 1 e 5 encontram-se situadas no 2º quadrante, a classe 2 posicionada entre 3º e 4º quadrantes, as classes 3 e 7 projetadas no 1º quadrante, a classe 4 situada entre 1º e 4º quadrante e, por último, a classe 6 encontra-se no 3º quadrante (Figura 57).

Os resultados da CHD ou classificação hierárquica sugerem que as classes 6 e 1 representam as classes dos agrupamentos lexicais do *corpus* que traduzem as oportunidades e ao mesmo tempo as ameaças (desafios) para o desenvolvimento da comunidade. A

classe 2 diz respeito às necessidades urgentes de desenvolvimento físico (infraestrutura) a comunidade de Biqueli. A classe 3 enfatiza a importância do capital social da comunidade, apresentando a confiança mútua da comunidade como um dos pontos fortes no processo de desenvolvimento comunitário. A classe 6 traduz igualmente os desafios (ameaças) do processo de desenvolvimento comunitário (*deficit* dos recursos da pesca). A classe 7 é a oportunidade para o desenvolvimento da comunidade (produção e investimento empresarial). A classe 4 representa a importância do papel das empresas, da Igreja e dos organismos governamentais na preservação dos recursos locais e na cooperação para o desenvolvimento. A classe 5 traduz as preocupações em torno da fronteira com a Indonésia.

Figura 57: Projeção das Classes dos agrupamentos lexicais do *corpus* Tendências e sugestões para a melhoria do processo de desenvolvimento comunitário em Biqueli



Fonte: *Ouput do Iramuteq*

Face ao exposto, podemos considerar que, à luz do *corpus* dos entrevistados, o discurso sobre as tendências e as sugestões para a melhoria do desenvolvimento da comunidade no Suco Biqueli pode ser caracterizado pelo seguinte: Classes 6 e 1 (cor roxa e vermelha): desafios e oportunidades para o desenvolvimento da comunidade; Classes 2 e 3 (cor cinzento e verde): necessidades imediatas e capital social na comunidade; Classe 7 (cor de rosa): a oportunidade para a melhoria do processo de desenvolvimento comunitário em Biqueli, nomeadamente, em relação com melhoria das condições de vida (qualidade da vida) da própria comunidade em geral, particularmente nas comunidades das várias aldeias do Suco Biqueli; Classe 4 (verde claro): cooperação entre as instituições; Classe 5 (cor azul): ameaça devido aos problemas de fronteira.

Subjaz neste conjunto de 7 agrupamentos, a ideia de que para a melhoria do processo de desenvolvimento comunitário, sobretudo para enfrentar e responder os desafios e as ameaças ao desenvolvimento comunitário no Suco Biqueli, se exige a mobilização do capital social para a consolidação da participação ativa e da liderança comunitária no suco, passando pela cooperação entre as instituições e os atores sociais para a capacitação dos mais pobres e para a preservação e defesa dos recursos locais. Atendem os entrevistados que sem uma cooperação efetiva e profícua entre os atores sociais, nomeadamente a cooperação entre as lideranças locais (liderança comunitária) e a comunidade, será impossível alcançar os objetivos comuns de mudança e melhoria das condições de vida na comunidade.

Face aos resultados das tendências e dos factores críticos de sucesso do desenvolvimento comunitário em Biqueli, somos a considerar que existe um conjunto de “forças relacionais nas redes sociais” (Vasconcelos, 2011, p. 9) que potenciam o capital social, mais de natureza cultural-cognitivo (González-Gómez, 2014), para valorar as relações de solidariedade e ajuda mútua aos mais carenciados, bem como se compreende a importância da confiança, honestidade e transparência como “valores ou normas partilhadas entre os membros de um grupo que permitem a cooperação entre eles” (Fukuyama, 1995, p. 10). Em síntese, reafirmamos aqui novamente que subscrevemos a tese de Ife & Tesoriero (2008) de que “o desenvolvimento comunitário deve sempre esforçar-se para maximizar a participação e o *empowerment* da comunidade” (Ife & Tesoriero (2008, p. 285).

## **Considerações Finais**



## Considerações Finais

Neste capítulo apresentamos as conclusões mais relevantes dos resultados de estudo, assim como algumas recomendações para futuros trabalhos de pesquisa sobre o capital social e o desenvolvimento comunitário no espaço social rural em Timor-Leste.

Em termos gerais, os resultados do estudo permitiram-nos conhecer que a comunidade de Suco Biqueli apresenta características dum mundo rural, semelhante ao restante território da RDTL, evidenciando essencialmente um modo de vida da comunidade que roça o regime de subsistência assente numa atividade agrícola e piscatória do tipo auto-consumo. Os dados do trabalho de campo sugerem-nos ainda que o *status* ou a posição social da comunidade rural de Suco Biqueli é muito influenciado pela ocupação profissional, associada pela posse de bens materiais (terra e ferramentas para a produção agrícola, número de *livestock*, instrumentos para a pesca e canoas). Trata-se de uma constatação que nos sugere que a ocupação e a posse de propriedade conferem aos atores sociais não só certos ganhos materiais, mas sobretudo porque lhes conferem um determinado prestígio e reconhecimento social no espaço social rural. De salientar ainda que a comunidade de Biqueli vive num microcosmo marcadamente rural, com elevados níveis de pobreza, onde as dinâmicas da rede social e a entreatajuda tem sido e são determinantes para assegurar as condições básicas de sobrevivência (alimentação, proteção social e à saúde e habitação).

Salientamos ainda que os traços gerais dos resultados do estudo permitiram-nos ainda caracterizar um complexo puzzle na matriz do capital social na comunidade Suco Biqueli (Objetivo específico 1), moldado por lógicas da confiança mútua, honestidade e transparência nas redes de interação que assumem um papel bastante relevante nos processos de desenvolvimento comunitário em Suco Biqueli, onde as formas de solidariedade social, de trabalho conjunto, de participação e de *empowerment* da comunidade marcam um lugar privilegiado de passagem nas práticas cooperativas (Objetivo específico 2) na intervenção comunitária. Tendo em conta esta realidade, constatámos ainda um conjunto de fatores críticos que constroem todo o processo de desenvolvimento comunitário.

rio (Objetivo específico 3) no espaço social rural deste suco, em particular das suas aldeias Illicamo, Ilidua Douro, Pala e Uaro-Ana, e que estão essencialmente relacionadas com a capacidade das lideranças locais na dinamização de programas e projetos que permitam satisfazer as necessidades básicas de melhoria das condições de vida, nomeadamente ao nível da melhoria dos acessos a infraestruturas básicas (estrada, água potável, eletricidade) e dos rendimentos da comunidade.

Em termos estritos, os principais resultados do estudo sugerem três eixos de informação, sendo um relacionado com o capital social na comunidade de Suco Biqueli, um segundo relacionado com a participação ativa e o *empowerment* da comunidade, e um terceiro relacionado com as próprias dinâmicas do processo de desenvolvimento comunitários, designadamente os fatores críticos de sucesso no contexto *estudado*. Esses três principais resultados do estudo são os seguintes.

### **Capital Social na Comunidade do Suco Biqueli**

O capital social assume uma importância particular na comunidade do Suco Biqueli, sendo formado por um conjunto de elementos que afetam as relações sociais e as expectativas de comportamento dos atores sociais. Ao olharmos com atenção nos resultados do estudo, sobretudo na forma como são dinamizados os processos de ajuda mútua (p.e. empréstimos de dinheiro), o trabalho conjunto e em equipa para fins comuns da comunidade ou entre as famílias (p.e. construção e melhoria das casas para as famílias com menores recursos) e demais ações de investimento coletivo na melhoria das infraestruturas locais (p.e. construção do salão de encontros da igreja), somos a considerar que, por um lado, veiculam no espaço social de Biqueli um conjunto de normas, valores e laços internos que modelam as relações nas redes sociais e que lhes dão força motivacional para a ajuda mútua e cooperação, e por outro lado, parece existir neste espaço social indivíduos com capacidade para mobilizar a construção das relações e interações de solidariedade e participação na estrutura da rede social. Estes resultados sugerem-nos que mais do que uma mera soma de recursos, o capital social em Biqueli emerge como um potencial que pode ser mobilizado pelos atores sociais.



Pelo que constatámos em Biqueli, o trabalho conjunto não se delimita às práticas ou rituais tradicionais da sociedade Timor-Leste, por exemplo, na celebração das cerimónias fúnebres, nem a festas de casamento ou outro evento semelhante. O trabalho em “equipa” e a visão duma praxis em conjunto emergem como frutos de uma ação coletiva para o combate à miséria e pobreza. São exemplos desta realidade o que observamos ao nível da organização em cooperativas comunitárias de produção agrícola e atividade piscatória e a existência de vários grupos comunitários para resolverem coletivamente os problemas locais que vão desde o acesso à água potável e outros meios de subsistência como a alimentação, situações de apoio ao desemprego e a problemas de saúde.

Se atendermos ainda ao que observamos no trabalho de campo e no *corpus* das entrevistas, em que certos grupos e famílias engendram relações mais informais do que formais para captar apoios externos ao grupo para a satisfação das suas necessidades, parece que existe nesta comunidade outras lógicas de transações do capital social, onde os vínculos externos com os outros lhes permitem proporcionar, não só a oportunidade de aproveitar os recursos de contatos, mas também, lhes criam oportunidades para agir para a melhoria das suas condições de vida. São exemplos as atividades protagonizadas pelos líderes comunitários e os pastores da igreja que fomentam pontes e meios financeiros para a gestão administrativa do suco em geral, e no apoio às famílias em particular.

Não será em demasia salientar que, numa comunidade marcada por elevados sinais de pobreza como a comunidade Suco Biqueli, os dados observados permitem conjecturar que ninguém pode sair das condições de miséria e da pobreza, se não houver uma dinâmica da ação coletiva que fomente a organização do trabalho em conjunto, valorado por um intenso espírito de trabalho em equipa e de solidariedade no apoio mútuo em relação com melhoria das condições de vida da própria comunidade em geral, e para enfrentar problemas de alimentação e doença em particular.

Somos assim a considerar que veicula no espaço social rural de Biqueli uma tipologia tripla de capital social assente na presença do seguinte, em linha com as teses de Coleman e Putnam (Adler & Kwon, 2002; Svendsen & Svendsen, 2009; Schneider, 2004): a) um **bonding** que reforça os laços internos de proteção social nas famílias e dos grupos; b) um **bridging** que impulsiona as relações de confiança que cruzam as fronteiras

de classe ou de pertença entre os atores sociais; c) um *linking* que molda a integração dos atores na rede social nas diferentes aldeias do Suco.

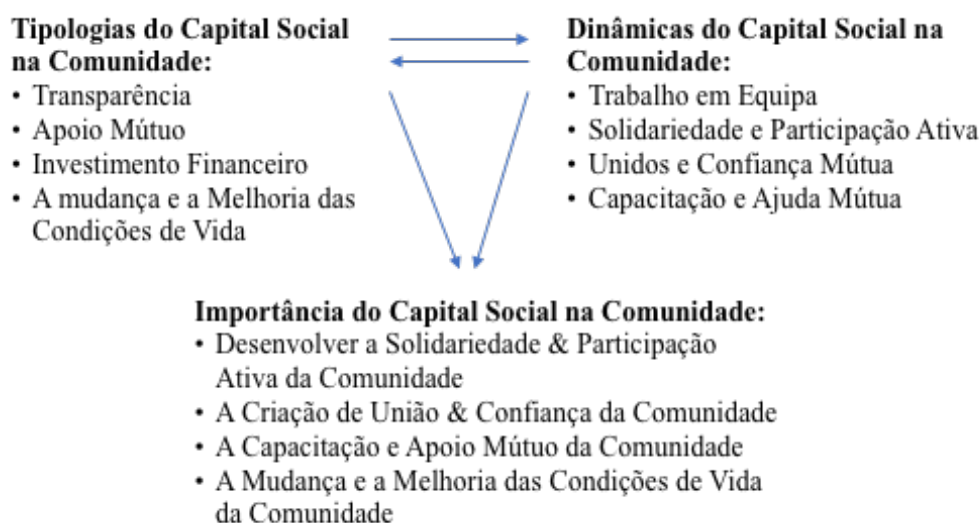
Não menos verdade, os resultados do estudo sobre o tema do capital social em Biqueli ilustram-nos ainda a presença, por um lado, de uma elevada relevância que os indivíduos conferem às redes de suporte social nas dinâmicas do quotidiano (ajudas entre os membros da mesma família e entre famílias; participação ativa nos grupos comunitários e das cooperativas comunitárias; investimento financeiro para o bem comum), e por outro lado, uma elevada atenção que a comunidade atribui aos valores de confiança, honestidade e transparência, dois aspetos nucleares que nos permite considerar que o capital social em Biqueli pode assumir duas dimensões, sendo uma de natureza **estrutural-relacional**, e uma outra com a característica **cultural-cognitivo**, dito no sentido de (González-Gómez, 2014).

Em termos sumários, os dados dos entrevistados confirmam que o capital social na comunidade do Suco Biqueli é fundado na **confiança** (classe 3), encontrando-se em estreita relação com a **valoração** dos princípios de **solidariedade** e com as dinâmicas da **participação ativa** e **empowerment** da comunidade para a mudança (classe 4). Os resultados sugerem ainda que o capital social é entendido como um **recurso** que pode ser **mobilizado através da cooperação** entre os grupos na organização social e nas atividades produtivas das comunidades (classe 1), e na **ajuda mútua** para a **melhoria das condições de vida** da própria comunidade de Biqueli, em geral, e das famílias carenciadas, em particular (classe 2) (Figuras 22 e 23). Dito de outro modo, os resultados do estudo sugerem-nos com clareza que o capital social em Biqueli favorece o estabelecimento de pontes entre os atores (individuais e coletivos), promovendo a coesão no seio da comunidade e a satisfação de objetivos partilhados. Assim sendo, no contexto de desenvolvimento comunitário de Biqueli, existem pelo menos quatro principais papéis do capital social nesta comunidade e que são: i) contributo para o desenvolvimento da solidariedade e a participação ativa da comunidade; ii) fomento da união e confiança da comunidade; iii) promoção da capacitação e apoio mútuo da comunidade; iv) estímulo à mudança e à melhoria das condições de vida da comunidade.

Parece-nos ainda que o capital social em Suco Biqueli se encontra em linha com aquilo que Hanifan afirmou há quase um século, em que o capital social significa uma

certa maneira “progressista” que a comunidade mobiliza para a realização de atividades conjuntas de interesse coletivo, baseado no espírito de equipa, na cooperação entre os membros da comunidade (González-Gómez, 2014), e sobretudo no estímulo à capacitação e ao apoio mútuo da comunidade para mudar e melhorar as condições de vida. Parafraseando Hamdan et al., (2014), subscrevemos a perspectiva de que o capital social é fundamental para o desenvolvimento comunitário, não só porque contribui para a melhoria da confiança mútua entre os indivíduos da rede social, mas sobretudo porque une as pessoas e reforça a coesão social e a inclusão, aumentando os valores positivos da ação coletiva, a cooperação e ajuda mútua nas redes de vizinhança nas comunidades de Ilinamo, Ilidua Douro, Pala e Uaro-Ana do suco Biqueli. Sistematizamos, assim, no esquema seguinte a relevância dos papéis do capital social no processo de desenvolvimento comunitário em Biqueli (Figura 58).

Figura 58: Interações entre as Tipologias e as Dinâmicas do Capital Social na Comunidade e a sua importância num processo de Desenvolvimento Comunitário em Biqueli



Fonte: Autor

Em termos estritos, o capital social em Biqueli pode ser entendido como um recurso que os membros da comunidade do suco mobilizam nas relações de cooperação e demais interações sociais para resolver os problemas ou “conquistar” objetivos comuns de forma conjunta ou coletivamente, baseando-se nas normas, na confiança e no benefício

mútuo entre os membros da comunidade. Salvo melhor opinião, trata-se de uma ideia que se aproxima à noção de capital social de Putnam (2003). Não encontramos nenhuma configuração de *dark side* do capital social, dito no sentido de González-Gómez (2014). Em todo o caso, não nos parece relevante reter se a ideia de capital social em Biqueli segue ou não a definição de um ou outro autor. O que nos importa relevar é que os resultados do estudo sobre este tema sugerem que o capital social em Suco Biqueli surge como um conceito complexo, que não é de fácil percepção numa primeira leitura. Em termos teóricos, parece-nos que se aproxima mais a ideia dum conceito operatório isolado, construído e reconstruído pelas lógicas das redes e trocas sociais, moldado por um quadro de escolha racional.

Em síntese, é pela conjugação das duas dimensões do capital social (estrutural-relacional e cultural-cognitivo) em articulação com as três tipologias de capital social (*bonding*, *bridging* e *linking*) que entendemos que o capital social em Biqueli é um conjunto de “recursos incorporados nas redes sociais” (González-Gómez, 2014, p. 26) que interfere com os relacionamentos sociais e a manutenção da ordem social., sendo fundamental para o desenvolvimento comunitário neste suco, na medida em que contribui para a relevância do espírito de equipa e da cooperação mútua entre os membros duma comunidade, tendo em vista a realização de atividades conjuntas de interesse coletivo, nomeadamente na dinamização (vertical e horizontal) para a concretização do papel estratégico dos projetos coletivos de luta contra a miséria e o combate à pobreza que, infelizmente, volvidos quase duas décadas da independência de Timor-Leste, teimam ainda persistir no Suco em geral, e nas suas diferentes comunidades de Ilicnamo, Ilidua Douro, Pala e Uaro-Ana em particular.

### **Participação e *Empowerment* Comunitário**

Os resultados do estudo sugerem que a participação e o *empowerment* são realidades que assumem possuem um significado especial no desenvolvimento comunitário do Suco Biqueli e surgem de certa forma intimamente associadas ou entrosadas com a problemática do capital social que referimos anteriormente.

O valor social que a comunidade de Biqueli atribui à participação à capacidade de decisão, autonomia e a prática de “fazer parte de”, isto é, à participação direta nos assuntos e nas atividades de interesse comum no espaço social rural. Pelo que observámos no trabalho de campo, são por exemplo as seguintes situações: a) participação nos encontros ao nível Aldeia e Suco, contribuindo com ideias relevantes e sua discussão e reflexão sobre o desenvolvimento comunitário no Suco; b) contributo com apoios financeiros e alimentação aos carenciados; c) participação direta na manutenção da higiene e limpeza dos espaços comunitários, por exemplo, aderindo à iniciativa de limpeza geral conhecida como “sexta limpa” no nível Suco e Bairros; d) participação direta nas iniciativas e na organização das festividades das aldeias; e) contributo voluntário das suas plantações e terra para a construção da estrada e para a instalação de equipamentos de fornecimento de eletricidade sem qualquer compensação financeira (cedência voluntária de propriedade para o bem comum); f) contributo financeiro para pagar a água potável e a eletricidade para que toda a comunidade possa usufruir destes recursos de forma ininterrupta ao longo do dia.

Assim sendo, os resultados do estudo sugerem que a participação comunitária (participação ativa da comunidade) em Suco Biqueli decorre da motivação e espírito de iniciativa da comunidade para participar ativamente num processo de desenvolvimento que afetam suas vidas. Porém, os resultados do estudo apenas revelam que tais processos participativos têm um enfoque ao nível de assuntos situados no plano das necessidades imediatas, ou seja, relacionadas com as condições materiais de sobrevivência. De qualquer modo, por aquilo que observámos, a participação comunitária em Biqueli não pode ser entendido como um mero cumprimento das ações/atividades decorrentes da “delegação de poder” das lideranças locais (Arnstein, 1969; Pretty, 1995). A praxis da participação direta em Biqueli implica a inclusão (Silva, C., 2004), ou melhor, o envolvimento ativo da comunidade, quer seja fisicamente, quer pelo contributo de ideias, material e meios financeiros, decorre igualmente de um forte capital social, estimulado pelos grupos comunitários, que mobiliza sentimentos de pertença, solidariedades e identificação dos atores sociais com o processo e os resultados de desenvolvimento comunitário no suco.

Quanto ao *empowerment*, não se trata de um mero ideal na comunidade de Biqueli. Os resultados do estudo sugerem que o *empowerment* emerge como uma forma particular

no suco para potencializar as capacidades das pessoas pobres para participar, negociar, influenciar, controlar e responsabilizar na organização e mobilização de recursos locais para empreender ações coletivas na resolução dos seus problemas. Os exemplos que encontramos em Biqueli, tais como a criação do grupo de *arisan*, as ações de formação em contexto de trabalho sobre a costura e a produção de alga, revelam que a capacitação (*empowerment*) e o apoio mútuo da comunidade dinamizado com um espírito de trabalho conjunto surgem enquadrada na ideia *community based empowerment* e na vontade de aprender e participar de cada um no processo de desenvolvimento da comunidade. Porém, tais ações também decorrem da capacidade de mobilização das lideranças locais em estimular os membros da comunidade para o efeito. Assim sendo, a cooperação (vertical e horizontal) entre os atores sociais (comunidade, liderança comunitária e instituições relevantes Suco/Estado-Igreja, Grupo Gestão de Facilidade) desempenha igualmente um papel importante e decisivo para o desenvolvimento da comunidade.

Pelo que observamos em Biqueli, a ideia de *empowerment* aproxima-se à tese de Friedmann, objetivado ao desenvolvimento da cidadania moldada por uma natureza plural social, política e psicológica (Friedmann, 1996, pp. 8-34). Assim sendo, pode ser dizer que, a participação ativa e direta, e, o *empowerment* da comunidade surgem como duas faces na mesma moeda que, em última instância, são sobretudo manifestações da importância da voz da comunidade na tomada de decisões nos encontros das aldeias, influenciando assim, a gestão e a liderança dos chefes das aldeias e do Suco Biqueli.

Em termos estritos, verificamos nos resultados do estudo que predomina no discurso dos entrevistados a importância das formas de participação ativa e do *empowerment* comunitário no processo do desenvolvimento da comunidade em Biqueli, nomeadamente em relação à **melhoria das infraestruturas básicas** tais como o acesso à água potável e a estrada para melhorar a mobilidade da comunidade e da circulação da produção agrícola (hortícola e frutícola) e das capturas da pesca aos mercados das aldeias (Classe 3). Identificamos ainda a relevância do **papel da liderança comunitária** sob a forma participada (Classe 5) na condução dos destinos do desenvolvimento comunitário, e a sua capacitação para inspirar e motivar a comunidade para desenvolver o “esforço” do **trabalho conjunto para libertar das condições de miséria** e da pobreza da própria comunidade (Classe 1).

Constatámos uma centralidade do discurso participativo e empoderado com vista à **melhoria do acesso** à eletricidade quer para a melhoria da atividade agrícola, quer para melhorar as condições de habitabilidade das famílias (Classe 6). Em suma, constámos que a participação ativa e o *empowerment* comunitário fazem parte das dinâmicas dos grupos comunitários de Biqueli (Classe 2) que valoram a importância da capacitação dos membros da comunidade para apresentarem as suas reivindicações junto das autoridades locais (Figuras 34 e 35).

Figura 59: Interação entre a Participação Comunitária e o *Empowerment* Comunitário num processo de Desenvolvimento Comunitário em Biqueli.



Fonte: Autor

Face ao exposto, os resultados do estudo sugerem que a redução ou erradicação das condições de miséria e da pobreza em Biqueli implica que toda a comunidade (incluindo os pobres) deva ser considerada como ator ativo ou sujeito do próprio processo de desenvolvimento comunitário do suco, sendo igualmente imprescindível uma mediação estratégica do capital social para dinamizar ações concretas que permitam estimular a motivação, a participação direta e a capacitação (*empowerment*) dos pobres da comunidade, mobilizada de forma específica pelas lideranças locais e pelos grupos comunitários na inspiração e construção com eles (as comunidades em geral e os pobres em particular) o trabalho em conjunto para a constante melhoria das condições e da qualidade das suas vidas. Por outras palavras, somos a considerar que a objetivação da “força” do capital

social para impulsionar a mudança depende de certo modo do grau de operacionalização efetiva do envolvimento, participação e *empowerment* da comunidade.

Parafraseando Pinto, C. (2013), um processo de *empowerment* comunitário é um processo de transformação através da ação participada e ativa num desenvolvimento alternativo (Friedmann, 1992) que permite dar poder social e político aos atores sociais, em particular a voz aos cidadãos, onde cada líder se torna verdadeiramente um participante motivado para a mobilização da comunidade de que faz parte, sobretudo ao nível das comunidades mais “pobres” (Soetomo, 2011). O movimento do *empowerment* no desenvolvimento comunitário pode ser igualmente visto como parte de um processo de capacitação da comunidade para dinamizar a sua participação na tomada de decisões, nomeadamente dos grupos mais vulneráveis (Oakley & Clayton, 2003, p.13; Caramelo, 2009). Esta realidade implica, por um lado, por parte dos membros da comunidade, sobretudo dos mais pobres, uma “vontade” de mudar, e por outro lado, por parte dos líderes, o reconhecimento quer das relações de força do capital social da comunidade, quer do seu *saber-fazer*, *saber-estar* e *saber-ser* na capacitação para a utilização dos recursos dos grupos, da comunidade e do meio envolvente no desenvolvimento centrado nas pessoas.

Em síntese, os resultados do estudo sugerem que a natureza da participação ativa e do *empowerment comunitário* identificada em Biqueli encontra a ressonância numa lógica de desenvolvimento do suco. Tratam-se de duas realidades que surgem como propostas e praxis imprescindíveis em qualquer processo de desenvolvimento, pelo que é igualmente válido dizer que elas existem no Suco Biqueli, porque fomentam o seguinte: i) o enfoque participativo no combate aos problemas da pobreza; ii) a participação na mudança e melhoria das condições da vida (qualidade da vida) da própria comunidade; iii) a mobilização e motivação das lideranças locais no fomento do *empowerment* e a capacitação comunidade no trabalho em equipa (trabalho em conjunto). É pela constatação destas duas realidades que arriscamos a afirmar que não há participação ativa e direta da comunidade sem um processo de *empowerment* da comunidade e vice-versa, num processo de desenvolvimento comunitário em Biqueli.



## Desenvolvimento Comunitário

Tendo presente os resultados do estudo sobre o capital social, a participação e o *empowerment* da comunidade de Biqueli, somos a considerar que, na atualidade, o desenvolvimento comunitário no suco é essencialmente um processo mobilizador de transformação e mudança social e económica, ancorada na ideia de participação ativa da sua população, perspetiva que não se afastam da tese da ONU citado por Ferreira & Raposo (2017, p. 122), e igualmente referido por Carmo (1999, p. 77). Por outras palavras, trata-se essencialmente de um processo de intervenção territorial e comunitária onde se valoriza a centralidade das pessoas (*people centered development*), ou melhor, um modelo de desenvolvimento “de baixo para cima” (*bottom-up development perspective*) focado na resolução de problemas ou questões de mudança e melhoria das condições de vida a partir dos próprios atores. Em termos estritos, o desenvolvimento comunitário em Biqueli é sobretudo um modelo de ação social fundada numa perspetiva de ação integrada-micro-meso-macro (Rothman citado por Carmo, 2001).

De acordo com os resultados do estudo, sobretudo à luz da desocultação do *corpus* das entrevistas, verificamos que as principais linhas de desenvolvimento comunitário na comunidade do Suco Biqueli pode ser caracterizado pelo seguinte: a) **desenvolvimento físico (infraestruturas básicas)** (Classes 4 e 2); b) **participação ativa e empowerment da comunidade na tomada de decisão** (Classe 3 e 5); e, c) **liderança participada** (Classe 1) (Figuras 46 e 47). Assim, os principais resultados do estudo sobre a problemática do desenvolvimento comunitário em Biqueli sugerem-nos que, volvidos quase duas décadas da independência da RDTL, o Suco Biqueli carece ainda de os elementos chave do desenvolvimento comunitário ao nível do seguinte: “criação de infraestrutura básicas”, “satisfação das necessidades básicas”, “mudança e melhoria das condições de vida”. Para além destes elementos-chave, verificámos ainda que o processo de desenvolvimento comunitário em Biqueli é influenciado pela forma como a comunidade se envolve no processo, pelo que podemos salientar que existe nesta comunidade um conjunto de dinâmicas de desenvolvimento, relacionadas com as atitudes e comportamentos dos atores sociais, e que dizem respeito ao seguinte: trabalho em equipa, confiança mútua, transferência informação e comunicação, liderança participada, e, cooperação entre as instituições e demais atores sociais (grupos comunitários).

Assim, somos a considerar que não obstante a criação de infraestruturas básicas ser uma prioridade estratégica para a comunidade de Biqueli, e apesar de tais projetos estarem enquadradas em programas de desenvolvimento da comunidade programado (PNDS) ou planeado de fora (*top-down*), os resultados do estudo sugere-nos que a comunidade valoriza o seu próprio papel na decisão e na concretização dos desígnios do desenvolvimento comunitário (abordagem *bottom-up*), atribuindo assim um lugar de destaque para a participação ativa e direta nas tomadas decisões, nomeadamente para o encontro de soluções concretas na luta contra a pobreza e exclusão social.

Tendo em atenção os resultados das entrevistas realizadas, consideramos que as principais tendências de desenvolvimento da comunidade Suco Biqueli dizem respeito ao seguinte: a) mega projeto ZEESM, entendida como uma oportunidade e simultaneamente um desafio (ameaça) ao processo de desenvolvimento comunitário (Classe 1); b) criação de infraestruturas básicas como uma necessidade imediata da comunidade Suco Biqueli (Classe 2); c) a cooperação e a confiança mútua entre os atores (liderança comunitária e comunidade) como uma vantagem do processo de desenvolvimento comunitário (Classe 3); d) existência duma empresa (companhia) a nível local (Classe 7) como oportunidade para o desenvolvimento; e) os problemas da redução do números de peixe e as alterações (mudança) climáticas (Classe 6) como uma ameaça ao desenvolvimento; f) a importância do papel das empresas, da Igreja e dos organismos governamentais na preservação dos recursos locais e na cooperação para o desenvolvimento (Classe 4); preocupações em torno da fronteira com a Indonésia que ameaçam o desenvolvimento (Figura 56).

Sumariamente podemos apontar como pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças ao desenvolvimento comunitário em Biqueli o seguinte:

**Pontos Fortes:**

- Comunidade Ativa
- Prática da Confiança Mútua
- Prática da Liderança participada
- Prática da generalizada do Trabalho em Conjunto (Trabalho em Equipa)
- Prática da Cooperação dos atores sociais
- Existência de Empresa/ Companhia Local

**Pontos Fracos:**

- Pesca como meio de subsistência
- Duas aldeias ainda não têm acesso à estrada
- Insuficiente acesso à energia elétrica
- Insuficientes meios de acesso à sede do Posto Administrativo e ao Município
- Custo do acesso a Dili
- Baixos níveis de escolaridade
- Menos recursos humanos (Quali-quantitativo)
- Fracos ou nulos conhecimentos de idioma estrangeiro (p.e. inglês)
- Habitação com poucos sinais de conforto
- Pesca tradicional
- Fraca atenção ao setor do turismo
- Produção agrícola e pecuária, mais orientada para o autoconsumo.

**Oportunidades:**

- ZEESM (Zona Especial Economia e Mercado Social)
- Turismo Comunitário / Ecoturismo
- Cooperação com outro país (Indonésia)
- PNDS.

**Ameaças:**

- Indefinição da fronteira do mar (Indonésia)
- Fronteira do Suco
- Implementação o programa ZEESM pode ameaçar a cultura da comunidade, por exemplo, aumentando a criminalidade e a droga.
- Mudança climática
- Menor número de stock de peixe para a captura
- Longos períodos de seca (Menos de chuva)
- Pesca ilegal.

É deveras sintomático que pelo facto de existir um elevado número de analfabetos em Biqueli, tal como verificámos nas estatísticas oficiais e no decurso do trabalho de campo, a problemática da Educação ou melhor a capacitação dos atores pela via da qualificação formal e o combate ao analfabetismo que ronda os 73% em Biqueli, não tenha sido assinalada pelos entrevistados como uma prioridade estratégica de desenvolvimento do suco.

Assim sendo, apontamos apenas como factores críticos de sucesso do desenvolvimento comunitário em Biqueli (Figura 60) não delimitadas pela existência de programas nacionais ou disponibilidades de investimento externo (PNDS), mas sim duas dimensões factoriais de “natureza interna” do espaço social rural: a) existência e consolidação das dinâmicas dos grupos comunitários da comunidade materializadas sob a forma de participação e envolvimento ativo da comunidade na resolução dos problemas, na adesão da comunidade ao trabalho em conjunto ou em equipa, e sobretudo na demonstração da confiança mútua nas relações sociais; b) valorização das interações entre as instituições na comunidade Suco Biqueli e a ação coletiva e organizada na resolução dos problemas da comunidade, operacionalizada por dois critérios de sucesso, relacionados com liderança participada ou participativa, e as oportunidades de capacitação dos mais pobres com ações de formação no contexto de trabalho.

Figura 60: Os Fatores Críticos de Sucesso do Desenvolvimento Comunitário no Suco Biqueli



Fonte: Autor

Assim, os resultados do estudo sugerem com clareza que a força ou o “poder” do capital social nas dinâmicas da participação ativa e direta e do *empowerment* comunitário e da cooperação dos atores sociais num processo de desenvolvimento da comunidade é de certo modo influenciado por um conjunto de elementos-chave, a saber: “transparência (honestidade & confiança mútua) e apoio mútuo”, “participação ativa e formação no local de trabalho”, “trabalho em equipa e confiança mútua”, “existência de cooperativas e grupos comunitários”, “cooperação entre instituições e liderança participada ou participativa”. Por outras palavras, a interação entre esses componentes-chave representa igualmente os fatores críticos de sucesso num processo de desenvolvimento comunitário em Suco Biqueli (Figura 61).

Figura 61: Interação das componentes-chave dos fatores críticos de sucesso do desenvolvimento comunitário no Suco Biqueli

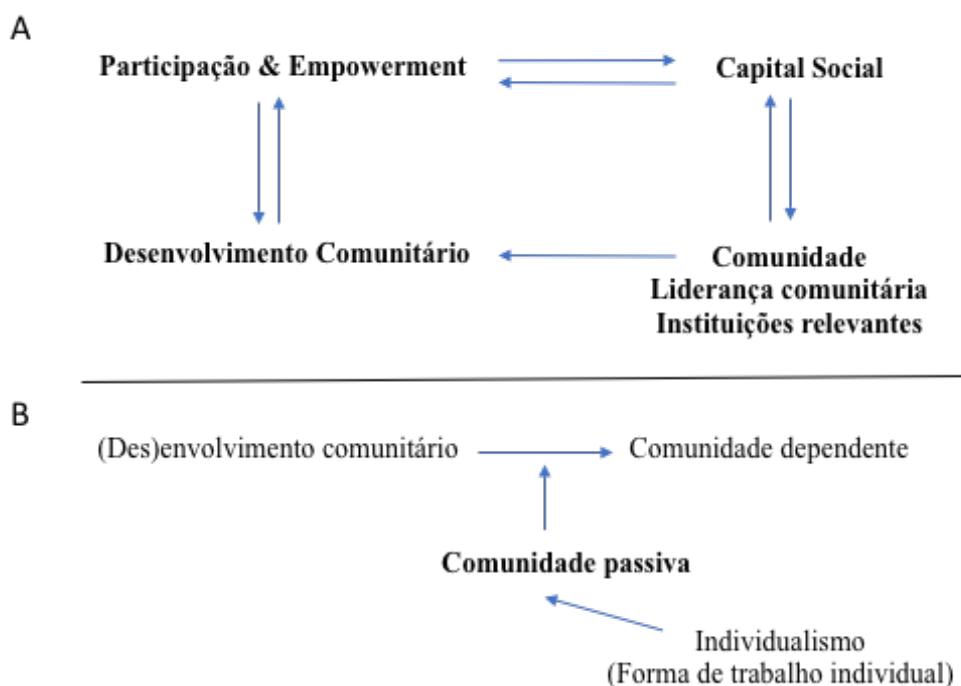


Fonte: Autor

Além disso, os resultados do estudo sugerem-nos que a comunidade procura estratégias para minimizar a dependência dos programas e projetos de desenvolvimento externo, valorando o papel do capital social da comunidade, a participação ativa e direta e o *empowerment* da comunidade e a cooperação dos atores sociais na resolução dos problemas locais. São exemplos destas estratégias, a forma como a comunidade promove o trabalho em conjunto ou em equipa que supera a lógica individualista, ou as solidariedades locais manifestados pelos atores sociais no apoio mútuo, que, em última instância, se apresentam como uma dimensão fundamental do processo de desenvolvimento da comunidade quando falamos de esquemas que a comunidade engendra para a libertação do povo das condições de miséria e da pobreza da própria comunidade.

Sistematizando os resultados do estudo, podemos afirmar que a comunidade valoriza a importância das lideranças comunitárias (classe 1) para a concretização dos projetos de melhoria na comunidade (Figuras 49 e 50), admitindo que os mesmos possuem ou devem possuir a necessária capacitação para estimular a mudança de comportamentos e o *empowerment* (empoderamento) dos mais pobres da comunidade. Por outras palavras, a transformação de atitudes e comportamentos da forma de trabalho individual ego centrada (Figura 62 **B**) à lógica partilhada sob a forma de trabalho em conjunto ou em equipa) (Figura 62 **A**) apresenta-se como uma orientação simbólico-ideológica muito apreciada pela comunidade de Biqueli, quer no que concerne para a resolução de problemas do quotidiano, quer para dinamizar as atividades no processo de desenvolvimento comunitário do suco, mesmo que sejam enquadradas em ações propostas pelos atores externos. Subjaz ainda neste quadro simbólico-ideológico a noção de que se privilegia a presença de uma comunidade “ativa” versus “dependente”, admitindo que para atingir e conquistar o bem-estar da comunidade (o desejo de uma vida melhor) não se pode depender das forças da intervenção externa (*top-down approach*), mas que depende da vontade e sobretudo do próprio esforço da comunidade (*bottom.up approach*), e/ou da adoção de estratégias de ação interventiva que possam combinar ou articular na prática as duas formas de abordagem de desenvolvimento comunitário (*top-down & bottom-up approach*).

Figura 62: Relação entre o capital social, a participação e o *empowerment* comunitário nas dinâmicas de cooperação num processo de Desenvolvimento Comunitário no Suco Biqueli



Fonte: Autor

Face ao exposto e respondendo às questões que motivaram o estudo (*Quais são as características do capital social em Suco Biqueli?*; *Como se processam a participação e o empowerment no desenvolvimento comunitário em Suco Biqueli?*), somos a considerar que capital social representa um recurso que os membros da comunidade do suco mobilizam nas relações de cooperação, baseando-se nas normas, na confiança e no benefício mútuo entre os membros da comunidade. Apresenta-se ainda com uma natureza estrutural-relacional e cultural-cognitiva que mobiliza os atores sociais, assumindo-se efetivamente como um elemento gerador de impactos positivos no desenvolvimento, porque reforça a coesão social, dinamiza a ação coletiva e capacita os atores sociais na luta contra a miséria e a pobreza.

Somos ainda a relevar que se é verdade que a comunidade do Suco Biqueli privilegia uma abordagem *bottom.up approach* do seu desenvolvimento, mobilizando o seu capital social para concretizar a mudança real das condições de vida promovendo a satis-

fação imediata das suas necessidades básicas (alimentação, proteção social e saúde, habitação, acesso a bens e recursos infraestruturais como a água potável, a eletricidade e a estrada), entre outras questões, não é menos verdade que a comunidade de Biqueli não “esconde” que privilegia e exacerba a valorização do processo de participação ativa e de *empowerment* com trabalho em conjunto ou trabalho em conjunto ou em equipa, onde a transparência, a honestidade, a confiança mútua e a solidariedade entre os atores sociais (indivíduos ou coletivos) e/ou cooperação entre comunidades, lideranças comunitárias e instituições relevantes, marcam um lugar especial em todo o processo do desenvolvimento comunitário em todas as aldeias do suco (Ilicnamo, Ilidua Douro, Pala e Uaro-Ana). Por outras palavras, no contexto de desenvolvimento comunitário e Biqueli, o **capital social** da comunidade (transparência, confiança e apoio mútuo, trabalho em equipa, união ou unidos com confiança mútua, e cooperação), a **participação** e o **empowerment** da comunidade (participação ativa e formação no local de trabalho, trabalho em equipa e confiança mútua, e cooperação), moldadas por lógicas de cooperação entre os atores sociais (comunidade, liderança comunitária e instituições relevantes) apresentam-se como pilares que interferem no rumo do desenvolvimento comunitário do suco (Figura 63).

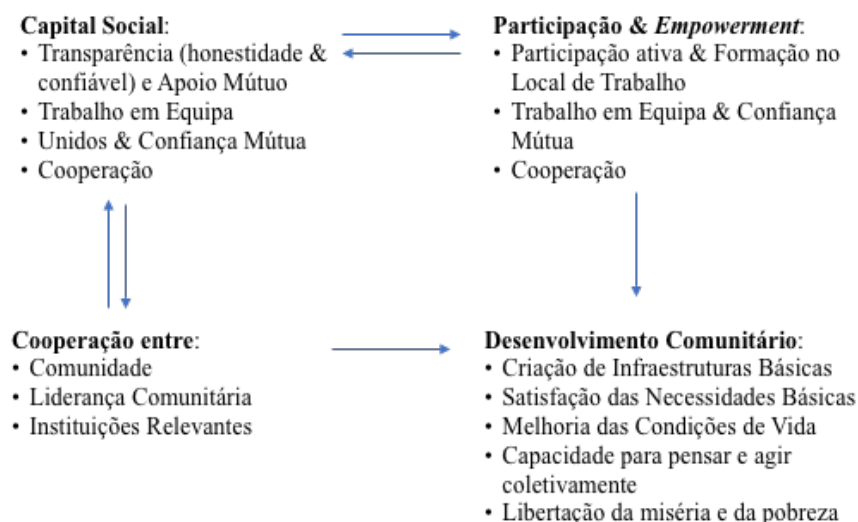
Assim sendo, os resultados do estudo relevam uma certa lógica utilitarista e estratégica nos processos do desenvolvimento comunitário *bottom-up approach*, inscritos numa ideologia da “para a libertação do povo das condições de miséria e da pobreza”, por exemplo, nas escolhas dos investimentos infraestruturais, nas ações assistenciais sociais e de saúde, ou ainda em relação às medidas de capacitação no combate à pobreza e na redução da miséria dos mais pobres, factos que remetem à consideração de que as lógicas e tendências de desenvolvimento não se distanciam duma certa escolha racional dos atores sociais, tal como refere Paiva (2008), onde

“1) Os atores sociais agem com intencionalidade, mas as suas ações têm consequências não intencionais, 2) os atores agem racionalmente em função dos seus interesses, 3) Os atores correm sempre riscos e agem em situação de incerteza porque dispõem de informação incompleta e, 4) os atores agem de acordo com estratégias e as suas ações são interdependentes” (Paiva, 2008, p. 106).



Verificamos assim que quanto maiores forem o sentido comunitário e a confiança, maiores serão o *empowerment* e a participação, e mais forte será o capital social.

Figura 63: Relação entre o Capital Social, Participação & *Empowerment* Comunitário nas dinâmicas da cooperação dos atores sociais no Desenvolvimento Comunitário em Biqueli



Fonte: Autor

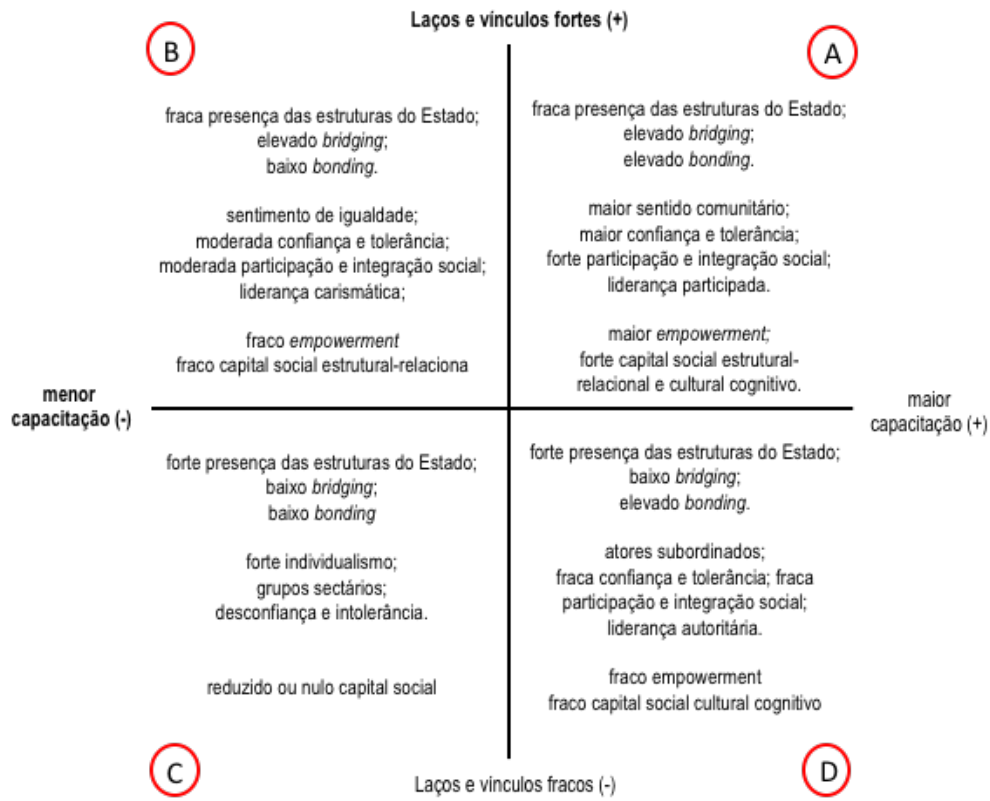
Tendo em conta os resultados do estudo, acrescentamos ainda que subscrevemos a tese de Ife & Tesoriero (2008) de que “o desenvolvimento comunitário deve sempre esforçar-se para maximizar a participação e o *empowerment* da comunidade” (Ife & Tesoriero (2008, p. 285). Também não distanciamos a nossa perspetiva de Soetomo (2008) que afirma que o desenvolvimento comunitário é um processo de mudanças que tem como finalidade alcançar ou colmatar as necessidades através dos recursos locais, incluindo a capacidade de ação da própria comunidade na construção do processo. Igualmente não refutamos a proposta da ONU (1955 citado por Silva, M. 1962), nem de Ferreira & Raposo (2017) ou de Carmo (1999) que consideram que o desenvolvimento comunitário é um processo de mobilização da comunidade em prol da melhoria das condições sociais e económicas, potenciada pela “participação ativa da sua população e a partir da sua iniciativa” (Carmo, 1999, p. 77).

Admitimos assim que “o desenvolvimento comunitário é um processo que fomenta não apenas a criação de mais empregos, rendimentos e infraestruturas, mas também proporciona que as comunidades sejam mais capazes de gerir as mudanças, mobilizando as suas habilidades, competências e os recursos locais” (Cavaye, 2006).

Dito de outro modo, salientamos que falar sobre o desenvolvimento da comunidade em Suco Biqueli, estamos igualmente a falar sobre o fortalecimento do capital social da comunidade, participação comunitária (participação ativa e direta da comunidade), e, o *empowerment* da comunidade, onde as lógicas da cooperação dos atores sociais se estruturam em torno capacitação para dar “voz ativa” a todos e na operacionalização das oportunidades na influência à tomada de decisão, factos que nos remetem à consideração de que sem esses três elementos de desenvolvimento da comunidade, reforça a tese, de que não existe (des)envolvimento e sobressai apenas o desinvestimento a nível local e sobretudo a anulação ou o (des)*empowerment* da comunidade. É caso para dizer que existe um conjunto de dilemas e desafios no processo de desenvolvimento comunitário intimamente relacionadas não só com o grau de intensidade dos laços e dos vínculos entre os atores e os papéis do Estado que veiculam no espaço social, mas também com a especificidade das dinâmicas do capital social, participação e *empowerment* da comunidade (Figura 64).

Porém, os resultados do estudo sugerem ainda que muitas das intervenções de desenvolvimento só existem porque se encontram associadas ao poder das lideranças locais e dos grupos comunitários, à racionalidade das suas escolhas e à previsibilidade dos resultados esperados (a curto prazo). Estes resultados demonstram ainda a presença de certos limites da racionalidade e previsibilidade das ações implementadas, mostrando de que forma, por exemplo, a intuição, o voluntarismo, o sentimento de solidariedade, a confiança e a honestidade, têm um papel mais decisivo do que a “razão” na formulação de objetivos estratégicos de intervenção no desenvolvimento comunitário. Sem pretender dizer que existe um efeito de generalização decorrente daquilo que nos foi dado a observar no estudo, não podemos negar que as práticas de desenvolvimento identificadas no Suco Biqueli pode ser um ponto de partida para a análise de outros modelos desenvolvimento dos espaços sociais rurais em Timor-Leste.

Figura 64: Dilemas do capital social, da participação e do *empowerment* comunitário no processo de Desenvolvimento Comunitário no Suco Biqueli



Fonte: Autor

Sublinhamos ainda nestas considerações finais que todo o processo de desenvolvimento comunitário no Suco Biqueli identificado e analisado no estudo realizado sofre de carências importantes. Por um lado, se são evidentes alguns sinais de melhoria infra-estruturais, elas são manifestamente insuficientes pelo que algumas das intenções demonstradas pelos atores sociais como necessidades imediatas de desenvolvimento são apenas reforços de desejos de melhoria e mudança que não se têm concretizado nas duas últimas décadas e, por outro lado, algumas ações modificadoras e de melhoria que nos foram dadas a observar, tomam apenas forma muito “graças” à sua integração nos processos formais e informais do “voluntarismo” protagonizados pelos grupos comunitários. Se é verdade que o meio em que se vive hoje em Timor-Leste caracteriza-se por mudanças rápidas e de recursos escassos, o que se passa nos espaços rurais como o Suco Biqueli é que os sinais de pobreza subsistem e as mudanças operam de forma muito lenta, pelo que

o melhoramento dos processos de planeamento e intervenção estrutural e contextual constituem um verdadeiro desafio a considerar.

Importa assim desenvolver estratégias de acompanhamento dos processos de desenvolvimento que permitam compreender melhor de que formas se evoluem as mudanças estruturais nos espaços sociais rurais, pelo que a criação de laboratórios sociais que permitam a análise detalhada de trabalhos de intervenção e a monitoria e avaliação dos projetos sociais, sobretudo na perspetiva do olhar sociológico do desenvolvimento e planeamento comunitário, constitui um elemento essencial a ter em conta, quer pelos poderes públicos, quer pelos investigadores sociais das universidades e centros de estudos de Timor-Leste.

O conjunto dos resultados do estudo alerta-nos ainda sobre a complexidade do espaço social rural do Suco Biqueli que, hoje, nos aparece cada vez mais como um sistema de ação e até mesmo como um local em que coabitam múltiplos sistemas de ação, sendo, as dinâmicas de desenvolvimento cada vez menos operadas num sistema fechado sobre si mesmo e cada vez mais protagonizadas por atores que procuram abordagens mistas (*top-down & bottom-up approach*) no desenvolvimento comunitário. Esta estreita simbiose nas formas de intervenção levanta vários desafios de análise. Temos conhecimento de uma pluralidade das orientações teóricas dos estudos sobre o desenvolvimento comunitário, o capital social, a participação e o *empowerment*, mas que era impossível dar conta de tantas perspetivas no espaço temporal da presente tese, pelo que admitimos que não foi possível transacionar na interpretação dos materiais empíricos toda produção existente e recenseada no âmbito do desenvolvimento da tese, o que nos leva a considerar de ora em diante a necessidade de aprofundar em futuros trabalhos outros modelos teóricos e olhares analíticos consagrados ao estudo da ação, regulação e crítica das práticas de desenvolvimento comunitário e ao aprofundamento do questionamento do capital social.

Face ao exposto, apresentamos como recomendações para futuros trabalhos de investigação o aprofundamento dos seguintes temas:

- a) O capital social e a participação das mulheres no processo de desenvolvimento comunitário;

- b) O capital social e o desenvolvimento económico-social da comunidade (o capital social e o impacto económico da comunidade) quer no local do estudo, quer noutros Sucos similares, em termos de espaço social rural;
- c) As lógicas da regulação e crítica das trocas na rede social dos sucos, seja, a nível micro, meso e macro, contextualizando a análise do capital social nas dinâmicas de desenvolvimento em Timor-Leste em geral, e o desenvolvimento comunitário no nível dos Sucos em particular.

Para terminar as considerações finais, acrescento ainda que foram muitas as aprendizagens que fui construindo ao longo do Programa de Doutoramento em Sociologia, integrado num grupo de doutorandos onde partilhámos dúvidas, experiências e aprendizagens das diferentes abordagens da pesquisa avançada em sociologia (teórico-metodológicas, pesquisa qualitativa, quantitativa e mistas) em sessões seminariais, supervisionadas pelo meu orientador. Aprendi com o meu orientador, Professor Doutor Carlos da Silva, um olhar mais “fino” sobre os fundamentos do paradigma do desenvolvimento alternativo, os pressupostos da participação e *empowerment* comunitário (Friedmann, 1996; Oakley & Clayton, 2003; entre outros), as lógicas dos estudos avançados da sociologia da ação aplicadas à avaliação dos projetos sociais (Guerra, 2002, 2005, 2006), complementadas com a análise estratégica (Crozier e Friedberg, 1977) da ação coletiva e organizada (Friedberg, 1995), os fundamentos da regulação mista (Reynaud, 1997), entre outros quadros teóricos. Integrei-me no grupo de trabalho da análise de conteúdo, textual, do discurso e lexicométrico moderado pelo meu orientador (*Análise Estratégica das Organizações, Classificação Automática de Dados Não Numéricos da Ação Organizada e Cooperação*). Com a ajuda do meu orientador, estudei os procedimentos da análise estrutural de conteúdos da escola francófona de Hiernaux (1997) e Piret, Nizet & Bourgeois (1996).

Naturalmente que era impossível aplicar nesta tese todas as aprendizagens que tive oportunidade de contatar. Em síntese, alertas sobre a coerência epistemológica dos conceitos e teorias; cuidados na revisão sistemática da literatura e na transcrição das leituras efetuadas para evitar os plágios involuntários; saber ir mais além do que a

mera descrição da superficialidade dos dados empíricos; conhecer campos teóricos e aplicar as técnicas avançadas de tratamento dos materiais empíricos, nomeadamente com recurso a aplicações informáticas; foram estas as “grandes” lições que retiro da pesquisa realizada, e naturalmente da frequência do Programa de Doutoramento em Sociologia, que espero um dia poder aplicar os conhecimentos adquiridos em prol do desenvolvimento do meu país, Timor-Leste.

## **Bibliografia**





## Bibliografia

- Accardo, A. & Corcuff, P. (1986). *La Sociologie de Bourdieu: textes choisis et commentés*. Bordeaux: Le Mascaret
- Adler, P.S., Kwon, S.W. (2002). Social Capital: Prospect for a new concept. *Academic of Management Review*, 27 (1), 17-40. Disponível em <https://doi.org/10.5465/amr.2002.5922314>
- Adler, P.S., Kwon, S.W. (2014). Social Capital: Maturation of a Field of Research. *Academic of Management Review*, 30(4), 412-422. Disponível em <http://dx.doi.org/10.5465/amr.2014.0210>
- Afonso, M.M. & Fernandes, A.P. (2005). abCD Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento. *Revista Forum DC*. Disponível em <http://www.forumdc.net>
- Aguinaga, M., Lang, M., Mokrani, D. & Santillana, A. (2013). Development Critiques and Alternatives: A Feminist Perspective. in M. Lang, E. Gudynas, M. Aguinaga, D. Mokrani, A. Santillana, A. Acosta, E. Lander, U. Brand, M. Svampa, R. Prada, E. Vega & E. Gudynas, *Beyond Development – Alternative Visions from Latin America* (pp. 41-59). Berlin: Rosa Luxemburg Foundation. Disponível em [https://www.tni.org/files/download/beyonddevelopment\\_critiques.pdf](https://www.tni.org/files/download/beyonddevelopment_critiques.pdf)
- Albarello, L., Digneffe, F., Hiernaux, J-P., Maroy, C., Ruquoy, D. & Saint-Georges, P. (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva
- Albuquerque, R. (2013). *Associativismo. Capital Social e Mobilidade: Contributos para o estudo da participação associativa de descendentes de imigrantes africanos lusófonos em Portugal*. Tese de doutoramento em Sociologia. Lisboa: Universidade Aberta. Disponível em [https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1271/1/TD\\_Rosana%20Albuquerque.pdf](https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1271/1/TD_Rosana%20Albuquerque.pdf)
- Alechina, I. (1982). *Different Theories and Practices of Development*, Paris: UNESCO
- Almeida, J.F. & Pinto, J.M. (1986). Da Teoria à Investigação Empírica. Problemas Metodológicos Gerais. in A.S. Silva e J.M. Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais* (pp.55-78). Porto: Afrontamento
- Almeida, J.F. & Pinto, J.M. (1990). *A investigação nas Ciências Sociais*. Lisboa: Presença
- Almeida, J. (2011). *O essencial sobre o capital social*. Lisboa: Imprensa Nacional
- Álvarez-Gálvez, J. (2012). Análisis cuantitativo de textos del análisis de contenido al tratamiento del texto como datos. in M. Arroyo & I. Sádaba, (coords.), *Metodología de la Investigación Social. Técnicas Innovadoras y sus Aplicaciones* (pp. 131-152). Madrid: Editorial Síntesis
- Amaro, R. (2003). Desenvolvimento — um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, 4, 35-70. Disponível em <https://journals.openedition.org/cea/1573>
- Amaro, R. (2017). Desenvolvimento ou pós-desenvolvimento? Des-envolvimento e ... *noflay!* *Cadernos de Estudos Africanos*, 34, 75-111. Disponível em <https://journals.openedition.org/cea/2335>

- Angermüller, J. (2005). Qualitative methods of social research in France: Reconstructing the actor, deconstructing the subject. *Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research*, 6(3), Art. 19. Disponível em <http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/8/17>
- Antaki, C., Billig, M., Edwards, D. & Potter, J. (2003). Discourse Analysis Means Doing Analysis: A Critique Of Six Analytic Shortcomings. *Discourse Analysis Online*, 1(1). Disponível em <https://extra.shu.ac.uk/daol/articles/open/2002/002/antaki2002002-paper.html>
- Aritonang, E., Terome, H., & Bahari, S. (2001). *Pendampingan Komunitas Pedesaan*. Jakarta: Sekretariat Bina Desa/InDHRRA
- Arroyo-Menéndez, M. & Sádaba-Rodríguez, I. (coords.). (2012). *Metodología de la Investigación Social. Técnicas Innovadoras y sus Aplicaciones*. Madrid: Editorial Síntesis
- Asian Development Bank (2005). *Gender and Nation Building in Timor-Leste, Country Gender Assessment*, ADB and UNIFEM. Report from Pacific Regional Department and Regional and Sustainable Development Department, Asian Development Bank, East and South East Asia Regional Office, United Nations Development Fund for Women. (doc policopiado)
- Asian Development Bank (ADB) (2013). *Least Developed Sucos Timor-Leste*. Report from Pacific Studies Series, Asian Development Bank. pp. 16-28. (doc policopiado)
- Attfield, R. (2010). *Etika Lingkungan Global*. Kreasi Wacana
- Balsa, C. (2006). *Confiança e Laço Social*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa
- Beart, P., & Silva, F. (2014). A História do Presente – A Arqueologia e Genealogia de Foucault. In *Teoria Social Contemporânea* (pp. 169-195). Lisboa: Editora Mundos Sociais
- Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70
- Bartlett, A. (2008). No more adoption rates! Looking for empowerment in agricultural development programmes. *Development in Practice*, 18(4-5), 524-538. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/27751956>
- Basit, T. (2003). Manual or electronic? The role of coding in qualitative data analysis. *Educational Research*, 45(2), 143-154. Disponível em <https://doi.org/10.1080/0013188032000133548>
- Bell, J. (1993). *Como realizar um projecto da investigação*. Lisboa: Gradiva
- Bellù, L.G. (2001). *Development and Development Paradigms A (Reasoned) Review of Prevailing Visions*. Resources for Policy Making. FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. Disponível em <http://www.fao.org/3/a-ap255e.pdf>
- Benzecri, J.P. & Benzecri F. (1980). *Pratique de l'analyse des données. Analyse des Correspondances. Exposé élémentaire*. Vol. 1. Paris: Dunod
- Bernoux, P. (1989). *A sociologia das organizações*. Porto: Rés

- Bonamino A., Alves, F., Franco, C. & Cazelli, S. (2010). Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. *Revista Brasileira de Educação*, 15(45), 487-499. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782010000300007>
- Boudon, R. (1978). *La logique de l'action collective*. Paris: PUF.
- Boudon, R. (1995). *Tratado de sociologia*. Porto: Edições Asa
- Bourdieu, P. (1986). The forms of capital. in J.G. Richardson (org), *Handbook of theory and research for the sociology of education* (pp. 241-258). New York: Greenwood
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel
- Bourdieu, P. (1997). *Razões práticas. Sobre a teoria da ação*. Oeiras: Celta
- Bourdieu, P. & Wacquant, L.J.D. (1992). *An Invitation to Reflexive Sociology*. Chicago: University of Chicago Press
- Brint, S. (2001). Gemeinschaft Revisited: A Critique and Reconstruction of the Community Concept. *Sociological Theory*, 19 (1), 1-23. Disponível em <https://doi.org/10.1111/0735-2751.00125>
- Bryant, C. & White, L.G. (1987). *Manajemen Pembangunan untuk Negara Berkembang*. Pengantar: Dorodjatun Kuntjoro-Jakti, LP3ES
- Buciega, A., Esparcia, J. (2013). Desarrollo, Territorio y Capital Social. Un análisis a partir de dinámicas relacionales en el desarrollo rural. *REDES- Revista hispana para el análisis de redes sociales*, 24(1). Disponible en <https://revistes.uab.cat/redes/article/view/v24-n1-buciega-esparcia/350-pdf-es>
- Camargo, B. V. e Justo, A.M. (2013). *Tutorial para uso do software de análise textual Iramuteq*, Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição-LACCOS Universidades Federal de Santa Catarina, Brasil, 2013
- Caillouette, J., Roos, J. & Aubin, J. (2013). Les enjeux de l'intervention sociale territoriale : présentation du dossier. *Nouvelles pratiques sociales*, 26 (1), 19–34. Disponível em <https://doi.org/10.7202/1024977ar>
- Caramelo, J. (2009). *Educação e desenvolvimento comunitário num processo de transição autogestionário*. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/22341>
- Caria, T. (2002). *Experiência etnográfica em ciências sociais*. Porto: Afrontamento
- Carmo, H. (1999). *Desenvolvimento Comunitário*. Lisboa: Universidade Aberta
- Carmo, H. (2001). A Actualidade de Desenvolvimento Comunitario Com Estratégia de Intervenção Social. Actas da 1ª conferência sobre desenvolvimento comunitário e saúde mental, ISPA, 2001. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.2/1853>

- Carmo, H. (2014). *A Educação para a Cidadania no Século XXI, Trilhos de Intervenção*. Lisboa: Escolar Editora
- Carvalho, D. & Silva, M.F. (eds). (1988). *Lexicometria. Seminaire de Maurice Tournier*. Lisboa: Universidade Aberta
- Cavaye, J. (2006). *Understanding Community Development*. INCREAte Project, Mediterranean Institute for Nature and Anthropos (MedINA), MAVA Foundation. Disponível em <http://increate.med-ina.org/static/assets/uploads/share/Step6-tools/Understanding-Community-Development-2004.pdf>
- Celestini, J. (2014). A relação entre capital social e desempenho operacional. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Administração. Instituto de Ciências Económicas, Administrativas e Contábeis. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil. Disponível em <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3078/JulianaCelestini.pdf>
- Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental (2016). *Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em <https://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/cooperacao/cooperacao-portuguesa/mandato/ajuda-ao-desenvolvimento/agenda-2030>
- Cernea, M. (Ed.). (1985). *Putting People First: Sociological Variables in Rural Development*. New York: Oxford University Press
- Charaudeau, P. (2005). *Les discours politique. Les masques du pouvoir*. Paris: Vuibert
- Chisholm, R.F. & Vansina, L.S. (1993). Varieties of participation. *Public Administration Quarterly*, 17(3), pp. 291-315. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/40861591>
- Cleaver, F. (1999). Paradoxes of Participation: Questioning Participatory Approaches to Development. *Journal of International Development*, 11, 597-612. Disponível em [http://courses.washington.edu/pbaf531/Cleaver\\_ParadoxesParticipation.pdf](http://courses.washington.edu/pbaf531/Cleaver_ParadoxesParticipation.pdf)
- Claridge, T. (2004). *Social Capital and Natural Resource Management: An important role for social capital?* Master Thesis of Natural Resource Studies. Brisbane: School of Natural and Rural Systems Management, University of Queensland, Australia. Disponível em <https://www.socialcapitalresearch.com/wp-content/uploads/2013/01/Social-Capital-and-NRM.pdf>
- Coleman, J. (1990). *Foundations of social theory*. London: Belknap Press of Harvard University Press
- Corbin, J. & Strauss, A. (2008). *Basics of Qualitative Research: Techniques & Procedure for developing Grounded Theory*. Thousand Oaks, CA, US: Sage Publications, Inc.
- Corcuff, P. (2001). *As novas Sociologias*. Sintra: Distribuidora Editora Vral, Lda
- Corten, D.C. (1990). *Menuju abad ke-21: Tindakan Sukarela dan Agenda Global*. In David C. Corten; penerjemah, Lilian Tejasudhana; kata pengantar, Arief Budiman; ilustrator, Ipong Purnama Sidhi. -Ed.1, Cet.1.Jakarta: Yayasan Obor Indonésia, 1993.

- Costa, J.A. (2018). *Desenvolvimento e Educação: contributo para uma estratégia de intervenção de Timor-Leste*, Tese de Doutoramento em Sociologia. Évora: Universidade de Évora. Disponível em <http://hdl.handle.net/10174/23339>
- Costa, Z., Pereira, C. Boavida., & Amaral, E. (2012). *Perspektiva Komunitariu iha Suco Biqueli*. Relatório do Estudo, Departamento de Desenvolvimento Comunitário da UNTL. Dili, Timor-Leste: UNTL. (policopiado)
- Costa, Z. (2010). *Kearifan Lokal Tara Bandu dalam Pengelolaan Lingkungan di Timor-Leste. Studi Kasus Perbaikan Lingkungan di Suco Lauhata, Distrik Liquiça, Timor-Leste*. Tesis Diajukan kepada Program Pascasarjana Magister Studi Pembangunan untuk memperoleh Gelar Magister Sains UKSW, Salatiga.
- Costa, Z., & Silva, C. (2018). Lógicas do Empowerment Comunitário e Capital Social em Suco Biqueli, Atauro, Dili, Timor-Leste. *Desenvolvimento e Sociedade*, 4, 131-152. Disponível em [http://www.revistas.uevora.pt/index.php/desenvolvimento\\_sociedade/article/view/294](http://www.revistas.uevora.pt/index.php/desenvolvimento_sociedade/article/view/294)
- Costa, Z. & Silva, C. (2018). Repensar o capital social e as dinâmicas da participação comunitária no Suco Biqueli, Atauro, Dili, Timor-Leste. in Livro de Atas do *CIREs: 2º Congresso Internacional de Redes Sociais - Redes Sociais: perspetivas e desafios emergentes nas sociedades contemporâneas* (pp. 280-301). Évora: CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais. Disponível em [http://www.cires.uevora.pt/livro\\_Atas\\_2cires2018.pdf](http://www.cires.uevora.pt/livro_Atas_2cires2018.pdf)
- Coutinho, C. (2016). *Metodologias de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Coimbra: Edições Almedina
- Creswell, J. (2007). *Research Design, Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*. Thousand Oaks, CA, US: Sage Publications
- Crozier, M. (1995). Le pouvoir confisqué: jeux des acteurs et dynamique du changement. *Sciences Humaines*, 9, pp. 37-39
- Crozier M. & Friedberg, E. (1977). *L'Acteur et le Système*. Paris: Seuil
- Cummins, D. & Maia, V. (2012). *Community Experiences of Decentralised Development in Timor-Leste*, The Asia Foundation. Disponível em <https://asiafoundation.org/publication/community-experiences-of-decentralised-development-in-timor-leste/>
- Cunningham, I., Hyman, J. & Baldry, C. (1996). Empowerment: the power to do what? *Industrial Relations Journal*, 27(2), 143-154. Disponível em <https://doi.org/10.1111/j.1468-2338.1996.tb00764.x>
- Dachler, H.P. & Wilpert, B. (1978). Conceptual Dimensions and Boundaries of Participation in Organizations: A Critical Evaluation. *Administrative Science Quarterly*, 23, pp. 1-39. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/2392432>
- Denzin, N. & Lincoln, Y. (2010). *O planeamento da pesquisa qualitativa. Teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed

- Dolven, B., Vaughn, B., & Margesson, R. (2012). *Timor-Leste: Political Dynamics, Development, and International Involvement*. Congressional Research Service Report for Congress - R42585. Disponível em <https://fas.org/spp/crs/row/R42585.pdf>
- Duarte, T. (2009). A possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre triangulação (metodológica). *CIES e-Working Papers N. ° 60/2009*. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/1319>
- Elias, N. (1970). *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70
- Fakih, M. (2004). *Masyarakat Sipil untuk Transformasi Sosial*. Yogyakarta: Pustaka Pelajar
- Ferreira, B. & Raposo, R. (2017). Evolução do (s) de Desenvolvimento, Um Roteiro Crítico. *Cadernos de Estudos Africanos*, 34, pp. 113-144. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cea/2293>
- Ferreira, C., Peixoto, J., Carvalho, A. S., Raposo, R., Graça, J.C., & Marques, R. (2013). *Sociologia*. Lisboa: Escolar editora
- Field, J. (2003). *Social Capital*. London: Routledge
- Fielding, N.G. & Lee, R.M. (1998). *Computer Analysis and Qualitative Research*. Thousand Oaks, CA: Sage
- Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa: Monitor
- Flybjerg, B. (2004). Cinco malentendidos acerca de la investigación mediante los estudios de caso. *REIS: Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 106(04), 33-62. Disponível em: [http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS\\_106\\_041167998142322.pdf](http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS_106_041167998142322.pdf)
- Foddy, W. (1996). *Como perguntar: Teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*. Oeiras. Celta Editora
- Fourcade, H. (2019). *Le développement du pouvoir d'agir comme processus éducatif*. Doctorat en sciences de l'éducation et en sciences politiques, Université de Bordeaux. Disponível em [https://www.etabliabordeaux.fr/IMG/pdf/developpement\\_du\\_sujet\\_0119.pdf](https://www.etabliabordeaux.fr/IMG/pdf/developpement_du_sujet_0119.pdf)
- Fournier, P. & Potvin, L. (1995). Participation communautaire et programmes de santé: les fondements du dogme. *Sciences sociales et santé*, 13 (2), 39-59. Disponível em [https://www.persee.fr/doc/sosan\\_0294-0337\\_1995\\_num\\_13\\_2\\_1326](https://www.persee.fr/doc/sosan_0294-0337_1995_num_13_2_1326)
- Fragoso, A. (2005). Desenvolvimento Participativo: uma sugestão de reformulação conceptual. *Revista Portuguesa de Educação* (Universidade do Minho, Braga), 18(1), 23-51. Disponível em <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37418103>
- Freire, P. (1971). *Extensão ou comunicação*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra
- Freire, P. (1975). *Pedagogia do Oprimido*. Porto: Afrontamento
- Friedberg, E. (1992). Les quatre dimensions de l'action organisée. *Revue Française de Sociologie*, 33: 531-557. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/3322225>

- Friedberg, E. (1995). *O Poder e a Regra - Dinâmicas da Acção Organizada*. Lisboa: Instituto Piaget
- Friedmann, J. (1996). *Empowerment, Uma Política de Desenvolvimento Alternativo*. Oeiras: Celta Editora
- Fu, Q. (2004). *Trust, Social Capital, and Organizational Effectiveness*. Master Thesis of Public and International Affairs, Faculty of the Virginia Polytechnic Institute and State University, Blacks-burg, VA. Disponível em <http://hdl.handle.net/10919/9926>
- Fukuyama, F. (2000). *The great disruption: human nature and the reconstitution of social order*. London: Profile Press
- Gálvez, J. (2012). Análisis cuantitativo de textos del análisis de contenido al tratamiento del texto como datos. in M. Arroyo & I. Sádaba, (coords.), *Metodología de la Investigación Social. Técnicas Innovadoras y sus Aplicaciones* (pp. 131-152). Madrid: Editorial Síntesis
- Garofoli, G. (2002). Local Development in Europe: Theoretical Models And International Comparisons. *European Urban and Regional Studies*, 9 (3), 225-239. Disponível em <https://doi.org/10.1177/096977640200900303>
- Garrido, A. (2008). *Reificación, Reproducción y Resistencia al Mensaje Disciplinario de los Cuentos Infantiles* (Volumen 1). Programa de Doctorat en Sociologia, *Departament de Sociologia i Anàlisi de Les Organitzacions*, Barcelona, España. Disponível em <http://hdl.handle.net/2445/43017>
- Gauthier, B. (2003). *Investigação Social: da problemática à colheita de dados*. Loures: Lusociência
- Geary, J. & Sisson, K. (1994). *Conceptualising direct participation in organisational change – The EPOC Project*. Dublin: European Foundation for the Improvement of Living and Working Condition; Publications Office of the European Union.
- Gibbs, G. (2012). *Análisis de Datos Cualitativos en Investigación Cualitativa*. Madrid: Ediciones Morata
- Glew, D.J., O’Leary-Kelley, A.M., Griffin, R.W. & Van Fleet, D.D. (1995). Participation in organizations: a preview of the issues and proposed framework for future analysis. *Journal of Management*, 21(3), pp. 395-432. Disponível em <https://doi.org/10.1177/014920639502100302>
- Gómez, J., Freitas, O. & Callejas, G. (2007). *Educação e Desenvolvimento Comunitário Local. Perspectivas pedagógicas e sociais da sustentabilidade*. Porto: Profedições
- González-Gómez, Teresa, (2014). *The Social Capital Applied to Cross-Border Alentejo-Algarve-Andalucía and Southern Finlandia-Estonia*. Doctoral Thesis. Universidad de Huelva, España. Disponível em <http://hdl.handle.net/10272/8772>
- Gotto, G.S., Calkins, C.F., Jackson, L., Walker, H. & Beckmann, C. (2010). *Accessing Social Capital Implications for Persons with Disabilities*. A White Paper, A National Gateway to

Self-Determination, US Department of Health and Human Services, Administration on Developmental Disabilities. Disponível em [http://ngsd.org/sites/default/files/accessing\\_social\\_capital\\_implications\\_for\\_persons\\_with\\_disabilities.pdf](http://ngsd.org/sites/default/files/accessing_social_capital_implications_for_persons_with_disabilities.pdf)

- Guerra, I. (2002). *Fundamentos e processos de uma sociologia de ação*. Cascais: Principia
- Guerra, I. (2005). O Planeamento no Contexto de uma Sociologia da Acção. As Rearticulações Teoria-Prática no Campo da Sociologia e Planeamento. *Cidades: Comunidades e Territórios*, 10, 13- 24. Disponível em <https://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/9207/6654>
- Guerra, I. (2006a). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo*. Estoril: Principia
- Guerra, I. (2006b). *Participação e acção coletiva. Interesses, conflitos e consensos*. Estoril: Principia
- Guerra, I. (2010). Participar porquê e para quê? Reflexões em torno dos efeitos da democracia local na equidade e na legitimidade dos eleitos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 91, 121-134. Disponível em <https://journals.openedition.org/rccs/pdf/4182>
- Hamdan, H., Yusoh, F. & Marzukhi, M.A. (2014). Social Capital and Quality of life in Urban Neighborhoods High Density Housing. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 153 (2014), 169-179. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877042814054937>
- Hamel, J. (1992). On the status of singularity in sociology. *Current Sociology*, 40(1), 99-119. Disponível em <https://doi.org/10.1177/001139292040001008>
- Hamel, J. (2010). L'objet d'analyse comme pivot de l'analyse qualitative assistée par ordinateur. *Recherches qualitatives*, Hors-série, 9, 170-180. Disponível em [http://www.recherche-qualitative.qc.ca/documents/files/revue/hors\\_serie/hors\\_serie\\_v9/HS9\\_Hamel.pdf](http://www.recherche-qualitative.qc.ca/documents/files/revue/hors_serie/hors_serie_v9/HS9_Hamel.pdf)
- Haque, A.K.I. (2007). *Better Relationships, Enhanced Development: The Role of Social Capital and Community Based Organizations in Development for Rural Bangladesh*. Masters Thesis, Programme in Asian Studies, South Asian Track. Lund, Sweden: Lund University, Centre for East and South-East Asian Studies. Disponível em <http://lup.lub.lu.se/luur/download?func=downloadFile&recordId=1320368&fileId=1320369>
- Hardy, C. & Leiba-O'Sullivan, S. (1998). The power behind empowerment: implications for research and practice. *Human Relations*, 51(4), pp. 451-484. Disponível em <https://doi.org/10.1177/001872679805100402>
- Hickey, S. & Mohan, G. (2004). Towards participation as transformation: Critical themes and challenges for a Post-Tyranny Agenda. In S. Hickey & G. Mohan, *Participation: From tyranny to transformation? Exploring New Approaches to Participation*. (pp. 3-24). London: Zed Books. Disponível em <http://sergiorosendo.pbworks.com/f/Hickey+%26+Mohan+2004.pdf>
- Hickey, S. & Mohan, G. (2005). Relocating participation within a radical politics of development. *Development and Change*, 36(2), 237-262. Disponível em <https://doi.org/10.1111/j.0012-155X.2005.00410.x>



- Hiernaux, J.-P., (1997). Análise Estrutural de Conteúdos e Modelos Culturais: Aplicação a Materiais Volumosos. in L. Albarello, F. Digneffe, J-P Hiernaux, C. Maroy, D. Ruquoy, P. Saint-Georges, *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais* (pp. 156-202). Lisboa: Gradiva
- Hiernaux, J. (2009). El pensamiento binario. Aspectos semánticos, teóricos y empíricos. *Cultura y representaciones sociales*, 3(6), 25-41. Disponível em <http://www.scielo.org.mx/pdf/crs/v3n6/v3n6a2.pdf>
- Hiernaux, J. (2010). Analyse structurale de contenu et soutiens logiciels: une introduction au projet Anaconda. *Recherches Qualitatives – Hors Série*, 9, 56-82. Disponível em [http://www.recherche-qualitative.qc.ca/documents/files/revue/hors\\_serie/hors\\_serie\\_v9/HS9\\_Hiernaux.pdf](http://www.recherche-qualitative.qc.ca/documents/files/revue/hors_serie/hors_serie_v9/HS9_Hiernaux.pdf)
- Ibrahim, J.T. (2002). *Sosiologi Pedesaan*. Malang: UMM Press
- Ife, J. (1995). *Community Development: Creating Community Alternatives – Vision, Analysis and Practice*. Longman: Melbourne
- Ife, J. & Tesoriero, F. (2008). *Community Development: Community-Based Alternatives in an Age of Globalisation*. Frenchs Forest, N.S.W.: Pearson Education
- Inbáñez, J. (1998). *La perspectiva sociológica. Historia, teoría y método*. Madrid: Taurus
- Jonas, H. (1995). *El principio de responsabilidad: ensayo de una ética para la civilización tecnológica*. Barcelona: Empresa Editorial Herder S.A
- Jones, S. & Kardan, A. (coord), (2013). *A Framework for Analysing Participation in Development*. Report from Evaluation Department. Oslo, Norway: Norwegian Agency for Development Cooperation. Disponível em [https://www.oecd.org/de-rec/norway/NORWAY\\_A\\_FrameworkforAnalysingParticipationDevelopment.pdf](https://www.oecd.org/de-rec/norway/NORWAY_A_FrameworkforAnalysingParticipationDevelopment.pdf)
- Jordan, J.B., (2015). *A Study in How Linking Social Capital Functions in Community Development*. Dissertations 44, University of Southern Mississippi. Disponível em <https://aquila.usm.edu/dissertations/44>
- Kelle, U. (2001). Sociological Explanations between Micro and Macro and the Integration of Qualitative and Quantitative Methods. *Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research*. Disponível em: <http://qualitative-research.net/fqs/fqs-eng.htm>
- Kesby, M. (2005). Rethorizing empowerment-through-participation as a performance in space: Beyond tyranny to transformation. *Signs*, 30(4), 2037–2065. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/10.1086/428422>
- Khwaja, A.I. (2004). Is Increasing Community Participation Always a Good Thing? *Journal of the European Economic Association*, 2(2-3), 427-437. Disponível em [https://khwaja.scholar.harvard.edu/files/asimkhwaja/files/khwaja\\_a\\_-\\_is\\_increasing\\_commy\\_partn\\_good\\_2004.pdf](https://khwaja.scholar.harvard.edu/files/asimkhwaja/files/khwaja_a_-_is_increasing_commy_partn_good_2004.pdf)
- Kim, H.Y. (2006). *Assessing the Role of Social Capital in the Community Development Field: A Multi-Level Analysis*. Degree Doctor of Philosophy Dissertation. Graduate Faculty of the

- University of Georgia, Athens, Georgia. Disponível em [https://getd.libs.uga.edu/pdfs/kim\\_hyoung-yong\\_200612\\_phd.pdf](https://getd.libs.uga.edu/pdfs/kim_hyoung-yong_200612_phd.pdf)
- Knudsen, H. (1995). *Employee Participation in Europe*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications
- Krippendorff, K. (2004). *Content analysis: an introduction to its methodology*. Thousand Oaks, CA, US: Sage Publications
- Kvale, S. (2011). *Las Entrevistas en Investigacion Cualitativa*. Madrid: Ediciones Morata
- Lawang, R.M.Z. (2004). *Kapital Sosial dalam Perspektif Sosiologik: Suatu Pengantar*. FISIP UIPRESS
- Lalanda, P. (1998). Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica. *Análise Social*, 33 (148), 871-883. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224154176E1jDU8rb4Nc15SI4.pdf>
- Leandro, M. (2001). Os laços sociais em questão. Metamorfoses sociais, metamorfoses de uma nação. in M. Leandro (coord.), *Laços familiares e sociais* (pp. 27-57). Viseu: Psicossoma
- Lebaron, F. (2010). *Dicionário de Sociologia de A a Z*. Lisboa: Escolar Editora
- Lebart, L. & Salem, A. (1994). *Statistique textuelle*. Paris: Dunod.
- Lejeune, C. (2010). Montrer, calculer, explorer, analyser. Ce que l'informatique fait (faire) à l'analyse qualitative. *Recherches qualitatives*, Hors-série, 9, 15-32. Disponível em [http://www.recherche-qualitative.qc.ca/documents/files/revue/hors\\_serie/hors\\_serie\\_v9/HS9\\_Lejeune.pdf](http://www.recherche-qualitative.qc.ca/documents/files/revue/hors_serie/hors_serie_v9/HS9_Lejeune.pdf)
- Maingueneau, D. (1997). *Os termos chave da análise do discurso*. Lisboa: Gradiva
- Mardalis. (1999). *Metode Penelitian: Suatu Pendekatan Proposal*. Jakarta: Bumi Aksara
- Maroy, C. (1995). A análise qualitativa de entrevistas. in L. Albarello, F. Digneffe, J-P Hiernaux, C. Maroy, D. Ruquoy, P. Saint-Georges, *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais* (pp. 117-155). Lisboa: Gradiva.
- Martin, D. (1989). *Participation et changement social dans l'entreprise*. Paris: L'Harmattan.
- Martin, D. (1994). *Démocratie industrielle. La participation directe dans les entreprises*. Paris: Presses Universitaires de France
- Martins, S.R. (2002). Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. *Interações, Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. 3(5), 51-59. Disponível em <http://www.interacoes.ucdb.br/article/view/570/607>
- Mason, G. (2016). *A Critical Analysis of Participation and Empowerment in Community Development: An Ethnographic Case Study from Chiapas, Mexico*. Master of Science in Life Sciences In Agricultural and Extension Education. Blacksburg, Virginia, USA: Faculty of the Virginia Polytechnic Institute and State University. Disponível em <https://vtchworks.lib.vt.edu/handle/10919/64850>

- Mills, C.W. (1970). *The Sociological Imagination*, Harmondswonh: Penguin
- Mohan, G. & Stokke, K. (2000). Participatory development and empowerment: The dangers of localism. *Third World Quarterly*, 21(2), 247-268. Disponível em <https://doi.org/10.1080/01436590050004346>
- Moreno, M. & Ratinaud, P. (2015). *Guia Iramuteq. Manual de uso de Iramuteq version 07 alfa 2*. Disponível em <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/guia-iramuteq>
- Mucchielli, R. (1991). *L'analyse de contenu des documents e des communications*. Paris: ESF editeur
- Müller, R. & Jugdev, K. (2012). Critical success factors in projects: Pinto, Slevin, and Prescott – the elucidation of project success. *International Journal of Managing Projects in Business*, 5(4), 757-775. Disponível em <https://doi.org/10.1108/17538371211269040>
- Narayan, D. (2002). *Empowerment and Poverty Reduction: A Sourcebook*. Washington, DC: World Bank. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/15239>
- Neate, N. & Herawati, O. (2015). *Avaliasaun Téknika ba Infraestrutura Programa Nasional De-zenvolvimentu Suku*, Julhu 2015. Disponível em <http://www.pnds.gov.tl/website/tn/avaliasaun-tekniku/>
- Ninacs, W. (1995). Empowerment et service social: approches et enjeux. *Service social*, 44 (1), 69-93. Disponível em <http://id.erudit.org/iderudit/706681ar>
- Oakley, P. & Clayton, A., (2003). *Monitoramento e Avaliação do Empoderamento*. São Paulo: Instituto Pólis, INTRAC. Disponível em <http://www.polis.org.br/uploads/928/928.pdf>
- Olson, M. (1998). *A lógica da ação coletiva*. Oeiras: Celta
- Paiva, A.M. (2008). *Estrela Sociológica: Um Modelo para o Capital Social*. Tese de Doutoramento em Sociologia. Lisboa: Universidade Aberta. Disponível em [https://repositorio-aberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1435/3/TESE\\_ANAPAIVA](https://repositorio-aberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1435/3/TESE_ANAPAIVA)
- Patton, M.Q. (1980). *Qualitative Evaluation Methods*. Beverly Hills, London: Sage.
- Paugam, S. (2009). *Le lien social*. Paris: Puf
- Paul, S. (1987). Community Participation in Development Projects: The World Bank experience. *World Bank Discussion Papers WDP6*. Disponível em <http://documents.worldbank.org/curated/pt/850911468766244486/pdf/multi-page.pdf>
- Perroux, F. (1987). *Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Pieterse, J.N. (2000). After post-development. *Third World Quarterly*, 21(2), 175–191, 2000. Disponível em <https://doi.org/10.1080/01436590050004300>
- Pinto, C. (2011). *Representações e práticas do Empowerment nos trabalhadores sociais*. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais na especialidade de Política Social. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade Técnica de Lisboa

- Pinto, C. (2013). Uma Prática de Empowerment com Adultos Idosos. In M.I. Carvalho, *Serviço Social no envelhecimento* (pp. 49-66). Lisboa: PACTOR
- Pinto, J. & Prescott, J. (1988). Variations in critical success factors over the stages in the project life cycle. *Journal of Management*, 14(1), 5-18. Disponível em <https://doi.org/10.1177/014920638801400102>
- Piret, A., Nizet, J. & Bourgeois, E. (1996). *L'analyse structurale*. Paris: De Boeck Université
- Pistorea, A. & Paim, J. (2013). Genealogia conceitual do capital social nas perspectivas de Bourdieu, Coleman e Putnam. *Revista Global Manager*, 13(1), 44-55. Disponível em <http://ojs.fsg.br/index.php/global/article/view/17>
- Pizzio, A. (2018). Capital social étnico e desenvolvimento comunitário: o caso da organização de mulheres indígenas Masehual Siuamej Mosenyolchikauanij. *Redes - Revista de Desenvolvimento Regional*, 23(1), 282-299. Doi: 10.17058/redes.v23i1.11298. Disponível em <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/11298>
- Platt, P. (1992). "Case Study" in American Methodological Thought. *Current Sociology*, 40(1), 17-48. Disponível em <https://doi.org/10.1177/001139292040001004>
- Portes, A. (2000). Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Sociologia Problemas e práticas*, 33, 133-158. Disponível em <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n33/n33a06.pdf>
- Portes, A. & Vickstrom, E. (2011). Diversity, Social Capital, and Cohesion. *Annual Review of Sociology*, 37, pp. 461-479. Disponível em <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-081309-150022>
- Pretty, J. (1995). Participatory learning for sustainable agriculture. *World Development*, 23(8), 1247-1263. Disponível em [https://doi.org/10.1016/0305-750X\(95\)00046-F](https://doi.org/10.1016/0305-750X(95)00046-F)
- Punch, K.F. (1998). *Introduction to Social Research, Quantitative & Qualitative Approach*. London: Sage Publications Ltd
- Purwanto dan Sulistyastuti, (2007). *Metode Penelitian Kuantitatif untuk Administrasi Publik dan Masalah-masalah Sosial*. Yogyakarta: Gava Media
- Putnam, R. (1993). The prosperous community: social capital and public life. *The American Prospect*, 13, 35-43. Disponível em <https://pdfs.semanticscholar.org/7ca2/ff64d7db151775ed4ff002754157189ddca0.pdf>
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1995). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva
- Ragin, C. (2007). *La Construcción de la Investigación Social: Introducción a Los Métodos Y a Su Diversidad*. Bogotá, Colombia: Siglo del Hombre Editores
- Ragin, C. & Becker, H., (1992). *What is a case? Exploring the foundations of social inquiry*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ratinaud, P. (2019). IRaMuTeQ: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires. *Téléchargeable à l'adresse: <http://www.iramuteq.org/>*

- Ratinaud, P. & Marchand, P. (2015). Des mondes lexicaux aux représentations sociales. Une première approche des thématiques dans les débats à l'Assemblée nationale (1998-2014). *Mots. Les langages du politique*, 108, 57-77. Disponível em <https://journals.openedition.org/mots/22006>
- Reinert, M. (1983). Une méthode de classification descendante hiérarchique. Application à l'analyse lexicale par contexte. *Les Cahiers de l'analyse des données*, 8(2), 187-198. Disponível em [http://www.numdam.org/article/CAD\\_1983\\_\\_8\\_2\\_187\\_0.pdf](http://www.numdam.org/article/CAD_1983__8_2_187_0.pdf)
- Reinert, M. (1990). Alceste une méthodologie d'analyse des données textuelles et une application: Aurelia De Gerard De Nerval. *Bulletin of Sociological Methodology/ Bulletin de Méthodologie Sociologique*, 26(1), 24-54. Disponível em <https://doi.org/10.1177/075910639002600103>
- Reinert, M. (1993). Les "mondes lexicaux" et leur "logique" à travers l'analyse statistique d'un corpus de récits de cauchemars. *Langage et Société*, 66, 5-39. Disponível em [https://www.persee.fr/doc/lsoc\\_0181-4095\\_1993\\_num\\_66\\_1\\_2632](https://www.persee.fr/doc/lsoc_0181-4095_1993_num_66_1_2632).
- Reniait, M. (2003). Le rôle de la répétition dans la représentation du sens et son approche statistique dans la méthode Alceste. *Semiotica*, 147, 389-420. Disponível em <https://lucasn01.users.greyc.fr/RIAS/Reinert.pdf>
- Reynaud, J.-D. (1997). *Les règles du jeu: L'action collective et la régulation sociale*. Paris: Armand Colin
- Ribeiro, F.B. (2017). *Uma Sociologia do Desenvolvimento*. Ribeirão-V.N. Famalicão: Húmus
- Ritzer, G. (2015). *Introduction to Sociology*. London: Sage Publication
- Ritzer, G. (2011; 1988; 1992). *Sociological Theory*. McGraw-Hill Editions
- Roberts, C.W. (2000). A conceptual framework for quantitative text analysis. *Quality & Quantity*, 34(3), 259-274. Disponível em <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1004780007748>
- Rodrigues, N. (2008). El sentido y el método. Sociología de la cultura y análisis de contenido. *Revista Colombiana de Sociología*, 33(1), 259-265. Disponível em <http://bdigital.unal.edu.co/19635/1/15652-47828-1-PB.pdf>
- Rosa, V. (2012). *Laços sociais e capital social nas narrativas das pessoas em situação de sem-abrigo*. Dissertação de mestrado em Serviço Social. Coimbra: Instituto Superior Miguel Torga. Disponível em <http://repositorio.ismt.pt/jspui/handle/123456789/162>
- Ruiz Ruiz, J. (2009). Análisis sociológico del discurso: métodos y lógicas. *Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research*, 10(2), Art. 26. Disponível em <https://digital.csic.es/bitstream/10261/64955/1/Art%c3%adculo%20FQS%20%28espa%c3%b1ol%29.pdf>
- Ruiz Ruiz, J. (2014). El discurso implícito: aportaciones para un análisis sociológico. *REIS: Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 146 (abril-junio), 171-190. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/997/99743606007.pdf>
- Sampieri, H., Collado, C., & Lucio, P. (2010). *Metodología de la Investigación*. México: McGraw Hill

- Schneider, J.A. (2004). *The Role of Social Capital in Building Healthy Communities*. Policy Paper Produced for the Annie E. Casey Foundation
- Silva, A.B. (2011). *Fretilin Popular Education 1973-1978 and Its Relevance to Timor-Leste Today*. Thesis of Doctor of Philosophy, University of New England, Australia. Disponível em <https://hdl.handle.net/1959.11/11405>.
- Silva, A. & Pinto, J. (Coor.). (2014). *Metodologias das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento
- Silva, C. (2004). *O Labirinto da Enfermagem, Participação e Profissionalismo*. Lisboa: Colibri
- Silva, C. (2015). Pós-fácio: Mais do que um ponto de vista. Perspetivas para uma ética do (des)envolvimento local ou um (des)envolvimento com ética localizada. In O. Pereira, *Reflexões estratégicas de desenvolvimento local no contexto da preservação da identidade de Penedos* (Mértola) (pp. 285-291). Casal de Cambra: Caleidoscópio
- Silva, C. (2019). *Toolkit de tratamento de dados não numéricos em ciências sociais com software de livre acesso*. Faro: Sílabas & Desafios
- Silva, C., Baltazar, M., Saragoça, J., Abrantes, A., Silva, T., Santos, M., Silva, N., Braga, D., & Viegas, M. (2018). Uma análise lexicométrica dos documentos oficiais sobre a cooperação transfronteiriça Espanha-Portugal. *Desenvolvimento e Sociedade - Revista Interdisciplinar em Ciências Sociais*, 4, 75-109. Disponível em [http://www.revistas.uevora.pt/index.php/desenvolvimento\\_sociedade/article/view/292](http://www.revistas.uevora.pt/index.php/desenvolvimento_sociedade/article/view/292)
- Silva, M. (1963). Fases de um processo de Desenvolvimento Comunitário. *Análise Social*, 1 (4), 538-558. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224155768W11YC0wp0L119BR8.pdf>
- Simon, H. (2009). *Case Study Research in Practice*. London: Sage Publication
- Soekanto, S. (2002). *Sosiologi Suatu Pengantar*. Jakarta: Penerbit PT RajaGrafindo Persada
- Soetomo, S. (2008). *Strategi-Strategi Pembangunan Masyarakat*. Yogyakarta: Pustaka Pelajar
- Soetomo, S. (2011). *Pemberdayaan Masyarakat, Mungkinkah Muncul Antitesisnya?* Yogyakarta: Pustaka Pelajar
- Soetomo, S. (2012). *Pembangunan Masyarakat, Merangkai Sebuah Kerangka*. Yogyakarta: Pustaka Pelajar
- Soleh, C. (2014). *Dialektika Pembangunan dengan Pemberdayaan*. Fokusmedia
- Sousa, M.J. & Baptista, C.S., (2011). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios Segundo Bolonha*. Lisboa: PACTOR
- Stake, R. (2000). Case Studies. In N. Denzin, & Y. Lincoln (Eds.), *Handbook of Qualitative Research* (pp. 435-453). Thousand Oaks, CA: Sage Publications
- Stake, R. (2012). *A arte da investigação com estudos de caso*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

- Stubbs, M. (2001). *Words and phrases: corpus studies of lexical semantics*. Oxford: Blackwell Publishers
- Sutarto. (1998). *Dasar-Dasar Kepemimpinan Administrasi*. Yogyakarta: Gadjah Mada University Press
- Svendsen, G.T. & Svendsen, G.L.H. (Eds.) (2009). *Handbook of Social Capital. The Troika of Sociology, Political Science and Economics*. Edward Elgar, UK/USA
- Talesco, C, Ng, SKF & Ip, D (Eds.). Development: what now?: past, present and future challenges in international development. Paper from *International postgraduate conference 'Development: what now?'* in Hong Kong from the 9th to 11th October 2014, Hong Kong: Department of Applied Social Sciences The Hong Kong Polytechnic University. Disponível em <http://hdl.handle.net/10397/63172>
- Tam, T.N., (2013). *Rural Water Supply and Sanitation as Means for Development: a Case Study on Community Participation and Gender Inequality In Timor-Leste (Maubara, Liquiça)*. Tese de doutoramento em Sociologia. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/28843>
- Taylor, S. & Bogdan, R. (1986). *Introducción a los métodos cualitativos de investigación*. Barcelona: Paidós Studio
- Thomas, A. (2000). *Meanings and Views of Development*, in T. Allen & A. Thomas, *Poverty and Development Into the 21<sup>st</sup> Century* (pp. 23-48). Oxford: Open University & Oxford University Press
- Todaro, M.P. & Smith, S.C. (2006). *Pembangunan Ekonomi*. Jakarta: Jilid Satu, Edisi Kesembilan, Penerbit Erlangga, Anggota IKAPI
- Todaro, M.P. (1994). *Economic Development*. New York, London: Longman
- Turner, B. (ed.) (2002). *Teoria Social*. Lisboa: Difel
- Vala, J. (2014). A análise de conteúdo. In Silva, A. & Pinto, J. (Coor.), *Metodologias das Ciências Sociais* (pp. 102-128). Porto: Edições Afrontamento
- Vallerie, B. & Le BosséLe, Y. (2006). Développement du pouvoir d'agir (empowerment) des personnes et des collectivités: de son expérimentation à son enseignement. *Les Sciences de l'éducation - Pour l'Ère nouvelle*, 39(3), 87-100. Disponível em <https://www.cairn.info/revue-les-sciences-de-l-education-pour-l-ere-nouvelle-2006-3-page-87.htm>
- Valles, M.S. (2005) El reto de la calidad en la investigación social cualitativa: de la retórica a los planteamientos de fondo y las propuestas técnicas. *REIS: Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 110 (abril-junio), 91-114. Disponível em [http://reis.cis.es/REIS/PDF/REIS\\_110\\_051168261781313.pdf](http://reis.cis.es/REIS/PDF/REIS_110_051168261781313.pdf)
- Van Meijl, T. (2011). Community Development as Fantasy?: A case study of contemporary Maori society. Y. Musharbash & M. Barber, *Ethnography & the Production of Anthropological*

- Knowledge: Essays in honour of Nicolas Peterson (pp. 133-146). Canberra, Australia: Australian National University (ANU). Disponível em <https://www.jstor.org/stable/j.ctt24h8v0.15>
- Vasconcelos, P. (2011). *Capital Social, Solidariedade Familiar e Desigualdade Social no Portugal Contemporâneo*. Tese de Doutoramento em Sociologia. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/3395>
- Vilelas, J. (2009). *Investigação, O Processo de Construção do Conhecimento*. Lisboa: Silabo
- Warren, M.R., Thompson, P.J. & Saegert, S. (2001). *The Role of Social Capital in Combating Poverty*. in S. Saegert, P.J. Thompson & M.R. Warren MR, *Social Capital and Poor Communities* (pp. 1-28). New York: Russell Sage Foundation Press
- Wilardjo, L. (1994). *Studi Kasus sebuah Panduan Praktis*. Jakarta: Satya Wacana University Press dan PT Gramedia Widiasarana Indonesia.
- Woolcock, M. & Narayan, D. (2000). Social Capital: Implications for Development Theory, Research, and Policy. *The World Bank Research Observer*, 15(2), 225-249. Disponível em <http://documents.worldbank.org/curated/en/961231468336675195/Social-capital-implications-for-development-theory-research-and-policy>
- Yin, R. (2003). *Estudo de Caso – Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Bookman
- Yin, R. (1993). *Applications of case study research*. London: Sage Publication
- Young, L., & Soroka, S. (2011). Affective news : the automated coding of sentiment in political texts. *Political Communication*, 29(2), 205-231. Disponível em <https://doi.org/10.1080/10584609.2012.671234>
- Zadeh, B.S. & Ahmad, N. (2010). Participation and Community Development. *Current Research Journal of Social Sciences*, 2(1), 13-14. Disponível em <http://maxwellsci.com/print/crjss/v2-13-14.pdf>
- Zonabend, F. (1992). The Monograph in European Ethnology. *Current Sociology*, 40(1), 49–54. Disponível em <https://doi.org/10.1177/001139292040001005>



## Outros Documentos Consultados

- Anonymous. (s.d.). Conceitos de demografia. Disponível em [http://www.saudepublica.web.pt/02-Epidemiologia/021-Demografia/Demografia\\_conceitos.htm](http://www.saudepublica.web.pt/02-Epidemiologia/021-Demografia/Demografia_conceitos.htm)
- Anonymous. (2001). *Timor-Leste Conference on Sustainable Development* (January 2001, pdf).
- Anonymous. (2015). Desemprego. *Timoragora.blogspot.com*. Disponível em <http://timoragora.blogspot.pt/2015/10/dezemprego-tl-sae-ba-pursentu-11.html>, Acesso em 4/10/2015
- Hamutuk, L. (2015). Submission on proposed 2016 State Budget. *La'o Hamutuk blogspot pt*. Disponível em <http://laohamutuk.blogspot.pt/2015/12/submission-on-proposed-2016-state-budget.html>, Acesso em 6/12/2015
- LUSA, Agência de Notícias de Portugal. (2015.). Ex-comandante das Falintil reconhece erros do passado, defende união timorense. *Sapo pt*. Disponível em [http://www.sapo.pt/noticias/ex-comandante-das-falintil-reconhece-erros-do\\_55d4395f628542931cfae8f6](http://www.sapo.pt/noticias/ex-comandante-das-falintil-reconhece-erros-do_55d4395f628542931cfae8f6), Acesso, em 01/03/2016
- Oxford English Dictionary (s.d.). *Merriam Webster*. Disponível em <http://www.merriam-webster.com/dictionary>
- PNUD Timor-Leste, (2006). *Relatório de Desenvolvimento Humano em Timor-Leste 2006, O caminho para sair da pobreza, Desenvolvimento Rural Integrado*, Dili, Timor-Leste
- RDTL (2002). *Undang-Undang Dasar Republik Demokrasi Timor Leste*. (doc policopiado)
- RDTL. (2002). *Plano Nacional Desenvolvimento (PND) de Timor-Leste*. RDTL
- RDTL. (2010). *Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional de Timor-Leste (PEDN Timor-Leste 2011-2030)*. Versão submetida ao Parlamento Nacional. Disponível em <http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2011/07/Plano-Estrategico-Desenvolvimento-TL3.pdf>
- RDTL. (2011). *National Strategic Development Plan (NSDP 2011-2030)*. RDTL
- RDTL. (2011). *Planu Estrategiku Dezenvolvimentu Nacional (PEDN)*. RDTL
- RDTL, Governo Timor-Leste (2015). *Membros do Governo*. Disponível em <http://timor-leste.gov.tl/?cat=39&lang=tp>
- RDTL, Ministério das Finanças. (2010). *Sensus Fo Fila Fali Suco Biqueli*, Distrito Dili. (doc policopiado)
- RDTL, Ministério de Comercio, Indústria e Ambiente (MCIA), Gabinete do Vice-Ministro da RDTL. (2014). *Total Kooperativas iha Timor-Leste, 2014*. (doc policopiado)
- RDTL, Suco de Biqueli. (2010). *Sensus Fo Fila Fali Suco Biqueli*. Disponível em <https://www.mof.gov.tl/wp-content/uploads/2011/10/dili-biqueli-fo-fila-fali-tetum-FINAL.pdf>
- RDTL, Suco de Biqueli. (2014). *Perfil do Suco de Biqueli*. (doc policopiado)

- RDTL, Suco de Biqueli. (2015). *Sensus Fo Fila Fali Suco Biqueli*. Disponível em <http://www.statistics.gov.tl/wp-content/uploads/2017/03/Main-Dili-Biqueli-20161213.pdf>
- UNDP Timor-Leste (2009). *Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, Timor-Leste. Relatório Nacional de Timor-Leste*. RDTL-UNDP de Timor-Leste. Disponível em <https://www.undp.org/content/dam/timorleste/docs/library/MDGReport2009Portugues.pdf>
- UNDP (2015). *Sustainable Development Goals (SDG) Booklet*. Disponível em [https://www.undp.org/content/dam/undp/library/corporate/brochure/SDGs\\_Booklet\\_Web\\_En.pdf](https://www.undp.org/content/dam/undp/library/corporate/brochure/SDGs_Booklet_Web_En.pdf)
- UNDP. (2016). *Human Development Report*. Disponível em <http://hdr.undp.org/en>
- United Nations. (s/d). *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. Disponível em <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>
- Tim Penelitian Luta Hamutuk, (2009), *Keadilan dalam Pembangunan dan Pemerintahan di Timor-Leste, Suatu Laporan berdasarkan Hasil Penelitian Tahap Pertama mengenai pelaksanaan Programa Dezenvolvimentu Lokal (PDL) dan TIM Works, 2009*. Disponível em <https://trove.nla.gov.au/work/173593067?q&versionId=189196136>.
- Wallis, J. & Thu, P.M. (2013). The difficulties of development in Timor-Leste. *Timor-Leste Development Policy org*. (2012). Disponível em <http://devpolicy.org/the-difficulties-of-development-in-timor-leste-20131127/>, Acesso em 8/12/2015

## **Anexos e Apêndices**



## Anexos e Apêndices

Doutoramento em Sociologia da Universidade de Évora – 7º curso 2015-2018

### Anexo 1: Trabalho de Campo no Suco Biqueli

#### Mapa do Suco Biqueli, Atauro, Dili, Timor-Leste



Fonte: Suco Biqueli, Timor-Leste, in <https://pt.mapsofworld.com/timor-leste/Suco>

#### Entrada de Atauro: Porto de Beloi

*Ferry-boat Berlin Nakroma*



Mercado de Beloi



## Fotografias do Trabalho de Campo (1)

Entrevista com um Ator-Chave



Encontro de Suco



Atividade da Pesca



Produção do Peixe Seco



Produção da Alga



Trabalho Conjunto  
(construção)



Trabalho Conjunto  
(reparação da estrada)



Trabalho Conjunto (construção do Salão de  
Encontros da Igreja)



## Fotografias do Trabalho de Campo (2)

Poço Comunitário



Escola Infantil (1)



Escola Infantil (2)



Atividade na Escola Infantil



Horta



Casa “Moderna”



Casa de Aldeia (1)



Casa de Aldeia (2)



## Fotografias do Trabalho de Campo (Continuação)

Atividades da Mulher (1)



Atividades da mulher (2)  
(bando das algas)



Atividades da Mulher (3)  
(reparação das redes de pesca)



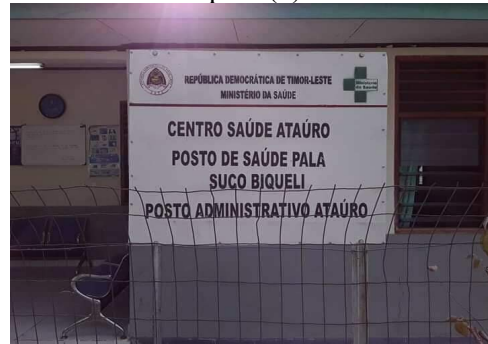
Atividade Costura da Viúva



Posto de Saúde da Comunidade Suco Bi-  
quelí (1)



Posto de Saúde da Comunidade Suco Bi-  
quelí (2)





### Fotografias do Trabalho de Campo (Continuação)

Vendedores no bazar Beloi (1)



Vendedores no bazar Beloi (2)



Vendedores no bazar Beloi (3)



bazar Beloi (4)



Formandos do Grupo de AmoBel



Estrutura do Grupo de AmoBel





## **Anexo 2: Guião de Entrevista aos Atores-Chave**

### *Capital Social e Desenvolvimento Comunitário em Timor-Leste: o Caso em Suco Biqueli, Atauro, Dili, Timor-Leste*

#### ***Desenvolvimento Comunitário***

- P1- Ita boot envolve ona iha kriaun, implementasaun no monitorizasaun ba projetu dezvoltimentu komunitaria?
- P1.1- Ho razaun saída, halo ita boot bele envolve no servisu hamutuk iha projeitu dezvoltimentu komunitaria (objetivu no finalidade)?
- P2- Tuir ita boot, fatores saída deit mak bele no kontribui ba kriaun projeitu dezvoltimentu komunitaria?
- P2.1-Durante envolve an iha atividade projeitu dezvoltimentu komunitaria, difilkuldade saída deit mak ita boot sente iha implementasaun projeitu?
- P3- Indika took eventu/atividade husi dezvoltimentu komunitaria nebe konsidera atinje liu?
- P3.1- Kada experencia, ita refere mos karakteristik 3 nebe bele klasifika hanesan saída mak bele hala' o no atinje?
- P4- Indika took eventu/atividade 3 hanesan ne, nebe tuir ita boot la konsege atinje?
- P4.1- Kada experiençia sira ne asosia too karakteristik 3, nebe klasifika hanesan labele atinje?

#### ***Capital Social***

- P5- Iha organizasaun, grupo, asosiasaun eh grupo cooperativa komunitaria hira mak eziste iha Suco ne?
- P5.1- Organizasaun komunitaria sira nebe iha Suco ne, kria rasik husi membru comunidade eh kria husi Governu?
- P5.2- Oinsa grupo eh organizasaun komunitaria sira ne foti decizaun ruma, nebe afeta ba membro husi grupo ne'e rasik?
- P5.3- Ita boot hatene dezafiu no prioridade principal husi organizasaun, grupo cooperativa, asosiasaun nebe existe iha Suco ne'e? Ita boot bele explica?
- P6- Oinsa karakteriza relasaun sociais entre comunidade iha fatin/Suco ne'e? em jeral, ema sira iha Suco harmonia tebes eh ladun simu malu (la gosta malu)

- P6.1- Kompara ho Suco seluk, relasaun entre comunidade iha Suco ida ne'e harmonia liu, kompara ho Suco/fatin seluk?
- P6.2- Tuir ita boot nia hare, ema eh comunidade iha Suco ne'e geralmente fiar malu entre sira, exemplo iha relasaun empresta (empresta malu entre sira) hanesan empresta osan ba malu?
- P7- Oinsa karakteriza kooperasaun no servisu hamutuk entre comunidade sira iha Suco ne no Suco seluk? Ita boot bele explica iha situasaun saida deit mak comunidade sira bele servisu hamutuk iha grupo?
- P7.1- Tuir ita boot nia hanoin, grupo comunidade sira iha Suco ne'e servisu hamutuk ho grupo seluk nebe iha objetivu hanesan iha Suco laran, no mos Suco seluk?
- P7.2- No, grupo komunitaria sira iha suco ne'e servisu hamutuk ho grupo seluk nebe iha objetivu diferente iha Suco laran no mos Suco/fatin seluk?
- P8- Tuir ita boot, iha beneficio ba ita boot hanesan individu no koletivu hetan wainhira tama iha grupo servisu ruma?
- P8.1- Tuir ita boot, wainhira tama no envolve an iha grupo/organizaun komunitaria, bele muda no hadi'ak ita boot nia vida/moris?
- P8.2- Ita boot, indika mai hau, beneficio principais 3 nebe ita boot hetan wainhira tama no hola parte iha grupo ruma?
- P9- Tuir ita boot, servisu hamutuk entre comunidade ida ho seluk, ne'e bazei aba principio solidariedade no participasaun ativa husi comunidade?
- P9.1- Iha tempo agora, oinsa comunidade iha Suco ne ajuda/tulun malu? Bele explica?
- P9.2- Se iha problema ruma kona ba be mos (abastecimento de água), probabilidade saida mak comunidade sira bele halo no servisu hamutuk hodi buka solusaun ba problema refere hamutuk?
- P10- Tuir ita boot, envolvimentu husi parte hotu, liuliu comunidade kiak sira, ne'e fundamentu tebes ba rezolusaun/soluciona problema Suco nian?
- P10.1- Tuir ita boot nia hanoin, saida mak inspira ema/comunidade suco ida ne realiza/atu servisu hamutuk?
- P10.2- Favor ida, hatete mai hau, geralmente, konkorda eh deskorda ho afirmasaun iha kraik ne, maioria ema iha Suco ne, essencialmente honesta no ita bele konfia. Explika mai hau exemplo ruma?

### ***Participação & Empowerment***

- P11- Ita boot konsedera ema ka comunidade iha Suco ne'e hola iniciativa rasik hodi kontribui ba hadi'ak Suco ne?

- P11.1- Tuir ita boot, ema/comunidade iha suco ne organiza malu no hamutuk ezize ba governu eh lideres politico hodi interven ba dezvoltimentu iha Suco ne? Bele explica took, asaun sira hala'o ne'e ho susesu?
- P11.2- To'o iha ponto saida mak governu local no lider local tau ba konsedersaun/responde ba preokupasaun comunidade nian eh foti decizaun ruma nebe afeta ba ita an rasik no komunidade?
- P12- Tuir ita boot nia hanoin, sente katak comunidade sira kapasidade no poder foti decizaun importante nebe bele muda sira nia moris? Tuir ita nia hare, iha mudanca ruma durante tinan 15 iha tempo ukun rasik-na ne'e? Explica took sa mudanca mak akontese?
- P12.1- Tuir ita boot, ema/comunidade sira iha Suco ne participa ativa iha dezvoltimentu Suco? Indika mai hau forma 3 (participa iha parte saida deit) husi partisipasaun ativa comunidade refere?
- P12.2- Iha tinan 2014. Suco Biqueli hetan premio da nutrisaun presidente da republika nian. tuir ita boot, ne hanesan rekonecimentu husi PR ba partisipasaun ativa comunidade no poder nebe hatudu husi comunidade (comunidade bele)?
- P12.3- Ita boot konsedera moris kiak inspira ema/comunidade iha Suco ne hodi servisu makas iha ambito dezvoltimento komunitaria?
- P12.4- Tuir ita boot nia hanoin, ema/comunidade iha Suco ne hatudu espiritu coletividade nebe forte tebes? Oinsa ita boot nia komentario?

### ***Tendências do processo de Desenvolvimento Comunitário***

- P13- Tempo aktual, ponto forte saida deit ba processo dezvoltimentu komunitaria Suco ne'e? (aspetu internu iha Suco laran)
- P13.1- Iha kontekstu atual, iha oportunidade ruma ba dezvoltimentu komunitaria? (aspetu eksternu husi Suco)
- P14- Ponto fraku saida deit iha processo dezvoltimentu komunitaria iha Suco ne'e?
- P14.1- Iha ameasa saida deit ba dezvoltimentu komunitaria? iha ameasa ruma ba dezvoltimentu komunitaria? (aspetu eksternu husi Suco)

### ***Sugestão***

- P15- Hakarak fo suzestaun ruma iha nivel individu nebe bele kontribui hodi hadi'ak processo dezvoltimentu komunitaria iha Suco Biqueli?

### ***Caracterização do Entrevistado***

- P16- Sexo, Idade, Situação Servisu, Nível Edukasaun & Pozisaun iha Komunidade



### Anexo 3: Grelha de Análise das Entrevistas

Dimensão Analítica	Objetivos	Questão Principal	Questões Secundárias
Enquadramento dos processos de <b>desenvolvimento comunitário</b> no Suco Biqueli	<ul style="list-style-type: none"> <li>- génese / objetivos</li> <li>- evolução, problemas e dificuldades experimentadas</li> <li>- práticas bem sucedidas</li> </ul>	P1. Esteve envolvido na criação, na implementação e acompanhamento dos projetos de desenvolvimento comunitário?	P1.1. Quais os motivos que o levou a cooperar nos projetos de desenvolvimento comunitário (objetivos e finalidades)?
		P2. Quais foram os factores que conduziram à criação dos projetos de desenvolvimento comunitário?	P2.1. No decurso da sua atividade ou envolvimento nos projetos de desenvolvimento comunitário, quais foram as dificuldades sentidas na implementação dos projetos?
		P3. Indique até 3 eventos/atividades de desenvolvimento comunitário que considere das <b>mais conseguidas</b>	P3.1. Por cada experiência, refira também até 3 traços/características que permitem classificá-la como merecedora de destaque.
		P4. Indique até 3 eventos/atividades de desenvolvimento comunitário que considere das <b>menos conseguidas</b> .	P4.1. A cada uma dessas experiências associe até 3 traços / características que a permitem classificar como menos conseguida.
<b>Capital social</b> na comunidade do Suco Biqueli	<ul style="list-style-type: none"> <li>- objetivos, atividades</li> <li>- desafios e prioridades</li> <li>- especificidade das relações sociais</li> <li>- comunidade</li> <li>- cooperação</li> </ul>	P5. Quantas são as organizações, grupos, associação ou grupos de cooperativas comunitárias que existem dentro neste Suco?	<p>P5.1. As organizações foram criadas pelos próprios membros das comunidades ou pelo Governo?</p> <p>P5.2. Como são tomadas as decisões por estas organizações e ou grupos das comunidades que afetam os membros dos seus grupos?</p> <p>P5.3. Conhece os principais desafios e prioridades de ação das organizações, grupos, associação ou grupos de cooperativas comunitárias que existem dentro neste Suco? Pode exemplificar?</p>
		P6. Como caracteriza as relações sociais entre as pessoas neste Suco/localidade? São geralmente harmoniosas ou desagradáveis?	<p>P6.1. Comparado com outro Suco/localidade, são os relacionamentos entre pessoas neste Suco/localidade mais ou menos harmonioso do que as de outro Suco/localidade?</p> <p>P6.2. Acha que neste Suco as pessoas confiam geralmente uns nos outros, por exemplo em relação à concessão de empréstimos?</p>
		P7. Como caracteriza a cooperação e ou o trabalho conjunto entre as pessoas dentro	P7.1. Na sua opinião, os grupos das comunidades deste Suco trabalham com outros grupos que

		e fora deste Suco? Pode exemplificar em quais situações as pessoas deste Suco efetuam trabalho em grupo?	tenham objetivos semelhantes dentro e fora deste Suco? P7.2.- E, os grupos das comunidades deste Suco trabalham com outros grupos que tenham objetivos diferentes dentro e fora deste Suco?
	- importância e o papel do capital social nos processos de desenvolvimento comunitário	P8. Na sua opinião, existem benefícios individuais e ou coletivos na adesão a um grupo de trabalho?	P8.1. Acha que quando se junta pode mudar ou melhorar a sua vida? P8.2. Indique-me três benefícios principais que você obteve quando se juntou a um grupo?
		P9. Acha que o trabalho conjunto entre uns e outros é baseado nos princípios de solidariedade e participação ativa das comunidades?	P9.1. Na atualidade, como é que as pessoas neste Suco ajudam uns aos outros? Pode exemplificar? P9.2. Se houvesse um problema no abastecimento de água na sua comunidade, qual é a probabilidade de as pessoas poderem vir a cooperar na tentativa de resolução conjunta do problema?
		P10. Acha que o envolvimento de todas as partes são importante, sobre tudo das pessoas mais pobres ou com menores recursos, é fundamental para a resolução dos problemas do Suco?	P10.1. Na sua opinião, o que é que inspira as pessoas deste Suco na realização de trabalhos conjuntos? P10.2. Por favor, diga-me se, em geral, concorda ou discorda com a seguinte afirmação: a maioria das pessoas neste Suco é, essencialmente, honesta e pode ser confiável. Pode me dar um exemplo?
Participação e <i>empowerment</i> da comunidade nos processos de desenvolvimento comunitário do Suco Biqueli	- Caracterização da participação e <i>empowerment</i> - características ou formas - dificuldades na implementação dos processos de participação e <i>empowerment</i> - relação da participação e <i>empowerment</i> com o capital social	P11. Considera que as pessoas deste Suco tomam iniciativas próprias para a melhoria do Suco?	P11.1. Acha que as pessoas reúnem e pedem em conjunto ao governo e aos líderes políticos para intervirem no desenvolvimento do Suco? Pode exemplificar alguma dessas ações que tenha sido bem-sucedida? P11.2. Até que ponto o governo local e os líderes locais tomam em conta as preocupações expressas por si e por outras pessoas como você quando tomam decisões que afetam a sua própria pessoa e a comunidade?



		<p>P12. Na sua opinião, sente que a sua própria pessoa possui a capacidade e o poder de fazer e tomar decisões importantes que possam mudar a sua vida? Acha que ocorreram algumas mudanças durante 15 anos das independências? Exemplifique as mudanças</p>	<p>P12.1. Considera que as pessoas/comunidade apresentam um envolvimento ativo no desenvolvimento comunitário deste Suco? Indique-me três formas de participação da comunidade deste Suco?</p> <p>P12.2. No ano 2014, o Suco Biqueli foi escolhido como vencedor do prémio da nutrição da Presidência da República. Acha que este prémio representa o reconhecimento do Presidente da República em relação à participação ativa e ao poder revelado pelas comunidades?</p> <p>P12.3. Considera que a pobreza inspira as pessoas deste Suco para a necessidade dum trabalho árduo no âmbito do desenvolvimento comunitário?</p> <p>P12.4. Na sua opinião, as pessoas mais ativas apresentam um espírito de coletividade mais forte? Comente esta ideia.</p>
Tendências do processo de desenvolvimento comunitário	<p>- pontos fortes e fracos</p> <p>- Fatores críticos de sucesso num processo de desenvolvimento comunitário</p>	<p>P13. Na atualidade, quais são os <b>pontos fortes</b> do processo de desenvolvimento comunitário neste Suco? (aspectos internos do Suco)</p>	<p>P13.1. Face ao contexto atual, quais as <b>oportunidades</b> de desenvolvimento comunitário? (aspectos externos do Suco)</p>
		<p>P14. Quais os <b>pontos fracos</b> do processo de desenvolvimento comunitário neste Suco? (aspectos internos do Suco)</p>	<p>P14.1. Quais as <b>ameaças</b> do processo de desenvolvimento comunitário? (aspectos externos do Suco)</p>
Sugestões		<p>P15. Quer dar alguma sugestão ao nível individual que contribua para a melhoria dos processos de <b>desenvolvimento comunitário</b> em Suco Biqueli?</p>	
Caracterização do entrevistado		<p>P16. Sexo</p> <p>P17. Idade</p> <p>P18. Situação perante o emprego</p> <p>P19. Nível Ensino (Educação)</p> <p>P20. Posição na comunidade</p>	



## Anexo 4: Caraterização dos Entrevistados

### *Características dos Entrevistados*

<b>Entrevistado (E)</b>	<b>Nome (pseudónimo)</b>	<b>Idade</b>	<b>Posição</b>	<b>Educação (Nível de Escolaridade)</b>	<b>Data de Entrevista</b>
1	DM	-	PAAS	Primaria	14 de Nov. 2016
2	MB	-	Chefe do Suco	Secundaria	14 de Nov. 2016
3	IA	39 Anos	Pescador	Primaria	15 de Nov. 2016
4	FP	43 Anos	Respons. Coop.	Secundaria	16 de Nov. 2016
5	NT	33 Anos	Chefe Aldeia	Primaria	16 de Nov. 2016
6	OM	46 Anos	Respons. AmoBel	Bacharelato	17 de Nov. 2016
7	RJ	43 Anos	Pescador	Secundaria	17 de Nov. 2016
8	ND	32 Anos	Professor	Bacharelado	18 de Nov. 2016
9	GA	41 Anos	Pastor	Primaria	15 de Dez. 2016



## **Anexo 5: Exemplos de Transcrição das Entrevistas (em tétum)**

**Entrevista 2:** 14 de Novembro de 2016

### ***Desenvolvimento Comunitário***

**P1-Ita boot envolve ona iha kriaun, implementasaun no monitorizasaun projetu dezvoltimentu komunitario?**

**R**–Hanesan xefe Suco envolve direita iha kriaun, implementasaun, monitorizasaun ba projeto desenvolvimento comunitário, naran actividade no projeto ruma baik husi governo maupun NGO ka companha hau tengki direita acompanha. Ami tengki halo proposta buka apoio husi governo dala ruma ami hatoo proposta nee liu husi projeto hanesan PDD uluk hanesan PDL, PDD, PDID, ida nee mos ninia proseso nee tais tutuir tais tutuir too iha bee município nee dala ruma too la hetan deit mas ami nia estratégia ida wainhira dala ida mak husi PDD ka PDID nee ba mak liu e ami haksolok mas bainhira la liu ami tengki preokupa halo proposta direita ba iha ministério ne'ebe que ami hakarak haruka ba dala ruma bele hetan resposta depois ami bele halao, ami la direita halao mas husi governo haruka companha balu tun sei bele implementa.

**P1.1– Ho razau saída, halo ita boot bele envolve no servisu hamutuk iha projetu dezvoltimentu komunitaria (objetivu no finalidade)?**

**R**–Nee hanesan responvel máximo iha Suco, ami tenke hatene, ami tengki hatene tamba tinan tinan tuir ami nia program iha nee tinan tinan ami selain encontro conselho suco hanesan rutin hasoru ho comunidade tinan ida dala ida encontro anual hasoru comunidade liu husi hasae bandeira nacional, aproveita hatoo relatório ba comunidade, saída mak lao ona no seidauk lao. Se lae dehan katak autoridade han toba han toba laiha atividade bainhira ita hatoo tinan ida nia laran sira hodi acompanha tuir realidade be iha aldaeia ga iha kampung iha suco laran par sira bele hatene. Hasoru malu comunidade nee nível be suco tinan ida dala ida mas nível aldeia sefi aldeia sira hasoru malu bebeik sefi aldeia hasoru malu bebeik nee liu husi encontro semanal, programa husi governo nee tuir lei nebe que haruka katak conselho suco halao encontro nee fulan ida dala ida nee iha lei hateten mas *sebaliknya* ba Atauro ninia lalaok kona ba encontro nee ami halo mudança fali semana ida dala ida nee para hodi acompanha proseso informasaun, proseso kona ba desenvolvimento nee lao continua. Hodi hato' o informasaun ba malu, ao mesmo tempo comunidade bele hato' o direita problema komunitario ba autoridade hodi buka hamutuk solusaun.

**P2–Tuir ita boot fatores saida deit mak bele kontribui ba implementasaun projetu dezvoltimentu iha suku ida ne'e?**

**R**–Iha Suco ida nee ami nia prioridade tinan tinan oinsa bele hatama desenvolvimento mai iha nee mai iha suco too iha aldeia nee ami nia prioridade mak hanesan nee odamatan ba desenvolvimento prioridade liu mak hanesan estrada ne'e otomatis nee odamatan ba desenvolvimento atu lori desenvolvimento ba ih aldeia. Ba iha suco tengki iha estrada see laiha estrada oinsa ita bele lori matrial sira ba too iha kampung ga , aldeia ga iha suco i graça de Deus tamba ohin loron hau nia be servico durante periode ida rua iha tempo ukun aan nee hau nia program prioridade mak nee be, estrada ho listrik mak buat tolu nee, tamba buat tolu nee mak sai faktor menunjang ba desenvolvimento iha suco buat tolu mak la lao uluk dalan hodi hatudu hodi loka dalan ba desenvolvimento ita la mendahului ho buat tolu nee então projeto sira mai sei parado hotu, hau foti exemplo deit comunidade sira atu lori sira nia produto local sira lori ho sira nia tenaga rasik 5 kilo 10 kilo bele lori to ba iha mercado mas kuando iha ona estrada iha ona kareta bele lori too 100 kilo to 200 kilo nee exemplo ida fali kona ba asidenti ruma e emergjensia ruma dejastre ruma tengki bolu ambulância ba lalais to iha neba para hodi salva ema atu partus so estrada iha mak bele ba salva ema nee estrada laiha labele ba e ida fali parte iha educação aseso ba labarik sira, aseso ba mestri sira hodi mai iha escola objectivo husi loka estrada nee ba buat tolu nee depois be, be nee importante ba ema nia saúde ba ema nia presija parte electricidade hau esforso so iha 40 persen maibe husi parte kampo sira dook husi Suco nee ya graça de Deus liu ba nee hetan tenaga suria nee hotu hotu hetan i too ohin loron balu sei uja balu faila tia ida nee presija iha manitensaun husi governo ga husi pribadi rasik.

**P2.1– Durante envolve an iha atividade projetu dezvoltimentu komunitaria, difilkuldade saída deit mak ita boot sente iha implementasaun projetu?**

**R**–Exemplo agora projeto PNDS, projeto PNDS direita ba comunidade sira kaer nee sistema halao nee hanesan kompnha sira tengki halo relatório 50%, 75%, 80% too 100%. Tamba konhesimento comunidade sei menus, dala ruma bele manan buat oituan hanesan halai liu ba recurso humano sei menus, mas graça de

Deus sira sempre hetan treinamento liu husi projeito ida nee então husi leten mos la tur hakmatek mos sira mos bele tun direita ba iha grupo sira ajuda halo relatório, ajuda halo proposta i durante tinan 2 ou 3 nia laran nee comunidade sira direita kaer projeito mak PNDS nee.

**P3– Indika took eventu/atividade husi dezvoltimentu komunitaria nebe konsidera atinje liu? Rezultadu**

R–Atividade 3 nebe atinje liu durante hau nia mandato mak estrada, eletricidade no bee mos maske seidauk 100% maibe ita bele konsidera atinje ona. Buat 3 ne'e fundamentu no importante ba dezvoltimentu komunitario no odamatan ba dezvoltimentu.

**P3.1– Kada experencia, ita refere mos karakteristik 3 nebe bele klasifika hanesan saida mak bele hala'o no atinje?**

R–Atinje liu husi parte comunidade maka atividade koperativa no servisu grupo no governu nian mak estrada, bee mos no eletricidade.

**P4– Indika took eventu/atividade 3 hanesan ne, nebe tuir ita boot la konsege atinje?**

R–Hanesan ohin hau hatete ona katak buat 3 hanesan, eletricidade, estrada no bee mos ita bele konsidera foin mak 40% mak atinje, tamba foin mak aldeia 2 deit mak goza oituan no Aldeia 2 seluk seidauk hetan asesu ho diak.

**P4.1–Kada experencia sira ne'e asosia too karakteristik 3, nebe klasifika hanesan labele atinje?**

R–Estrada, bee mos no eletricidade mak seidauk bele atinje iha aldeia 2 hanesan Ildua no Aldeia Uaruana.

### *Capital Social*

**P5– Iha organizasaun, grupo, asosiasaun eh grupo cooperativa komunitaria hira mak eziste iha Suco ne'e?**

R–Sim, grupo kooperativa no grupo arisan entre comunidade eziste barak iha Suco ne'e. Grupo komunitario too atus ona, ida ikus-ikus ne mak forma ne seidauk mai rezisto iha Suco, aumenta barak tan. Hanesan grupo arisan, grupo pesca, grupo casamento no seluk tan.

**P5.1–Organizasaun komunitaria sira nebe iha Suco ne, kria rasik husi membru comunidade eh kria husi Governu?**

R–Sim, ne'e mai hosi comunidade rasik. Autoridade local fo apoio moral deit no halo intervensaun ruma wainhira prezisa. Partidu iha ne'e? Provizoriamente foin maka iha partido 6.

**P5.2– Oinsa grupo eh organizasaun komunitaria sira ne foti decizaun ruma, nebe afeta ba membro husi grupo ne'e rasik?**

R–Desizaun liu husi encontro, sempre foti desizaun hamutuk.

**P5.3– Ita boot hatene dezafiu no prioridade principal husi organizasaun, grupo cooperativa, asosiasaun nebe existe iha Suco ne'e? Ita boot bele explica?**

R–Sira seidauk iha koñesimentu di'ak atu jere organizasaun, ladun iha koñesimentu oinsa haforsa grupu liuliu halo proposta atu husu apoiu formasaun ruma sei menus, sim, los dala ruma atividade nee buka moris nee la permanente iha fatin ida tamba atividade nee atu hetan osan ruma para bainhira to ida be atu mai tau hamutuk hodi ajuda ba ema ida nee responsavel maximu mak pengurus inti nee nia tengki iha planu para nia hodi halo planu ba atividade ba sira nebe ke hetan tia ona planu tama tia ona kolega balu hakarak to tempo atu ba prenda ka, to tempo atu casamento nee ketua tengki hatene bainhira servico nia atividade la lao ona então sefi nee bele fo sai, fo sai ba grupo sira tamba actividade la hanesan balu ba festa balu ba fila liman halo negosio to tempo ida exemplo hau nia loroin hau ba prenda hau tengki ba hato'o iha sefi bolu malu sira mai acompanha lai hau nia atividade ida nee too hau casamento, ida nee kan grupo arisan. Prioridade mak buka osan hodi tulun malu iha grupo nia laran no esforsu atu servisu hamutuk nu'udar forsa ida ba atinje objetivu ruma.

**P6– Oinsa karakteriza relasaun sociais entre comunidade iha fatin/Suco ne'e? em jeral, ema sira iha Suco harmonia tebes eh ladun simu malu (la gosta malu)?**

R–Ema sempre konsiente hodi resolve problema ne'ebé enfrenta hamutuk. Comunidade unidade tamba fiar malu, hanoin pozitivu atu moris harmonia.

**P6.1–Kompara ho Suco seluk, relasaun entre comunidade iha Suco ida ne harmonia, kompara ho Suco/fatin seluk?**

R–Sim, Comunidade iha Suco nee harmonia teb-tebes ita bele kompara ho seluk nee ka lae, ya mais ou menus hanesan nee.geralmente comunidade sira iha nee fiar malu, fiar malu, exemplo mak hanesan ema fo impresta ba malu garantia katak osan nee la lakon, sempre fiar malu.

**P6.2–Tuir ita boot comunidade iha Suco ida ne'e jeralmente fiar malu entre sira, exemplo iha relasaun empresta (empresta malu entre sira) hanesan empresta osan ba malu?**

R–Sim, sira fiar malu tamba unidade entre sira, estado ho Igreja servisu hamutuk diak sai modelo ba komunidadade hodi fiar malu no unidade, baibain fiar malu fo emprestimo ne liu husi membru husi grupo kooperativa ruma.

**P7-Oinsa karakteriza kooperasaun no servisu hamutuk entre komunidadade sira iha Suco ne'e no Suco seluk? Ita boot bele explika iha situasaun saida deit mak komunidadade sira bele servisu hamutuk iha grupo?**

R– Baibain no barak liu sira servisu hamutuk iha aspetu fo apoio empresta osan (kredito) ba malu no iha grupo arisan, servisu hamutuk grupo iha Suco seluk so iha aspetu imprestimo no iha kapasitasaun ruma nebe necesita.

**P7.1-Tuir ita boot nia hanoin, grupo komunidadade sira iha Suco ne servisu hamutuk ho grupo seluk nebe iha objetivo hanesan iha Suco laran no mos Suco seluk?**

R–Hanesan kompañia sira sempre sosa produdu grupu komunidadade nian hodi fa'an tutan, hanesan komunidadade produs budu tasi no kompania bele hola no ba exporta. Baibain servisu hamutuk ho objetivo oinsa bele tulun malu hodi hadiak moris liu husi servisu grupo.

**P7.2-No, grupo komunitario iha Suco ne'e servisu hamutuk ho grupo seluk nebe iha objetivo diferente iha Suco laran no mos iha Suco/fatin seluk?**

R–Seidauk iha karik.

**P8– Tuir ita boot, iha beneficio ba ita boot hanesan individu no koletivu hetan wainhira tama iha grupo servisu ruma? (beneficio individuo & koletivu?)**

R–Sim, bele utiliza osan grupu, fo empresta osan ba malu, suporta oan sira nia eskola, bele atende nesesiidade baziku uma laran.

**P8.1– Tuir ita boot, wainhira tama no envolve an iha grupo/organizasaun komunitaria, bele muda no hadi'ak ita boot nia vida/moris?**

R–Sim, bele hadiak moris, iha mudansa barak ona iha Suco ne, tamba servisu iha grupo

**P8.2– Ita boot, indika mai hau, beneficio principais 3 nebe ita boot hetan wainhira tama no hola parte iha grupo ruma?**

R–Responde ba nesesiidade baziku uma laran nian, apoiu oan siraba eskola, hadia Uma-tali sira ba uma semi no permanente (uma fatuk). tulun malu iha lia barlake inklui asunto casamento.

**P9–Tuir ita nia haré ne'e servisu hamutuk ne'e bazeia ba prinsipiu soslidariidade no partisipasaun ativa komunidadade?**

R–Sim, nune'e duni servisu hamutuk bazeia ba principio solidaredade no partisipasaun, mosu duni husi komunidadade hakarak tulun malu no participa hodi muda an.

**P9.1– Iha tempo agora, oinsa komunidadade iha Suco ne ajuda/tulun malu? Bele explika?**

R–Ajuda malu wainhira hasoru casamento ruma, forma grupo ruma, kapasita sira para sira bele lao mesak hodi hetan osan., iha tempo bailoron naruk hanesan ne'e komunidadade balun hasoru problema menus aihan, sira organiza malu no rai hamutuk saida mak sira iha hodi fo tulun ba sira seluk.

**P9.2– Se iha problema ruma kona ba be mos (abastecimento de água), probabilidade saida mak komunidadade sira bele halo no servisu hamutuk hodi buka solusaun ba problema refere hamutuk?**

R–Kona ida ne iha grupo hanaran GMF (grupo maneja facilidade), sira mak iha responsabilidade hodi hare questuon refere, inklui mos ONG lokal balun nebe toma konta ba be mos nian. iha ona regulamentu balun kona ba kontribuisaun kada uma kain, \$ 1/fulan, GMF ninia membru ema nain 5. Kanu kotu no iha problema ruma kona ba be mos osan ne uja hodi rejolve, manutensau ba facilidade be mos nian, osan refere fahe ba parte 2, 1 ba GMF lokal no balun ba GMF central (jeral), parte GMF lokal nian mak hodi halo manutensaun ba facilidade tanki, torneira no kanu ruma kotu, inklui hodi snack wainhira iha encontro ruma hodi halo relatório ba leten, sistema mak lao nunee.

**P10–Tuir ita boot, envolvimentu husi parte hotu, liuliu komunidadade kiak sira, ne'e fundamentu tebes ba rezolusaun/soluciona problema Suco nian?**

R–Sim, hothotu tenke participa, atu hateten katak partisipasaun máximo komunidadade tomak ne importante, GMF ne faluk sira nebe laiha rendementu permanente sei lakontribui selu be hanesan uma kain seluk nebe iha kbiit hodi selu, entaun atu iha mudança ruma iha Suco ne presiza partisipasaun ema hotu nian inklui kiak sira rasik.

**P10.1–Tuir ita boot, saida mak inspira ema/komunidadade iha Suco ida ne'e realiza/atu servisu hamutuk?**

R–Tuir pastor balun katak kiak ne mak inspira no motiva ema ka komunidadade hakaas an hodi servisu hamutuk hodi muda-an no moris diak, xefe Suco konkorda ho ida ne? Los duni, kiak ne'e mak inspira ema hodi servisu hamutuk, hanesan faluk sira, ekonomikamente katak kiak mak sira labele, mas sira esforso hodi hetan osan hodi hatan ba necessidade baziku no sira la falta buat ida, ida ne bele motiva ema seluk nebe

ho família hodi esforça an no hadiak moris, tama faluk deit bele nusa mak ita labele. Alende kiak ne motiva ema hodi esforça, feto faluk no kbiit laek esforça an no sai modelo ba ema kiak seluk hodi halo tuir, faluk deit bele, nusa mak família kompleto labele muda an. Faluk no kbiit laek sira iha hela deit osan, nune motiva família seluk atu esforça an hodi hadiak moris. Funcionario sira bele empresta fali grupo no ema kbiit laek sira nia osan, tamba sira esfoça makas.

**P10.2– Favor ida, hatete mai hau, geralmente, konkorda eh deskorda ho afirmasaun iha kraik ne, maioria ema iha Suco ne, essencialmente honesta no ita bele konfia. Explika mai hau exemplo ruma?**

**R–**Sim, maioria populusaun iha Suco ne'e itabele konfia. Fiar/konfia malu entre comunidade ne exemplo mai husi liderança sira iha atendimento ruma, disciplina atendimento no liderança fo exemplo. Atendimento ho transparente no espuritu igualidade (atendimentu ba ema hotu hanesan).

### ***Participação e Empowerment***

**P11–Ita boot konsidera comunidade rasik iha inisiativu dezenvolve suku ida ne'e?**

**R –** Sim, baibain kontribuisaun liu husi ideias wainhira participa iha enkontro ruma, liuliu enkontro nível aldeia nian, hodi hatoo fali ba xefe Suco no kanal tutan ba iha leten (instituisaun relevante).

**P11.1– Tuir ita boot, ema/comunidade iha suco ne organiza malu no hamutuk ezize ba governu eh lideres político hodi interven ba desenvolvimentu iha Suco ne? Bele explica took, asaun sira hala'o ne'e ho susesu?**

**R–**Iha ka lae durante ne comunidade hamutuk hatoo proposta ruma ba governu? Iha, foin dadauk ne SEPFOPE loke estrada ba aldeia Ilidua ho projeto \$3, comunidade ezize ba governu hodi loke estrada no utilija tecnologia boot. Comunidade hamutuk ezize ba xefe Suco halo lalais proposta hodi hatama sedu, hodi responde ba problema estrada iha fatin refere, projeto estrada \$3 ne, provijorio motor bele asesu ona, estrada balun loke comunidade servisu voluntario, balun halao ho \$3. Comunidade sira antusias tebes, kontribui voluntario hadi loke estrada ba aldeia nebe seidauk asesu estrada, SEPFOPE hatan no agenda kedas, estrada ne laos deit ba comunidade sira atu asesu maibe ba ita sira nebe atu asesu hodi pasear ruma karik.

**P11.2-Too iha ponto saída mak governu local no líder local tau ba konsedersaun/responde ba preokupasaun comunidade nian eh foti decizaun ruma nebe afeta ba na rasik no comunidade?**

**R–**Atu responde ba preokupasaun comunidade nian, liu husi halo no hatoo proposta ruma ba instituisaun relevante, iha vizita ruma, aproveita hatoo direita iha sorumutu refere, planu anual ho proposta kedas, exemplo loke estrada ba aldeia Ilidua, prosesu fulan 3 deit, dirasaun obras publiku hatun kedas equipamentu estrada nian, problema estrada ne, akontecimento ida, xefe aldeia rasik ninia ferik oan atu paltus tamba estrada laiha, nia ferik oan mate, comunidade atu lori produto lokal ba mercado labele, facilita labarik sira ba eskola, questau 3 ne mak halo governu responde no atende kedas iha (2013) loke estrada KM 6 ba aldeia Ilidua.

**P11.2.1–Iha ka lae akontese mudansa ruma durante tinan 15 iha ukun an ne'e? Bele esplika?**

**R–**Mudança mak hanesan buat 3 foin hau temi ona, (estrada, eletricidade no bee mos), edukasaun mak uluk primaria deit, agora aumenta loke ona SMP, hein katak bele loke tan Secundaria iha Suco ne, saúde nian iha ona doutor no parteira, maibe ba oin tenke iha tan fatin ba feto isin 2 hodi partus, social nian, idosos no idosas sira bele hetan subsidiu no labarik sira bele hetan bolsa da mãe, pesca ema hotu2 bele hetan osan liu husi atividade tanto grupo no mos individual. Comunidade iha ne ita bele konsedera participa ativa tebbebes.

**P12– Tuir ita boot nia hanoin, sente katak comunidade sira kapasidade no poder foti decizaun importante nebe bele muda sira nia moris? Tuir ita nia hare, iha mudansa ruma durante tinan 15 iha tempo ukun rasik-na ne'e? Explika took sa mudansa mak akontese?**

**R–**Sim, nune duni, baibain fo hanoin hodi kontribui, quando loke estrada, comunidade kontribui aifarina, ikan, ba ema nebe halo estrada, tamba laos kompania mak halo maibe governu mak halo.

**P12.1–Tuir ita boot ema/komunidade iha Suco ida ne'e participa ativa iha desenvolvimentu Suco? indika mai hau forma 3 (participa iha parte saida deit) husi participasaun ativa comunidade refere?**

**R–**Sim, comunidade participa ativa. 1) Comunidade sira kontribui sira nia rain nebe kona Estrada no aihoris hodi loke Estrada no konstrui ai-rin eletricidade sem kompensasaun ruma, 2) comunidade hahu kontribui \$1/fln ba be mos nian, 3) kontribui fo hanoin wanhira enkontro nivel Aldeia no Suco nian, participa ativa mos Limpeza jeral (sexta limpo).

**P12.2– Iha tinan 2014. Suco Biqueli hetan premio da nutrisaun presidente da republika nian. tuir ita boot, ne hanesan rekonecimentu husi PR ba participasaun ativa comunidade no poder nebe hatudu husi comunidade (comunidade bele)?**



**R**–Premio ne ita konsedera katak rekonesimentu estado ba kooperasaun entre comunidade no liderança nebe diak, liuliu oinsa liderança sira mobiliza no motiva no comunidade participa ativo iha processo de desenvimentu iha Suco laran, importante mak servisu hamutuk entre comunidade ho liderança lao diak tebes, husi premio ne kuda ai oan hodi hamatak Biqueli.

**P12.3-Ita boot konsedera moris kiak inspira ema/komunidade iha Suco ne'e hodi servisu makas iha ambito desenvimentu komunitariu?**

**R**–Sim, kiak mak inspira comunidade hodi servisu makas no servisu hamutuk iha grupo hodi kore an husik kiak ne rasik.

**P12.4- Tuir ita boot nia hanoin, ema/komunidade iha Suco ne hatudu espirtu coletividade nebe forte tebes? Oinsa ita boot nia komentario?**

**R**–Sim, espirtu coletividade forte duni iha Suco ne'e, ita bele hare husi grupo comunitário e cooperativa nebe eziste.

### *Tendências do processo de desenvolvimento comunitário*

**P13– Tempo aktual, ponto forte saída deit ba processo desenvimentu komunitaria Suco ne'e? (aspetu internu iha Suco laran)**

**R**–Ponto forte ida mak comunidade ativo tebbebes, unidade no fiar malu, Igreja no Suco sai ida deit (koopersaun entre Igreja no Suco forte),

**P13.1– Iha kontekstu atual, iha oportunidade ruma ba desenvimentu komunitaria? (aspetu eksternalu husi Suco)**

**R**–Importante mak servisu hamutuk entre ajensia desenvimentu nebe mak iha (liderança komunitario, ONG, kompania, no seluk tan), ema husi liur iha intrese atu mai vizita tamba ambiente nebe diak.

**P14– Ponto fraku saída deit iha processo desenvimentu komunitaria iha Suco ne'e?**

**R**–Rekursu humanu iha Suco ne sei menus tebes (fraku ida mak ne), konesimento comunidade sei menus presija kapasita sira, kada tinan sempre, tanto husi governo no ONG tun mai fo kapasitasaun ba comunidade.

**P14.1– Iha ameasa saída deit ba desenvimentu komunitaria? iha ameasa ruma ba desenvimentu komunitaria? (aspetu eksternalu husi Suco)**

**R**–Baliza Suco sempre haksasuk malu, entre Suco Beloi ho Biqueli, Portugal nia ukun iha kedas markasaun baliza klaru kedas, mas iha tempo Indonesia iha manipulasaun no hatudu iha mapa ne mak Biqueli la simu too ohin loron, baliza ho Indonesia mos sai questau, maske iha relasaun família ho Indonesia (Liran), maibe seidak iha akordo entre rai nebe sei iha problema. Atu hatenten katak baliza rai maran no tasi wainhira tau atensaun, mak sei iha konsekuensia negativa ruma akontese iha tempo oin mai, ZEESM bele hamosu droga mai iha Atauro no Suco Biqueli,

### *Sugestões*

Conselho do Suco eleito sira, saída mak diak ona bele continua, halo planu foun karik presija tulun no sujestun liderança tuan sira nia apoio no ideias, buat 3 nebe ohin (estrada, elctricidade no be mos) importante ba desenvimentu Suco.

## Entrevista 4: Data, 16 de Novembro de 2016

### *Desenvolvimento Comunitário*

#### **Istoria Budu tasi iha Timor**

Budu-Tasi ida eziste iha Timor ho tonelada atus ba leten ne'e. Dahuluk eziste iha Indonezia Kanadiana ida maka lori hosi Kanada mai ho aviaun tau iha kabus laran hodi, ho kuantidade ramu rua deit nune'e atu fahe ba formandu sira maibe tamba la to'o entaun nia deside fo ba ema na'in ida deit hodi kuda, ikus entrega ba katua ho ferik, ne'e agora dadauk transforma sai fabrika boot ida, iha fatin rua fatin ida Surabaya no Ujung-pandang.

No budu tasi ne'e sai produitu ekonomiku ida iha Indonezia hafoin komunidadade hirak ne'e hetan formasaun hosi formador Kanadiana ida ne'e.

No oinsa budu tasi bele eziste iha Timor ne'e ha'u rasik maka lori mai hafoin ha'u hetan oportunidade hosi estrangeiru ida ba tuir treinamentu budu nian iha Indonezia, no ha'u rasik maka hasoru katuas ne'e.

No ha'u rasik maka foti desizaun katak ha'u entrega ba komunidadade ida iha ne'e hodi kesi. Nune'e foin tinan tolu maibe ninia kuantidade bele atinje ona tonelada 800.

No tuir ha'u nia hare katak se budu ne'e maka la iha entaun komunidadade Atauro ida ne'e barak liu maka sei halo to'o maibe atividade tasi ladun emprega ema barak.

#### **P1-Ita boot envolve ona iha kriasaun, implementasaun no monitorizasaun projrito dezvoltimentu komunitario?**

R-Sim, ami asesu ba PNDS, povu barak mos sente ona maibe barak mos seidak sente prosesu dezvoltimentu. Aldeia balun hetan ona apoiu hanesan bee torneira maibe seidak bele suficiente tamba bee ne'e dala ruma la mai to'o fulan ida- tolu. No ami sempre hetan informasaun konaba problema bee mosu, no akontese komunidadade balun bele hasoru parte kompetente sira duni tamba deit nesidade bee mos la suficiente.

#### **P1.1- Ho razaun saida, halo ita boot bele envolve no servisu hamutuk iha projetu dezvoltimentu komunitaria (objektivu no finalidade)?**

R-Bele hadi'ak ekonomia uma laran, dudu oan sira ba eskola, hari uma no servisu hamutuk hodi atende ba nesidade seluk ne'ebe maka presija.

#### **P2-Tuir ita boot Fatores saida deit maka bele kontribui ba implementasaun projetu dezvoltimentu iha suku ida ne'e?**

R-Tuir ha'u nia hanoin maka informasaun hosi suku, liuliu lideransa suku. Katak informasaun hosi krai ba leten ne'e importante ba kriasaun no implementasaun projeto dezvoltimentu iha Suco laran.

#### **P2.1- Durante envolve an iha atividade projeto dezvoltimentu komunitaria, difikuldade saida deit mak ita boot sente iha implementasaun projetu dezvoltimento?**

R-Difikuldade maka dirijente sira ladun toma atensaun. Tamba ne'e tuir ha'u ajente sira baruk ten hanesan ne'e tenke troka. Seluk projetu ne'e tenke pakote, katak halo Estrada tenke halo mos valeta ka esgotu lae tempu udan mota sobu fila-fali Estrada ne'e. ajente ne'ebé servisu loke taka ahi ne'e maka tarde entaun prejudika mos mina hotu lalais no mina balun lakon tamba la utiliza hotu.

#### **P3- Indika took eventu/atividade husi dezvoltimentu komunitaria nebe konsidera atinje liu? Rezultadu**

R-Atividade 3 nebe atinje liu tuir hau nia observasaun mak eletricidade, estrada no be mos. maske seidak 100% no prezisa hadiak diak liu tan, atu nune'e Aldeia 2 seluk bele asesu mos.

#### **P3.1- Kada experencia, ita refere mos karakteristik 3 nebe bele klasifika hanesan saida mak bele hala'o no atinje?**

R-Atinje liu husi parte komunidadade maka atividade koperativa no servisu grupu no governu nian mak Estrada, be mos no eletricidade.

#### **P4- Indika took eventu/atividade 3 hanesan ne, nebe tuir ita boot la konsege atinje?**

R-Maka projetu tolu ne'e rasik (Estrada, eletricidade no bo mos) aldeia balun asesu ona maibe seidak kompletu tamba aldeia balun hosi Suco ida ne'e seidak hetan.

#### **P4.1-Kada experencia sira ne'e asosia took karakteristik 3, ne'ebe klasifika hanesan labele atinje?**

R-Estrada, be mos no eletricidade mak seidak bele atinje iha aldeia 2 hanesan Ilidua no aldeia waruana.

## **Capital Social**

**P5– Iha organizasaun, grupo, asosiasaun eh grupo cooperativa komunitaria hira mak eziste iha Suco ne?**

R–Sim, grupo komunitario barak duni, hanesan grupo peska nian, 85% bele hala' o peska no tun tasi, oituan deit mak la bele tun tasi.

**P5.1–Organizasaun komunitaria sira nebe iha Suco ne, kria rasik husi membru comunidade eh kria husi Governu?**

R–Sim, ne'e mai hosi comunidade rasik. Autoridade local fo apoio moral deit no halo intervensaun ruma wainhira prezisa. Partidu iha ne'e? Provizoriamente foin maka iha partido 6.

**P5.2– Oinsa grupo eh organizasaun komunitaria sira ne foti decizaun ruma, nebe afeta ba membro husi grupo ne'e rasik?**

R–Desizaun kolektiva.

**P5.3– Ita boot hatene dezafiu no prioridade principal husi organizasaun, grupo cooperativa, asosiasaun nebe existe iha Suco ne'e? Ita boot bele explica?**

R–Tuir lolos ne'e organizasaun tenke iha enkontru mensal ka annual, maibe defaktu grupu sira iha suku Bikeli ne'e to'o tinan haat mos la iha enkontru. Porke fundador no membru estrutura koperativa balun pratika korupsaun iha organizasaun nia laran, no ladun servisu efetivu iha grupu. Nune'e organizasaun la'o nafatin maibe kondisaun mak limitadu tebes. Fonte ne'e hatutan katak nia diri je grupu Katoni produs budutasi nian, iha 2008 no to'o 2010 mak sai hosi grupu no hari fali kompaña.

**P6–Oinsa karakteriza relasaun entre comunidade iha fatin/Suco ida ne'e? Jeralmente, ema sira iha Suco Biqueli harmonia tebes eh ladun simu malu (la gosta malu)?**

R–Komunidade unidade tamba fiar malu, hanoin pozitivu atu moris harmonia. Tamba atu halo servisu ruma sempre rona malu, respeita malu.

**P6.1–Kompara ho Suco seluk, relasaun entre comunidade iha Suco ida ne harmonia, kompara ho Suco seluk ?**

R–Sim, comunidade iha Suco nee harmonia teb-tebes, unidade no fiar malu hodi servisu hamutuk iha grupu.

**P6.2–Tuir ita boot comunidade iha Suco ida ne'e jeralmente fiar malu entre sira, exemplo iha relasaun empresta (empresta malu entre sira) hanesan empresta osan ba malu?**

R–Sim, iha ne'e fiar malu entermus fo kreditu ba malu tamba ema sempre kumpre konsorte ka konratu tuir data ne'ebé promote, entre osan na'in no makdeve sira.

**P7–Oinsa karakteriza kooperasaun no servisu hamutuk entre comunidade sira iha Suco ne'e no Suco seluk? Ita boot bele explika iha situasaun saida deit mak comunidade sira bele servisu hamutuk iha grupu?**

R–Servisu hamutuk iha parte balun deit. Katak ami iha relasaun maka servisu hamutuk liuliu sira ne'ebé servisu ba produsaun no kreditu servisu iha ida-idak nia area.

**P7.1 Tuir ita boot nia hanoin, grupo comunidade sira iha Suco ne servisu hamutuk ho grupo seluk nebe iha objetivo hanesan iha Suco laran no mos Suco seluk?**

R–Livre ba se deit hosi ne'ebé depende ita sai membru ka kliente.

**P7.2 No, grupo komunitario iha Suco ne'e servisu hamutuk ho grupo seluk ne'ebe iha objetivo diferente iha Suco laran no mos iha Suco/fatin seluk?**

R–Ia iha.

**P8– Tuir ita boot, iha beneficio ba ita boot hanesan individu no kolektivu hetan wainhira tama iha grupo servisu ruma? (beneficio individuo & kolektivu?)**

R–Sim, bele utiliza osan grupu hodi empresta, apoio oan sira nia estudo, bele atende nesiedade uma laran (hanessan hadiak uma).

**P8.1– Tuir ita boot, wainhira tama no envolve an iha grupo/organizasaun komunitaria, bele muda no hadi'ak ita boot nia vida/moris?**

R–Sim, bele hadiak moris, tamba servisu iha grupu bele hiit no tulun malu.

**P8.2– Ita boot, indika mai hau, beneficio principais 3 nebe ita boot hetan wainhira tama no hola parte iha grupo ruma?**

R–Responde ba nesiedade baziku uma laran nian, apoiu oan sira nia estudo, hadiak eh konstrui uma fatuk, (Biqueli quase uma fatuk hotu ne'e tama servisu iha grupu).

**P9– Tuir ita nia haré ne'e servisu hamutuk ne'e bazeia ba prinsipiu soslidariedade no partisipasaun ativa comunidade?**

R–Sim, bazeia ba principio solidariedade no partisipasaun no comunidade hakarak tulun malu no participa duni.

**P9.1– Iha tempo agora, oinsa comunidade iha Suco ne ajuda/tulun malu? Bele explica?**

R–Ajuda malu wainhira hasoru problema membro grupo balun moras no menus aihan ruma, tur hamutuk no rai hamutuk hahan relevante hodi fo tulun ba maluk ne'ebe mak presiza.

**P9.2– Se iha problema ruma kona ba be mos (abastecimento de água), probabilidade saída mak comunidade sira bele halo no servisu hamutuk hodi buka solusaun ba problema refere hamutuk?**

R–Sempre iha enkontru comunidade hato'õ lamentosasaun, kontribuis osan, servisu fiziku balun comunidade kontribui, problema ne'e kanal tuir GMF ne'ebe estabese ona iha Aldeia laran. Kada fulan comunidade kontribui \$0,25 to'õ \$1.00 depende tuir kbiit. Nune'e comunidade iha iniciativa bele solusiona. Soke ahi ne'e mak seidak bele responde ami nia ezizensia katak lakan to'õ 24 oras.

**P10–Tuir ita boot, envolvimentu husi parte hotu, liuliu comunidade kiak sira, ne'e fundamentu tebes ba rezolusaun/soluciona problema suco nian?**

R–Sim, hothotu tenke participa, participasaun ema hotu nian importante ba desenvolvimentu Suco.

**P10.1–Tuir ita boot, saida mak inspira ema/komunidade iha Suco ida ne'e realiza/atu servisu hamutuk?**

R–Hetan motivasaun husi ema seluk nia servisu makaas no kiak ne'e mak inspira comunidade esforsu no servisu iha grupo.

**P10.2– Favor ida, hatete mai hau geralmente, konkorda eh deskorda ho afirmasaun iha kraik ne, maioria ema iha Suco ne, essencialmente honesta no ita bele konfia. Explika mai hau exemplo ruma?**

R–Sim, maioria populasaun iha Suco ne'e ita bele konfia, balun deit mak sikat leet (labele konfia)

### ***Participação e Empowerment***

**P11–Ita boot konsidera comunidade rasik iha iniciativa desenvolve suku ida ne'e?**

R–Sim, participa iha grupo komunitario, enkontru ruma iha aldeia, atividade estado no Igreja sempre envolve an.

**P11.1– Tuir ita boot, ema/comunidade iha suco ne organiza malu no hamutuk ezize ba governu eh lideres político hodi interven ba desenvolvimentu iha Suco ne? Bele explica took, asaun sira hala'õ ne'e ho susesu?**

R–Iha balun deit maka depende ba estadu maibe barak liu maka servisu maka hetan. Comunidade nia ezijensia ba estadu ladun mosu iha suku ida ne'e, so ha'u mesak maka lori ema 300 atu suporta ami ba produsaun budu-tasi nian.

**P11.2- Too iha ponto saída mak governu local no líder local tau ba konsedersaun/responde ba preokupasaun comunidade nian eh foti decizaun ruma nebe afeta ba na rasik no comunidade?**

R–Dala ruma akontese comunidade fo hanoin ba lideransa sira tamba iha promessa balun ne'ebé la iha nia realidade, sempre agenda hela deit no kanal liu husi Suco.

**P11.2.1–Iha ka lae akontese mudansa ruma durante tinan 15 iha ukun an ne'e? Bele esplika?**

R–Seidak hare barak, Estrada, ahi no bee mos ne'e Sim maibe seidak kompletu.. Seluk apoiu ro ba peska nian. Sai kestaun maka la fahe ro ba peskador sira nian maibe fo fali ema ne'ebé la'os peskador, no peskador sira maka ba uja hamutuk ho ro na'in sira hodi peska no fahe osan. No ida ne'e akontese tamba kestaun politika.

**P12–Tuir ita boot, comunidade iha kapasidade atu foti desizaun ba sira nia moris iha servisu hamutuk?**

R–Sim, kapasidade comunidade nian bele hare husi servisu grupo ne'ebe existe iha Suco ne'e. Mudança barak akontese iha ne'e tambá comunidade servisu iha grupo.

**P12.1–Tuir ita boot ema/komunidade iha Suco ida ne'e participa ativa iha desenvolvimentu Suco? indika mai hau forma 3 (participa iha parte saida deit) husi participasaun ativa comunidade refere?**

R–Sim, comunidade participa ativa. 1) Comunidade sira kontribui sira nia rai no plantasaun wainhira loke Estrada no konstrui ai-rin eletricidade sem kompensasaun ruma, 2) comunidade hahu kontrbui \$1/fln ba be mos nian, 3) kontribui fo hanoin wanhira enkontru nivel Aldeia no Suco nian, participa ativa mos Limpeza jeral (xesta limpo).

**P12.2–Iha 2014 Suco ne'e hetan premiu rekoñesimentu husi PR nian, premio refere indika saida?**

R–Premio ne ita konsedera katak participasaun ativa comunidade no movilizasaun ne'ebe liderança komunitario sira halo no servisu hamutuk mak importante.

**P12.3–Ita boot konsedera moris kiak inspira ema/komunidade iha Suco ne'e hodi servisu makas iha ambito desenvolvimento?**

R–Sim, kiak mak inspira comunidade hodi servisu makas no servisu hamutuk iha grupo.

**P12.4- Tuir ita boot nia hanoin, ema/comunidade iha Suco ne hatudu espirtu coletividade nebe forte tebes? Oinsa ita boot nia komentario?**

R-Sim, espirtu coletividade forte duni iha Suco neé, ita bele hare husi grupu komunitário e cooperativa nebe eziste.

***Tendências do processo de desenvolvimento comunitário***

**P13- Tempo aktual, ponto forte saída deit ba processo de desenvolvimento komunitaria Suco ne'e? (aspetu internu iha Suco laran)**

R-Komunidade badinas servisu alias ativo, servisu grupu, rekursu marina, no Igreja no Estado sai ida deit, unidade.

**P13.1- Iha kontekstu atual, iha oportunidade ruma ba desenvolvimento komunitaria? (aspetu eksternalu husi Suco)**

R-Ezistencia kompania local no kooperativa komunitario no bele servisu hamutuk no parseru grupu seluk for a husi Biqueli hodi eleva kapasidade kooperativa local.

**P14- Ponto fraku saída deit iha processo de desenvolvimento komunitaria iha Suco ne'e?**

R-Konesimento komunidade iha Suco ne sei menus tebes.

**P14.1- Iha ameasa saída deit ba desenvolvimento komunitaria? iha ameasa ruma ba desenvolvimento komunitaria? (aspetu eksternalu husi Suco)**

R-Udan been menus no bailoron naruk, delimitasaun freonteira, nune'e ha'u rasik fo hanoin ba lideransa sira atu tau netik sinal ruma atu populasaun ida-idak bele hanten nia baliza. Area tasi maka tenke tau sinal atu nune'e ema labele nauk ita nia riku soin tasi nian. Esperiansia maka agora Australia naunk mina Timor barak tamba ita la iha liña klaran.

***Sugestões***

Lideransa ne'e iha vizaun boot ba desenvolvimento. Apoiu populasaun sira nia ezijensia. Komunidade tenke servisu ho grupu, nune'e bele sustenta sira moris, liuliu atu nune'e bele suporta oan sira nia estudu hodi eleva nia koñesimentu diak atu simu ZEESM ne'ebé tuir planu sei implementa iha Atauro. Apoiu sosedade sivil no governu liuliu ***“Igreja forte Estadu forte”*** ka ***“Igreja ba Estadu, Estadu ba Igreja”***.

## Entrevista 6: Data, 17 de Novembro de 2016

### *Desenvolvimento Comunitário*

#### **P1-Ita boot envolve ona iha kriaun, implementasaun no monitorizasaun projrito dezvoltimentu komunitario?**

R–Sim, Suco fo fiar mai ami atu halo monitorizasaun, treinador ba grupu alfaiate no monitor ba monta solar panel.

#### **P1.1–Ho razaun saida ita boot hakarak involve iha projetu ne'e?**

R–Hakarak kontrola atu nune'e bele la' o ho diak no iha garantia ba tempu naruk. Hanesan monitoriza ami nia grupu Amobel (Ami Mos Bele) treina joven oinsa suku roupa, sukat no tesa hena, sira bele sai independente, bele iha kualidade, liuiu oinsa bele iha kampu servisu iha ne'e atu bele trava urbanizasaun ba Dili.

#### **P2–Tuir ita boot fatores saida deit maka bele kontribui ba implementasaun projetu dezvoltimentu iha suku ida ne'e?**

R–Tuir ha'u nia hanoin servisu hamutuk komponente hotu ne'e, unidade no konfia malu.

#### **P2.1–Tuir ita nia hare difikuldade saida maka ita enfrenta iha projetu dezvoltimentu?**

R–Ba membru sira liuliu la' o ho distansia ne'ebé dook, Makina suku ropa nian minimu deit nune'e labele atende ema barak mai suku ropa iha tempu ne'ebé hanesan, prejudika ema sai engrafadu ka antri.

#### **P3–Bele temi took atividade tolu maka atinje iha Suku ida ne'e? Rejultado.**

R–So alfaiate, seluk maka solar panel maibe ne'e temprariu deit tamba monta hotu projetu mos finalize ona. Maibe alfaiate progresu ona, porke inan bele hetan netik dolar 1- 2 liuliu bele hetan lukru no produs ona formandu lubuk ida ne'ebé bele ona uja rekursu ida ne'e ba atende ekonomia familiar. No Xefe-Suku sira sempre monitor atividade ida ne'e. Seluk maka haki'ak Bibi no Budu-tasi familia balun bele atinje ona tonelada 1/2, sira balun bibi barak ona, Estrada, bee mos no eletricidade.

#### **P3.1–Entre atividade hosi governu no comunidade nian ida ne'ebé maka atinje liu?**

R–Estrada, be mos no eletricidade atinje ona ho ninia limitasaun.

#### **P4–Indika took atividade eh eventu tolu ne'ebé seidauk atinje iha Suco née?**

R–Estrada, tamba la perkore to' o iha comunidade suku nian ne'ebé hela iha foho. Bee mos dala ruma mate to' o fulan id aka rua, prejudika comunidade sira bele moras bainhira consume fali bee posu. Ahi foin maka 12 oras deit, prejudika servisu balun atu halo iha lora difisil tamba ahi lora lakan.

#### **P4.1–Kada experiencia sira ne'e asosia took karakteristik 3, ne'ebe klasifika hanesan labele atinje?**

R–Estrada, be mos no eletricidade mak seidauk bele atinje iha aldeia 2 hanesan Ilidua no aldeia Uaruana.

### *Capital Social*

#### **P5– Iha organizasaun, grupu, asosiasaun eh grupu cooperativa komunitaria hira mak eziste iha Suco ne?**

R–Sim, grupu barak hanesan alfaiate, haki'ak bibi, grupu kelu, grupu ikan-maran, grupu solidariedade (hour-houru), grupu budu-tasi, grupu peska. Maibe iha progresu, haki'ak bibi grupu +/- 4 no bibi ne'e sira sosa rasik, alfaiate, grupu budu-tasi, grupu peska.

#### **P5.1– Organizasaun komunitaria sira nebe iha Suco ne, kria rasik husi membru comunidade eh kria husi Governu?**

R–Sim, ezistencia grupu ne'e mai hosi iniciativa comunidade nian rasik, hafoin de hetan treinamentu hosi parte balun. Balun konsege kontinua no balun par aba kontinua fali iha peska.

#### **P5.2– Oinsa grupu eh organizasaun komunitaria sira ne foti decizaun ruma, nebe afeta ba membru husi grupu ne'e rasik?**

R–Tuir hamutuk, hamosu pro no kontra iha organizasaun, desizaun kolektiva no sempre hamutuk

#### **P5.3– Ita boot hatene dezafiu no prioridade principal husi organizasaun, grupu kooperativa, asosiasaun nebe eziste iha Suco ne'e? Ita boot bele explica?**

R–Ba alfaiate ne'e fatin ba enkontru nian, dala balun parte Sefope tarde fo formasaun entaun ami tenke haruka fali ema balun hosi Kupang mak mai fo formasaun. Ba grupu peska maka modelu peska tradisional, tama area ema Indonezia nian akontese ema baku sira, kestaun tamba ikan araska. No grupu ikana maran nian maka depende deit ba ikan hosi peskador sira, karik ikan araska sira mos araska hetan ikan. Grupus kelu sira tenke hein to' o Sabadu maka foin bele fa'an. Alfaiate nia di'ak maka ema sempre lori ropa mai ita suku no hetan osan fasil liu, maske salariu funsionariu nian tarde maibe liron ida sempre hetan dolar 1 ka 2 hosi suku ropa ne'e.

**P6-Oinsa karakteriza relasaun entre comunidade iha fatin/Suco ida ne'e ? Jeralmente, ema sira iha Suco Biqueli harmonia tebes eh ladun simu malu (la gosta malu)?**

R—Ema sempre kumprimenta malu maske ladun kuñese malu. Ema ladun insulta malu, ema sempre fasilita malu wainhira ema enfrenta problema, ema ruma hosi aldeia foho nian halo viajen mai iha vila, comunidade sir aiha vila sempre fasilita ho fatin no hahan. Nén haré ema nia sasan rai iha fatin ida nen ema ida book ka foti arbiru. Akontese konflitu ruma mos fasil tebes atu resolve liu hosi lideransa komuniatriu no igreja.

**P6.1-Kompara ho Suco seluk, relasaun entre comunidade iha Suco ida ne harmonia, kompara ho Suco seluk ?**

R-Sim, ita bele konsedera hanesan ne'e, tamba unidade no fiar malu hodi servisu hamutuk iha grupo.

**P6.2—Tuir ita boot comunidade iha Suco ida ne'e jeralmente fiar malu entre sira, exemplo iha relasaun empresta (empresta malu entre sira) hanesan empresta osan ba malu?**

R—Komunidade sempre fo deve ba malu karik iha familia balun presija osan atu halo uma ka halo atividade negosiu ruma, nia kriteiru maka selu tuir data no funan ne'ebé promete. Komunidade mos iha hanoin konstrutivu, konsege halo kontribuisaun hodi harí uma sentru ida, mai hosi inisiativu komunidade rasik.

**P7-Oinsa karakteriza kooperasaun no servisu hamutuk entre comunidade sira iha Suco ne'e no Suco seluk? Ita boot bele explika iha situasaun saida deit mak komunidade sira bele servisu hamutuk iha grupo?**

R-Sim, akontese maka fahe esperiensa ba malu. Liuliu alfaiate suku Beloi nian hakarak mai aprende hosi ami konaba modelu suku nian ne'ebé sira susar atu halo mesak no ami prontu ajuda. Hosi peska maka peskador sira lori ikan mai no grupu ikan maran sosa sira ikan.

**P7.1 Tuir ita boot nia hanoin, grupo komunidade sira iha Suco ne servisu hamutuk ho grupo seluk nebe iha objetivo hanesan iha Suco laran no mos Suco seluk?**

R—Natureza ema nian sempre iha objetivu diferente, liuliu ita ema sempre iha planeamentu familiar idaidak. Iha ne'e akontese ba membru grupu sira balun maka hanesan sira hamutuk buka osan, maibe depois de simu osan dala balun sira fo fali arisan ba malu no fo fali kontribuisaun ba membru balun ne'ebé karik lia ruma kona ka presija tebes.

**P7.2 No, grupo komunitario iha Suco ne'e servisu hamutuk ho grupo seluk ne'ebe iha objetivo diferente iha Suco laran no mos iha Suco/fatin seluk?**

R- la iha.

**P8— Tuir ita boot, iha beneficio ba ita boot hanesan individu no koletivu hetan wainhira tama iha grupo servisu ruma? (beneficio individuo & koletivu?)**

R—Sim, Bele tulun oan ba eskola, bele sosa netik facilidade ne'ebé presija, hahan, prinsipalmente sira bele muda sira nian moris fizikamente. Ezemplu: Uma balun hahú iha mudansa uma-tali ba uma mutin.

**P8.1— Tuir ita boot, wainhira tama no envolve an iha grupo/organizaun komunitaria, bele muda no hadi'ak ita boot nia vida/moris?**

R—Sim, bele hadiak moris.

**P8.2— Ita boot, indika mai hau, beneficio principais 3 nebe ita boot hetan wainhira tama no hola parte iha grupo ruma?**

R—Apoiun oan sira nia estudo, halo uma no suficiente ba nesesidade baziku (Biqueli quase uma fatuk hotu ne'e tamba servisu iha grupo).

**P9—Tuir ita nia haré ne'e servisu hamutuk ne'e bazeia ba prinsipiu solidariedade no partisipasaun ativa komunidade?**

R—Sim, bazeia ba principio solidaredade no participasaun. Ema iha ne'e sempre tau aas ritual nune'e ritual sempre hakesi sira nia unidade. Ema sempre halo ritual molok ba halo peska.

**P9.1—Iha tempo ohin laron, iha situasaun saida maka komunidade sira bele ajuda/tulun malu? Bele explika?**

R—Ema iha servisu ruma sempre fahe maluk seluk ne'ebé presija. Ezemplu ha'u iha osan hakarak halo uma, sempre bolu badain sira mai atu servisu maka ha'u fo osan. Seluk ami sempre ajuda familia sira ne'ebé hetan susar, liuii ami fo deve ba sira depois maka selu fila-fali. Hanesan uluk iha ne'e iha padre Cristovão ida sosa ikan uja nia osan rasik no fahe ba inan faluk dezempregu sira atu fa'an maka sira foti nia funan. Padre ne'e maka lori esperiensa ida ne'e mai oinsa liberta komunidade sira hosi ki'ak.

**P9.2— Se iha problema ruma kona ba be mos (abastecimento de água), probabilidade saída mak komunidade sira bele halo no servisu hamutuk hodi buka solusaun ba problema refere hamutuk?**

R—Rejolve liu husi GMF, Ami selu fulan ida dolar 1/uma kain. Konkorda katak atu moris di'ak, ema hotu-hotu tenke esforsu servisu, dezvoltimentu hahú hosi ita. Saida maka ha'u hanoin maka sistema distribuisaun bee ne'e tenke muda, liuliu tenke iha kontrolu masimu atu nune'e ema hotu hetan bee hanesa. Katak

balun labele hetan bee barak tamba sira iha tanke no balun hetan bee uituan tamba nia iha deit masa ka zerigen 1 -2.

**P10–Tuir ita boot, envolvimentu husi parte hotu, liuliu comunidade kiak sira, ne'e fundamentu tebes ba rezolusaun/soluciona problema Suco nian?**

R–Sim, participasaun ema hotu nian ne'e importante ba desenvolvimentu Suco.

**P10.1–Tuir ita boot, saida mak inspira ema/komunidade iha Suco ida ne'e realiza/atu servisu hamutuk?**

R–Sim, Ki'ak tamba inan aman sira dehan moris ki'ak ne'eb'e ami enfrenta labele repete fali baa mi nia oan sira, tamba ne'e ami tenke servisu hamutuk. Seluk maka kada familia sira mos iha hanoin kompetitivu, hakarak iha hotu hanesna ho nia maluk viziñu sira.

**P10.2– Favor ida, hatete mai hau geralmente, konkorda eh deskorda ho afirmasaun iha kraik ne, maioria ema iha Suco ne, essencialmente honesta no ita bele konfia. Explicka mai hau exemplo ruma?**

R–Sim, tuir ha'u nia hare maka 95% ne'e onestu. Hanesan amu Cristovão fo modal ba comunidade to'o ikus comunidade sira fo fila-fali padre ne'e nia osan no ita bele konsedera katak maioria populasaun iha Suco ne'e honesto no ita bele konfia.

### *Participação e Empowerment*

**P11–Ita boot konsidera comunidade rasik iha inisiativu dezenvolve suku ida ne'e?**

R–Sim, familia barak mos haruka nia oan sira ba eskola iha area saúde tamba iha suke ida ne'e pesoal saúde limitadu. Komunidade lokal uja ni osan rasik hari salaun enkontru. Grupu balun mos treina comunidade sira aprende suku ropa hodi hetan lukru hodi hadi'ak sira nia moris.

**P11.1– Tuir ita boot, ema/comunidade iha suco ne organiza malu no hamutuk ezize ba governu eh lideres politico hodi interven ba dezvoltimentu iha Suco ne? Bele explica took, asaun sira hala'o ne'e ho susesu?**

R–Sim, ba eletricidade, Estrada, be mos akontese, maibe asuntu seluk hosi ne'e la iha.

**P11.2- Too iha ponto saida mak governu local no lider local tau ba konsedersaun/responde ba prekupasaun comunidade nian eh foti decizaun ruma nebe afeta ba na rasik no comunidade?**

R–Primeiru xefe aldeia sira konvoka enkontru comunidade sira maka hato'o fali ba iha governu lokal. Komunidade mos iha kapasidade atu bele dezenvolve nia an sai di'ak, maibe tenke hamutuk ho ema nie'ebé iha esperiensa.

**P11.2.1–Iha ka lae akontese mudansa ruma durante tinan 15 iha ukun an ne'e? Bele esplicka?**

R–Bee posu transforma ba torneira, uma tali transforma ba uma mutin no kalen, Eskola sira iha tempu Portuges Primariu deit ohin transforma sekundariu no tekniku vokasional, mesmu iha professor sira maka sei limitadu.

**P12–Tuir ita boot, comunidade iha kapasidade atu foti desizaun ba sira nia moris iha servisu hamutuk?**

R–Sim, comunidade iha kapasidade mak grupo barak mak existe iha Suco ne'e. Mudança barak ne'ebe akontese iha ne'e tambá comunidade servisu iha grupo.

**P12.1–Tuir ita boot ema/komunidade iha Suco ida ne'e participa ativa iha dezvoltimentu Suco? indika mai hau forma 3 (participa iha parte saida deit) husi participasaun ativa comunidade refere?**

R–Sim, comunidade participa ativa. 1) Komunidade sira kontribui sira nia rai no plantasaun wainhira loke Estrada no konstrui ai-rin eletricidade sem kompensasaun ruma, 2) comunidade hahu kontribui \$1/fln ba be mos nian, 3) kontribui fo hanoin wainhira enkontru nivel Aldeia no Suco nian, participa ativa mos Limpeza jeral (xesta limpo).

**P12.2–Iha 2014 Suco ne'e hetan premiu rekoñesimentu husi PR nian, premio refere indika saida?**

R–Signifika comunidade Suco Biqueli participa ativo, comunidade hamutuk kuda ai-oan, ambiente suku mos, konsege hapara seguransa prezidente nian deskansa hotu no comunidade maka halo seguransa ba Prezidente Repúblika diferente ho suku seluk.

**P12.3-Ita boot konsedera moris kiak inspira ema/komunidade iha Suco ne'e hodi servisu makas iha ambito dezvoltimento?**

R–Sim, kiak mak inspira no hetan motivasaun husik ema seluk nia servisu.

**P12.4- Tuir ita boot nia hanoin, ema/comunidade iha Suco ne hatudu espirtu coletividade nebe forte tebes? Oinsa ita boot nia komentario?**

R–Sim, espirtu coletividade forte duni iha Suco ne'e, ita bele hare husi grupo comunitário e cooperativa nebe eziste.



### *Tendências do processo de desenvolvimento comunitário*

**P13– Tempo aktual, ponto forte saída deit ba processo desenvimentu komunitaria Suco ne'e? (aspetu internu iha Suco laran)**

**R**–Fiar malu, rona lideransa sira, komunidadade ativu, komunidadade mos hatene tetu saida maka di'ak no la di'ak. Influenta pesoa Igreja no estada sai inspirasaun boot ba vontade komunidadade nian servisu maka'as tebes.

**P13.1– Iha kontekstu atual, iha oportunidade ruma ba desenvimentu komunitaria? (aspetu eksternalnu husi Suco)**

**R**–Iha parte peska, ema barak mai sosa ikan, sosa budu tasi barak entaun atrai tebes komunidadade nia vontade.

**P14– Ponto fraku saída deit iha processo desenvimentu komunitaria iha Suco ne'e?**

**R**–Autoridade lokal sira la iha planu di'ak ba rekursu turistiku sira hanesan Bee manas, nu'udar rikusoin ida desenvimentu suku. Lingua, komunidadade la hatene Ingles atu fasilita estranjeiru sira.

**P14.1– Iha ameasa saída deit ba desenvimentu komunitaria? iha ameasa ruma ba desenvimentu komunitaria? (aspetu eksternalnu husi Suco)**

**R**–Area peska mos kiik ba dadauk, populasau ikan mos tun bebeik. La iha tarabandu atu nune'e area sorin ikan balun ita bele kaer area sorin ita bele haki'ak. No la iha bandu ba ema peska arbiru bele halo ikan sai mohu iha futuru.

### *Sugestões*

Loke tan Ensinu Baziku iha suku ida ne'e. Aumenta numeru parteira sira suku nian, atu nune'e komunidadade sira labele lori ema moras tun sa'e buka sistensia. Ahi, atu nune'e bele fo oportunidade ba estudante sira nia estudu. Bee mos ba komunidadade aldeia 2 ne'ebe seidauk asesu.

## Entrevista 8: Data, 18 de Novembro de 2016

### *Desenvolvimento Comunitário*

#### **P1-Ita boot envolve ona iha kriaun, implementasaun no monitorizasaun projeto dezvoltimentu komunitario?**

R–Koalia kona ba dezvoltimentu iha Suco ne, hanesan uluk seidak asesu ba estrada, husi Beloi too Suco ne, maske seidak aspal, maibe bele fasilita hodi asesu ba comunidade hodi transporta sira nia produto ba mercado Beloi) ida mak eletricidade (tinan 2 ka 3 liu ba ) maske lahan orans 6 deit (tk 6 lorokraik no mate iha tk 6 dader). La lakan loron no kalan, 12 oras nia tempo deit. Alen de ne dezvoltimentu ne laliu husi parte governu maibe liu husi grupo komunitariu nebe organiza rasik sira nia kooperativa, nemak bele dezvoltive atividade, bele fasilita comunidade nebe labele hetan osan iha fatin ruma, maibe bele ajuda comunidade bele hetan osan besik iha ne, hanesan atividade kesi budu tasi. Be mos, ne importante maske mai semana 1 no para semana 1.

#### **P1.1–Ho razaun saida ita boot hakarak involve iha projetu ne'e?**

R–Tamba sira nia hanoin, sira nia grupo rasik atu hetan osan, sira hakarak kria atividade.

#### **P2–Tuir ita boot fatores saida deit mak bele kontribui ba implementasaun projetu dezvoltimentu iha suku ida ne'e?**

R–Fatores ida mak obriga no motiva ema servisu hamutuk, mak tama iha grupo bele hadiak sira nia vida/moris, alen de hadiak sira nia moris, bele fasilita mos sira seluk nebe latama iha grupo ne, exemplo grupo kooperativa no sira nebe tama iha estrutura, hanesan grupo inan-aman, sira nebe la tama grupo mak sira nia atividade lorloron mak kesi budu tasi, too tempo ida sira panen, habai maran tiha mak fa'an no tetu ba kompania/kooperativa. Atu hateten katak sira nebe envolve an iha grupo bele ajuda fali comunidade nebe kesi budu tasi hodi hola budu tasi nebe habai maran tiha ona.

#### **P2.1–Tuir ita nia hare difikuldade saida maka ita enfrenta iha projetu dezvoltimentu?**

R–Difikuldade mak suco ne enfrenta mak hanesan eletricidade, comunidade hakarak lakan 24 oras, hodi halo tan buat seluk, hanesan halo es fatuk, sira labele halo tan buat ruma tamba eletricidade lakan 12 oras deit. Be mos nian, problema mak semana 1 mai dala 2 no dala 3 deit para fali, estrada fali problema mak rai rahun bele halo comunidade moras mear no seluk tan.

#### **P3–Bele temi took atividade tolu maka atinje iha Suku ida ne'e? Rejultado.**

R–Tuir hau hare hetan mak buat 3 ne, estrada, eletricidade no be mos, maske aldeia uaroana no ilidua, seidak asesu estrada no eletricidade ho diak; uaroana be mos bele asesu ona, eletricidade seidak asesu, ilidua iha tanki udan ben, tempo udan mak bele asesu be mos, eletricidade sira uza solar panel (tenaga surya) loron sira chas hela no kalan sira uza, tamba manutensaun ladiak, solar panel barak mak labele uza ona. Atu hateten katak buat 3 ne'e (estrada, eletricidade no be mos) lao ona maske seidak 100%.

#### **P3.1–Entre atividade hosi governu no comunidade nian ida ne'ebé mak atinje liu?**

R–Estrada, be mos no eletricidade atinje ona ho ninia limitasaun, comunidade nian mak ho inicitiva rasik forma grupo komunitaria sira hodi servisu hamutuk ba hadiak moris.

#### **P4–Indika took Atividade tolu ne'ebé seidak bele atinje iha Suco ne'e?**

R–Ida mak edukasaun ne, ami hakarak loka tan eskola secundaria iha Suco Biqueli laran ne, ida mak re-kursu humanu ne, professores sira, entaun eskola primaria no pré-sekundaria ne sei menus professores? Professores sei menus duni iha Suco ida ne'e. aumenta tan ona professores mas balun sei voluntario, iha tan bua seluk, área saúde, pesca, área pesca lao diak? Pesca la'o diak, maibe tamba ikan parte ita nian ne menus, entaun ba pesca iha ema nia área hanesan Liran-Indonesia, sira hasoru problema hanesan hetan kobransa ilegal husi parte Indonesia nian no amesa no baku tan pescador balun, ida ne mak problema. Ita atu buka ikan hodi hetan osan maibe ita hasoru fali problema kobransa no baku tan ita, osan ne ita gasta fali ba sira duke lori mai gasta ba ita nia uma laran.

#### **P4.1–Kada experiencia sira ne'e asosia took karakteristik 3, ne'ebe klasifika hanesan labele atinje?**

R–Estrada, be mos no eletricidade mak seidak bele atinje iha aldeia 2 hanesan Ilidua no aldeia Uaruana.

### *Capital Social*

#### **P5– Iha organizasaun, grupo, asosiasaun eh grupo cooperativa komunitaria hira mak eziste iha Suco ne?**

R–Sim, tuir hau nia hare mak iha grupo kooperativa, grupo pesca, iha Suco Ilicnamo ne iha grupo pesca 5, hanesan grupo esperança, grupo bintang, grupo o meu amigo, grupoi alfaite, grupo ikan maran, atu hateten grupo barak iha Suco Biqueli. Iha aldeia Ilidua no Uaroana ne grupo servisu hamutuk ne eziste hotu? Sim,

iha grupo hotu fatin 2 ne, iha grupo foinxae sira, hanesan balun atu hasoru kazamentu, ou grupo arisan, hau rasik uluk Laos kazamentu maibe hafolin ne mai husi grupo joven nebe eziste ona. Grupo sira ne komuni-  
dade iha iniciativa hodi forma grupo refere ou governu/autoridade lokal mak haruka hodi hari grupo sira  
ne, hanesan ita ohin temi, grupo kesi budu tasi no pesca.

**P5.1– Organizasaun komunitaria sira nebe iha Suco ne, kria rasik husi membru comunidade eh kria  
husi Governu?**

R–Sim, comunidade mak iha iniciativa rasik hodi forma grupo refere.

**P5.2– Oinsa grupo eh organizasaun komunitaria sira ne foti decizaun ruma, nebe afeta ba membro  
husi grupo ne'e rasik?**

R–Sira nebe kria grupo ne mak deside hamutuk, grupo sira ne foti desizaun koletivamente no participativo.

**P5.3– Ita boot hatene dezafiu no prioridade principal husi organizasaun, grupo kooperativa, asosia-  
saun nebe existe iha Suco ne'e? Ita boot bele explica?**

R–Difikuldade mak sira nebe kesi no tetu budu tasi, osan husi budu tasi ne mak hetan kleur oituan, entau  
budu tasi ne lori tempo mak hetan osan wainhira ba tetu, henesan dezafius ida, depende sira (kooperativa)  
wainhira iha osan, comunidade nebe ba tetu budu tasi hetan kedas osan, se wainhira laiha osan, kooperativa  
ba faan tutan tiha mak ikus mai comunidade lori tempo mak hetan osan. Grupo pesca mak baibain hasoru  
korente boot. Prioridade grupo nian mak oinsa korente tasi normal hodi fasilita tun tasi buka ikan hodi hetan  
osan.

**P6–Oinsa karakteriza relasaun entre comunidade iha fatin/Suco ida ne'e ? Jeralmente, ema sira iha  
Suco Biqueli harmonia tebes eh ladun simu malu (la gosta malu)?**

R–Ami iha espíritu ba unidade maka maka'as liu, ita bele hare iha grupo inan nia, no iha grupo aman nian,  
hanesan membru balun husi grupo ne moras karik, besik semana 1 ka 2 ona, grupo tanto grupo inan ka  
aman bele halibur malu hodi tau hamutuk osan no fos ruma hodi ba vizita maluk nebe moras.

**P6.1–Kompara ho Suco seluk, relasaun entre comunidade iha Suco ida ne harmonia, kompara ho  
Suco seluk ?**

R–Sim, hau la dehan diak liu Suco seluk, maibe maioria.

**P6.2–Tuir ita boot comunidade iha Suco ida ne'e jeralmente fiar malu entre sira, exemplo iha rela-  
saun empresta (empresta malu entre sira) hanesan empresta osan ba malu?**

R–Iha Aldeia laran rasik kona ba rona malu no fiar malu, fiar malu iha parte empresta malu, exemplo  
komunidade balun iha osan no seluk hakarak empresta, parte 2 konkorda data foti no hatama fali osan funan  
no osan inan iha data nebe konkorda no determina hamutuk ona, too data nebe determina nia tenke selu,  
bazeia deit ba fiar malu, laiha requezitu hanesan iha banku prience ida ne no ida neba, fiar malu no garante  
katak osan sei la lakon.

**P7–Oinsa karakteriza kooperasaun no servisu hamutuk entre comunidade sira iha Suco ne'e no Suco  
seluk? Ita boot bele explika iha situasaun saida deit mak comunidade sira bele servisu hamutuk  
iha grupo?**

R–Sim, Sira servisu hamutuk tamba iha unidade no fiar malu, konfia malu, exemplo iha aldeia laran wai-  
nhira iha atividade husi Igreja ou husi Governu, hanesan atividade Igreja ami organiza malu, enkontro no  
halibur malu, hanesan Igreja Dotan, deside hodi kontribui ikan, hanesan kongresu agora ne kada aldeia iha  
obrigasaun atu kontribui ikan durante kongresu too remata, lora 1 aldeia 1 mak kontribui ikan hanesan  
modo. Atauro tomak iha obligasaun hodi kontribui ikan durante kongresu.

**P7.1 Tuir ita boot nia hanoin, grupo comunidade sira iha Suco ne servisu hamutuk ho grupo seluk  
nebe iha objetivo hanesan iha Suco laran no mos Suco seluk?**

R–Sira nebe iha objetivu hanesan ne sempre servisu hamutuk, exemplo grupo inan no aman iha aldeia  
Iliknamo, sempre servisu hamutuk, tamgrupo inan nian sira iha osan no bele fo kreditu, (\$20 ka hira?)  
depende ba akordo ba empréstimo, fulan 6 ka fulan hira, too osan hatama fali, wainhira iha tinan 1 no halo  
atividade ruma boot mak osan inan no funan hatama hotu, grupo inan no aman atividade servisu hamutuk  
mak laiha maibe kreditu ne too tempo ida halibur malu, depende mos ba nesecidade husi grupo sira refere.

**P7.2 No, grupo komunitario iha Suco ne'e servisu hamutuk ho grupo seluk ne'ebe iha objetivo dife-  
rente iha Suco laran no mos iha Suco/fatin seluk?**

R– Akontese servisu hamutuk ne iha grupo kreditu, hanesan ema ida iha aldeia Iliknamo iha osan barak bele  
facilita ema iha aldeia laran no Suco seluk bele mai empresta nia osan, hanesan grupo alfaete ne ema no  
grupo iha Suco seluk bele mai aprede suku rupa no husi iha ba facilita sira hodi aprende suku iha sira nia  
fatin, entaun sempre entre organizasaun no grupo sira ne servisu hamutuk, tamba organizasaun sira ne iha  
objetivo hodi tulun malu no foti malu, lao mesak labele maibe servisu no lao hamutuk ita bele, no neseci-  
dade baziku sira lao mesak labele maibe lao hamutuk bele responde.

**P8– Tuir ita boot, iha benefício ba ita boot hanesan individu no koletivu hetan wainhira tama iha grupo servisu ruma? (benefício individuo & koletivu?)**

R–Sim, wainhira ema tama grupo, ida mak hau bele halo uma, se hau mesak hau labele halo uma fatuk, hau tama grupo mak bele halo uma, benefício ida mak suporta sira nia oan ba eskola, hakarak sira oan eskola universidade, benefício ida mak dudu no apoio nia oan ba nível edukasaun mais alto no avançado.

**P8.1– Tuir ita boot, wainhira tama no envolve an iha grupo/organizasaun komunitaria, bele muda no hadi’ak ita boot nia vida/moris?**

R–Sim, ami koko dala ida ona wainhira ami na’in 10 hari uma sanulu liu hosi tulun malu. Familia ida responsabiliza simenti, Ai, rai-henek no selsek tan, bele hadiak moris.

**P8.2– Ita boot, indika mai hau, benefício principais 3 nebe ita boot hetan wainhira tama no hola parte iha grupo ruma?**

R–Apoiou oan sira nia estudo, halo uma no suficiente ba nesesidade baziku (Biqueli quase uma fatuk hotu ne’e tamba servisu iha grupo).

**P9–Tuir ita nia haré ne’e servisu hamutuk ne’e bazeia ba prinsipiu solidariedade no partisipasaun ativa comunidade?**

R–Sim, ema servisu hamutuk ne tamba iha sentimentu solidariedade no partisipasaun, nune’e duni (solidariedade no hakarak participa), ita bele dehan katak ita participa para halo mudança ba ita nia moris, envolve an no servisu hamutuk ne bele muda ita nia moris.

**P9.1–Iha tempo ohin loron, iha situaun saida maka comunidade sira bele ajuda/tulun malu? Bele esplika?**

R–Hanesan budu tasi, osan sempre tarde, situaun hanesan ne oinsa comunidade sira bele tulun malu, fahe informasaun ba malu katak osan tarde.

**P9.2–Se iha problema ruma kona ba bee mos, oinsa mak comunidade servisu hamutuk resolve problema ne’e?**

R–Wainhira iha problema be mos, iha grupo ida ho naran GMF (grupo maneja facilidade),se akontese problema ne GMF mak resposabeliza, membru husi grupo nem ai husi comunidade rasik, sira nia papel importante mak kontrola be mos iha Aldeia no Suco laran, liuliu kona ba facilidade be mos nian, comunidade sira tuur hamutuk hodi buka solusaun hamutuk ho GMF hodi hatoo tutan ba responsável mais alto.

**P10–Tuir ita boot, envolvimentu husi parte hotu, liuliu comunidade kiak sira, ne’e fundamentu tebes ba rezolusaun/soluciona problema Suco nian?**

R–Sim, hakarak Suco ne lao diak ema hotu iha obrigasaun participa, comunidade hotu tenke participa, atu hateten katak partisipasaun comunidade ne importante.

**P10.1–Tuir ita boot, saida mak inspira ema/komunidade iha Suco ida ne’e realiza/atu servisu hamutuk?**

R–Sim, los duni katak kiak ne mak inspira comunidade hodi hadiak nia moris, avo sira kiak ona ita labele kiak tan, tamba kiak ne “Terus”. Diak liu ita esforsu an hodi muda situaun ida ne (sai husi kiak ne).

**P10.2–Maioria hosi populasuan iha ne’e konfia malu iha kualker aspetu?**

R–Sim, atu hateten katak ema iha ne maioria honestu/jujur. Exemplo ema jujur ne sasukat ida mak iha ema balun nia sasan monu hela, lahatene nia nain mak se, nia lori sasan ne ba entrega ba Igreja hodi aviza sai katak sasan ne nain mak se? Iha ne akontese duni hanesan maun ohin explika dadauk ne, ida fali mak imprestimo; osan nebe fo empresta ne garante katak osan sei lalakon. Exemplo seluk katak bapak sira mai iha ne dehan katak “sira nia motor para hela no liu loron 2 ka 3, nain fila mai motor ne nia posisaun nafatin lamuda, sentido katak ema sira iha ne ita bele fiar no konfia, iha fatin seluk karik motor ne bele lakon ou estraga ona.

### ***Participação e Empowerment***

**P11–Ita boot konsidera comunidade rasik iha inisiativu dezenvolve suku ida ne’e?**

R–Sim, atu hateten katak programa Suco nian nia ba, programa Igreja nia ba no inklui esforsu hodi hadiak nia moris rasik, “forma de partisipasaun comunidade nian ida mak participa iha “Limpeza Jeral” ema bele iha iniciativa hamos uma ninin, estrada ninin ne hatudu katak comunidade kontribui no participa iha programa Suco nian. iha programa Suco nian bolu “Biqueli Limpo” kada aldeia bele lori fali programa ne bolu dehan “Ilicnamo Limpo” comunidade hothotu iha iniciativa hodi hamos bairro no aldeia hodi kontribui ba “Ambiente Saudavel” comunidade iha iniciativa hamos uma no estrada ninin, konsedera forma partisipasaun ida.

**P11.1– Tuir ita boot, ema/comunidade iha suco ne organiza malu no hamutuk ezize ba governu eh lideres político hodi interven ba dezenvolvimentu iha Suco ne? Bele explica took, asaun sira hala’o ne’e ho susesu?**

R–Seidauk iha. Protesto ida mak hatudu dadauk ona liu husi eleisaun Suco nian foin dadauk ne, katak Lei fo dalan Xefe Suco tuan kandidata an hodi kompete, ikus mai nia ema lahili ona, hatuduk katak konfiança ba nia laiha ona no lakon ona fiar, protesto ida hodi la hili nia no hili no fihir ema foun hodi lidera Suco refere. Tamba problema Suco nian barak mak seidauk rejolve, hanesan trabalho de casa ba estrutura Eleitu sira mak atu rejolve, hanesan hau hau hateten ba xefe aldeia Ilicnamo iha kraik neba.

**P11.2- Too iha ponto saída mak governu local no lider local tau ba konsedersaun/responde ba preocupasaun comunidade nian eh foti decizaun ruma nebe afeta ba na rasik no comunidade?**

R–Kona ba estrada no baleta koak ne ami hatoo duni ba autoridade lokal sira, tamba estrada baleta laiha “akontese udan boot be sae too uma laran , uma kain hira kedas mak hasoru problema ne, ami hatoo duni ba autoridade lokal, sira nia resposta mak sira sei hatoo ba xefe Suco no hatutan ba kompania nebe toma konta ba estrada nian. Atu hateten katak comunidade wainhira iha problema ruma sempre hatoo ba autoridade nebe besik no kanal tutan fali ba autoridade nebe iha responsabilidade máximo.

**P11.2.1–Iha ka lae akontese mudansa ruma durante tinan 15 iha ukun an ne’e? Bele esplika?**

R–Mudança ne mak buat 3 ohin hau hateten ne estrada, eletricidade no be mós, uluk buat 3 ne laiha no agora iha, ida ne mak mudança nebe akontese. Buat 3 ne maske seidauk 100% maibe uluk laiha, agora akontese, comunidade halerik ba buat 3 ne, agora akontese, maske seidauk 100%. Mudança 3 ne ita vele konsedera katak intervensaun mai husi liur, ita ezize no governu hatan, iha mudança seluk nebe mai husi iniciativa comunidade nian? mudança ida mak uluk uma fatuk iha ne dehan 2 deit agora bele dehan katak besik 100% mak uma fatuk no kalen hotu ona, ne akontese tamba comunidade iha iniciativa no esforsu hodi muda sira nia moris. Parte edukasaun nian uluk laiha pré-secundaria iha Suco ne agora iha ona eskola pré-secundaria, konsedera hanesan mudança ida, pré-eskolar kada aldeia iha infantil.

**P12–Tuir ita boot, comunidade iha kapasidade atu foti desizaun ba sira nia moris iha servisu hamutuk?**

R–Sim, comunidade iha duni kapasidade no iha inicitiva hodi muda sira nia moris, faktus mak uma comunidade nian maioria uma fatuk.

**P12.1–Tuir ita boot ema/komunidade iha Suco ida ne’e participa ativa iha dezenvolvimentu Suco? indika mai hau forma 3 (participa iha parte saida deit) husi participasaun ativa comunidade refere?**

R–Sim, 1) limpeza jeral (hamos bairro), 2) participa festa, tanto organiza husi governu no mos Igreja (festa popular), 3) forma ida fali mak ordem do estado (enkontro iha Suco) xefe aldeia sira ba iha encontro Suco no mai fahe fali ba comunidade no comunidade bele hatoo problema relevante xefe aldeia hafoin xefe aldeia sei hatoo fali ba iha encontro Suco nia iha semana tuir mai. ema hotu-hotu iha aldeia ne ba hotu iha salaun, neba tamba centro komunitario seidauk estabelece. Enkontro iha aldeia ho sentido simu ordem husi Suco no bele hatoo proposta ba leten liu husi xefe aldeia, (terça-feira)., ida fali bele akontese, xefe aldeia bele organiza encontro urjente ruma no ses husi orario encontro nebe iha hodi hatoo buat ruma, terça ne encontro rutina, molok encontro Suco, iha segunda-feira xefe Suco 5 encontro uluk ho Administrador posto administrativo.

**P12.2–Iha 2014 Suco ne’e hetan premiu rekoñesimentu husi PR nian, premio refere indika saida?**

R–Ida mak mobilizasaun husi liderança no participasaun ativa husi comunidade rasik, nutrisaun comunidade diak tamba iha participasaun ativa comunidade,xefe Suco mesak mos labele atinje karik. Nutrisaun diak tamba iha Biqueli lorloron modo mak ikan hela deit, diak liu tan kompleta ho modo tahan ruma.

**P12.3-Ita boot konsedera moris kiak inspira ema/kamunidade iha Suco ne’e hodi servisu makas iha ambito dezenvolvimento?**

R–Sim, Los duni katak kiak ne mak inspira comunidade hodi hadiak nia moris, avo sira kiak ona ita labele kiak tan, tamba kiak ne “Terus”. Diak liu ita esforsu an hodi muda situaun ida ne (sai husi kiak ne).

**P12.4- Tuir ita boot nia hanoin, ema/comunidade iha Suco ne hatudu espirtu coletividade nebe forte tebes? Oinsa ita boot nia komentario?**

R–Sim, espirtu coletividade forte duni iha Suco neé, ita bele hare husi grupo comunitário e cooperativa nebe eziste.

### ***Tendências do processo de desenvolvimento comunitário***

**P13– Tempo aktual, ponto forte saída deit ba processo desenvimentu komunitaria Suco ne'e? (aspetu internu iha Suco laran)**

**R**–Forsa ida hanesan ema balun hateten katak servisu hamutuk entre komunidadade no komunidadade iha fatin ne ativu tebbebes, força ida mak komunidadade unidade, fiar malu, bele dada ema hodi participa ativa, servisu hamutuk entre Igreja no estado diak tebes, programa husi estado no Igreja sempre hetan participasaun ativa husi komunidadade iha Suco refere.

**P13.1– Iha kontekstu atual, iha oportunidade ruma ba desenvimentu komunitaria? (aspetu eksternu husi Suco)**

**R**–Oportunidade 1 mak bazar Beloi ne bele dada ema liur bele mai (maske sabadu deit), komunidadade sira bele faan sira nia produto hodi hetan osan.

**P14– Ponto fraku saída deit iha processo desenvimentu komunitaria iha Suco ne'e?**

**R**–Ponto fraku mak iha preokupasaun ruma husi komunidadade autoridade sira la responde lalais, lori tempo naruk mak responde. Exemplo mak harii uma ba pré-escolar (infantil), harii husi iniciativa komunidadade nian, tur hamutuk entre komunidadade ho estrutura Igreja inklui xefe aldeia atu koalio konaba oinsa atu hari uma no eskola infantil iha Aldeia refere. Komunidadade kontribui \$ 5/uma kain, kontribui energia hodi hari, hanesan ta ai.rin, nu tahan, hanesan uluk fou-foun halo no hari infantil, mas agora iha mudança ona, iniciativa husi ONG lokal hodi hatoo proposta ikus mai bele hari uma fatuk, sai hanesan eskola infantil, kaleng primeira dama mak ajuda, besi no cimentu mai husi governu (autoridade lokal), kleur liu mak ita konsedera hanesan ponto fraku.

**P14.1– Iha ameasa saída deit ba desenvimentu komunitaria? iha ameasa ruma ba desenvimentu komunitaria? (aspetu eksternu husi Suco)**

**R**–Ameaça fisiku, liuliu hasoru pescador sira, wainhira sira ba peska sempre hetan ameaza wainhira sira pesca iha área Indonesia nian, ameaza ida mak ameaza natureza (bailoron naruk), baliza Suco mos sai ameaza ida, uluk Suco Biqueli ho Beloi, liderança husi parte 2 tur hamutuk ona hodi buka solusaun maibe too agora seidauk iha solusaun. Ida fali ita baliza ho Liran.Indonesia, tamba Atauro kategoria ZEESM, ba oin ema liur bele tama barak no lori kultura foun bele estraga tiha ambiente nebe hakmatek nebe eziste tiha ona (exemplo droga), hanesan ameaza.

### ***Sugestões***

Autoridade lokal hanesan xefe aldeia no Suco inklui *Igreja tenke iha kooperasaun diak* no se bele mantein no diak liu tan iha futuro. Estrada ne se bele halo ona ninia baleta no fui alkatraun, se lae udan bele sobu no rai rahun halo komunidadade moras.

**Entrevista 9:** Data, 15 de Dezembro de 2016)

### *Desenvolvimento Comunitário*

**P1-Ita boot envolve ona iha kriasaun, implementasaun no monitorizasaun projrito dezvoltamentu komunitario?**

R—La envolve. Tamba tempu la iha. Tuir hau nia obserbasaun atinje liuliu konstrusaun fiziku (transforma uma tali sira sai uma fatuk), ne'e mai hosi servisu hamutuk iha grupu entre comunidade nian liu hosi kop-erativa.

**P1.1—Ho razaun saida ita boot hakarak envolve iha projetu ne'e?**

R—Tamba sira nia hanoin, forma sira nia grupu rasik atu hetan osan, sira hakarak kria atividade.

**P2—Tuir ita boot fatores saida deit maka bele kontribui ba implementasaun projetu dezvoltamentu iha suku ida ne'e?**

R—Rona malu, obedese malu entre lider no comunidade. Hahu hosi xefe suku, aldeia to'o comunidade.

**P2.1—Tuir ita nia hare difikuldade saida maka ita enfrenta iha projetu dezvoltamentu?**

R—Hosi governu hadau malu projetu, transporte atu tula sasan hosi fatin ida ba fatin seluk no liuliu tula hosi Dili ba iha ne'eba, ne'e mak sai problema, karun no lori tempu.

**P3—Bele temi/indika took atividade tolu mak atinje iha Suku ida ne'e? Rejultado.**

R—Eletrisidade, Iliknamu maibe seidauk ba suku tomak, beemos hanesan, Estrada pelu menus diferente ho tinan hirak kotuk ba maibe kestaun maka ateru deit entaun sempre naksobu iha tempu udan no rai rahun. Atu hateten deit katak seidauk atinje 100%.

**P3.1—Entre atividade hosi governu no comunidade nian ida ne'ebé maka atinje liu?**

R—Estrada, be mos no eletrisidade atinje ona ho ninia limitasaun, comunidade nian mak ho inicitiva rasik forma grupu komunitaria sira hodi servisu hamutuk ba hadiak moris.

**P4—Indika took atividade tolu ne'ebé seidauk atinje iha Suco ida née?**

R—Nafatin liga ho projetu tolu ne'e katak atinje sei han tempu ne'ebé naruk. Seluk ne'ebé governu seidauk tau prioridade edukasaun (maka professor voluntariu sira to'o agora sei ezize sira nia estatutu) liuliu saúde seidauk atinje 70% tamba atendimentu sira kiik no boot sempre ba iha vila Maumeta.

**P4.1—Kada experencia sira ne'e asosia took karakteristik 3, ne'ebe klasifika hanesan labele atinje?**

R—Estrada, be mos no elektrisidade mak seidauk bele atinje iha aldeia 2 hanesan Ilidua no aldeia Uaruana.

### *Capital Social*

**P5— Iha organizasaun, grupu, asosiasaun eh grupu cooperativa komunitaria hira mak eziste iha Suco ne?**

R—Sim, grupu barak duni. Ida ne'ebé rejistu ona iha governu maka Beata, Katoni Group. No grupu hirak mos foin iha membru ida rua maka sente nia benefisiu maibe seidauk ba membru hotu-hotu. Seluk mos tamba grupu laran mos akontese interese partidariu oinsa hadau malu votus, oinsa para bele hetan fiar hosi partidu lideradu. Grupuseluk mak hanesan, peska, ikan maran, alfaiate, hakiak bibi, grupu kelu, grupu arisan no seluk tan.

**P5.1— Organizasaun komunitaria sira nebe iha Suco ne, kria rasik husi membru comunidade eh kria husi Governu?**

R—Sim, mai hosi comunidade rasik.

**P5.2— Oinsa grupu eh organizasaun komunitaria sira ne foti decizaun ruma, nebe afeta ba membro husi grupu ne'e rasik?**

R—Grupus peska (grupus kiik sira) sempre deside hamutuk, grupus sira ne foti desizaun koletivamente no participativo.

**P5.3— Ita boot hatene dezafiu no prioridade principal husi organizasaun, grupu kooperativa, asosiasaun nebe eziste iha Suco ne'e? Ita boot bele explica?**

R—Estrutura membrusira ladun iha unidade liu hosi dirijente sira mesak halo desizaun. Halo proposta mesak no privatiza tiha sasan grupus nian ne'ebé hetan liu hosi grupus. Tamba dirijente grupus sira halo desizaun mesak. Prioridade mak oinsa servisu hamutuk hodi apoio malu ba moris diak.

**P6—Oinsa karakteriza relasaun entre comunidade iha fatin/Suco ida ne'e? Jeralmente, ema sira iha Suco Biqueli harmonia tebes eh ladun simu malu (la gosta malu)?**

R—Ema iha ne'e moris harmonia, inspiradu hosi fiar evanjellu nian. Kompara ho suku seluk Bikeli kualker atividade saida deit (hosi governu no igreja) povu hakmatek, seluk maka povu hetan konfiansa hosi vizita

Prezidente Republika liuliu nia guarda kosta sira sente livre los no bele deskansa kompara ho vizita ba suku seluk.

**P6.1-Kompara ho Suco seluk, relasaun entre comunidade iha Suco ida ne harmonia, kompara ho Suco seluk ?**

R-Sim, hau la dehan diak liu Suco seluk, maibe maioria.

**P6.2-Tuir ita boot comunidade iha Suco ida ne'e jeralmente fiar malu entre sira, exemplo iha relasaun empresta (empresta malu entre sira) hanesan empresta osan ba malu?**

R-Ema ne'ebé deve sempre kumpri nia promesa atu selu fila-fali osan ne'ebé tuir tempu. Ha'u rasik investe osan ba comunidade balun atu halo negosiu ruma no sira selu tuir duni data wainhira sira sente bele ona. Ba bikeli ha'u rekoñese hanesan kultura ona. Ema ne'ebé deve sempre kumpre nia promesa atu selu fila-fali osan ne'ebé tuir tempu. Ha'u rasik investe osan ba comunidade balun atu halo negosiu ruma no sira selu tuir duni data wainhira sira sente bele ona. Ba bikeli ha'u rekoñese hanesan kultura ona.

**P7-Oinsa karakteriza kooperasaun no servisu hamutuk entre comunidade sira iha Suco ne'e no Suco seluk? Ita boot bele explika iha situasaun saida deit mak comunidade sira bele servisu hamutuk iha grupo?**

R-Sim, dezvoltimentu fiziku hanesan halo uma, sira sempre tulun malu kontribui sasan relevante sira ba familia ne'ebé atu hari uma no hanesan ne'e troka malu ba uma seluk. Kazamentu ema sempre tau tulun malu hosi grupu 60 to'o 90 hodi tau folin ba feto ida nian. Nune'e joven no inan-aman sira la tauk, oan sira kuandu hola kaben.

**P7.1 Tuir ita boot nia hanoin, grupo comunidade sira iha Suco ne servisu hamutuk ho grupo seluk nebe iha objetivo hanesan iha Suco laran no mos Suco seluk?**

R - Sira ne'ebe iha objetivu hanesan ne sempre servisu hamutuk. Mak hanesan peska, empresta osan.

**P7.2 No, grupo komunitario iha Suco ne'e servisu hamutuk ho grupo seluk ne'ebe iha objetivo diferente iha Suco laran no mos iha Suco/fatin seluk?**

R-Hanesan grupu Esperansa alen peska nia mos sosa ikan hodi fa'an.

**P8- Tuir ita boot, iha beneficio ba ita boot hanesan individu no koletivu hetan wainhira tama iha grupo servisu ruma? (beneficio individuo & koletivu?)**

R-Sim, wainhira ema tama grupo, individu bele halo uma rasik, uluk oan sira universidade la iha maibe agora ne'e iha. Grupo nafatin eziste maske hasoru problema oioin iha tereno.

**P8.1- Tuir ita boot, wainhira tama no envolve an iha grupo/organizasaun komunitaria, bele muda no hadi'ak ita boot nia vida/moris?**

R-Sim, bele hadiak moris.

**P8.2- Ita boot, indika mai hau, beneficio principais 3 nebe ita boot hetan wainhira tama no hola parte iha grupo ruma?**

R-Hari uma, oan sira bele mos eskola iha eskola universidade privadu ne'e iha kustu boot no ultimo maka ami bele han loron ida dala tolu kompara molok servisu hamutuk tamba loron ida han deit dala ida.

**P9-Tuir ita nia hare ne'e servisu hamutuk ne'e bazeia ba prinsipiu solidariedade no partisipasaun ativa comunidade?**

R-Sim, tamba ema motiva no tulun malu oinsa ema hotu moris hanesan. Liuliu iha konstrusaun hari uma, Membru iha grupu laran tulun malu hotu-hotu tenke hela iha uma fatuk liu hosi servisu hamutuk kontribui sasan konstrusaun nian, membru rasik maka servisu, no feto sira maka tein.No esperiensa ida ne'e ami aprende hosi amu Cristoavão.

**P9.1-Iha tempo ohin loron, iha situasaun saida maka comunidade sira bele ajuda/tulun malu? Bele explika?**

R-Igreja no atuoridade iha atividade hanaran asistencia sosial. Ne'e sira reune comunidade halibur, batar no fos hodi fo tulun ba familia ne'ebé araska ba hahan iha tempu bailoron. Ne'e efetivu durante bailoron.

**P9.2-Se iha problema ruma kona ba bee mos, oinsa mak comunidade servisu hamutuk resolve problema ne'e?**

R-Komunidade maka halo kontribuisaun dolar ida, deside hosi comunidade rasik liu hosi ekipa ida ho naran GMF.

**P10-Tuir ita boot, envolvimentu husi parte hotu, liuliu comunidade kiak sira, ne'e fundamentu tebes ba rezolusaun/soluciona problema Suco nian?**

R-Sim, hakarak Suco ne lao diak ema hotu iha obrigasaun participa.

**P10.1-Tuir ita boot, saida mak inspira ema/komunidade iha Suco ida ne'e realiza/atu servisu hamutuk?**

R-Sim, ki'ak sai pontu prinsipal ne'ebé obriga ema hotu hakarak kore an.

**P10.2-Maioria hosi populasuan iha ne'e konfia malu iha kualker aspeitu?**



R–Sim, atu hateten katak ema iha ne'e maioria honestu/jujur. Konkorda. Liuliu akontese iha ne'e ema ruma empresta osan hosi ema ruma sei selu tuir tempu ne'ebé los no osan kompletu.

### ***Participação e Empowerment***

**P11–Ita boot konsidera comunidade rasik iha inisiativu dezenvelope suku ida ne'e?**

R–Sim, atu hateten katak programa Suco nian nia ba, programa Igreja nia ba no inklui esforsu hodi hadiak nia moris rasik. Komunitade la husu kompensasaun wanhira konstrusaun Estrada kona nia rain no nia plantasaun.

**P11.1– Tuir ita boot, ema/comunidade iha suco ne organiza malu no hamutuk ezize ba governu eh lideres politico hodi interven ba dezentimentu iha Suco ne? Bele explica took, asaun sira hala'o ne'e ho susesu?**

R–Nunka haré, maibe liu hosi kanal sira hanesan xefe aldeia no xefe suku iha.

**P11.2- Too iha ponto saída mak governu local no lider local tau ba konsedersaun/respone ba prekupsasaun comunidade nian eh foti decizaun ruma nebe afeta ba na rasik no comunidade?**

**P11.2.1–Iha ka lae akontese mudansa ruma durante tinan 15 iha ukun an ne'e? Bele esplika?**

R–Maka edukasaun uma-eskola aumenta, fasilidade peska aumenta investe hos governu, kreditu, uma tali transformaba uma mutin kompara ho tinan 2006 ba kotuk, salaun enkontru. Seluk maka Estrada, eltrisidade no bee mos.

R–Liuliu osan ba idozu sira nian, no ezizensia ba hari eskola autoridade sira sempre konsidera.

**P12–Tuir ita boot, comunidade iha kapasidade atu foti desizaun ba sira nia moris iha servisu hamutuk?**

R–Sim, comunidade iha duni kapasidade no iha inicitiva hodi muda sira nia moris, faktus mak uma komunidadade nian maioria uma fatuk.

**P12.1–Tuir ita boot ema/komunidade iha Suco ida ne'e participa ativa iha dezentimentu Suco? indika mai hau forma 3 (participa iha parte saída deit) husi participasaun ativa comunidade refere?**

R–Sim, 1) limpeza jeral (hamos bairro), 2) participa festa, tanto organiza husi governu no mos Igreja (festa popular), 3) forma ida fali mak ordem do estado (enkontru iha Suco) xefe aldeia sira ba iha enkontru Suco no mai fahe fali ba comunidade no comunidade bele hatoo problema relevante xefe aldeia hafoin xefe aldeia sei hatoo fali ba iha enkontru Suco nia iha semana tuir mai.

**P12.2–Iha 2014 Suco ne'e hetan premiu rekoñesimentu husi PR nian, premio refere indika saida?**

R–Maka har'e hosi partisipasaun ativu comunidade nian iha aspetu nutrisaun.

**P12.3-Ita boot konsedera moris kiak inspira ema/komunidade iha Suco ne'e hodi servisu makas iha ambito dezentimentu?**

R–Sim, Los duni katak kiak ne mak inspira comunidade servisu hamutuk iha grupo hodi hadiak nia moris.

**P12.4- Tuir ita boot nia hanoin, ema/comunidade iha Suco ne hatudu espirtu coletividade nebe forte tebes? Oinsa ita boot nia komentario?**

R–Sim, espirtu coletividade forte duni iha Suco ne'e, ita bele hare husi grupo comunitário e cooperativa nebe eziste.

### ***Tendências do processo de desenvolvimento comunitário***

**P13– Tempo aktual, ponto forte saída deit ba processo dezentimentu komunitaria Suco ne'e? (aspetu internu iha Suco laran)**

R–Partisipasaun ativu comunidade nian, rona malu, servisu grupu. Komunitade unidade iha diverjensia politika.

**P13.1– Iha kontekstu atual, iha oportunidade ruma ba dezentimentu komunitaria? (aspetu eksternal husi Suco)**

R–Bele sai fatin turistik hodi atraí vizitante.

**P14– Ponto fraku saída deit iha processo dezentimentu komunitaria iha Suco ne'e?**

R–Jeral maka lideransa suku ladun interesse buka buat ruma investe, ezemplu fatin turismu barak maibe sira iha hanoin ruma atu dezentolve bele fo retornu ba suku ka governu. Labarik sira ladun estuda didiak, nu'udar pilar ida ba sira nia futuru maske inan-aman servisu maka'as hodi hetan osan. Seluk maka manajementu familia fraku, ezemplu hetan osan \$100.00 maibe osan ne'e bele hotu iha semana ida nia laran.

**P14.1– Iha ameasa saída deit ba desenvolvimentu komunitaria? iha ameasa ruma ba desenvolvimentu komunitaria? (aspetu eksternu husi Suco)**

**R**–Baliza suku seidauk definitivu, entre suku sira hosi rai maran no tasi. Seluk maka fronteira tasi entre Lirang. Nia implikasaun mak peska ilegal.

***Sugestões***

Sujestaun ba suku, komesa identifika lakuna sira ne'ebé maka ita enfrenta. Investimentu iha setor turismu. Presiza iha mudansa ba fasilidade peska. Hametin nafatin ita nia prinsipiu unidade, fiar malu nu'udar ezemplu ba suku selseluk.

## Anexo 6: Exemplos de *Outputs* do Iramuteq

### *Output* do tratamento do *corpus* das entrevistas do *Software* do Iramuteq

Organização temática do *corpus*:

- Tema 1: Processos de **desenvolvimento comunitário** em Suco Biqueli (**Dimensao\_1**) (P1; P2; P3; P4)
- Tema 2: **Capital social** na comunidade Suco Biqueli (**Dimensao\_2**) (P5; P6; P7; P8; P9; P10)
- Tema 3: **Participação e empowerment** da comunidade em Suco Biqueli (**Dimensao\_3**) (P11; P12)
- Temas 4 e 5: **Tendências e sugestões** para a melhoria do processo de desenvolvimento comunitário em Suco Biqueli (**Dimensões\_4 e 5**) (P13; P14; P15)

### **Tema 1: Processos de desenvolvimento comunitário em Suco Biqueli (Dimensao\_1)** (P1; P2; P3; P4)

Résumé (glob.txt em Dimensao\_1\_stat\_1)

*Nombre de textes* (Nº de textos iniciais: UCI – unidade de contexto inicial): 9

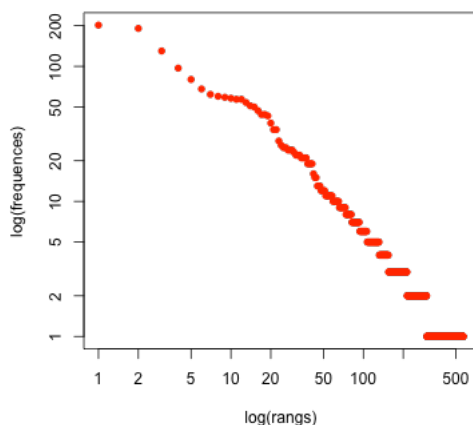
*Nombre d'occurrences* (Nº de ocorrências): 3398

*Nombre de formes* (UCE – unidade de contexto elementar): 567

*Nombre d'hapax*: 267 (7.86% das ocorrências; 47.09% das formas)

*Moyenne d'occurrences par texte* (Média de ocorrências por texto): 377.56

Figura Anexo 1: Diagrama de Zipf do *corpus* dos processos de desenvolvimento comunitário em Suco Biqueli



Fonte: *Corpus* das P1, P2, P3, P4; *ouput* Iramuteq zipf.png

Tabela Anexa 1: Principais frequências lexicais (formas ativas) do *corpus* dos processos de desenvolvimento comunitário em Suco Biqueli (n ≥ 5)

Formas ativas	nº.	Formas ativas	nº.
água	62	Pesca	8
suco	57	Importante	8
potável	57	Envolver	8
comunidade	54	Relevante	7
estrada	51	Mencionar	7
eletricidade	47	Família	7
aldeia	44	Enfrentar	7
acesso	38	Dinheiro	7
projeto	34	Criar	7
atingir	34	Chuva	7
desenvolvimento	24	Chefe	7
comunitário	24	Valeta	6
grupo	22	Semana	6
atividade	22	Saúde	6
parte	16	Proposta	6
conjunto	13	Exemplo	6
realizar	12	Dificuldade	6
implementação	12	Companhia	6
considerar	12	Causa	6
ilídua	11	Casa	6
governo	11	Alfaiate	6
funcionar	11	Solar	5
encontro	11	Produto	5
biqueli	11	Precisar	5
vida	10	Necessidade	5
uaruana	10	Líder	5
melhoria	10	Longe	5
local	10	Limitação	5
ano	10	Liderança	5
obter	9	Informação	5
nível	9	Implementar	5
cooperativa	9	Facilitar	5
querer	8	Dever	5
própria	8	Apoio	5
problema	8	Agente	5
pnds	8	Acompanhar	5

Fonte: *Corpus* das P1, P2, P3, P4; *output* Iramuteq *formes\_actives.csv*Tabela Anexa 2: Características do perfil das Classes dos agrupamentos lexicais do *corpus* dos processos de desenvolvimento comunitário em Suco Biqueli

	eff.s.t.	eff.total	%
Classe 4	16	65	24.62
Classe 2	15	65	23.08
Classe 3	12	65	18.46
Classe 5	12	65	18.46
Classe 1	10	65	15.38

Fonte: *Corpus* das P1, P2, P3, P4; *output* Iramuteq *profiles.csv*

Tabela Anexa 3: Nível de significância das classes do *corpus* dos processos de desenvolvimento comunitário em Suco Biqueli

V1	V2	V3	V4	V5	V6
***	nb classes	5	***		
**	Classe	1	**		
eff.s.t.	eff.total	%	chi2	Forme	P
10	65	15.38	****		
10	24	41.67	20.19	Suco	7.014075e-06
4	5	80.00	17.37	Encontro	3.072026e-05
4	5	80.00	17.37	Liderança	3.072026e-05
3	3	100.00	17.30	informação	3.194579e-05
5	9	55.56	12.95	Biqueli	3.199924e-04
3	4	75.00	11.64	Nível	6.466844e-04
4	7	57.14	10.51	Vez	1.188405e-03
4	7	57.14	10.51	Enfrentar	1.188405e-03
3	5	60.00	8.28	Realizar	4.002731e-03
2	3	66.67	6.35	Semana	1.171261e-02
2	3	66.67	6.35	Mês	1.171261e-02
2	3	66.67	6.35	conhecimento	1.171261e-02
2	3	66.67	6.35	Resolver	1.171261e-02
3	6	50.00	6.08	dificuldade	1.363837e-02
2	4	50.00	3.92	Problema	4.762276e-02
2	4	50.00	3.92	Pesca	4.762276e-02
4	14	28.57	2.38	Grupo	1.226226e-01
*****	*	*	*	*	*
3	3	100.00	17.30	habitualmente	3.194579e-05
3	5	60.00	8.28	Relevante	4.002731e-03
2	3	66.67	6.35	Dentro	1.171261e-02
3	7	42.86	4.55	importante	3.295234e-02
4	12	33.33	3.64	Trabalho	5.633647e-02
2	5	40.00	2.52	Sempre	1.123242e-01
*	*	*	*	*	*
3	7	42.86	4.55	*ent_3	0.03295234
**	Classe	2	**		
eff.s.t.	eff.total	%	chi2	Forme	P
15	65	23.08	****		
15	20	75.00	43.88	Aldeia	3.500314e-11
9	9	100.00	34.82	Ilidua	3.613740e-09
9	9	100.00	34.82	Uaruana	3.613740e-09
15	28	53.57	25.77	Água	3.850479e-07
13	23	56.52	22.43	eletricidade	2.180269e-06
13	28	46.43	15.11	Estrada	1.014139e-04
11	23	47.83	12.28	Atingir	4.572834e-04
9	17	52.94	11.57	Acesso	6.716238e-04
2	3	66.67	3.37	Prejudicar	6.653547e-02
2	3	66.67	3.37	Ilícitamo	6.653547e-02
*****	*	*	*	*	*
14	27	51.85	21.54	Potável	3.461505e-06
10	27	37.04	5.07	Ter	2.433864e-02
2	3	66.67	3.37	Longe	6.653547e-02
2	3	66.67	3.37	2	6.653547e-02
*	*	*	*	*	*
**	Classe	3	**		
eff.s.t.	eff.total	%	chi2	Forme	P
12	65	18.46	****		
11	28	39.29	14.17	Água	0.0001669976
8	16	50.00	14.02	Atividade	0.0001804427
9	23	39.13	10.10	eletricidade	0.0014812961
9	23	39.13	10.10	Atingir	0.0014812961
5	10	50.00	7.81	Governo	0.0051983638
4	7	57.14	7.80	cooperativa	0.0052318488
9	28	32.14	6.12	comunidade	0.0133934038
9	28	32.14	6.12	Estrada	0.0133934038
2	3	66.67	4.86	Indonésia	0.0275643685
3	6	50.00	4.37	Considerar	0.0366241484
5	14	35.71	3.53	Grupo	0.0603320308
2	4	50.00	2.82	Pesca	0.0933055408
*****	*	*	*	*	*
11	27	40.74	15.23	Potável	9.524566e-05
9	23	39.13	10.10	Ir	1.481296e-03
6	15	40.00	6.01	comunitário	1.422959e-02

*	*	*	*	*	*
3	7	42.86	3.1	*ent_3	0.07821869
** eff.s.t. ****	Classe eff.total 16	4 %	** chi2 24.62	Forme ****	P
5	5	100.00	16.59	implementar	4.643070e-05
7	9	77.78	15.91	implementação	6.640451e-05
4	4	100.00	13.05	companhia	3.027540e-04
10	18	55.56	12.84	Projeto	3.388641e-04
5	6	83.33	12.28	Pnds	4.573764e-04
4	5	80.00	8.95	Proposta	2.768503e-03
4	7	57.14	4.47	Local	3.443535e-02
5	10	50.00	4.10	desenvolvimento	4.278305e-02
5	10	50.00	4.10	Governo	4.278305e-02
2	3	66.67	3.00	Ano	8.340986e-02
2	3	66.67	3.00	Chefe	8.340986e-02
2	3	66.67	3.00	Causa	8.340986e-02
2	3	66.67	3.00	acompanhar	8.340986e-02
2	3	66.67	3.00	Dar	8.340986e-02
2	3	66.67	3.00	Relação	8.340986e-02
2	3	66.67	3.00	Equipa	8.340986e-02
*****	*	*	*	*	*
3	3	100.00	9.63	Distrital	0.001912104
2	3	66.67	3.00	Direto	0.083409857
4	9	44.44	2.21	Haver	0.136806525
4	9	44.44	2.21	Fazer	0.136806525
*	*	*	*	*	*
7	12	58.33	9.02	*ent_1	0.002675116
8	16	50.00	7.37	*ent_2	0.006630742
** eff.s.t. ****	Classe eff.total 12	5 %	** chi2 18.46	Forme ****	P
6	6	100.00	29.19	Querer	6.545074e-08
5	6	83.33	18.48	Exemplo	1.717271e-05
3	3	100.00	13.89	Melhoria	1.937106e-04
3	3	100.00	13.89	Facilitar	1.937106e-04
4	5	80.00	13.63	Vida	2.229755e-04
4	5	80.00	13.63	Alfaiate	2.229755e-04
4	6	66.67	10.20	Conjunto	1.401395e-03
4	6	66.67	10.20	Envolver	1.401395e-03
3	4	75.00	9.05	Própria	2.625377e-03
2	3	66.67	4.86	Criar	2.756437e-02
2	3	66.67	4.86	Produção	2.756437e-02
2	3	66.67	4.86	Garantir	2.756437e-02
2	3	66.67	4.86	Ganhar	2.756437e-02
2	3	66.67	4.86	Dili	2.756437e-02
5	14	35.71	3.53	Grupo	6.033203e-02
2	4	50.00	2.82	Família	9.330554e-02
2	4	50.00	2.82	Alga	9.330554e-02
*****	*	*	*	*	*
3	3	100.00	13.89	Pessoa	0.0001937106
6	12	50.00	9.72	Trabalho	0.0018182322
3	5	60.00	6.21	Bom	0.0127122056
2	3	66.67	4.86	Longo	0.0275643685
2	3	66.67	4.86	Mútuo	0.0275643685
4	10	40.00	3.64	Tempo	0.0563364703
5	15	33.33	2.87	Poder	0.0905233508
*	*	*	*	*	*
4	8	50	6.03	*ent_6	0.01408003
2	4	50	2.82	*ent_9	0.09330554

Fonte: Corpus das P1, P2, P3, P4; ouput Iramuteq profiles.csv

Tabela Anexa 4: Resultados da análise factorial por correspondência do *corpus* dos processos de desenvolvimento comunitário em Suco Biqueli (coordenadas, correlação, massa, contribuição das classes)

	classe 1	classe 2	classe 3	classe 4	classe 5
Coord. facteur 1	0,502	-1,526	-0,576	0,699	1,204
Coord. facteur 2	0,384	-0,328	-0,010	1,474	-1,660
Coord. facteur 3	-1,953	0,207	0,068	1,033	0,524
Coord. facteur 4	-0,299	-0,989	1,919	-0,340	-0,187
Corr. facteur 1	0,242	-0,821	-0,288	0,356	0,567
Corr. facteur 2	0,185	-0,177	-0,005	0,752	-0,781
Corr. facteur 3	-0,942	0,111	0,034	0,527	0,246
Corr. facteur 4	-0,144	-0,532	0,957	-0,173	-0,088
COR -facteur 1	0,104	0,850	0,219	0,188	0,412
COR -facteur 2	0,042	0,027	0,000	0,579	0,543
COR -facteur 3	0,842	0,008	0,002	0,219	0,042
COR -facteur 4	0,012	0,115	0,780	0,014	0,003
CTR -facteur 1	0,047	0,522	0,066	0,101	0,263
CTR -facteur 2	0,028	0,024	0,000	0,448	0,500
CTR -facteur 3	0,719	0,010	0,001	0,220	0,050
CTR -facteur 4	0,017	0,219	0,734	0,024	0,006
Mass	0,189	0,224	0,199	0,206	0,181
chi.distance	1,144	1,218	0,907	1,187	1,380
Inertie	0,247	0,333	0,164	0,291	0,346

Fonte: *Corpus* das P1, P2, P3, P4; *ouput* Iramuteq *afc\_col.csv*

Tabela Anexa 5: **Peso factorial das Classes dos agrupamentos lexicais** do *corpus* dos processos de desenvolvimento comunitário em Suco Biqueli

	Valeurs pro- pres	Pourcentages	Pourcentage cumules
<b>facteur 1</b>	0,542	39,233	39,233
<b>facteur 2</b>	0,376	27,208	66,441
<b>facteur 3</b>	0,289	20,926	87,367
<b>facteur 4</b>	0,174	12,633	100,000

Fonte: *Corpus* das P1, P2, P3, P4; *ouput* Iramuteq *afc\_facteur.csv*

**Tema 2: Capital social** na comunidade Suco Biqueli (**Dimensao\_2**) (P5; P6; P7; P8; P9; P10)

Résumé (glob.txt em Dimensao\_2\_stat\_1)

*Nombre de textes* (Nº de textos iniciais: UCI – unidade de contexto inicial): 9

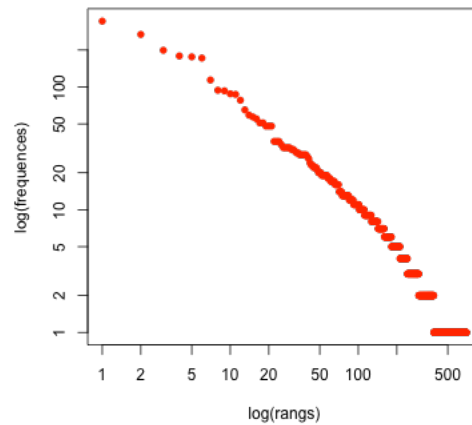
*Nombre d'occurrences* (Nº de ocorrências): 5460

*Nombre de formes* (UCE – unidade de contexto elementar): 698

*Nombre d'hapax*: 310 (5.68% das ocorrências; 44.41% das formas)

*Moyenne d'occurrences par texte* (Média de ocorrências por texto): 606.67

Figura Anexa 2: Diagrama de Zipf do *corpus* Capital social na comunidade Suco Biqueli



Fonte: *Corpus* das P5, P6, P7, P8, P9, P10; *output* Iramuteq zipf.png



Tabela Anexa 6: Principais frequências lexicais (formas ativas) do *corpus* Capital Social na comunidade Suco Biqueli (n ≥ 5)

Formas ativas	n°.	Formas ativas	n°.	Formas ativas	n°.
grupo	176	Termo	11	decisão	7
mútuo	88	Potável	11	abrigo	7
comunidade	87	População	11	situação	6
suco	65	Mar	11	relação	6
conjunto	59	Inspirar	11	produção	6
dinheiro	51	Existir	11	princípio	6
trabalho	48	Própria	10	mudança	6
pesca	36	Pescador	10	motivar	6
casa	36	Junto	10	facilitar	6
membro	32	Dar	10	envolver	6
confiança	32	Contribuir	10	devolver	6
apoio	32	Causa	10	decidir	6
vida	31	Aspeto	10	cumprir	6
família	31	Responder	9	criar	6
empréstimo	30	Precisar	9	contribuição	6
relevante	28	Pobre	9	coletivo	6
problema	28	Pastor	9	barlaque	6
comunitário	28	Organização	9	atender	6
ajuda	23	Importante	9	social	5
obter	22	Gestão	9	saber	5
construir	21	Encontro	9	responsabilidade	5
necessidade	20	Dizer	9	quase	5
melhoria	20	Crédito	9	ouvir	5
cooperativa	20	Coletivamente	9	organizar	5
trabalhar	19	Casamento	9	local	5
filho	18	Viúvo	8	incluir	5
facilidade	18	Vender	8	igreja	5
peixe	17	Utilizar	8	honesto	5
estudo	17	Solidariedade	8	harmonia	5
atividade	17	Querer	8	doença	5
alga	17	Produto	8	depende	5
participação	16	Necessitar	8	decidir	5
exemplo	16	Enfrentar	8	contrato	5
básico	16	Emprestar	8	confiar	5
biqueli	16	Conhecimento	8	concordar	5
participar	14	Confiável	8	chamar	5
mudar	14	Condição	8	atendimento	5
água	13	Basear	8	alimentação	5
unido	13	Acontecer	8		
iniciativa	13	Viver	7		
gmf	13	Seco	7		
alfaiate	13	Próprio	7		
pobreza	12	Produzir	7		
permanente	12	Pensar	7		
esforçar	12	Habitualmente	7		
comprar	12	Ganhar	7		
arisan	12	Formação	7		
aldeia	12	Desenvolvimento	7		

Fonte: *Corpus* das P5, P6, P7, P8, P9, P10; *output* Iramuteq formes\_active.csv

Tabela Anexa 7: Características do perfil das Classes dos agrupamentos lexicais do *corpus* Capital Social na comunidade Suco Biqueli

	eff.s.t.	eff.total	%
Classe 4	24	86	27.91
Classe 2	23	86	26.74
Classe 3	23	86	26.74
Classe 1	16	86	18.60

Fonte: *Corpus* das P5, P6, P7, P8, P9, P10; *ouput* Iramuteq profiles.csvTabela Anexo 8: Nível de significância das classes do *corpus* Capital Social na comunidade Suco Biqueli

V1 ***	V2 nb classes	V3 4	V4 ***	V5	V6
** eff.s.t.	Classe eff.total	1 %	** chi2 ****	Forme	P
16	86	18.6			
9	11	81.82	33.28	Alga	7.965608e-09
6	6	100.00	28.22	Produto	1.083499e-07
8	10	80.00	28.17	Pesca	1.113079e-07
8	10	80.00	28.17	Cooperativa	1.113079e-07
6	8	75.00	18.53	Peixe	1.676862e-05
5	7	71.43	14.04	Alfaiate	1.788324e-04
5	7	71.43	14.04	Comprar	1.788324e-04
3	3	100.00	13.60	Pulseira	2.262581e-04
3	3	100.00	13.60	Companhia	2.262581e-04
3	3	100.00	13.60	Ilicnamo	2.262581e-04
4	6	66.67	9.84	Vender	1.708680e-03
4	7	57.14	7.47	Existir	6.260938e-03
3	5	60.00	6.01	Produção	1.424836e-02
2	3	66.67	4.74	Depender	2.944176e-02
3	6	50.00	4.20	Aldeia	4.046551e-02
4	10	40.00	3.42	Arisan	6.438755e-02
2	4	50.00	2.73	Própria	9.844384e-02
12	51	23.53	2.01	Grupo	1.565736e-01
*****	*	*	*	*	*
6	7	85.71	22.66	Seco	1.930464e-06
5	11	45.45	6.00	Comunitário	1.426753e-02
6	15	40.00	5.49	Relevante	1.910113e-02
6	19	31.58	2.71	Ir	9.966075e-02
*	*	*	*	*	*
** eff.s.t.	Classe eff.total	2 %	** chi2 ****	Forme	P
23	86	26.74			
16	16	100.00	53.84	Filho	2.171146e-13
16	16	100.00	53.84	Estudo	2.171146e-13
18	23	78.26	42.53	Apoio	6.955529e-11
16	19	84.21	41.11	Casa	1.440002e-10
15	17	88.24	40.89	Necessidade	1.607770e-10
14	17	82.35	33.44	Melhoria	7.336042e-09
17	26	65.38	28.40	Família	9.861662e-08
10	12	83.33	22.80	Construir	1.802183e-06
6	6	100.00	17.67	Abrigo	2.630985e-05
6	6	100.00	17.67	Atender	2.630985e-05
7	8	87.50	16.62	Responder	4.569731e-05
12	19	63.16	16.51	Vida	4.850244e-05
14	26	53.85	13.97	Trabalho	1.855785e-04
3	3	100.00	8.51	Universidade	3.523460e-03
3	3	100.00	8.51	Melhorar	3.523460e-03
4	5	80.00	7.69	Condição	5.568051e-03
4	6	66.67	5.25	Utilizar	2.198278e-02
3	4	75.00	4.99	Mudança	2.554980e-02
18	51	35.29	4.68	Grupo	3.059075e-02
5	9	55.56	4.26	Biqueli	3.904314e-02
2	3	66.67	2.53	Casamento	1.117890e-01
2	3	66.67	2.53	Atendimento	1.117890e-01
2	3	66.67	2.53	Construção	1.117890e-01
*****	*	*	*	*	*
12	13	92.31	33.60	Básico	6.760521e-09
8	9	88.89	19.81	Tipo	8.532501e-06
17	32	53.12	18.10	Poder	2.092301e-05
8	10	80.00	16.38	Permanente	5.179467e-05
3	4	75.00	4.99	Suficiente	2.554980e-02
*	*	*	*	*	*
4	7	57.14	3.59	*ent 9	0.05798012

Capital Social e Desenvolvimento Comunitário em Timor-Leste: o Caso em Suco Biqueli, Atauro, Dili, Timor-Leste

** eff.s.t.	Classe eff.total	3 %	** chi2 ****	Forme	P
23	86	26.74			
16	21	76.19	34.67	Empréstimo	3.898609e-09
10	11	90.91	26.51	Exemplo	2.626436e-07
8	8	100.00	24.16	Aspeto	8.862999e-07
8	9	88.89	19.81	Confiança	8.532501e-06
8	9	88.89	19.81	Crédito	8.532501e-06
8	10	80.00	16.38	Termo	5.179467e-05
5	5	100.00	14.54	População	1.371376e-04
5	5	100.00	14.54	Cumprir	1.371376e-04
5	5	100.00	14.54	Contrato	1.371376e-04
5	5	100.00	14.54	Confiar	1.371376e-04
4	4	100.00	11.49	Devolver	6.993452e-04
3	3	100.00	8.51	Perder	3.523460e-03
3	3	100.00	8.51	Negócio	3.523460e-03
4	5	80.00	7.69	Emprestar	5.568051e-03
11	23	47.83	7.12	Dinheiro	7.612156e-03
11	26	42.31	4.61	Suco	3.183268e-02
2	3	66.67	2.53	Atividade	1.117890e-01
2	3	66.67	2.53	Inspirar	1.117890e-01
2	3	66.67	2.53	Próprio	1.117890e-01
2	3	66.67	2.53	Economia	1.117890e-01
4	8	50.00	2.43	Obter	1.186596e-01
*****	*	*	*	*	*
4	4	100.00	11.49	Confiável	0.0006993452
16	35	45.71	10.84	Mútuo	0.0009928417
4	5	80.00	7.69	Junto	0.0055680514
3	4	75.00	4.99	Pobre	0.0255498002
3	4	75.00	4.99	Habitualmente	0.0255498002
2	3	66.67	2.53	Pastor	0.1117890416
2	3	66.67	2.53	Dentro	0.1117890416
2	3	66.67	2.53	Igual	0.1117890416
5	11	45.45	2.25	Maioria	0.1332834899
*	*	*	*	*	*
** eff.s.t.	Classe eff.total	4 %	** chi2 ****	Forme	P
24	86	27.91			
11	11	100.00	32.58	Gmf	1.141245e-08
11	12	91.67	28.18	Facilidade	1.105656e-07
9	9	100.00	25.97	Gestão	3.472078e-07
8	8	100.00	22.79	Participação	1.810494e-06
8	8	100.00	22.79	Água	1.810494e-06
6	6	100.00	16.66	Mês	4.465507e-05
11	16	68.75	16.30	Problema	5.410409e-05
7	8	87.50	15.57	Participar	7.952115e-05
5	5	100.00	13.71	Mudar	2.128627e-04
5	5	100.00	13.71	Princípio	2.128627e-04
5	5	100.00	13.71	Doença	2.128627e-04
5	5	100.00	13.71	Alimentação	2.128627e-04
4	4	100.00	10.84	Contribuição	9.947039e-04
4	4	100.00	10.84	Responsabilidade	9.947039e-04
4	4	100.00	10.84	Chamar	9.947039e-04
5	6	83.33	9.85	Solidariedade	1.699362e-03
3	3	100.00	8.03	Sofrer	4.600578e-03
3	3	100.00	8.03	Manutenção	4.600578e-03
3	3	100.00	8.03	Manejar	4.600578e-03
5	7	71.43	7.17	Querer	7.395977e-03
5	7	71.43	7.17	Basear	7.395977e-03
3	4	75.00	4.62	Viúvo	3.152101e-02
3	4	75.00	4.62	Enfrentar	3.152101e-02
4	7	57.14	3.24	Contribuir	7.197498e-02
4	7	57.14	3.24	Necessitar	7.197498e-02
7	16	43.75	2.45	Membro	1.173457e-01
2	3	66.67	2.32	Pobreza	1.276287e-01
2	3	66.67	2.32	Local	1.276287e-01
2	3	66.67	2.32	Incluir	1.276287e-01
2	3	66.67	2.32	Alimento	1.276287e-01
*****	*	*	*	*	*
8	8	100.00	22.79	Potável	1.810494e-06
3	4	75.00	4.62	Importante	3.152101e-02
7	14	50.00	4.06	Ter	4.399022e-02
7	15	46.67	3.18	Pessoa	7.462843e-02
*	*	*	*	*	*

Fonte: *Corpus* das P5, P6, P7, P8, P9, P10; *ouput* Iramuteq profiles.csv

Tabela Anexa 9: Resultados da análise factorial por correspondência do *corpus* Capital social na comunidade Suco Biqueli (coordenadas, correlação, massa, contribuição das classes)

	classe 1	classe 2	classe 3	classe 4
Coord. facteur 1	-0,917	0,017	-1,081	1,442
Coord. facteur 2	1,235	-1,398	0,303	0,651
Coord. facteur 3	-1,773	-0,419	1,334	0,272
Corr. facteur 1	-0,391	0,011	-0,620	0,898
Corr. facteur 2	0,526	-0,958	0,174	0,406
Corr. facteur 3	-0,755	-0,287	0,765	0,169
COR -facteur 1	0,185	0,000	0,456	<b>0,824</b>
COR -facteur 2	0,308	<b>0,933</b>	0,033	0,154
COR -facteur 3	0,508	0,067	<b>0,511</b>	0,021
CTR -facteur 1	0,129	0,000	0,289	<b>0,581</b>
CTR -facteur 2	0,234	<b>0,625</b>	0,023	0,118
CTR -facteur 3	0,483	0,056	<b>0,440</b>	0,021
Mass	0,154	<b>0,319</b>	0,248	0,280
chi.distance	1,533	0,997	<b>1,150</b>	1,141
Inertie	0,361	0,318	0,327	<b>0,364</b>

Fonte: *Corpus* das P5, P6, P7, P8, P9, P10; *ouput* Iramuteq afc\_col.csv

Tabela Anexa 10: **Peso factorial das Classes dos agrupamentos lexicais** do *corpus* Capital social na comunidade Suco Biqueli

	Valeurs propres	Pourcentages	Pourcentage cumules
<b>facteur 1</b>	0,516	37,664	37,664
<b>facteur 2</b>	0,474	34,629	72,293
<b>facteur 3</b>	0,379	27,707	100,000

Fonte: *Corpus* das P5, P6, P7, P8, P9, P10; *ouput* Iramuteq afc\_facteur.csv

### Tema 3: Participação e *empowerment* da comunidade em Suco Biqueli (Dimensao\_3) (P11; P12)

Résumé (glob.txt em Dimensao\_3\_stat\_1)

*Nombre de textes* (Nº de textos iniciais: UCI – unidade de contexto inicial): 9

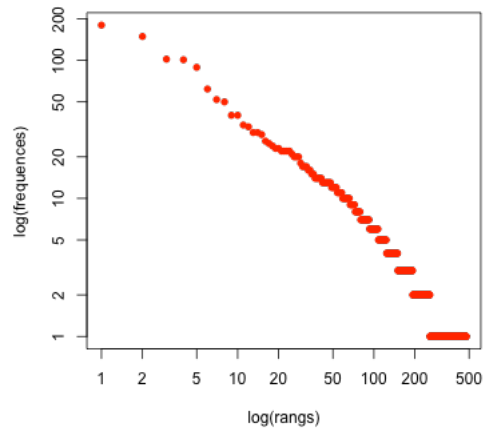
*Nombre d'occurrences* (Nº de ocorrências): 2751

*Nombre de formes* (UCE – unidade de contexto elementar): 476

*Nombre d'hapax*: 219 (7.96% das ocorrências; 46.01% das formas)

*Moyenne d'occurrences par texte* (Média de ocorrências por texto): 305.67

Figura Anexa 3: Diagrama de Zipf do *corpus* Participação e *empowerment* da comunidade em Suco Biqueli



Fonte: *Corpus* das P11, P12; *output* Iramuteq zipf.png

Tabela Anexa 11: Principais frequências lexicais (formas ativas) do *corpus* Participação e *empowerment* da comunidade em Suco Biqueli (n ≥ 3)

Formas ativas	n°.	Formas ativas	n°.	Formas ativas	n°.
comunidade	89	Inspirar	8	ilidua	4
suco	50	Acontecer	8	idoso	4
grupo	34	Plantação	7	forma	4
estrada	30	Nível	7	festa	4
aldeia	30	Mês	7	família	4
participar	29	Local	7	facilidade	4
comunitário	26	Ideia	7	exigência	4
conjunto	23	Continuar	7	ensino	4
encontro	22	Construir	7	direto	4
contribuir	22	Canalizar	7	desenvolvimento	4
água	18	Área	6	bom	4
potável	17	Terra	6	aumentar	4
ativo	16	Semanal	6	ano	4
eletricidade	15	Saúde	6	festa	3
casa	15	Responder	6	voluntariamente	3
trabalhar	14	Mudar	6	subsídio	3
relevante	14	Esforçar	6	social	3
vida	13	Compensação	6	recentemente	3
pobreza	13	Causa	6	proposta	3
mudança	13	Biqueli	6	processo	3
liderança	13	Agendar	6	prioridade	3
considerar	12	Ver	5	presidente	3
chefe	12	Reconhecimento	5	organizar	3
alguma	12	Questão	5	mãe	3
abrir	12	Prémio	5	motivação	3
outro	11	Permanente	5	mobilização	3
limpo	11	Pagar	5	maquinar	3
governo	11	Iniciativa	5	incluir	3
ativamente	11	Exigir	5	importante	3
pesca	10	Dinheiro	5	habitualmente	3
participação	10	Construção	5	evidência	3
igreja	10	Autoridade	5	equipa	3
existir	10	Visita	4	educação	3
atividade	10	Secundar	4	criar	3
pedir	9	Popular	4	comparar	3
limpeza	9	Pescador	4	coletividade	3
geral	9	Ocupação	4	básico	3
escola	9	Obter	4	bairro	3
capacidade	9	Motivar	4	apoio	3
acesso	9	Melhoria	4	utilizar	3
própria	8	Libertar	4	transportar	3
projeto	8	Indonesia	4	transformar	3

Fonte: *Corpus* das P11, P12; *ouput* Iramuteq formes\_active.csvTabela Anexa 12: Características do perfil das Classes dos agrupamentos lexicais do *corpus* Participação e *empowerment* da comunidade em Suco Biqueli

<	eff.s.t.	eff.total	%
Classe 3	13	60	21.67
Classe 5	11	60	18.33
Classe 1	10	60	16.67
Classe 2	9	60	15.00
Classe 6	9	60	15.00
Classe 4	8	60	13.33

Fonte: *Corpus* das P11, P12; *ouput* Iramuteq profiles.csv

Tabela Anexa 13: Níveis de significância das classes do *corpus* Participação e *empowerment* da comunidade em Suco Biqueli

V1 ***	V2 nb classes	V3 6	V4 ***	V5	V6
** eff.s.t. 10	classe eff.total 60	1 %	** chi2 ****	Forme	P
8	8	100.00	46.15	Pobreza	1.093222e-11
8	8	100.00	46.15	Inspirar	1.093222e-11
6	6	100.00	33.33	Esforçar	7.764037e-09
5	7	71.43	17.11	Trabalhar	3.526657e-05
3	3	100.00	15.79	Libertar	7.079529e-05
7	14	50.00	14.61	Conjunto	1.323026e-04
5	8	62.50	13.96	Vida	1.865889e-04
3	4	75.00	10.50	Motivar	1.193745e-03
7	18	38.89	9.14	Grupo	2.496909e-03
2	3	66.67	5.68	Mudar	1.711824e-02
2	3	66.67	5.68	Melhoria	1.711824e-02
*****	*	*	*	*	*
3	4	75.00	10.50	Pobre	0.0011937454
5	13	38.46	5.68	Trabalho	0.0171991115
2	3	66.67	5.68	Melhor	0.0171182397
2	4	50.00	3.43	Pessoa	0.0640775065
*	*	*	*	*	*
2	5	40	2.14	*ent 1	0.1436721
** eff.s.t. 9	classe eff.total 60	2 %	** chi2 ****	Forme	P
7	11	63.64	24.99	Mudança	5.763943e-07
5	6	83.33	24.42	Acontecer	7.764570e-07
5	7	71.43	19.79	Existir	8.640166e-06
3	3	100.00	17.89	Secundar	2.334659e-05
8	18	44.44	17.49	Grupo	2.895505e-05
4	6	66.67	13.96	Causa	1.869524e-04
4	7	57.14	11.04	Capacidade	8.923766e-04
2	3	66.67	6.61	Dinheiro	1.013150e-02
4	11	36.36	4.82	Considerar	2.810582e-02
2	4	50.00	4.12	Pesca	4.243806e-02
2	4	50.00	4.12	Ver	4.243806e-02
2	5	40.00	2.67	Atividade	1.020124e-01
2	5	40.00	2.67	Escola	1.020124e-01
7	33	21.21	2.22	Suco	1.362700e-01
*****	*	*	*	*	*
4	12	33.33	3.95	Poder	0.046753193
*	*	*	*	*	*
** eff.s.t. 13	classe eff.total 60	3 %	** chi2 ****	Forme	P
6	6	100.00	24.10	Responder	9.133859e-07
5	5	100.00	19.72	Projeto	8.964499e-06
6	7	85.71	19.15	Acesso	1.206369e-05
11	21	52.38	17.96	Estrada	2.258818e-05
4	5	80.00	10.94	Questão	9.432005e-04
6	10	60.00	10.39	Abrir	1.267322e-03
4	6	66.67	7.95	Agendar	4.797661e-03
3	4	75.00	7.18	Ilidua	7.361376e-03
4	7	57.14	5.88	Governo	1.534548e-02
3	5	60.00	4.72	Construir	2.977023e-02
2	3	66.67	3.77	Ano	5.224936e-02
2	4	50.00	2.03	Pesca	1.545130e-01
*****	*	*	*	*	*
7	16	43.75	6.27	Ir	0.0122857625
2	3	66.67	3.77	Voluntariamente	0.0522493611
2	3	66.67	3.77	Habitualmente	0.0522493611
*	*	*	*	*	*
7	14	50	8.64	*ent 2	0.003293489
** eff.s.t. 8	classe eff.total 60	4 %	** chi2 ****	Forme	P
5	6	83.33	28.27	Canalizar	1.055607e-07
5	7	71.43	23.15	Local	1.502064e-06
4	5	80.00	20.98	Continuar	4.643402e-06
4	5	80.00	20.98	Autoridade	4.643402e-06
3	3	100.00	20.53	Exigência	5.881704e-06
4	6	66.67	16.41	Pedir	5.100848e-05
4	6	66.67	16.41	Nível	5.100848e-05

Zacarias Florêncio da Costa

3	4	75.00	14.10	Visita	1.730023e-04
6	15	40.00	12.31	Encontro	4.510953e-04
4	9	44.44	8.87	Chefe	2.900892e-03
7	24	29.17	8.68	Aldeia	3.220946e-03
2	4	50.00	4.99	Ver	2.554932e-02
7	33	21.21	3.94	Suco	4.716777e-02
2	5	40.00	3.36	Atividade	6.693437e-02
2	6	33.33	2.31	Igreja	1.287350e-01
2	6	33.33	2.31	Agendar	1.287350e-01
*****	*	*	*	*	*
5	11	45.45	12.03	Haver	5.244821e-04
3	6	50.00	7.76	Semanal	5.352223e-03
2	4	50.00	4.99	Direto	2.554932e-02
*	*	*	*	*	*
2	6	33.33	2.31	*ent 9	0.128735
**	classe	5	**		
eff.s.t.	eff.total	%	chi2	Forme	P
11	60	18.33	****		
6	8	75.00	19.80	Limpeza	8.610217e-06
3	3	100.00	14.07	Mobilização	1.764133e-04
4	5	80.00	13.85	Reconhecimento	1.975822e-04
4	5	80.00	13.85	Prémio	1.975822e-04
6	11	54.55	11.80	Liderança	5.932802e-04
4	6	66.67	10.40	Biqueli	1.258803e-03
5	9	55.56	9.80	Participação	1.746922e-03
3	4	75.00	9.19	Forma	2.431250e-03
10	33	30.30	7.02	Suco	8.071754e-03
5	11	45.45	6.62	Considerar	1.009937e-02
6	15	40.00	6.27	Encontro	1.227387e-02
7	20	35.00	5.57	Participar	1.831398e-02
2	3	66.67	4.93	Festa	2.643631e-02
2	3	66.67	4.93	Motivação	2.643631e-02
3	6	50.00	4.47	Igreja	3.459490e-02
3	7	42.86	3.18	Ideia	7.439920e-02
7	24	29.17	3.14	Aldeia	7.660790e-02
*****	*	*	*	*	*
6	8	75.00	19.80	Geral	8.610217e-06
6	9	66.67	16.52	Ativamente	4.811955e-05
6	10	60.00	13.91	Limpo	1.913009e-04
5	8	62.50	12.03	Estado	5.244821e-04
5	13	38.46	4.49	Trabalho	3.407837e-02
3	6	50.00	4.47	Semanal	3.459490e-02
6	19	31.58	3.26	Comunitário	7.106671e-02
5	16	31.25	2.43	Ativo	1.189365e-01
4	12	33.33	2.25	Relevante	1.332545e-01
*	*	*	*	*	*
4	7	57.14	7.97	*ent 8	0.004750811
**	classe	6	**		
eff.s.t.	eff.total	%	chi2	Forme	P
9	60	15	****		
7	7	100.00	44.91	Plantação	2.067593e-11
9	13	69.23	38.28	Eletricidade	6.127052e-10
6	6	100.00	37.78	Terra	7.927975e-10
6	6	100.00	37.78	Compensação	7.927975e-10
6	7	85.71	31.08	Mês	2.476411e-08
5	5	100.00	30.91	Construção	2.704022e-08
8	14	57.14	25.44	Água	4.571598e-07
3	3	100.00	17.89	Pagar	2.334659e-05
3	3	100.00	17.89	Família	2.334659e-05
8	21	38.10	13.52	Estrada	2.365676e-04
6	13	46.15	12.63	Contribuir	3.789764e-04
7	20	35.00	9.41	Participar	2.155976e-03
2	3	66.67	6.61	Facilidade	1.013150e-02
9	46	19.57	3.22	Comunidade	7.263234e-02
2	5	40.00	2.67	Construir	1.020124e-01
3	10	30.00	2.12	Abrir	1.456101e-01
*****	*	*	*	*	*
8	14	57.14	25.44	Potável	4.571598e-07
5	16	31.25	4.52	Ativo	3.352597e-02
*	*	*	*	*	*
2	4	50	4.12	*ent_7	0.04243806

Fonte: Corpus das P11, P12; ouput Iramuteq profiles.csv



Tabela Anexa 14: Resultados da análise factorial por correspondência do *corpus* Participação e empowerment da comunidade em Suco Biqueli (coordenadas, correlação, massa, contribuição das classes)

	classe 1	classe 2	classe 3	classe 4	classe 5	classe 6
Coord. facteur 1	-2,127	-0,377	0,901	0,334	-0,183	0,920
Coord. facteur 2	-0,620	-0,449	-0,105	1,497	1,092	-1,340
Coord. facteur 3	0,223	-1,547	-1,074	-0,099	1,044	1,105
Coord. facteur 4	-0,990	1,761	-1,329	-0,234	0,615	0,249
Coord. facteur 5	-0,249	-0,034	0,904	-1,727	1,347	-0,501
Corr. facteur 1	-0,868	-0,156	0,422	0,144	-0,086	0,450
Corr. facteur 2	-0,253	-0,186	-0,049	0,644	0,514	-0,656
Corr. facteur 3	0,091	-0,640	-0,503	-0,042	0,492	0,541
Corr. facteur 4	-0,404	0,729	-0,622	-0,101	0,289	0,122
Corr. facteur 5	-0,102	-0,014	0,423	-0,743	0,635	-0,245
COR -facteur 1	<b>0,835</b>	0,039	0,279	0,036	0,012	0,260
COR -facteur 2	0,056	0,044	0,003	<b>0,569</b>	0,353	0,436
COR -facteur 3	0,006	<b>0,461</b>	0,279	0,002	0,287	0,264
COR -facteur 4	0,097	<b>0,456</b>	0,326	0,009	0,076	0,010
COR -facteur 5	0,005	0,000	0,112	<b>0,383</b>	0,272	0,031
CTR -facteur 1	<b>0,646</b>	0,021	0,146	0,017	0,006	0,163
CTR -facteur 2	0,055	0,029	0,002	<b>0,350</b>	0,217	0,347
CTR -facteur 3	0,007	<b>0,350</b>	0,208	0,002	0,198	0,236
CTR -facteur 4	0,140	<b>0,453</b>	0,318	0,009	0,069	0,012
CTR -facteur 5	0,009	0,000	0,147	<b>0,466</b>	0,330	0,048
Mass	0,143	0,146	0,180	0,156	0,182	0,193
chi.distance	1,757	1,443	1,288	1,332	1,235	1,363
Inertie	0,441	0,304	0,298	0,278	0,277	0,359

Fonte: *Corpus* das P11, P12; *ouput* Iramuteq afc\_col.csv

Tabela Anexa 15: **Peso factorial das Classes dos agrupamentos lexicais** do *corpus* Participação e empowerment da comunidade em Suco Biqueli

	Valeurs propres	Pourcentages	Pourcentage cumules
<b>facteur 1</b>	0,570	29,132	29,132
<b>facteur 2</b>	0,451	23,044	52,177
<b>facteur 3</b>	0,401	20,500	72,677
<b>facteur 4</b>	0,306	15,654	88,331
<b>facteur 5</b>	0,228	11,669	100,000

Fonte: *Corpus* das P11, P12; *ouput* Iramuteq afc\_facteur.csv

### Temas 4 e 5: Tendências e sugestões para a melhoria do processo de desenvolvimento comunitário em Suco Biqueli (Dimensões\_4 e 5) (P13; P14; P15)

Résumé (glob.txt em Dimensões\_4 e 5\_stat\_1)

*Nombre de textes* (Nº de textos iniciais: UCI – unidade de contexto inicial): 18

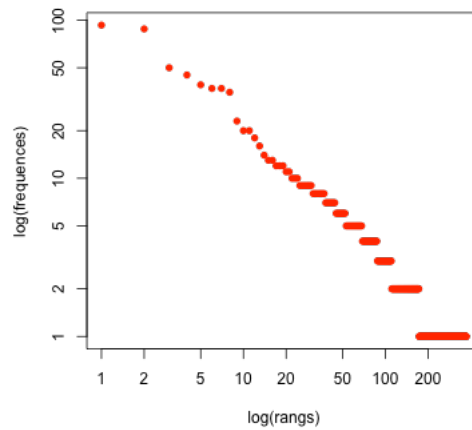
*Nombre d'occurrences* (Nº de ocorrências): 1404

*Nombre de formes* (UCE – unidade de contexto elementar): 371

*Nombre d'hapax*: 199 (14.17% das ocorrências; 53.64% das formas)

*Moyenne d'occurrences par texte* (Média de ocorrências por texto): 78.00

Figura Anexo 4: Diagrama de Zipf do *corpus* Tendências e sugestões para a melhoria do processo de desenvolvimento comunitário em Suco Biqueli



Fonte: *Corpus* das P13; P14; P15; *output* Iramuteq zipf.png

Tabela Anexa 16: Principais frequências lexicais (formas ativas) do *corpus* Tendências e sugestões para a melhoria do processo de desenvolvimento comunitário em Suco Biqueli (n ≥ 3)

Formas ativas	nº.	Formas ativas	nº.
Comunidade	39	futuro	5
Suco	35	conhecimento	5
Igreja	13	confiança	5
Baliza	13	comprar	5
Local	10	apoio	5
Indonesia	9	aldeia	5
Desenvolvimento	9	acesso	5
Conjunto	9	área	4
Água	8	tomar	4
Unido	8	relevante	4
Pesca	8	produzir	4
Estrada	8	problema	4
Comunitário	8	mudança	4
Ativo	8	marítimo	4
Potável	7	mar	4
Liderança	7	liran	4
Forte	7	cooperação	4
Atenção	7	companhia	4
Ameaça	7	atrair	4
Recurso	6	visitar	3
Produto	6	vida	3
Peixe	6	turismo	3
Outro	6	saber	3
Mútuo	6	precisar	3
Governo	6	plano	3
Eletricidade	6	oportunidade	3
Biqueli	6	máximo	3
ZEESM	5	investir	3
Turístico	5	humano	3
Trabalhar	5	fronteira	3
Questão	5	estudo	3
Número	5	climático	3
Grupo	5	autoridade	3

Fonte: *Corpus* das P13; P14; P15; *ouput* Iramuteq formes\_actives.csvTabela Anexa 17: Características do perfil das Classes dos agrupamentos lexicais do *corpus* Tendências e sugestões para a melhoria do processo de desenvolvimento comunitário em Suco Biqueli

	eff.s.t.	eff.total	%
Classe 1	6	34	17.65
Classe 2	5	34	14.71
Classe 3	5	34	14.71
Classe 6	5	34	14.71
Classe 7	5	34	14.71
Classe 4	4	34	11.76
Classe 5	4	34	11.76

Fonte: *Corpus* das P13; P14; P15; *ouput* Iramuteq profiles.csv

Tabela Anexa 18: Nível de significância das classes do *corpus* Tendências e sugestões para a melhoria do processo de desenvolvimento comunitário em Suco Biqueli

V1 ***	V2 nb classes	V3 7	V4 ***	V5	V6
** eff.s.t.	classe eff.total	1 %	** chi2	Forme	P
6	34	17.65	****		
3	4	75.00	10.26	ZESM	0.001358931
3	4	75.00	10.26	Mudança	0.001358931
5	10	50.00	10.20	Baliza	0.001401840
3	5	60.00	7.24	Atenção	0.007147718
2	3	66.67	5.44	Ataúro	0.019676747
6	20	30.00	5.10	Suco	0.023925843
3	7	42.86	3.85	Indonésia	0.049601614
2	4	50.00	3.27	Conhecimento	0.070769598
2	4	50.00	3.27	Área	0.070769598
2	5	40.00	2.02	Questão	0.155706625
*****	*	*	*	*	*
3	3	100.00	15.35	Climático	8.909246e-05
3	5	60.00	7.24	Futuro	7.147718e-03
3	9	33.33	2.07	Poder	1.499872e-01
*	*	*	*	*	*
** eff.s.t.	classe eff.total	2 %	** chi2	Forme	P
5	34	14.71	****		
4	4	100.00	26.29	Acesso	2.932994e-07
3	4	75.00	13.14	Estrada	2.892352e-04
3	4	75.00	13.14	Aldeia	2.892352e-04
3	5	60.00	9.59	Desenvolvimento	1.958618e-03
3	5	60.00	9.59	Água	1.958618e-03
2	3	66.67	7.08	Eletricidade	7.784521e-03
2	5	40.00	2.99	Atenção	8.377709e-02
*****	*	*	*	*	*
3	4	75.00	13.14	Potável	0.0002892352
5	12	41.67	10.75	Ter	0.0010444136
2	3	66.67	7.08	Dever	0.0077845210
2	3	66.67	7.08	Parte	0.0077845210
2	3	66.67	7.08	Máximo	0.0077845210
2	5	40.00	2.99	Comunitário	0.0837770926
3	10	30.00	2.64	Ser	0.1040829946
*	*	*	*	*	*
2	4	50	4.5	*ent 1	0.03385387
** eff.s.t.	classe eff.total	3 %	** chi2	Forme	P
5	34	14.71	****		
5	5	100.00	34.00	Confiança	5.511207e-09
4	9	44.44	8.63	Igreja	3.306702e-03
3	6	50.00	7.24	Conjunto	7.147718e-03
2	3	66.67	7.08	Liderança	7.784521e-03
2	3	66.67	7.08	Cooperação	7.784521e-03
2	3	66.67	7.08	Turismo	7.784521e-03
*****	*	*	*	*	*
5	5	100.00	34.00	Mútuo	5.511207e-09
3	4	75.00	13.14	Forte	2.892352e-04
4	7	57.14	12.66	Unido	3.743892e-04
4	7	57.14	12.66	Ativo	3.743892e-04
3	8	37.50	4.33	Trabalho	3.737105e-02
2	5	40.00	2.99	Comunitário	8.377709e-02
3	10	30.00	2.64	Ser	1.040830e-01
2	6	33.33	2.02	Estado	1.557066e-01
*	*	*	*	*	*
1	2	50	2.11	*ent 3	0.1463063
** eff.s.t.	classe eff.total	4 %	** chi2	Forme	P
4	34	11.76	****		
2	4	50.00	6.38	Companhia	0.01151248
3	9	33.33	5.49	Igreja	0.01917666
2	5	40.00	4.50	Governo	0.03385387
2	6	33.33	3.27	Recurso	0.07076960
*****	*	*	*	*	*
2	6	33.33	3.27	Estado	0.0707696
*	*	*	*	*	*
2	3	66.67	9.55	*ent 4	0.001995009
** eff.s.t.	classe eff.total	5 %	** chi2	Forme	P
4	34	11.76	****		

4	7	57.14	17.49	Indonesia	2.894747e-05
3	4	75.00	17.46	Liran	2.929883e-05
4	10	40.00	10.88	Baliza	9.720825e-04
2	5	40.00	4.50	Questão	3.385387e-02
****	*	*	*	*	*
2	5	40	4.5	*ent_2	0.03385387
**	classe	6	**		
eff.s.t.	eff.total	%	chi2	Forme	P
5	34	14.71	****		
5	5	100.00	34.00	Número	5.511207e-09
4	5	80.00	19.92	Peixe	8.055851e-06
2	4	50.00	4.50	Ameaça	3.385387e-02
2	6	33.33	2.02	Recurso	1.557066e-01
****	*	*	*	*	*
3	10	30.00	2.64	Ir	0.10408299
2	6	33.33	2.02	Outro	0.15570662
*	*	*	*	*	*
3	6	50	7.24	*ent_6	0.007147718
1	2	50	2.11	*ent_3	0.146306346
**	classe	7	**		
eff.s.t.	eff.total	%	chi2	Forme	P
5	34	14.71	****		
5	6	83.33	27.36	Produto	1.692103e-07
4	4	100.00	26.29	Comprar	2.932994e-07
3	3	100.00	19.08	Produzir	1.250977e-05
3	3	100.00	19.08	Atrair	1.250977e-05
5	8	62.50	19.05	Local	1.272228e-05
2	3	66.67	7.08	Oportunidade	7.784521e-03
2	3	66.67	7.08	Autoridade	7.784521e-03
2	4	50.00	4.50	Companhia	3.385387e-02
5	24	20.83	2.44	Comunidade	1.180857e-01
2	6	33.33	2.02	Conjunto	1.557066e-01
****	*	*	*	*	*
2	4	50.00	4.50	Pessoa	0.033853869
3	8	37.50	4.33	Trabalho	0.037371047
*	*	*	*	*	*

Fonte: *Corpus* das P13; P14; P15; *ouput* Iramuteq profiles.csv

Tabela Anexa 19: **Peso factorial das Classes dos agrupamentos lexicais** do *corpus* Tendências e sugestões para a melhoria do processo de desenvolvimento comunitário em Suco Biqueli

	Valeurs pro- pres	Pourcentages	Pourcentage cumules
<b>facteur 1</b>	0,579	27,641	27,641
<b>facteur 2</b>	0,479	22,891	50,533
<b>facteur 3</b>	0,388	18,546	69,079
<b>facteur 4</b>	0,333	15,889	84,968
<b>facteur 5</b>	0,160	7,642	92,610
<b>facteur 6</b>	0,155	7,390	100,000

Fonte: *Corpus* das P13; P14; P15; *ouput* Iramuteq afc\_facteur.csv

Tabela Anexa 20: Resultados da análise factorial por correspondência do *corpus* Tendências e sugestões para a melhoria do processo de desenvolvimento comunitário em Suco Biqueli (coordenadas, correlação, massa, contribuição das classes)

	classe 1	classe 2	classe 3	classe 4	classe 5	classe 6	classe 7
Coord. facteur 1	-1,016	0,171	0,554	0,780	-1,769	-0,528	1,327
Coord. facteur 2	0,230	-2,381	0,903	0,004	0,789	-0,302	0,561
Coord. facteur 3	-0,139	0,283	2,176	0,178	-0,560	-0,198	-1,249
Coord. facteur 4	0,634	0,668	0,040	0,060	0,710	-2,438	0,195
Coord. facteur 5	1,611	-0,456	-0,296	0,145	-2,149	0,017	-0,117
Coord. facteur 6	-0,167	-0,422	-0,655	2,722	0,274	-0,150	-0,665
Corr. facteur 1	-0,500	0,066	0,219	0,275	-0,581	-0,209	0,653
Corr. facteur 2	0,113	-0,926	0,358	0,001	0,259	-0,120	0,276
Corr. facteur 3	-0,068	0,110	0,862	0,063	-0,184	-0,078	-0,615
Corr. facteur 4	0,312	0,260	0,016	0,021	0,233	-0,966	0,096
Corr. facteur 5	0,793	-0,177	-0,117	0,051	-0,706	0,007	-0,057
Corr. facteur 6	-0,082	-0,164	-0,259	0,958	0,090	-0,059	-0,327
COR -facteur 1	0,505	0,006	0,071	0,232	<b>0,575</b>	0,073	0,548
COR -facteur 2	0,021	<b>0,913</b>	0,157	0,000	0,095	0,020	0,081
COR -facteur 3	0,006	0,010	<b>0,739</b>	0,008	0,039	0,007	0,326
COR -facteur 4	0,113	0,050	0,000	0,001	0,053	<b>0,898</b>	0,007
COR -facteur 5	<b>0,351</b>	0,011	0,006	0,002	0,235	0,000	0,001
COR -facteur 6	0,004	0,009	0,027	<b>0,756</b>	0,004	0,002	0,037
CTR -facteur 1	0,201	0,004	0,042	0,067	0,305	0,038	<b>0,343</b>
CTR -facteur 2	0,010	<b>0,745</b>	0,110	0,000	0,061	0,012	0,061
CTR -facteur 3	0,004	0,011	<b>0,642</b>	0,004	0,031	0,005	0,304
CTR -facteur 4	0,078	0,059	0,000	0,000	0,049	<b>0,806</b>	0,007
CTR -facteur 5	<b>0,506</b>	0,027	0,012	0,002	0,450	0,000	0,003
CTR -facteur 6	0,005	0,023	0,058	<b>0,817</b>	0,007	0,003	0,086
mass	0,195	0,131	0,136	0,110	0,097	0,136	0,195
chi.distance	1,088	1,725	1,577	1,231	1,775	1,484	1,364
inertie	0,231	0,391	0,337	0,167	0,307	0,299	0,363

Fonte: *Corpus* das P13; P14; P15; *ouput* Iramuteq *afc\_col.csv*



**Contactos:**

Universidade de Évora

**Instituto de Investigação e Formação Avançada - IIFA**

Palácio do Vimioso | Largo Marquês de Marialva, Apart. 94

7002-554 Évora | Portugal

Tel: (+351) 266 740 800